DELINEAR
UM NOVO
FUTURO

CARTA EDUCATIVA
MUNICÍPIO DE BRAGA

1ª REVISÃO

DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA EDUCATIVA

Ficha Técnica do Documento

Título:	Atualização da Carta Educativa do Município de Braga – Diagnóstico e Estratégia Educativa
Descrição:	Relatório que pretende estabelecer a atualização das dinâmicas socioeducativas, a caraterização do sistema educativo local e a revisão / atualização da estratégia educativa do Município de Braga.
Data de produção:	18 de janeiro de 2017
Data da última atualização:	15 de janeiro de 2019
Versão:	Versão Final
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra
Equipa técnica:	Andreia Mota Liliana Sousa Teresa Costa
Consultores:	Carla Melo
Equipa do Município:	Vereadora Dr.ª Lídia Dias Dr.ª Branca Costa Dr. António Direito
Código de documento:	226
Estado do documento	Entrega Final
Código do Projeto:	151030305
Nome do ficheiro digital:	Carta_Educativa_Braga_Fase1_VF

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO 26

I.1. O CONTEXTO DO TRABALHO DE MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BRAGA 26

I.1.1. Metodologias e Objetivos Estratégicos 28

I.1.2. Enquadramento Legislativo Atual 30

II. ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOEDUCATIVO 31

II.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA 31

II.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA 33

II.2.1. Clima 34

II.2.1.1. Temperatura do Ar e Precipitação 35

II.2.1.1.1. Temperatura do Ar 36

Valores médios diários 36

Valores Extremos 37

Número de dias com Tx≥30°C, Tx≥25°C, Tn≥20°C e Tn≤ 0°C 38

II.2.1.1.2. Precipitação 39

Precipitação (R) média total e precipitação (R) máxima diária 40

Número de dias com R≥0,1, R≥1,0 e R≥10,0 40

II.2.2. Relevo 41

II.2.3. Hidrografia 43

II.3. DINÂMICA POPULACIONAL 44

II.3.1. Evolução Demográfica 44

II.3.1.1. A Distribuição Espacial da População 45

II.3.1.1.1. População Residente 45

II.3.1.1.2. Densidade Populacional 48

II.3.1.2. A distribuição Etária da População Residente 51

II.3.2. Taxas de Natalidade e Mortalidade 67

II.3.3. Índices de juventude e envelhecimento da população 73

II.3.4. Tipologia das Áreas Urbanas 78

II.3.5. Atividades Económicas 80

II.3.5.1. Setores de Atividade 80

II.3.5.2. Estrutura do Emprego 86

II.3.5.3. Qualificação dos Recursos Humanos 99

II.3.6. Cenário Prospetivo da Evolução População 102

II.4. DINÂMICA ESCOLAR 110

II.4.1. Evolução do número de alunos no concelho 110

II.4.2. Educação pré-escolar 114

II.4.3. Ensino Básico 117

II.4.3.1. 1º Ciclo do Ensino Básico 117

II.4.3.2. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico 119

II.4.4. Ensino Secundário 122

II.4.5. Ensino Profissional 124

II.4.6. Ensino Recorrente 126
II.4.7. Ensino Artístico 127
II.4.8. Educação/Ensino especial 129
II.4.9. Educação e formação 132
II.4.10. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 134
II.4.11. Ação Social Escolar 135
II.4.11.1. Refeições 136
II.4.11.2. Material escolar 138
II.4.11.3. Transportes escolares 142
II.5. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CONCELHO 149

III. A REDE MUNICIPAL ATUAL 153

III.1. AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS 153
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 154
Agrupamento de Escolas André Soares 156
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 157
Agrupamento de Escolas D. Maria II 158
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 159
Agrupamento de Escolas de Celeirós 160
Agrupamento de Escolas de Maximinos 161
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 162
Agrupamento de Escolas de Real 163
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 164
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 165
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 166
Escolas Não Agrupadas 167
III.2. CARATERIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR 170
III.2.1. Educação Pré-escolar 171
III.2.1.1. Rede pública 172
III.2.1.2. Rede privada 175
III.2.2. Ensino Básico 176
III.2.2.1. 1.º ciclo 177
Rede pública 177
Rede privada 179
III.2.2.2. 2.º e 3.º ciclos 180
Rede pública 180
Rede privada 181
III.2.3. Ensino Secundário 182
III.2.3.1. Rede pública 182
III.2.3.2. Rede privada 183
III.2.4. Ensino Profissional 184
III.2.5. Ensino Profissional 185
III.2.6. Ensino Recorrente 187
III.2.7. Ensino Artístico 188

III.2.8. Educação e Formação *190*
III.2.9. Ensino Superior *198*
III.3. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS 199
III.3.1. Evolução do número de docentes *200*
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 203
Agrupamento de Escolas André Soares 203
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 204
Agrupamento de Escolas D. Maria II 205
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 205
Agrupamento de Escolas de Celeirós 206
Agrupamento de Escolas de Maximinos 207
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 207
Agrupamento de Escolas de Real 208
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 209
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 209
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 210
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 211
III.3.2. Evolução da população não docente *211*
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 213
Agrupamento de Escolas André Soares 213
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 214
Agrupamento de Escolas D. Maria II 215
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 215
Agrupamento de Escolas de Celeirós 216
Agrupamento de Escolas de Maximinos 217
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 218
Agrupamento de Escolas de Real 218
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 219
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 220
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 221
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 221
III.4. CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS - RECURSOS FÍSICOS (TIPO E QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES, INFRAESTRUTURAS BÁSICAS, ESPAÇOS EXTERIORES E DE APOIO) 222
III.4.1. Infraestruturas Existentes *223*
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 224
Agrupamento de Escolas André Soares 225
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 227
Agrupamento de Escolas D. Maria II 228
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 230
Agrupamento de Escolas de Celeirós 231
Agrupamento de Escolas de Maximinos 232
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 234
Agrupamento de Escolas de Real 235
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 237
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 238
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 239

Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 241
III.4.2. Taxas de ocupação/saturação dos espaços 242
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 247
Agrupamento de Escolas André Soares 247
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 248
Agrupamento de Escolas D. Maria II 249
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 249
Agrupamento de Escolas de Celeirós 250
Agrupamento de Escolas de Maximinos 251
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 251
Agrupamento de Escolas de Real 252
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 253
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 254
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 254
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 255
III.4.3. Segurança dos estabelecimentos de ensino 256
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 257
Agrupamento de Escolas André Soares 258
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 260
Agrupamento de Escolas D. Maria II 261
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 263
Agrupamento de Escolas de Celeirós 264
Agrupamento de Escolas de Maximinos 266
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 267
Agrupamento de Escolas de Real 269
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 270
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 272
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 273
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 275
III.4.4. Equipamentos Existentes 277
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 277
Agrupamento de Escolas André Soares 278
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 280
Agrupamento de Escolas D. Maria II 281
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 282
Agrupamento de Escolas de Celeirós 283
Agrupamento de Escolas de Maximinos 284
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 286
Agrupamento de Escolas de Real 287
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 288
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 290
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 291
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 292
III.4.5. Prolongamento de horário 293
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 294
Agrupamento de Escolas André Soares 295
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 295

Agrupamento de Escolas D. Maria II 296
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 296
Agrupamento de Escolas de Celeirós 297
Agrupamento de Escolas de Maximinos 298
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 298
Agrupamento de Escolas de Real 299
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 299
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 300
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 300
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 301
III.4.6. Possibilidade de ampliação de edifícios 301
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 302
Agrupamento de Escolas André Soares 304
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 306
Agrupamento de Escolas D. Maria II 308
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 310
Agrupamento de Escolas de Celeirós 312
Agrupamento de Escolas de Maximinos 314
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 317
Agrupamento de Escolas de Real 319
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 321
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 323
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 325
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 327
III.4.7. Estado de conservação 328
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 328
Agrupamento de Escolas André Soares 330
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 331
Agrupamento de Escolas D. Maria II 333
Agrupamento de Escolas Braga Oeste 335
Agrupamento de Escolas de Celeirós 336
Agrupamento de Escolas de Maximinos 338
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 340
Agrupamento de Escolas de Real 341
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 343
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 344
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 346
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 347
III.5. OUTROS EQUIPAMENTOS DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO ENSINO NO CONCELHO 348
III.5.1. Equipamentos Desportivos 348
III.5.2. Equipamentos Culturais 352
Teatro 354
Auditório Municipal 354
Biblioteca e Arquivo Distrital 354
Museu 354
Videoteca/Espaço Internet 356
Salas de Exposições 356

III.5.3. Equipamentos de Lazer 357
Quinta pedagógica 358
Praia Fluvial 359
Parque Público 359
Parque de Merendas e Lazer 359
Circuito de Manutenção e Parque Infantil 359
III.6. ACESSIBILIDADES E REDE DE TRANSPORTES MUNICIPAL 360
III.6.1. Rede viária 360
Rede Rodoviária 360
Rede Ferroviária 362
III.6.2. Acessibilidades 363
III.6.2.1. Rede de transportes públicos de passageiros 363
Modo de Transporte Rodoviário 364
Modo de Transporte Ferroviário 365
III.6.2.2. Tempos de deslocação – centralidades 365
III.6.3. Mobilidade inter e intraconcelhia 370
III.7. SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO 386
III.7.1. Contexto Demográfico 387
III.7.2. Contexto Educativo 390
III.7.3. Sistema de Ensino 392
III.7.3.1. Análise Quantitativa 392
Oferta (Pública e Privada) 392
Procura (Existente e Potencial) 395
III.7.3.2. Análise Qualitativa 398
Qualidade dos Edifícios Escolares 398
Segurança dos Edifícios Escolares 402
III.7.4. Matriz SWOT e Análise de Tendências 405
III.7.5. Definição da Estratégia Educativa 416
Desafios da Escola do Futuro 429
Visão Estratégica 430
Objetivos Estratégicos 430
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS 435
V. BIBLIOGRAFIA 436

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa II.1 | Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Braga 32
Mapa II.2 | Hipsometria do concelho de Braga 42
Mapa II.3 | Hidrografia do concelho de Braga 43
Mapa II.4 | População residente (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga 48
Mapa II.5 | Densidade populacional (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga 51
Mapa II.6 | População residente por grandes grupos etários no concelho de Braga (2011) 53
Mapa II.7 | Distribuição da população em idade escolar (3-17 anos) no concelho de Braga (2011) 60
Mapa II.8 | Distribuição da população em idade pré-escolar (3-5 anos) no concelho de Braga (2011) 63
Mapa II.9 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 1.º ciclo (6-9 anos) no concelho de Braga (2011) 64
Mapa II.10 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 2.º ciclo (10-11 anos) no concelho de Braga (2011) 65
Mapa II.11 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 3.º ciclo (12-14 anos) no concelho de Braga (2011) 66
Mapa II.12 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do ensino secundário (15-17 anos) no concelho de Braga (2011) 67
Mapa II.13 | Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011) 68
Mapa II.14 | Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011) 71
Mapa II.15 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2011) 74
Mapa II.16 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2011) 77
Mapa II.17 | Tipologia das áreas urbanas do concelho de Braga 80
Mapa II.18 | População empregada por setor de atividade nas freguesias do concelho de Braga (2011) 82
Mapa II.19 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011) 93
Mapa II.20 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011) 95
Mapa II.21 | Condição perante a procura de emprego nas freguesias do concelho de Braga (2011) 96
Mapa II.22 | Principal meio de vida nas freguesias do concelho de Braga (2011) 98
Mapa II.23 | População residente (%) segundo o nível de instrução mais elevado completo, nas freguesias do concelho de Braga (2011) 102
Mapa III.1 | Área de influência do AE Alberto Sampaio 155
Mapa III.2 | Área de influência do AE André Soares 156
Mapa III.3 | Área de influência do AE Carlos Amarante 157
Mapa III.4 | Área de influência do AE D. Maria II 158
Mapa III.5 | Área de influência do AE de Braga Oeste 160
Mapa III.6 | Área de influência do AE de Celeirós 161
Mapa III.7 | Área de influência do AE de Maximinos 162
Mapa III.8 | Área de influência do AE Mosteiro e Cávado 163

Mapa III.9 | Área de influência do AE de Real 164
Mapa III.10 | Área de influência do AE Trigal de Santa Maria 165
Mapa III.11 | Área de influência do AE Dr. Francisco Sanches 166
Mapa III.12 | Área de influência do AE Sá de Miranda 167
Mapa III.13 | Parque escolar público do concelho de Braga 170
Mapa III.14 | Escolas da rede pública do concelho de Braga, por níveis de instrução lecionados 171
Mapa III.15 | Rede de equipamentos desportivos do concelho de Braga 352
Mapa III.16 | Rede de equipamentos culturais do concelho de Braga 357
Mapa III.17 | Rede rodoviária do concelho de Braga 362
Mapa III.18 | Rede ferroviária do concelho de Braga 363
Mapa III.19 | População residente empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo (2011) ... 373
Mapa III.20 | Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante, de acordo com a freguesia de residência (2011) 378
Mapa III.21 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, segundo a freguesia de residência (2011) 383

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico II.1 | Gráfico Termopluviométrico para a Estação de Braga (1981-2010) 36
Gráfico II.2 | Valores médios mensais da temperatura (°C) média, máxima e mínima 37
Gráfico II.3 | Valores extremos da temperatura (°C) (maior máxima e menor mínima) 38
Gráfico II.4 | Número de dias com Tx≥30°C, Tx≥25°C, Tn≥20°C e Tn≤ 0°C 39
Gráfico II.5 | Precipitação (mm) média total e máxima diária 40
Gráfico II.6 | Número de dias com R≥0,1, R≥1,0 e R≥10,0 41
Gráfico II.7 | Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT III - Cávado 46
Gráfico II.8 | Densidade populacional (2001-2011) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I - Continente 49
Gráfico II.9 | População residente no concelho de Braga, por grandes grupos etários (2001 e 2011) 52
Gráfico II.10 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2001 a 2011) 57
Gráfico II.11 | Variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2001-2011) 58
Gráfico II.12 | População residente no concelho de Braga em idade escolar, por nível de educação e ensino 60
Gráfico II.13 | Taxa de natalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 68
Gráfico II.14 | Taxa de mortalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 70
Gráfico II.15 | Índices de juventude no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011) 74
Gráfico II.16 | Índices de envelhecimento no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011) 76
Gráfico II.17 | População empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 81
Gráfico II.18 | População residente empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga (2001-2011) 82
Gráfico II.19 | População residente, por grupo de profissões, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 83
Gráfico II.20 | População ativa e inativa no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 87
Gráfico II.21 | População residente, com e sem atividade económica, por grupo etário, no concelho de Braga (2011) 88
Gráfico II.22 | População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente 88
Gráfico II.23 | População residente empregada e desempregada no concelho de Braga (2011) 89
Gráfico II.24 | População empregada e população desempregada, por grupo etário, no concelho de Braga (2011) 90
Gráfico II.25 | Condição perante a procura de emprego no concelho de Braga (2011) 95

Gráfico II.26 | População residente por principal meio de vida no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 97
Gráfico II.27 | Taxa de analfabetismo no concelho de Braga, NUT II – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente e respetiva variação (2001-2011) 100
Gráfico II.28 | População residente no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente, segundo o nível de instrução mais elevado completo (2011) 101
Gráfico II.29 | Provável evolução da população residente (2011 a 2031) 106
Gráfico II.30 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2011, 2021 e 2031) 107
Gráfico II.31 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2021) 108
Gráfico II.32 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2031) 109
Gráfico II.33 | Evolução do número de alunos na rede escolar pública do concelho de Braga 111
Gráfico II.34 | Evolução do número de alunos na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 112
Gráfico II.35 | Evolução do número de alunos na rede pública, por nível de por nível de instrução lecionado 113
Gráfico II.36 | Evolução do número de alunos na rede privada, por nível de por nível de instrução lecionado 114
Gráfico II.37 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho de Braga 115
Gráfico II.38 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 116
Gráfico II.39 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar privada do concelho de Braga 117
Gráfico II.40 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga 118
Gráfico II.41 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 118
Gráfico II.42 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede escolar privada do concelho de Braga 119
Gráfico II.43 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga 120
Gráfico II.44 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 120
Gráfico II.45 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar privada do concelho de Braga 121
Gráfico II.46 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede escolar pública do concelho de Braga 122
Gráfico II.47 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 123

Gráfico II.48 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede escolar privada do concelho de Braga 124
Gráfico II.49 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede escolar pública do concelho de Braga 124
Gráfico II.50 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede pública, por agrupamento de escolas 125
Gráfico II.51 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede escolar privada do concelho de Braga 126
Gráfico II.52 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino recorrente na rede escolar pública do concelho de Braga 127
Gráfico II.53 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino artístico especializado na rede escolar pública do concelho de Braga 128
Gráfico II.54 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino artístico especializado na rede pública, por nível de instrução lecionado 129
Gráfico II.55 | Evolução do número de alunos com NEE na rede escolar pública do concelho de Braga 130
Gráfico II.56 | Evolução do número de alunos com NEE na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 131
Gráfico II.57 | Evolução do número de alunos em educação e formação na rede escolar pública do concelho de Braga 133
Gráfico II.58 | Evolução do número de alunos em educação e formação na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 134
Gráfico II.59 | Número de alunos beneficiários de ASE na rede escolar pública do concelho de Braga (2017-2018) 137
Gráfico II.60 | Número de alunos beneficiários de ASE por unidade orgânica e escalão atribuído (2017-2018) 138
Gráfico II.61 | Número de alunos beneficiários de ASE por nível escolar e escalão atribuído (2017-2018) 141
Gráfico II.62 | Número de alunos com transporte escolar (anos letivos 2015-2016 e 2016-2017) 148
Gráfico II.63 | Evolução do número de alunos com transportes escolar (anos letivos de 2015-2016 a 2017-2018) 149
Gráfico II.64 | Evolução estimada da população residente no concelho de Braga em idade escolar, por nível de educação e ensino (2011 a 2031) 150
Gráfico II.65 | Distribuição estimada da população residente em idade escolar, por nível de educação e ensino, no concelho de Braga (2011 a 2031) 151
Gráfico III.1 | Evolução do número de docentes na rede pública por nível de instrução lecionado 200
Gráfico III.2 | Evolução do número de docentes na rede privada por nível de instrução lecionado 201
Gráfico III.3 | | Evolução do número de docentes na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada 202
Gráfico III.4 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 203
Gráfico III.5 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas André Soares 204
Gráfico III.6 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 204
Gráfico III.7 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas D. Maria II 205

Gráfico III.8 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Braga Oeste 206
Gráfico III.9 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Celeirós 206
Gráfico III.10 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos 207
Gráfico III.11 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 208
Gráfico III.12 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Real 208
Gráfico III.13 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria 209
Gráfico III.14 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches ..210
Gráfico III.15 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 210
Gráfico III.16 | Evolução do número de docentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 211
Gráfico III.17 | Evolução do n.º de profissionais não docentes na rede pública 212
Gráfico III.18 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 213
Gráfico III.19 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas André Soares 214
Gráfico III.20 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 214
Gráfico III.21 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas D. Maria II 215
Gráfico III.22 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Braga Oeste 216
Gráfico III.23 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Celeirós 216
Gráfico III.24 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos 217
Gráfico III.25 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado 218
Gráfico III.26 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Real 219
Gráfico III.27 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 220
Gráfico III.28 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches 220
Gráfico III.29 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda 221
Gráfico III.30 | Evolução do número de profissionais não docentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 222
Gráfico III.31 | Número de salas de aula no AE Alberto Sampaio, por nível de instrução 224
Gráfico III.32 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 225
Gráfico III.33 | Número de salas de aula no AE André Soares, por nível de instrução 226
Gráfico III.34 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 226

Gráfico III.35 | Número de salas de aula no AE Carlos Amarante, por nível de instrução 227
Gráfico III.36 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 228
Gráfico III.37 | Número de salas de aula no AE D. Maria II, por nível de instrução 229
Gráfico III.38 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 229
Gráfico III.39 | Número de salas de aula no AE Braga Oeste, por nível de instrução 230
Gráfico III.40 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 231
Gráfico III.41 | Número de salas de aula no AE de Celeirós, por nível de instrução 231
Gráfico III.42 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 232
Gráfico III.43 | Número de salas de aula no AE de Maximinos, por nível de instrução 233
Gráfico III.44 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 233
Gráfico III.45 | Número de salas de aula no AE Mosteiro e Cávado, por nível de instrução 234
Gráfico III.46 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 235
Gráfico III.47 | Número de salas de aula no AE de Real, por nível de instrução 236
Gráfico III.48 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Real 236
Gráfico III.49 | Número de salas de aula no AE Trigal de Santa Maria, por nível de instrução 237
Gráfico III.50 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 238
Gráfico III.51 | Número de salas de aula no AE Dr. Francisco Sanches, por nível de instrução 238
Gráfico III.52 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 239
Gráfico III.53 | Número de salas de aula no AE Sá de Miranda, por nível de instrução 240
Gráfico III.54 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 240
Gráfico III.55 | Número de salas de aula no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, por nível de instrução 241
Gráfico III.56 | Infraestruturas existentes no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 242
Gráfico III.57 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 247
Gráfico III.58 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares 248
Gráfico III.59 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 248
Gráfico III.60 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 249
Gráfico III.61 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 250
Gráfico III.62 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Celeirós 250
Gráfico III.63 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Maximinos 251
Gráfico III.64 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 252
Gráfico III.65 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE de Real 252
Gráfico III.66 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE de Trigal de Santa Maria 253
Gráfico III.67 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 254
Gráfico III.68 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 255
Gráfico III.69 | Taxa de ocupação do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 255
Gráfico III.70 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 257
Gráfico III.71 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 258
Gráfico III.72 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE André Soares 259

Gráfico III.73 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE André Soares 259
Gráfico III.74 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 260
Gráfico III.75 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 261
Gráfico III.76 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 262
Gráfico III.77 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 262
Gráfico III.78 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 263
Gráfico III.79 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 264
Gráfico III.80 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 265
Gráfico III.81 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 265
Gráfico III.82 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Maximinos 266
Gráfico III.83 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Maximinos 267
Gráfico III.84 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 268
Gráfico III.85 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 268
Gráfico III.86 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE de Real 269
Gráfico III.87 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE de Real 270
Gráfico III.88 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 271
Gráfico III.89 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 271
Gráfico III.90 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 272
Gráfico III.91 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 273
Gráfico III.92 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 274
Gráfico III.93 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 275
Gráfico III.94 | Segurança do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 276
Gráfico III.95 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 276
Gráfico III.96 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 277
Gráfico III.97 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 278
Gráfico III.98 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 279
Gráfico III.99 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 279
Gráfico III.100 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 280
Gráfico III.101 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 281
Gráfico III.102 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 281

Gráfico III.103 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 282
Gráfico III.104 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 282
Gráfico III.105 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 283
Gráfico III.106 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 283
Gráfico III.107 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 284
Gráfico III.108 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 285
Gráfico III.109 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 286
Gráfico III.110 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado .. 286
Gráfico III.111 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 287
Gráfico III.112 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Real 287
Gráfico III.113 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Real 288
Gráfico III.114 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 289
Gráfico III.115 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 289
Gráfico III.116 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 290
Gráfico III.117 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 291
Gráfico III.118 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 291
Gráfico III.119 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 292
Gráfico III.120 | Equipamentos existentes no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 293
Gráfico III.121 | Condições básicas no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 293
Gráfico III.122 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 302
Gráfico III.123 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 303
Gráfico III.124 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 303
Gráfico III.125 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 304
Gráfico III.126 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 305
Gráfico III.127 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares 305
Gráfico III.128 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 306
Gráfico III.129 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 307
Gráfico III.130 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 308
Gráfico III.131 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 309

Gráfico III.132 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 309
Gráfico III.133 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 310
Gráfico III.134 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 311
Gráfico III.135 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 311
Gráfico III.136 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 312
Gráfico III.137 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 313
Gráfico III.138 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 314
Gráfico III.139 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 314
Gráfico III.140 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 315
Gráfico III.141 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 316
Gráfico III.142 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 316
Gráfico III.143 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 317
Gráfico III.144 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 318
Gráfico III.145 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 318
Gráfico III.146 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real 319
Gráfico III.147 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real 320
Gráfico III.148 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real 320
Gráfico III.149 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 321
Gráfico III.150 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 322
Gráfico III.151 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 322
Gráfico III.152 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 323

Gráfico III.153 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 324
Gráfico III.154 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 324
Gráfico III.155 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 325
Gráfico III.156 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 326
Gráfico III.157 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 326
Gráfico III.158 | Necessidades de alargamento de instalações no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 327
Gráfico III.159 | Necessidades de construção de instalações no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian 327
Gráfico III.160 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Alberto Sampaio 329
Gráfico III.161 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio 329
Gráfico III.162 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio .. 330
Gráfico III.163 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE André Soares 330
Gráfico III.164 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares 331
Gráfico III.165 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares 331
Gráfico III.166 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Carlos Amarante 332
Gráfico III.167 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante 332
Gráfico III.168 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante .. 333
Gráfico III.169 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE D. Maria II 333
Gráfico III.170 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 334
Gráfico III.171 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II 334
Gráfico III.172 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Braga Oeste 335
Gráfico III.173 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 336
Gráfico III.174 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste 336
Gráfico III.175 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Celeirós 337
Gráfico III.176 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 337
Gráfico III.177 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós 338
Gráfico III.178 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Maximinos 338
Gráfico III.179 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 339
Gráfico III.180 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos 339
Gráfico III.181 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Mosteiro e Cávado 340
Gráfico III.182 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 340
Gráfico III.183 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado 341
Gráfico III.184 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Real 341
Gráfico III.185 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Real 342

Gráfico III.186 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Real.....342
Gráfico III.187 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Trigal de Santa Maria 343
Gráfico III.188 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 343
Gráfico III.189 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria 344
Gráfico III.190 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Dr. Francisco Sanches....344
Gráfico III.191 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 345
Gráfico III.192 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches 345
Gráfico III.193 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Sá de Miranda 346
Gráfico III.194 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda ...346
Gráfico III.195 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda 347
Gráfico III.196 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.....348
Gráfico III.197 | Distribuição percentual dos equipamentos desportivos do concelho de Braga por tipologia de instalação.....351
Gráfico III.198 | Distribuição percentual dos equipamentos desportivos do concelho de Braga por tipologia de infraestrutura 351
Gráfico III.199 | Distribuição percentual dos equipamentos culturais do concelho de Braga por tipologia 353
Gráfico III.200 | Distribuição percentual dos equipamentos de recreio e lazer do concelho de Braga por tipologia.....358
Gráfico III.201 | Distância aproximada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga 369
Gráfico III.202 | Tempo de deslocação estimada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga.....369
Gráfico III.203 | População residente empregada ou estudante no concelho de Braga, por local de trabalho ou estudo (2011) 371
Gráfico III.204 | População residente empregada ou estudante no concelho de Braga, por local de trabalho ou estudo (dentro ou fora do município) (2011).....371
Gráfico III.205 | População residente empregada ou estudante concelho de Braga, cujo local de trabalho ou estudo é no município (2011) 372
Gráfico III.206 | População residente empregada ou estudante concelho de Braga, cujo local de trabalho ou estudo é fora do município (2011) 372
Gráfico III.207 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (2011) 377
Gráfico III.208 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente estudante (2011) 381
Gráfico III.209 | Movimentos pendulares com duração superior a 90 minutos, por local de estudo da população residente (2011) 382

Gráfico III.210 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente no concelho de Braga (2011).....382

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.1 | Freguesias do concelho de Braga e respetiva área (km^2 e %) 32
Quadro II.2 | Enquadramento demográfico do concelho de Braga (2011) 44
Quadro II.3 | População residente (2011) e respetiva variação (2001-2011) nos concelhos que integram a NUT III - Cávado 45
Quadro II.4 | População residente, por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%) 46
Quadro II.5 | Densidade populacional (habitantes/km^2) por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%) 49
Quadro II.6 | População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Braga e respetiva variação relativa (2001-2011) 55
Quadro II.7 | População residente em idade escolar (3 a 17 anos) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011) 59
Quadro II.8 | População em idade escolar (3-17 anos) por nível de educação e ensino nas freguesias do concelho de Braga (2011) 61
Quadro II.9 | Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011) 69
Quadro II.10 | Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011) 72
Quadro II.11 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2001-2011) 75
Quadro II.12 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2001-2011) 77
Quadro II.13 | Classificação das freguesias do concelho de Braga segundo a tipologia de áreas urbanas 79
Quadro II.14 | População empregada por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011) 84
Quadro II.15 | Empresas (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011) .. 85
Quadro II.16 | Taxas de atividade e desemprego no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011) 90
Quadro II.17 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011) 91
Quadro II.18 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011) 93
Quadro II.19 | Subsídios concedidos para os livros e material escolar no 1.º ciclo do ensino básico, por escalão atribuído (A ou B) 139
Quadro II.20 | Subsídios concedidos para os livros e material escolar nos 2. e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, por escalão atribuído (A, B ou C) 139
Quadro II.21 | Subsídios concedidos para as visitas de estudo (limite máximo), por nível de ensino e escalão atribuído 140
Quadro II.22 | Plano de Transportes Escolares para o concelho de Braga (2017-2018) 143
Quadro II.23 | População residente estimada, em idade escolar (3 a 17 anos), no concelho de Braga (2011 a 2031) 151
Quadro III.1 | Agrupamentos de escolas existentes no concelho de Braga 154
Quadro III.2 | Constituição do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio 155
Quadro III.3 | Constituição do Agrupamento de Escolas André Soares 156
Quadro III.4 | Constituição do Agrupamento de Escolas Carlos Amarante 157

Quadro III.5 | Constituição do Agrupamento de Escolas D. Maria II....158
Quadro III.6 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Braga Oeste....159
Quadro III.7 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Celeirós....160
Quadro III.8 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Maximinos....161
Quadro III.9 | Constituição do Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado....162
Quadro III.10 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Real....163
Quadro III.11 | Constituição do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria....164
Quadro III.12 | Constituição do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches....165
Quadro III.13 | Constituição do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda....166
Quadro III.14 | Escolas não agrupadas no concelho de Braga (rede pública)....167
Quadro III.15 | Escolas não agrupadas no concelho de Braga (rede privada)....168
Quadro III.16 | Escolas não agrupadas do concelho de Braga com outras ofertas formativas – rede privada....169
Quadro III.17 | Estabelecimentos escolares onde é ministrada a educação pré-escolar no concelho de Braga (rede pública)....172
Quadro III.18 | Estabelecimentos escolares onde é ministrada a educação pré-escolar no concelho de Braga (rede privada)....175
Quadro III.19 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Braga (rede pública)....177
Quadro III.20 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Braga (rede privada)....179
Quadro III.21 | Estabelecimentos escolares onde são ministrados o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Braga (rede pública)....180
Quadro III.22 | Estabelecimentos escolares onde são ministrados o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Braga (rede privada)....181
Quadro III.23 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino secundário no concelho de Braga (rede pública)....183
Quadro III.24 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino secundário no concelho de Braga (rede privada)....184
Quadro III.25 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino profissional no concelho de Braga (rede pública)....185
Quadro III.26 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino profissional no concelho de Braga (rede privada)....186
Quadro III.27 | Rede de oferta de cursos profissionais no concelho de Braga para o ciclo de formação 2016-2019....186
Quadro III.28 | Rede de oferta de cursos do ensino secundário recorrente no concelho de Braga (2016-2017)....188
Quadro III.29 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado a vertente do ensino artístico especializado no concelho de Braga....189
Quadro III.30 | Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) – habilitações de acesso, tipos e níveis certificação profissional....191
Quadro III.31 | Rede de oferta de cursos CEF no concelho de Braga, com início em 2016-2017....191

Quadro III.32 | Rede de oferta de cursos EFA de Dupla Certificação no concelho de Braga (2016-2017) 192
Quadro III.33 | Rede de oferta de cursos EFA Escolar no concelho de Braga (2016-2017) 192
Quadro III.34 | Rede de oferta de cursos EFA em modelo de Formação Modular no concelho de Braga (2016-2017) 193
Quadro III.35 | Rede de oferta de cursos EFA em modelo de Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas no concelho de Braga (2016-2017) 193
Quadro III.36 | Rede de oferta de cursos vocacionais no concelho de Braga (ciclo de formação 2016-2018) 194
Quadro III.37 | Rede de oferta de PIEF no concelho de Braga (2017-2018) 194
Quadro III.38 | Rede de oferta de PCA no concelho de Braga (2017-2018) 195
Quadro III.39 | Entidades formadoras no concelho de Braga 195
Quadro III.40 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares da rede pública do concelho de Braga 243
Quadro III.41 | Equipamentos desportivos do concelho de Braga 350
Quadro III.42 | Equipamentos culturais do concelho de Braga 353
Quadro III.43 | Equipamentos de recreio e lazer do concelho de Braga 358
Quadro III.44 | Rede rodoviária nacional que incide do concelho de Braga 360
Quadro III.45 | Rede rodoviária municipal do concelho de Braga 361
Quadro III.46: Quadro resumo das características do ramal de Braga 362
Quadro III.47 | Distância e tempo de deslocação aproximada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga 367
Quadro III.48 | População residente no concelho de Braga, empregada ou estudante (n.º e %), segundo o local de trabalho ou estudo (2011) 374
Quadro III.49 | Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante, de acordo com a freguesia de residência (2011) 379
Quadro III.50 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, segundo a freguesia de residência (2011) 384
Quadro III.51 | Fatores de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências identificadas através das sessões de *Focus Group* 407
Quadro III.52 | Situação atual das fragilidades identificadas na CE de 1.ª geração 408
Quadro III.53 | Matriz SWOT – Genérico 412
Quadro III.54 | Matriz SWOT – Sistema de Educação e Ensino 414
Quadro III.55 | Matriz de sistematização das questões subjacentes aos comentários/contributos decorrentes das sessões de *focus group* e respetiva priorização em função dos resultados do diagnóstico socioeducativo 418

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II.1 | Classificação climática de Köppen-Geiger para Portugal Continental 35
Figura III.1 | Enquadramento regional do concelho de Braga e respetivas centralidades urbanas.....366
Figura III.2 | Ferramentas e metodologias subjacentes ao diagnóstico.....406
Figura III.3 | Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT.....411
Figura III.4 | Níveis de priorização dos fatores de diagnóstico e das tendências identificadas 416
Figura III.5 | Visão e objetivos estratégicos subjacentes à estratégia educativa para o Município de Braga 431

I. INTRODUÇÃO

I.1. O CONTEXTO DO TRABALHO DE MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BRAGA

O planeamento dos equipamentos educativos deve assumir um papel preponderante no contexto dos **instrumentos de ordenamento e gestão do território municipal**. A qualidade do sistema educativo constitui o pilar do desenvolvimento e qualificação da sociedade. Porém, o atual contexto socioeconómico coloca neste processo de planeamento a ênfase na racionalização, adaptação, complementaridade e rentabilização dos recursos e das ofertas educativas.

A Escola assume um papel chave e é uma acompanhante constante das mudanças sociais, por vezes percursora e outras vezes dando sequência e consolidando-as. No sentido de esta responder de forma adequada a novos e complexos desafios, é necessária uma abordagem escolar integrada, que pressuponha o envolvimento de toda a comunidade escolar numa ação coesa, coletiva e colaborativa, assente numa forte cooperação em torno de uma estratégia educativa comum e claramente definida.

Enquanto espaço privilegiado da ação educativa e ponto de formação de gerações, a Escola deve proporcionar um adequado ambiente de aprendizagem e fomentar condições que sejam sinónimo de um processo instrutivo competente. Nesta perspetiva, o Sistema Educativo não se restringe ao espaço físico da instalação escolar, mas a toda uma estrutura integrada que compreende, entre outros, o pessoal docente e não docente, as atividades extracurriculares, a atividade desportiva, o contacto com as novas tecnologias, o provimento de refeições e o transporte escolar, devendo estes aspetos ser considerados no seu todo, com vista a um nível superior da qualidade de ensino.

Segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a Carta Educativa constitui, "*a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*."

A **Carta Educativa** é, assim, um instrumento de planeamento estratégico que tem como objetivo o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e formativo de acordo com as especificidades territoriais e a dimensão prospetiva subjacente.

Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em constante processo de atualização, deve ser avaliada periodicamente com a finalidade de, se necessário, lhe serem introduzidas correções. Com efeito, e volvidos cerca de dez anos desde o início do processo de elaboração da carta educativa de Braga, é chegado o tempo de proceder à sua revisão. Efetivamente, a dinâmica da evolução nos últimos anos, quer ao nível demográfico e socioeconómico, quer ao nível da própria política do sistema educativo e do

desenvolvimento local, impõe necessidades de ajustamento deste instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa à conjuntura e mudanças ocorridas no concelho.

De acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a revisão da Carta Educativa é obrigatória quando a rede educativa do município apresenta desconformidades com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa ou sempre que resultem de alterações significativas decorrentes da criação ou do encerramento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

A revisão permite identificar desvios ao inicialmente proposto na elaboração Carta Educativa, suportados em resultados obtidos na sua implementação e assente nas seguintes dimensões: fases do projeto, procedimentos adotados ao longo do projeto, identificação de eventuais modificações de trajetórias que possam comprometer de algum modo o alcance das metas e na reformulação dos indicadores e objetivos iniciais.

A revisão da Carta Educativa visa assim, promover o acompanhamento e atualização das dinâmicas ocorridas no sistema educativo e a sua adequação à realidade, de modo a apoiar a conceção de estratégias da política educativa para o município e a própria implementação, materializada sob a forma de ações e intervenções concretas no território. Com efeito, pretende-se com este processo responder de forma consistente, atual e realista aos desafios e necessidades do desenvolvimento educativo presentes no concelho, numa perspetiva de coesão e sustentabilidade socioeconómica e territorial.

As propostas a apresentar para a rede escolar concelhia, a incluir na revisão deste documento estratégico, deverão estar de acordo com o diagnóstico efetuado, as deficiências da oferta existente e as previsões de evolução da população escolar. Deverão, ainda, assentar em princípios de política educativa nacional e nas necessidades locais de transformação verificadas aos diversos níveis de ensino.

O esforço de reordenamento da rede educativa municipal deverá ser completado com adequadas medidas de ação social escolar e apoio pedagógico às crianças, aos alunos e respetivas famílias, no sentido de combater o insucesso e abandono escolar no ensino básico e secundário.

Os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, deverão ser adequados às necessidades familiares. O princípio da "escola a tempo inteiro" exige que se assegurem as refeições, que se adeque a rede de transportes escolares, que se promova a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), bem como o desenvolvimento de novas formas de apoio social.

A Carta Educativa deve apontar ainda para a diversificação da oferta educativa do ensino secundário, valorizando a componente profissional, de forma a combater as saídas precoces do sistema educativo.

A monitorização/revisão da Carta Educativa visará a verificação do estado da educação escolar no concelho de Braga, através da:

- Verificação do nível de implementação dos projetos infraestruturais previstos na Carta Educativa;

- Atualização dos dados das frequências escolares por nível de educação e ensino, sobretudo nas escolas públicas dos Agrupamentos de Escolas existentes;
- Levantamento e análise dos projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal e pelas escolas do Município com enquadramento nas tipologias e objetivos da Carta Educativa.

Em resposta aos objetivos de monitorização anteriormente elencados, procede-se, no ponto que se segue, à definição e apresentação de um conjunto de objetivos de trabalhos e opções metodológicas.

I.1.1. METODOLOGIAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A revisão da Carta Educativa do Município de Braga assume como um dos principais objetivos a revisão/atualização da estratégia educativa municipal, passível de proporcionar ao Município o apoio à decisão estratégica de uma forma fundamentada, assente numa gestão eficaz dos recursos educativos, assim como promover uma intervenção municipal mais eficaz e eficiente sobre os desvios ou fragilidades detetadas no contexto escolar.

Constitui também um objetivo primordial a promoção do acompanhamento e da atualização das dinâmicas ocorridas no sistema educativo e da sua adequação, de forma coerente, à realidade, de modo a apoiar a decisão na conceção de estratégias da política educativa para o município.

Os trabalhos de revisão da Carta Educativa de Braga assumem como objetivos específicos:

- Proporcionar ao Município o apoio à decisão estratégica de uma forma fundamentada, assente numa gestão eficaz dos recursos educativos;
- Promover uma intervenção municipal mais eficaz e eficiente, sobre os desvios ou fragilidades detetadas;
- Dar continuidade a um processo iniciado de forma estruturada, regular e atualizada em conceitos e normativos legais;
- Atualizar a caracterização socioeconómica considerando os resultados nos censos 2011 ou dados mais atuais, quando disponíveis;
- Articular com outros instrumentos de planeamento e ordenamento territorial de âmbito municipal, nomeadamente o PDM, Plano de Desenvolvimento Social, etc.
- Articular o sistema educativo com o desenvolvimento local;
- Atualizar as projeções demográficas da população e da população a escolarizar;
- Promover a adaptação às novas competências municipais nas áreas da educação;
- Atualizar o diagnóstico da rede educativa de acordo com os critérios de procura e oferta ajustados;
- Adequar aos pressupostos legais em vigor em matéria do Sistema Educativo;
- Reconfigurar a rede e territórios educativos com as novas políticas educativas;
- Reprogramar a rede educativa, compatibilizando a procura e a oferta de equipamentos de educação e novas respostas socioeducativas;

- Avaliar quantitativamente o grau de adequabilidade da rede educativa municipal à realidade e necessidades do presente;
- Enquadrar os resultados educativos municipais no contexto dos objetivos definidos no programa do governo para a educação;
- Avaliar o nível de execução das propostas face ao conjunto de expectativas e intervenções inicialmente traçadas;
- Favorecer a transparência e o rigor na execução dos projetos;
- Sistematizar a intervenção educativa no território concelhio;
- Promover a relação entre instituições com projetos educativos da comunidade;
- Disponibilizar recomendações no contexto do apoio à monitorização futura da Carta Educativa.

Para a consecução dos objetivos elencados, assim como para o desenvolvimento dos trabalhos de suporte à revisão da Carta Educativa, torna-se indispensável a obtenção de informação completa e detalhada sobre a temática.

A sustentação dos trabalhos compreende o recurso a fontes cartográficas, à pesquisa bibliográfica e legal sobre a temática e à consulta de dados estatísticos referentes à análise sociodemográfica e educativa local atual e histórico recente.

A obtenção da informação anteriormente mencionada encontra-se sistematizada em duas componentes fundamentais, a saber:

- Na obtenção de um conjunto de indicadores relativos às dinâmicas territoriais e sociodemográficas que influenciam o desenvolvimento educativo local;
- Na obtenção de indicadores específicos sobre os comportamentos educativos nos últimos anos no concelho, com reflexos na programação da estratégica municipal de reordenamento da rede escolar.

A primeira, de génese quantitativa, abrange essencialmente a atualização de informação estatística de suporte à compreensão e sustentação da proposta de revisão da carta educativa.

A segunda, por sua vez, recai sobre o levantamento, análise e avaliação de informação estatística relativa à frequência e resultados escolares nos vários ciclos de ensino, no sentido de identificar eventuais melhorias ou correções nas linhas de intervenção do reordenamento escolar.

Aponta-se, ainda, a articulação, partilha e discussão da informação dos resultados de análise entre os diversos atores do sistema educativo: o Município, os Agrupamento de Escolas e as Escolas não Agrupadas.

Do ponto de vista metodológico, e no sentido do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos, a revisão da Carta Educativa de Braga desenvolvem-se sob três importantes linhas de intervenção:

- A revisão/atualização da estratégia educativa municipal;
- A avaliação dos resultados das intervenções em relação ao que foram os objetivos de partida da Carta Educativa de 1ª geração;

- A formulação de propostas de reordenamento e/ou requalificação da rede escolar municipal.

I.1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO ATUAL

A responsabilidade de elaboração da Carta Educativa recai sobre a Câmara Municipal, de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro[1].

Os trabalhos conducentes à revisão da Carta Educativa regem-se pelo estipulado no artigo 20.º do mesmo diploma legal, que estabelece a obrigatoriedade do procedimento quando a rede educativa do município revela desconformidades com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa ou sempre que resultem de alterações significativas decorrentes da criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

A atualização da Carta Educativa é ainda enquadrada pela demais legislação fundamental e complementar relativa à Lei de Bases do Sistema Educativo, ao alargamento da escolaridade obrigatória, ação social escolar, ao alargamento da rede de educação pré-escolar, avaliação e autonomia das escolas, desporto escolar, educação especial, educação para a saúde, enriquecimento curricular, ensino artístico, escola a tempo inteiro, estatística para a educação, exames e provas de aferição, medidas de combate ao insucesso escolar, modernização dos estabelecimentos de ensino, novas oportunidades, plano nacional de leitura, plano tecnológico de educação, refeições escolares, reorganização da rede escolar, segurança nas escolas e à transferência de competências para os municípios. A compilação das referências legais consta no Anexo I do presente documento.

[1] Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º. 41/2003, de 22 agosto, pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º72/2015, de 11 de maio.

II. ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOEDUCATIVO

A atualização do diagnóstico socioeducativo do concelho de Braga estabelece o enquadramento atualizado da caracterização geográfica das dinâmicas territoriais e sociodemográficas que condicionam e orientam o desenvolvimento educativo local.

A abordagem envolve uma atualização dos seguintes descritores: a nova organização administrativa; a caraterização biofísica (clima, relevo e hidrografia); o diagnóstico socioeconómico quanto às variáveis mais pertinentes ao planeamento e ordenamento do território escolar e educativo, nomeadamente indicadores sobre a evolução, distribuição e estrutura espacial da população residente, os índices de juventude e envelhecimento da população, as taxas de natalidade e mortalidade, o nível de empregabilidade e atividade da população segundo os setores de atividade e, ainda, uma abordagem prospetiva da evolução da população.

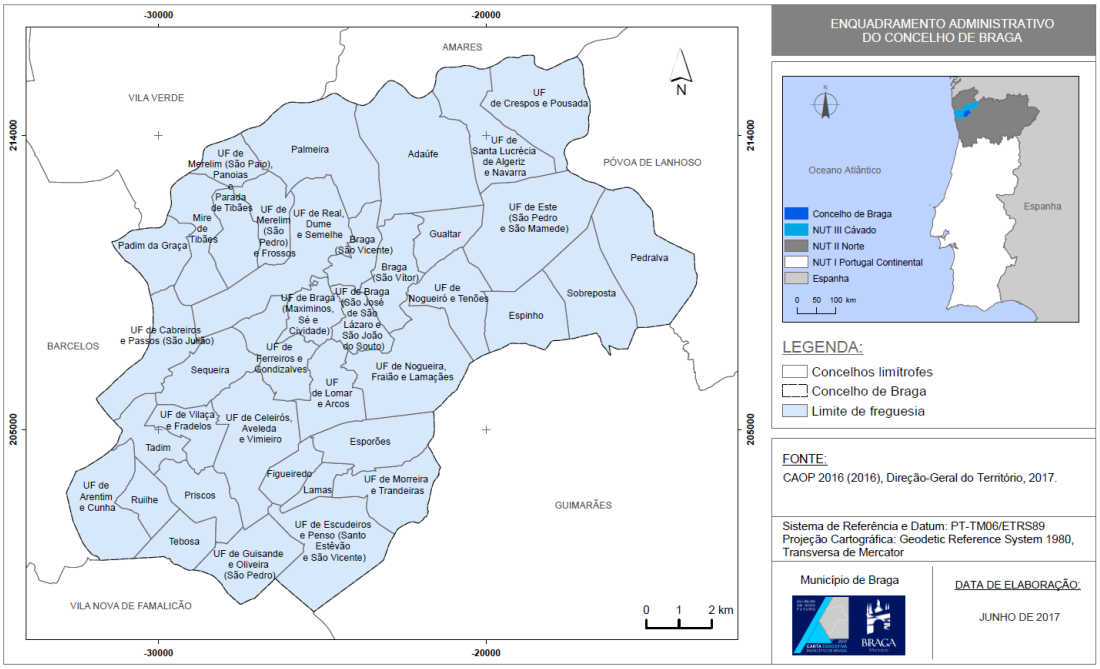
II.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA

O concelho de Braga localiza-se, em termos administrativos, no distrito de Braga, do qual constitui sede. Este distrito engloba ainda outros 13 municípios, a saber: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Amares, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Enquadra-se na NUT II - Norte, integrando, em conjunto com os concelhos de Amares, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, a NUT III – Cávado.

Os seus limites são demarcados a Norte por Amares e Vila Verde (com o rio Cávado como fronteira), a Nordeste pela Póvoa de Lanhoso, a Sudeste por Guimarães, a Sudoeste por Vila Nova de Famalicão e a Oeste por Barcelos (Mapa II.1).

Mapa II.1 | Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Braga



Com uma área de 183,4 km^2, o concelho de Braga passou a ser constituído, de acordo com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, expressa na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, por um total de 37 freguesias (Quadro II.1).

Quadro II.1 | Freguesias do concelho de Braga e respetiva área (km^2 e %)

Freguesia	Área (km^2)	Área (%)
Adaúfe	10,81	5,89
Braga (São Vicente)	2,55	1,39
Braga (São Vítor)	4,08	2,23
Espinho	4,48	2,44
Esporões	4,74	2,58
Figueiredo	2,03	1,11
Gualtar	2,74	1,49
Lamas	1,25	0,68
Mire de Tibães	4,36	2,38
Padim da Graça	3,39	1,85
Palmeira	8,88	4,84
Pedralva	8,07	4,40
Priscos	3,65	1,99
Ruilhe	2,20	1,20
Sequeira	4,35	2,37

Freguesia	Área (km²)	Área (%)
Sobreposta	5,98	3,26
Tadim	2,68	1,46
Tebosa	2,59	1,41
União das freguesias de Arentim e Cunha	5,72	3,12
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	2,57	1,40
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	2,43	1,33
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	4,79	2,61
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	7,57	4,13
União das freguesias de Crespos e Pousada	7,34	4,00
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	8,04	4,38
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	9,79	5,34
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	4,26	2,32
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,71	2,57
União das freguesias de Lomar e Arcos	4,01	2,19
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	5,36	2,92
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3,15	1,72
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	4,54	2,48
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	8,40	4,58
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	4,43	2,41
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	8,47	4,62
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	6,22	3,39
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	2,80	1,52
Concelho de Braga	183,40	100,00

Fonte: CAOP 2016, Direção-Geral do Território (2016).

II.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

O presente capítulo apresenta uma breve descrição das caraterísticas físicas do concelho de Braga, na perspetiva de enquadrar o Município ao nível de parâmetros como o clima (temperatura do ar e precipitação), o relevo e a hidrografia.

II.2.1. CLIMA

Ao interferir de forma tão marcante nos diversos aspetos da vida humana, o clima, e o seu estudo, revelam-se de uma importância indispensável.

Segundo o Instituo Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o clima é um "conjunto de todos os estados que a atmosfera pode ter num determinado local, durante um tempo longo, mas definido. Este intervalo de tempo durante o qual podemos dizer que existe um determinado tipo de clima é escolhido como "suficientemente longo", em geral 30 anos.". Segundo o mesmo instituto "o conhecimento do clima de uma região é fundamental para o planeamento e gestão das atividades socioeconómicas, e também essencial para mitigar as consequências dos riscos climáticos".

O clima de Portugal Continental resulta da combinação de vários fatores, nomeadamente das diferenças de altitude, da forma e da disposição do relevo, da proximidade ou afastamento ao mar, do efeito da continentalidade, da circulação geral da atmosfera, dos contrastes entre o norte/sul e litoral/interior.

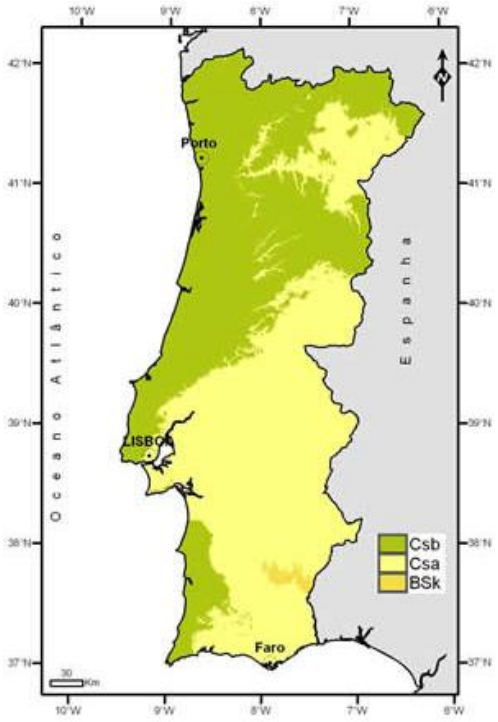
Segundo a classificação de Köppen-Geiger (última revisão de Köppen em 1936), na maior parte do território de Portugal Continental o clima é Temperado, do Tipo C, verificando-se o Subtipo Cs (Clima temperado com Verão seco) e as seguintes variedades:

- Csa, clima temperado com Verão quente e seco nas regiões interiores do vale do Douro (parte do distrito de Bragança), assim como nas regiões a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela (exceto no litoral oeste do Alentejo e Algarve).
- Csb, clima temperado com Verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve.

Numa pequena região do Baixo Alentejo encontra-se Clima Árido – Tipo B, Subtipo BS (clima de estepe), variedade BSk (clima de estepe fria da latitude média).

No concelho de Braga, tal como se evidencia na Figura II.1, o clima é do subtipo Csb (clima temperado com Verão seco e suave.

Figura II.1 | Classificação climática de Köppen-Geiger para Portugal Continental



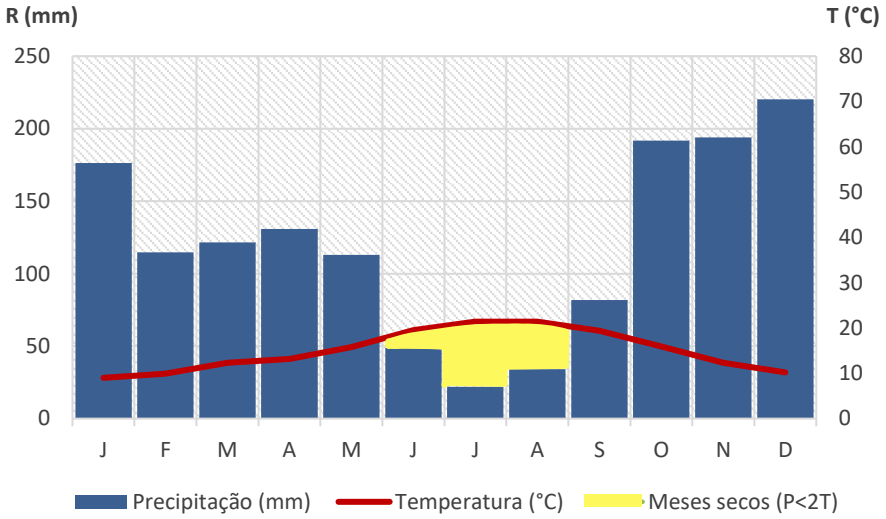
Fonte: https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/.

De seguida proceder-se-á a uma breve caraterização de dois parâmetros climáticos: temperatura do ar e precipitação. Esta caraterização é realizada com base nos dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1981-2010 ou, para as variáveis em que estes não estejam disponíveis, recorrendo aos dados para o período 1971-2000. A escolha da estação meteorológica baseou-se em critérios assentes na proximidade, da homogeneidade climática e intervalo de dados disponíveis para análise.

II.2.1.1. TEMPERATURA DO AR E PRECIPITAÇÃO

Uma das principais caraterísticas do clima que se faz sentir no noroeste português reside no facto da estação do ano com temperaturas mais baixas coincidir com a de maiores quantitativos de precipitação, fazendo coincidir o pino da estação mais quente com a de maior secura. Com efeito, os meses em que os quantitativos de precipitação são inferiores (junho com 48,6 mm, julho com 22 mm e agosto com 34 mm) coincidem com o período em que as temperaturas médias são mais elevadas (junho com 19,5°C e julho e agosto com 21,4°C). Estes meses são, assim, considerados como o período seco do ano, traduzindo um quantitativo de precipitação duas vezes inferior ao da temperatura P<2T, representado a amarelo no Gráfico II.1)

Gráfico II.1 | Gráfico Termopluviométrico para a Estação de Braga (1981-2010)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

A partir do exposto é possível constatar que o ano pluviométrico encontra-se dividido em duas estações bem definidas e contrastantes: a primeira corresponde ao período de inverno, onde as temperaturas são baixas e a precipitação é abundante e a segunda corresponde aos meses de verão, período onde as temperaturas são elevadas e a precipitação é fraca.

II.2.1.1.1. TEMPERATURA DO AR

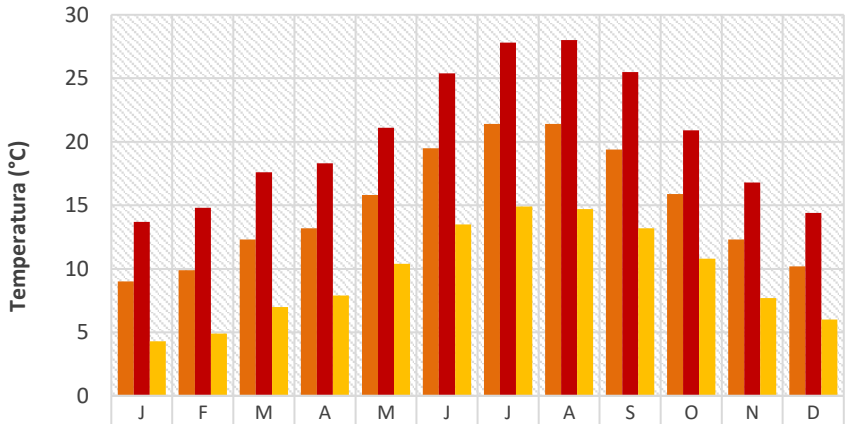
Segundo o Atlas Climático Ibérico, "*a temperatura do ar mede-se com termómetros instalados em abrigos meteorológicos, com reservatório a 1,5 m de altura do solo e os valores experimentam-se em graus Célsius (°C)*".

Os valores médios no mês e no ano respeitam às médias dos valores máximo e mínimo diários observados da temperatura. O número médio de dias no ano com temperatura máxima igual ou superior a 25°C, e com temperatura mínima igual ou superior a 20°C e igual ou inferior a 0°C permite aferir sobre a frequência da ocorrência de valores elevados ou baixos de temperatura

VALORES MÉDIOS DIÁRIOS

O concelho de Braga apresenta uma temperatura média anual de 15°C, com a temperatura média anual mais elevada a registar-se nos meses de julho e agosto, ambos com 21,4°C, e a mais baixa em janeiro, com 9°C (a laranja no Gráfico II.2). Deste modo, apresenta uma amplitude térmica anual (diferença entre a temperatura média mensal mais alta e a temperatura média mensal mais baixa) de 12,4°C.

Gráfico II.2 | Valores médios mensais da temperatura (°C) média, máxima e mínima



	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Temperatura (°C) Média	9	9,9	12,3	13,2	15,8	19,5	21,4	21,4	19,4	15,9	12,3	10,2
Temperatura (°C) Máxima	13,7	14,8	17,6	18,3	21,1	25,4	27,8	28	25,5	20,9	16,8	14,4
Temperatura (°C) Mínima	4,3	4,9	7,0	7,9	10,4	13,5	14,9	14,7	13,2	10,8	7,7	6,0

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

Em termos de valores médios da temperatura máxima (representados a vermelho no Gráfico II.2), é possível verificar que que estes são superiores nos meses de verão, mais concretamente nos meses de julho (27,8°C) e agosto (28°C), e inferiores nos meses de inverno, com particular destaque para dezembro (14,4°C) e janeiro (13,7°C).

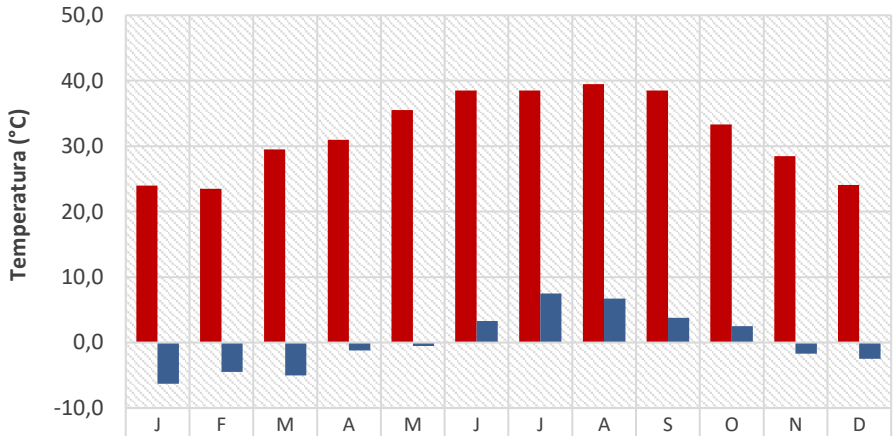
Quanto aos valores médios da temperatura mínima (exibidos a amarelo no Gráfico II.2), é possível constatar que estes variam entre os 4,3°C verificados no mês de janeiro e os 14,9°C registados no mês de julho.

VALORES EXTREMOS

Ainda no contexto da análise da temperatura do ar, importa atender aos valores extremos máximo e mínimo registados na estação de Braga (Gráfico II.3).

Tal como evidenciado no Gráfico II.3, a temperatura máxima registada corresponde ao mês de Agosto (39,5°C), ao qual se seguem os meses de junho, julho e setembro (38,5°C). Em contrapartida, é ao mês de janeiro (-6,3°C) que respeita o menor valor da temperatura mínima registada, seguindo-se os meses de março (-5,0°C) e fevereiro (-4,5°C).

Gráfico II.3 | Valores extremos da temperatura (°C) (maior máxima e menor mínima)



	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Maior Máxima	24,0	23,5	29,5	31,0	35,5	38,5	38,5	39,5	38,5	33,3	28,5	24,1
Menor Mínima	-6,3	-4,5	-5,0	-1,2	-0,5	3,3	7,5	6,7	3,8	2,5	-1,7	-2,5

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

NÚMERO DE DIAS COM TX≥30°C, TX≥25°C, TN≥20°C E TN≤ 0°C[2]

No que concerne ao número de dias com temperatura máxima igual ou superior a 30°C (TX≥30°C), temperatura máxima igual ou superior a 25°C (TX≥25°C), temperatura mínima igual ou superior a 20°C (Tn≥20°C) e temperatura mínima igual ou inferior a 0°C (Tn≤ 0°C), a análise terá por base os dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1971-2000, atendendo à não disponibilização destes dados para o período 1981-2010 (dados de caráter ainda provisório).

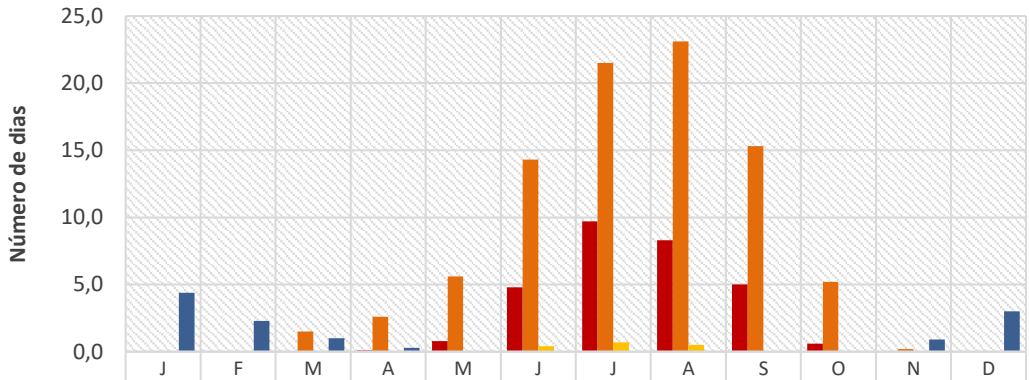
Em Braga são registados uma média de 29,3 dias com temperatura máxima igual ou superior a 30°C, 89,3 dias com temperatura máxima igual ou superior a 25°C, 1,7 dias com temperatura mínima igual ou superior a 20°C e 11,9 dias com temperatura mínima igual ou inferior a 0°C (Gráfico II.4).

Relativamente ao número de dias cuja temperatura iguala ou excede os 30°C, há registo de que esta temperatura do ar seja atingida entre os meses de abril e outubro, com destaque para os meses de julho (9,7 dias) e agosto (8,3 dias).

Quanto à temperatura máxima igual ou superior a 25°C, apenas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro há ausência de registo destas temperaturas. Em contrapartida, são os meses de julho (21,5 dias) e agosto (23,1) que contabilizam um maior número de dias com estes valores de temperatura do ar.

[2] Tx=Temperatura Máxima; Tn=Temperatura Mínima.

Gráfico II.4 | Número de dias com Tx≥30°C, Tx≥25°C, Tn≥20°C e Tn≤ 0°C



	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Tx≥30 °C	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8	4,8	9,7	8,3	5,0	0,6	0,0	0,0
Tx≥25 °C	0,0	0,0	1,5	2,6	5,6	14,3	21,5	23,1	15,3	5,2	0,2	0,0
Tn≥20 °C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Tn≤0 °C	4,4	2,3	1,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	3,0

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1971-2000); IPMA (2017).

No que respeita ao número de dias com temperatura mínima do ar igual ou superior a 20°C, somente se regista tal ocorrência nos meses de junho (0,4 dias), julho (0,7 dias) e agosto (0,5 dias).

Por fim, é nos meses de novembro a abril que se regista a ocorrência de dias com temperatura mínima igual ou inferior a 0°C, destacando-se os meses de janeiro (4,4 dias) e dezembro (3,0 dias).

II.2.1.1.2. PRECIPITAÇÃO

Segundo o IPMA, a precipitação pode ser definida como todo o conjunto de partículas de água, tanto em estado líquido como em estado sólido, ou em ambos, que se precipitam da atmosfera e atingem a superfície terrestre.

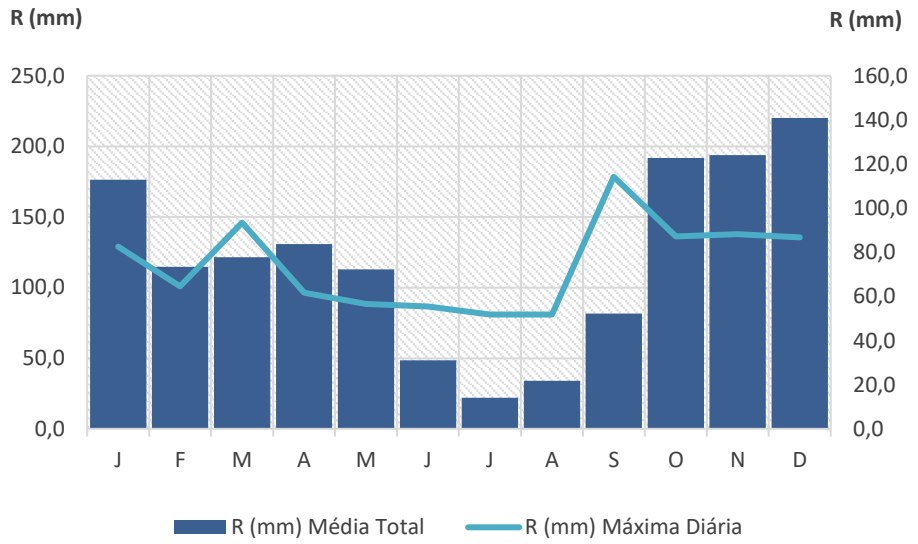
De acordo com o Atlas Climático Ibérico, "*para caracterizar o regime de precipitações é importante considerar tanto a precipitação média anual como a sua distribuição temporal ao longo das estações do ano*". Deste modo, é necessário dispor do número anual médio de dias em que se regista precipitação e a distribuição sazonal deste número de dias. É também relevante dispor da frequência climática de ocorrência de precipitações intensas, expressa pelo número médio anual e sazonal de dias com precipitação diária superior a determinados valores.

Os valores da precipitação são expressos em milímetros (mm). A sua medição é feita às 9 UTC1 e refere-se às 24 horas precedentes. Estas medições permitem a comparação a três níveis: média total, máxima diária e número de dias com registos superiores ou iguais a 0,1 mm, a 1,0 mm e a 10,0 mm.

PRECIPITAÇÃO (R) MÉDIA TOTAL E PRECIPITAÇÃO (R) MÁXIMA DIÁRIA

Em Braga, em média, anualmente, precipitam 1448,6mm, cuja distribuição é irregular ao longo do ano. Com efeito, os meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro apresentam valores de precipitação média total superior a 150mm, com destaque para o mês de dezembro, no qual são excedidos os 200mm. Em contrapartida, são os meses de julho e agosto que registam os menores valores médios de precipitação total, com 22,0 mm e 34,0 mm, respetivamente (Gráfico II.5).

Gráfico II.5 | Precipitação (mm) média total e máxima diária



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

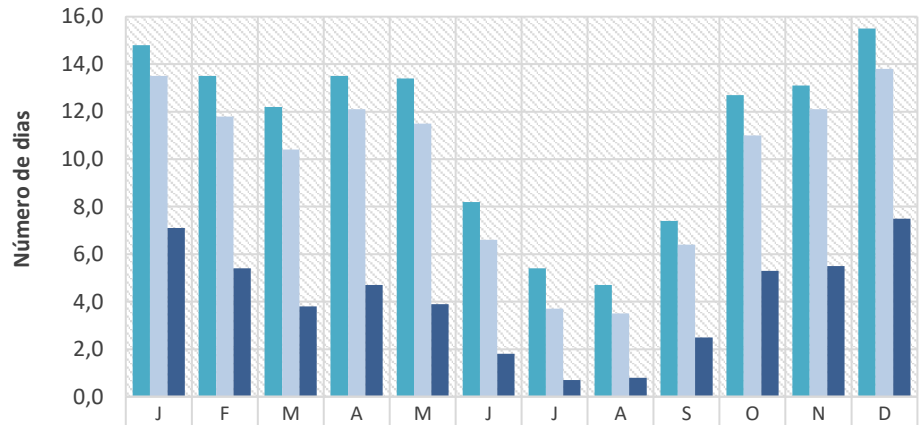
Um outro dado que importa também analisar, é a precipitação máxima diária. No que se refere a este indicador, verifica-se que o mês de setembro regista o valor máximo de precipitação diária mais elevado (114,2mm), seguindo-se os meses de março (93,5mm), novembro (88,2mm), outubro (87,2mm) e dezembro (86,7mm). Os menores valores de precipitação máxima diária ocorrem, por sua vez, nos meses de julho e agosto (ambos com 51,8mm).

NÚMERO DE DIAS COM R≥0,1, R≥1,0 E R≥10,0

A análise do número de dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm (R≥0,1), igual ou superior a 1mm (R≥1,0) e precipitação igual ou superior a 10 mm (R≥10,0) terá por base os dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1971-2000, atendendo à não disponibilização destes dados para o período 1981-2010 (dados de caráter ainda provisório).

Quanto ao número de dias com precipitação, refira-se a existência de 134,4 dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm (R≥0,1), 116,4 dias com precipitação igual ou superior a 1mm (R≥1,0) e 49,0 dias de precipitação igual ou superior a 10 mm (R≥10,0) (Gráfico II.6).

Gráfico II.6 | Número de dias com R≥0,1, R≥1,0 e R≥10,0



	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
RR≥ 0,1mm	14,8	13,5	12,2	13,5	13,4	8,2	5,4	4,7	7,4	12,7	13,1	15,5
RR≥ 1mm	13,5	11,8	10,4	12,1	11,5	6,6	3,7	3,5	6,4	11,0	12,1	13,8
RR≥ 10mm	7,1	5,4	3,8	4,7	3,9	1,8	0,7	0,8	2,5	5,3	5,5	7,5

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1971-2000); IPMA (2017).

Tal como evidenciado no gráfico anterior, durante 8 meses, mais precisamente entre outubro e maio, há registo de precipitação igual ou superior a 0,1mm em mais de 10 dias de cada mês. Com efeito, o número de dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm varia entre os 15,5 dias observados em dezembro e os 4,7 dias registados no mês de agosto.

Em cerca de 116,4 dias por ano a precipitação é igual ou superior a 1mm, sendo que nos meses compreendidos entre outubro e maio há mesmo registo de mais de 10 dias por mês com registo destes valores pluviométricos. O número de dias com precipitação igual ou superior a 1mm varia entre os 13,8 dias registados no mês de dezembro e os 3,5 dias observados no mês de agosto.

Por último, em relação ao número de dias com precipitação igual ou superior a 10 mm, destaque para os meses de dezembro (7,5 dias), janeiro (7,1 dias) e novembro (5,5 dias). Em oposição, mencionam-se os meses de julho (0,7 dias) e agosto (0,8 dias).

II.2.2. RELEVO

A geomorfologia estuda e interpreta as formas do relevo terrestre e os mecanismos responsáveis pela sua modelação. A sua análise é fundamental visto que são estabelecidas interações entre o relevo e o povoamento.

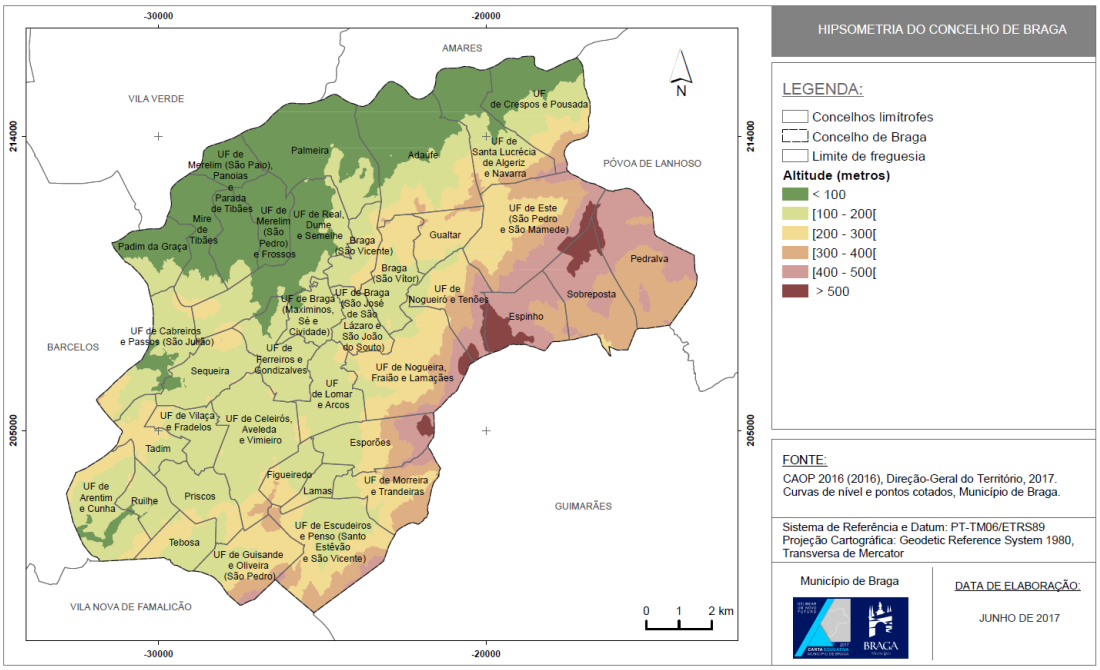
Em Portugal Continental existem três unidades morfoestruturais, a saber: o Maciço Hespérico (também designado Maciço Antigo), as Orlas Mezocenozóicas e a Bacia Cenozóica do Tejo e do Sado. O concelho de Braga localiza-se no Maciço Antigo. Esta unidade estrutural é a mais antiga de Portugal Continental, e ocupa cerca de 70% do território de Portugal Continental, sendo essencialmente constituída por granitos

e xistos. Esta região é caraterizada pelos planaltos, resultantes do entalhe da rede hidrográfica ou de diversos níveis de aplanamento, sobre uma superfície do Terciário, denominada Meseta.

O relevo constitui um dos fatores diferenciadores dos territórios, determinando situações ecológicas específicas, caracterizadas pela distribuição irregular do solo, da água, dos microclimas e da vegetação. A hipsometria de um dado território expressa o relevo em termos de faixas de altitudes, desde o ponto mais baixo até ao ponto de maior altitude.

Analisando a distribuição das altitudes do concelho de Braga (Mapa II.2), é possível aferir que parte significativa do território concelhio apresenta altitudes inferiores a 200 metros, enquanto a superfície em que as altitudes são superiores a 400 metros é reduzida. A classe de altitudes mais baixas (inferior a 100 metros) ocorre fundamentalmente ao longo do vale do Rio Cávado, enquanto a classe mais elevada (superior a 500 metros) se localiza no extremo este do concelho (Serra do Sameiro).

Mapa II.2 | Hipsometria do concelho de Braga



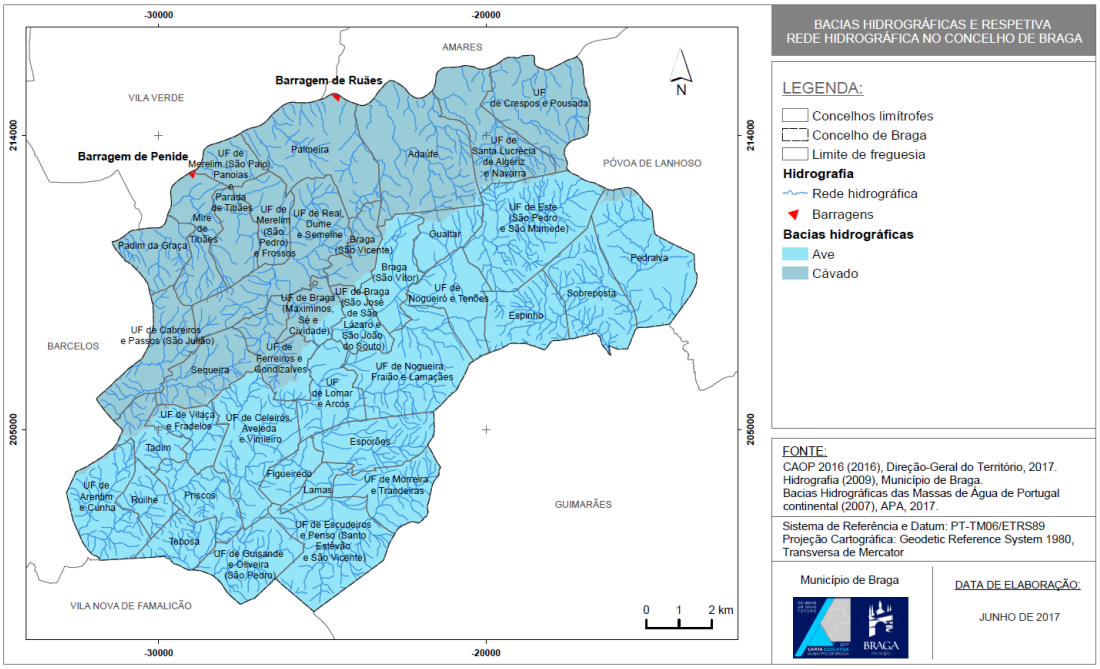
Constata-se, assim, a existência de uma significativa amplitude altimétrica no território concelhio. O relevo caracteriza-se por uma certa irregularidade, com as áreas mais baixas a acompanharem os leitos dos principais rios e as formações montanhosas dispostas segundo alinhamentos paralelos a estes

Do ponto de vista geográfico, o território concelhio é limitado a Norte pelo rio Cávado, a Sul pelo conjunto de elevações que formam a Serra dos Picos, a Nascente pela Serra dos Carvalhos e a Poente pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Barcelos. As montanhas do Bom Jesus, Sameiro e Falperra, atravessam o concelho no sentido Nascente/ Poente.

II.2.3. HIDROGRAFIA

O território do concelho de Braga é abrangido por duas bacias hidrográficas, a saber: a bacia hidrográfica do Cávado, ocupando parte da margem esquerda do rio, e a bacia hidrográfica do Ave, não chegando, contudo, a ser banhado pelo rio Ave (Mapa II.3).

Mapa II.3 | Hidrografia do concelho de Braga



A bacia hidrográfica do rio Cávado, com uma área de 1600 km², é limitada, a norte, pela bacia hidrográfica do rio Neiva e do rio Lima e, a este e sul, pelas bacias do rio Douro e do rio Ave.

O rio Cávado nasce na Serra do Larouco, mais propriamente na fonte da Pipa, e atravessa os concelhos de Montalegre, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, Braga, Barcelos, Esposende, desaguando no Oceano Atlântico, após um percurso de 135 km. Este constitui o elemento hidrográfico predominante a norte do território concelhio, existindo também diversas ribeiras que desaguam neste.

A bacia hidrográfica do rio Ave, com uma área aproximada de 1390 km², abrange 15 municípios.

O rio Ave tem as suas cabeceiras na Serra da Cabreira e percorre cerca de 85 km até desaguar no Oceano Atlântico. Um dos afluentes do Ave, o rio Este, atravessa o território concelhio, a sul. Para além do rio Este, destaque ainda para os seus diversos afluentes, como o rio Veiga, todos de pequeno caudal.

II.3. DINÂMICA POPULACIONAL

O presente capítulo pretende analisar um conjunto de indicadores e variáveis que permitam conhecer a população do concelho de Braga, as suas características e dinâmicas, assim como identificar as áreas de regressão, expansão e estabilizadas, no sentido de sintetizar os processos demográficos em curso na última década.

Os dados estatísticos utilizados são, fundamentalmente, os disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente os decorrentes dos XIV e XV Recenseamentos Gerais da População (Censos 2001 e 2011, respetivamente).

Quanto às variáveis analisadas, referem-se: população residente, densidade populacional, estrutura etária, taxas de natalidade e mortalidade, Índices de juventude e envelhecimento da população, setores de atividade económica, nível de instrução e grau de escolaridade. Finalmente, e com base nos referidos dados estatísticos, proceder-se-á ao desenvolvimento de um cenário prospetivo da evolução da população do concelho.

II.3.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

No concelho de Braga, a variação da população residente entre os anos censitários de 2001 e 2011 apresenta uma variação positiva, traduzida pelo acréscimo de 10,5% dos efetivos (Quadro II.2). Quando analisada a variação da população residente nas unidades territoriais em que o concelho se insere, denota-se uma tendência geral de acréscimo do número de efetivos no mesmo período. Esta variação positiva é, todavia, significativamente mais expressiva no concelho de Braga. Nas restantes unidades territoriais, são registadas variações de 4,4% na NUT III – Cávado, 0,1% na NUT II – Norte e 1,8% na NUT I – Continente.

Quadro II.2 | Enquadramento demográfico do concelho de Braga (2011)

Unidade Territorial	Variação da População Residente (2001-2011) (%)	Densidade Populacional (2011) (hab/km²)	Taxa de Natalidade (2011) (‰)	Taxa de Mortalidade (2011) (‰)
NUT I - Continente	1,8	112,8	9,1	9,8
NUT II - Norte	0,1	173,3	8,5	8,6
NUT III - Cávado	4,4	329,2	9,3	7,0
Concelho de Braga	10,5	989,6	10,0	5,9

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Uma análise comparativa da densidade populacional nas diferentes unidades territoriais denota também valores significativamente superiores no concelho de Braga, com 989,6 habitantes por km^2, seguindo-se a NUT III – Cávado (329,2 km^2), a NUT II – Norte (173,3 km^2) e a NUT I – Continente (112,8 km^2). Com

efeito, é possível verificar que à medida que aumenta a escala de análise das unidades territoriais, maior é a densidade populacional.

Quanto à taxa de natalidade, esta é também significativamente superior no concelho de Braga (10,0%), seguindo-se a NUT III – Cávado (9,3%), a NUT I – Continente (9,1%) e a NUT II – Norte (8,5%).

Por fim, no referente à taxa de mortalidade, de mencionar que as taxas mais expressivas são observadas, à data dos censos de 2011, na NUT I – Continente (9,8%) e NUT II – Norte (8,6%). A estas unidades territoriais seguem-se a NUT III – Cávado (7,0%) e, com a taxa de mortalidade mais baixa, o concelho de Braga (5,9%).

II.3.1.1. A Distribuição Espacial da População

II.3.1.1.1. População Residente

Analisando a evolução da população residente no concelho de Braga e nos concelhos que juntamente com este integram a NUT III – Cávado, é possível aferir dinâmicas bastante díspares (Quadro II.3). Com efeito, dos seis municípios que integram a referida unidade territorial, são quatro os que apresentam uma variação positiva do número de efetivos no período intercensitário, designadamente Braga (10,54%), Vila Verde (2,81%), Esposende (2,79%) e Amares (1,99%). Em contrapartida, o concelho de Terras de Bouro regista o maior decréscimo da população residente (-13,14%), seguindo-se o concelho de Barcelos (-1,40%).

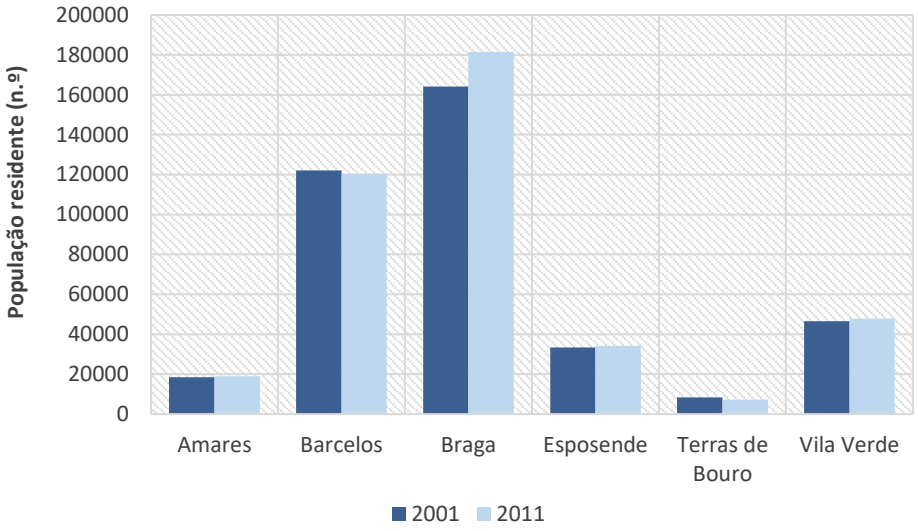
Quadro II.3 | População residente (2011) e respetiva variação (2001-2011) nos concelhos que integram a NUT III - Cávado

Unidade Territorial	População Residente (n.º)		Variação relativa da população residente 2001 -2011 (%)
	2001	2011	
Amares	18521	18889	1,99
Barcelos	122096	120391	-1,40
Braga	164192	181494	10,54
Esposende	33325	34254	2,79
Terras de Bouro	8350	7253	-13,14
Vila Verde	46579	47888	2,81

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Assim, numa análise comparativa da variação da população nos seis concelhos que integram a NUT III – Cávado, as dinâmicas mais contrastantes registam-se nos concelhos de Braga e Terras de Bouro, traduzidas por um acréscimo bastante significativo, no primeiro caso, e uma quebra bastante expressiva, no segundo (Gráfico II.7).

Gráfico II.7 | Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT III - Cávado



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Em conformidade com os últimos dados censitários, em 2011 residiam no concelho de Braga um total de 181.494 indivíduos, traduzindo uma acréscimo de 10,54% (17.302 habitantes) face ao ano de 2001, em que se contabiliza um total de 164.192 residentes.

Numa análise mais pormenorizada, ao nível das freguesias, verifica-se a existência de tendências heterogéneas, ainda que a maioria registe um acréscimo do número de efetivos (Quadro II.4).

Quadro II.4 | População residente, por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)

Freguesia	População Residente (2001)		População Residente (2011)		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	
Adaúfe	3959	2,41	3711	2,04	-6,26
Braga (São Vicente)	12162	7,41	13236	7,29	8,83
Braga (São Vítor)	25407	15,47	29642	16,33	16,67
Espinho	1334	0,81	1181	0,65	-11,47
Esporões	1845	1,12	1709	0,94	-7,37
Figueiredo	1218	0,74	1198	0,66	-1,64
Gualtar	3807	2,32	5286	2,91	38,85
Lamas	708	0,43	842	0,46	18,93
Mire de Tibães	2389	1,46	2437	1,34	2,01
Padim da Graça	1580	0,96	1521	0,84	-3,73
Palmeira	4594	2,80	5468	3,01	19,02
Pedralva	1150	0,70	1110	0,61	-3,48

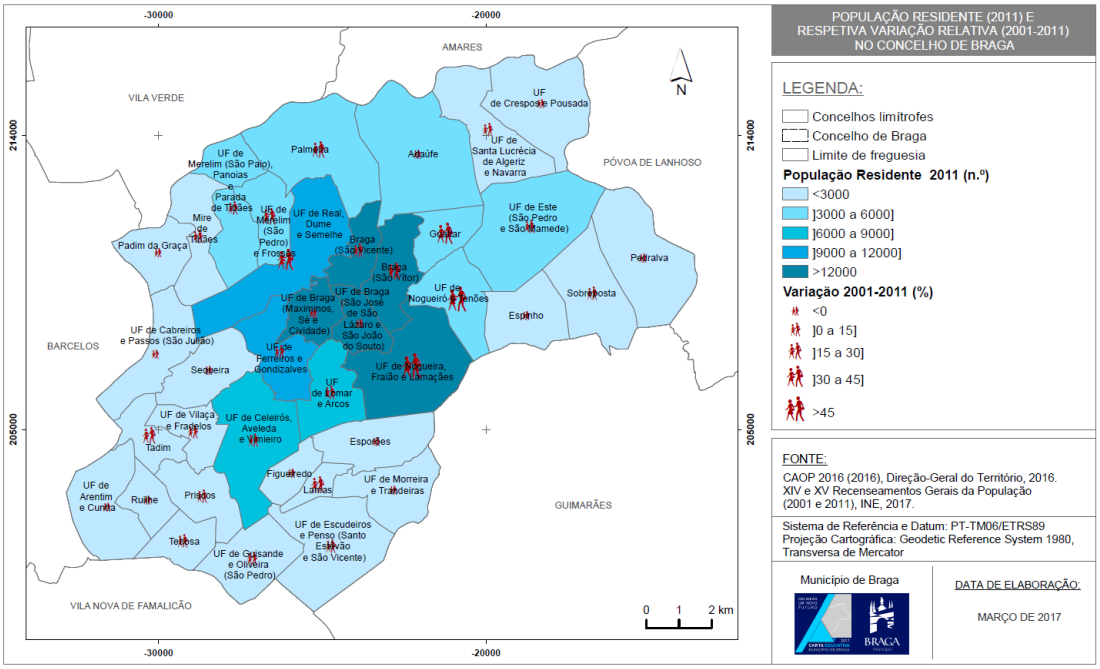
Freguesia	População Residente (2001)		População Residente (2011)		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	
Priscos	1301	0,79	1341	0,74	3,07
Ruílhe	1306	0,80	1142	0,63	-12,56
Sequeira	2030	1,24	1811	1,00	-10,79
Sobreposta	1199	0,73	1301	0,72	8,51
Tadim	886	0,54	1143	0,63	29,01
Tebosa	1096	0,67	1129	0,62	3,01
União das freguesias de Arentim e Cunha	1652	1,01	1530	0,84	-7,38
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	15501	9,44	14572	8,03	-5,99
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	15762	9,60	14301	7,88	-9,27
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2335	1,42	2165	1,19	-7,28
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	6382	3,89	6671	3,68	4,53
União das freguesias de Crespos e Pousada	1465	0,89	1347	0,74	-8,05
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	1816	1,11	1864	1,03	2,64
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3515	2,14	3837	2,11	9,16
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	8266	5,03	9148	5,04	10,67
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	1021	0,62	1053	0,58	3,13
União das freguesias de Lomar e Arcos	6277	3,82	6805	3,75	8,41
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	4793	2,92	5363	2,95	11,89
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3133	1,91	3726	2,05	18,93
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1499	0,91	1447	0,80	-3,47
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	8310	5,06	13054	7,19	57,09
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	3185	1,94	5129	2,83	61,04
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	8799	5,36	11700	6,45	32,97
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	939	0,57	994	0,55	5,86
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1571	0,96	1580	0,87	0,57
Concelho de Braga	164192	59,81	181494	59,81	10,54

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

No período intercensitário, são 23 as freguesias que assinalam um acréscimo do número de residentes, enquanto as restantes 14 evidenciam uma perda de efetivos. Quanto às variações positivas, destaque para a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,04%), Gualtar (38,85%) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,97%). Em oposição, são as freguesias de Ruílhe (-12,56%), Espinho (-11,47%) e Sequeira (-10,79%) que assinalam as maiores quebras em termos percentuais.

A distribuição espacial da população residente no Município pelas 37 freguesias encontra-se representada no Mapa II.14.

Mapa II.4 | População residente (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga



À data dos censos de 2011, distinguem-se as freguesias de São Vítor (16,33%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (8,03%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7,88%), São Vicente (7,29%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (7,19%), por, em termos comparativos, apresentarem o maior número de residentes. Estas cinco freguesias agregam, no seu conjunto, quase metade da população residente no concelho de Braga (46,73%).

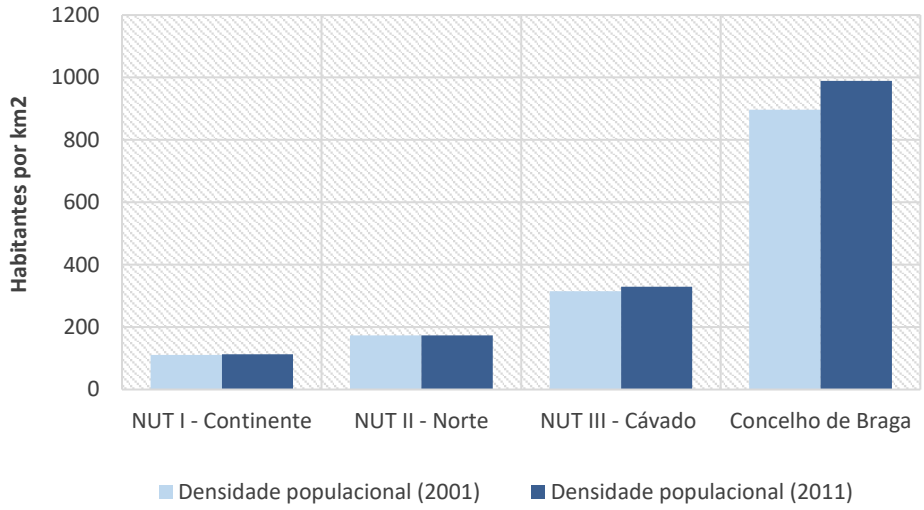
II.3.1.1.2. DENSIDADE POPULACIONAL

A densidade populacional é entendida como a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território, expressando-se em número de habitantes por quilómetro quadrado (hab./km²).

A análise desta variável revela-se oportuna, permitindo comparar diferentes unidades territoriais quanto à intensidade de povoamento e à sua distribuição, de forma a aferir as assimetrias existentes ao nível da distribuição geográfica da população residente.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga registava uma densidade populacional de 989,6 habitantes por km², valor expressivamente superior ao verificado nas NUT II – Cávado (329,2 habitantes por km²), NUT II – Norte (173,3 2 habitantes por km²) e NUT I – Continente (112,8 2 habitantes por km²), onde o Município de insere (Gráfico II.8).

Gráfico II.8 | Densidade populacional (2001-2011) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I - Continente



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Para além de registar a maior densidade populacional das unidades territoriais em análise, o concelho de Braga regista também o maior incremento do número de habitantes por km^2 no período intercensitário. Com efeito, o Município assistiu a um incremento, em termos percentuais, de 10,41%, variação positiva significativamente superior à verificada nas NUT III – Cávado (4,33%), NUT II – Norte (0,06%) e NUT I – Continente (1,77%).

Numa análise ao nível das freguesias do Município, observam-se, contudo, evoluções díspares, com 15 freguesias a registar um decréscimo do número de habitantes por km^2 e, pelo contrário, 22 freguesias a assistir a um incremento deste número (Quadro II.5 e Mapa II.5).

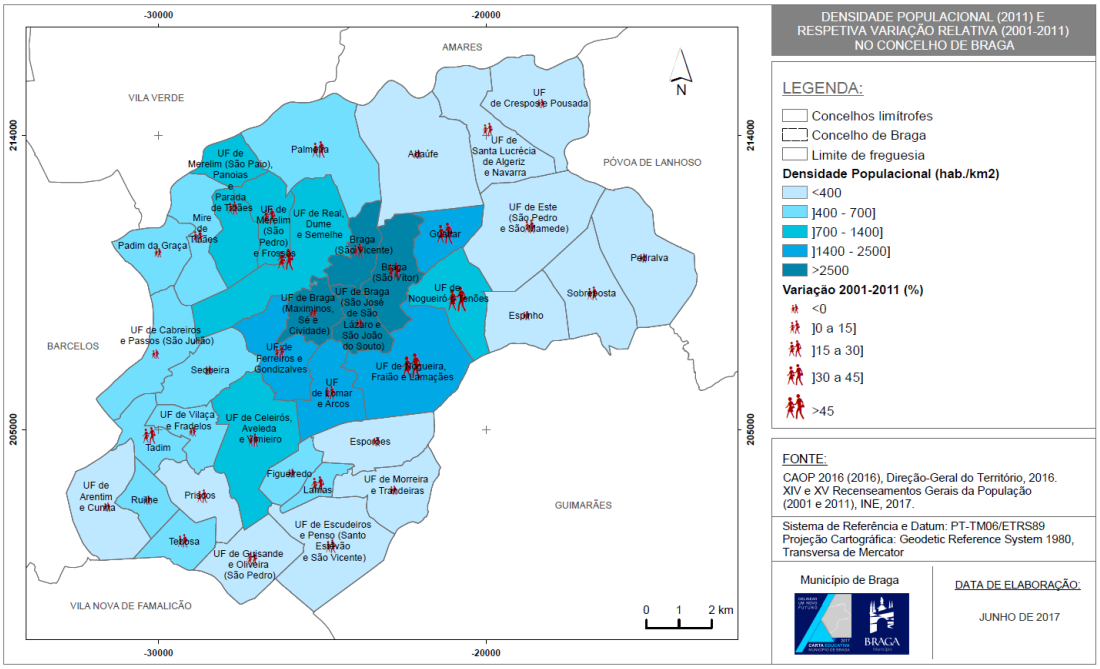
Quadro II.5 | Densidade populacional (habitantes/km^2) por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)

Freguesia	Densidade Populacional (hab/km^2)		Variação (%)
	2001	2011	
Adaúfe	366,4	343,5	-6,24
Braga (São Vicente)	4768,2	5189,7	8,84
Braga (São Vítor)	6220,9	7258,5	16,68
Espinho	298,0	263,9	-11,45
Esporões	389,2	360,5	-7,36
Figueiredo	600,9	591,1	-1,63
Gualtar	1391,4	1932,2	38,86
Lamas	564,8	671,7	18,93
Mire de Tibães	548,3	559,3	2,02
Padim da Graça	465,5	448,2	-3,72

Freguesia	Densidade Populacional (hab/km²)		Variação (%)
	2001	2011	
Palmeira	517,3	615,8	19,04
Pedralva	142,5	137,6	-3,45
Priscos	353,6	367,5	3,92
Ruílhe	592,6	518,3	-12,54
Sequeira	466,6	416,3	-10,77
Sobreposta	208,3	217,6	4,45
Tadim	330,1	426,4	29,18
Tebosa	423,7	436,5	3,01
União das freguesias de Arentim e Cunha	288,8	267,5	-7,37
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	6038,2	5676,9	-5,98
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	6481,4	5881,1	-9,26
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	487,4	451,9	-7,27
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	843,1	881,4	4,54
União das freguesias de Crespos e Pousada	199,6	183,6	-8,05
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	225,9	232,0	2,66
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	358,8	391,8	9,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1941,9	2149,3	10,68
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	216,8	223,6	3,16
União das freguesias de Lomar e Arcos	1564,1	1695,8	8,42
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	894,2	1000,6	11,90
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	995,0	1183,5	18,94
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	329,9	318,6	-3,44
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	989,8	1554,9	57,10
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	719,3	1158,5	61,06
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1039,4	1382,2	32,99
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	151,0	159,9	5,88
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	568,5	565,1	-0,61
Concelho de Braga	896,29	989,6	10,41

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Mapa II.5 | Densidade populacional (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga



À data dos censos de 2011, são as freguesias de São Vítor (7258,5 habitantes por km^2), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5881,1 habitantes por km^2), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (5676,9 habitantes por km^2) e São Vicente (5189,7 habitantes por km^2) que apresentam, em termos concelhios, as maiores densidades populacionais. Em oposição, as freguesias de Pedralva (137,6 habitantes por km^2), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (159,9 habitantes por km^2) e União das freguesias de Crespos e Pousada (183,6 habitantes por km^2) são as que registam o menor número de residentes por unidade de área.

No que respeita à variação da densidade populacional no período intercensitário, é na União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,06%), na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (57,10%), em Gualtar (38,86%) e na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,99%) que se registam os acréscimos mais significativos, com valores percentuais superiores a 30%. Em contrapartida, as freguesias de Ruílhe (-12,54%), Espinho (-11,45%) e Sequeira (-10,77%) assistem às maiores quebras em termos de densidade populacional.

II.3.1.2. A DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

No sentido de analisar a distribuição etária da população residente no concelho de Braga procede-se, num primeiro momento, a uma abordagem por quatro grandes grupos etários, a saber:

- Crianças (efetivos com menos de 14 anos);
- Jovens (indivíduos com idade entre os 15 e os 24 anos);

- Adultos (indivíduos com idade entre os 25 e os 64 anos);
- População idosa (indivíduos com 65 ou mais anos).

Esta análise incide quer ao nível concelhio, quer ao nível das freguesias.

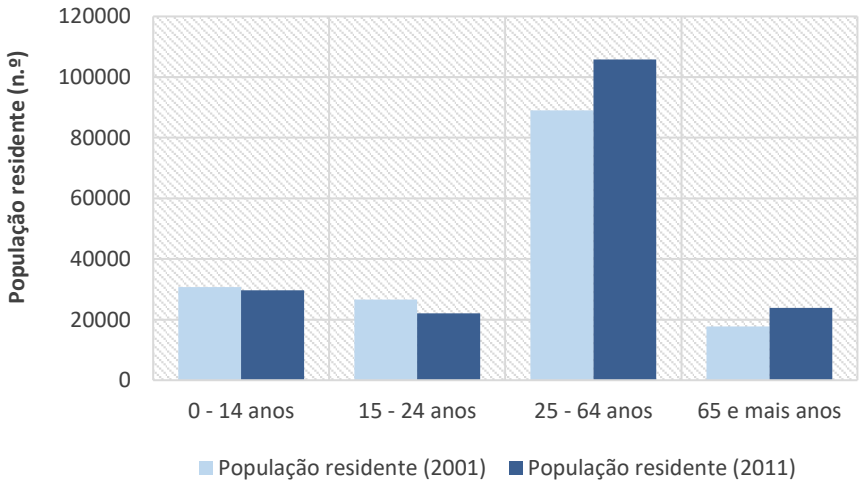
Num segundo momento, procede-se à análise da pirâmide etária por classes quinquenais, a que se segue a análise da população residente em idade escolar para frequência nos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente:

- Educação pré-escolar (efetivos entre os 3 e os 5 anos);
- 1.º Ciclo do Ensino Básico (efetivos entre os 6 e os 9 anos);
- 2.º Ciclo do Ensino Básico (efetivos entre os 10 e os 11 anos);
- 3.º Ciclo do Ensino Básico (efetivos entre os 12 e os 14 anos);
- Ensino Secundário (efetivos entre os 15 e os 17 anos).

A população residente no concelho de Braga, tal como é possível constatar pela análise do Gráfico II.9, encontra-se maioritariamente inserida no grupo etário dos 25 aos 64 anos.

Importa salientar que os grupos etários mais jovens (dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos) apresentam também um peso significativo no panorama demográfico geral, ainda que se tenha assistido, no período intercensitário, a um decréscimo do número de residentes inseridos nestas faixas etárias. No total, em termos percentuais, assistiu-se a uma quebra de -20,52%, sendo esta mais significativa no grupo etário entre os 15 e os 24 anos (-17,06%).

Gráfico II.9 | População residente no concelho de Braga, por grandes grupos etários (2001 e 2011)



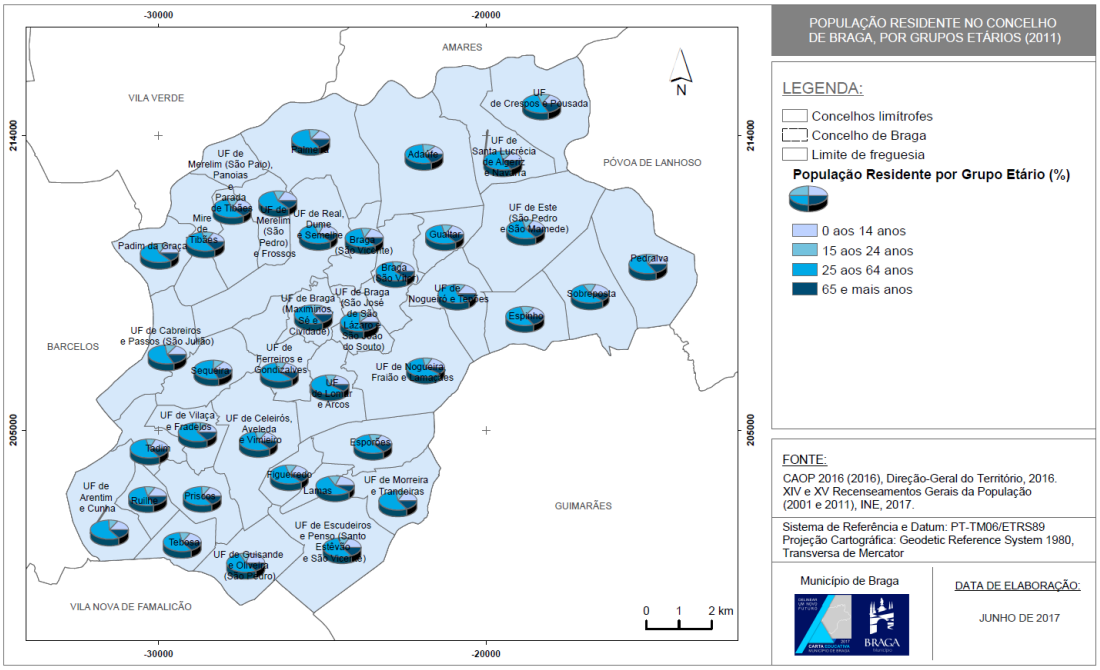
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Quanto à população idosa, apesar de menos representativa a nível geral, regista o acréscimo mais expressivo entre 2001 e 2011 (34,51%), quando comparada com a variação observada nos restantes grupos etários. Para além deste grupo etário, também a população adulta (dos 25 aos 64 anos) observa

um aumento do número de residentes, sendo esta variação, contudo, menos significativa em termos percentuais.

A distribuição etária da população residente nas 37 freguesias do concelho de Braga, por grandes grupos etários, encontra-se espacialmente representada no Mapa II.6.

Mapa II.6 | População residente por grandes grupos etários no concelho de Braga (2011)



A análise do mapa anterior, bem como do Quadro II.6, permite denotar que, à data dos censos de 2011, a classe etária dos 25 aos 64 anos prevalece em todas as freguesias do concelho de Braga, representando mais de metade do total da população residente. Destaca-se, contudo, a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (62,43%) e a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,14%), onde esta faixa etária adquire, em termos percentuais, maior representatividade.

Quanto ao grupo etário entre os 0 e os 14 anos, destaque para os valores percentuais referentes à União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (20,13%), Lamas (19,12%), Sobreposta (18,60%) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (18,57%). Em oposição, é nas freguesias de Adaúfe (12,56%) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (12,59%) que este grupo etário é percentualmente menos expressivo.

O grupo etário entre os 15 e os 24 anos, por sua vez, adquire maior representatividade nas freguesias de Espinho (15,07%), Sobreposta (14,60%),União das freguesias de Crespos e Pousada (14,48%), Padim da Graça (14,40%), Adaúfe (14,34%) e Esporões (14,28%). As freguesias de Priscos (9,84%), União das freguesias de Arentim e Cunha (10,46%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (10,78%) são, por sua vez, as que apresentam as menores percentagens de efetivos inseridos neste grupo etário.

A percentagem de população idosa (com 65 ou mais anos) é mais expressiva na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (20,05%), Sequeira (18,55%) e Ruílhe (18,13%). Em contrapartida, é na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (9,09%), em Lamas (9,14%) e na União das freguesias de Lomar e Arcos (9,89%) que esta faixa etária tem menor significância no panorama demográfico geral.

Em termos de variação da população residente nas freguesias do concelho, no período intercensitário, assistiu-se a uma generalizada tendência de decréscimo dos efetivos inseridos nas classes etárias mais jovens e incremento dos residentes adultos e idosos.

O número de crianças (0-14 anos) decresceu na maioria das freguesias, mais concretamente em 26 das 37 freguesias existentes. Em termos percentuais, este decréscimo foi particularmente significativo nas freguesias de Espinho (-34,32%), Adaúfe (-33,90%), Ruílhe (-32,63%) e União das freguesias de Crespos e Pousada (-31,94%). Em oposição, as freguesias de União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (49,87%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (46,77%) apresentam os maiores crescimentos percentuais.

Relativamente ao número de jovens (15-24 anos), este decresceu na maioria das freguesias, com a exceção da União das freguesias de Nogueiró e Tenões (38,77%), Gualtar (9,03%), União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (4,67%), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (3,48%) e União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (3,04%). Os decréscimos percentualmente mais significativos sucederam nas freguesias de Priscos (-52,00%), União das freguesias de Morreira e Trandeiras (-47,73%) e Sequeira (-40,63%).

Quadro II.6 | População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Braga e respetiva variação relativa (2001-2011)

Freguesia	População Residente por Grupo Etário (2011)								Variação (2001-2011)			
	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e + anos		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e + anos
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%				
Adaúfe	466	12,56	532	14,34	2106	56,75	607	16,36	-33,90	-22,11	1,69	21,40
Braga (São Vicente)	2278	17,21	1546	11,68	7765	58,67	1647	12,44	-5,32	-11,25	16,05	24,49
Braga (São Vítor)	4941	16,67	3467	11,70	17601	59,38	3633	12,26	9,07	-16,01	22,96	49,20
Espinho	178	15,07	178	15,07	647	54,78	178	15,07	-34,32	-31,80	-3,58	35,88
Esporões	260	15,21	244	14,28	985	57,64	220	12,87	-29,16	-33,51	5,12	26,44
Figueiredo	201	16,78	157	13,11	703	58,68	137	11,44	-21,18	-24,52	7,16	38,38
Gualtar	851	16,10	664	12,56	3102	58,68	669	12,66	21,23	9,03	50,07	55,94
Lamas	161	19,12	117	13,90	487	57,84	77	9,14	5,92	-10,69	30,56	48,08
Mire de Tibães	387	15,88	317	13,01	1388	56,96	345	14,16	-14,57	-17,23	6,36	39,11
Padim da Graça	260	17,09	219	14,40	858	56,41	184	12,10	-23,75	-23,96	5,41	34,31
Palmeira	821	15,01	655	11,98	3195	58,43	797	14,58	10,35	-17,30	26,63	48,97
Pedralva	176	15,86	148	13,33	613	55,23	173	15,59	-20,36	-27,45	6,79	14,57
Priscos	216	16,11	132	9,84	804	59,96	189	14,09	13,09	-52,00	19,11	18,13
Ruílhe	192	16,81	141	12,35	602	52,71	207	18,13	-32,63	-37,05	2,56	-1,43
Sequeira	233	12,87	209	11,54	1033	57,04	336	18,55	-29,18	-40,63	-4,62	26,32
Sobreposta	242	18,60	190	14,60	728	55,96	141	10,84	-7,98	-13,64	27,05	-1,40
Tadim	204	17,85	127	11,11	656	57,39	156	13,65	19,30	-5,22	41,68	32,20
Tebosa	183	16,21	136	12,05	648	57,40	162	14,35	-12,44	-25,27	8,54	50,00
União das freguesias de Arentim e Cunha	238	15,56	160	10,46	916	59,87	216	14,12	-23,72	-38,46	4,69	5,37

Freguesia	População Residente por Grupo Etário (2011)								Variação (2001-2011)			
	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e + anos		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e + anos
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%				
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	2250	15,44	1856	12,74	8298	56,94	2168	14,88	-22,60	-22,96	-1,37	22,35
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1801	12,59	1760	12,31	7872	55,05	2868	20,05	-29,62	-28,60	-6,20	22,25
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	322	14,87	277	12,79	1193	55,10	373	17,23	-19,50	-32,44	-0,67	15,12
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1074	16,10	852	12,77	3938	59,03	807	12,10	-15,70	-20,74	14,98	32,73
União das freguesias de Crespos e Pousada	211	15,66	195	14,48	710	52,71	231	17,15	-31,94	-24,71	3,35	10,53
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	327	17,54	231	12,39	1037	55,63	269	14,43	-8,40	-27,13	11,51	26,89
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	647	16,86	469	12,22	2200	57,34	521	13,58	0,47	-25,08	19,76	27,70
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1622	17,73	1084	11,85	5484	59,95	958	10,47	-2,93	-20,06	19,11	50,87
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	212	20,13	128	12,16	572	54,32	141	13,39	-0,47	-35,35	18,43	11,02
União das freguesias de Lomar e Arcos	1213	17,83	855	12,56	4064	59,72	673	9,89	-7,26	-12,93	15,49	43,80
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	937	17,47	717	13,37	3056	56,98	653	12,18	-2,50	4,67	16,02	27,29
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	645	17,31	475	12,75	2136	57,33	470	12,61	4,03	3,04	21,99	56,15
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	246	17,00	161	11,13	826	57,08	214	14,79	-11,83	-47,73	9,55	35,44
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2311	17,70	1407	10,78	8149	62,43	1187	9,09	49,87	-1,19	74,53	75,85
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	819	15,97	587	11,44	3136	61,14	587	11,44	46,77	38,77	79,71	27,89
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2173	18,57	1368	11,69	6835	58,42	1324	11,32	22,42	3,48	39,86	62,45
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	145	14,59	137	13,78	558	56,14	154	15,49	-17,61	-18,93	26,53	0,65
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	224	14,18	200	12,66	934	59,11	222	14,05	-17,65	-35,48	12,26	41,40
Concelho de Braga	29667	16,35	22098	12,18	105835	58,31	23894	13,17	-3,47	-17,06	18,84	34,51

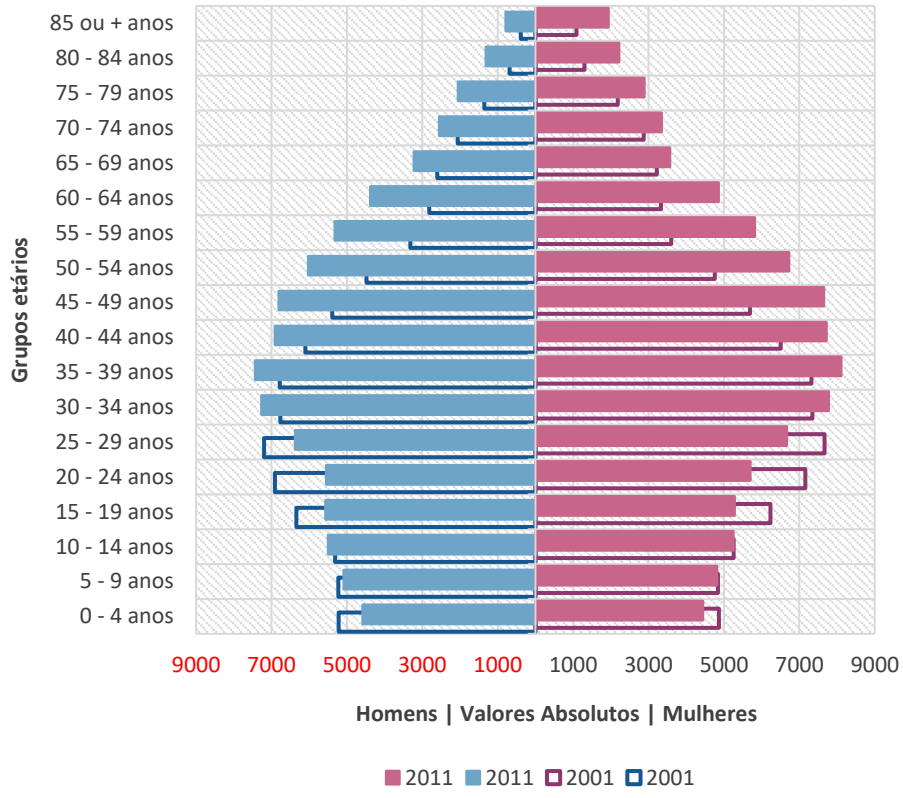
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Quanto à população adulta (25-64) anos, grande parte das freguesias registam uma variação positiva da percentagem de residentes inseridos neste grupo etário, excetuando-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (-6,20%), Sequeira (-4,62%), Espinho (-3,58%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (-1,37%) e União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (-0,67%). Os aumentos percentuais mais expressivos, por sua vez, registaram-se na União das freguesias de Nogueiró e Tenões (79,71%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (74,53%) e Gualtar (50,07%).

O número de idosos aumentou na quase totalidade das freguesias do concelho de Braga, referindo-se como únicas exceções as freguesias de Ruílhe (-1,43%) e Sobreposta (-1,40%). As freguesias com os maiores incrementos percentuais correspondem à União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (75,85%), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (62,45%), União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (56,15%) e Gualtar (55,94%).

A variação da população residente no concelho de Braga no período intercensitário, por sexo e grupos etários quinquenais encontra-se representada, sob a forma de pirâmide etária, no Gráfico II.10.

Gráfico II.10 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2001 a 2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Este tipo de representação evidencia uma tendência de envelhecimento populacional, ainda que significativamente menos expressivo quando observado à luz do contexto e panorama nacional, à mesma

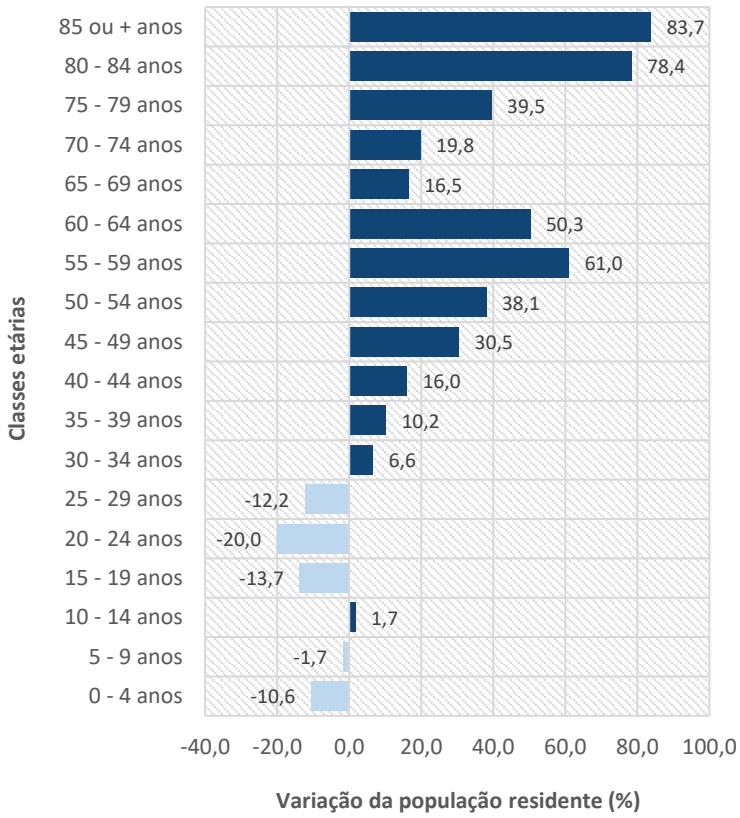
data. Não obstante, é clara a quebra do número da população jovem de ambos os sexos, entre 2001 e 2011. Do mesmo modo, é evidente o aumento da população idosa e, sobretudo, da população adulta.

A pirâmide etária concelhia pode ser considerada como uma pirâmide adulta, apresentando uma base larga, mas com um aumento das classes etárias dos adultos e população idosa. Denota, assim, uma diminuição da taxa de natalidade e um aumento da esperança média de vida.

Nas classes etárias mais avançadas, o número de mulheres é prevalecente, facto a que não é alheia a mais elevada esperança média de vida associada ao sexo feminino.

Analisando de forma mais pormenorizada a variação da população residente entre os anos censitários de 2001 e 2011 é explícito o aumento da população adulta e idosa no concelho, enquanto a diminuição da população jovem, ainda que menos expressiva, é também clara, excetuando-se apenas a classe etária entre os 10 e os 14 anos, que assistiu a um ligeiro incremento no número de efetivos (Gráfico II.11).

Gráfico II.11 | Variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2001-2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

A maior variação positiva no número total de efetivos ocorreu na faixa etária referente aos 85 ou mais anos (83,75%), seguindo-se a faixa etária entre os 80 e os 84 anos (78,37%) e a faixa etária entre os 55 e os 59 anos (60,99%). Em contrapartida, os decréscimos mais pronunciados decorreram nas faixas etárias entre os 20 e os 24 anos (-20,04%), entre os 15 e os 19 anos (-13,72%) e entre os 25 e os 29 anos (-12,23%).

Esta análise permite denotar que, em termos gerais, no período intercensitário, as classes etárias que potencialmente frequentarão o sistema de educação e ensino local registaram uma quebra no número de efetivos.

Face ao exposto anteriormente e tendo em conta o contexto de revisão da Carta Educativa para o Município de Braga, importa analisar a distribuição da população residente em idade escolar no território concelhio, assim como o respetivo enquadramento a nível regional e nacional (Quadro II.7).

Quadro II.7 | População residente em idade escolar (3 a 17 anos) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

Unidades territoriais	Pré-escolar (3-5 anos)		1.º ciclo (6-9 anos)		2.º ciclo (10-11 anos)		3.º ciclo (12-14 anos)		Secundário (15-17 anos)		Total (3-17 anos)	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
NUT I - Continente	282320	18,52	397730	26,09	218162	14,31	313984	20,59	312415	20,49	1524611	15,17
NUT II - Norte	101930	17,43	149958	25,64	84006	14,36	124376	21,26	124626	21,31	584896	15,85
NUT III - Cávado	12382	17,49	18209	25,71	10037	14,17	15094	21,31	15092	21,31	70814	17,26
Concelho de Braga	5590	18,26	7957	25,99	4319	14,11	6428	20,99	6323	20,65	30617	16,87

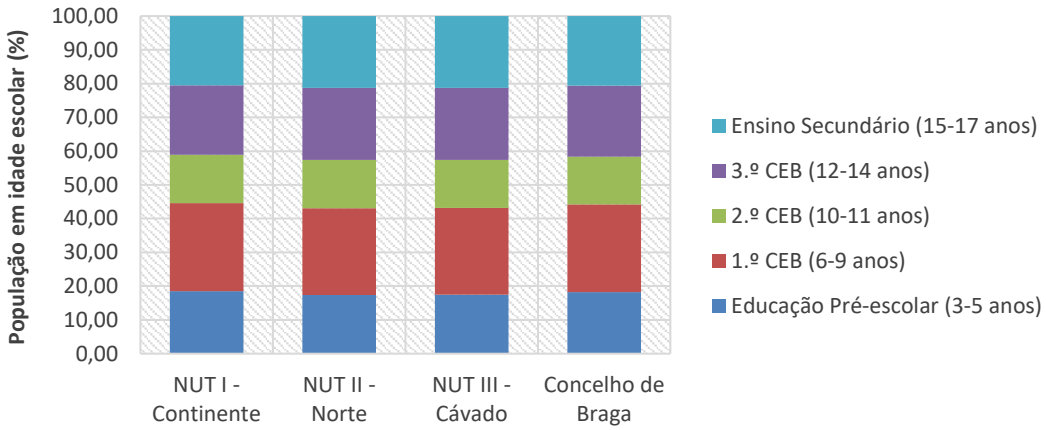
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

No último momento censitário, registavam-se no concelho de Braga 30617 crianças e jovens em idade escolar (3-17 anos), o equivalente a 16,87% da população residente total. Este valor é, em termos percentuais, superior ao observado na NUT II – Norte (15,85%) e NUT I – Continente (15,17%), mas ligeiramente inferior ao constatado na NUT III – Cávado (17,26%).

Em relação à distribuição da população residente em idade escolar por nível de educação e ensino, verifica-se que, em 2011, a maior percentagem insere-se na faixa etária dos 6 aos 9 anos, correspondente à frequência do 1.º ciclo do ensino básico (25,99%). A esta, segue-se a faixa dos 12 aos 14 anos (3.º ciclo do ensino básico), com 20,99%, e a faixa dos 15 aos 17 anos (ensino secundário), com 20,65%. Em oposição, a população com idade escolar para frequência da educação pré-escolar (18,26%) e do 2.º ciclo do ensino básico (14,11%) correspondem às classes etárias com menor representatividade no território concelhio.

A distribuição da população em idade escolar no concelho de Braga e nas unidades territoriais onde este se insere encontra-se representada no Gráfico II.12.

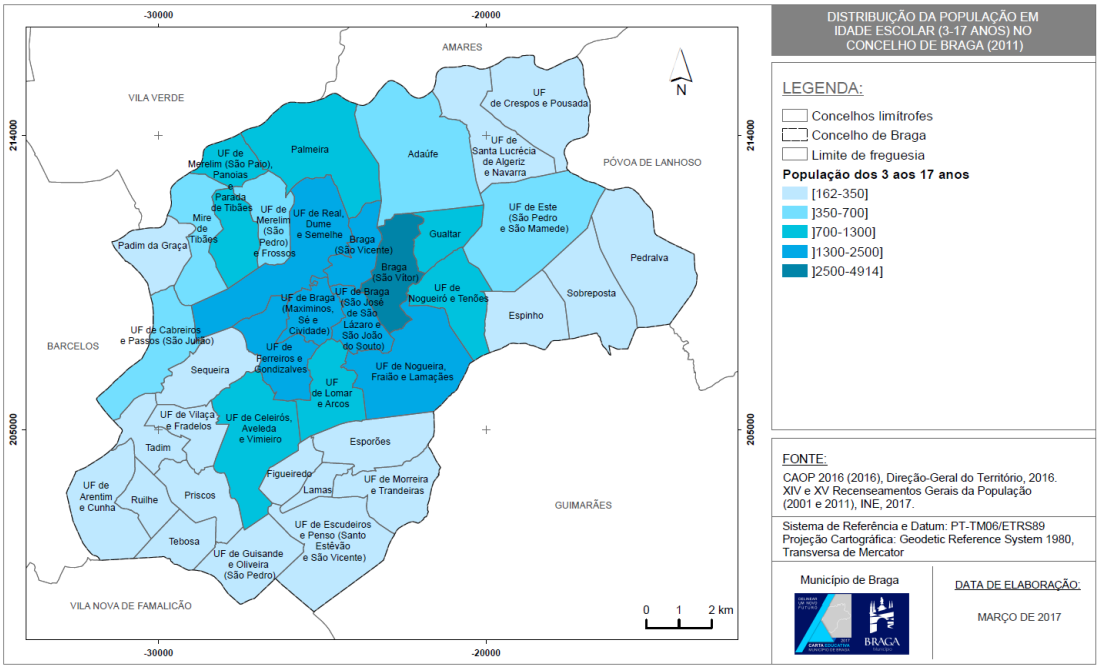
Gráfico II.12 | População residente no concelho de Braga em idade escolar, por nível de educação e ensino



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Ao nível das freguesias que compõem o concelho de Braga, verifica-se que em 19 freguesias a população em idade escolar é percentualmente superior à registada para o território concelhio (16,87%). Neste contexto, destaque para a União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (21,65%), Lamas (20,55%) e Sequeira (19,98%), onde a população escolar assume maior representatividade no panorama demográfico geral. Em sentido oposto, refere-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (13,75%) e Adaúfe (13,99%) (Mapa II.7 e Quadro II.8).

Mapa II.7 | Distribuição da população em idade escolar (3-17 anos) no concelho de Braga (2011)



Quadro II.8 | População em idade escolar (3-17 anos) por nível de educação e ensino nas freguesias do concelho de Braga (2011)

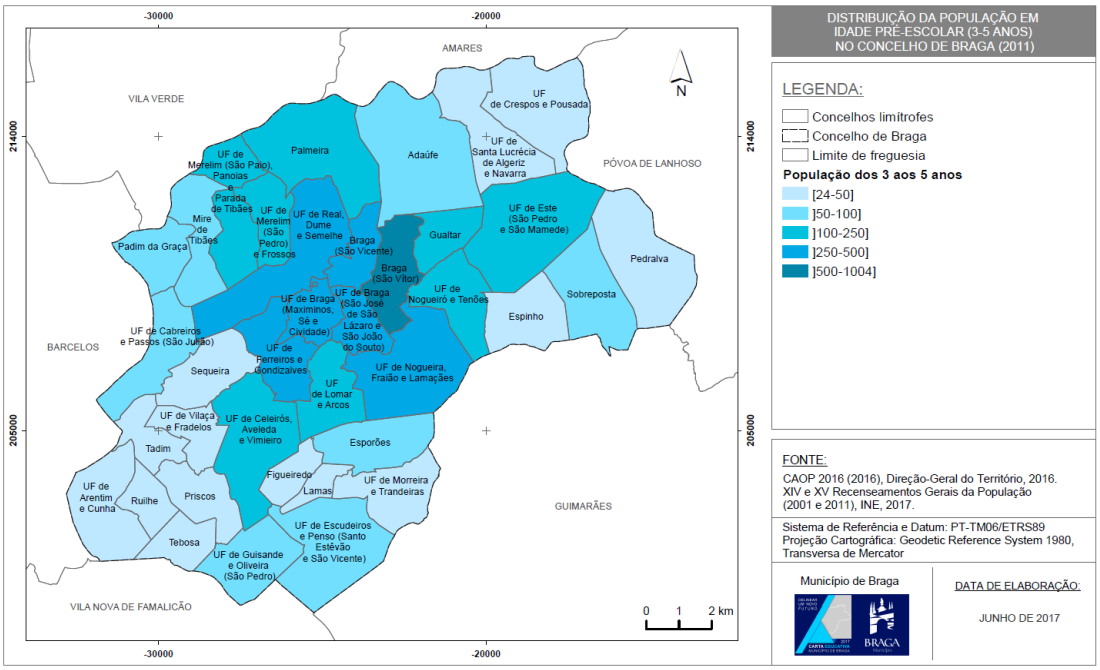
FREGUESIA	Pré-escolar (3-5 anos)		1.º CEB (6-9 anos)		2.º CEB (10-11 anos)		3.º CEB (12-14 anos)		Secundário (15-17 anos)		Total (3-17 anos)	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Adaúfe	79	2,13	137	3,69	59	1,59	105	2,83	139	3,75	519	13,99
Braga (São Vicente)	433	3,27	575	4,34	325	2,46	511	3,86	484	3,66	2328	17,59
Braga (São Vítor)	1004	3,39	1333	4,50	679	2,29	968	3,27	930	3,14	4914	16,58
Espinho	24	2,03	56	4,74	23	1,95	48	4,06	63	5,33	214	18,12
Esporões	53	3,10	69	4,04	42	2,46	54	3,16	64	3,74	282	16,50
Figueiredo	46	3,84	59	4,92	33	2,75	40	3,34	47	3,92	225	18,78
Gualtar	160	3,03	226	4,28	121	2,29	191	3,61	181	3,42	879	16,63
Lamas	32	3,80	41	4,87	26	3,09	35	4,16	39	4,63	173	20,55
Mire de Tibães	60	2,46	112	4,60	67	2,75	97	3,98	97	3,98	433	17,77
Padim da Graça	53	3,48	55	3,62	46	3,02	60	3,94	54	3,55	268	17,62
Palmeira	141	2,58	226	4,13	124	2,27	189	3,46	184	3,37	864	15,80
Pedralva	38	3,42	49	4,41	29	2,61	35	3,15	40	3,60	191	17,21
Priscos	37	2,76	65	4,85	28	2,09	46	3,43	34	2,54	210	15,66
Ruílhe	33	2,89	54	4,73	33	2,89	44	3,85	52	4,55	216	18,91
Sequeira	33	1,82	72	3,98	40	2,21	57	3,15	58	3,20	260	14,36
Sobreposta	52	4,00	69	5,30	31	2,38	50	3,84	58	4,46	260	19,98
Tadim	36	3,15	57	4,99	19	1,66	44	3,85	35	3,06	191	16,71
Tebosa	29	2,57	53	4,69	35	3,10	38	3,37	34	3,01	189	16,74
União das freguesias de Arentim e Cunha	42	2,75	57	3,73	43	2,81	64	4,18	43	2,81	249	16,27

FREGUESIA	Pré-escolar (3-5 anos)		1.º CEB (6-9 anos)		2.º CEB (10-11 anos)		3.º CEB (12-14 anos)		Secundário (15-17 anos)		Total (3-17 anos)	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	410	2,81	556	3,82	351	2,41	502	3,44	556	3,82	2375	16,30
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	314	2,20	482	3,37	230	1,61	458	3,20	483	3,38	1967	13,75
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	58	2,68	89	4,11	49	2,26	68	3,14	89	4,11	353	16,30
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	198	2,97	295	4,42	145	2,17	251	3,76	239	3,58	1128	16,91
União das freguesias de Crespos e Pousada	38	2,82	59	4,38	30	2,23	46	3,41	45	3,34	218	16,18
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	66	3,54	85	4,56	48	2,58	68	3,65	68	3,65	335	17,97
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	108	2,81	183	4,77	102	2,66	143	3,73	136	3,54	672	17,51
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	300	3,28	438	4,79	248	2,71	326	3,56	301	3,29	1613	17,63
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	51	4,84	48	4,56	32	3,04	52	4,94	45	4,27	228	21,65
União das freguesias de Lomar e Arcos	223	3,28	318	4,67	196	2,88	288	4,23	249	3,66	1274	18,72
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	136	2,54	265	4,94	177	3,30	214	3,99	220	4,10	1012	18,87
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	123	3,30	189	5,07	93	2,50	141	3,78	142	3,81	688	18,46
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	48	3,32	69	4,77	34	2,35	54	3,73	47	3,25	252	17,42
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	493	3,78	583	4,47	291	2,23	434	3,32	395	3,03	2196	16,82
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	159	3,10	206	4,02	129	2,52	165	3,22	165	3,22	824	16,07
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	412	3,52	630	5,38	313	2,68	447	3,82	406	3,47	2208	18,87
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	25	2,52	36	3,62	13	1,31	45	4,53	43	4,33	162	16,30
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	43	2,72	61	3,86	35	2,22	50	3,16	58	3,67	247	15,63
Concelho de Braga	5590	3,08	7957	4,38	4319	2,38	6428	3,54	6323	3,48	30617	16,87

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

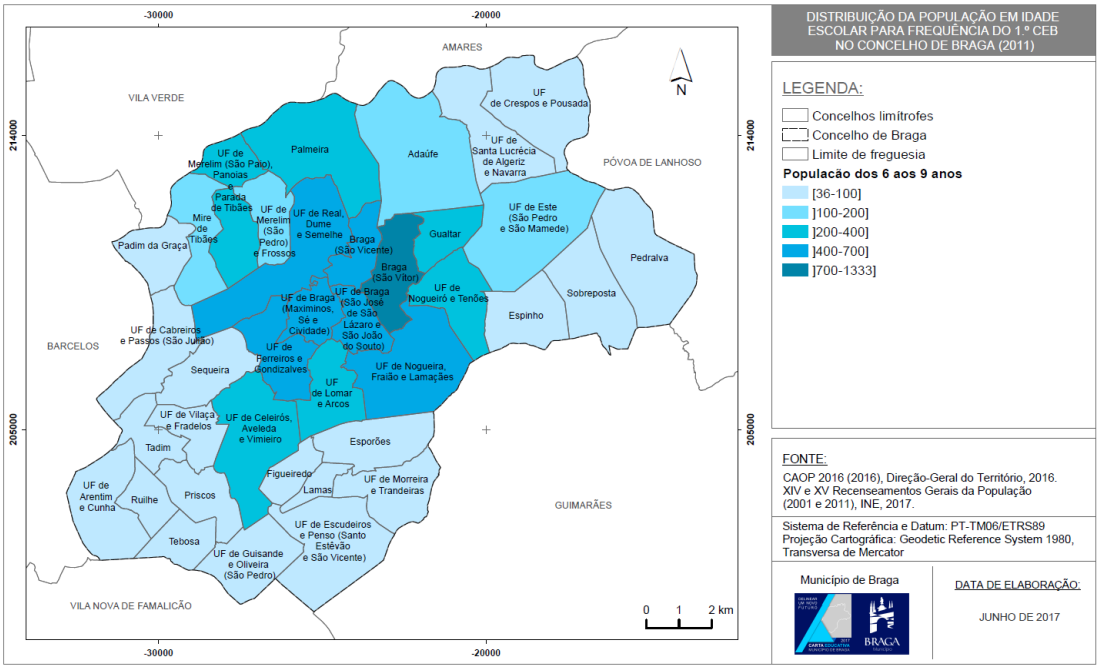
Em 2011, contabilizam-se no concelho de Braga 5590 crianças em idade pré-escolar (3-5 anos), correspondendo a 3,08% do total da população residente. O maior número de crianças nesta faixa etária regista-se nas freguesias de São Vítor (1004 crianças), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (493 crianças), São Vicente (433 crianças), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (412 crianças) e União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (410 crianças). Pelo contrário, nas freguesias de Espinho e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra observa-se o menor número de crianças a nível concelhio, com 24 e 25 crianças, respetivamente (Mapa II.8 e Quadro II.8).

Mapa II.8 | Distribuição da população em idade pré-escolar (3-5 anos) no concelho de Braga (2011)



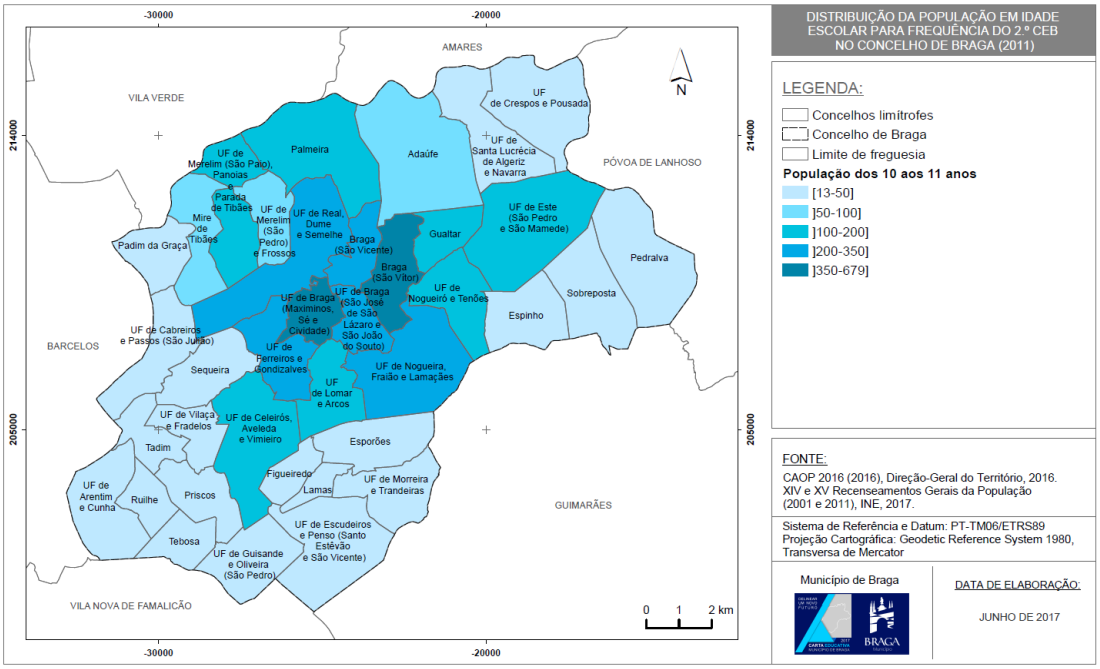
Quanto à população residente no município com idade de frequência do 1.º ciclo do ensino básico (6-9 anos), contabilizam-se 7957 crianças, o equivalente a 4,38% do total da população. O maior número de crianças enquadradas nesta faixa etária localiza-se nas freguesias de São Vítor, com 1333 crianças, e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, com 630 crianças. Em contrapartida, a União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (36 crianças), Lamas (41 crianças) e União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (48 crianças) são, em termos concelhios, as que registam o menor número de crianças em idade de frequência do 1.º ciclo (Mapa II.9 e Quadro II.8).

Mapa II.9 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 1.º ciclo (6-9 anos) no concelho de Braga (2011)



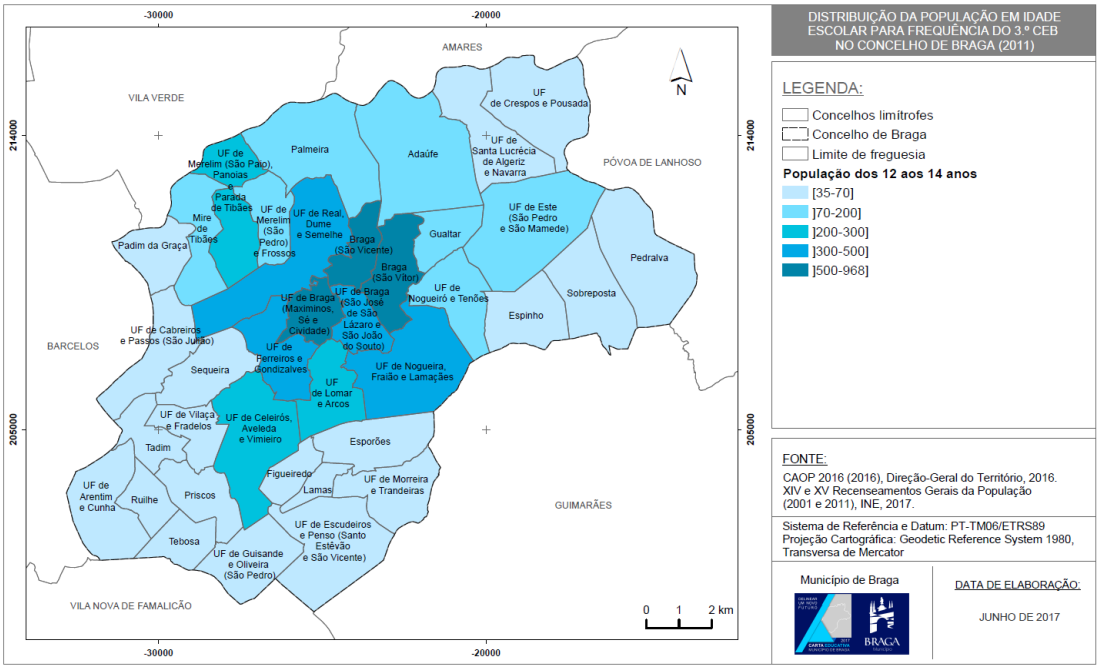
No que respeita à idade de frequência do 2.º ciclo do ensino básico (10-11 anos), no ano de 2011, regista-se a existência de 4319 crianças nestas circunstâncias, o correspondente a 2,38% da população residente no concelho de Braga. A sua distribuição pelas freguesias evidencia que o maior número se concentra na freguesia de São Vítor (679 crianças), seguindo-se a União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (351 crianças), São Vicente (325 crianças) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (313 crianças). Já o menor número de crianças inseridas nesta faixa etária observa-se na União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra e em Tadim, com 13 e 19 residentes com idade de frequência do 2.º ciclo, respetivamente (Mapa II.10 e Quadro II.8).

Mapa II.10 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 2.º ciclo (10-11 anos) no concelho de Braga (2011)



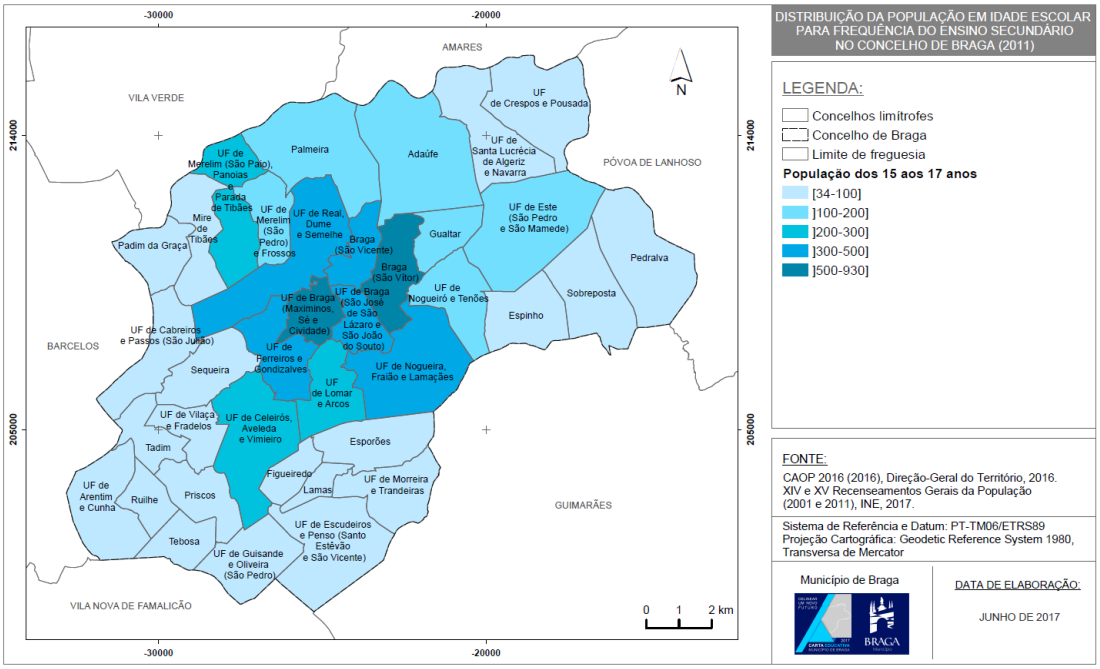
Relativamente à população com idade para frequência do 3.º ciclo do ensino básico (12-14 anos), no ano censitário em análise, verifica-se a existência de 6428 residentes, perfazendo 3,54% do total de efetivos. O número de habitantes inseridos nesta faixa etária é mais significativo na freguesia de São Vítor (968 crianças), à qual se segue São Vicente (511 crianças) e a União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (502 crianças). Por outro lado, o número é menos representativo na freguesia de Pedralva, em que se registam apenas 35 crianças, seguindo-se a freguesia de Tebosa, com apenas 38 crianças com idade de frequência do 3.º ciclo (Mapa II.11e Quadro II.8).

Mapa II.11 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do 3.º ciclo (12-14 anos) no concelho de Braga (2011)



Por último, no que concerne à população com idade entre os 15 e os 17 anos (idade para frequência do ensino secundário), à data dos censos de 2011, esta representava 3,48% do total da população residente no concelho, o correspondente a um total de 6323 jovens. Quanto à sua distribuição pelas freguesias de Braga, destacam-se, novamente, as freguesias de São Vítor (930 jovens) e União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (556 jovens), por apresentarem o maior número de jovens com idade para frequência do ensino secundário. Pelo contrário, nas freguesias de Priscos (34 jovens), Tebosa (34 jovens) e Tadim (35 jovens), regista-se os números mais baixos (Mapa II.12 e Quadro II.8).

Mapa II.12 | Distribuição da população em idade escolar para frequência do ensino secundário (15-17 anos) no concelho de Braga (2011)



II.3.2. TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE

Estabelecendo a relação entre nados vivos / óbitos e a população residente no território, a análise das taxas de natalidade e mortalidade permitem estudar a evolução do crescimento natural3 da população.

A nível nacional tem-se registado um progressivo decréscimo da natalidade associado a vários fenómenos, com destaque para a redução da nupcialidade, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho. Também a generalização dos métodos contracetivos e os encargos sociais acrescidos resultantes de uma família numerosa são fatores que contribuem para o decréscimo do número de nascimentos. Em simultâneo, tem-se também assistido à diminuição da mortalidade e ao acréscimo da esperança de vida, derivados da melhoria das condições sociais e tecnológicas e dos avanços na medicina preventiva, curativa e reabilitadora.

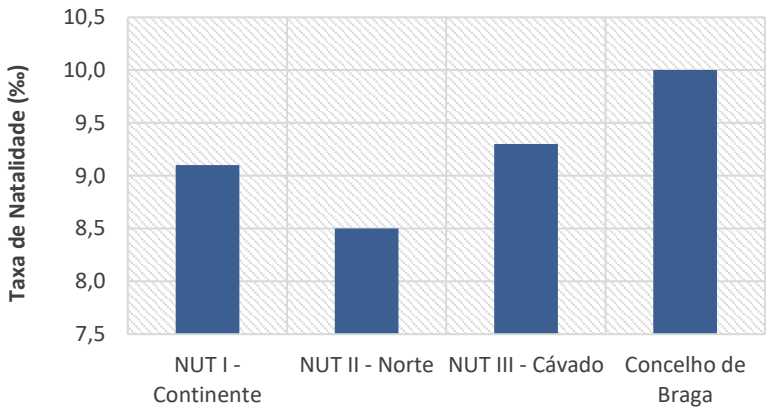
À data dos censos de 2011, o concelho de Braga regista uma taxa de natalidade4 de 10,0‰, assinalando um decréscimo de -3,0‰ face ao ano censitário anterior, data em que esta taxa era de 13,0‰ (Gráfico II.13). Este valor é, todavia, superior ao verificado nas unidades territoriais em que se encontra inserido,

[3] Taxa de crescimento natural: *saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes)* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

[4] Taxa bruta de natalidade: n*úmero de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes)* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

nomeadamente à taxa registada na NUT III – Cávado (9,3‰), NUT II – Norte (8,5‰) e NUT I – Continente (9,1‰).

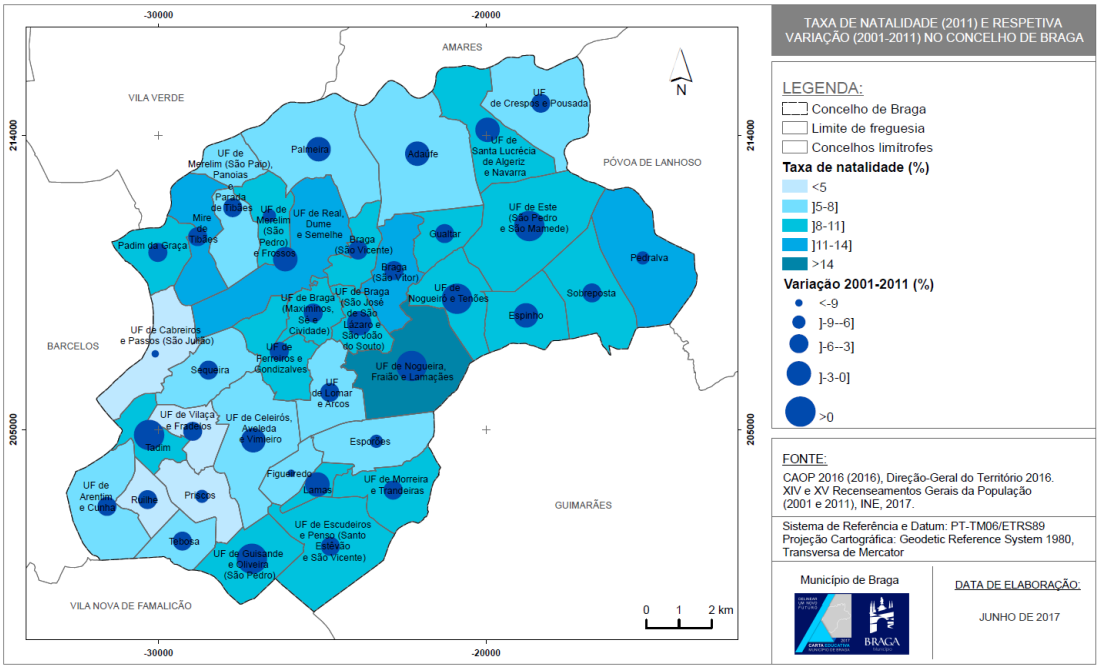
Gráfico II.13 | Taxa de natalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Analisando a variação da taxa de natalidade nas freguesias do concelho de Braga, no último período intercensitário, é possível constatar que a tendência evolutiva não é homogénea, ainda que a quebra da natalidade seja predominante (Mapa II.13). Com efeito, 32 freguesias evidenciam uma variação negativa desta taxa e apenas 5 registam uma variação positiva.

Mapa II.13 | Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)



As variações negativas oscilaram entre os -0,39‰ observados na freguesia de Lamas e os -11,36‰ registados na União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião). Quanto às variações positivas, para além de menos frequentes são também menos expressivas, com variações entre os 0,11‰ contabilizados na União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) e os 3,11‰ observados em Tadim. Assim, relativamente às freguesias que assistiram a uma quebra na natalidade, destaque para a União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (-11,36‰), Figueiredo (-10,55‰) e União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (-8,97‰), onde se registaram os decréscimos mais expressivos. Em oposição, as freguesias de Tadim (3,11‰), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (1,66‰) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (1,59‰) observaram os maiores aumentos da taxa de natalidade (Quadro II.9).

Quadro II.9 | Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)

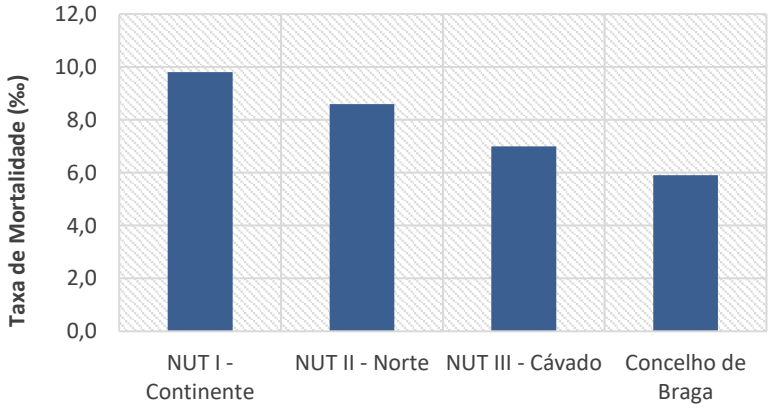
Freguesia	Taxa de Natalidade (‰)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	9,09	7,55	-1,55
Braga (São Vicente)	14,22	10,28	-3,95
Braga (São Vítor)	15,15	11,13	-4,02
Espinho	9,75	8,47	-1,28
Esporões	13,55	7,02	-6,53
Figueiredo	18,06	7,51	-10,55
Gualtar	15,24	10,03	-5,21
Lamas	9,89	9,50	-0,39
Mire de Tibães	14,23	11,08	-3,15
Padim da Graça	12,66	8,55	-4,11
Palmeira	9,58	7,50	-2,08
Pedralva	18,26	11,71	-6,55
Priscos	10,76	4,47	-6,29
Ruílhe	7,66	3,50	-4,15
Sequeira	11,82	7,73	-4,09
Sobreposta	13,34	9,22	-4,12
Tadim	5,64	8,75	3,11
Tebosa	12,77	7,97	-4,80
União das freguesias de Arentim e Cunha	10,29	7,19	-3,10
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	13,42	9,68	-3,74
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	10,28	9,23	-1,05
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	14,13	2,77	-11,36
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	10,18	7,65	-2,54
União das freguesias de Crespos e Pousada	10,92	6,68	-4,24
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	12,67	9,12	-3,55

Freguesia	Taxa de Natalidade (‰)		
	2001	2011	Variação
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	7,97	8,08	0,11
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	14,52	10,93	-3,59
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	7,84	9,50	1,66
União das freguesias de Lomar e Arcos	13,22	7,49	-5,73
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	11,06	5,78	-5,28
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	17,56	8,59	-8,97
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	14,01	10,37	-3,64
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	16,97	17,31	0,35
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	8,16	9,75	1,59
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	14,77	12,56	-2,21
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	9,58	9,05	-0,53
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	9,55	3,80	-5,75
Concelho de Braga	13,00	9,97	-3,02

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Quanto à taxa de mortalidade5, o concelho de Braga regista, no ano censitário de 2011, um valor de 5,9‰, o que representa um decréscimo de -0,8‰ face ao ano censitário antecedente. Tal como é possível aferir pela análise do Gráfico II.14, esta taxa é significativamente inferior à verificada nas NUT em que o concelho se encontra inserido, designadamente na NUT III – Cávado (7,0‰), NUT II – Norte (8,6‰) e NUT I – Continente (9,8‰).

Gráfico II.14 | Taxa de mortalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

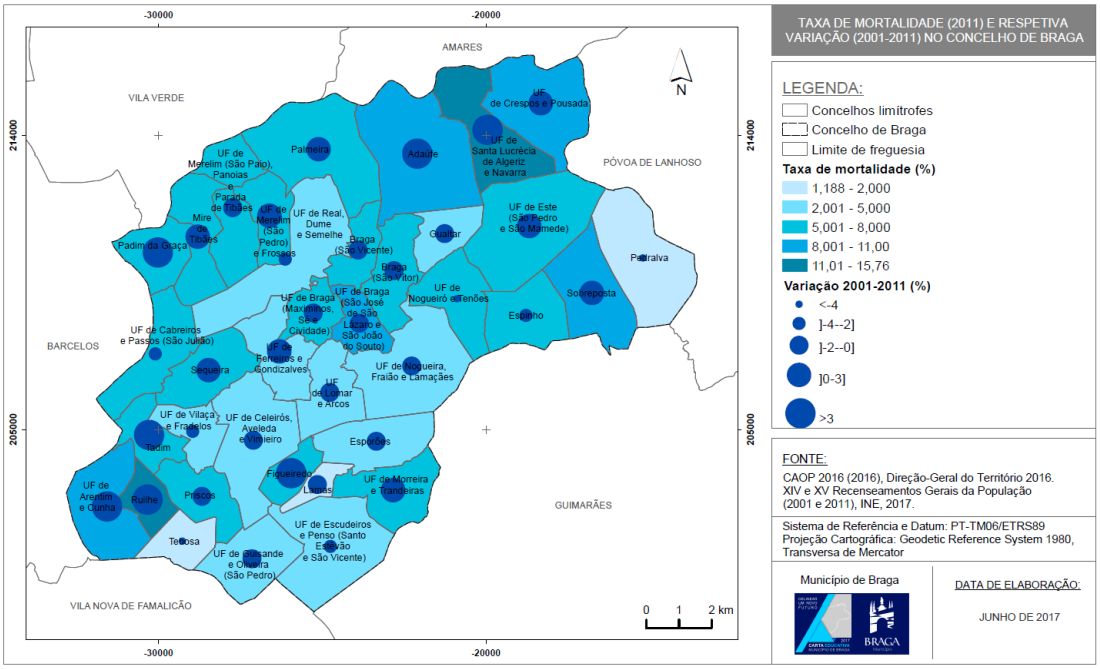


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

[5] Taxa bruta de mortalidade: *número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 ($10^{\wedge 3}$) habitantes)* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Numa análise ao nível das freguesias do concelho de Braga é possível verificar a inexistência de uma tendência uniforme no que respeita à variação da taxa de mortalidade entre os anos de 2001 e 2011 (Mapa II.14). Com efeito, 21 freguesias registam uma variação negativa desta taxa, 15 freguesias evidenciam uma variação positiva e 1 freguesia assinala uma variação nula.

Mapa II.14 | Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)



As variações negativas da taxa de mortalidade no período em análise oscilou entre os -10,37‰ registados na freguesia de Pedralva e os -0,11‰ observados na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações. As variações positivas variaram entre os 6,57‰ contabilizados na freguesia de Ruílhe e os 0,22‰ verificados na União das freguesias de Morreira e Trandeiras. Na freguesia de São Vicente, por sua vez, a taxa de mortalidade permaneceu sensivelmente constante.

Com efeito, os maiores acréscimos assinalaram-se em Ruílhe (6,57‰), Padim da Graça (4,09‰) e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (3,61‰), enquanto as quebras mais expressivas decorreram em Pedralva (-10,37‰), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (-4,60‰), União das freguesias de Vilaça e Fradelos (-3,84‰) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (-3,82‰) (Quadro II.10).

Quadro II.10 | Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)

Freguesia	Taxa de Mortalidade (‰)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	6,82	9,97	3,15
Braga (São Vicente)	6,58	6,57	0,00
Braga (São Vítor)	6,61	5,06	-1,55
Espinho	7,50	5,08	-2,42
Esporões	4,34	3,51	-0,83
Figueiredo	1,64	5,01	3,37
Gualtar	4,73	4,35	-0,38
Lamas	1,41	1,19	-0,22
Mire de Tibães	7,12	7,39	0,27
Padim da Graça	3,80	7,89	4,09
Palmeira	5,44	7,50	2,06
Pedralva	12,17	1,80	-10,37
Priscos	8,46	7,46	-1,00
Ruílhe	9,19	15,76	6,57
Sequeira	4,43	5,52	1,09
Sobreposta	6,67	9,22	2,55
Tadim	4,51	7,87	3,36
Tebosa	7,30	1,77	-5,53
União das freguesias de Arentim e Cunha	5,45	8,50	3,05
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	7,48	6,31	-1,17
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	10,66	9,58	-1,08
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	8,99	6,47	-2,53
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	5,80	4,65	-1,15
União das freguesias de Crespos e Pousada	8,87	10,39	1,52
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	6,61	4,29	-2,32
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	5,69	7,82	2,13
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	3,87	4,70	0,83
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,90	4,75	-0,15
União das freguesias de Lomar e Arcos	3,82	3,38	-0,44
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	8,14	6,34	-1,80
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3,83	5,37	1,54
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	6,00	6,22	0,22
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	4,09	3,98	-0,11
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	11,62	7,02	-4,60
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	7,84	4,02	-3,82

Freguesia	Taxa de Mortalidade (‰)		
	2001	2011	Variação
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	7,45	11,07	3,61
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	7,64	3,80	-3,84
Concelho de Braga	6,72	5,92	-0,80

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

II.3.3. ÍNDICES DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Ainda que o concelho de Braga assinale taxas de natalidade significativamente superiores às observadas nas unidades territoriais em que se encontra inserida, com destaque para a observada em Portugal Continental, a análise dos diversos indicadores demográficos tem vindo a evidenciar uma tendência de quebra da natalidade, acompanhada, em paralelo, com um decréscimo da taxa de mortalidade. Com efeito, é evidente a quebra do número de efetivos mais jovens e o gradual aumento da população inserida nas classes etárias mais avançadas, com previsíveis implicações ao nível da renovação de gerações.

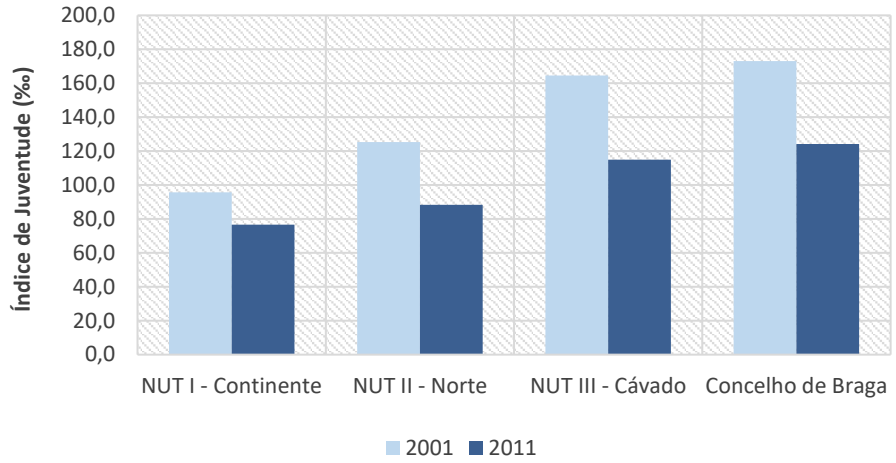
Face ao exposto, revela-se oportuna a análise dos índices de juventude e envelhecimento da população residente no território concelhio, no sentido de avaliar a proporção entre jovens e idosos. Para determinação destes índices, considerou-se como população jovem a inserida na classe etária entre os 0 e os 14 anos e como população idosa a correspondente à população com idade igual ou superior a 65 anos.

Nos dois momentos censitários em análise, o índice de juventude6 no concelho de Braga é de 173,0% e 124,2%, respetivamente, traduzindo um decréscimo de -48,8% no espaço intercensitário. Este índice é, em 2011, substancialmente superior ao verificado nas NUT III – Cávado (114,9%), NUT II – Norte (88,2%) e NUT I – Continente (76,6%) (Gráfico II.15).

Tal como o concelho de Braga, também os restantes territórios em análise evidenciam uma quebra neste índice, sendo que no NUT III – Cávado o decréscimo (-49,7%) é superior ao verificado no concelho de Braga, enquanto nas NUT II – Norte (-37,0%) e NUT I – Continente (-19,1%) a variação é menos expressiva.

[6] Índice de juventude: *relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Gráfico II.15 | Índices de juventude no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)

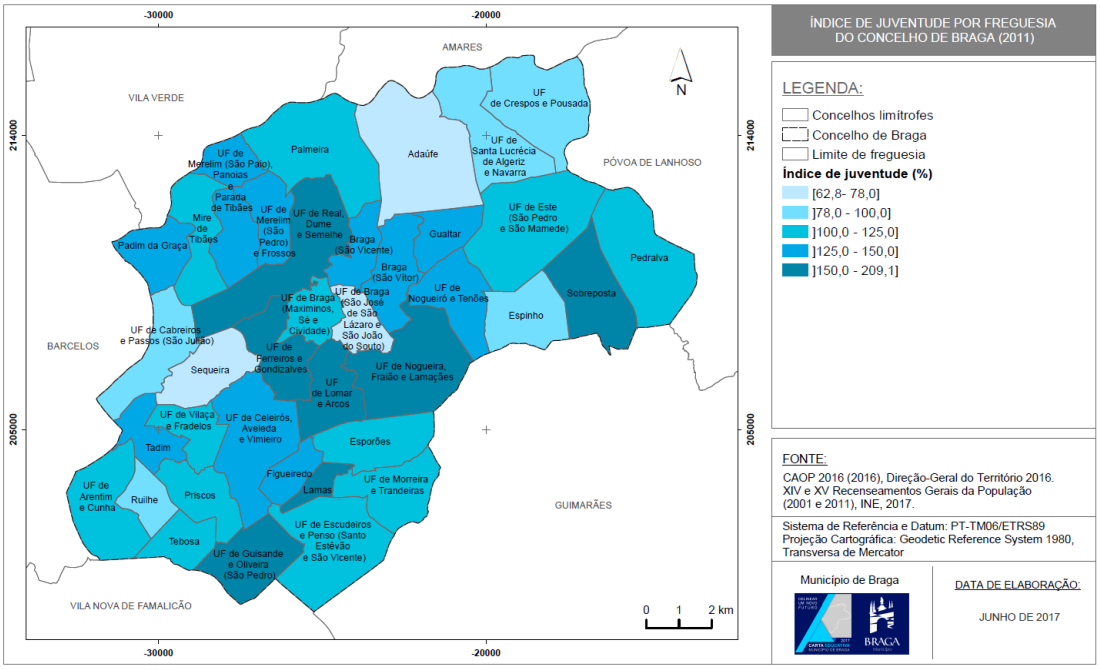


Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Numa perspetiva mais pormenorizada, importa também analisar os índices de juventude relativos às 37 freguesias que integram o concelho de Braga, nos dois momentos censitários.

À data dos censos de 2011, são 29 as freguesias que assinalam um índice de juventude superior a 100%, o que significa que contabilizam um maior número de jovens entre os 0 e os 14 anos do que residentes com idade igual ou superior a 65 anos. Em contrapartida, são 7 as freguesias que apresentam um índice inferior a 100% e 1 regista um valor de 100% (Mapa II.15).

Mapa II.15 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2011)



No mesmo ano, os maiores índices de juventude registam-se nas freguesias de Lamas (209,09%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (194,69%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (180,24%). Em oposição, é na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (62,80%) e em Sequeira (69,35%) que se observam os menores índices (Quadro II.11).

Quadro II.11 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)

Freguesia	Índice de Juventude (%)	
	2001	2011
Adaúfe	141,00	76,77
Braga (São Vicente)	181,86	138,31
Braga (São Vítor)	186,04	136,00
Espinho	206,87	100,00
Esporões	210,92	118,18
Figueiredo	257,58	146,72
Gualtar	163,64	127,20
Lamas	292,31	209,09
Mire de Tibães	182,66	112,17
Padim da Graça	248,91	141,30
Palmeira	139,07	103,01
Pedralva	146,36	101,73
Priscos	119,38	114,29
Ruílhe	135,71	92,75
Sequeira	123,68	69,35
Sobreposta	183,92	171,63
Tadim	144,92	130,77
Tebosa	193,52	112,96
União das freguesias de Arentim e Cunha	152,20	110,19
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	164,05	103,78
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	109,08	62,80
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	123,46	86,33
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	209,54	133,09
União das freguesias de Crespos e Pousada	148,33	91,34
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	168,40	121,56
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	157,84	124,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	263,15	169,31
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	167,72	150,35
União das freguesias de Lomar e Arcos	279,49	180,24
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	187,33	143,49
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	205,98	137,23

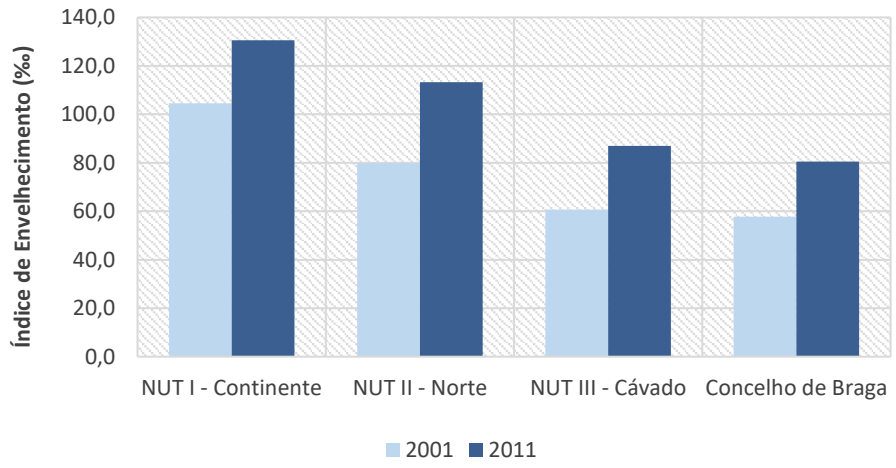
Freguesia	Índice de Juventude (%)	
	2001	2011
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	176,58	114,95
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	228,44	194,69
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	121,57	139,52
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	217,79	164,12
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	115,03	94,16
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	173,25	100,90
Concelho de Braga	173,01	124,16

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Quanto ao Índice de Envelhecimento[7], o concelho de Braga regista um acréscimo entre 2001 (57,8%) e 2011 (80,5%), à semelhança do observado nas restantes unidades territoriais onde este se encontra inserido (Gráfico II.16). Este incremento é, todavia, inferior ao verificado nas NUT III – Cávado (26,3%), NUT II – Norte (33,5%) e NUT I – Continente (26,0%).

Com efeito, em 2011, o concelho apresenta um índice de envelhecimento inferior ao determinado para as NUT III – Cávado (87,0%), NUT II – Norte (113,3%) e NUT I – Continente (130,6%) (Gráfico II.16).

Gráfico II.16 | Índices de envelhecimento no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)



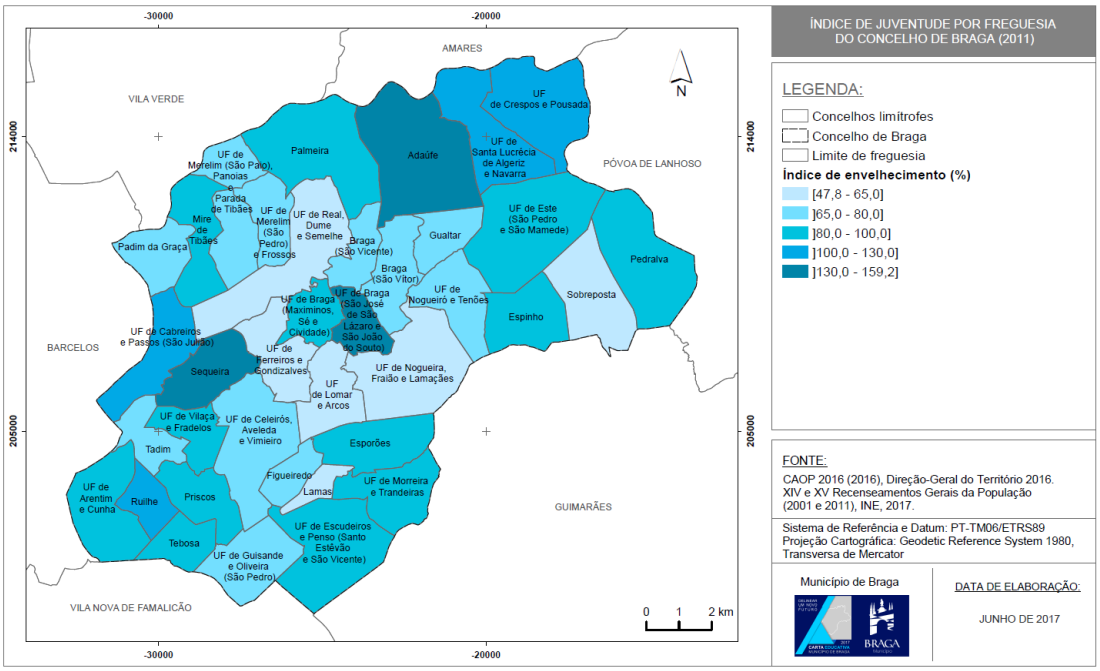
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Numa análise ao nível das freguesias do concelho de Braga, é possível aferir que o índice de envelhecimento é superior a 100% em 7 freguesias, traduzindo um maior número de efetivos com 65 ou

[7] Índice de envelhecimento: *relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

mais anos do que residentes entre os 0 e os 14 anos. Em oposição, 29 freguesias apresentam um índice inferior a 100% e 1 assinala um índice de 100% (Mapa II.16).

Mapa II.16 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2011)



Em 2011, os índices de envelhecimento mais expressivos são registados em União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (159,24%), Sequeira (144,21%) e Adaúfe (130,26%). Em contrapartida, as freguesias de Lamas (47,83%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (51,36%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (55,48%) assinalam os menores índices de envelhecimento a nível concelhio (Quadro II.12).

Quadro II.12 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)

Freguesia	Índice de Juventude (%)	
	2001	2011
Adaúfe	141,00	76,77
Braga (São Vicente)	181,86	138,31
Braga (São Vítor)	186,04	136,00
Espinho	206,87	100,00
Esporões	210,92	118,18
Figueiredo	257,58	146,72
Gualtar	163,64	127,20
Lamas	292,31	209,09
Mire de Tibães	182,66	112,17
Padim da Graça	248,91	141,30

Freguesia	Índice de Juventude (%)	
	2001	2011
Palmeira	139,07	103,01
Pedralva	146,36	101,73
Priscos	119,38	114,29
Ruílhe	135,71	92,75
Sequeira	123,68	69,35
Sobreposta	183,92	171,63
Tadim	144,92	130,77
Tebosa	193,52	112,96
União das freguesias de Arentim e Cunha	152,20	110,19
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	164,05	103,78
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	109,08	62,80
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	123,46	86,33
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	209,54	133,09
União das freguesias de Crespos e Pousada	148,33	91,34
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	168,40	121,56
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	157,84	124,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	263,15	169,31
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	167,72	150,35
União das freguesias de Lomar e Arcos	279,49	180,24
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	187,33	143,49
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	205,98	137,23
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	176,58	114,95
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	228,44	194,69
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	121,57	139,52
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	217,79	164,12
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	115,03	94,16
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	173,25	100,90
Concelho de Braga	173,01	124,16

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

II.3.4. TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS

As questões associadas com os conceitos de "urbano" e "rural" têm vindo a adquirir relevante interesse, uma vez que estas envolvem problemáticas sociais, económicas e políticas. A definição destes conceitos nem sempre é consensual, o que problematiza o limite do que é considerado rural ou urbano. Com efeito,

é comum as tipologias terem por base uma multiplicidade de critérios, essencialmente quantitativos, tais como a densidade populacional, dimensão dos lugares e emprego agrícola, sendo, em algumas circunstâncias, considerada a utilização dos solos e demais indicadores de natureza económica e social. Muitas vezes, o rural é considerado como espaço residual não urbano.

Em termos nacionais, a tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, foi objeto de revisão em 2014. A 39.ª (2014) Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, aprovou assim a referida tipologia bem como a sua aplicação a todas as freguesias do país, substituindo a anterior versão de 2009. A nova Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014) consiste, à semelhança da versão de 2009, numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR), em função do seu grau de urbanização. Esta classificação toma como referência a organização das freguesias decorrentes da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica de 2013 de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2013 (CAOP 2013).

No concelho de Braga apenas estão representadas duas das três tipologias de áreas urbanas anteriormente mencionadas. De facto, como concelho com feições marcadamente urbanas, nenhuma das suas freguesias é classificada como Área Predominantemente Rural (APR) (Quadro II.13).

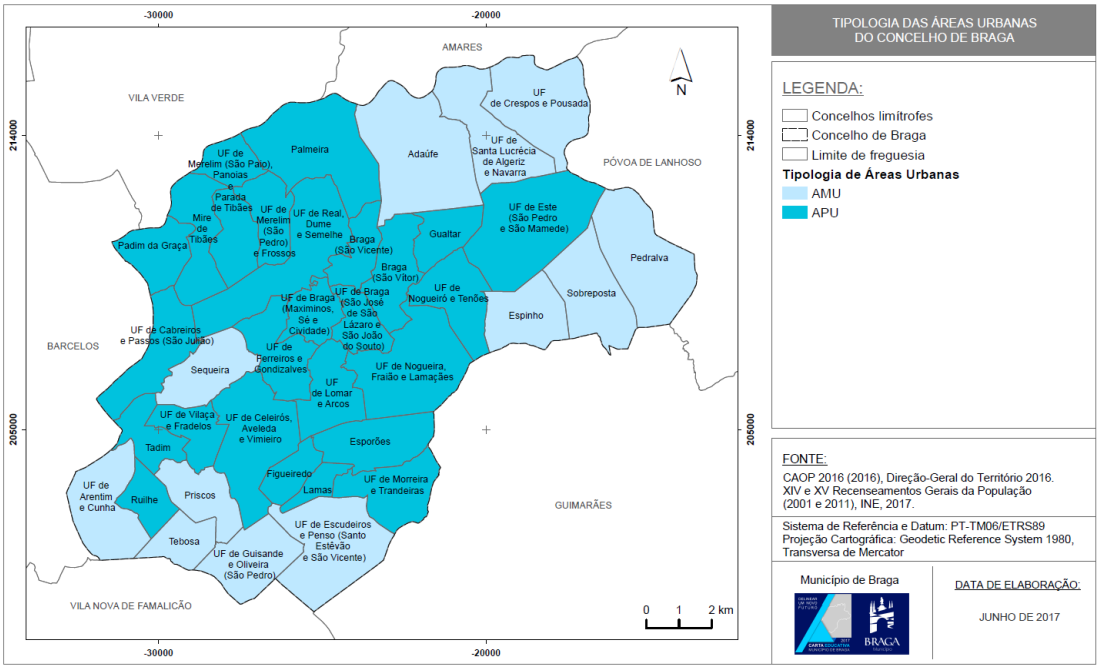
Quadro II.13 | Classificação das freguesias do concelho de Braga segundo a tipologia de áreas urbanas

Classificação (tipologia)	Freguesias
Áreas Medianamente Urbanas (AMU)	Adaúfe; Espinho; Pedralva; Priscos; Sequeira; Sobreposta; Tebosa; União das freguesias de Arentim e Cunha; União das freguesias de Crespos e Pousada; União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente); União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro); União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra
Áreas Predominantemente Urbanas (APU)	Braga (São Vicente); Braga (São Vítor); Esporões; Figueiredo; Gualtar; Lamas; Mire de Tibães; Padim da Graça; Palmeira; Ruílhe; Tadim; União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade); União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto); União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião); União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro; União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede); União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves; União das freguesias de Lomar e Arcos; União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães; União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos; União das freguesias de Morreira e Trandeiras; União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães; União das freguesias de Nogueiró e Tenões; União das freguesias de Real, Dume e Semelhe; União das freguesias de Vilaça e Fradelos

Fonte: Tipologia de áreas urbanas (TIPAU 2014), INE (2017).

De acordo com a tipologia atribuída pelo INE, das 37 freguesias que constituem o concelho de Braga, 25 são classificadas como Áreas Predominantemente Urbanas (APR) e 12 Áreas Medianamente Urbanas (AMU). A distribuição espacial das freguesias enquadradas em cada uma das tipologias encontra-se representada no Mapa II.17.

Mapa II.17 | Tipologia das áreas urbanas do concelho de Braga



II.3.5. ATIVIDADES ECONÓMICAS

II.3.5.1. SETORES DE ATIVIDADE

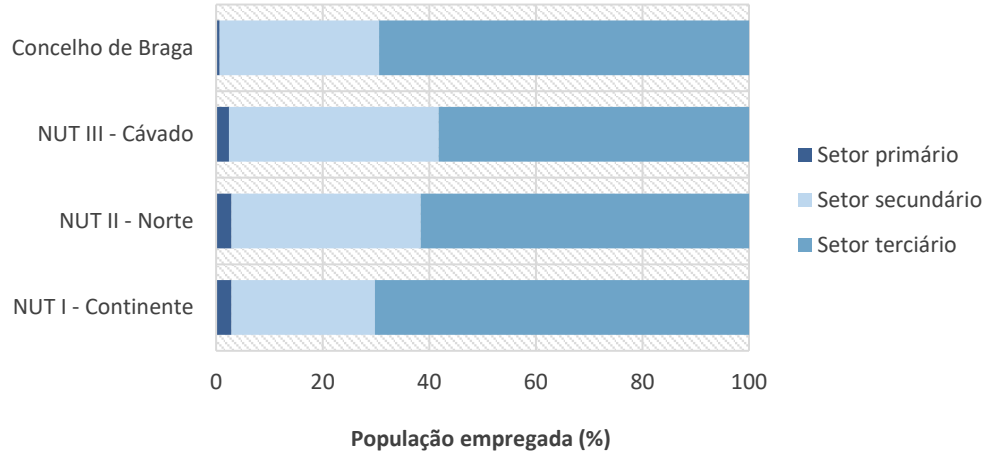
O Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro veio proceder à revisão da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), no sentido de uma harmonização com as classificações das Nações Unidas (CITA-Rev.4) e da União Europeia (NACE-Ver.2). O referido Decreto-Lei estabelece a Classificação de Atividades Económicas, Revisão 3, adiante designada por CAE – Rev.3, que constitui o quadro comum de classificação de atividades económicas a adotar a nível nacional.

A estrutura das atividades económicas vem explanada no anexo do Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, podendo estas ser agrupadas em três grupos principais: setor primário (seção A), setor secundário (seção B-F) e setor terciário (seção G-U).

Em Portugal, a distribuição da população ativa pelos setores de atividade tem vindo a sofrer modificações. No início do século XX, o setor primário predominava. Desde então, tem-se vindo a assistir a um aumento das atividades terciárias. Esta realidade é justificada pelo facto das atividades ligadas ao setor terciário serem, regra geral, melhor renumeradas do que as atividades económicas que integram os restantes setores de atividade, particularmente no que se refere às atividades de serviços financeiros, imobiliários e empresariais. Para além disso, a expansão do setor terciário estará também relacionada com o facto de este setor ser vasto, que enquadra atividades diversas e heterogéneas que não podem ser incluídas nos outros dois setores, totalmente circunscritos.

No último ano censitário, o setor terciário predominava quer no Município de Braga, quer das unidades territoriais em que este se encontra inserido (Gráfico II.7). A predominância deste setor é particularmente expressiva na NUT I – Continente, onde 70,2% da população empregada desenvolve atividade no setor terciário, seguindo-se o concelho de Braga, com um valor percentual de 69,4%.

Gráfico II.17 | População empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

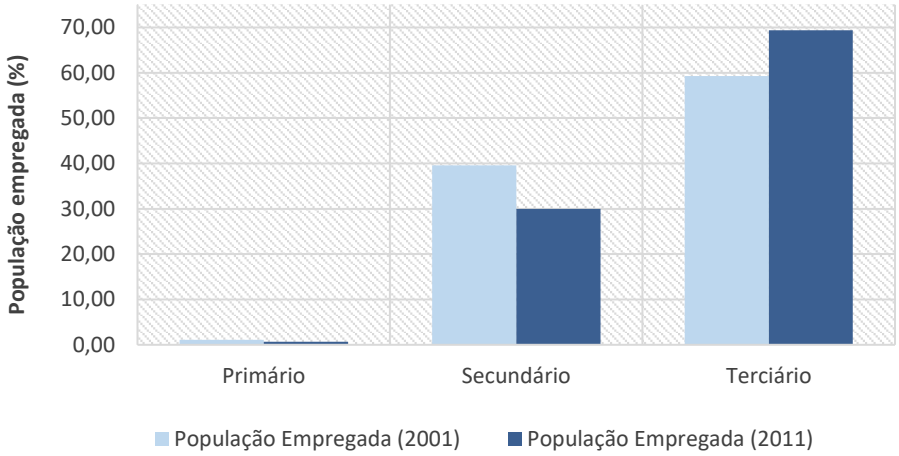


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

O setor primário, pelas razões anteriormente apontadas, é o menos representativo em todas as unidades territoriais em análise, abarcando apenas 0,6% da população empregada no concelho de Braga, 2,4% na NUT III – Cávado e 2,9% nas NUT II – Norte e NUT I – Continente.

Analisando a variação da população empregada por setor de atividade no período intercensitário (2001-2011), é possível constatar que o setor terciário foi o único a registar um aumento da população empregada, apresentando uma variação positiva de 10,08%. O setor secundário, por sua vez, registou o maior decréscimo, com uma quebra percentual de -9,40%. Quanto ao setor primário, ainda que se assinale um decréscimo menos significativo (-0,48%), a sua representatividade é residual em ambos os instantes analisados, enquadrando apenas 1,13% da população empregada em 2001 e 0,64% da população empregada em 2011 (Gráfico II.18).

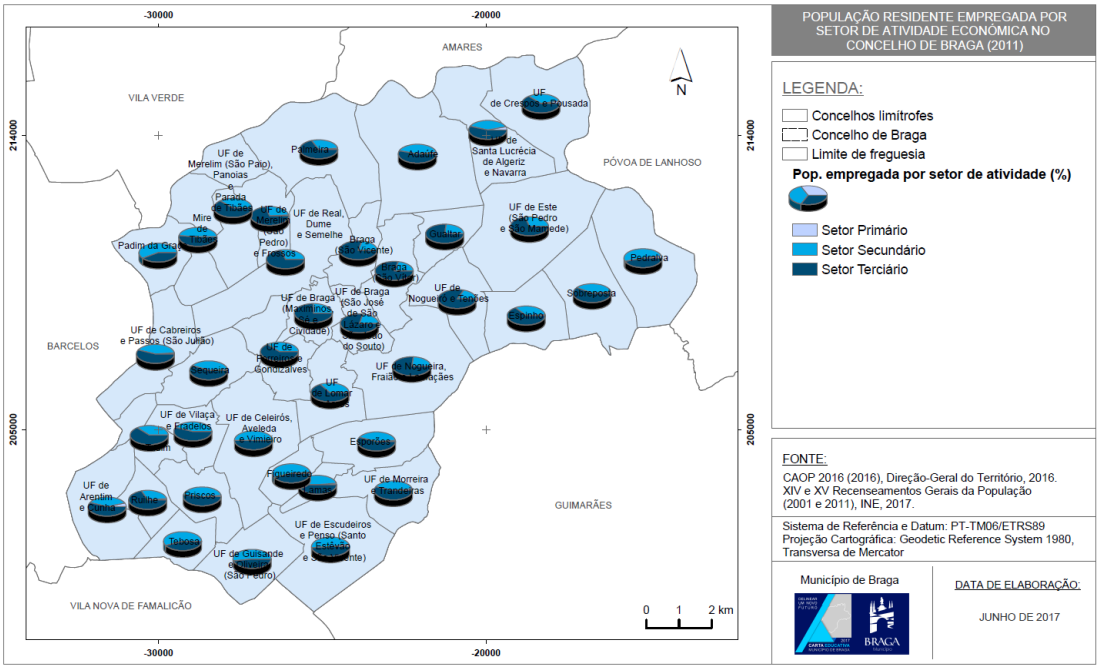
Gráfico II.18 | População residente empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga (2001-2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

À escala das freguesias do concelho de Braga, é possível aferir que o setor primário é o menos representativo nas 37 freguesias, com valores percentuais sempre inferiores a 5% da população empregada (Mapa II.18).

Mapa II.18 | População empregada por setor de atividade nas freguesias do concelho de Braga (2011)



Relativamente aos restantes setores, o setor terciário predomina em 31 freguesias e o setor secundário em apenas 6 freguesias, designadamente em Padim da Graça (57,4%), Tebosa (55,0%), Figueiredo (53,6%),

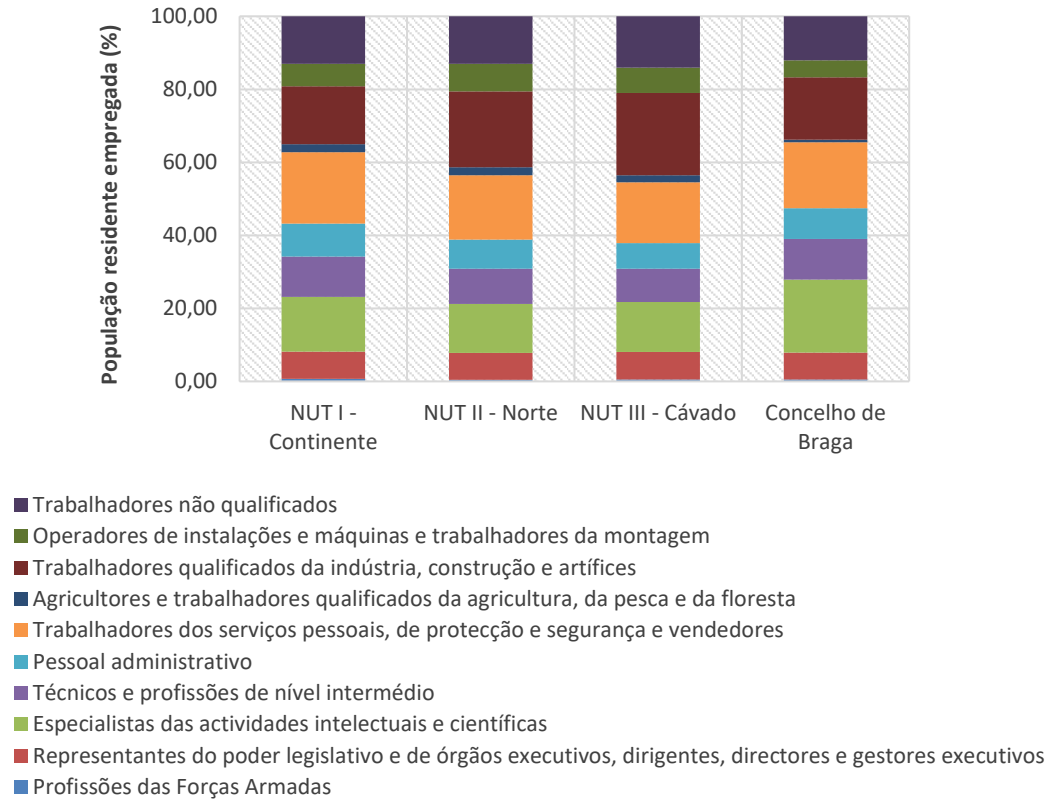
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (51,9%), Pedralva (50,8%) e União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (50,0%).

A representatividade do setor terciário, por sua vez, oscila entre 42,1% verificados na freguesia de Padim da Graça e os 82,3% registados na União das freguesias de Nogueiró e Tenões.

Tendo-se procedido à análise da distribuição da população residente empregada no concelho de Braga por setores de atividade, afigura-se relevante atender também à sua distribuição pelos vários grupos de profissões.

Tal como evidenciado no Gráfico II.19, a população residente empregada distribui-se de forma heterogénea pelos diferentes grupos de profissões considerados, qualquer que seja a unidade territorial em análise.

Gráfico II.19 | População residente, por grupo de profissões, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Com efeito, constata-se que o grupo relativo aos "*trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores*" é o que apresenta uma maior percentagem de população residente empregada na NUT I – Continente (19,61%). Nas restantes unidades territoriais, porém, esta posição de destaque é assumida pelo grupo dos "*trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*", no caso das NUT II – Norte (20,77%) e NUT III – Cávado (22,57%), e pelo grupo dos "*especialistas das actividades*

intelectuais e científicas", no caso do concelho de Braga (19,97%). Em contrapartida, é comum às quatro unidades territoriais, a residual representatividade das "*profissões das Forças Armadas*".

Ao nível de Portugal Continental, o segundo grupo de profissões predominante respeita aos "*trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*", enquadrando 15,85% da população empregada. Nas restantes unidades territoriais esta posição é ocupada pelos "*trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores*", cuja representatividade é de 17,67% na NUT II – Norte, 16,66% na NUT III – Cávado e 18,06% no concelho de Braga.

No concelho de Braga os grupos de profissões predominantes são então os "*especialistas das actividades intelectuais e científicas*" (19,97%) e os "*trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores*" (18,06%), aos quais se seguem os "*trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*" (17,11%), os "*trabalhadores não qualificados*" (12,05%) e os "técnicos e profissões de nível intermédio" (11,08%). Em oposição, os grupos menos representados à escala concelhia correspondem às "*profissões das Forças Armadas*" (0,48%), seguindo-se os "*agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta*" (0,67%) e os "*operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem*" (4,64%).

Face ao exposto, de notar a predominância das profissões qualificadas no território concelhio, reflexo dos níveis de instrução/qualificação da população residente no território.

Ainda no contexto da análise dos setores de atividade, afigura-se relevante proceder à análise da distribuição da população empregada por atividade económica (Gráfico II.14).

Quadro II.14 | População empregada por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)

Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE - Rev. 3)	População empregada	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	527	0,64
Indústrias extrativas	149	0,18
Indústrias transformadoras	15704	19,16
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	474	0,58
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	602	0,73
Construção	7634	9,31
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15539	18,96
Transportes e armazenagem	1530	1,87
Alojamento, restauração e similares	4176	5,09
Atividades de informação e de comunicação	1758	2,14
Atividades financeiras e de seguros	1389	1,69
Atividades imobiliárias	524	0,64
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3569	4,35
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2929	3,57
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	4420	5,39

Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE - Rev. 3)	População empregada	
	N.º	%
Educação	10444	12,74
Atividades de saúde humana e apoio social	6418	7,83
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	722	0,88
Outras atividades de serviços	1768	2,16
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	1694	2,07
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0,00
Total	81971	100,00

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

À data dos censos de 2011, é o setor das "*indústrias transformadoras*" que emprega uma maior proporção da população, mais concretamente 19,16%, o equivalente, em valores absolutos, a 15704 indivíduos. A este setor, seguem-se os setores do "*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*", com 18,96% (15539 indivíduos), da "educação", com 12,74% (10444 indivíduos), da "*construção*", com 9,31% (7634 indivíduos) e das "*atividades de saúde humana e apoio social*", com 7,83% (6418 indivíduos).

No sentido oposto, destaque para os setores das "*atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (apenas 1 indivíduo), da "*eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*" (474 indivíduos), da "*agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*" (527 indivíduos), das "*atividades imobiliárias*" (524 indivíduos), da "*captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*" (602 indivíduos) e das "*atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*" (722 indivíduos), que apresentam valores percentuais inferiores a 1,00%.

Tendo sido analisada a distribuição da população empregada por atividade económica no território concelhio, importa ainda atender ao número e ramo de atividade económica das empresas sediadas no concelho. Esta variável corresponde a um importante indicador ao nível da potencial absorção de alunos por via profissionalizante, permitindo aferir acerca da adequação da oferta desta vertente de ensino à efetiva procura em termos de mercado de trabalho.

De acordo com a base de dados do INE, no ano de 2011 existiam no território concelhio um total de 19012 empresas, cuja distribuição pelas diferentes classificações de atividade económica (CAE Rev.3) é apresentada no Quadro II.15.

Quadro II.15 | Empresas (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)

Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE - Rev. 3)	Empresas	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	195	1,03
Indústrias extrativas	18	0,09
Indústrias transformadoras	1263	6,64

Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE - Rev. 3)	Empresas	
	N.º	%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8	0,04
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	30	0,16
Construção	1630	8,57
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4231	22,25
Transportes e armazenagem	188	0,99
Alojamento, restauração e similares	1272	6,69
Atividades de informação e de comunicação	282	1,48
Atividades imobiliárias	630	3,31
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2392	12,58
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2025	10,65
Educação	1639	8,62
Atividades de saúde humana e apoio social	1805	9,49
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	349	1,84
Outras atividades de serviços	1055	5,55
Total	19012	100,00

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Analisando a classificação económica (CAE-Rev.3) das empresas do território concelhio, verifica-se que 22,25% das empresas existentes respeitam ao "*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*", o que se traduz, em termos absolutos, num total de 4231 empresas. Assumem também significativa representatividade as empresas das "*atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*", que perfazem 12,58% do número total de empresas (2392 empresas), a que se seguem as empresas das "*atividades administrativas e dos serviços de apoio*", que representam 10,65% (2025 empresas). Em contrapartida, as empresas referentes à "*eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*", "*indústrias extrativas*", "*captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*" e "*transportes e armazenagem*" são as menos frequentes no território, com valores percentuais inferiores a 1,00% do número total de empresas.

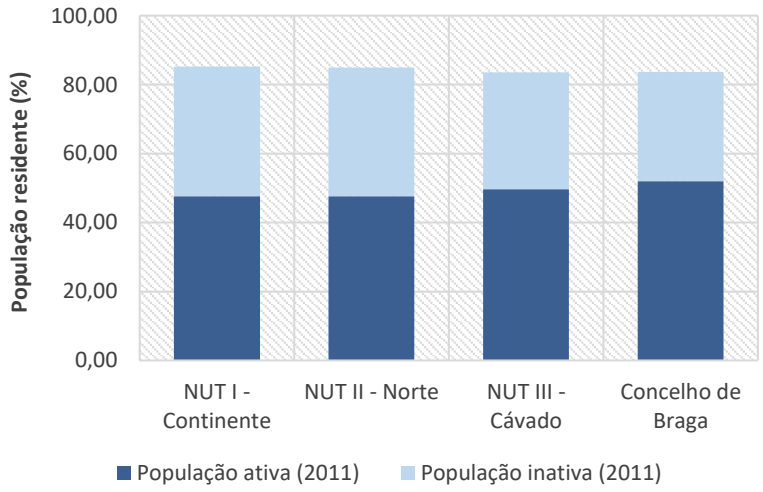
II.3.5.2. ESTRUTURA DO EMPREGO

O INE define a população ativa como correspondendo ao "*conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)*". Por outro lado, de acordo com a mesma entidade, a população inativa corresponde ao "*conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório*".

De acordo com os dados do XV Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2011 são contabilizados 94411 residentes com atividade económica (52,02%) e 57416 residentes sem qualquer atividade económica (31,64%). Refira-se que a população com atividade económica agrega o total de residentes que se encontram efetivamente empregados e os que se encontram em situação de desemprego à data de realização dos censos, enquanto a população sem atividade económica se refere ao total de estudantes, domésticos, reformados, aposentados ou na reserva e incapacitados permanentemente para o trabalho.

Observando o Gráfico II.20 é possível constatar que, entre as unidades territoriais em análise, o concelho de Braga é o que apresenta uma maior proporção de população ativa e, consequentemente, uma menor proporção de população inativa. Ao concelho de Braga, segue-se a NUT III – Cávado, com 49,2% dos residentes ativos e 31,64% de residentes inativos. Na NUT II – Norte, por sua vez, a proporção é de 47,59% de residentes com atividade económica e 37,30% de residentes sem qualquer atividade económica. Estes valores são próximos dos verificados na NUT III – Cávado, onde é registada uma população ativa de 47,58% e uma população inativa de 37,65%.

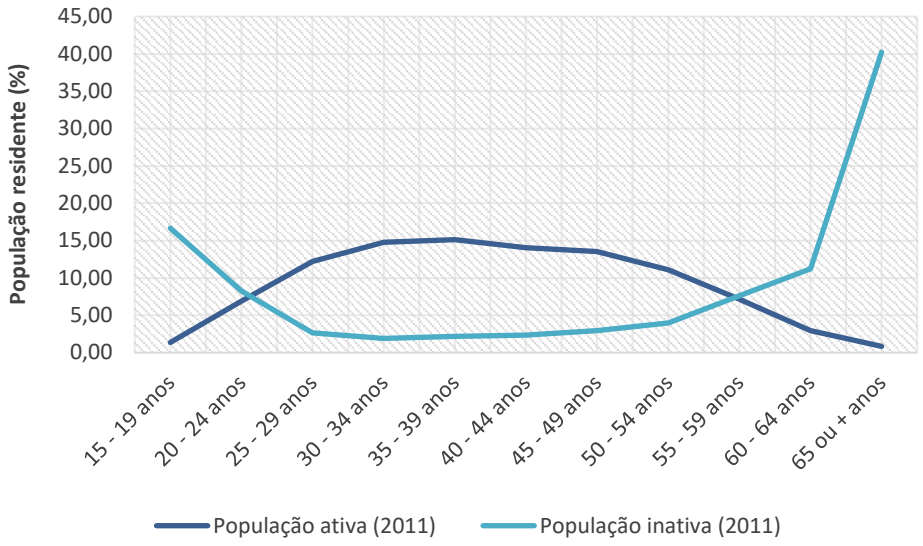
Gráfico II.20 | População ativa e inativa no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Analisando o número de indivíduos ativos por grupo etário, constata-se que a maior proporção da população ativa tem idade compreendida entre os 25 e os 54 anos, correspondendo, no seu conjunto, a 80,78% do total de indivíduos ativos no concelho de Braga. Relativamente à população inativa, esta predomina sobre a população ativa nos restantes grupos etários, com especial relevância para os indivíduos entre os 15 e os 19 anos e com 65 ou mais anos (Gráfico II.21).

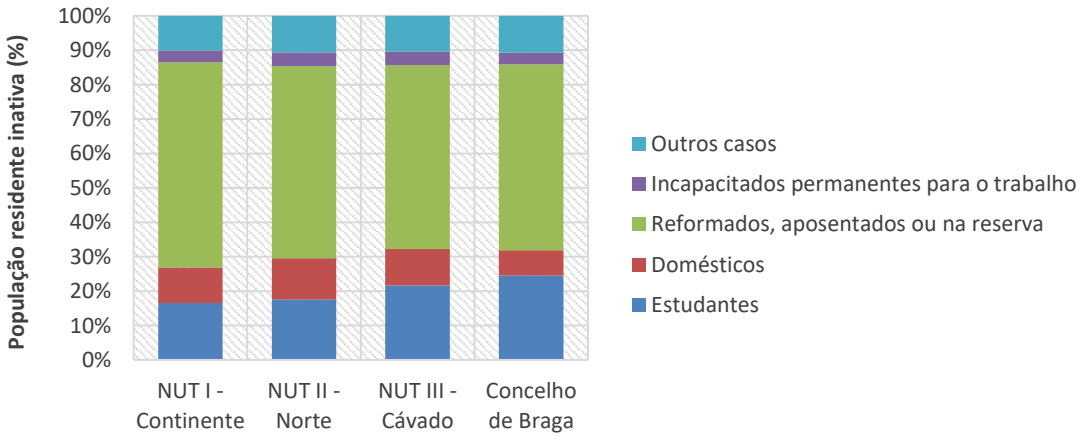
Gráfico II.21 | População residente, com e sem atividade económica, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

No que se refere à população inativa, importa analisar a sua situação perante a atividade económica, pelo que no Gráfico II.22 são apresentados os valores percentuais referentes às situações de estudante, reformado, doméstico, incapacitado permanentemente para o trabalho e outros casos.

Gráfico II.22 | População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

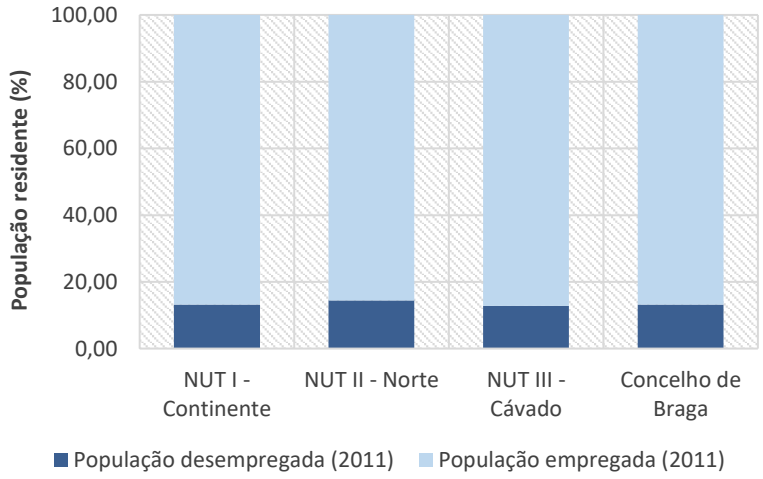
Quer no concelho de Braga, quer nas unidades territoriais onde este se encontra inserido, mais de 50% da população inativa encontra-se na situação de "*reformados, aposentados ou na reserva*", seguindo-se os residentes "estudantes", com valores percentuais entre os 15% e os 25%. Ainda no que respeita à situação de estudante, é no concelho de Braga onde esta adquire maior representatividade, enquadrando

24,50% de total da população residente, valor superior ao verificado nas NUT III – Cávado (21,69%), NUT II – Norte (17,54%) e NUT I – Continente (16,49%).

No que respeita à população residente com atividade económica, esta contempla, tal como anteriormente mencionado, a população residente empregada e em situação de desemprego. Por conseguinte, no Gráfico II.23 procede-se à escrutinação da proporção dos residentes ativos enquadrados em cada uma destas situações.

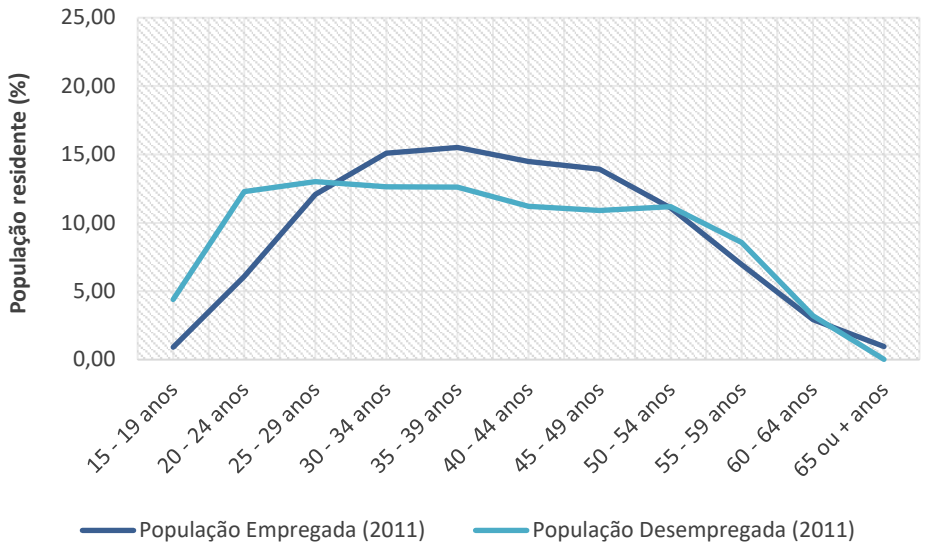
Em qualquer uma das unidades territoriais em análise, o número de residentes empregados supera largamente o número de residentes em situação de desemprego. Deste modo, a proporção de empregados é superior a 85% em todos os territórios, enquanto a proporção de desempregados fica aquém dos 15%. De notar que no concelho de Braga a percentagem de população ativa empregada (86,82%) é bastante próxima da registada ao nível da NUT I – Continente (86,81%), superando a registada na NUT II – Norte (85,53%), mas ficando abaixo da observada na NUT III – Cávado (87,24%).

Gráfico II.23 | População residente empregada e desempregada no concelho de Braga (2011)



Em termos da distribuição da população empregada e desempregada por grupo etário, à data dos censos de 2011, constata-se uma maior dificuldade das faixas etárias mais jovens integrarem o mercado de trabalho, com ênfase para os grupos etários até aos 30 anos, em que a percentagem de residentes desempregados é mais expressiva. Quanto à população empregada, há uma evidente predominância da proporção de indivíduos com idade adulta, com maior relevância para os efetivos com idade entre os 30 e os 54 anos (Gráfico II.24).

Gráfico II.24 | População empregada e população desempregada, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

No Quadro II.6 são apresentadas as taxas de atividade e desemprego registadas no concelho de Braga e nas unidades territoriais em que este se encontra inserido, nos anos censitários de 2001 e 2011.

Quadro II.16 | Taxas de atividade e desemprego no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011)

Unidades territoriais	Taxa de atividade (%)		Taxa de desemprego (%)	
	2001	2011	2001	2011
NUT I - Continente	48,4	47,6	6,8	13,2
NUT II - Norte	48,1	47,6	6,6	14,5
NUT III - Cávado	49,2	49,6	5,8	12,8
Concelho de Braga	51,9	52,0	6,9	13,2

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

A taxa de atividade[8] permite avaliar o peso que a população ativa de uma determinada região exerce sobre a população total. O concelho de Braga registou, no período intercensitário (2001-2011), um ligeiro aumento da taxa de atividade (51,9% em 2001 e 52,0% em 2011), acompanhando a tendência verificada ao nível da NUT III – Cávado (49,2% em 2001 e 49,6% em 2011). No sentido oposto, as NUT II – Norte (48,1% em 2001 e 47,6% em 2011) e NUT I – Continente (48,4% em 2001 e 47,6% em 2011) assinalaram um decréscimo desta mesma taxa.

[8] Taxa de Atividade: taxa que permite definir o peso da população ativa sobre a população total. Fórmula de cálculo: T.A. (%) = (População ativa / Total da população) × 100, in INE.

Para além de registar um aumento da taxa de atividade no período em análise, o concelho de Braga regista, em 2001 e 2011, taxas superiores às verificadas nas unidades territoriais onde se enquadra.

A taxa de desemprego[9], por sua vez, traduz o total de desempregados, contextualizando-os no total da população residente. Relativamente a esta taxa, todas as unidades territoriais assistiram a um expressivo acréscimo no período intercensitário. O concelho de Braga é, todavia, o que regista o menor incremento (6,3%), ligeiramente inferior ao observado na NUT I – Continente (6,4%). Quanto às NUT III – Cávado e NUT II – Norte, o aumento é superior, contabilizado em 7,0% e 7,9%, respetivamente.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga regista uma taxa de desemprego de 13,2%, valor equivalente ao observado na NUT I – Continente, superior ao verificado na NUT III – Cávado (12,8%) e inferior ao aferido para a NUT II – Norte (14,5%).

Ao nível das freguesias do concelho de Braga, a evolução da taxa de atividade entre os anos de 2001 e 2011 não apresenta uma tendência homogénea (Quadro II.17). Com efeito, 18 freguesias assistiram a uma variação positiva desta taxa, com os aumentos a variar entre os 0,21% observados na União das freguesias de Arentim e Cunha e os 4,58% verificados na União das freguesias de Crespos e Pousada. Em contrapartida, foram 19 as freguesias que registaram uma quebra na taxa de atividade, com os decréscimos a oscilarem, entre os -0,22% observados na União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos e os -4,06% verificados na freguesia de Lamas.

Quadro II.17 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)

Freguesia	Taxa atividade (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	48,02	50,55	2,54
Braga (São Vicente)	52,03	52,39	0,36
Braga (São Vítor)	53,81	53,07	-0,75
Espinho	49,93	50,72	0,79
Esporões	51,65	50,67	-0,98
Figueiredo	55,50	52,92	-2,58
Gualtar	50,38	51,55	1,17
Lamas	55,37	51,31	-4,06
Mire de Tibães	51,86	49,57	-2,29
Padim da Graça	52,41	50,95	-1,45
Palmeira	49,65	51,23	1,57
Pedralva	48,96	49,64	0,68
Priscos	54,50	51,53	-2,97
Ruílhe	42,96	43,96	1,00
Sequeira	50,10	47,76	-2,33

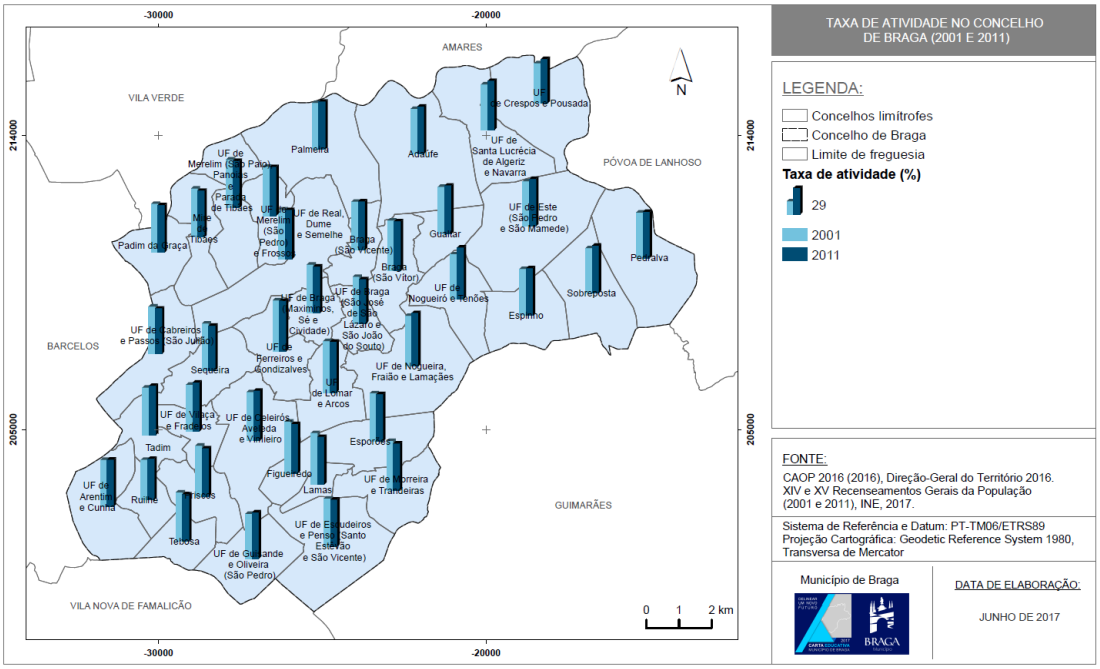
[9] Taxa de Desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. Fórmula de Cálculo: T.D. (%) = (População desempregada / População ativa) x 100, in INE.

Freguesia	Taxa atividade (%)		
	2001	2011	Variação
Sobreposta	48,21	50,96	2,75
Tadim	50,90	52,93	2,03
Tebosa	52,37	50,22	-2,15
União das freguesias de Arentim e Cunha	50,18	50,39	0,21
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	51,99	49,99	-2,00
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	49,92	47,41	-2,51
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	50,84	48,73	-2,11
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	51,77	53,19	1,41
União das freguesias de Crespos e Pousada	43,00	47,59	4,58
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	51,38	50,32	-1,05
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	48,19	50,79	2,60
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	54,95	54,49	-0,46
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	48,29	49,95	1,67
União das freguesias de Lomar e Arcos	55,03	54,53	-0,49
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	51,76	50,29	-1,47
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	52,67	52,44	-0,22
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	52,90	50,10	-2,80
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	54,01	57,12	3,11
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	47,94	55,20	7,25
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	53,53	52,85	-0,68
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	48,78	52,62	3,84
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	50,03	52,47	2,44
Concelho de Braga	51,89	52,02	0,13

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Em 2011, as taxas de atividade mais significativas registam-se na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (57,12%), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (55,20%), União das freguesias de Lomar e Arcos (54,53%) e União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves (54,49%). Em oposição, as freguesias de Ruílhe (43,96%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (47,41%), União das freguesias de Crespos e Pousada (47,59%), Sequeira (47,76%) observam as taxas menos expressivas (Quadro II.17 e Mapa II.19).

Mapa II.19 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)



As assimetrias aferidas traduzem as desigualdades ao nível da população residente em cada freguesia e da respetiva estrutura etária, com repercussões óbvias ao nível do peso da população ativa sobre a população total.

Quanto à evolução das taxas de desemprego nas freguesias do concelho de Braga, os dados evidenciam uma tendência uniforme, com as 37 freguesias do concelho a apresentar um incremento desta taxa no período intercensitário (Quadro II.18). Note-se que o menor aumento desta taxa ocorre na União das freguesias de Crespos e Pousada (2,26%) e o mais expressivo em Padim da Graça (15,14%).

Quadro II.18 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)

Freguesia	Taxa desemprego (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	4,30	12,05	7,75
Braga (São Vicente)	6,60	14,30	7,70
Braga (São Vítor)	7,30	14,26	6,96
Espinho	7,80	10,18	2,38
Esporões	6,80	11,89	5,09
Figueiredo	5,00	13,41	8,41
Gualtar	6,90	10,46	3,56
Lamas	7,30	10,88	3,58
Mire de Tibães	3,60	13,99	10,39
Padim da Graça	3,70	18,84	15,14

Freguesia	Taxa desemprego (%)		
	2001	2011	Variação
Palmeira	4,90	10,21	5,31
Pedralva	2,80	10,71	7,91
Priscos	5,60	11,00	5,40
Ruílhe	5,30	9,96	4,66
Sequeira	8,20	15,72	7,52
Sobreposta	2,00	11,61	9,61
Tadim	6,40	9,92	3,52
Tebosa	4,70	10,58	5,88
União das freguesias de Arentim e Cunha	4,54	9,86	5,31
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	9,09	16,16	7,07
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	9,30	16,30	7,00
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	6,31	12,80	6,48
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	6,18	12,51	6,33
União das freguesias de Crespos e Pousada	8,04	10,30	2,26
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	4,58	14,07	9,50
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	4,43	11,44	7,01
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	8,14	13,68	5,55
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,03	13,12	9,09
União das freguesias de Lomar e Arcos	7,37	14,28	6,92
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	5,08	12,72	7,64
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	6,58	12,54	5,96
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	5,97	12,14	6,17
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	5,87	9,79	3,92
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	4,77	9,22	4,45
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	7,34	13,39	6,05
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	6,07	8,99	2,92
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	5,70	11,82	6,12
Concelho de Braga	6,88	13,18	6,30

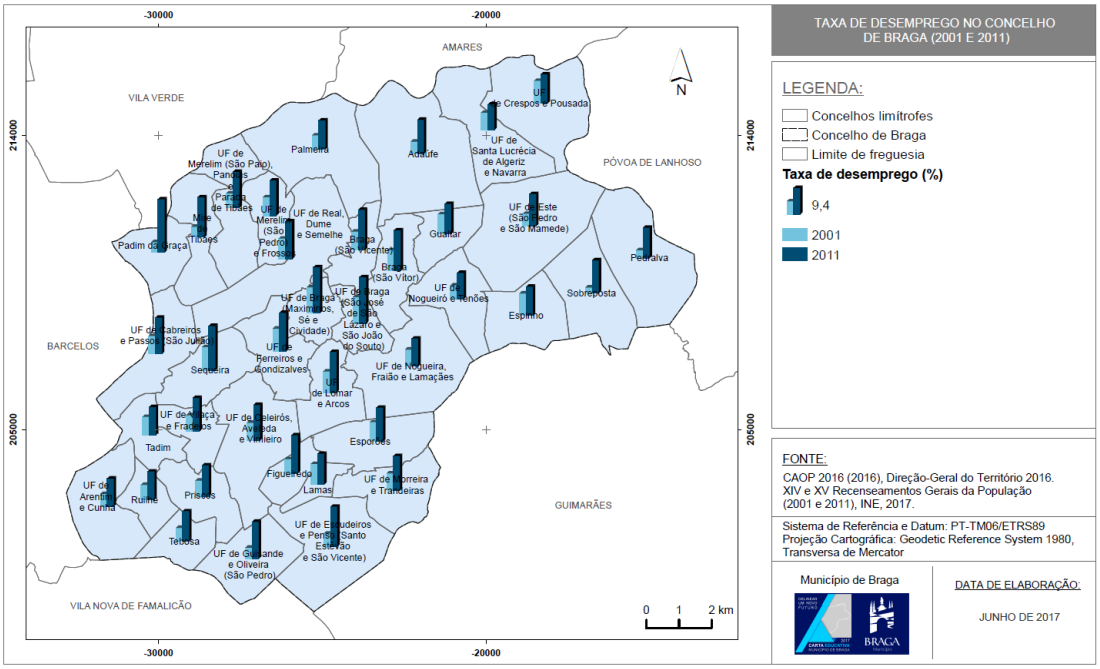
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

Tal como é possível aferir pela análise do Quadro II.18, são 18 as freguesias que registam um incremento da taxa de desemprego superior ao verificado ao nível concelhio.

No último anoa censitário, o número de desempregados em relação ao total de residentes ativos era superior nas freguesias de Padim da Graça (18,84%), seguindo-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (16,30%) e a União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (16,16%). As taxas de desemprego menos expressivas, por sua vez, observam-se na União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (8,99%), União das freguesias de Nogueiró e Tenões

(9,22%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (9,79%), União das freguesias de Arentim e Cunha (9,86%), Tadim (9,92%) e Ruílhe (9,96%), onde os valores percentuais são inferiores a 10% (Quadro II.18 e Mapa II.20).

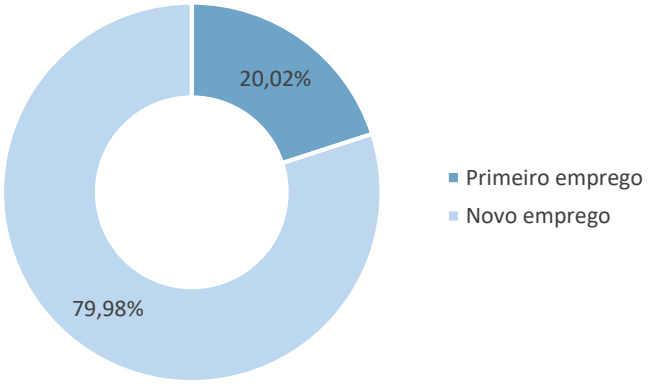
Mapa II.20 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)



Considerando as taxas de desemprego registadas no concelho, assim como o número de residentes em situação de desemprego à data dos censos de 2011, revela-se oportuno proceder análise da distribuição da população segundo a situação perante a procura de emprego, nomeadamente no que respeita à distinção entre a procura de um primeiro emprego e a procura de um novo emprego.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga contabiliza um total de 12440 residentes em situação de desemprego, dos quais 9949 procuram um novo emprego (79,98%) e 2491 procuram o primeiro emprego (20,02%) (Gráfico II.25).

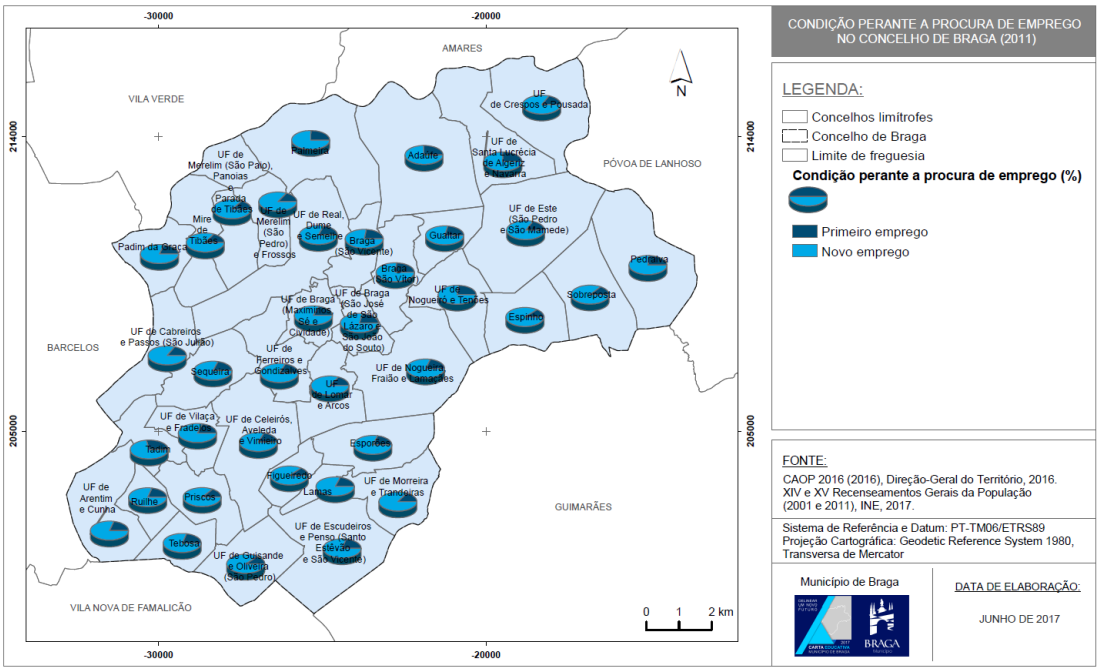
Gráfico II.25 | Condição perante a procura de emprego no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

No Mapa II.21 é apresentada a distribuição geográfica dos residentes em situação de desemprego, de acordo com a condição perante a procura de emprego e em função da freguesia de residência.

Mapa II.21 | Condição perante a procura de emprego nas freguesias do concelho de Braga (2011)



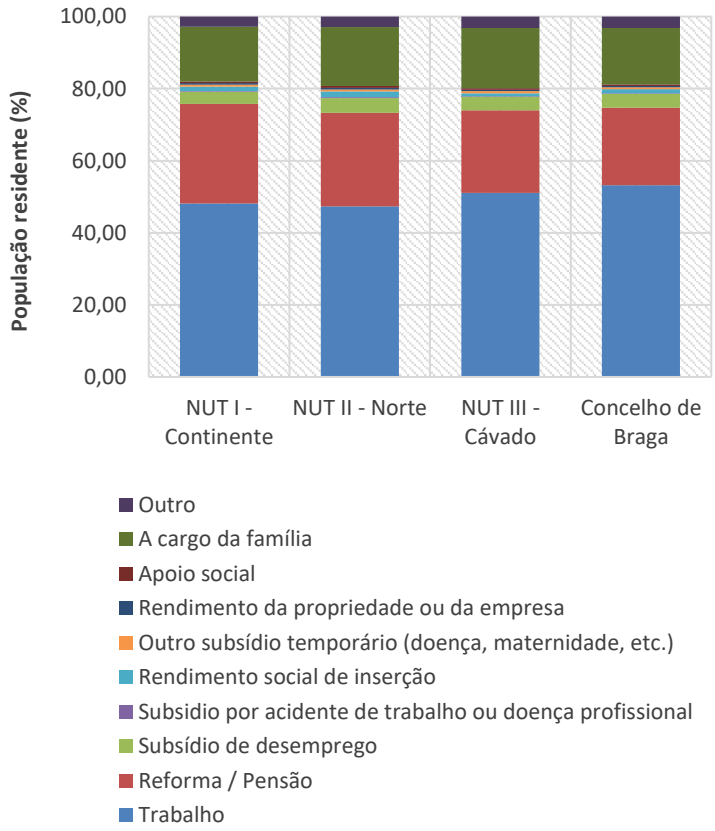
Tal como é possível constatar, em todas as freguesias do concelho predomina a procura de um novo emprego, com destaque para as freguesias de Espinho (88,52%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (88,41%) e Figueiredo (88,24%), onde a proporção de desempregados à procura de novo emprego excede os 88%.

Quanto aos desempregados à procura do primeiro emprego, distinguem-se as freguesias de Tadim (28,33%), Adaúfe (25,66%) e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (25,53%), com valores percentuais acima dos 25%.

Ainda no que concerne à estrutura do emprego no concelho de Braga, importa analisar o principal meio de vida da população residente, a partir dos 15 anos de idade, de acordo com os dados dos últimos censos.

Tal como se evidencia no Gráfico II.16, quer no concelho de Braga (53,25%), quer nas NUT III – Cávado (51,10%), NUT II – Norte (47,33%) e NUT I – Continente (48,18%), o principal meio de vida da população residente é o trabalho. Este meio de vida é ainda mais representativo, em termos percentuais, no território concelhio, quando comparado com as restantes unidades territoriais em análise.

Gráfico II.26 | População residente por principal meio de vida no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

O segundo meio de vida com maior expressividade em qualquer uma das unidades territoriais é a reforma/pensão, que abarca 27,63% dos residentes na NUT I – Continente, 25,96% na NUT II – Norte, 22,90% na NUT III – Cávado e 21,45% no concelho de Braga. Estes valores, sendo inferiores o território concelhio, evidenciam uma estrutura etária mais envelhecida a nível nacional e regional, assim como um maior desequilíbrio entre o número de ativos e o número de reformados/pensionistas.

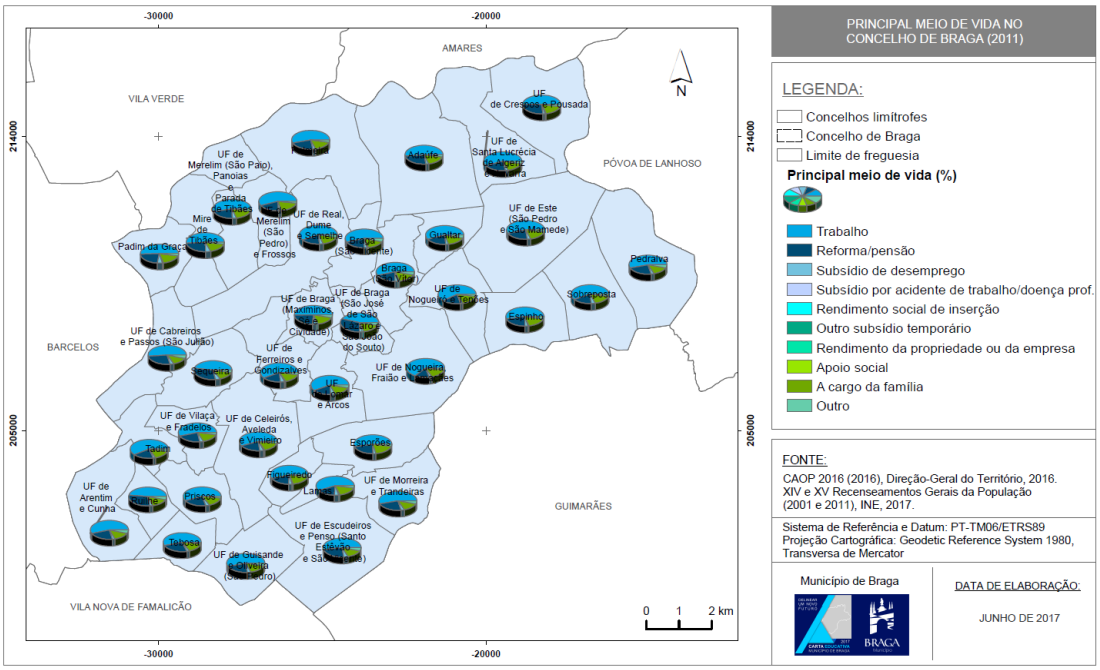
Em todas as unidades territoriais em estudo, a população residente a cargo da família surge com significativa representatividade, correspondendo ao terceiro principal meio de vida. Com efeito, representa 15,63% dos residentes com mais de 15 anos no concelho de Braga, valor superior ao verificado na NUT I – Continente (15,19%), mas inferior ao observado nas NUT II Norte (16,37%) e NUT III – Cávado (15,63%).

O subsídio de desemprego assume relativa significância como fonte de rendimento, abrangendo 3,83% da população residente no concelho, valor inferior ao verificado na NUT II – Norte (4,05%), mas superior ao registado nas NUT III – Cávado (3,70%) e NUT – Continente (3,34%).

Os restantes meios de vida (apoio social, rendimento da propriedade ou da empresa, outro subsídio temporário, rendimento social de inserção e subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional) representam fontes de rendimento menos comuns tanto ao nível local, como regional e nacional.

Numa análise mais pormenorizada, à escala das freguesias que compõem o concelho de Braga, verificamos que a distribuição da população residente com mais de 15 anos pelos diferentes modos de vida é, grosso modo, homogénea, ainda que pautada por valores percentuais distintos (Mapa II.22). Com efeito, o trabalho surge como o principal meio de vida em todas as freguesias, com destaque para a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (61,84%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (58,40%), onde se verificam os valores percentuais mais expressivos.

Mapa II.22 | Principal meio de vida nas freguesias do concelho de Braga (2011)



A reforma/pensão surge como o segundo meio de vida com maior representatividade em todas as freguesias. Em termos de volume da população, destacam-se as freguesias de Sequeira (29,59%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (28,94%) e Ruílhe (28,53%), por serem aquelas em que este é mais significativo.

Quanto à população residente, a partir dos 15 anos de idade, a viver a cargo da família, representa o terceiro meio de vida mais figurado em quase todas as freguesias. Este modo de vida evidencia-se particularmente em Esporões (18,50%), União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (18,11%), Figueiredo (17,75%), Padim da Graça (17,37%) e Espinho (17,15%).

Os restantes modos de vida assumem pouca representatividade em termos percentuais. Por conseguinte, o subsídio de desemprego não ultrapassa os 6,11% registados em Padim da Graça, o subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional não excede os 0,58% observados na União das freguesias de Morreira e Trandeiras, o rendimento social de inserção não representa mais de 2,06% da população residente na

União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), o meio de vida relativo a outro subsídio temporário não excede os 1,19% contabilizados em Padim da Graça, a população cujo meio de vida é o rendimento da propriedade ou da empresa não supera os 0,65% observados em Gualtar e na União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) e o apoio social representa um máximo de 0,83% da população residente na União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade). Quanto a outros meios de vida, estes adquirem maior expressão na União das freguesias de Arentim e Cunha (4,18%).

II.3.5.3. QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O nível de instrução da população residente constitui um fator fundamental, capaz de influenciar o crescimento económico coeso de qualquer território, na medida em que proporciona a expansão do desenvolvimento tecnológico e da inovação, bem como o incremento de atividades económicas mais especializadas. Constitui, portanto, um importante indicador do grau de desenvolvimento de um território.

Efetivamente, baixos níveis de qualificação constituem um obstáculo à empregabilidade dos trabalhadores e à sua produtividade. Por sua vez, a produtividade é fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento sustentado da economia.

Como indicador social, o grau de escolaridade reflete-se diretamente no acesso a empregos melhor qualificados e, consequentemente, na melhoria das condições de vida. Por outro lado, o analfabetismo, total ou funcional, não é mais do que um constrangimento que impede o livre acesso a determinadas funções, sendo que esta impossibilidade de acesso diminui a qualidade de vida da população.

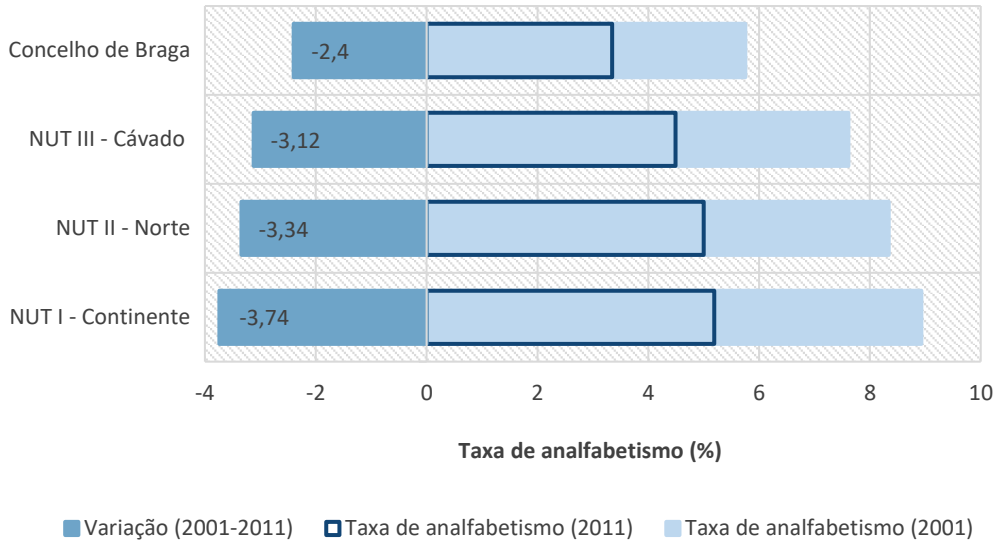
Considerando o exposto anteriormente, o nível de qualificação dos recursos humanos do concelho de Braga é caraterizado com recurso a dois indicadores demográficos, designadamente a taxa de analfabetismo e o grau de instrução da população. De forma a enquadrar e contextualizar o nível de qualificação dos recursos humanos do concelho aos níveis regional e nacional, procede-se a uma análise comparativa entre as diferentes unidades territoriais.

De acordo com o INE (censos 2011), a taxa de analfabetismo é definida "*como referência a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever*". Considerou-se que essa idade *"correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário*".

A análise do Gráfico II.27 permite constatar que no espaço intercensitário 2001-2011, a taxa de analfabetismo registou um decréscimo em todas as unidades territoriais em análise, tendo o concelho de Braga registado o menor decréscimo (-2,4%). Importa mencionar, contudo, que o território concelhio regista, em 2011, uma taxa de analfabetismo claramente inferior às observadas nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%), em que se insere. Também no ano censitário precedente (2001) o concelho registava a menor taxa de analfabetismo.

A tendência para o decréscimo da taxa de analfabetismo poderá ser justificada, quer pela substituição gradual da população idosa, que, por norma, é a que apresenta maiores índices de analfabetismo, quer pela maior escolarização da população em idade escolar.

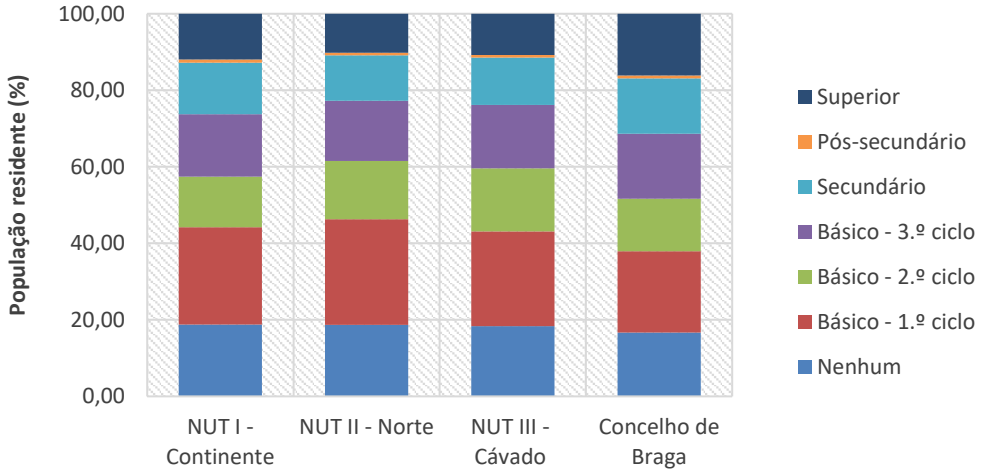
Gráfico II.27 | Taxa de analfabetismo no concelho de Braga, NUT II – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente e respetiva variação (2001-2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2017).

No que se refere ao grau de instrução mais elevado completo, verifica-se que em todas as unidades territoriais retratadas no Gráfico II.28, o 1.º ciclo do ensino básico é o nível de instrução mais representativo, na medida em que uma maior percentagem da população residente apresenta este grau completo. Em termos comparativos, é na NUT II – Norte que este nível adquire maior expressividade (27,60%), seguindo-se a NUT I – Continente (25,40%), a NUT III – Cávado (24,72%) e, por fim, o concelho de Braga (21,19%).

Gráfico II.28 | População residente no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente, segundo o nível de instrução mais elevado completo (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

A proporção da população residente sem qualquer grau de instrução também apresenta um peso significativo em todas a unidades territoriais em análise, com destaque para a NUT I – Continente, que regista o valor percentual mais elevado (18,81%). Seguem-se a NUT II – Norte (18,67%), a NUT III – Cávado (18,38%) e, com um valor significativamente inferior, o concelho de Braga (16,70%).

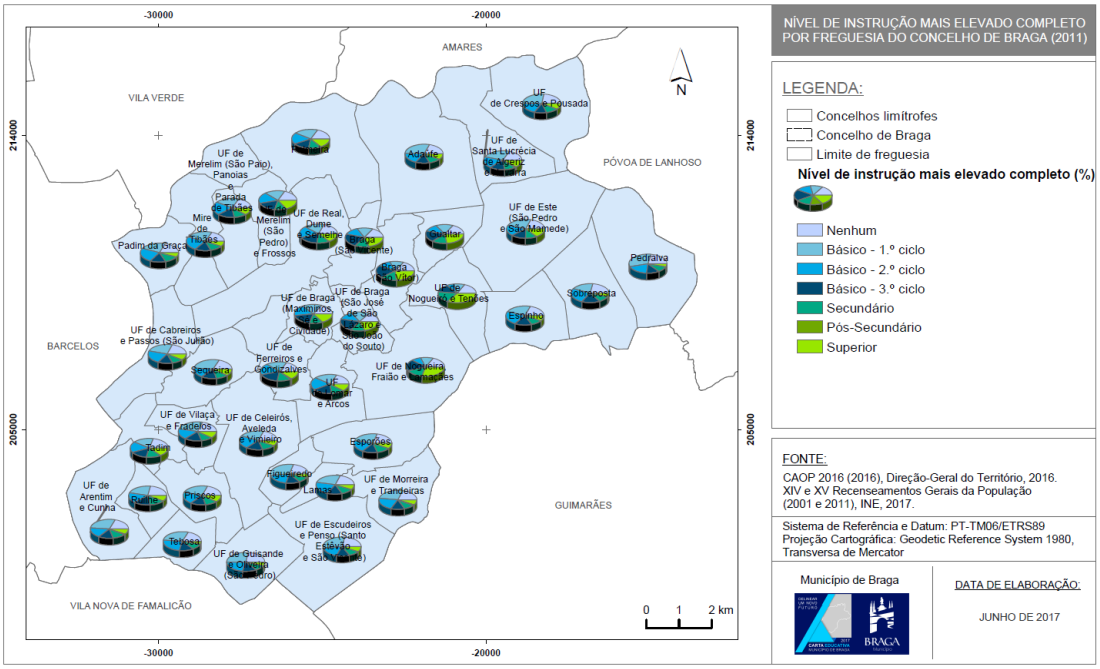
Quando comparado com as unidades territoriais que integra, é no concelho de Braga que se verifica uma menor preponderância dos níveis de instrução mais baixos. Efetivamente, o concelho regista as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo, contabilizando 16,10% da população residente nestas circunstâncias, valor que transcende largamente os observados nas NUT III – Cávado (10,75%), NUT II – Norte (10,17%) e NUT I – Continente (11,93%). Cenário idêntico é o observado relativamente ao ensino secundário e ao 3.º ciclo do ensino básico, com uma maior proporção da população residente no concelho a apresentar estes níveis de instrução completos.

De acordo com o apresentado, é possível constatar que a população do concelho de Braga apresenta um nível de instrução superior ao regional e nacional, considerando o importante peso dos níveis de escolarização mais elevados, com destaque para o ensino superior. A predominância destes níveis justifica, em certa medida, a considerável proporção da população empregada do concelho em profissões mais qualificadas.

Não obstante, note-se que proporção de população sem nenhum nível de instrução completo ou cujo nível mais elevado completo corresponde ao 1.º ciclo do ensino básico se afigura ainda significativa.

Numa análise na nível da freguesia, é possível aferir que em 32 freguesias predomina a população residente com o 1.º ciclo do ensino básico completo, enquanto nas 5 restantes é o ensino superior que adquire maior representatividade (Mapa II.23). No segundo caso, referem-se a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (35,7%), a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (28,9%), São Vítor (23,3%), Gualtar (22,3%) e São Vicente (19,1%).

Mapa II.23 | População residente (%) segundo o nível de instrução mais elevado completo, nas freguesias do concelho de Braga (2011)



II.3.6. CENÁRIO PROSPETIVO DA EVOLUÇÃO POPULAÇÃO

Na sociedade contemporânea torna-se cada vez mais importante conhecer a dimensão da população e prever a sua evolução num futuro determinado. As projeções demográficas permitem aferir acerca dos comportamentos prospetivos da população, indispensáveis no apoio ao planeamento e ordenamento do território e no processo de tomada de decisão.

A análise da tendência de evolução da população revela-se, assim, imperativa no contexto do processo atualização da Carta Educativa de Braga, como instrumento de planeamento territorial, servindo de apoio às propostas de reordenamento da rede escolar municipal, nomeadamente no que se refere à programação de equipamentos escolares.

Em Portugal, tal como em qualquer país, conjetura-se que as tendências populacionais futuram sejam, em grande medida, resultado do seu passado demográfico. Pelo que ao contrário de outras áreas, a demografia reveste-se de uma certa inevitabilidade.

A conjuntura económica atual tem repercussões sociodemográficas sensíveis, com destaque para a queda acentuada da taxa de natalidade nos últimos anos e para os movimentos migratórios, que passam pelo retorno de alguns imigrantes ao seu país de origem mas, essencialmente, à emigração registada, sobretudo, nas camadas mais jovens da população portuguesa.

A nível nacional tem-se assistido a um cenário de envelhecimento da população, reflexo do comportamento demográfico de outras sociedades europeias. Com efeito, conjetura-se que os índices

estruturais continuarão a evoluir no sentido do duplo envelhecimento da pirâmide de idades. Assim, prevê-se um acentuadíssimo envelhecimento da população portuguesa: muito menos crianças, menos jovens e adultos, muito mais idosos (particularmente mulheres). Com efeito, nas famílias, progressivamente menores, a tradicional proporção aritmética entre gerações tende a ficar invertida, pautada pela existência de mais avós do que pais ou filhos.

As tendências verificadas nos últimos anos justificam-se, em grande medida, pela significativa quebra nos índices de fecundidade e pelo aumento da esperança média de vida. Todavia, a componente migratória, traduzida pela saída em massa de jovens para o estrangeiro, a que assistimos atualmente e que se prevê que se intensifique no futuro, não poderá deixar de vir a ter um impacte significativo da demografia portuguesa das próximas décadas. Efetivamente, este fluxo migratório está associado, fundamentalmente, a homens e mulheres, em plena idade reprodutiva, altamente qualificados e profissionalmente ativos.

Atendendo a que os jovens do presente irão, naturalmente, representar os progenitores do futuro, o seu número decrescente terá necessariamente repercussões a médio e longo prazo. Em Portugal, a maternidade incide maioritariamente em mulheres com cerca de 30 anos de idade, faixa etária que já começou a diminuir, sendo a quebra ainda mais evidente nas faixas etárias abaixo. Com efeito, ainda que a taxa de natalidade aumente ligeiramente, conjetura-se que o número de nascimentos ainda assim registe um decréscimo.

Face ao exposto, e de acordo com as projeções da população residente para o período 2015-2080 (INE, 2017), as tendências apontam para que Portugal venha a registar:

- Perda de população, ficando abaixo do limiar de 10 milhões em 2031;
- Aumento da esperança média de vida, traduzida por uma crescente longevidade, principalmente da população feminina;
- Manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações;
- Diminuição do número de jovens, pelo que mesmo admitindo aumentos no índice sintético de fecundidade, resulta, ainda assim, uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade registados em anos anteriores;
- Agravamento do envelhecimento da população (mais idosos e menos jovens);
- Diminuição da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade.

O concelho de Braga regista, porém, uma tendência díspar da verificada em muitos municípios portugueses, pautada por um acréscimo da população residente no período entre 2001 e 2011. Efetivamente, o município tem assumido um papel de polo polarizador dentro da região. Note-se, porém, que este acréscimo sucedeu nas classes etárias dos adultos e população idosa, tendo a população mais jovem assistido a um quebra nos últimos anos. Deste modo, a evolução no período intercensitário revela uma tendência de decréscimo da população com idades inferiores a 30 anos, enquanto as faixas etárias acima dos 30 anos tendem a aumentar, com os maiores acréscimos a respeitarem à população com 80 ou mais anos.

Atendendo às dinâmicas populacionais descritas, bem como às respetivas implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no contexto da atualização da Carta Educativa de Braga, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas (horizonte temporal de 2031). Para o efeito, procedeu-se a um exercício de projeção, optando-se, em termos metodológicos, pelo recurso ao método das componentes por *coortes*.

Na aplicação do método das componentes por *coortes* a população inicial é agrupada por sexo e por coortes, definidas pelo ano de nascimento, e continuamente atualizada de acordo com as hipóteses de evolução estabelecidas para cada uma das componentes de mudança da população e pelo natural envelhecimento anual.

Trata-se de resultados condicionais, do tipo "*se x então y*", que ilustram o que se pode obter no futuro em termos de dimensão e de estrutura da população por sexo e idade, caso se verifiquem os pressupostos em que assentam os cálculos, dependendo, por um lado, da estrutura e composição da população no momento de partida (2011) e, por outro, dos diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e migrações estabelecidos em cada uma das hipóteses ao longo do período de projeção (2011 a 2031). Note-se que a formulação das hipóteses baseia-se na observação, análise e modelação das tendências passadas de cada uma das componentes, em particular as de anos mais recentes, e na avaliação subjetiva relativa à evolução futura das mesmas com base na informação disponível até ao momento (INE, 2017).

Os resultados da aplicação deste método permitem aferir acerca do volume e da composição da população em momentos futuros, segundo o sexo e a idades, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, entre outros). Assim, os resultados projetados para os horizontes temporais futuros traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução dos comportamentos demográficos (fecundidade, mortalidade e migrações) no período prospetivo.

Em termos metodológicos, o momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (ano de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de cinco anos até 2031.

O método utilizado contempla, portanto, a análise de três variáveis micro demográficas: mortalidade, fecundidade e migrações. Uma vez que estas componentes estão intrinsecamente interligadas, a população projetada resulta, efetivamente, dessa combinação.

O método de cálculo dos efetivos populacionais anuais pode então ser expresso pela equação básica:

$$\boldsymbol{P_t = P_{t-1} + NV_t - Ob_t + I_t - E_t}$$

Sendo $\boldsymbol{P_t}$ a população obtida para o ano t, resultante da população de partida no ano t-1 ($\boldsymbol{P_{t-1}}$) a que se adiciona o número de nados vivos do ano t ($\boldsymbol{NV_t}$), se subtrai o número de óbitos do ano t ($\boldsymbol{Ob_t}$), se adiciona o número de imigrantes no ano t ($\boldsymbol{I_t}$) e se subtrai o número de emigrantes no ano t ($\boldsymbol{E_t}$).

Note-se que o cálculo é efetuado para cada sexo em separado e por idades singulares, o que requer algumas adaptações da equação anteriormente apresentada.

Importa referir que a metodologia a que se recorreu para o presente exercício é amplamente utilizada em exercícios prospetivos da população, sendo inclusivamente utilizada pelo INE para efeitos de projeção da população residente aos níveis nacionais e regionais. Efetivamente, esta metodologia apresenta inúmeras vantagens, tornando as hipóteses de evolução elucidativas, ao permitir uma avaliação do impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura e no crescimento da população. Deste modo, é possível estimar a probabilidade da população de determinada idade vir a constituir a população da coorte seguinte. Os valores das projeções demográficas obtidos resultam, portanto, da aplicação das matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida (ano de 2011), desagregada por idades. Tais matrizes incorporam uma componente de fecundidade (índice de fecundidade, por idades férteis), uma componente de mortalidade, sob a forma de probabilidades de sobrevivência simplificadas (coeficiente de mortalidade, por idades) e uma componente de dinâmica migratória (saldo migratório).

Em termos metodológicos, o procedimento realizado poderá ser sintetizado em três grandes etapas sequenciais:

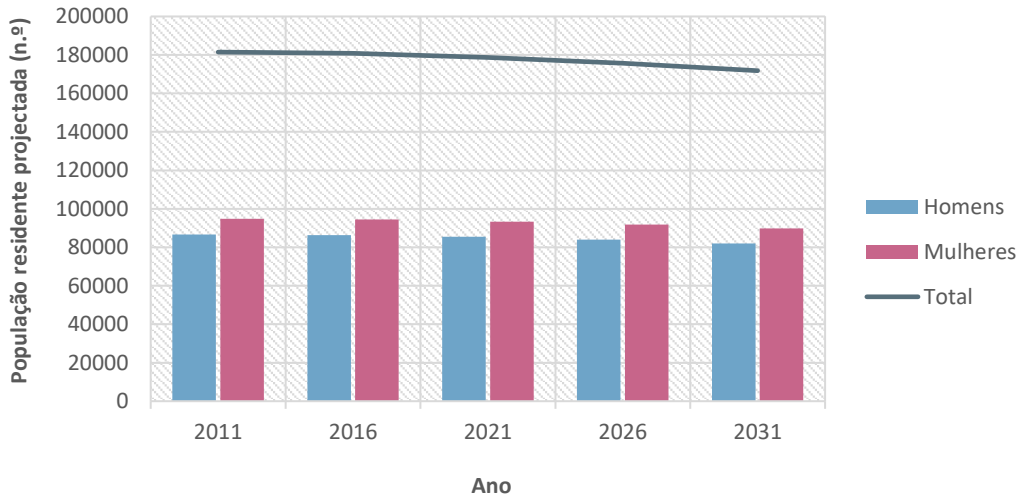
- Primeiramente, as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- Seguidamente, é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos;
- Por último, é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração média, considerando a manutenção do saldo migratório médio anual verificado entre 2011 e 2017 no concelho.

Quanto às fontes de informação e os pressupostos assumidos relativamente a cada uma das variáveis inerentes à aplicação deste método, importa esclarecer o seguinte:

- **População residente**: considerou-se a população residente em 2011 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos censos de 2011).
- **Número de óbitos**: entre 2011 e 2017 foram assumidos os dados do INE relativamente ao número de óbitos, por idades, no concelho de Braga; a partir do ano de 2017 foram aplicados os valores do coeficiente de mortalidade obtido nas projeções do INE para a NUT II – Norte (cenário central).
- **Número de nados vivos**: entre 2011 e 2017 foram assumidos os dados do INE relativamente ao número de nados vivos no concelho de Braga; considerou-se uma prevalência do nascimento de indivíduos do sexo masculino, numa razão de 105 homens / 100 mulheres; a partir do ano de 2017 foram aplicados os valores do índice de fecundidade, obtido nas projeções do INE para a NUT II – Norte (cenário central), à população feminina em idade fértil.
- **Saldo migratório**: entre 2011 e 2017 foram assumidos os dados do INE relativamente ao saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna) para o concelho de Braga; a partir do ano de 2017 foi aplicado o valor médio do saldo migratório verificado no concelho entre 2011 e 2017 (-467), com uma maior preponderância na população em idade ativa.

A análise dos resultados indica uma diminuição da população no município até ao ano de 2031, traduzida por uma perda total de 9684 residentes face à população de referência (ano de 2011) (Gráfico II.29).

Gráfico II.29 | Provável evolução da população residente (2011 a 2031)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

Em 2031 estima-se uma população residente no concelho de Braga contabilizada num total de 171.810 indivíduos, dos quais 81.934 homens e 89.877 mulheres. Observa-se, assim, uma tendência de manutenção de prevalência do sexo feminino, ainda que se estime um maior número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino. Tal facto decorrerá, em grande medida, da maior esperança média de vida associada às mulheres (menores coeficientes de mortalidade).

A evolução da população por sexo e grupos etários quinquenais, entre os anos de 2011, 2021 e 2031, encontra-se representada sob a forma de pirâmide etária no Gráfico II.30. Este tipo de representação torna evidente uma tendência progressiva de envelhecimento da população do concelho nas duas décadas em análise, da qual havia já evidências no último período intercensitário (2001 a 2011), ainda que contornos significativamente menos gravosos à data. Efetivamente, o acentuado decréscimo do número de crianças e jovens que se tem vindo a verificar no concelho, terá como repercussão direta uma quebra no número de população em idade fértil nos próximos anos, ditando um decréscimo também progressivo no número de nascimentos no concelho. Assim, embora se anteveja uma ligeira melhoria dos índices de fecundidade durante as duas décadas em análise (índice de 1.26 em 2031), estima-se que a mesma não seja suficiente para compensar a quebra do número de mulheres em idade fértil, ficando significativamente aquém do desejável índice de renovação das gerações (índice de 2.1).

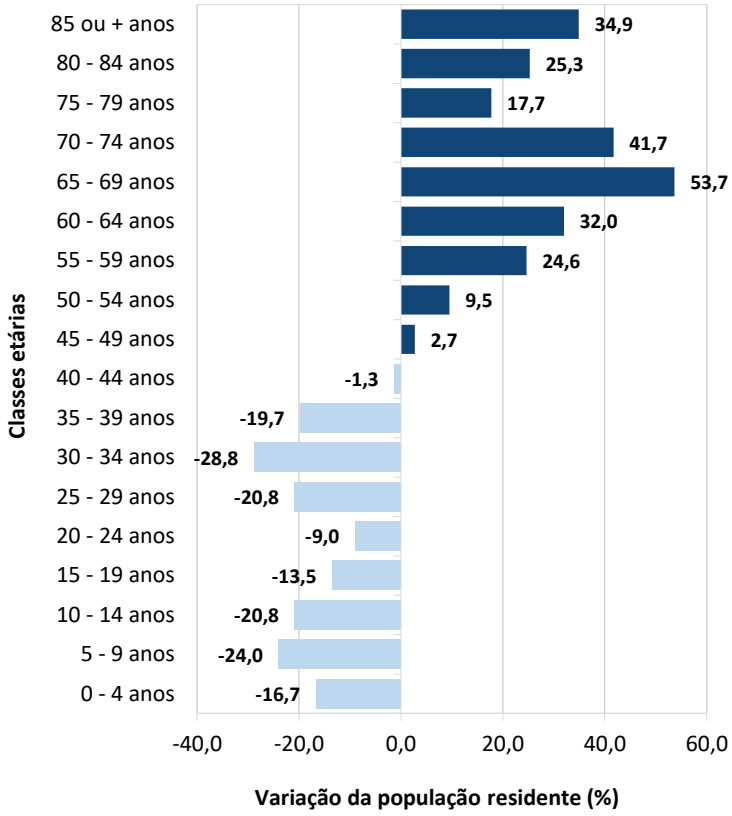
Gráfico II.30 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2011, 2021 e 2031)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

Por outro lado, importa observar que o significativo acréscimo da população adulta registado no concelho no último período intercensitário terá repercussões óbvias no aumento da população idosa nas duas décadas subsequentes, facto para o qual também contribui o previsível aumento da esperança média de vida.

Analisando de forma mais pormenorizada a variação da população residente entre o ano de 2011 e 2021 é explícito o aumento da população adulta e idosa no concelho, enquanto a população jovem deverá decrescer significativamente (Gráfico II.31). Neste contexto, merecem particular destaque as variações positivas previstas na classe etária dos 65 aos 69 anos (53,7%) e dos 70-74 anos (41,7%). Em contrapartida, a quebra mais acentuada corresponde ao grupo etário entre os 30 e os 34 anos (-28,28%), seguindo-se a classe dos 5 aos 9 anos (-24,0%).

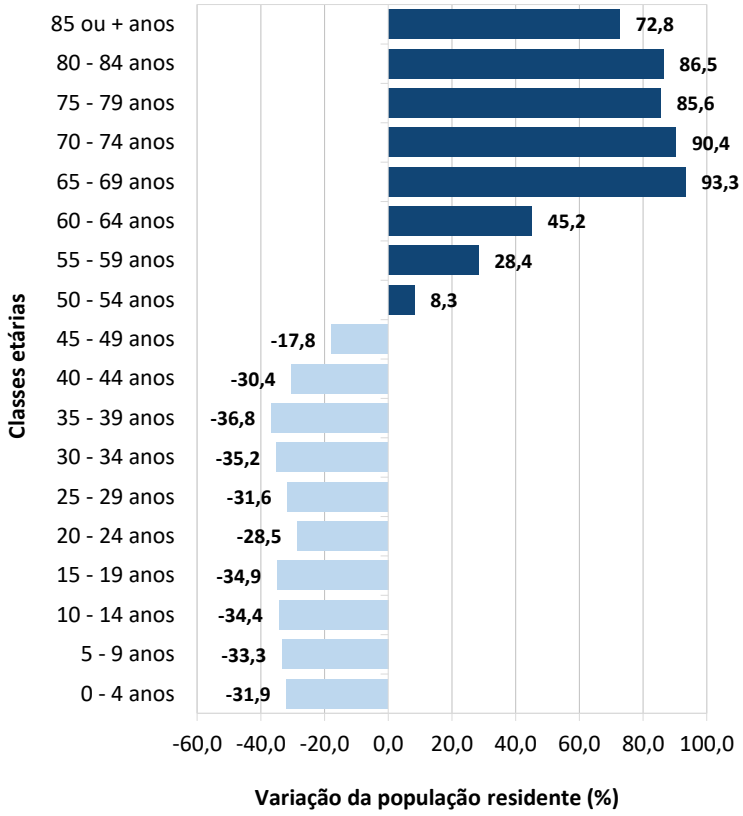
Gráfico II.31 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2021)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

O panorama projetado para a década seguinte (2021-2031) assume ainda contornos mais preocupantes, na medida em que traduz uma intensificação das tendências descritas anteriormente (Gráfico II.32). Assim, conjeturam-se aumentos bastante expressivos do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos e marcados decréscimos populacionais em todas as classes etárias abaixo dos 50 anos.

Gráfico II.32 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2031)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

O exercício prospetivo desenvolvido permite-nos antever a evolução da população residente no concelho de Braga até 2031, sem a intervenção de políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis e/ou de natureza excecional. Em termos de futuro, e tendo em consideração o cálculo das projeções demográficas efetuado, antevê-se uma intensificação do fenómeno de envelhecimento populacional do território concelhio, traduzido por uma alteração muito significativa da estrutura etária da população residente. Tal cenário evolutivo representará um importante desafio para a autarquia, nomeadamente na adequação dos serviços e infraestruturas, na resolução do problema da exclusão e isolamento social dos idosos e na procura de respostas para um efetivo envelhecimento ativo, tal como o preconizado pela Organização Mundial da Saúde. Por outro lado, decorrente da acentuada quebra do número de população jovem, antevê-se também um importante desafio em termos de adequação do sistema local de educação e ensino.

II.4. DINÂMICA ESCOLAR

O presente capítulo assume como propósito a análise da dinâmica escolar do concelho de Braga, na perspetiva da procura, incidindo na sistematização quantitativa da frequência na educação pré-escolar e nos diferentes níveis de ensino da rede pública do concelho. A análise incide também sobre a evolução das frequências no ensino profissional, no ensino recorrente, no ensino artístico. Compreende ainda uma abordagem à educação / ensino especial, à educação e formação e às atividades extracurriculares.

O estudo das componentes supracitadas permitirá traçar o percurso evolutivo dos diferentes ciclos escolares do concelho, contribuindo para a identificação de eventuais lacunas e para a delimitação de ações de melhoria no sistema de ensino local. Por outro lado, permitirá aferir acerca da procura dos diferentes estabelecimentos escolares e, consequentemente, perspetivar eventuais necessidades de reordenamento da rede escolar, no sentido de se garantir uma compatibilização entre a oferta e a procura.

A informação de base à análise descrita corresponderá, fundamentalmente, aos dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas e pela Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, no que à rede escolar pública diz respeito. Esta informação foi complementada, sempre que se afigurou necessários, com os dados constantes na BIME - Plataforma de Informação EDU, da responsabilidade do Ministério da Educação.

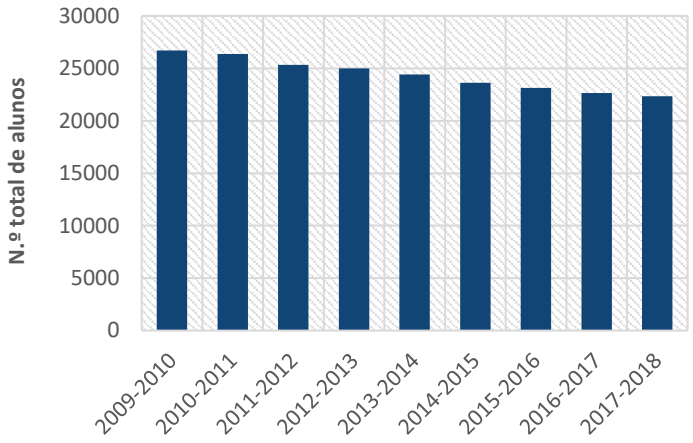
Quanto à rede privada, não tendo sido disponibilizados dados pela totalidade dos estabelecimentos escolares de natureza privada, será realizada uma análise com base na informação mais atual publicada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

O período de referência para a supracitada análise corresponde ao compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018. Não obstante, importa salvaguardar que sempre que se observem lacunas de informação passíveis de colocar em causa o rigor da análise pretendida e/ou induzir conclusões erróneas, serão considerados apenas os anos letivos para os quais a informação se apresenta devidamente consolidada.

II.4.1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO

A evolução do número total de alunos nas escolas da rede pública escolar do concelho de Braga, entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, encontra-se expressa no Gráfico II.33. Tal como é possível constatar, a tendência é de significativo decréscimo do número de frequências no período considerado.

Gráfico II.33 | Evolução do número de alunos na rede escolar pública do concelho de Braga

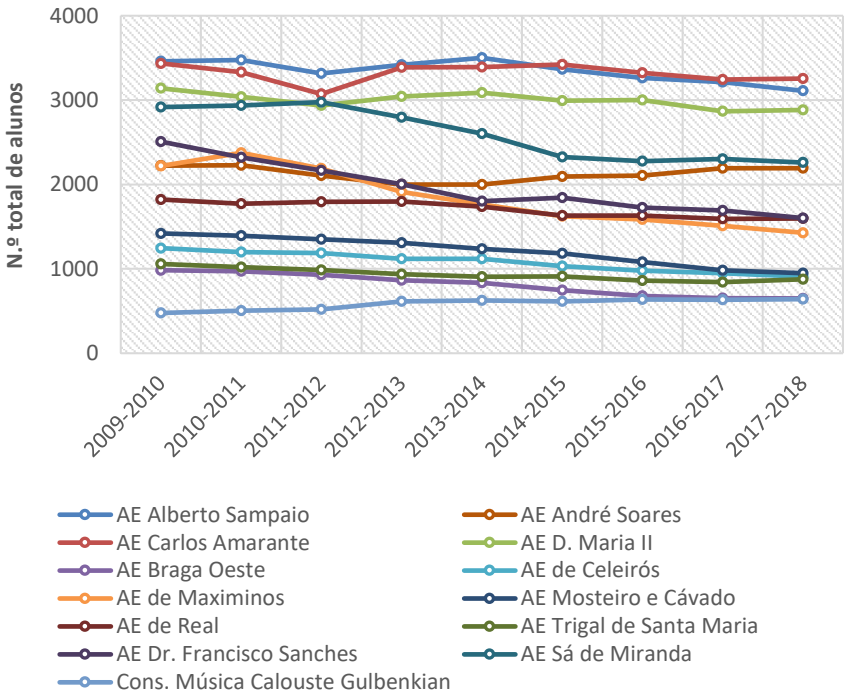


Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No ano letivo 2009-2010 frequentavam a rede escolar pública do concelho cerca de 26913 alunos, distribuídos pelas diferentes modalidades e níveis de instrução. Este número diminuiu progressivamente nos anos letivos subsequentes, de tal modo que no ano letivo 2017-2018 se contabilizam 22353 frequências, traduzindo uma quebra de mais de 4500 alunos.

Considerando a tendência descrita, importa aferir a variação do número total de alunos nas diferentes unidades orgânicas da rede escolar pública do município, isto é, nos agrupamentos de escolas e na escola não agrupada (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian). A sistematização de tal análise encontra-se representada no Gráfico II.34.

Gráfico II.34 | Evolução do número de alunos na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada



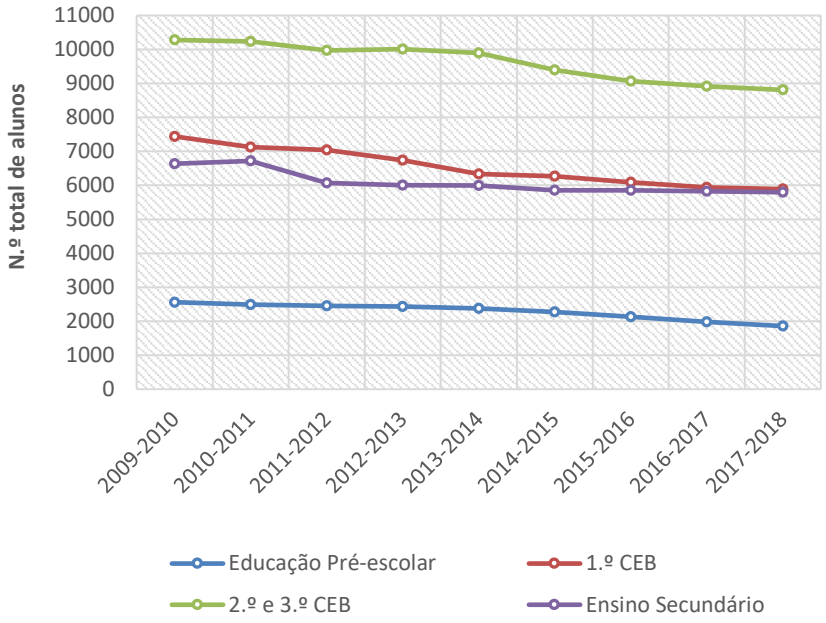
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

De um modo global, é possível afirmar que a tendência de decréscimo do número de alunos é transversal aos diferentes agrupamentos de escolas. Importa, todavia, destacar as variações negativas registadas no AE Dr. Francisco Sanches (- 906 alunos), no AE de Maximinos (- 792 alunos) e no AE Sá de Miranda (- 658 alunos), dado assistirem às quebras mais expressivas entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018.

Em contrapartida, a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian regista um incremento do número total de frequências, passando de um total de 477 alunos contabilizados em 2009-2010 para os 641 aferidos em 2017-2018.

Ainda no contexto da análise da evolução do número total de alunos na rede escolar pública do concelho, importa analisar a variação ocorrida nos diferentes níveis de instrução lecionados, no sentido de se identificarem eventuais divergências evolutivas (Gráfico II.35).

Gráfico II.35 | Evolução do número de alunos na rede pública, por nível de por nível de instrução lecionado



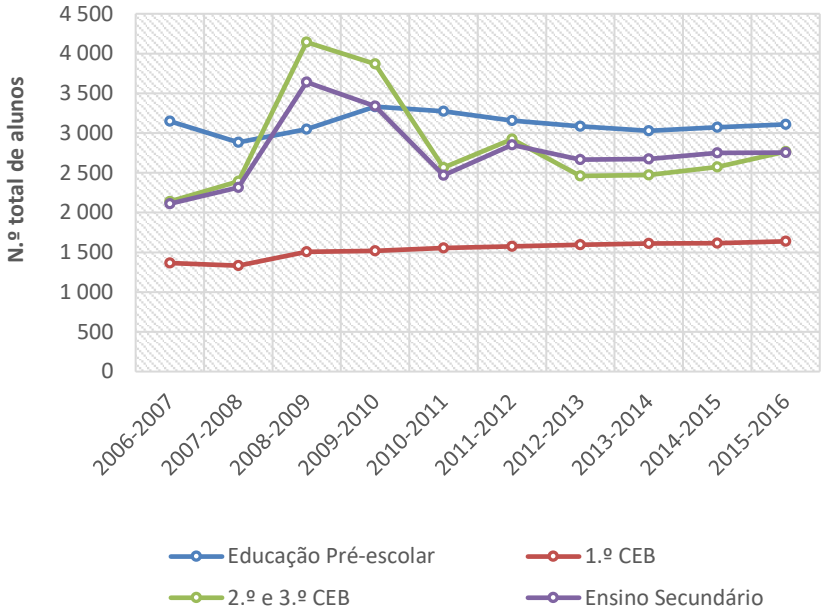
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

A maior quebra no número total de alunos é registada no 1.º ciclo do ensino básico, com uma diminuição de 1500 alunos entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018. Seguem-se os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, onde se registam, respetivamente, quebras de 1360 e 810 frequências no mesmo período.

Quanto à educação pré-escolar, o número de crianças a frequentar a rede escolar pública do município diminuiu também significativamente, nomeadamente se atendermos à proporção que as frequências neste nível de instrução representam no total do concelho. A quebra registada neste nível escolar foi de 577 alunos entre 2009-2010 e 2017-2018.

Complementarmente à análise da evolução do número de alunos na rede escolar pública, importa também aferir a variação ocorrida na rede privada, cuja relevância não poderá ser descurada, ao nível da dinâmica de oferta e procura do sistema de educação e ensino do território concelhio (Gráfico II.36).

Gráfico II.36 | Evolução do número de alunos na rede privada, por nível de por nível de instrução lecionado



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

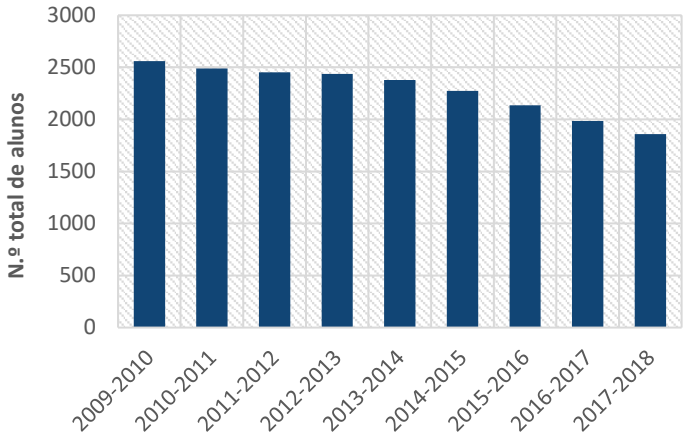
Contrariamente à tendência verificada na rede escolar pública, as escolas de natureza privada assistiram, no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, a um aumento do número total de frequências. Em termos globais, registou-se um incremento de 1505 alunos no referido período.

Analisando as variações segundo os níveis de instrução lecionados, torna-se claro que o maior incremento é o aferido no ensino secundário (+ 643 alunos), seguindo-se os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (+ 627 alunos) e, por fim, o 1.º ciclo do ensino básico (+ 272 alunos). Na educação pré-escolar, por sua vez, a tendência verificada é distinta, na medida em que se constata uma ligeira quebra no número total de frequências (- 37 alunos).

II.4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A análise da evolução do número de alunos na educação pré-escolar da rede pública do concelho de Braga permite constatar uma clara tendência de decréscimo do número total de frequências nos últimos anos letivos, conforme se evidencia no Gráfico III.35.

Gráfico II.37 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho de Braga



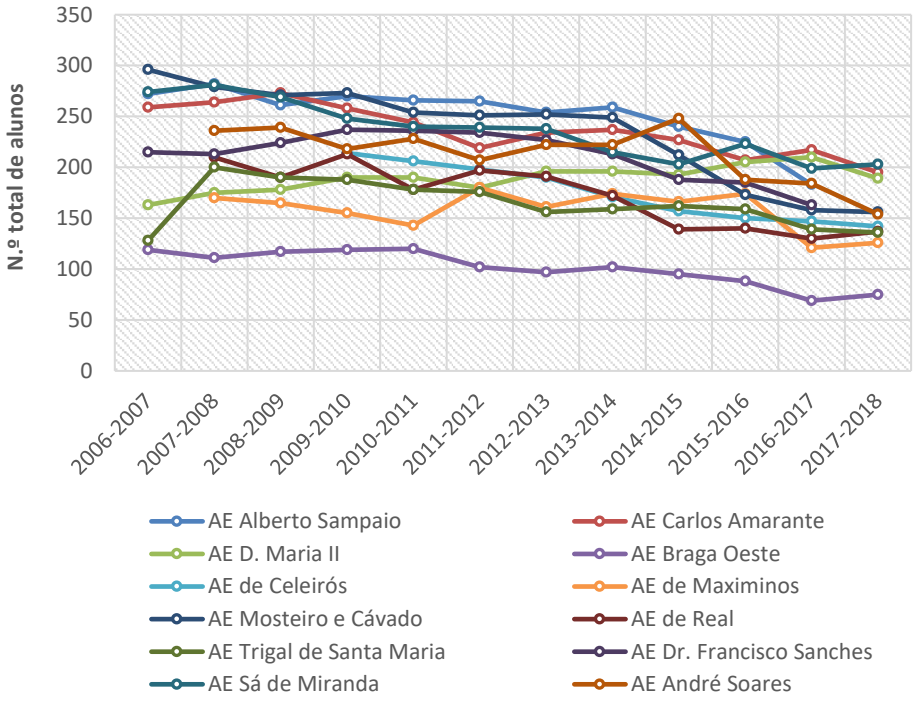
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Importa salvaguardar que a presente análise incide sobre o período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, dado que não se dispõe da informação referente aos três anos letivos precedentes, para todos os agrupamentos de escolas do concelho.

No ano letivo 2009-2010 frequentavam a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho cerca de 2561 crianças, número que assistiu a contínuas quebras nos anos subsequentes, de tal modo que no último ano letivo em estudo (2017-2018), o número total de alunos deste nível de instrução perfaz os 1859. Assim, no período supracitado, regista-se uma perda total de 702 crianças na educação pré-escolar da rede pública concelhia.

Para além da evolução global do número de frequências na educação pré-escolar da rede pública, importa também aferir a variação ocorrida nos diferentes agrupamentos de escolas, encontrando-se a mesma sistematizada no Gráfico II.38. Tal como é possível observar, a tendência de quebra do número de alunos na educação pré-escolar é, em termos gerais, transversal aos diferentes agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II, onde se regista um ligeiro incremento do número de frequências entre os anos letivos 2006-2007 (163 crianças) e 2017-2018 (189 crianças). Em contrapartida, é no AE Mosteiro e Cávado que se assiste a uma maior quebra do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, contabilizando-se 156 frequências ano letivo 2017-2018, menos 140 do que as registadas em 2006-2007 (296 frequências).

Gráfico II.38 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada

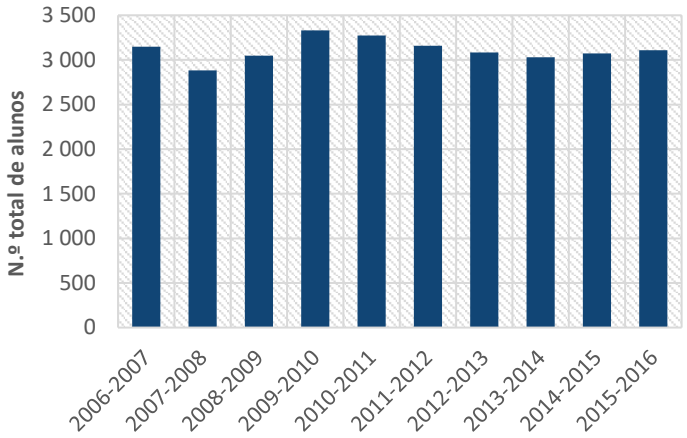


Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Conforme referido anteriormente, no ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 1859 crianças a frequentar a educação pré-escolar na rede pública, distribuídas do seguinte modo pelos agrupamentos de escolas: AE Alberto Sampaio – 183 alunos; AE André Soares – 154 alunos; AE Carlos Amarante – 195 alunos; AE D. Maria II – 189 alunos; AE Braga Oeste – 75 alunos; AE de Celeirós – 142 alunos; AE de Maximinos – 126 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 156 alunos; AE de Real – 137 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 136 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 163 alunos; e AE Sá de Miranda – 203 alunos.

No que concerne à evolução do número de crianças com frequência na rede privada, a evolução registada entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 é, em termos globais, também de decréscimo, ainda que menos expressivo, assistindo-se a uma perda de 37 alunos (Gráfico II.39).

Gráfico II.39 | Evolução do número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar privada do concelho de Braga



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

II.4.3. ENSINO BÁSICO

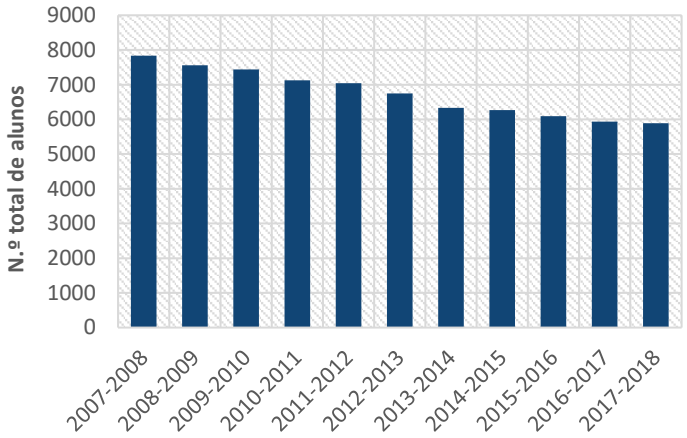
O ensino básico é constituído por três ciclos sequenciais de estudo, sendo os 2.º e 3.º ciclos lecionados, frequentemente, em regime de associação. Com feito, a análise da evolução do número de alunos no ensino básico será desagregada em dois pontos distintos, aferindo-se, num primeiro momento, a evolução registada no 1.º ciclo e, num segundo momento, a evolução observada nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

II.4.3.1. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No 1.º ciclo do ensino básico, a tendência evolutiva observada no período compreendido entre os anos letivos 2007-2008 e 2017-2018 é expressamente de redução do número total de frequências, conforme representado no Gráfico II.40.

No intervalo em análise, o número total de alunos neste ciclo passou de 7840 registados no ano letivo 2007-2008 para os 5889 observados no ano letivo 2017-2018, o que traduz uma quebra total de 1951 alunos. Note-se que a redução mais significativa ocorreu na transição entre os anos letivos 2012-2013 e 2013-2014, com uma perda de mais de 400 alunos. Na transição entre os dois últimos anos letivos em análise, ainda que se tenha assistido a uma quebra, esta revelou-se menos expressiva (menos 51 alunos).

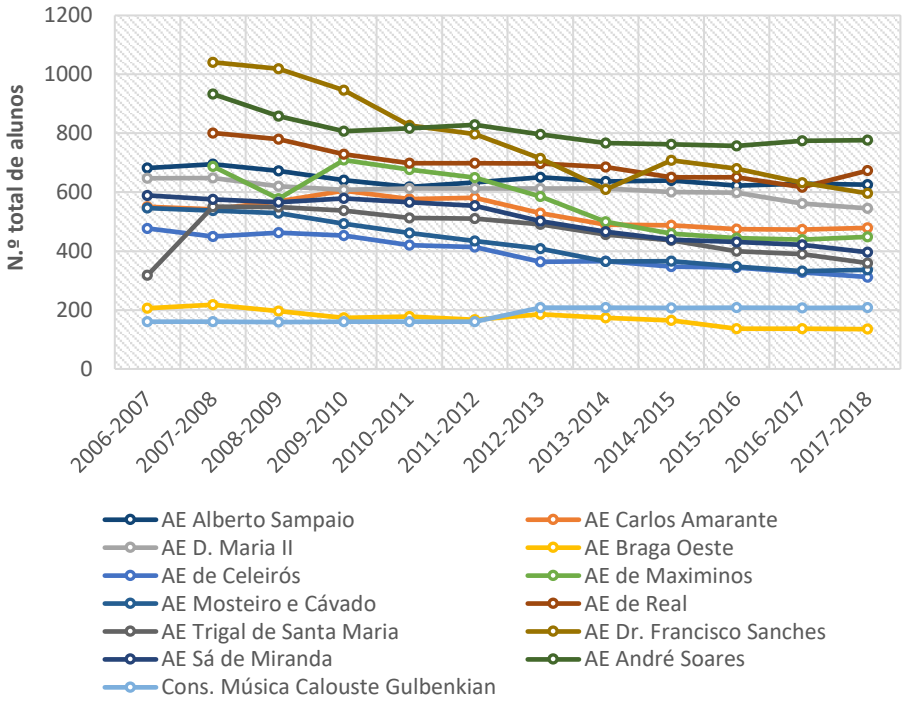
Gráfico II.40 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Observando a variação ocorrida nas diferentes unidades orgânicas da rede pública escolar do concelho de Braga, expressa no Gráfico II.41, é possível aferir que a tendência de decréscimo é transversal aos doze agrupamentos de escolas. A Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, por sua vez, assiste a um ligeiro incremento do número de alunos do 1.º ciclo do ensino básico no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018.

Gráfico II.41 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada

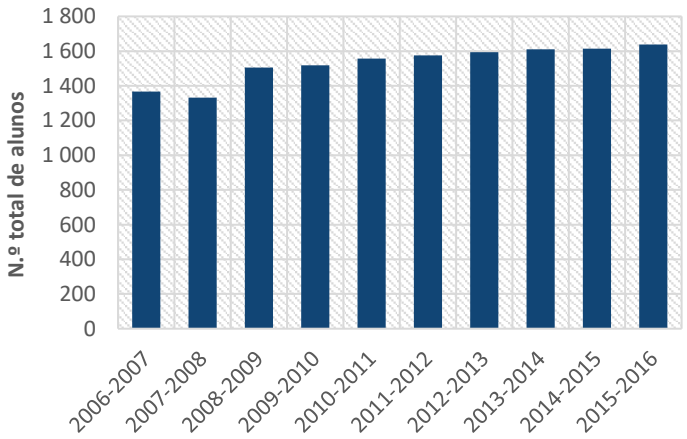


Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 5889 crianças a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede pública, distribuídas do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 625 alunos; AE André Soares – 777 alunos; AE Carlos Amarante – 479 alunos; AE D. Maria II – 545 alunos; AE Braga Oeste – 135 alunos; AE de Celeirós – 312 alunos; AE de Maximinos – 448 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 336 alunos; AE de Real – 673 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 359 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 596 alunos; AE Sá de Miranda – 396 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 208 alunos.

Na rede privada, contrariamente ao observado na generalidade dos estabelecimentos da rede pública, assiste-se a um incremento no número total de frequências entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 (Gráfico II.42). Quando comparados o primeiro e o último ano letivo em análise, é possível aferir um acréscimo total de 272 alunos. Não obstante, o maior aumento é o verificado entre na transição entre os anos letivos 2007-2008 e 2008-2009.

Gráfico II.42 | Evolução do número de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede escolar privada do concelho de Braga

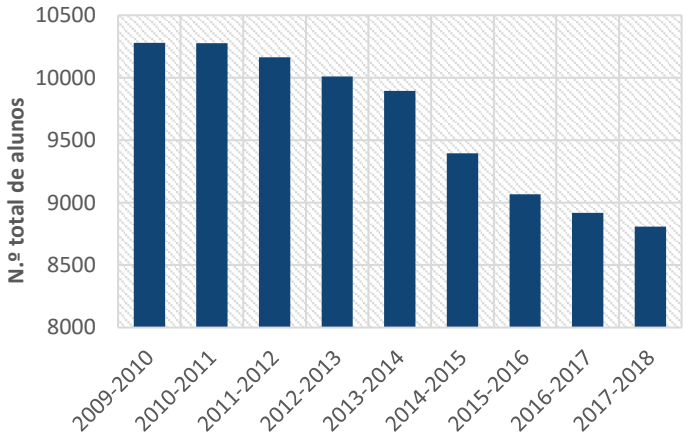


Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

II.4.3.2. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A evolução do número de alunos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga evidencia uma marcada tendência de quebra das frequências entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 (Gráfico II.43). Com efeito, no ano letivo 2017-2018 registam-se um total de 8808 alunos em ambos os níveis de instrução, menos 1468 do que os registados em 2009-2010. A maior quebra é a correspondente à transição entre os anos letivos 2013-2014 e 2014-2015, aferindo-se a uma perda total de 501 alunos nesse ano.

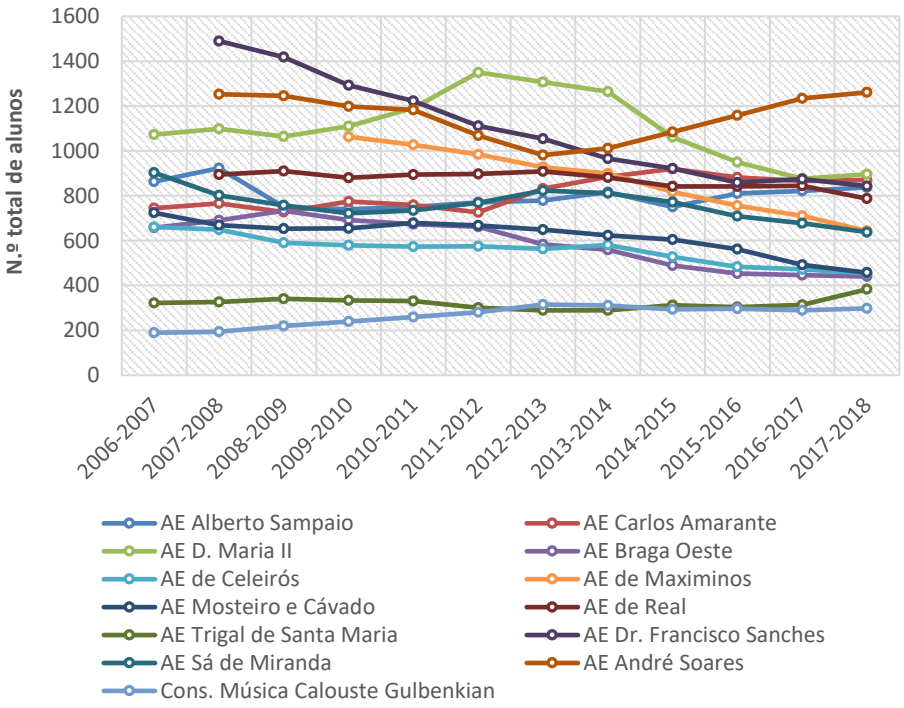
Gráfico II.43 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Não obstante a tendência evolutiva observada para a globalidade da rede escolar pública do concelho de Braga, importa observar a existência de tendências evolutivas diferenciadas entre os diferentes agrupamentos de escolas, bem como no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian (Gráfico II.44).

Gráfico II.44 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada



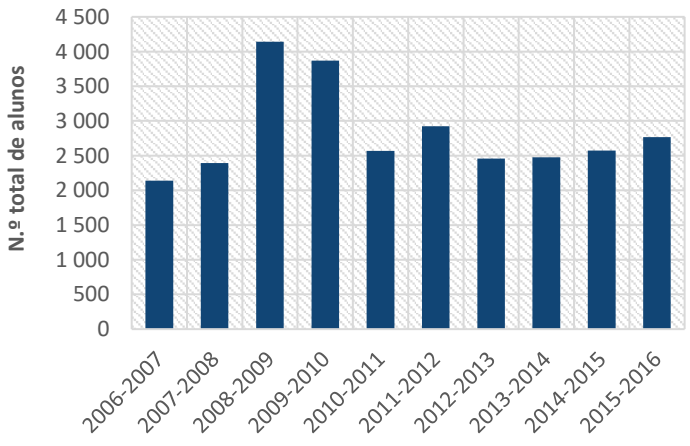
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Tal como é possível observar pela análise do gráfico anterior, a quebra do número de frequências nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico não é transversal às várias unidades orgânicas da rede escolar pública. Com efeito, note-se que as tendências mais expressivas de diminuição do número de alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básicos são observadas no AE Dr. Francisco Sanches (- 647 alunos), no AE de Maximinos (- 420 alunos), no AE Mosteiro e Cávado (- 267 alunos), no AE Braga Oeste (- 218 alunos) e no AE de Celeirós (- 207 alunos). Pelo contrário, o AE Carlos Amarante e o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian evidenciam acréscimos significativos no período entre 2006-2007 e 2017-2018, embora em ambos os casos se venha a assistir a uma inversão desta tendência nos últimos anos letivos.

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 8808 alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga, repartidos do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 838 alunos; AE André Soares – 1261 alunos; AE Carlos Amarante – 870 alunos; AE D. Maria II – 896 alunos; AE Braga Oeste – 440 alunos; AE de Celeirós – 454 alunos; AE de Maximinos – 643 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 457 alunos; AE de Real – 787 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 383 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 843 alunos; AE Sá de Miranda – 683 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 298 alunos.

No que subjaz à frequência nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar privada, entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, não se constata a existência de uma tendência evolutiva uniforme (Gráfico II.45). Com efeito, até 2008-2009 assiste-se a um incremento muito significativo da frequência destes níveis escolares, seguindo-se uma quebra substancial nos dois anos letivos seguintes. Na transição para o ano 2011-2012 volta a assinalar-se um novo aumento do número de frequências (+ 355 alunos), seguindo-se nova quebra no ano seguinte (- 463 alunos). A partir de 2013-2014 a tendência é de contínuo acréscimo do número total de alunos nos 2.º e 3.º ciclos da rede privada.

Gráfico II.45 | Evolução do número de alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar privada do concelho de Braga

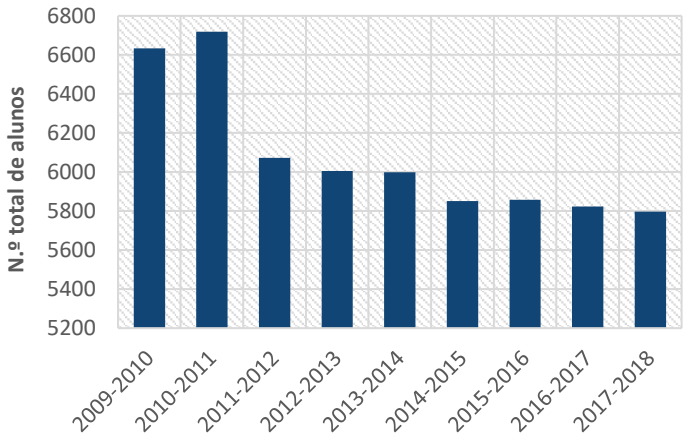


Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

II.4.4. ENSINO SECUNDÁRIO

No ensino secundário, a análise da evolução do número de alunos na rede pública do concelho denota uma tendência decrescente, conforme constitui evidência o Gráfico II.46. A quebra mais significativa observa-se na transição entre os anos letivos 2010-2011 e 2011-2012, contabilizando-se uma perda total de 646 frequências. Não obstante, nos anos letivos subsequentes a tendência geral continua a ser de decréscimo do número de alunos de tal modo que em 2017-2018 o número total de frequências no ensino secundário perfaz as 5797, menos 836 do que as registadas em 2009-2010.

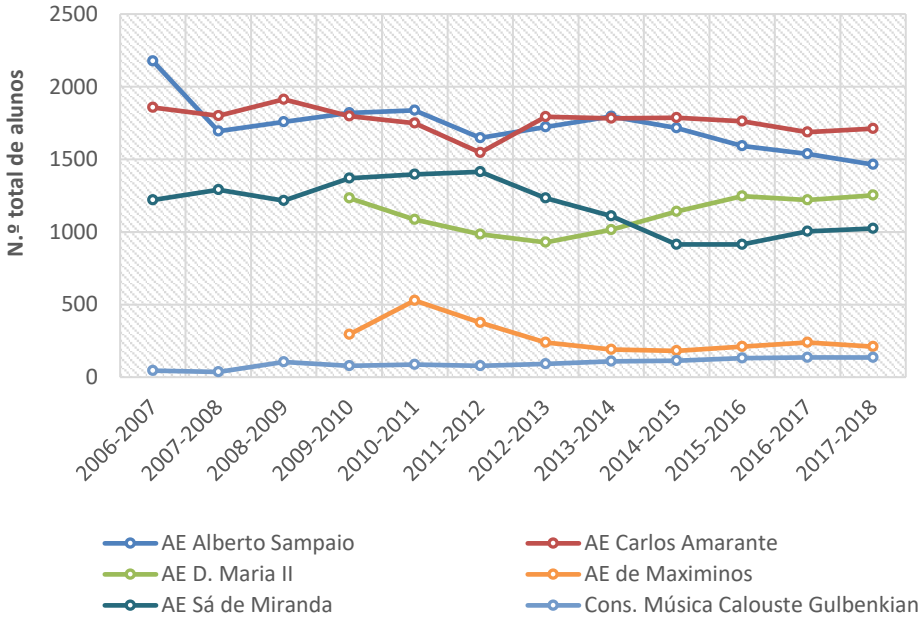
Gráfico II.46 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Quando observadas, com maior detalhe, as variações ocorridas nos agrupamentos de escolas com oferta ao nível do ensino secundário, é possível constatar que a quebra do número de alunos é transversal aos vários agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II (Gráfico II.47). Neste agrupamento assiste-se a uma diminuição do número de frequências até ao ano letivo 2012-2013, a que se segue uma tendência crescente até 2017-2018. Por outro lado, também a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian regista um aumento progressivo do número de alunos no período em análise.

Gráfico II.47 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada

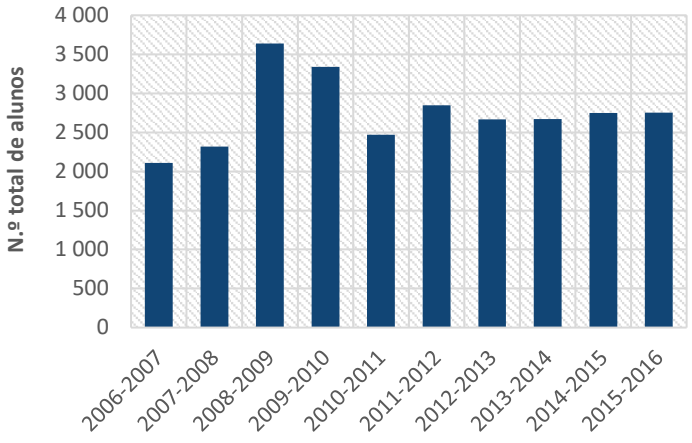


Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No ano letivo 2017-2018 a rede escolar pública do ensino secundário é frequentada por um total de 5797 alunos, distribuídos da seguinte forma: AE Alberto Sampaio – 1464 alunos; AE Carlos Amarante – 1712 alunos; AE D. Maria II – 1252 alunos; AE de Maximinos – 211 alunos; AE Sá de Miranda – 1023 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 135 alunos.

Relativamente à evolução do número de alunos na rede escolar privada, conforme evidenciado no Gráfico II.48, assiste-se, de um modo geral, a um aumento do número de frequências, ainda que se observem significativas oscilações inter-anuais. No ano letivo 2006-2007 o número de alunos no ensino secundário da rede privada perfazia os 2111 alunos, tendo vindo a aumentar continuamente até 2008-2009, ano em que o número total ascendia aos 3640. Nos dois anos letivos posteriores assiste-se a uma quebra considerável do número de alunos, traduzida por uma perda total de 1170 alunos. A partir de 2012-2013, porém, observa-se uma ligeira tendência de incremento do número de alunos a frequentar este nível de instrução na rede privada.

Gráfico II.48 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário na rede escolar privada do concelho de Braga

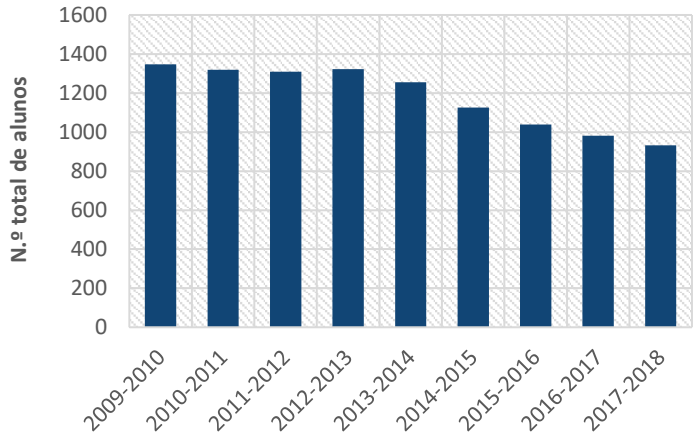


Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

II.4.5. ENSINO PROFISSIONAL

No concelho de Braga, a evolução do número de alunos no ensino profissional ministrado nas escolas secundárias da rede escolar pública evidencia uma tendência de decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 (Gráfico II.49).

Gráfico II.49 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede escolar pública do concelho de Braga



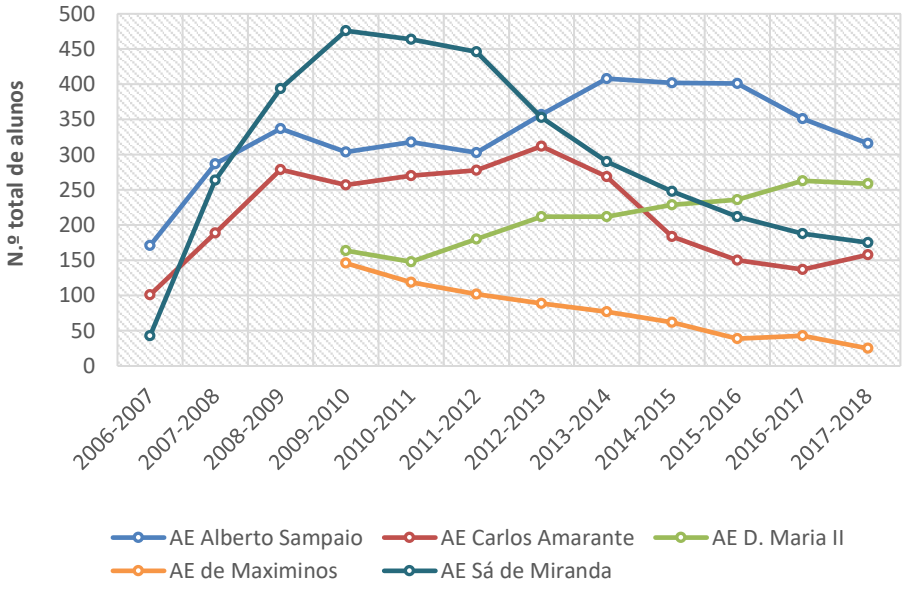
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

A quebra do número total de alunos é particularmente evidente a partir do ano letivo 2012-2013, tendo-se assistido, desde então, a uma perda total de 390 frequências. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 933 alunos a frequentar a modalidade do ensino profissional nos

estabelecimentos de ensino públicos do concelho, traduzindo uma redução de 414 face ao valor observado no ano letivo 2009-2010.

Numa análise mais detalhada sobre a evolução registada na frequência do ensino profissional, por agrupamento de escolas, é possível aferir a existência de tendências evolutivas diferenciadas (Gráfico II.50).

Gráfico II.50 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede pública, por agrupamento de escolas



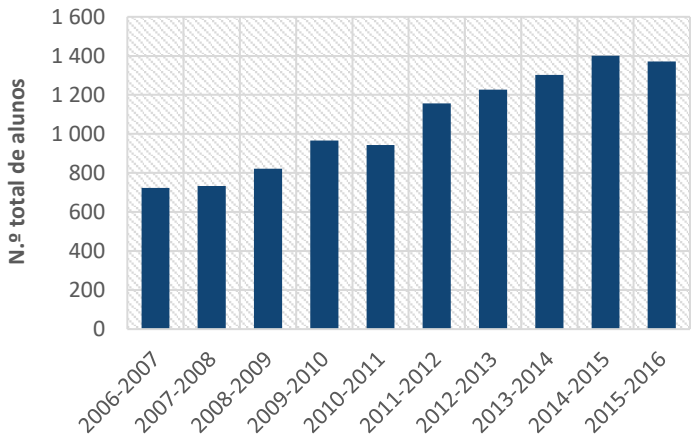
Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Efetivamente, nos últimos anos letivos a tendência de decréscimo do número de frequências é um aspeto prevalecente no panorama global. Porém, no AE D. Maria II assiste-se a uma tendência antagónica, na medida em que os dados evidenciam um aumento progressivo do número de alunos com frequência nesta modalidade do ensino secundário, a partir do ano letivo 2010-2011. Em contrapartida o AE de Maximinos regista um decréscimo contínuo e acentuado das frequências no ensino profissionalizante. Quanto aos restantes agrupamentos, ainda que se observem oscilações consideráveis em termos evolutivos, nos últimos anos letivos a tendência é claramente de redução.

Face ao exposto, importa referir que no ano letivo 2017-2018, a rede escolar pública concelhia regista um total de 933 alunos no ensino profissionalizante, distribuídos do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 316 alunos; AE Carlos Amarante – 158 alunos; AE D. Maria II – 259 alunos; AE de Maximinos – 25 alunos; e AE Sá de Miranda – 175 alunos.

A rede escolar privada assume um papel de grande relevância na oferta profissionalizante do concelho, pelo que importa também atender à evolução da procura dos estabelecimentos de ensino desta natureza (Gráfico II.51).

Gráfico II.51 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino profissional na rede escolar privada do concelho de Braga



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

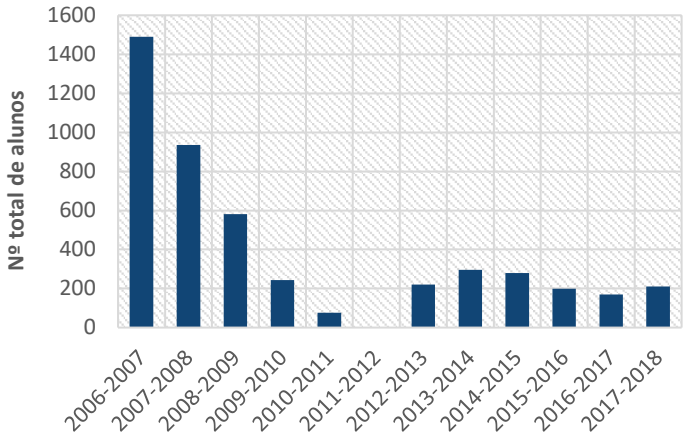
Conforme evidenciado no gráfico anterior, contrariamente ao observado na rede escolar pública, na rede privada assiste-se a uma tendência evolutiva crescente das frequências no ensino profissional. Salvaguarda-se, todavia, o facto de os períodos de análise não serem exatamente coincidentes, por indisponibilidade dos dados referentes à procura dos estabelecimentos da rede privada nos anos letivos 2016-2017 e 2017-2018.

No ano letivo 2015-2016 o número total de alunos no ensino profissional da rede privada perfaz os 1372, valor que traduz uma ligeira quebra comparativamente com o ano letivo anterior (- 29 alunos), mas simultaneamente um acréscimo de 649 frequências face às registadas no ano letivo 2006-2007.

II.4.6. ENSINO RECORRENTE

Nos estabelecimentos escolares da rede pública concelhia, a evolução do número de alunos a frequentar o ensino recorrente apresenta uma tendência geral de decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, ainda que pautada por ligeiras oscilações inter-anuais (Gráfico II.52).

Gráfico II.52 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino recorrente na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

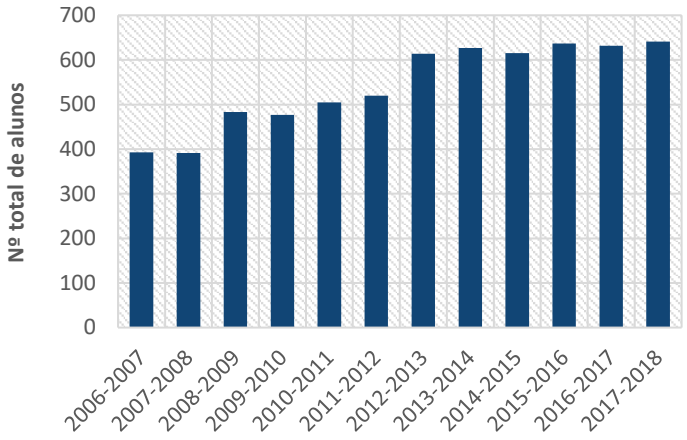
No primeiro ano letivo em análise (2006-2007), o número de alunos com frequência nesta modalidade de ensino perfazia os 1490, número que assistiu a quebras contínuas até ao ano letivo 2011-2012. Nesse ano, a frequência no ensino recorrente na rede pública era nula. Nos anos letivos subsequentes, observou-se sucessivos aumentos e decréscimos inter-anuais, ainda que o número total de frequências se tenha mantido sempre abaixo dos 300 alunos.

No ano letivo 2017-2018 são 210 os alunos que frequentam o ensino recorrente na rede escolar pública de Braga, encontrando-se o mesmo a ser assegurado exclusivamente na Escola Secundária Carlos Amarante.

II.4.7. ENSINO ARTÍSTICO

O ensino artístico especializado é assegurado na rede escolar pública do conselho de Braga através da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. A evolução do número de alunos nesta escola e, portanto, nesta modalidade de ensino, entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, denota uma tendência de acréscimo substancial do número total de frequências (Gráfico II.53).

Gráfico II.53 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino artístico especializado na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Município de Braga (2018)

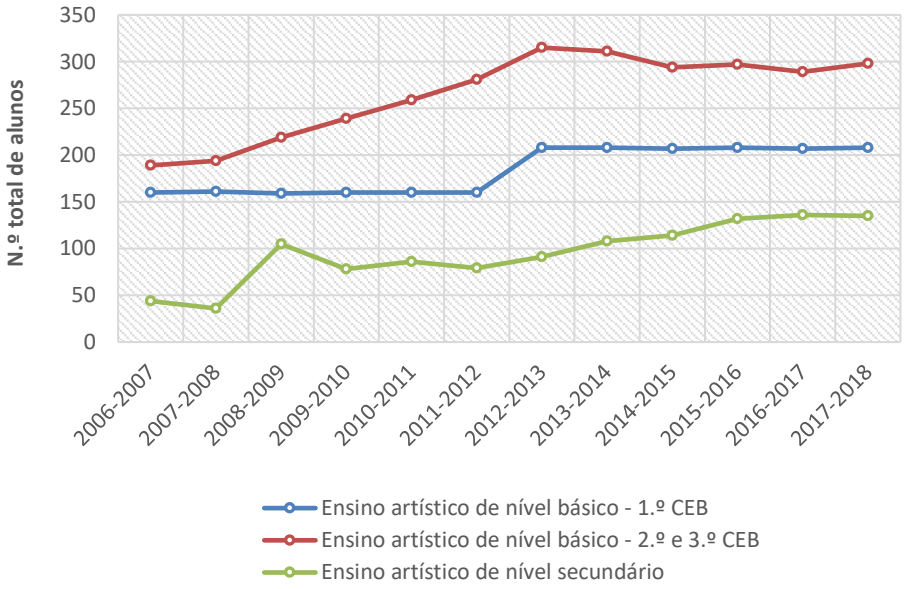
No primeiro ano letivo em análise (2006-2007) frequentavam o ensino artístico na rede escolar pública um total de 393 alunos, número que, apesar de algumas oscilações inter-anuais, tendeu a aumentar progressivamente nos anos letivos seguintes. Com efeito, em 2012-2013 contabilizavam-se já um total de 614 frequências nesta modalidade de ensino. Desde então e até ao ano letivo 2017-2018 o número total de alunos tem permanecido relativamente constante, ainda que pautado por uma ténue tendência crescente, particularmente na transição para o último ano letivo, no qual se contabilizam 641 frequências.

Atentando na distribuição das frequências pelos diferentes níveis de instrução, nomeadamente pelo 1-º ciclo do ensino básico, pelos 2.º e 3.º ciclos de ensino básico e pelo ensino secundário, é possível aferir que a tendência evolutiva crescente se afigura comum aos mesmos (Gráfico II.54). De facto, ainda que se verifiquem algumas particularidades em termos evolutivos em cada um dos níveis em análise, o aumento do número total de alunos é expressivo quer no ensino básico, quer no secundário.

No que respeita ao 1.º ciclo do ensino básico, o número total de alunos no ensino artístico permanece relativamente constante entre os anos letivos 2006-2007 e 2011-2012. Na transição para o ano letivo 2013-2014 observa-se um aumento significativo do número de frequências, traduzido no acréscimo de 48 alunos. Desde então, a tendência observada é novamente de relativa manutenção. Em termos globais, no ano letivo 2017-2018 contabilizam-se 208 alunos, mais 48 do que os aferidos em 2006-2007.

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, observa-se um aumento progressivo do número total de alunos entre 2006-2007 e 2012-2013. A partir desse ano, o total de frequências decresce ligeiramente, permanecendo relativamente constante nos últimos quatro anos letivos em análise. Com efeito, em 2017-2018 contabilizam-se 298 alunos nestes níveis do ensino artístico.

Gráfico II.54 | Evolução do número de alunos a frequentar o ensino artístico especializado na rede pública, por nível de instrução lecionado



Fonte: Município de Braga (2018)

O número total de alunos no ensino artístico de nível secundário sofreu oscilações consideráveis nos primeiros anos letivos em análise, merecendo especial destaque o acréscimo de 69 alunos na transição entre os anos 2007-2008 e 2008-2009. Desde esse ano, a tendência evolutiva é, fundamentalmente, crescente, culminando num total de 135 frequências no ano letivo 2017-2018.

II.4.8. EDUCAÇÃO/ENSINO ESPECIAL

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) foi adotado em 1994 na "Declaração de Salamanca", referindo-se a todas as crianças ou jovens com deficiências ou dificuldades escolares, nomeadamente, crianças deficientes ou sobredotadas, crianças de minorias étnicas ou culturais, crianças de áreas ou grupos desfavorecidos, entre outras.

A educação / ensino especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos públicos dos níveis básico e secundário. Deste modo, a educação / ensino especial tem como intuito consubstanciar uma resposta ao princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo os princípios que a filosofia da inclusão prescreve.

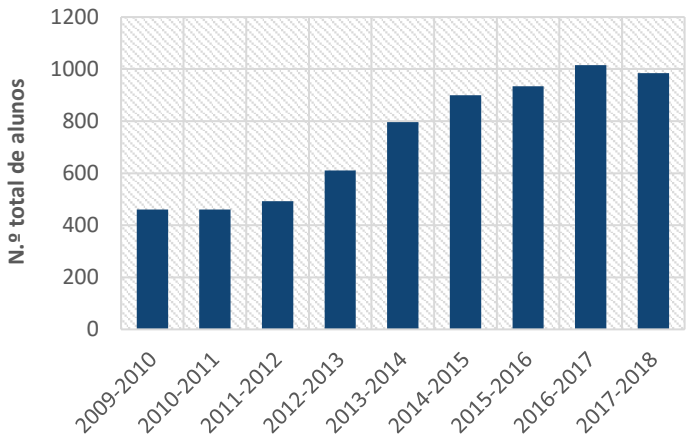
As respostas no âmbito da educação / ensino especial deverão possibilitar às crianças e jovens o desenvolvimento das suas competências e a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para conquistar o maior nível possível de autonomia pessoal. O objetivo é atingir uma igualdade de direitos,

nomeadamente no que respeita à não discriminação, tendo por base as características intelectuais, sensoriais, físicas e socioemocionais das crianças e adolescentes em idade escolar.

Note-se que, de acordo com o preconizado no artigo 20.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação especial visa a recuperação e a integração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas, agregando atividades dirigidas aos educandos e ações dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

A análise da evolução do número total de alunos com NEE com frequência nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, evidencia uma tendência expressiva de acréscimo, particularmente a partir do ano letivo 2011-2012 (Gráfico II.55).

Gráfico II.55 | Evolução do número de alunos com NEE na rede escolar pública do concelho de Braga



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

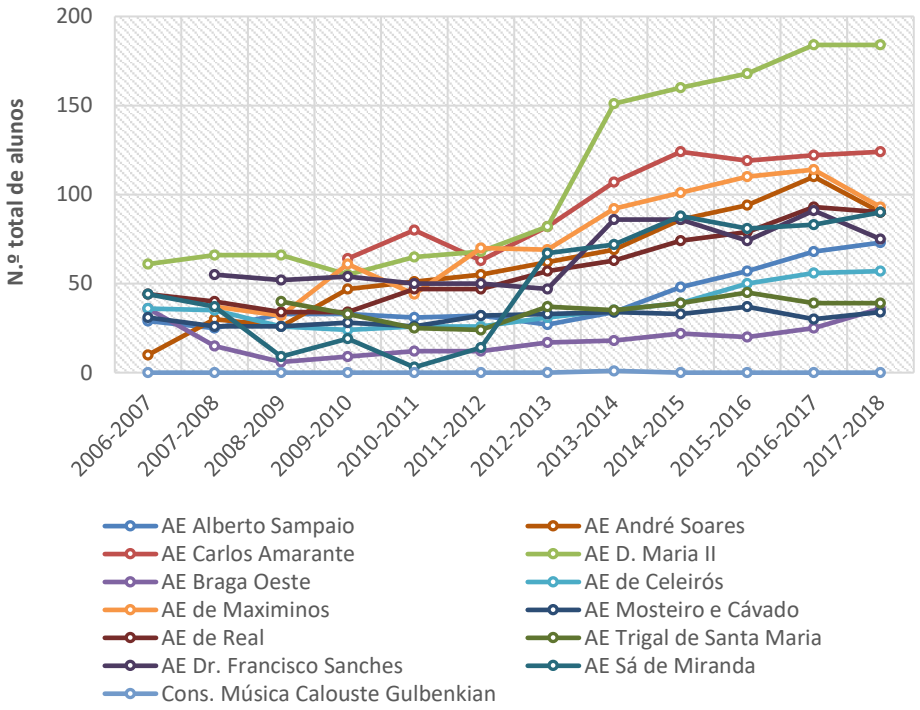
Conforme é possível observar pela análise do gráfico anterior, no ano letivo 2009-2010 contabilizavam-se um total de 461 alunos com NEE na rede escolar pública do concelho, número que permaneceu relativamente constante nos dois anos letivos consequentes. A partir de 2011-2012 assiste-se a um crescimento exponencial do número de alunos com este tipo de necessidades, de tal modo que no ano letivo 2016-2017 contabilizava-se um total de 1015 alunos com NEE. Na transição para o ano letivo 2017-2018, ainda que se observe uma ligeira quebra (- 30 alunos), o número total de alunos com NEE continua a afigurar-se muito significativo (985 alunos).

Em termos de balanço evolutivo global, entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 assiste-se a um acréscimo de 524 alunos com NEE na rede escolar pública do concelho. Este número assume ainda maior significância se atendermos à tendência geral de diminuição do número total de alunos do concelho.

Incidindo a análise na evolução do número de alunos com NEE nas diferentes unidades orgânicas da rede escolar pública do concelho, isto é, nos agrupamentos de escolas e na escola não agrupada, é possível aferir que a tendência de acréscimo é transversal à generalidade dos agrupamentos (Gráfico II.56). Por sua vez, no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, o número de alunos com este tipo de

necessidades é nulo na maioria dos anos letivos sob os quais a presente análise incide, com a exceção do ano letivo 2013-2014, onde há registo de um aluno com NEE.

Gráfico II.56 | Evolução do número de alunos com NEE na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No panorama evolutivo geral, importa destacar a evolução registada no AE D. Maria II, na medida em que regista o maior incremento do número de anos com NEE no período considerado (+ 123 alunos). Destaque ainda para o AE André Soares e o AE Carlos Amarante, que assistiram a acréscimos na ordem dos 80 e dos 60 alunos, respetivamente.

No ano letivo 2017-2018 os 985 alunos com NEE a frequentar a rede escolar pública concelhia apresentam a seguinte distribuição: AE Alberto Sampaio – 73 alunos; AE André Soares – 90 alunos; AE Carlos Amarante – 124 alunos; AE D. Maria II – 184 alunos; AE Braga Oeste – 36 alunos; AE de Celeirós – 57 alunos; AE de Maximinos – 93 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 34 alunos; AE de Real – 90 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 39 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 75 alunos; e AE Sá de Miranda – 90 alunos. Estes alunos integram turmas dos diferentes níveis de instrução, juntamente com os restantes alunos.

Em termos de respostas, note-se que a rede escolar pública dispõe de meios humanos e materiais para prover à inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. Para o efeito, na rede pública funcionam um conjunto de unidades e escolas de referência (redes), enquanto serviços de educação especial. De acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral da Educação[10], na rede escolar

[10] Informação disponível no sítio Internet da DGE (http://www.dge.mec.pt/servicos-de-educacao-especial-redes).

pública do concelho de Braga encontram-se representadas as seguintes redes de serviços de educação especial:

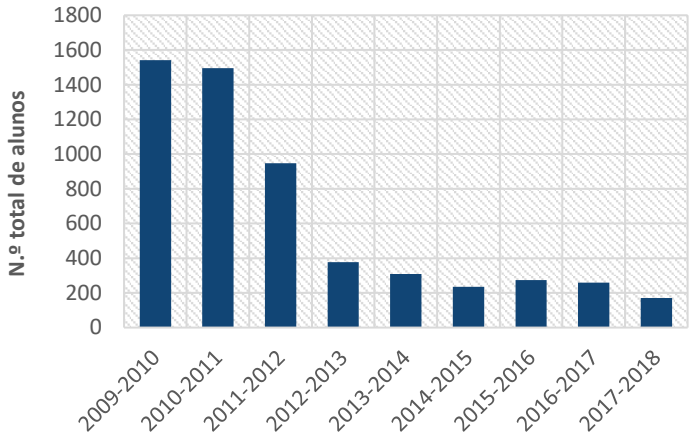
- **Unidades de Apoio Especializado para a Educação a Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita:** AE André Soares (Escola Básica André Soares - 2.º 3.º CEB; Escola Básica de São Lázaro – 1.º CEB); AE de Real (Escola Básica de Real – 2.º e 3.º CEB; Escola Básica das Parretas – 1.º CEB); e AE Alberto Sampaio.
- **Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo:** AE Carlos Amarante (Escola Secundária Carlos Amarante – ensino secundário; Escola Básica de Este São Pedro – 1.ª CEB; Escola Básica de Gualtar – 2.º e 3.º CEB; Escola Básica n.º 1 de Gualtar – 1.º CEB).
- **Escolas de Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão:** AE de Maximinos (pré escolar / ensinos básico e secundário).
- **Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos:** AE D. Maria II (pré escolar / ensinos básico e secundário).
- **Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância:** AE D. Maria II.
- **Centros de Recursos para a Inclusão (CRI):** Instituto de Reabilitação e Integração Social (IRIS) – parceria estabelecida com 7 Agrupamentos de Escola / Escolas; e Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas (APECDA BRAGA) - parceria estabelecida com 14 Agrupamentos de Escola / Escolas.

II.4.9. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Para efeitos de análise da evolução do número total de alunos em cursos de educação e formação foram considerados não só os Cursos de Educação e Formação (CEF) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), como também os cursos vocacionais, e as frequências no âmbito do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e dos Percursos Curriculares Alternativos (PCA).

De um modo global, no concelho de Braga, no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, assiste-se a uma diminuição do número de frequências nas ofertas ao nível da educação de formação (Gráfico II.57).

Gráfico II.57 | Evolução do número de alunos em educação e formação na rede escolar pública do concelho de Braga

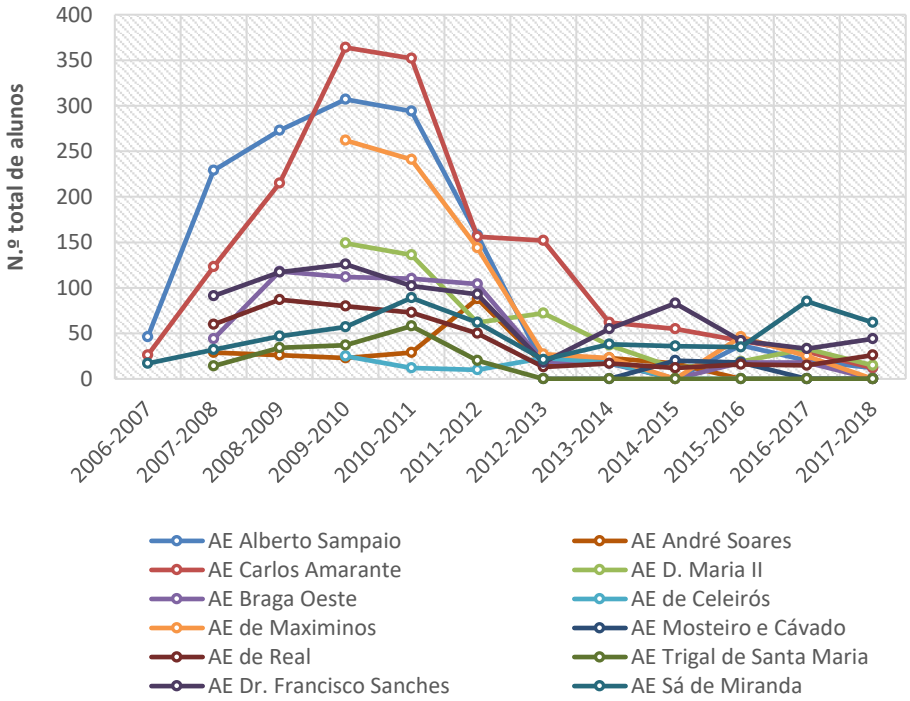


Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No ano 2009-2010 o número total de alunos com frequência nas várias respostas de educação e formação na rede pública do concelho de Braga fixa-se nos 1542, número de que sobre uma ligeira quebra na transição para o ano letivo subsequente (- 46 alunos). Nos dois anos letivos seguinte assiste-se a reduções bastante expressivas do número total de frequências, observando-se quebras na ordem dos 549 e 570 alunos, respetivamente. A partir de 2012-2013, ainda que a tendência geral continue a ser decrescente, esta é pautada por oscilações inter-anuais. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 171 alunos educação e formação na rede escolar pública do concelho de Braga.

Analisando a variação registada por cada uma das unidades orgânicas da rede escolar pública, denotam-se tendências evolutivas heterogéneas, conforme é possível constatar pela análise do Gráfico II.58. Note-se que é no AE Carlos Amarante, no AE Alberto Sampaio, no AE de Maximinos, no AE D. Maria II e no AE Braga Oeste que se assistem às variações mais significativas, na medida em que eram estes agrupamentos que registavam, entre 2008-2009 e 2011-2012, os maiores números de frequências nas respostas ao nível a educação e formação.

Gráfico II.58 | Evolução do número de alunos em educação e formação na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada



Fonte: Município de Braga (2018); BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

No ano letivo 2017-2018, a distribuição do número total de frequências, neste tipo de respostas, pela rede escolar pública concelhia é a seguinte: AE Alberto Sampaio – 12 alunos (PIEF); AE Carlos Amarante – 12 alunos (EFA); AE D. Maria II – 15 alunos (PIEF); AE de Real – 26 alunos (PIEF); AE Dr. Francisco Sanches – 44 alunos (27 PIEF e 17 PCA); e AE Sá de Miranda – 62 alunos (22 CEF, 28 EFA e 12 ensino vocacional).

II.4.10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)

As atividades de enriquecimento curricular (AEC) correspondem a uma ferramenta implementada no espaço e vivência escolar com o propósito de enriquecer as aprendizagens dos alunos. De acordo com o preconizado na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto de 2015, consideram-se AEC no 1.º ciclo do ensino básico as atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

Tais atividades inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família, assente em três grandes vertentes:

- **Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF)**: atividades destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou

depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades;

- **Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico (AEC)**: atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidem, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação;
- **Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF)**: atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

No ano letivo 2017-2018, à semelhança do constatado no ano letivo precedente, todas as unidades orgânicas da rede escolar pública do concelho de Braga são entidades promotoras das AEC, ou seja, quer os 12 agrupamentos de escolas, quer o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian asseguram este tipo de atividades.

Para além das entidades promotoras das AEC, importa também referir a existência de um conjunto de entidades promotoras no apoio à família, de entre as quais se referem as seguintes tipologias:

- **Associações de pais e encarregados de educação**: Associação de pais de São João de Souto; Associação de pais e encarregados de educação do Centro Escolar do Fujacal; Associação de pais EB n.º 2 de Lamaçães; Associação de pais e encarregados de educação da EB1+JI Ponte Pedrinha; Associação de pais do Bairro Económico; Associação de pais de Santa Tecla; Associação de pais EB1/JI de São Lázaro; Associação de pais e encarregados de educação da EB de Estação-Tadim; e Associação de pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Básica do Carandá.
- **Autarquias**: Câmara Municipal de Braga (BRAGAHABIT) e juntas de freguesia.
- **Instituições de Solidariedade Social (IPSS):** Associação de pais e encarregados de educação de Alunos da Escola Básica do Carandá; Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros; Centro Social Padre David de Oliveira Martins e Associação de Defesa dos Idosos de Arentim.

A análise e sistematização dos dados referentes à frequência nas AEC e nas atividades no âmbito do apoio à família é abordada no ponto III.4.5 Prolongamento de horário do presente documento, decorrendo dos resultados da aplicação de inquéritos junto das unidades orgânicas da rede escolar pública do concelho de Braga, no decurso do ano letivo 2016-2017.

II.4.11. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro[11]) todos os portugueses têm direito ao acesso à educação e à cultura, sendo do encargo especial do Estado garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades em termos de acesso e sucesso escolares. Este diploma legal determina, assim, o princípio de uma justa igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares,

[11] Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

estabelecendo a gratuitidade da escolaridade obrigatória e a urgência na implementação de medidas compensatórias. Para o efeito, prevê que os apoios e complementos educativos incluam obrigatoriamente as crianças e os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, devendo ser garantidos às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação (Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março).

Assumindo como desígnio o desenvolvimento da promoção de medidas de combate à exclusão social e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, a Ação Social Escolar (ASE) visa a execução de medidas de apoio socioeducativo de natureza económica, em função das condições económicas apresentadas pelos agregados familiares dos alunos abrangidos.

Por conseguinte, constituem objetivos da atribuição dos apoios a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória, tendo a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades (artigo 4.º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março). Neste sentido, os benefícios de apoio da ação social, de carácter integral ou parcial, são determinados em função da situação dos alunos, em particular da condição socioeconómica dos agregados familiares, e o respetivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos, aplicando-se nos apoios os mesmos critérios usados para a atribuição do abono de família.

Os apoios concedidos assumem diferentes tipologias, nomeadamente alimentação, transportes escolares, alojamento, auxílios económicos, prevenção de acidentes, seguro escolar e bolsas de mérito escolar. Os valores a atribuir e as condições e procedimentos para a respetiva concessão são fixadas pelo Ministério da Educação, tendo as autarquias autonomia, no contexto das suas competências, para ajustar os apoios de acordo com a realidade socioeconómica da população.

II.4.11.1. REFEIÇÕES

O fornecimento de apoios ao nível das refeições escolares pretende assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades dos alunos, facultando refeições subsidiadas e gratuitas. No que concerne ao preço das refeições, este é fixado anualmente por Despacho publicado em Diário da República. No ano letivo 2017/2018 vigora o Despacho n.º 8452-A/2015 (2ª série), de 31 de julho de 2015, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017.

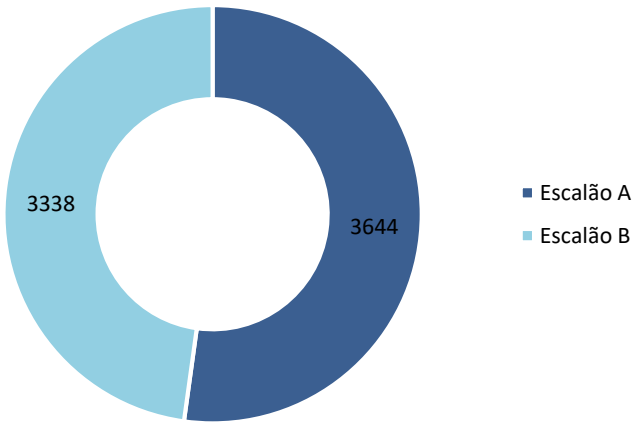
Segundo a legislação vigente, cabe aos municípios garantir a gestão, criação e a manutenção dos refeitórios escolares, devendo ainda assegurar parte dos encargos com a alimentação, através do pagamento a cada instituição. É da competência do Município o fornecimento de refeições escolares a crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, que deverão assegurar o custo destas refeições quando são fornecidas em refeitórios escolares do ensino básico (2.º e/ou 3.º ciclos) e ensino secundário.

No território concelhio, o Município de Braga comparticipa o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo, assim como as refeições aos alunos do escalão A e B da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico nas interrupções letivas. O apoio concedido rege-se pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, nomeadamente pela existência de dois escalões (A e B). Com efeito, o apoio é atribuído segundo as seguintes premissas:

- **Escalão A (escalão 1 do abono de família):** 100% dos custos suportados;
- **Escalão B (escalão B do abono de família):** 50% dos custos suportados.

Em termos globais, no ano letivo 2017-2018, contabilizam-se um total de 6982 alunos beneficiários de Ação Social Escolar, dos quais 3644 foram enquadrados no escalão A e 3338 no escalão B (Gráfico II.59). Este valor traduz um decréscimo de 932 apoios face ao ano letivo anterior (2016-2017), no qual se registava um total de 7914 alunos beneficiários de ASE.

Gráfico II.59 | Número de alunos beneficiários de ASE na rede escolar pública do concelho de Braga (2017-2018)

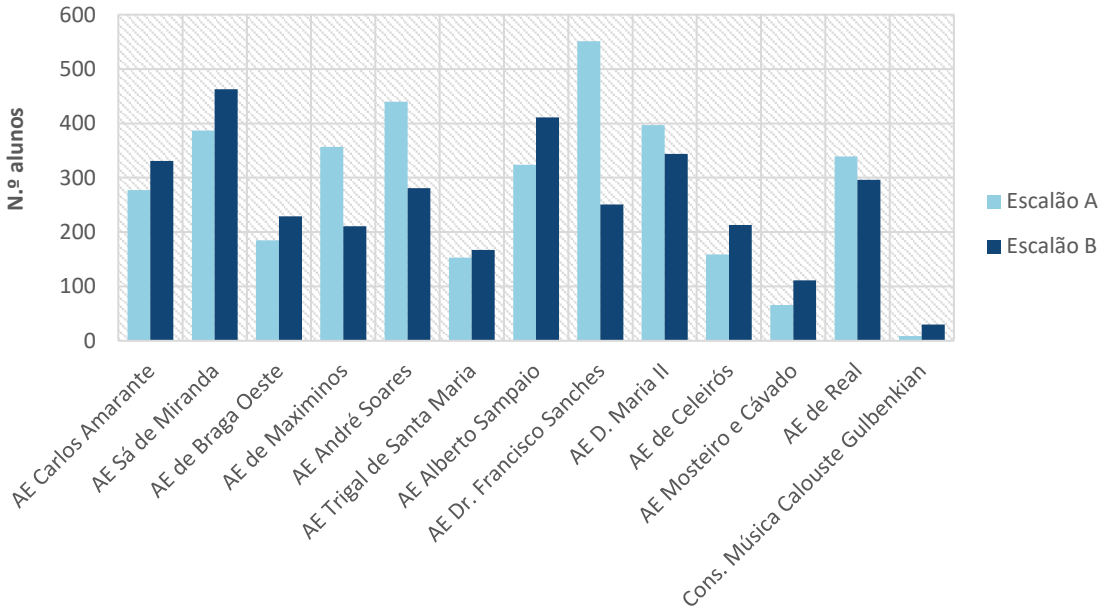


Fonte: BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

A distribuição dos alunos beneficiários pelas diferentes unidades orgânicas da rede pública escolar do concelho de Braga encontra-se representada no Gráfico II.60. Conforme é possível observar, é no AE Sá de Miranda que se regista o maior número de alunos subsidiados, num total de 850 beneficiários (387 beneficiários do escalão A e 463 do escalão B). Segue-se o AE Dr. Francisco Sanches, onde se contabilizam 551 alunos beneficiários do escalão A e 251 beneficiários do escalão B, perfazendo um total de 802 apoios concedidos.

Em contrapartida, as unidades orgânicas onde se verificam os menores números de alunos beneficiários de ASE correspondem à Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian e ao AE Mosteiro e Cávado, com um total de 39 e 177 escalões da ASE atribuídos, respetivamente.

Gráfico II.60 | Número de alunos beneficiários de ASE por unidade orgânica e escalão atribuído (2017-2018)



Fonte: BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

II.4.11.2. MATERIAL ESCOLAR

A promoção da igualdade de oportunidades e o combate ao baixo aproveitamento e ao abandono escolar decorrentes de desigualdades socioeconómicas deve passar pela consagração de auxílios socioeducativos às famílias, de acordo com as suas necessidades. Com efeito, para além da assistência prestada ao nível das refeições, afigura-se também de grande relevo para as famílias a concessão de apoios para aquisição de manuais escolares e de material escolar de uso corrente.

Tal como explanado relativamente aos apoios ao nível das refeições escolares, também a atribuição de apoio em termos de material escolar é orientada pelo enquadramento dos alunos em dois escalões (A e B), no caso do 1.º ciclo do ensino básico, e três escalões (A, B e C), para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, consonantes com o escalão no abono de família atribuído pela Segurança Social (escalões 1, 2 e 3, respetivamente).

Os subsídios concedidos para os livros e material escolar, assim como sucede com as refeições, são atualizados anualmente por Despacho Ministerial. No ano letivo 2017-2018 vigora o Despacho n.º 8452-A/2015 (2ª série), de 31 de julho de 2015, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017. Os valores de comparticipação mínima estabelecidos são os constantes nos Quadro II.19 e Quadro II.20.

Quadro II.19 | Subsídios concedidos para os livros e material escolar no 1.º ciclo do ensino básico, por escalão atribuído (A ou B)

Grau de Ensino		Escalão A		Escalão B	
		Livros	Material	Livros	Material
1º ciclo do Ensino Básico	1.º e 2.º anos	-	16,00 €	-	8,00 €
	3.º e 4.º anos	-		-	

Fonte: Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017.

Quadro II.20 | Subsídios concedidos para os livros e material escolar nos 2. e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, por escalão atribuído (A, B ou C)

Grau de Ensino		Escalão A		Escalão B		Escalão C	
		Livros	Material	Livros	Material	Livros	Material
2º ciclo do Ensino Básico	5.º e 6.º anos	118,00 €	16,00 €	59,00 €	8,00 €	29,50 €	-
3º ciclo do Ensino Básico	7.º ano	176,00 €	16,00 €	88,00 €	8,00 €	44,00 €	-
	8.º e 9.º anos	154,00 €		77,00 €		33,50 €	
Ensino Secundário		147,00 €	16,00 €	73,50 €	8,00 €	36,75 €	-

Fonte: Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017.

A análise dos valores de comparticipação mínima fixados permite constatar que, para o ano letivo 2017-2018, o apoio monetário para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que beneficiam do escalão A é de 16,00 euros para a aquisição de material, enquanto para os alunos a quem foi atribuído o escalão B, este apoio monetário é de 8,00 euros. Quanto aos manuais escolares, há a referir o regime de gratuitidade a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública. A atribuição dos manuais escolares é, de acordo com a legislação vigente, sempre a título de empréstimo.

Relativamente ao 2.º ciclo do ensino básico, aos alunos a quem foi atribuído o escalão do subsídio A, o apoio é de 118,00 euros para a aquisição de livros e de 16,00 euros, quanto ao material escolar. No que respeita aos alunos subsidiados com o escalão B, esta ajuda traduz-se, respetivamente, em 59,00 euros e 8,00 euros. Quanto aos alunos que beneficiam do escalão C, há um apoio de 29,50 euros para a aquisição dos manuais escolares.

No que concerne ao 3.º ciclo do ensino básico, aos alunos do 7.º ano enquadrados no escalão A é atribuído um valor de 176,00 euros para aquisição dos livros e de 16,00 para o material escolar. Para os alunos a quem foi concedido o escalão B, estes apoios totalizam 88,00 euros e 8,00 euros, respetivamente. Aos alunos com o escalão C os apoios traduzem-se em 44,00 euros para aquisição dos livros. Quanto aos alunos que frequentam os 8.º e 9.º anos, os apoios ascendem aos 154,00 euros para aquisição dos livros e 16,00 euros para o material, para os alunos subsidiados com o escalão A e em 77,00 euros e 8,00 euros, respetivamente, para os alunos enquadrados no escalão B. Aos alunos que beneficiam do escalão C, por sua vez, o apoio traduz-se em 33,50 euros para aquisição dos livros.

Finalmente, no ensino secundários, aos alunos abrangidos pelo escalão A são concedidos os montantes de 147,00 euros para os livros escolares e de 16,00 euros para o material. No que se refere aos estudantes subsidiados com escalão B, os valores dos apoios atribuídos são reduzidos para metade relativamente aos auferidos pelos alunos enquadrados no escalão A (73,00 e 8,00 euros, respetivamente). Quanto aos alunos enquadrados no escalão C, é atribuído um apoio de 36,75 euros para aquisição dos manuais escolares.

Para além dos apoios concedidos para a aquisição de manuais e materiais escolares, segundo o consagrado no Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017, há também a mencionar a comparticipação concedida para as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares dos alunos que estejam abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar, respetivamente em 100% e 50% do valor total, a fim de garantir que estas atividades são acessíveis a todos os alunos. Estas comparticipações encontram-se circunscritas até aos montantes máximos apresentados no Quadro II.21.

Quadro II.21 | Subsídios concedidos para as visitas de estudo (limite máximo), por nível de ensino e escalão atribuído

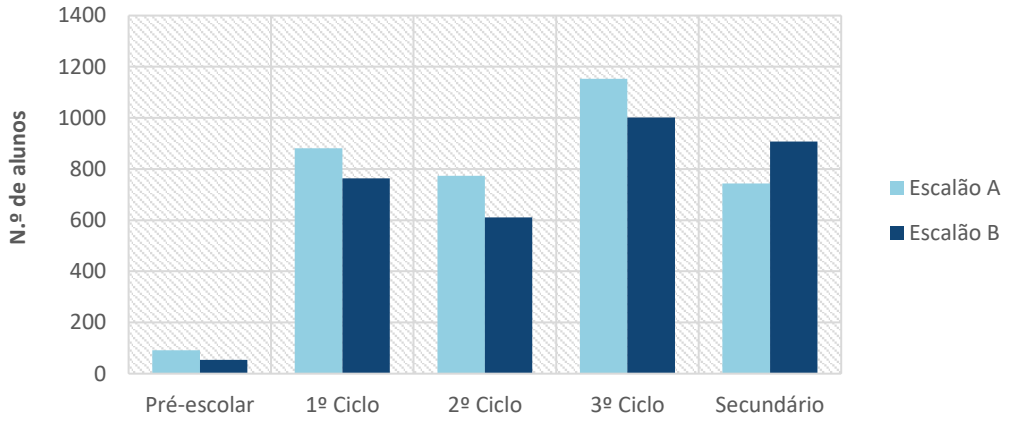
Grau de Ensino	Visitas de estudo	
	Escalão A	Escalão B
1.º ciclo do ensino básico	20,00 €	10,00 €
2º ciclo do Ensino Básico	20,00 €	10,00 €
3º ciclo do Ensino Básico	20,00 €	10,00 €
Ensino Secundário	20,00 €	10,00 €

Fonte: Despacho nº5296/2017 (2ª série), de 16 de junho de 2017.

No concelho de Braga, o Município disponibiliza gratuitamente os manuais escolares (português, matemática, estudo do meio e inglês) aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Aos alunos abrangidos pelos escalões A e B, o Município atribui ainda os livros de fichas e material didático.

Considerando o exposto, e atendendo a que os subsídios para livros, material escolar e visitas de estudo são concedidos em função dos níveis de ensino, importa analisar a distribuição dos 6982 alunos beneficiários de ASE no ano letivo 2017-2018 por esses mesmos níveis (Gráfico II.61).

Gráfico II.61 | Número de alunos beneficiários de ASE por nível escolar e escalão atribuído (2017-2018)



Fonte: BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

Conforme evidenciado no gráfico anterior, é no 3.º ciclo do ensino básico que se contabiliza o maior número de alunos beneficiários da ASE, com um total de 2155 apoios concedidos (1153 alunos com escalão A e 1002 com escalão B). Seguem-se o ensino secundário e o 1.º ciclo do ensino básico, com 1651 e 1645 escalões atribuídos, respetivamente.

Ainda ao nível da ação social escolar, para além dos apoios prestados ao nível das refeições e material escolar, os alunos do ensino secundário podem também beneficiar da atribuição de bolsas de estudo. Estes apoios traduzem-se numa contribuição monetária, atribuída mensalmente, para combater o abandono escolar, melhorar a qualificação dos jovens em idade escolar e compensar os encargos acrescidos com a frequência obrigatória de nível secundário ou equivalente[12].

A bolsa de estudo destina-se ao aluno que ingresse no ensino secundário ou em nível de escolaridade equivalente e reúna cumulativamente as seguintes condições:

- Esteja inserido em agregado familiar com rendimentos de referência correspondentes ao 1.º ou 2.º escalão do abono de família para crianças e jovens;
- Esteja matriculado e a frequentar o 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade ou nível equivalente;
- Tenha idade inferior a 18 anos, sendo que caso esta idade seja atingida no decurso do ano escolar, mantém-se o direito à bolsa de estudo até ao fim do ano escolar;
- Tenha aproveitamento escolar durante a frequência do ensino secundário ou de nível de escolaridade equivalente.

Por outro lado, os alunos matriculados nas ofertas de ensino de nível secundário, que tenham direito a apoios da ASE podem candidatar -se à atribuição de bolsas de mérito, estando esta atribuição condicionada à obtenção pelos alunos candidatos da seguinte classificação média anual, relativa ao ano anterior, com aprovação em todas as disciplinas (ou módulos) do plano curricular:

[12] Informação disponível no sítio Internet da Segurança Social (http://www.seg-social.pt/bolsa-de-estudo)

- **Ofertas formativas com classificações de 1 a 5**: classificação igual ou superior a 4, arredondada às unidades;
- **Ofertas formativas com classificações de 0 a 20**: classificação igual ou superior a 14 valores, arredondada às unidades.

II.4.11.3. TRANSPORTES ESCOLARES

A mobilidade escolar representa uma preocupação da sociedade atual, considerando o seu impacto na qualidade de vida da população, particularmente na qualidade de vida dos alunos e das suas famílias. Por conseguinte, a rede de transportes e a resolução dos problemas que vão sendo identificados permanecem no conjunto de prioridades do Município.

Para além de representar um aspeto fulcral no dia-a-dia da população escolar, a mobilidade escolar reveste-se de significativa complexidade, tendo subjacente a procura simultânea pela satisfação das necessidades dos alunos e das escolas e pela garantia da segurança dos alunos nos percursos habituais.

Segundo o art.º 4º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, o serviço de transportes escolares é da responsabilidade dos municípios de residência dos alunos do ensino básico e secundário. Com efeito, segundo a distância mínima casa/escola estabelecida no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, e as normas próprias de cada município em função das especificidades locais do território, é atribuído o passe escolar ou apoio para a sua aquisição (conforme previsto Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março).

No concelho de Braga o transporte escolar é garantido pelos Transportes Urbanos de Braga (TUB), que praticam uma oferta superior à exigida por lei. Por outro lado, enquanto os equipamentos escolares do 1ª ciclo do ensino básico apresentam uma distribuição equitativa pelo território e permitem o recurso a outros modos, os equipamentos escolares do 2º e 3º ciclo distribuem-se de forma mais concentrada, impelindo à utilização de transportes individuais (Município de Braga, 2015).

Os TUB operam no território concelhio disponibilizando 73 linhas regulares e um total de 1816 paragens, perfazendo cerca de 300 km de rede que servem todas as freguesias do concelho[13]. Além destas linhas, existem, de acordo com o Plano de Transportes Escolares do concelho de Braga para o ano letivo 2017/2018, um total de 16 percursos vocacionadas para a população escolar.

Tendo por base o suprarreferido plano, conjetura-se que as deslocações entre os estabelecimentos escolares e as freguesias de residência dos alunos venha a ser assegurada pelos TUB para um total de 4114 alunos do ensino básico e 1740 alunos do ensino secundário (Quadro II.22). Tal como anteriormente mencionado, o plano de transportes contempla um conjunto de 16 percursos distintos, que asseguram o transporte entre diferentes agrupamentos de escolas e localidades e para os quais se conjetura o número de alunos a transportar, a distância e tempo do percursos e os custos associados.

[13] Informação disponível no sítio Internet dos TUB (http://www.tub.pt)

Quadro II.22 | Plano de Transportes Escolares para o concelho de Braga (2017-2018)

Percurso	Agrupamentos de escolas / escolas	Localidades	Distância (Km)	Tempo percurso	Preço unitário	N.º de alunos		Comparticipação mensal (€)	
						Básico	Secundário	Alunos do secundário	Município
1	AE Sá de Miranda AE D. Maria II AE Alberto Sampaio AE Carlos Amarante AE Mosteiro e Cávado AE Celeirós AE Real AE Braga Oeste AE André Soares AE Maximinos	P. Graça	10	30	42,50	76	22	467,50	3697,50
		Tibães	8	20	42,50	182	71	1508,75	9243,75
		Semelhe	5	15	36,75	44	13	239,20	1856,20
		Gondizalves	4	10	36,75	89	47	864,80	4135,55
		Total				391	153	3080,25	18933,00
2	AE Sá de Miranda AE Mosteiro e Cávado AE Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE Carlos Amarante AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Braga Oeste	Merelim	6,5	15	42,50	153	109	2316,25	8818,75
		Panoias	6	13	42,50	29	51	1083,75	1083,75
		Frossos	5	10	36,75	133	39	717,60	717,60
		Real	4	8	25,35	11	66	838,20	838,20
		Total				326	265	4955,80	17857,40
3	AE Maximinos AE Dr. Francisco Sanches AE D. Maria II AE Carlos Amarante Calouste Gulbenkian AE Celeirós AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio	Palmeira	6,5	15	42,50	231	158	3357,50	13175,00
		Dume	4,5	12	25,35	134	26	330,20	3727,10
		Pousada	20	30	42,50	29	3	63,75	1296,25
		S. Lucrécia	10	25	42,50	18	13	276,25	1041,25
		Navarra	9	20	42,50	17	14	297,50	1020,00
		Crespos	8	18	42,50	49	34	722,50	2805,00
		Adaúfe	7	15	42,50	129	103	2188,75	7671,25

Percurso	Agrupamentos de escolas / escolas	Localidades	Distância (Km)	Tempo percurso	Preço unitário	N.º de alunos		Comparticipação mensal (€)	
						Básico	Secundário	Alunos do secundário	Município
	AE Sá de Miranda		Total			607	351	7236,45	30735,85
4	AE Maximinos AE Francisco Sanches Calouste Gulbenkian AE André Soares AE de Real AE Alberto Sampaio AE Sá de Miranda AE D. Maria II AE Carlos Amarante	S. Mamede S. Pedro Gualtar	7 6 4	25 20 10	42,50 36,75 36,75	94 73 20	43 29 79	913,75 533,60 1453,60	4908,75 3216,35 2188,60
	AE Braga Oeste		Total			187	151	2900,95	10313,70
5	AE Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE André Soares AE de Real AE D. Maria II AE Alberto Sampaio AE Celeirós	Pedralva Sobreposta Espinho Tenões Nogueiró	15 13 12,5 4 5	30 25 25 8 9	42,50 42,50 42,50 36,75 36,75	45 83 55 32 14	41 4 25 13 62	871,25 85,00 531,25 239,20 1140,80	2783,75 3612,50 2868,75 1415,20 1655,30
	AE Carlos Amarante		Total			229	145	2867,50	12335,50
6	AE Dr. Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE Celeirós AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Carlos Amarante	Morreira Trandeiras Esporões Arcos Nogueira Fraião	9 7 6 5 4 4,5	20 7 6 5 4 4,5	42,50 42,50 42,50 36,75 36,75 36,75	32 27 79 5 130 80	33 16 38 19 34 51	701,25 340,00 807,50 349,60 625,60 938,40	2061,25 1487,50 4165,00 533,35 5403,10 3878,40
	AE Sá de Miranda		Total			353	191	3762,35	17528,60

Percurso	Agrupamentos de escolas / escolas	Localidades	Distância (Km)	Tempo percurso	Preço unitário	N.º de alunos		Comparticipação mensal (€)	
						Básico	Secundário	Alunos do secundário	Município
7	AE Dr. Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE Celeirós AE Trigal Santa Maria AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Carlos Amarante AE Sá de Miranda AE Braga Oeste	Escudeiros	8	14	42,50	59	12	255,00	2762,50
		Penso	7	12	42,50	33	15	318,75	1721,25
		Lamas	7	12	42,50	34	15	318,75	1763,75
		Figueiredo	6	10	42,50	64	24	510,00	3230,00
		Lomar	4	4	36,75	249	87	1600,80	10751,55
		Total				439	153	3003,30	20229,05
8	Calouste Gulbenkian AE Celeirós AE Carlos Amarante AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Sá de Miranda AE Maximinos AE Trigal Santa Maria	Guisande	9	25	42,50	39	19	403,75	2061,25
		Oliveira	7	20	42,50	17	11	233,75	956,25
		Tebosa	6	12	42,50	3	3	63,75	191,25
		Fradelos	4	4	42,50	0	10	212,50	212,50
		Priscos	5	10	42,50	6	12	255,00	510,00
		Total				65	55	1168,75	3931,25
9	AE trigal Santa Maria	Aveleda	5	12	42,50	48	-	-	2040,00
		Vilaça	4	10	42,50	27	-	-	1147,50
		Vimeiro	5	10	42,50	48	-	-	2040,00
		Priscos	4	8	42,50	15	-	-	637,50
		Fradelos	4	8	42,50	29	-	-	1232,50
		Total				167	-	-	7097,50

Percurso	Agrupamentos de escolas / escolas	Localidades	Distância (Km)	Tempo percurso	Preço unitário	N.º de alunos		Comparticipação mensal (€)	
						Básico	Secundário	Alunos do secundário	Município
10	AE Braga Oeste AE Dr. Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE Celeirós AE trigal Santa Maria AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE Sá de Miranda AE D. Maria II AE Carlos Amarante	Vimeiro Celeirós Ferreiros	7 6 4	15 12 10	42,50 42,50 36,75	9 23 311	7 71 375	148,75 1020,00 1177,60	531,25 1997,50 12606,85
		Total				343	119	2346,35	15135,60
11	AE Sá de Miranda AE Maximinos AE Celeirós AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Carlos Amarante Calouste Gulbenkian AE Braga Oeste AE Dr. Francisco Sanches AE trigal Santa Maria	Cunha Arentim Ruilhe Tadim Vilaça Aveleda	9,5 9 8 7 6 5	25 20 18 16 14 12	42,50 42,50 42,50 42,50 42,50 42,50	4 0 4 4 2 8	12 13 4 14 5 23	255,00 276,25 85,00 297,50 106,25 488,75	425,00 276,25 255,00 467,50 191,25 828,75
		Total				22	71	1508,75	2443,75
12	AE Braga Oeste	Sequeira Passos	4 4	10 10	42,50 42,50	70 40	- -	- -	2975,00 1700,00
		Total							

Percurso	Agrupamentos de escolas / escolas	Localidades	Distância (Km)	Tempo percurso	Preço unitário	N.º de alunos		Comparticipação mensal (€)	
						Básico	Secundário	Alunos do secundário	Município
13	AE Dr. Francisco Sanches AE Maximinos Calouste Gulbenkian AE trigal Santa Maria AE André Soares AE Real AE Alberto Sampaio AE D. Maria II AE Sá de Miranda AE Carlos Amarante	Cabreiros Passos Sequeira	8 6 5	20 15 10	42,50 42,50 42,50	2 0 17	54 19 10	1147,50 403,75 212,50	1232,50 403,75 935,00
		Total				19	83	1763,75	2571,25
14	ALFACOOP	Arentim Cunha Tebosa	4 4 6	10 10 12	42,50 42,50 42,50	33 30 52	- - -	- - -	1402,50 1275,00 2210,00
		Total				115	-	-	4887,50
15	EB 2,3 Gualtar EB 2,3 Palmeira AE Braga Oeste AE Real AE Mosteiro e Cávado AE Celeirós AE trigal Santa Maria EB 2,3 Lamações EB 2,3 Nogueira	Cidade	8 6 4	20 12 10	25,35 36,75 42,50	523 148 60	- - -	- - -	13258,05 5439,00 2550,00
		Total				731	-	-	21247,05
16	ES Sá de Miranda EB 2,3 Palmeira AE Maximinos EB 2,3 Gualtar AE Real	Lamações	4	10	25,35 36,75	6 4	3 -	38,10 -	190,20 147,00
		Total				10	3	38,10	337,20
TOTAL						4114	1740	34632,30	190259,20

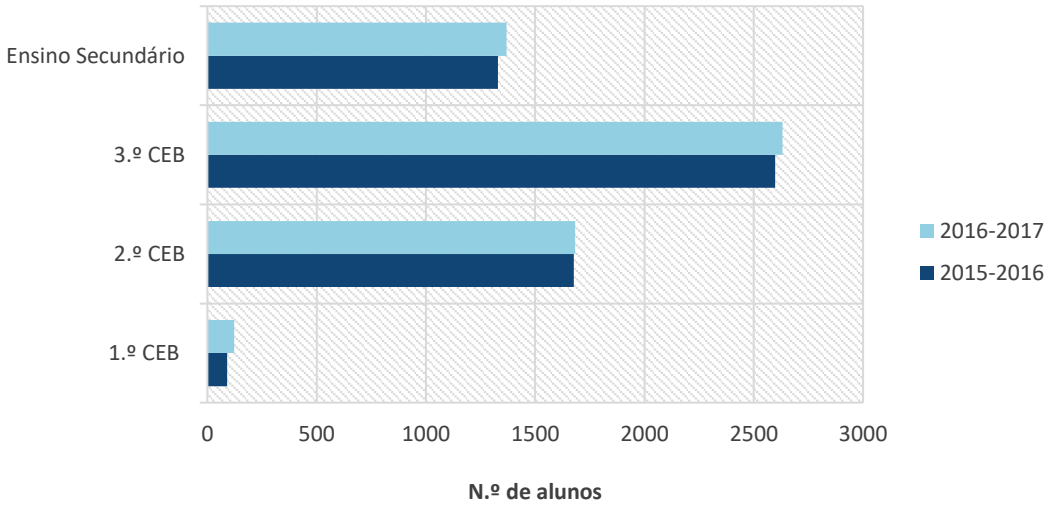
Fonte: Plano de Transportes Escolares 2017/2018, Município de Braga (2017).

Relativamente aos apoios concedidos pelo Município ao nível dos transportes escolares, estes caraterizam-se por um âmbito mais alargado comparativamente com o definido legalmente. Com efeito o apoio concedido é o seguinte:

- **1.º ciclo do ensino básico:** é concedido transporte gratuito aos alunos cujo percurso casa – escola – casa seja considerado perigoso, desde que a residência se situe a mais de 1,5 km da escola (a distância mínima legal é de 4 km);
- **2.º ciclo do ensino básico:** é concedido transporte escolar gratuito a todos os alunos no percurso casa – escola – casa;
- **3. Ciclo do ensino básico**: é concedido transporte gratuito a todos os alunos cuja distância da casa à escola seja superior a 3,5 km (a distância mínima legal é de 4 km);
- **Ensino secundário**: é concedido 50% de desconto no transporte escolar a todos os alunos que residam a uma distância mínima de 4 km.
- **Alunos portadores de mobilidade reduzida**: á fornecido o transporte desde que devidamente comprovada esta mobilidade reduzida e desde que os alunos residam a uma distância mínima de 4 km da escola;
- **Outras situações**: para todos os alunos de qualquer grau de ensino, após análise de um inquérito socioeconómico ao agregado familiar, quando se justificar, é concedida a isenção em parte ou no todo, do pagamento do título do transporte.

Quando analisada a evolução do número de alunos que utilizaram os transportes escolares nos anos letivos 2015-2016 e 2016-2017, é possível aferir uma tendência de ligeiro aumento, mais evidente ao nível do 1.º ciclo do ensino básico (Gráfico II.62).

Gráfico II.62 | Número de alunos com transporte escolar (anos letivos 2015-2016 e 2016-2017)



Fonte: Município de Braga (2017).

Se à análise anteriormente apresentada acrescentarmos também os dados referentes ao número de alunos previstos no plano de transportes escolares do município para o ano letivo 2017-2018, é possível

observar uma presumível diminuição do número de alunos do ensino básico a utilizar os transportes escolares, acompanhada por um aumento ao nível do ensino secundário (Gráfico II.63).

Gráfico II.63 | Evolução do número de alunos com transportes escolar (anos letivos de 2015-2016 a 2017-2018)

Fonte: Município de Braga (2017).

II.5. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CONCELHO

Considerando os objetivos nucleares da Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos do território concelhio, e de forma a fundamentar a tomada de decisão, torna-se fulcral avaliar um conjunto diversificado de fatores, entre os quais se destaca o volume e a estrutura etária da população, não apenas da real, mas acima de tudo da estimada para um horizonte temporal futuro.

Face ao exposto, as projeções demográficas assumem um papel fundamental, permitindo a reflexão e ponderação, com antecedência, de um conjunto de principais tendência estimadas para o território. Neste contexto, a realização de projeções da população escolar são fundamentais para a previsão das necessidades associadas à educação e ensino, nomeadamente em termos de infraestruturas de apoio, salas de aula, necessidades formativas e recursos humanos (docentes e não docentes), em prol de uma gestão eficaz de recursos.

Note-se que este tipo de projeções estão na base de um planeamento estratégico, proactivo e de gestão a longo prazo, ainda que acolhendo algum grau de incerteza, inerente a qualquer exercício deste tipo.

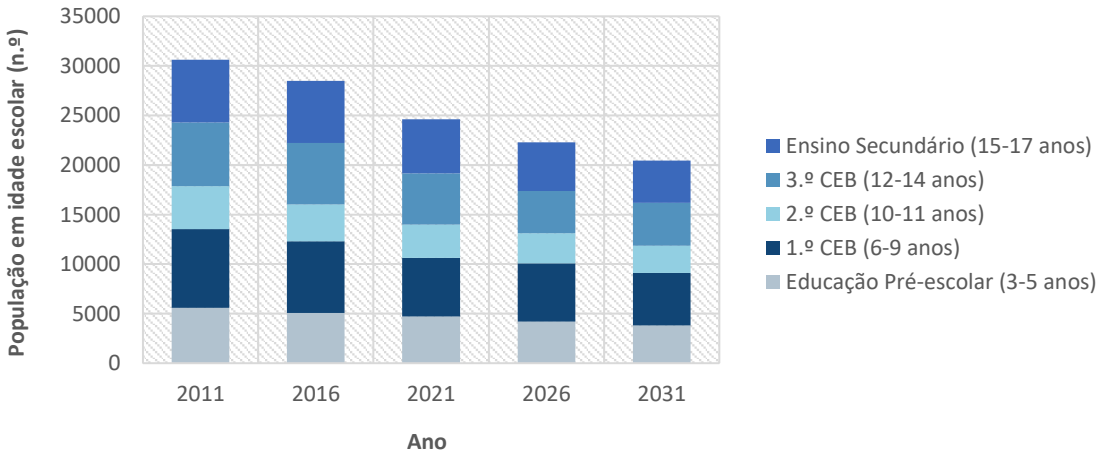
Face ao exposto, uma vez estimada a evolução da população residente para o concelho de Braga, importa precisar qual será a evolução provável da população em idade escolar, tendo em vista o dimensionamento dos estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

Constituindo a população em idade escolar uma fração da população residente global do concelho, correspondente à faixa etária entre os 3 e os 17 anos, o exercício prospetivo realizado tem por base o método das componentes por *coortes*, considerando o procedimento e os pressupostos descritos no ponto II.3.6 Cenário Prospetivo da Evolução População, do presente documento. Tendo a projeção da evolução da população residente sido realizado por idades da população residente, a perceção e avaliação da evolução estimada para a população em idade escolar decorreu do agrupamento das estimativas realizadas para as seguintes classes etárias:

- **3 a 5 anos**: idade de frequência da educação pré-escolar;
- **6 a 9 anos**: idade de frequência do 1.º ciclo do ensino básico;
- **10 a 11 anos**: idade de frequência do 2.º ciclo do ensino básico;
- **12 a 14 anos**: idade de frequência do 3.º ciclo do ensino básico;
- **15 4 17 anos**: idade de frequência do ensino secundário.

Os resultados obtidos apontam para uma diminuição considerável da população residente em idade escolar no concelho de Braga, nas duas décadas compreendidas entre o ano 2011 e o ano 2031 (Gráfico II.64 e Quadro II.7). No referido horizonte temporal conjetura-se uma quebra total de 10.158 residentes entre os 3 e os 17 anos de idade.

Gráfico II.64 | Evolução estimada da população residente no concelho de Braga em idade escolar, por nível de educação e ensino (2011 a 2031)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

O decréscimo projetado é transversal às diferentes classes etárias em análise, isto é, à população residente que potencialmente frequentará os diferentes níveis de instrução, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário (Quadro II.7).

Quadro II.23 | População residente estimada, em idade escolar (3 a 17 anos), no concelho de Braga (2011 a 2031)

Anos	Pré-escolar		1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo		Secundário		Total	
	(3-5 anos)		(6-9 anos)		(10-11 anos)		(12-14 anos)		(15-17 anos)		(3-17 anos)	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
2011	5590	18.26	7957	25.99	4319	14.11	6428	20.99	6323	20.65	30617	16.87
2016	5079	17.83	7220	25.36	3731	13.10	6194	21.75	6253	21.96	28477	15.75
2021	4726	19.21	5911	24.03	3356	13.64	5152	20.94	5456	22.18	24601	13.76
2026	4198	18.83	5871	26.34	3029	13.59	4267	19.14	4923	22.09	22288	12.68
2031	3800	18.57	5317	25.99	2742	13.40	4312	21.08	4288	20.96	20459	11.91

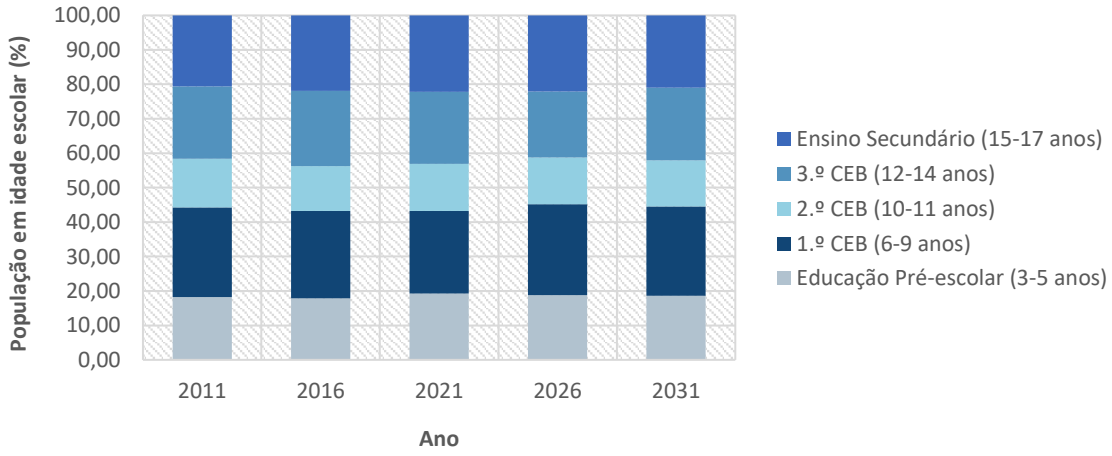
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

Em termos globais, entre 2011 e 2031, conjetura-se que a população com idade para frequência da educação pré-escolar possa vir a registar um decréscimo, traduzido, em valores absolutos, em cerca de 1.790 alunos. No ensino básico, estimam-se quebras de -2.640 potenciais alunos do 1.º ciclo do ensino básico, enquanto dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico poderão assistir a decréscimos na ordem dos 1.577 e dos 2.116 alunos, respetivamente. Quanto à população com idade de frequência do ensino secundário, a quebra prevista nas duas décadas em análise é também bastante expressiva, fixando-se nos 2.035 residentes.

No último ano projetado (2031), estima-se a existência de um total de 20.459 crianças e jovens em idade escolar (3-17 anos), o equivalente a 11,91% da população residente total. Este valor é, em termos percentuais, significativamente inferior ao observado no ano censitário de 2011 (16,87%).

A distribuição percentual da população em idade escolar no concelho de Braga em função da idade de frequência dos diferentes níveis de instrução encontra-se representada no Gráfico II.65, para períodos de cinco anos até 2031.

Gráfico II.65 | Distribuição estimada da população residente em idade escolar, por nível de educação e ensino, no concelho de Braga (2011 a 2031)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017); Projeções da população residente, INE (2017).

Conforme é possível aferir, em 2031, a maior percentagem deverá inserir-se na faixa etária dos 6 aos 9 anos, correspondente à frequência do 1.º ciclo do ensino básico (25,99%). A esta, deverá seguir-se a faixa dos 12 aos 14 anos (3.º ciclo do ensino básico), com 21,08%, e a faixa dos 15 aos 17 anos (ensino secundário), com 20,96%. Em oposição, prevê-se que a população com idade escolar para frequência da educação pré-escolar (18,57%) e do 2.º ciclo do ensino básico (13,40%) corresponda às classes etárias com menor representatividade no território concelhio.

O exercício prospetivo desenvolvido permite-nos antever a evolução da população residente em idade escolar no concelho de Braga até 2031, sem a intervenção de políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis e/ou de natureza excecional. Os resultados obtidos são reflexo do acentuado decréscimo do número de crianças e jovens que se tem vindo já a verificar no concelho nos últimos anos e para o qual se prevê uma intensificação no futuro, como repercussões diretas no número de população em idade fértil e, consequentemente, no número de nascimentos no concelho.

O cenário evolutivo traçado representará um importante desafio para a autarquia, nomeadamente no que se refere à adequação da oferta do sistema local de educação e ensino às dinâmicas e às necessidades, em termos de procura, que se venham a fazer sentir no território.

III. A REDE MUNICIPAL ATUAL

Este capítulo pretende abordar os aspetos mais relevantes da caraterização e evolução de toda a rede educativa, nomeadamente a evolução quantitativa e qualitativa global da rede escolar. Para o efeito, num primeiro ponto, procurar-se-á identificar a organização espacial da educação, territorializada em unidades agrupadas.

A abordagem em termos de oferta, centrada na atualização do diagnóstico, envolverá a identificação e caraterização da rede escolar, de ensino e formativa nas vertentes dos recursos físicos existentes (infraestruturas, taxas de ocupação/saturação dos estabelecimentos escolares, segurança, equipamentos, possibilidade de ampliação de edifícios), dos recursos humanos por ciclos escolares que integram e dos equipamentos de apoio à educação e ao ensino (equipamentos desportivos, culturais e de lazer.

Proceder-se-á, ainda, a uma abordagem às acessibilidades e à rede de transportes municipal, a que se seguirá uma sistematização de referenciais da dinâmica de evolução educativa, numa abordagem quantitativa e qualitativa. Por fim, e tendo por base esta sistematização, serão aplicadas ferramentas de apoio ao planeamento estratégico e atualizada a matriz SWOT, à luz das dinâmicas de evolução educativa.

III.1. AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

A organização das escolas em agrupamentos possibilita uma maior mobilização das pessoas que constituem a comunidade escolar. Neste contexto, visa uma maior rentabilização dos recursos, assim como a possibilidade de usufruir de várias potencialidades criadas pela relação em grupo, que se concretizam na realização de atividades conjuntas e por princípios identitários próprios.

A constituição de agrupamentos de escolas considera, entre outros critérios, os relativos à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos e à proximidade geográfica. Cada um dos estabelecimentos que integra um determinado agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias.

A definição de agrupamentos está presente no Decreto-Lei nº 155-A/98 (artigo 5º, capítulo I), que sugere que os mesmos, como unidades organizacionais, sejam dotados de órgãos próprios de gestão e administração, constituídos por estabelecimentos de ensino do pré-escolar e de um ou mais níveis de ensino a partir de um projeto pedagógico em comum. A organização em agrupamentos prevê a seguinte prossecução de finalidades, tal como disposto no Decreto-Lei supramencionado:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;

- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- Valorizar e enquadrar as experiências em curso.

No concelho de Braga existem, no ano letivo 2016-2017, um conjunto de 12 Agrupamentos de Escolas, cujas escolas sede e respetivo número total de escolas que integram se encontram elencados no Quadro III.1.

Quadro III.1 | Agrupamentos de escolas existentes no concelho de Braga

Agrupamentos de Escolas no concelho de Braga		
Designação	**N.º de escolas**	**Escola sede**
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	12	Escola Secundária Alberto Sampaio
Agrupamento de Escolas André Soares	5	Escola Básica André Soares
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante	10	Escola Secundária Carlos Amarante
Agrupamento de Escolas D. Maria II	10	Escola Secundária D. Maria II
Agrupamento de Escolas Braga Oeste[14]	10	Escola Básica de Braga Oeste
Agrupamento de Escolas de Celeirós	7	Escola Básica de Celeirós
Agrupamento de Escolas de Maximinos	7	Escola Secundária de Maximinos
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado	10	Escola Básica de Mosteiro e Cávado
Agrupamento de Escolas de Real	9	Escola Básica de Real
Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria	11	Escola Básica de Trigal de Santa Maria
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	7	Escola Básica Dr. Francisco Sanches
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda	12	Escola Secundária Sá de Miranda

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Tal como é possível aferir, são os Agrupamentos de Escolas Alberto Sampaio e Sá de Miranda que integram o maior número de escolas, agrupando 12 escolas, seguindo-se o Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria, com um total de 11 escolas. Por sua vez, é o Agrupamento de Escolas André Soares que agrega o menor número de escolas, com apenas cinco. Não obstantes, importa referir que este agrupamento presta também serviços educativos no estabelecimento prisional de Braga.

Nos pontos que se seguem é apresentada a constituição dos diferentes Agrupamentos de escolares do território concelhio, bem como como os níveis de ensino ministrados pelas escolas que os integram e a respetiva área de influência.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

O Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio é constituído por um total de 12 escolas, cujas tipologias de ensino ministrado e respetivas freguesias de localização se encontram identificadas no Quadro III.2.

[14] O Agrupamento de Escolas de Braga Oeste agrega um total de 10 escolas, das quais apenas quatro estão localizadas no concelho de Braga, encontrando-se as restantes situadas no concelho de Barcelos.

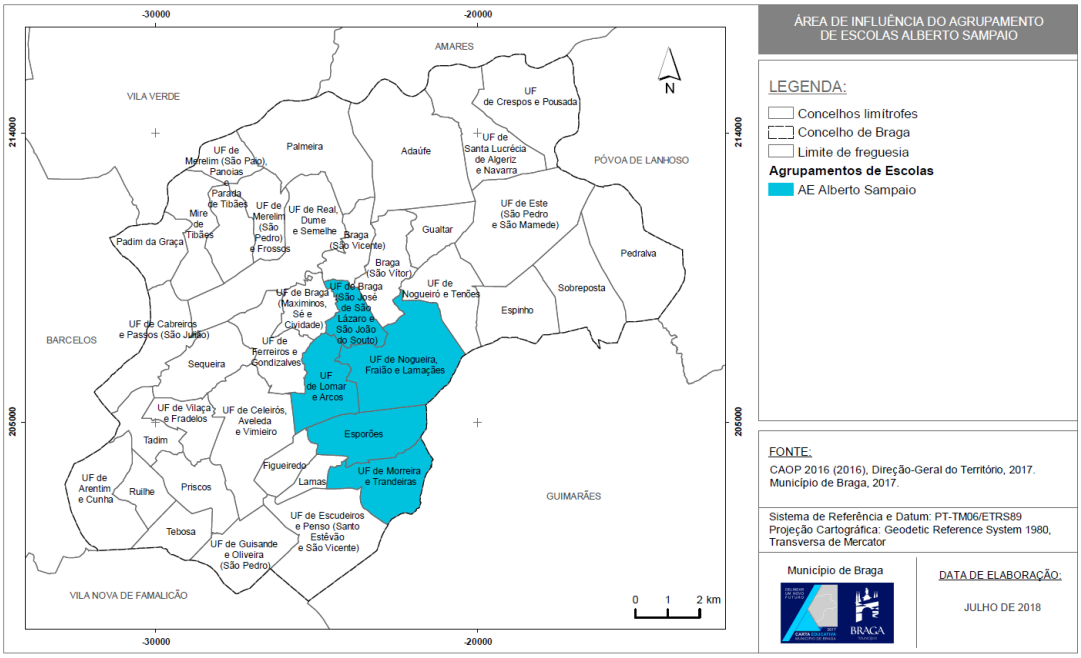
Quadro III.2 | Constituição do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio

Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Secundária Alberto Sampaio	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica de Arcos	AB	União das freguesias de Lomar e Arcos
Escola Básica de Esporões	AB	Esporões
Escola Básica de Fraião	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
Escola Básica de Lomar	B	União das freguesias de Lomar e Arcos
Escola Básica de Morreira	B	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
Escola Básica de Nogueira	CD	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
Escola Básica de Trandeiras	B	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
Escola Básica n.º 1 de Nogueira	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
Jardim de Infância de Carvalho	A	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
Jardim de Infância de Lomar	A	União das freguesias de Lomar e Arcos
Jardim de Infância de Monte	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.1 | Área de influência do AE Alberto Sampaio



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

O Agrupamento de Escolas André Soares é constituído por cinco estabelecimentos de educação e ensino, cuja identificação e freguesias de localização se encontram identificadas no Quadro III.3.

Quadro III.3 | Constituição do Agrupamento de Escolas André Soares

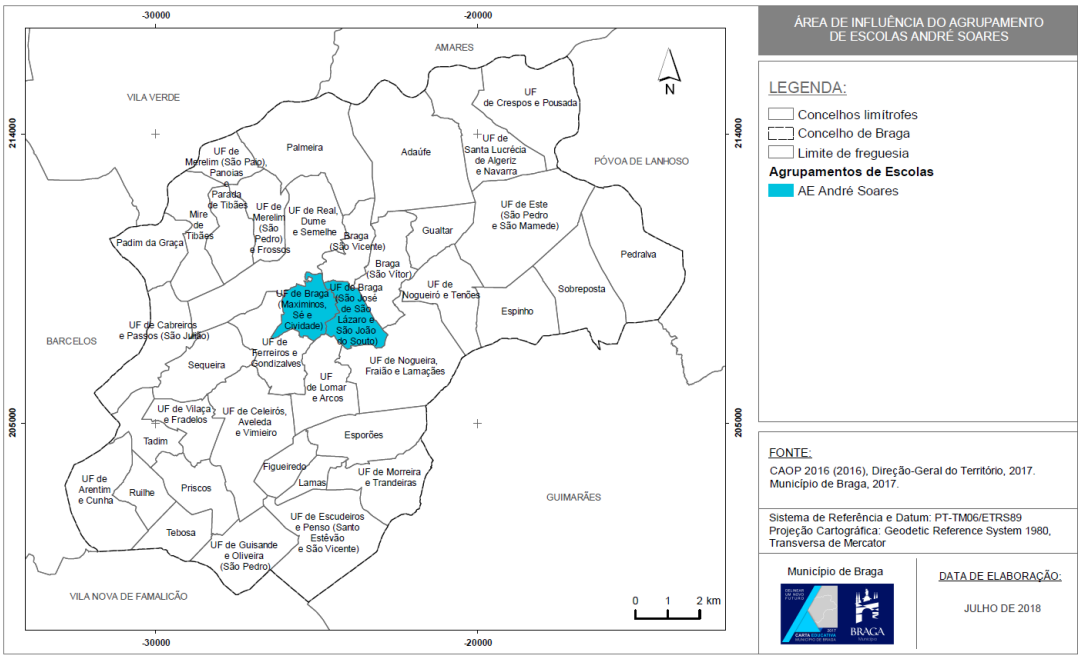
Agrupamento de Escolas André Soares		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica André Soares	CD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica da Ponte Pedrinha	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Básica de São Lázaro	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica do Carandá	B	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica do Fujacal	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Importa ainda referir o Estabelecimento Prisional de Braga, onde são prestados também serviços educativos.

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.2 | Área de influência do AE André Soares



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

O Agrupamento de Escolas Carlos Amarante é integrado por dez estabelecimentos escolares, encontrando-se a respetiva identificação e localização exposta no Quadro III.4.

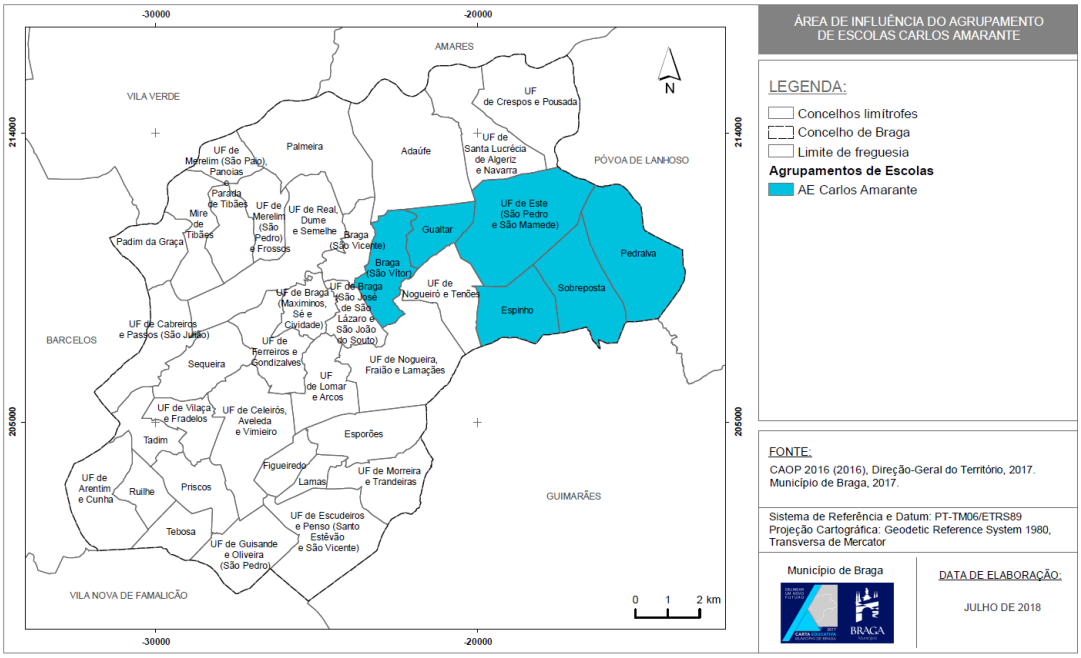
Quadro III.4 | Constituição do Agrupamento de Escolas Carlos Amarante

Agrupamento de Escolas Carlos Amarante		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Secundária Carlos Amarante	DE	Braga (São Vítor)
Escola Básica de Espinho	AB	Espinho
Escola Básica de Este São Mamede	AB	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
Escola Básica de Este São Pedro	B	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
Escola Básica de Gualtar	CD	Gualtar
Escola Básica de Pedralva	AB	Pedralva
Escola Básica de Sobreposta	AB	Sobreposta
Escola Básica n.º 1 de Gualtar	B	Gualtar
Jardim de Infância de Este - São Pedro	A	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
Jardim de Infância de Gualtar	A	Gualtar

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.3 | Área de influência do AE Carlos Amarante



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

São dez as escolas que constituem o Agrupamento de Escolas D. Maria II, encontrando-se a respetiva caraterização e localização identificado no Quadro III.5.

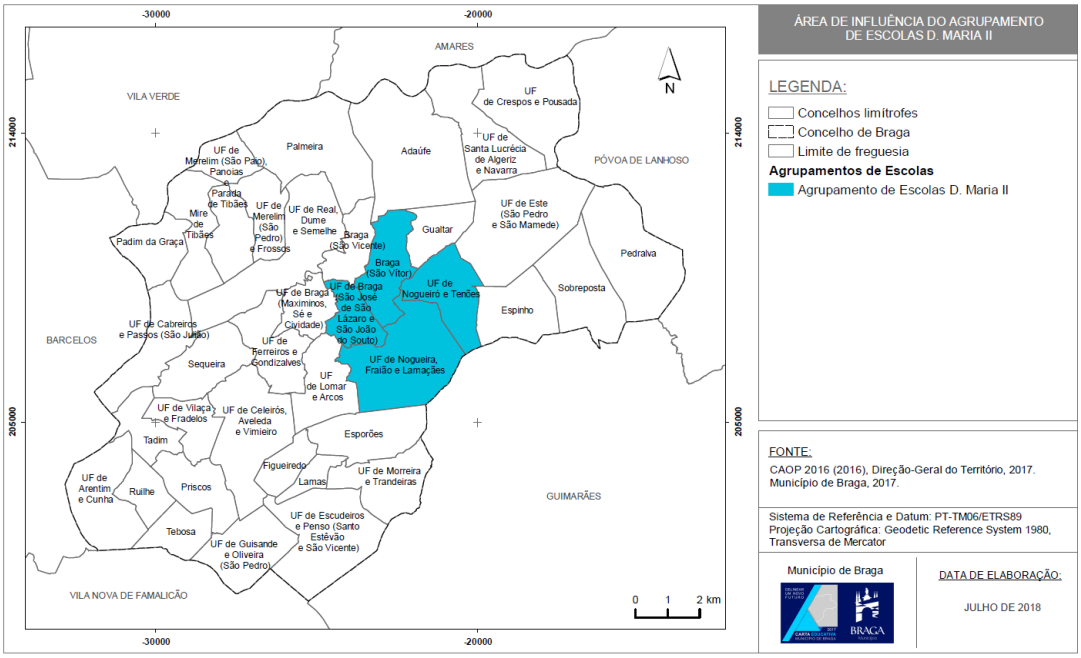
Quadro III.5 | Constituição do Agrupamento de Escolas D. Maria II

Agrupamento de Escolas D. Maria II		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Secundária D. Maria II	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica de Lamações	CD	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
Escola Básica de Nogueiró	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
Escola Básica de Santa Tecla	B	Braga (São Vítor)
Escola Básica de São João do Souto	B	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Básica de Tenões	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
Escola Básica do Bairro Económico	B	Braga (São Vítor)
Escola Básica n.º 2 de Lamações	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
Jardim de Infância de Bracara Augusta	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Jardim de Infância de Lamações	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência do presente agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.4 | Área de influência do AE D. Maria II



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

O Agrupamento de Escolas Braga Oeste é constituído por um total de dez estabelecimentos de educação e ensino, encontrando-se os mesmos devidamente identificados no Quadro III.6.

Quadro III.6 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Braga Oeste

Agrupamento de Escolas de Braga Oeste		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica de Braga Oeste	CD	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
Escola Básica de Bastuço - Santo Estêvão	AB	União de Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)[15]
Escola Básica de Bastuço - São João	AB	União de Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)[10]
Escola Básica de Cabreiros	B	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
Escola Básica de Martim	B	Martim[10]
Escola Básica de Pousa	AB	Pousa[10]
Escola Básica de Sequeira	AB	Sequeira
Jardim de Infância de Cabreiros	A	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
Jardim de Infância de Encourados	A	União de Freguesias de Areias de Vilar e Encourados[10]
Jardim de Infância de Martim	A	Martim[10]

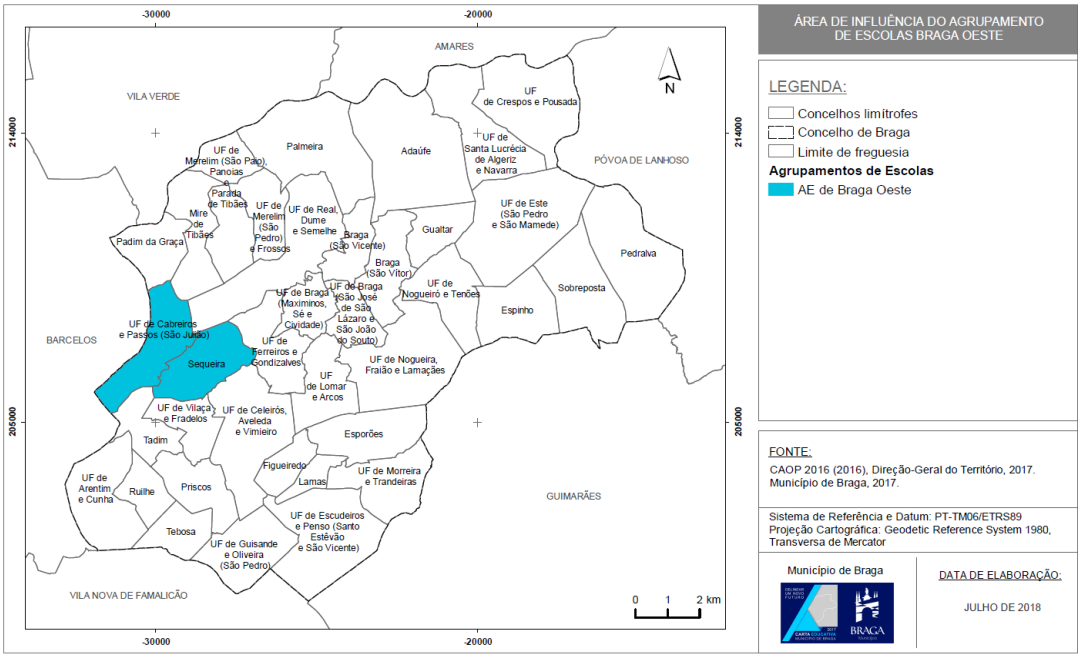
Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Note-se que o agrupamento agrega não só escolas localizadas no concelho de Braga, como também as Escolas Básicas de Bastuço – Santo Estevão, de Bastuço - São João, de Martim e de Pousa e os Jardins de Infância de Encourados e de Martim, localizados no concelho de Barcelos. Assim, do concelho de Braga, integram este agrupamento a Escola Básica de Braga Oeste (escola sede), a Escola Básica de Cabreiros, a Escola Básica de Sequeira e o Jardim de Infância de Cabreiros.

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

[15] Freguesia do concelho de Barcelos.

Mapa III.5 | Área de influência do AE de Braga Oeste



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

O Agrupamento de Escolas de Celeirós é composto por um total de sete estabelecimentos escolares, os quais se encontram identificados e caracterizados em termos de tipologias de ensino, no Quadro III.7.

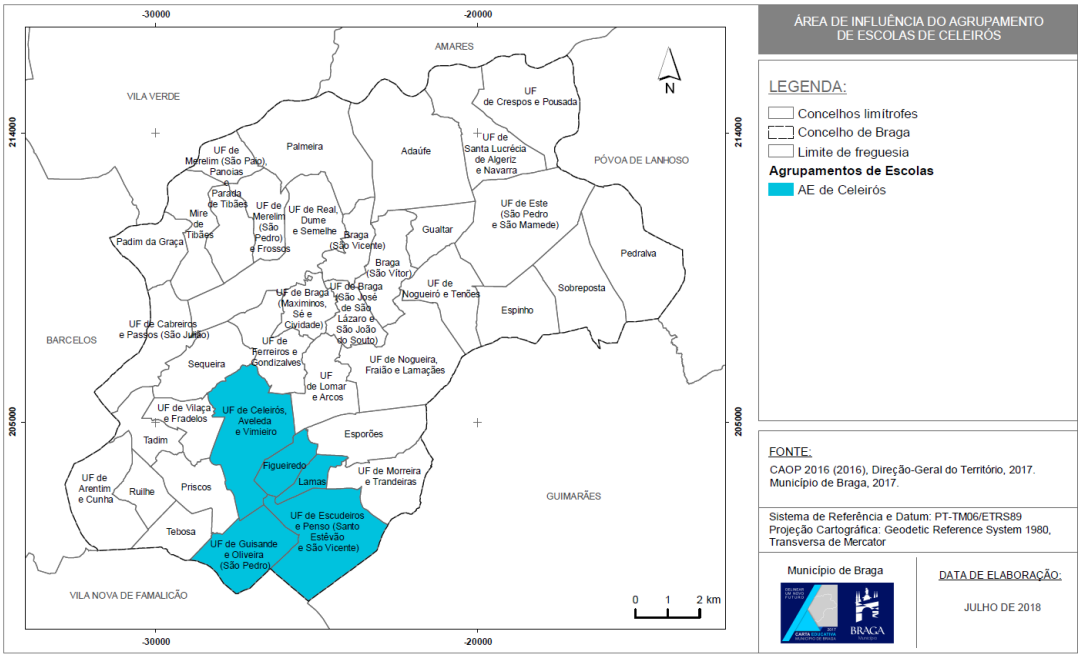
Quadro III.7 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Celeirós

Agrupamento de Escolas de Celeirós		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica de Celeirós	CD	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Escola Básica de Cruz	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Escola Básica de Escudeiros	AB	União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)
Escola Básica de Figueiredo	AB	Figueiredo
Escola Básica de Garapôa	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Escola Básica de Guisande	AB	União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)
Jardim de Infância de Lamas	A	Lamas

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.6 | Área de influência do AE de Celeirós



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

São sete as escolas que constituem o Agrupamento de Escolas de Maximinos, encontrando-se a respetiva caraterização e localização exposta no Quadro III.8.

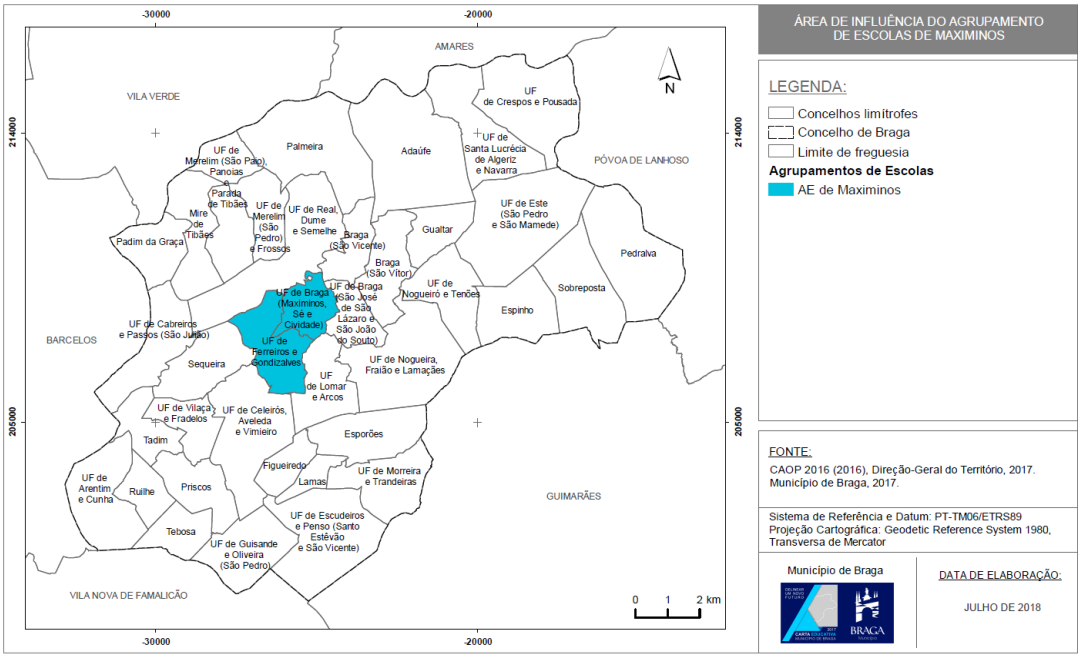
Quadro III.8 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Maximinos

Agrupamento de Escolas de Maximinos		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Secundária de Maximinos	DE	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Básica da Gandra	B	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Escola Básica da Naia	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Escola Básica de Estrada	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Escola Básica de Gondizalves	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Escola Básica de Maximinos	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Básica Frei Caetano Brandão	CD	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.7 | Área de influência do AE de Maximinos



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

O Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado é composto por dez escolas, cujos níveis de instrução lecionados se encontram elencados no Quadro III.9.

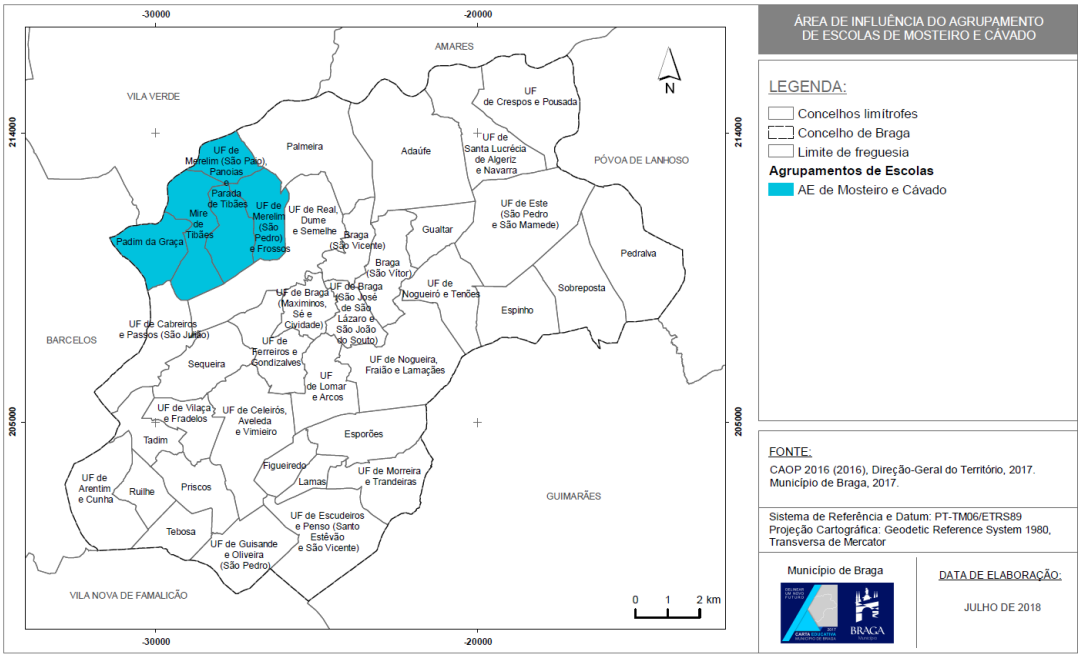
Quadro III.9 | Constituição do Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado

Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica de Mosteiro e Cávado	CD	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Escola Básica de Carrascal	B	Mire de Tibães
Escola Básica de Merelim São Paio	AB	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Escola Básica de Merelim São Pedro	AB	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
Escola Básica de Panoias	B	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
Jardim de Infância de Ruães	A	Mire de Tibães
Escola Básica Padim da Graça	B	Padim da Graça
Jardim de Infância de Mire de Tibães	A	Mire de Tibães
Jardim de Infância de Padim da Graça	A	Padim da Graça
Jardim de Infância de Panoias	A	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.8 | Área de influência do AE Mosteiro e Cávado



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

Conforme evidenciado no Quadro III.10, o Agrupamento de Escolas de Real é constituído por nove estabelecimentos de educação e ensino.

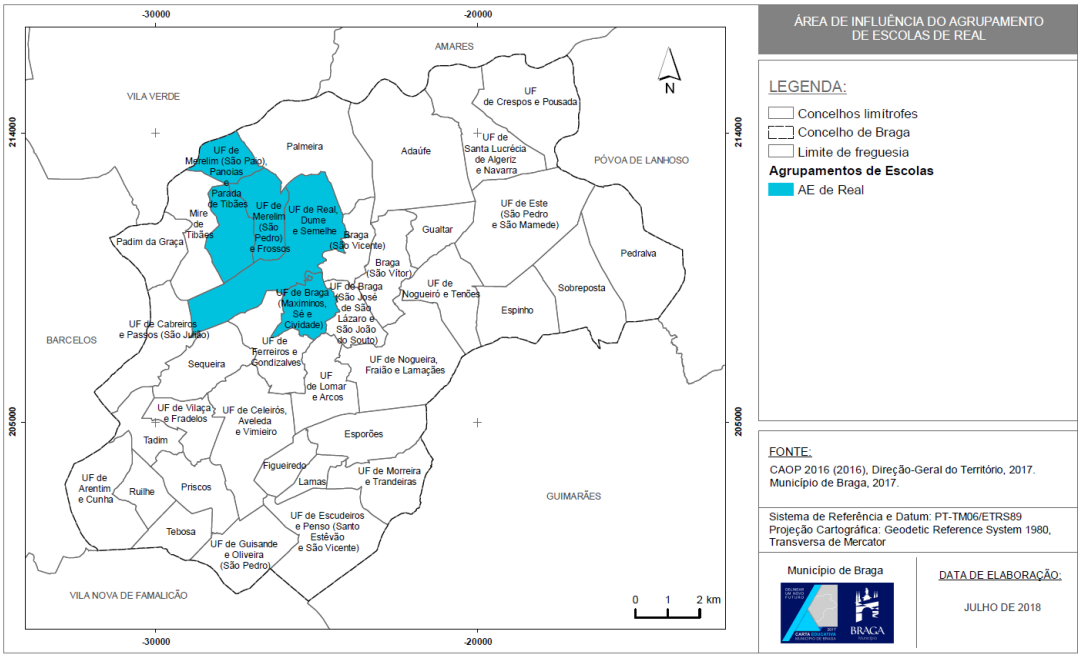
Quadro III.10 | Constituição do Agrupamento de Escolas de Real

Agrupamento de Escolas de Real		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica de Real	CD	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Escola Básica da Sé	B	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Básica das Parretas	B	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Básica de Frossos	B	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
Escola Básica de S. Frutuoso	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Escola Básica n.º 1 de Real	B	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Jardim de Infância da Quinta das Hortas	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim de Infância de Frossos	A	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
Jardim de Infância de Parada de Tibães	A	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.9 | Área de influência do AE de Real



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

São 11 as escolas que constituem o Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria, sendo a respetiva caraterização e localização apresentada no Quadro III.11.

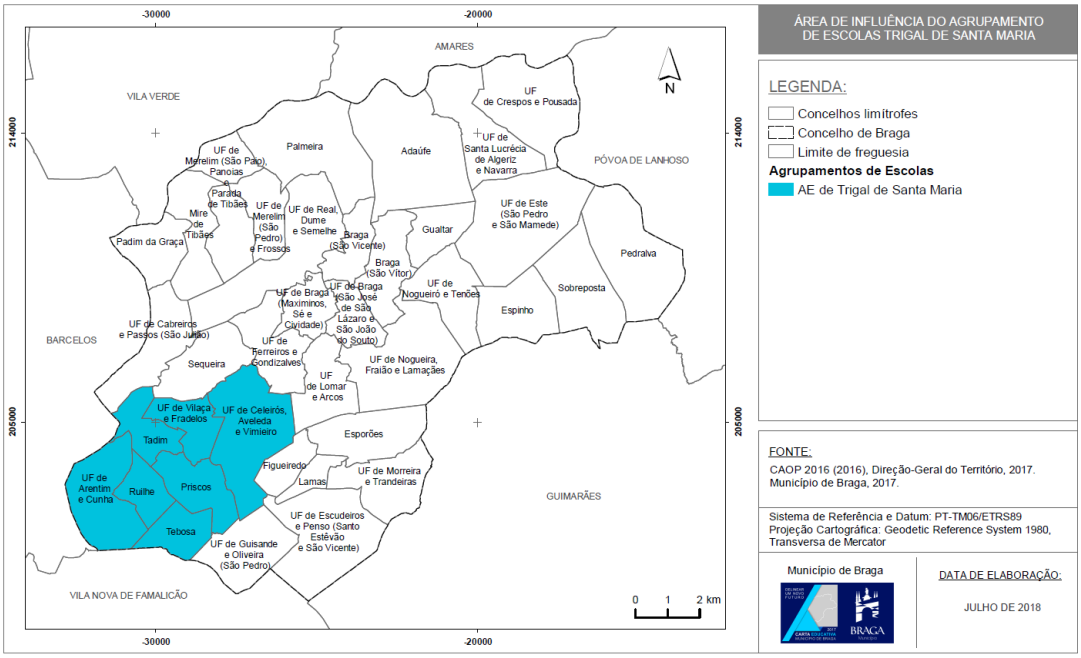
Quadro III.11 | Constituição do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria

Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica de Trigal de Santa Maria	CD	Tadim
Escola Básica de Arentim	AB	União das freguesias de Arentim e Cunha
Escola Básica de Aveleda	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Escola Básica de Estação	AB	Tadim
Escola Básica de Fradelos	AB	União das freguesias de Vilaça e Fradelos
Escola Básica de Ruílhe	B	Ruílhe
Escola Básica de Tebosa	AB	Tebosa
Escola Básica de Vimieiro	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Escola Básica de Cunha	A	União das freguesias de Arentim e Cunha
Jardim de Infância de Igreja	A	Priscos
Jardim de Infância de Vilaça Entre Muros	A	União das freguesias de Vilaça e Fradelos

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.10 | Área de influência do AE Trigal de Santa Maria



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches é composto por sete escolas que asseguram diferentes níveis de instrução, conforme apresentado no Quadro III.12.

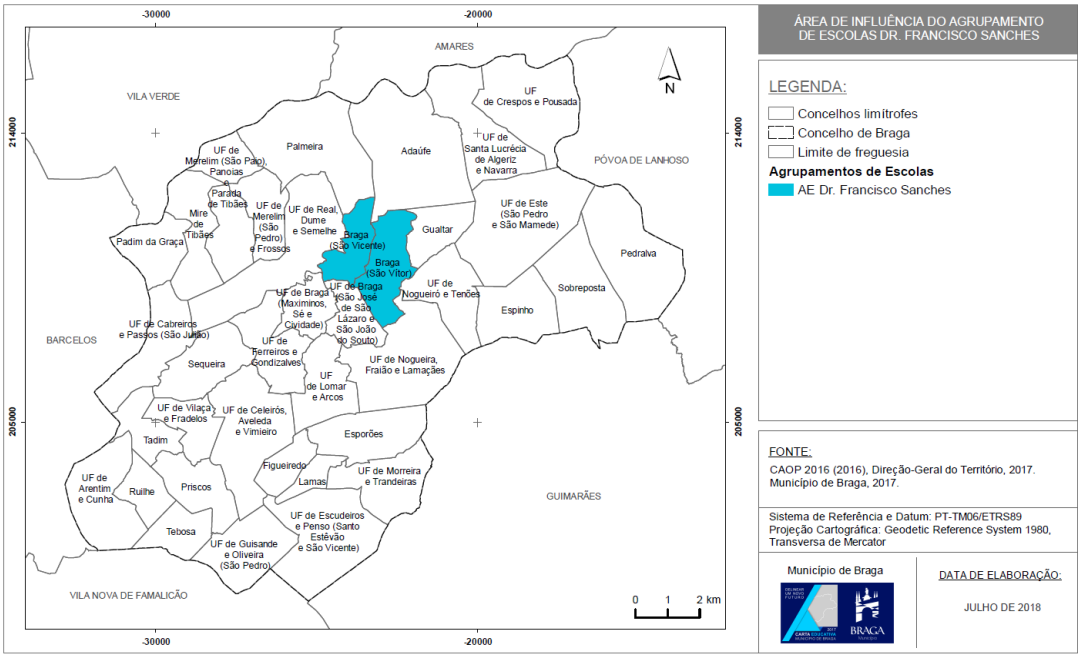
Quadro III.12 | Constituição do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Básica Dr. Francisco Sanches	CD	Braga (São Vítor)
Escola Básica das Enguardas	AB	Braga (São Vítor)
Escola Básica de Quinta da Veiga	AB	Braga (São Vicente)
Escola Básica de São Vitor	B	Braga (São Vítor)
Escola Básica do Bairro da Alegria	AB	Braga (São Vítor)
Escola Básica do Bairro da Misericórdia	B	Braga (São Vicente)
Jardim de Infância da Quinta das Fontes	A	Braga (São Vicente)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.11 | Área de influência do AE Dr. Francisco Sanches



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

O Agrupamento de Escolas Sá de Miranda é constituído por um total de 12 escolas, cujas tipologias de ensino ministrado e respetivas freguesias de localização se encontram identificadas no Quadro III.13.

Quadro III.13 | Constituição do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda

Agrupamento de Escolas Sá de Miranda		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Secundária Sá de Miranda	DE	Braga (São Vicente)
Escola Básica de Bracara Augusta	AB	Palmeira
Escola Básica de Coucinheiro	AB	Palmeira
Escola Básica de Crespos	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
Escola Básica de Dume	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Escola Básica de Eira Velha	B	Adaúfe
Escola Básica de Ortigueira	B	Palmeira
Escola Básica de Palmeira	CD	Palmeira
Escola Básica de Pousada	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
Escola Básica de Presa	AB	Adaúfe
Jardim de Infância de Adaúfe	A	Adaúfe
Jardim de Infância de Pomares	A	União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

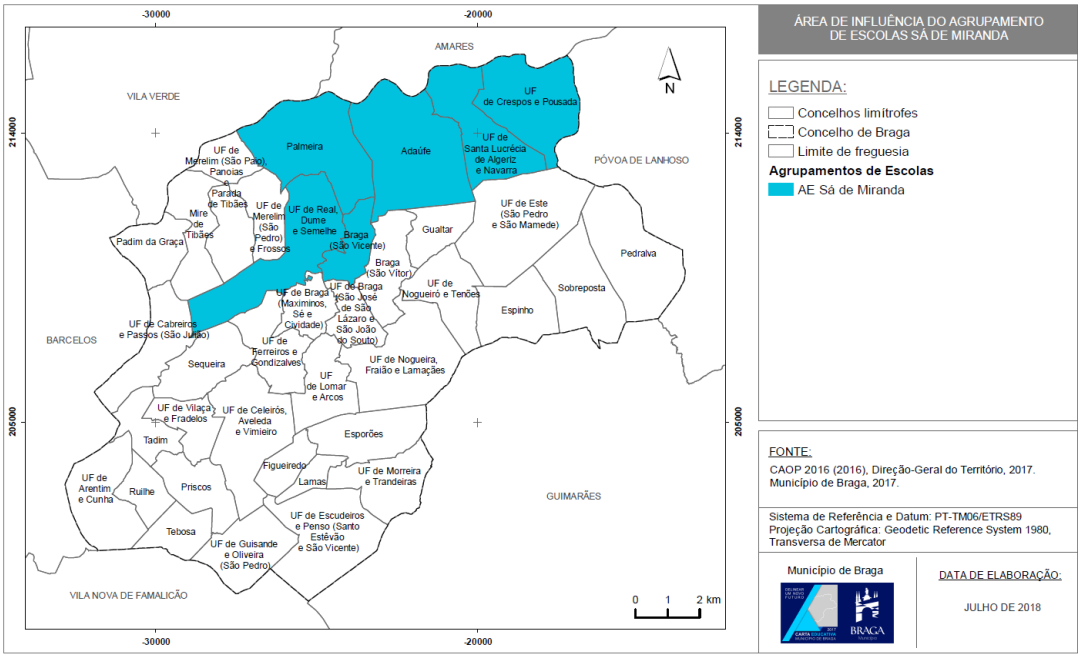
Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E – Secundário
M – Artístico
O – Profissional

A área de influência deste agrupamento encontra-se representada espacialmente no Mapa III.5.

Mapa III.12 | Área de influência do AE Sá de Miranda



ESCOLAS NÃO AGRUPADAS

Ainda ao nível da rede escolar pública, de referir a existência de um estabelecimento escolar não agrupado, designadamente o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian (Quadro III.14).

Quadro III.14 | Escolas não agrupadas no concelho de Braga (rede pública)

Escolas não agrupadas no concelho de Braga – rede pública		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	BCDEM	Braga (São Vítor)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Quanto à rede escolar privada, refira-se a existência de um total de 43 escolas não agrupadas no território concelhio, sendo estas de natureza privada. A oferta destas escolas contempla todos os níveis escolares, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, passando pelo ensino básico, artístico e profissional (Quadro III.15).

Quadro III.15 | Escolas não agrupadas no concelho de Braga (rede privada)

Escolas não agrupadas no concelho de Braga – rede privada		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Associação da Creche de Braga	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas - APECDA	AP	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Associação de S. José	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Associação Juvenil "A Bogalha"	A	Braga (São Vítor)
Cento Soc. da Paroquia de S. Pedro de Lomar	A	União das freguesias de Lomar e Arcos
Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Centro Infantil da Sagrada Família	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Centro Pró-Infância Espírito Santo	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
Centro Social e Cultural de Stª Adrião	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Centro Social Paroquial de Celeirós	A	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Colégio "D. Diogo de Sousa"	ABCDE	Braga (São Vicente)
Colégio João Paulo II	ABCDE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Colégio Leonardo da Vinci	AB	Braga (São Vicente)
Colégio Luso-Internacional de Braga	ABCDE	Gualtar
Colégio Teresiano	ABCD	Braga (São Vítor)
Creche, Jardim-de-Infância José de Oliveira Cunha Graça	A	Palmeira
Edifacoop - Coop.Ed.Indivíduo Formação e Apoio	AB	Sequeira
Escola Europeia de Ensino Profissional	O	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Profissional de Braga	O	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	O	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Esprominho - Escola Profissional do Minho (Sede)	O	Espinho
Externato "Carvalho Araújo"	DE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Infante D. Henrique"	CDE	Ruílhe
Externato "Nossa Senhora das Graças"	ABC	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Paulo VI"	ABCD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Externato Jardim Escola João de Deus	AB	Braga (São Vítor)
Fundação Stela Oswaldo Bonfim	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil do Centro Social da Paroquia de São Lázaro	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Jardim de Infância do Centro Social "Aldeia da Gente Pequena"	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Jardim de Infância do Centro Social da Paróquia de Gualtar	A	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Jardim de Infância do Centro Social da Paróquia de Nogueira	A	Gualtar

Escolas não agrupadas no concelho de Braga – rede privada		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Jardim de Infância do Centro Social Paroquia de Ferreiros	A	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Jardim Infantil Centro Solidariedade Social de Valdozende - Arca de Noé	A	Braga (São Vítor)
Jardim Infantil da Associação Maconde	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil da Casa do Povo de Tadim	A	Tadim
Jardim Infantil da Fundação Vieira Gomes	A	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Jardim Infantil da Obra Social do Sagrado Coração de Maria	A	Braga (São Vítor)
Jardim Infantil do Centro Social Paroquial David O. Martins	A	Ruílhe
Jardim Infantil do Patr. de S. Pedro de Maximinos	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil do Patronato de Nª Sra. da Luz	A	Braga (São Vicente)
Jardim Infantil do Patronato de Nª Sra. da Torre	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil Santa Ana da Irmandade Stª Cruz	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Lar D. Pedro V	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017); Município de Braga (2017).

Para além destas escolas, há ainda a registar a existência de outros três estabelecimentos escolares de natureza privada com ofertas especializadas, não coincidentes com os currículos regulares (Quadro III.16), dois dos quais providenciam respostas sociais para a população em idade escolar e pós-escolar (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Braga – APPACDM e Instituto de Reabilitação e Integração Social – IRIS) e um disponibiliza oferta em termos de ensino artístico (Companhia da Música).

Quadro III.16 | Escolas não agrupadas do concelho de Braga com outras ofertas formativas – rede privada

Escolas não agrupadas no concelho de Braga – rede privada		
Escola	**Ensinos**	**Freguesia**
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Braga - APPACDM	P	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Companhia da Música	M	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Instituto de Reabilitação e Integração Social - IRIS	P	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017); Município de Braga (2017).

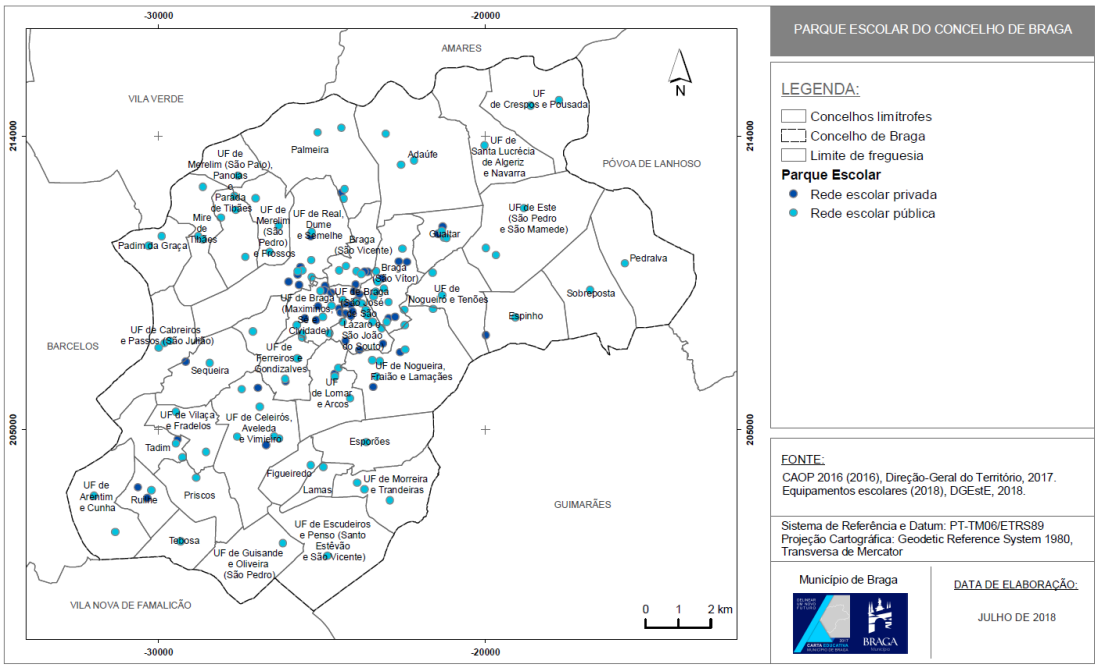
III.2. CARATERIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR

A caracterização do parque escolar do município de Braga tem por base a análise da oferta ao nível da educação, ensino e formação no território concelhio. Esta abordagem afigura-se essencial para a futura proposta de reordenamento da rede escolar, na medida em que permite a consciencialização da comunidade educativa sobre os equipamentos existentes e a possibilidade de assumirem novas configurações territoriais.

No concelho de Braga existem equipamentos escolares que lecionam os diferentes níveis de instrução, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, contemplando vertentes como o ensino artístico e o ensino profissional.

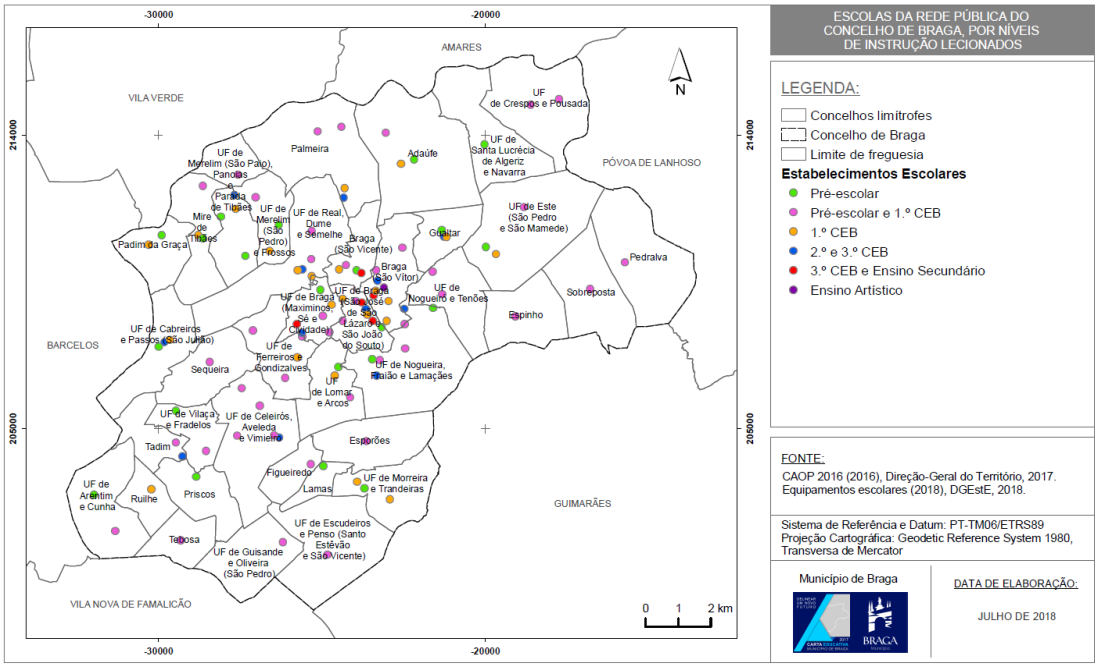
No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 151 estabelecimentos de educação e ensino no território concelhio, dos quais 105 são de natureza pública e 46 de natureza privada. A distribuição geográfica das escolas, quer da rede pública, quer da rede privada, é apresentada no Mapa III.13.

Mapa III.13 | Parque escolar público do concelho de Braga



No que se refere à rede escolar pública do território concelhio, no Mapa III.14 é apresentada a distribuição geográfica dos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, segundo os níveis de instrução lecionados.

Mapa III.14 | Escolas da rede pública do concelho de Braga, por níveis de instrução lecionados



III.2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar consiste na primeira fase da formação das crianças e, consequentemente, na primeira etapa da sua integração no sistema educativo. Deste modo, corresponde à fase inicial na educação básica, sendo complementar da ação educativa das famílias. É um nível de educação universal para todas as crianças, a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade, devendo o Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar que possibilite a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas, bem como assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuitidade da componente educativa (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 65/2015, de 03 de julho).

Segundo o artigo 5.º da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), é também da responsabilidade do Estado:

- Criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respetivos serviços em função das necessidades;
- Apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil, face a uma oferta insuficiente;
- Definir as normas gerais da educação pré-escolar (aspetos organizativo, pedagógico e técnico) e assegurar o seu efetivo cumprimento e aplicação;
- Prestar apoio especial às zonas carenciadas.

Do ponto de vista económico, de acordo com o artigo 6.º do mesmo documento legal, o Estado deverá ainda assegurar os meios necessários à participação das autarquias locais na concretização dos objetivos previstos.

No concelho de Braga existem um total de 101 estabelecimentos escolares com oferta ao nível da educação pré-escolar, quer em regime isolado, quer em associação com outros níveis de instrução. Destes estabelecimentos, 64 são de natureza pública e 37 são privados.

III.2.1.1. REDE PÚBLICA

No concelho de Braga, a educação pré-escolar é ministrada em 64 estabelecimentos escolares de natureza pública (Quadro III.17). Tal como é possível constatar pela análise do quadro, do total das 64 escolas com oferta neste nível de instrução, em 43 escolas a educação pré-escolar é lecionada em regime de associação com o 1.º ciclo do ensino básico e nas restantes 21 este nível é ministrado em regime isolado.

Quadro III.17 | Estabelecimentos escolares onde é ministrada a educação pré-escolar no concelho de Braga (rede pública)

Rede pública de educação pré-escolar			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE Alberto Sampaio	Escola Básica de Arcos	AB	União das freguesias de Lomar e Arcos
	Escola Básica de Esporões	AB	Esporões
	Escola Básica de Fraião	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Escola Básica n.º 1 de Nogueira	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Jardim de Infância de Carvalho	A	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
	Jardim de Infância de Lomar	A	União das freguesias de Lomar e Arcos
	Jardim de Infância de Monte	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
AE André Soares	Escola Básica da Ponte Pedrinha	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Básica de São Lázaro	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica do Fujacal	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
AE Carlos Amarante	Escola Básica de Espinho	AB	Espinho
	Escola Básica de Este - São Mamede	AB	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
	Escola Básica de Pedralva	AB	Pedralva
	Escola Básica de Sobreposta	AB	Sobreposta
	Jardim de Infância de Este - São Pedro	A	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
	Jardim de Infância de Gualtar	A	Gualtar

Rede pública de educação pré-escolar			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE D. Maria II	Escola Básica de Nogueiró	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	Escola Básica de Tenões	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	Escola Básica n.º 2 de Lamações	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
	Jardim de Infância de Bracara Augusta	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Jardim de Infância de Lamações	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
AE Braga Oeste	Escola Básica de Sequeira	AB	Sequeira
	Jardim de Infância de Cabreiros	A	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
AE de Celeirós	Escola Básica de Cruz	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Escudeiros	AB	União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)
	Escola Básica de Figueiredo	AB	Figueiredo
	Escola Básica de Garapoa	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Guisande	AB	União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)
	Jardim de Infância de Lamas	A	Lamas
AE de Maximinos	Escola Básica da Naia	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Estrada	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Gondizalves	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Maximinos	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
AE Mosteiro e Cávado	Escola Básica de Merelim São Paio	AB	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
	Escola Básica de Merelim São Pedro	AB	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
	Jardim de Infância de Ruães	A	Mire de Tibães
	Jardim de Infância de Mire de Tibães	A	Mire de Tibães
	Jardim de Infância de Padim da Graça	A	Padim da Graça
	Jardim de Infância de Panoias	A	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
AE de Real	Escola Básica de S. Frutuoso	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
	Jardim de Infância da Quinta das Hortas	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Jardim de Infância de Frossos	A	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
	Jardim de Infância de Parada de Tibães	A	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães

Rede pública de educação pré-escolar			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE de Trigal de Santa Maria	Escola Básica de Arentim	AB	União das freguesias de Arentim e Cunha
	Escola Básica de Aveleda	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Cunha	A	União das freguesias de Arentim e Cunha
	Escola Básica de Estação	AB	Tadim
	Escola Básica de Fradelos	AB	União das freguesias de Vilaça e Fradelos
	Escola Básica de Tebosa	AB	Tebosa
	Escola Básica de Vimieiro	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Jardim de Infância de Igreja	A	Priscos
	Jardim de Infância de Vilaça Entre Muros	A	União das freguesias de Vilaça e Fradelos
AE Dr. Francisco Sanches	Escola Básica das Enguardas	AB	Braga (São Vítor)
	Escola Básica de Quinta da Veiga	AB	Braga (São Vicente)
	Escola Básica do Bairro da Alegria	AB	Braga (São Vítor)
	Jardim de Infância da Quinta das Fontes	A	Braga (São Vicente)
AE Sá de Miranda	Escola Básica de Bracara Augusta	AB	Palmeira
	Escola Básica de Coucinheiro	AB	Palmeira
	Escola Básica de Crespos	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
	Escola Básica de Dume	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
	Escola Básica de Pousada	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
	Escola Básica de Presa	AB	Adaúfe
	Jardim de Infância de Adaúfe	A	Adaúfe
	Jardim de Infância de Pomares	A	União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar

B – 1.º ciclo do ensino básico

A análise do quadro anterior permite ainda percecionar que 36 das 37 freguesias que constituem o concelho apresentam pelo menos um estabelecimento escolar público com oferta ao nível da educação pré-escolar. A única exceção respeita à freguesia de Ruílhe.

III.2.1.2. REDE PRIVADA

Para além das escolas de natureza pública existentes no município, a educação pré-escolar é também assegurada por 37 estabelecimentos escolares privados (Quadro III.18).

Quadro III.18 | Estabelecimentos escolares onde é ministrada a educação pré-escolar no concelho de Braga (rede privada)

Rede privada de educação pré-escolar		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Associação da Creche de Braga	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas – APECDA	AP	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Associação de S. José	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Associação Juvenil "A Bogalha"	A	Braga (São Vítor)
Cento Soc. da Paroquia de S. Pedro de Lomar	A	União das freguesias de Lomar e Arcos
Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Centro Infantil da Sagrada Família	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Centro Pró-Infância Espírito Santo	A	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
Centro Social e Cultural de Stª Adrião	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Centro Social Paroquial de Celeirós	A	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
Colégio "D. Diogo de Sousa"	ABCDE	Braga (São Vicente)
Colégio João Paulo II	ABCDE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Colégio Leonardo da Vinci	AB	Braga (São Vicente)
Colégio Luso-Internacional de Braga	ABCDE	Gualtar
Colégio Teresiano	ABCD	Braga (São Vítor)
Creche, Jardim-de-Infância José de Oliveira Cunha Graça	A	Palmeira
Edifacoop - Coop.Ed.Indivíduo Formação e Apoio	AB	Sequeira
Externato "Nossa Senhora das Graças"	ABC	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Paulo VI"	ABCD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Externato Jardim Escola João de Deus	AB	Braga (São Vítor)
Fundação Stela Oswaldo Bonfim	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil do Centro Social da Paroquia de São Lázaro	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Jardim de Infância do Centro Social "Aldeia da Gente Pequena"	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Jardim de Infância do Centro Social da Paróquia de Gualtar	A	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Jardim de Infância do Centro Social da Paróquia de Nogueira	A	Gualtar

Rede privada de educação pré-escolar		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Jardim de Infância do Centro Social Paroquia de Ferreiros	A	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
Jardim Infantil Centro Solidariedade Social de Valdozende - Arca de Noé	A	Braga (São Vítor)
Jardim Infantil da Associação Maconde	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil da Casa do Povo de Tadim	A	Tadim
Jardim Infantil da Fundação Vieira Gomes	A	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Jardim Infantil da Obra Social do Sagrado Coração de Maria	A	Braga (São Vítor)
Jardim Infantil do Centro Social Paroquial David O. Martins	A	Ruílhe
Jardim Infantil do Patr. de S. Pedro de Maximinos	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil do Patronato de Nª Sra. da Luz	A	Braga (São Vicente)
Jardim Infantil do Patronato de Nª Sra. da Torre	A	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Jardim Infantil Santa Ana da Irmandade Stª Cruz	A	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Lar D. Pedro V (Av. Central)	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E - Secundário

As 37 escolas listadas encontram-se distribuídas por um total de 14 freguesias. Destas, 26 ministram unicamente a educação pré-escolar, quatro ministram a educação pré-escolar em associação com o 1.º ciclo do ensino básico, uma em associação com os 1.º e 2.º ciclos, duas em regime de associação com os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e três escolas ministram, para além da educação pré-escolar, os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Refira-se, ainda, a Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas – APECDA, cuja oferta do pré-escolar se destina a crianças portadoras de deficiência auditiva.

III.2.2. ENSINO BÁSICO

Conforme a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Ensino Básico é universal, obrigatório e gratuito, organizando-se em três ciclos sequenciais, nomeadamente o 1º ciclo (compreende quatro anos), o 2º ciclo (abrange dois anos) e o 3º ciclo (abarca três anos). A análise da atual rede escolar referente a cada um destes ciclos encontra-se explanada nos pontos seguintes.

III.2.2.1. 1.º CICLO

O 1.º ciclo do ensino básico é assegurado no concelho de Braga por um total de 75 estabelecimentos escolares, dos quais 65 são públicos e 10 são de natureza privada.

REDE PÚBLICA

Relativamente à oferta ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, são 65 as escolas públicas que garantem o acesso a este nível de instrução, as quais de encontram devidamente identificadas no Quadro III.19.

Quadro III.19 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Braga (rede pública)

Rede pública do 1.º ciclo do ensino básico			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE Alberto Sampaio	Escola Básica de Arcos	AB	União das freguesias de Lomar e Arcos
	Escola Básica de Esporões	AB	Esporões
	Escola Básica de Fraião	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Escola Básica de Lomar	B	União das freguesias de Lomar e Arcos
	Escola Básica de Morreira	B	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
	Escola Básica de Trandeiras	B	União das freguesias de Morreira e Trandeiras
	Escola Básica n.º 1 de Nogueira	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
AE André Soares	Escola Básica da Ponte Pedrinha	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Básica de São Lázaro	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica do Carandá	B	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica do Fujacal	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
AE Carlos Amarante	Escola Básica de Espinho	AB	Espinho
	Escola Básica de Este São Mamede	AB	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
	Escola Básica de Este São Pedro	B	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)
	Escola Básica de Pedralva	AB	Pedralva
	Escola Básica de Sobreposta	AB	Sobreposta
	Escola Básica n.º 1 de Gualtar	B	Gualtar
AE D. Maria II	Escola Básica de Nogueiró	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	Escola Básica de Santa Tecla	B	São Victor
	Escola Básica de São João do Souto	B	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica de Tenões	AB	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	Escola Básica do Bairro Económico	B	São Victor
	Escola Básica n.º 2 de Lamaçães	AB	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães

Rede pública do 1.º ciclo do ensino básico			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE Braga Oeste	Escola Básica de Cabreiros	B	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
	Escola Básica de Sequeira	AB	Sequeira
AE de Celeirós	Escola Básica de Cruz	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Escudeiros	AB	União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)
	Escola Básica de Figueiredo	AB	Figueiredo
	Escola Básica de Garapôa	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Guisande	AB	União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)
AE de Maximinos	Escola Básica da Gandra	B	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica da Naia	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Estrada	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Gondizalves	AB	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Escola Básica de Maximinos	AB	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
AE Mosteiro e Cávado	Escola Básica de Carrascal	B	Mire de Tibães
	Escola Básica de Merelim São Paio	AB	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
	Escola Básica de Merelim São Pedro	AB	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
	Escola Básica de Panoias	B	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
	Escola Básica Padim da Graça	B	Padim da Graça
AE de Real	Escola Básica da Sé	B	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Básica das Parretas	B	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Básica de Frossos	B	União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos
	Escola Básica de S. Frutuoso	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
	Escola Básica n.º 1 de Real	B	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
AE de Trigal de Santa Maria	Escola Básica de Arentim	AB	União das freguesias de Arentim e Cunha
	Escola Básica de Aveleda	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	Escola Básica de Estação	AB	Tadim
	Escola Básica de Fradelos	AB	União das freguesias de Vilaça e Fradelos
	Escola Básica de Ruílhe	B	Ruílhe
	Escola Básica de Tebosa	AB	Tebosa
	Escola Básica de Vimieiro	AB	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
AE Dr. Francisco Sanches	Escola Básica das Enguardas	AB	São Victor
	Escola Básica de Quinta da Veiga	AB	São Vicente
	Escola Básica de São Vitor	B	São Victor

Rede pública do 1.º ciclo do ensino básico			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
	Escola Básica do Bairro da Alegria	AB	São Victor
	Escola Básica do Bairro da Misericórdia	B	São Vicente
AE Sá de Miranda	Escola Básica de Bracara Augusta	AB	Palmeira
	Escola Básica de Coucinheiro	AB	Palmeira
	Escola Básica de Crespos	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
	Escola Básica de Dume	AB	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
	Escola Básica de Eira Velha	B	Adaúfe
	Escola Básica de Ortigueira	B	Palmeira
	Escola Básica de Pousada	AB	União das freguesias de Crespos e Pousada
	Escola Básica de Presa	AB	Adaúfe

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar

B – 1.º ciclo do ensino básico

Tal como é possível observar, as escolas públicas que ministram o 1.º ciclo do ensino básico no território concelhio encontram-se distribuídas por um total de 35 freguesias.

Analisando os tipos de ensino ministrados pelas 65 escolas, é possível contabilizar 42 estabelecimentos onde o 1.º ciclo do ensino básico é ministrado em regime de associação com a educação pré-escolar e 23 onde este nível é lecionado isoladamente.

REDE PRIVADA

Quanto à rede privada do 1.º ciclo, são 11 as escolas com oferta ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, as quais se encontram distribuídas por seis freguesias do concelho de Braga (Quadro II.17)

Quadro III.20 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Braga (rede privada)

Rede privada do 1.º ciclo do ensino básico		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Colégio "D. Diogo de Sousa"	ABCDE	Braga (São Vicente)
Colégio João Paulo II	ABCDE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Colégio Leonardo da Vinci	AB	Braga (São Vicente)
Colégio Luso-Internacional de Braga	ABCDE	Gualtar
Colégio Teresiano	ABCD	Braga (São Victor)

Rede privada do 1.º ciclo do ensino básico		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Edifacoop - Coop. Ed. Indivíduo Formação e Apoio	AB	Sequeira
Externato "Nossa Senhora das Graças"	ABC	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Paulo VI"	ABCD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Externato Jardim Escola João de Deus	AB	Braga (São Victor)
Lar D. Pedro V	AB	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E - Secundário

Analisando os graus de ensino ministrados pelas escolas anteriormente elencadas observa-se que em nenhuma destas escolas é lecionado apenas o 1.º ciclo. Com efeito, a oferta deste nível de ensino é complementada pela de outros níveis de instrução, como sejam a educação pré-escolar, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e/ou o ensino secundário.

III.2.2.2. 2.º E 3.º CICLOS

No concelho de Braga, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são ministrados num total de 25 estabelecimentos de ensino (17 públicos e oito privados).

REDE PÚBLICA

No que concerne à rede pública, o 2.º ciclo do ensino básico é ministrado em 12 escolas, enquanto o 3.º ciclo é assegurado por 17 escolas. Estas escolas encontram-se distribuídas por um total de 12 freguesias (Quadro II.18).

Quadro III.21 | Estabelecimentos escolares onde são ministrados o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Braga (rede pública)

Rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
AE Alberto Sampaio	Escola Secundária Alberto Sampaio	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica de Nogueira	CD	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
AE André Soares	Escola Básica André Soares	CD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
AE Carlos Amarante	Escola Secundária Carlos Amarante	DE	Braga (São Vítor)

Rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico			
Agrupamento	**Escola**	**Ensino**	**Freguesia**
	Escola Básica de Gualtar	CD	Gualtar
AE D. Maria II	Escola Secundária D. Maria II	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Básica de Lamaçães	CD	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
AE Braga Oeste	Escola Básica de Braga Oeste	CD	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
AE de Celeirós	Escola Básica de Celeirós	CD	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
AE de Maximinos	Escola Secundária de Maximinos	DE	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Básica Frei Caetano Brandão	CD	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
AE Mosteiro e Cávado	Escola Básica de Mosteiro e Cávado	CD	União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães
AE de Real	Escola Básica de Real	CD	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
AE de Trigal de Santa Maria	Escola Básica de Trigal de Santa Maria	CD	Tadim
AE Dr. Francisco Sanches	Escola Básica Dr. Francisco Sanches	CD	Braga (São Vítor)
AE Sá de Miranda	Escola Secundária Sá de Miranda	DE	Braga (São Vicente)
	Escola Básica de Palmeira	CD	Palmeira

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E - Secundário

Do total das escolas listadas, 12 asseguram a frequência de ambos os ciclos e as cinco restantes ministram o 3.º ciclo do ensino básico, em articulação com o ensino secundário.

REDE PRIVADA

Relativamente à rede privada, de referir a oferta dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em oito escolas, das quais sete disponibilizam frequência no 2.º ciclo e sete no 3.º ciclo (Quadro III.22).

Quadro III.22 | Estabelecimentos escolares onde são ministrados o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Braga (rede privada)

Rede privada dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Colégio "D. Diogo de Sousa"	ABCDE	Braga (São Vicente)

Rede privada dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Colégio João Paulo II	ABCDE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Colégio Luso-Internacional de Braga	ABCDE	Gualtar
Colégio Teresiano	ABCD	Braga (São Vítor)
Externato "Carvalho Araújo"	DE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Infante D. Henrique"	CDE	Ruílhe
Externato "Nossa Senhora das Graças"	ABC	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Paulo VI"	ABCD	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E - Secundário

Estes estabelecimentos escolares distribuem-se geograficamente por seis freguesias e apresentam ofertas diversificadas, abarcando distintos níveis de instrução. Neste contexto, refira-se que em três escolas a oferta contempla desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

III.2.3. ENSINO SECUNDÁRIO

Em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, a oferta formativa do ensino secundário integra cursos científico-humanísticos (ensino regular), cursos com planos próprios, cursos artísticos especializados, cursos profissionais, ensino secundário na modalidade de ensino recorrente e cursos de ensino vocacional.

No concelho de Braga o ensino secundário regular é ministrado em 10 escolas (cinco públicas e cinco privadas).

III.2.3.1. REDE PÚBLICA

Os cinco estabelecimentos escolares públicos que integram a oferta ao nível do ensino secundário localizam-se em quatro freguesias, designadamente em Braga (São Vítor), São Vicente, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), sendo que esta última concentra duas escolas com este tipo de oferta.

Quadro III.23 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino secundário no concelho de Braga (rede pública)

Rede pública do ensino secundário			
Agrupamento	**Escola**	**Ensinos**	**Freguesia**
AE Alberto Sampaio	Escola Secundária Alberto Sampaio	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
AE Carlos Amarante	Escola Secundária Carlos Amarante	DE	Braga (São Vítor)
AE D. Maria II	Escola Secundária D. Maria II	DE	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
AE de Maximinos	Escola Secundária de Maximinos	DE	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
AE Sá de Miranda	Escola Secundária Sá de Miranda	DE	Braga (São Vicente)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

D – 3.º ciclo do ensino básico

E - Secundário

Estas cinco escolas não ministram exclusivamente o ensino secundário, disponibilizando também frequência ao nível do 3.º ciclo do ensino básico.

III.2.3.2. REDE PRIVADA

Quanto às cinco escolas privadas com oferta ao nível do ensino secundário, estas localizam-se também em quatro freguesias, a saber: São Vicente, Gualtar, Ruílhe e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe. Nesta última freguesia encontram-se situadas duas das escolas apresentadas no Quadro III.24.

Quadro III.24 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino secundário no concelho de Braga (rede privada)

Rede privada do ensino secundário		
Escola	**Ensino**	**Freguesia**
Colégio "D. Diogo de Sousa"	ABCDE	Braga (São Vicente)
Colégio João Paulo II	ABCDE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Colégio Luso-Internacional de Braga	ABCDE	Gualtar
Externato "Carvalho Araújo"	DE	União das freguesias de Real, Dume e Semelhe
Externato "Infante D. Henrique"	CDE	Ruílhe

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

LEGENDA:

A – Pré-escolar
B – 1.º ciclo do ensino básico
C – 2.º ciclo do ensino básico
D – 3.º ciclo do ensino básico
E - Secundário

Relativamente aos graus de ensino ministrados pelos estabelecimentos em causa, para além do ensino secundário, três das escolas asseguram a frequência na educação pré-escolar e no ensino básico, uma escola leciona os 2.º e 3.º ciclos e uma escola ministra o 3.º ciclo do ensino básico.

III.2.4. ENSINO PROFISSIONAL

O ensino profissional constitui uma alternativa ao prosseguimento dos alunos que concluem o 3.º ciclo do ensino básico e são vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. A via profissionalizante permite, deste modo, preparar a inserção dos cidadãos na vida ativa de forma dinâmica, por intermédio do desenvolvimento de competências e conhecimentos que lhes permitam responder eficazmente aos desafios inerentes ao mercado de trabalho.

Enquadrados ao nível do ensino secundário, os cursos profissionais visam, sobretudo, o desenvolvimento da formação profissional qualificante dos jovens. Destinando grande parte da sua carga horária à formação técnica, estes cursos permitem aos jovens adquirirem competências específicas para o exercício de uma profissão.

No concelho de Braga existem dez escolas que asseguram a via profissionalizante, as quais se encontram devidamente identificadas no Quadro III.49, relativamente aos estabelecimentos de ensino públicos, e no Quadro III.26, no que respeita às escolas de natureza privada.

III.2.5. ENSINO PROFISSIONAL

O ensino profissional constitui uma alternativa ao prosseguimento dos alunos que concluem o 3.º ciclo do ensino básico e são vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. A via profissionalizante permite, deste modo, preparar a inserção dos cidadãos na vida ativa de forma dinâmica, por intermédio do desenvolvimento de competências e conhecimentos que lhes permitam responder eficazmente aos desafios inerentes ao mercado de trabalho.

Enquadrados ao nível do ensino secundário, os cursos profissionais visam, sobretudo, o desenvolvimento da formação profissional qualificante dos jovens. Destinando grande parte da sua carga horária à formação técnica, estes cursos permitem aos jovens adquirirem competências específicas para o exercício de uma profissão.

No concelho de Braga existem dez escolas que asseguram a via profissionalizante, as quais se encontram devidamente identificadas no Quadro III.49, relativamente aos estabelecimentos de ensino públicos, e no Quadro III.26, no que respeita às escolas de natureza privada.

Quadro III.25 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino profissional no concelho de Braga (rede pública)

Rede pública do ensino profissional	
Escola	**Freguesia**
Escola Secundária Alberto Sampaio	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Secundária Carlos Amarante	Braga (São Vítor)
Escola Secundária D. Maria II	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Secundária de Maximinos	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Secundária Sá de Miranda	Braga (São Vicente)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

As escolas públicas onde são ministrados cursos profissionais localizam-se em quatro freguesias. Assim, a Escola Secundária Alberto Sampaio e a Escola Secundária D. Maria II situam-se na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), a Escola Secundária Carlos Amarante em Braga (São Vítor), a Escola Secundária de Maximinos na União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e a Escola Secundária Sá de Miranda localiza-se em Braga (São Vicente).

Quanto às escolas de natureza privada, de referir que a Escola Europeia de Ensino Profissional situa-se na União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), a Esprominho - Escola Profissional do Minho localiza-se na freguesia de Espinho, o Externato "Infante D. Henrique" situa-se em Ruílhe e na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) localizam-se a Escola Profissional de Braga e a Escola Profissional Profitecla.

Quadro III.26 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado o ensino profissional no concelho de Braga (rede privada)

Rede privada do ensino profissional	
Escola	**Freguesia**
Escola Europeia de Ensino Profissional	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
Escola Profissional de Braga	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Esprominho - Escola Profissional do Minho (Sede)	Espinho
Externato "Infante D. Henrique"	Ruílhe

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Ainda no que se refere a estas escolas, importa destacar que quatro ministrando exclusivamente cursos profissionais (Escola Europeia de Ensino Profissional, Escola Profissional de Braga, Escola Profissional Profitecla e Esprominho - Escola Profissional do Minho). O Externato "Infante D. Henrique", por sua vez, para além do ensino regular dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incide também a oferta formativa sobre cursos profissionais do ensino secundário.

No Quadro III.27 é apresentada a rede de oferta formativa do concelho de Braga para o ciclo de formação 2016-2019, tendo por base a informação disponibilizada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Quadro III.27 | Rede de oferta de cursos profissionais no concelho de Braga para o ciclo de formação 2016-2019

Rede de oferta de cursos profissionais – ciclo de formação 2016-2019		
Escola	**Curso**	**N.º turmas 1.º ano (2016-2017)**
Externato "Infante D. Henrique"	Técnico/a de Multimédia	1
	Técnico/a de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar	1
Escola Europeia de Ensino Profissional	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	1
	Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Dentária	1
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	1
Escola Profissional de Braga	Técnico/a de Design Gráfico	1
	Técnico/a Comercial	1
	Técnico/a de Secretariado	1
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1
	Técnico de Frio e Climatização	1
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	1
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	1
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	1
Esprominho - Escola Profissional do Minho	Técnico/a Comercial	1
	Técnico/a de Organização de Eventos	1

Rede de oferta de cursos profissionais – ciclo de formação 2016-2019		
Escola	**Curso**	**N.º turmas 1.º ano (2016-2017)**
	Técnico de Informática de Gestão	1
	Técnico/a de Design de Moda	1
	Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar	1
Escola Profissional Profitecla	Técnico/a de Restaurante/Bar	1
	Técnico de Turismo	1
Escola Secundária Alberto Sampaio	Artes do Espetáculo	1
	Técnico/a de Secretariado	1
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	1
	Técnico de Turismo	1
Escola Secundária Carlos Amarante	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	1
	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva	1
Escola Secundária D. Maria II	Técnico/a de Design Gráfico	1
	Técnico de Serviços Jurídicos	1
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	1
Escola Secundária Maximinos	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1
Escola Secundária Sá de Miranda	Técnico/a de Multimédia	1
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1
	Técnico de Apoio à Infância	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

III.2.6. ENSINO RECORRENTE

O ensino recorrente consiste numa segunda oportunidade de educação para os que dela não usufruíram em idade própria ou que não a completaram e para aqueles que a procuram por razões de promoção cultural e profissional. Por conseguinte, direciona-se para alunos que já não se encontrem em idade escolar regular para frequência de um determinado ciclo de estudos (ensino básico ou secundário), especialmente para os indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, numa perspetiva de eliminação do analfabetismo.

Esta modalidade de ensino concede uma certificação equivalente, para todos os efeitos legais, à que é obtida nos percursos do ensino regular, que funcionam em regime diurno, mas organiza-se de forma autónoma no que respeita às condições de acesso, currículos, programas e avaliação dos alunos. Com efeito, os planos e métodos de estudos são organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos

etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

Esta modalidade de ensino abrange, ao nível do ensino básico, os três ciclos de ensino (1.º, 2.º e 3.º), permitindo a conclusão do ciclo de estudos a quem abandonou precocemente o sistema educativo. No que subjaz ao ensino secundário, o ensino recorrente proporciona uma segunda oportunidade de formação, possibilitando a conciliação da frequência de estudos com uma atividade profissional, compreendendo cursos científicos-humanísticos, cursos tecnológicos e cursos artísticos especializados.

Segundo a informação disponibilizada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a oferta de cursos do ensino recorrente no concelho de Braga para o ano letivo 2016-2017 ocorre ao nível do ensino secundário, contemplando os cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades (Quadro III.28).

Quadro III.28 | Rede de oferta de cursos do ensino secundário recorrente no concelho de Braga (2016-2017)

Rede de oferta do ensino secundário recorrente – 2016-2017		
Entidade formadora	**Curso**	**N.º turmas**
AE Carlos Amarante	Curso Científico-Humanístico (Ciências e Tecnologias)	3
	Curso Científico-Humanístico (Línguas e Humanidades)	3
ES Alberto Sampaio	Curso Científico-Humanístico (Línguas e Humanidades)	4

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

III.2.7. ENSINO ARTÍSTICO

Os cursos artísticos especializados, ao nível dos ensinos básico e secundário, encontram-se vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos. Destina-se, deste modo, a alunos que pretendem uma formação de excelência com o objetivo de exercer uma profissão numa área artística ou aceder ao ensino superior artístico.

Os Cursos do Ensino Artístico Especializado subdividem-se em três domínios:

- **Artes visuais e Audiovisuais** (nível secundário);
- **Dança** (nível básico – 1.º; 2.º e 3.º ciclos – e secundário)
- **Música** (nível básico – 1.º, 2.º e 3.º ciclos – e secundário).

Quanto aos regimes de frequência, no ensino artístico especializado existem quatro regimes distintos:

- **Regime integrado -** são ministradas na mesma escola especializada as disciplinas do currículo regular e as componentes específicas da educação artística. Neste regime, os alunos do 5.º e do 6.º anos são dispensados de duas disciplinas do percurso regular (educação musical e educação tecnológica);

- **Regime articulado -** a escola especializada do ensino artístico oferece apenas as disciplinas das componentes específicas da educação artística, enquanto as disciplinas do currículo geral são da responsabilidade das escolas dos ensinos básico ou secundário. Também neste regime, os alunos do 5.º e do 6.º anos são dispensados de duas disciplinas do percurso regular (educação musical e educação tecnológica);
- **Regime de iniciação -** aplica-se aos alunos do 1.º ciclo de ensino (um tempo de instrumento e dois tempos de formação musical);
- **Regime supletivo -** os alunos frequentam as disciplinas de ensino artístico especializado da música numa escola de ensino artístico especializado da música, independentemente das habilitações que possuem. Neste caso, além do currículo normal, os alunos vão fazer o curso de música de forma complementar.

No concelho de Braga o ensino artístico especializado é assegurado em dois estabelecimentos de ensino, um de natureza pública (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian) e um privado (Conservatório Bomfim), localizados nas freguesias de Braga (São Vítor) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), respetivamente (Quadro III.29).

Quadro III.29 | Estabelecimentos escolares onde é ministrado a vertente do ensino artístico especializado no concelho de Braga

Escola	Freguesia
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	Braga (São Vítor)
Conservatório Bomfim	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

O **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian** é uma escola artística, cujo projeto educativo preconiza, em regime integrado, a componente vocacional artística no ensino básico e no ensino secundário, podendo os alunos, no mesmo local, completar a sua formação geral com o ensino especializado da música. O ensino integrado funciona do 1º ao 12º ano, com planos curriculares próprios, estando condicionado à realização de testes de ingresso.

No ensino básico paralelamente às disciplinas de formação geral, que todas as escolas do ensino regular oferecem, existe a componente da área vocacional, com disciplinas diversificadas, tais como: instrumento, coro, classes de conjunto, formação musical e introdução às técnicas de composição. No ensino secundário há a possibilidade de escolha entre quatro cursos, sendo todos eles específicos da área da música: canto, composição, formação musical e instrumento.

No conservatório existe ainda a possibilidade de se fazer, em regime supletivo, um dos cursos de música do ensino secundário, podendo o aluno frequentar paralelamente outra escola e o conservatório. Estes cursos encontram-se também sujeitos a provas de ingresso, devendo o aluno, para efeitos de candidatura, possuir o curso básico de música.

O Conservatório de Música Calouste Gulbenkian oferece ainda o curso livre de dança, que poderá ser certificado, com exames, pela Royal Academy of Dance.

O **Conservatório Bomfim** (anteriormente, Companhia da Música) foi criado em 1993, tendo vindo a constituir-se também como instituição de referência na promoção de serviço cultural na área artística. Tutelado pela Fundação Bomfim, este conservatório desenvolve um projeto educativo que visa promover o acesso à cultura, à comunicação e expressão musical, proporcionando formação especializada a nível vocacional e profissional. Em 2002 passou a ser um Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo especializado em Música, em regime de paralelismo pedagógico reconhecido pelo Ministério da Educação, sendo consagrada a sua autonomia pedagógica em 2013, aquando da publicação no Diário da República do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

No Conservatório Bomfim é possível a frequência do ensino artístico especializado nos regimes de iniciação, articulado e supletivo. Esta escola garante a oferta das disciplinas das componentes específicas da educação artística, não disponibilizando o ensino das disciplinas do currículo regular.

III.2.8. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A educação e a formação profissional assumem atualmente um papel de grande relevância na preparação das pessoas para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, pelo que a análise deste tipo de oferta formativa afigura-se relevante no contexto da 1ª revisão da Carta Educativa do Município de Braga.

Neste contexto, importa considerar a oferta referente aos Cursos de Educação e Formação (CEF), aos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), aos cursos vocacionais, ao Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e aos Percursos Curriculares Alternativos (PCA), por parte dos estabelecimentos de educação e ensino do município, para além de outras ofertas promovidas por entidades formadoras existentes no território.

Os **Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)** são cursos de dupla certificação e constituem uma oportunidade para frequência ou conclusão da escolaridade obrigatória e, simultaneamente, para preparação da entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. São ministrados ao nível do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, destinando-se a jovens, candidatos ao primeiro emprego, ou a novo emprego, com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, em risco de abandono escolar, ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o 6.º ano de escolaridade, ou inferior e o ensino secundário.

Estes cursos pretendem incentivar o prosseguimento de estudos/formação e permitem a aquisição de competências profissionais, através de soluções flexíveis, de acordo com os interesses dos alunos e as necessidades do mercado de trabalho local. Os CEF são percursos formativos organizados numa sequência de etapas de formação (desde o tipo 1 ao tipo 7) e integram quatro componentes de formação, designadamente a sociocultural, a científica, a tecnológica e a prática (Quadro III.30).

Quadro III.30 | Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) – habilitações de acesso, tipos e níveis certificação profissional

Habilitações de acesso	Percursos de formação	Certificação profissional (nível QNQ)
Inferiores ao 6º ano de escolaridade, com duas ou mais retenções	Tipo 1	Nível 1
Com o 6º ano de escolaridade, 7º ou frequência do 8º ano Com capitalizações de 1/3 da totalidade das unidades que constituem o plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico recorrente	Tipo 2	Nível 2
Com o 8º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9º ano de escolaridade Com capitalizações de 2/3 da totalidade das unidades que constituem o plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico recorrente	Tipo 3	Nível 2
Titulares do 9º ano de escolaridade, ou com frequência do nível secundário com uma ou mais retenções, sem o concluir	Tipo 4	Nível 2
Titulares de um curso de tipo 2 ou 3 ou de um curso de qualificação inicial de nível 2 e o 9º ano de escolaridade, que pretendam prosseguir a sua formação	Formação Complementar	-
Com o 10º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente, ou frequência do 11º ano, sem aproveitamento, ou titular de percurso tipo 4, ou 10º ano profissionalizante, ou curso de qualificação inicial de nível 2 com curso de formação complementar	Tipo 5	Nível 4
Com o 11º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente ou frequência do 12º ano sem aproveitamento	Tipo 6	Nível 4
Titular do 12º ano de um curso científico-humanístico ou equivalente do nível secundário de educação que pertença à mesma ou a área de formação afim	Tipo 7	Nível 4

Fonte: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (2017)

No Quadro III.27 é apresentada a rede de oferta formativa do concelho de Braga para o ciclo de formação 2016-2019, em termos de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) como início em 2016-2017, tendo por base a informação disponibilizada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Quadro III.31 | Rede de oferta de cursos CEF no concelho de Braga, com início em 2016-2017

Rede de oferta de cursos CEF – 2016-2017			
Entidade formadora	**Curso**	**Tipologia**	**N.º turmas**
Escola Básica de Nogueira	Empregado/a de Restaurante/Bar	Tipo 2	1
Escola Básica de Palmeira	Acompanhante de Crianças	Tipo 2	0,5
	Operador/a de Informática	Tipo 2	0,5
Esprominho – Escola Profissional do Minho	Operador/a de Distribuição	Tipo 2	1
	Cabeleireiro/a Unissexo	Tipo 2	1
	Operador/a de Informática	Tipo 3	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Os **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)** pretendem elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta e, por esta via, melhorar as suas condições de empregabilidade. Centram-se, portanto, na progressão escolar de adultos, objetivando a elevação das suas qualificações.

Os cursos EFA desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação (escolar e profissional) ou, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, só de habilitação escolar. Para os adultos que já possuem habilitação escolar é ainda possível obter a qualificação profissional e assim adquirir uma dupla certificação. Estes cursos constituem uma plataforma central de intervenção nas áreas sociais mais fragilizadas e um patamar fundamental no reforço da empregabilidade das populações mais desfavorecidas face ao emprego e à qualificação.

De acordo com a informação disponibilizada pela DGEstE, a rede de oferta de Cursos de Educação de Formação de Adultos (EFA) para o ano letivo 2016-2017 é a apresentada nos quadros que seguem, nomeadamente no que se refere aos cursos EFA de Dupla Certificação (Quadro III.32), cursos EFA Escolar (Quadro III.33), Formação Modular (Quadro III.34) e Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas (Quadro III.35).

Quadro III.32 | Rede de oferta de cursos EFA de Dupla Certificação no concelho de Braga (2016-2017)

Rede de oferta de cursos EFA de Dupla Certificação – 2016-2017			
Entidade formadora	**Tipologia**	**N.º turmas**	**Saída profissional**
AE Alberto Sampaio	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes
	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a Administrativo
	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a de Informação e Animação Turística
AE Carlos Amarante	Nível básico (B3)	1	Operador/a de Informática
	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC
	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a de Eletrotecnia
AE Sá de Miranda	Nível secundário (Tipo A)	1	Técnico/a de Geriatria

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Quadro III.33 | Rede de oferta de cursos EFA Escolar no concelho de Braga (2016-2017)

Rede de oferta de cursos EFA Escolar – 2016-2017		
Entidade formadora	**Tipologia**	**N.º turmas**
AE Alberto Sampaio	Nível básico (B2+B3)	1
	Nível secundário (Tipo A)	1
AE Carlos Amarante	Nível básico (B1)	1
	Nível secundário (Tipo A)	2
AE de Maximinos	Nível básico (B3)	1
	Nível secundário (Tipo A)	2
AE Sá de Miranda	Nível básico (B3)	1
	Nível secundário (Tipo A)	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Quadro III.34 | Rede de oferta de cursos EFA em modelo de Formação Modular no concelho de Braga (2016-2017)

Rede de oferta de Formação Modular – 2016-2017			
Entidade formadora	**Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD)**	**Carga horária**	**N.º de anos**
AE Alberto Sampaio	Língua Estrangeira 1 Continuação	50	2
	Língua Estrangeira 2 Continuação	50	1
	Língua Estrangeira 4 Continuação	50	1
	Língua Estrangeira 1 Iniciação	50	1
	Língua Estrangeira 1 Iniciação	50	1
	Língua Estrangeira 2 Iniciação	50	1
	Língua Estrangeira 4 Iniciação	50	1
	STC 7 Fundamentos	50	2
AE Carlos Amarante	Redes - instalação e configuração	50	1
	Processador de Texto	50	1
	Folhas de Cálculo	50	1
	Utilitário de apresentação gráfica	25	1
	Língua Inglesa - Atendimento	50	1
	Língua Inglesa - gestão de stocks	50	1
	Língua Inglesa - Vendas	50	1
AE Sá de Miranda	Primeiros Socorros	25	1
	Processador de Texto	50	1
	Segurança no Trabalho	50	1
	Avaliação e controlo de riscos - cortesia, etiqueta e protocolo no atendimento	25	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Quadro III.35 | Rede de oferta de cursos EFA em modelo de Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas no concelho de Braga (2016-2017)

Rede de oferta Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas – 2016-2017		
Entidade formadora	**Níveis**	**N.º turmas**
AE Alberto Sampaio	A1+A2	4
	B1+B2	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Também ao nível da oferta de educação e formação, importa fazer referência aos **cursos vocacionais**, que procuram constituir um oferta de educação e formação alternativa, prática e exigente, que simultaneamente assegure a inclusão de todos os alunos no percurso escolar e garanta uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que permitam dotar os alunos de ferramentas para enfrentar o futuro e, posteriormente, para uma bem-sucedida integração no mercado de trabalho.

Os cursos vocacionais podem desenvolver-se aos níveis do ensino básico ou secundário. No primeiro caso destinam-se a alunos com mais de 13 anos de idade e que têm duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos distintos. No segundo caso destinam-se a alunos que completaram 16 anos de idade e concluíram o 3.º ciclo ou equivalente, assim como aos alunos que, tendo frequentado o ensino secundário, pretendam reorientar o seu percurso escolar para 1 oferta educativa mais técnica.

No concelho de Braga, de acordo com os dados disponibilizados pela DGEstE, há a registar a oferta de dois cursos vocacionais de nível secundário para o ciclo de formação 2016-2018, promovidos pelos Agrupamentos de Escolas de Maximinos e Sá de Miranda, nas respetivas escolas sede (Quadro III.36). Note-se que estes cursos destinam-se exclusivamente a alunos que não reúnam condições para ingressar noutras opções formativas.

Quadro III.36 | Rede de oferta de cursos vocacionais no concelho de Braga (ciclo de formação 2016-2018)

Rede de oferta de cursos vocacionais – 2016-2018		
Entidade formadora	**Curso**	**N.º turmas**
AE de Maximinos	Técnico/a de Informática de Gestão	1
AE Sá de Miranda	Animador/a Sociocultural	1

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

O **Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)**, por sua vez, é uma medida socioeducativa e formativa de inclusão, de caráter temporário e excecional, a aplicar a jovens dos 15 aos 18 anos que se encontram em risco e/ou perigo de exclusão escolar e social depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar. Este tipo de resposta visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a promoção social conferindo uma habilitação escolar de 2.º e/ ou 3.º ciclo.

No concelho de Braga, no ano letivo 2017-2018 há a registar a oferta de quatro turmas de PIEF, duas das quais asseguradas pelo AE Dr. Francisco Sanches, uma pelo Alberto Sampaio e uma pelo AE D. Maria II (Quadro III.37).

Quadro III.37 | Rede de oferta de PIEF no concelho de Braga (2017-2018)

Programa Integrado de Educação e Formação – oferta formativa 2017-2018		
Escola	**Turmas**	**Ciclo**
AE Alberto Sampaio	1	Tipo 2
AE D. Maria II	1	Mista 2º e 3º CEB
AE Dr. Francisco Sanches	1	Mista 2º e 3º CEB
AE Dr. Francisco Sanches	1	Tipo 2

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Por fim, os **Percursos Curriculares Alternativos (PCA)** destinam-se os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar, risco de exclusão social e/ou abandono escolar. Esta medida de promoção do sucesso educativo pretende que os alunos aprendam através de

um leque alargado de metodologias de trabalho de cariz prático capazes de os motivar para a vida escolar e de os ajudar a desenvolver os seus interesses e capacidades.

No ano letivo 2017-2018, no concelho de Braga, a oferta educativa ao nível dos PCA é assegurada no AE Dr. Francisco Sanches, ao nível do 9.º ano de escolaridade (Quadro III.38).

Quadro III.38 | Rede de oferta de PCA no concelho de Braga (2017-2018)

Percursos Curriculares Alternativos – oferta formativa 2017-2018		
Unidade Orgância	**Turmas**	**Ano**
AE Dr. Francisco Sanches	1	9.º

Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE (2017)

Para além da oferta apresentada, de acordo com a base de dados do Catálogo Nacional de Qualificações[16], no concelho de Braga encontram-se registadas 96 entidades formadores, as quais se encontram listadas e identificadas, em função do perfil em que se enquadram, no Quadro III.39.

Quadro III.39 | Entidades formadoras no concelho de Braga

Perfil	Denominação	Freguesia
Escolas básicas e secundárias	Escola Secundária Carlos Amarante	Braga (São Vítor)
	Escola Secundária de Maximinos	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Agrupamento de Escolas de Braga Oeste	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)
	Escola Básica de Palmeira	Palmeira
	Escola Básica Frei Caetano Brandão	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Agrupamento de Escolas de Maximinos	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria	Tadim
	Escola Secundária Alberto Sampaio	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
Escolas profissionais privadas	Escola Profissional de Braga	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Escola Europeia de Ensino Profissional	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Esprominho - Escola Profissional do Minho	Braga (São Vicente)
Centros de formação profissional de gestão direta	Centro de Formação Profissional de Braga	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
	EPFT - Escola Prática de Formação e Tenconogias Informormáticas	Braga (São Vítor)
Entidades com estruturas formativas certificadas do setor privado	Nexus - Centro de Estudos, lda	Adaúfe
	Bússola, Pesquisa de Mercado e Comunicação, Lda	Adaúfe
	Bragaconta - Gestão e Formação Empresarial, Lda.	União das freguesias de Crespos e Pousada

[16] Informação disponível no sítio Internet do Catálogo Nacional de Qualificações (http://www.catalogo.anqep.gov.pt/).

Perfil	Denominação	Freguesia
	Anysolutions - Consultoria informática e serviços de networking Lda	Adaúfe
	Ambergo - Estudos e Equipamentos de Controlo Ambiental, Lda	Gualtar
	HOMENS E MÉTODOS - Formação Profissional e Desenvolvimento Organizacional, Lda	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria e Turismo, Lda.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Alfacoop - Cooperativa de Ensino, CRL	Ruílhe
	Idea link- consultoria de Gestão, Lda	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	InforEnsino-Ensino de Informática, Lda	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	We Form Consultoria e Formação Profissional	Adaúfe
	Delegação Distrital da FDTI de Braga	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Die Apfel - Consultoria para os Negócios, Lda	Braga (São Vítor)
	GTI - Gabinete de Apoio Técnico ao Investimento, SA	Gualtar
	Bralínguas Ensino de Línguas Lda	Braga (São Vicente)
	Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Escola Corpo Eleganc, Formação profissional de Estética	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	EXPOENTE - Serviços de Economia e Gestão, S.A.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Instituto de Formação para o Comercio, Turismo e Serviços, Crl	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Santos da Cunha 7 - Explosivos Industriais, Lda.	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Cefad Formação Profissional Lda	Adaúfe
	Anysolutions consultoria informática e serviços networking lda	Braga (São Vítor)
	Formadapt - Consultoria, Formação e Serviços, Lda.	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	Cefolgest - Formação e Consultoria Lda	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Bosch Car Multimedia, Lda.	União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves
	Gesmais Consultores, Unipessoal Lda.	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	ATLAS - Cooperativa Cultural, CRL - Pólo de Braga	Braga (São Vítor)
	Casais, Engenharia e Construção, S.A.	Mire de Tibães
	CAMPE - Centro de Apoio Médico, Psicológico e Educacional de Braga	Braga (São Vítor)
	Negotior - Consultoria Empresarial, Unipessoal, Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Escola Corpo Eleganc - Formação profissional de Estética unipessoal lda.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	Adaúfe

Perfil	Denominação	Freguesia
	IFCTS - Instituto de Formação para o Comércio, Turismo e Serviços, CRL	Braga (São Vicente)
	Colégio S. Caetano	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Doutrina de Talentos- Academia de Formação,Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Schumal - Engenharia e Serviços, Lda	Braga (São Vicente)
	Associação Industrial do Minho	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	CEE-Maria Clara Alves Unipessoal, Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Maria Clara Alves Unipessoal, Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Conde Trigo, Lda	Braga (São Vicente)
	Centro de Formação FormaValor	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	TECNIN - Training SA	Braga (São Vítor)
	Inovedes Consultoria e Formação Profissional Lda	Gualtar
	Fvform - Formação Profissional Unipessoal, Lda.	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	PLATAFORMA XXI	Braga (São Vicente)
	Célula 2000 - Consultoria para os Negócios, SA	Braga (São Vítor)
	SANTOS DA CUNHA 7 - EXPLOSIVOS INDUSTRIAIS, LDA	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Valor I Pessoas , Consultoria Empresarial Lda	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Apoiasses - Formação, Lda.	Braga (São Vítor)
	IPME- Instituto PME Formação S.A.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	CESC-Consultoria Pública e Privada, Lda.	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	ADADB	Braga (São Vicente)
	Indigo Consultores, Lda.	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Antunes & Amorim, Formadores, Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Newbrain - Formação e Desenvolvimento, Lda.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	CEFOLGEST	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Fvform - Formação Profissional, Unipessoal, L.da	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Bragaconta- Gestão e Formação empresarial, Lda.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Triformis - Consultoria em Negócios, Lda	Braga (São Vítor)
	Área Referencial	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	XZ Consultores S.A.	União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

Perfil	Denominação	Freguesia
	JOTA96- PROJECTOS DE ENGENHARIA, AUDITORIAS E FORMAÇÃO, LDA	Braga (São Vítor)
	Negotior Consultoria Empresarial, Unipessoal, Lda	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	Oficina da Inovação - Empreendedorimso e Inovação Empresarial,SA	Adaúfe
	Soluciona - Sistemas Integrados de Gestão, Lda.	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Gota Verde Prestação de Serviços Turísticos Lda.	Braga (São Vicente)
	Associação Comercial de Braga, Comércio, Turismo e Serviços	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)
	M.T.S. - Maria Teresa Salgado lda	Adaúfe
	EPFT-Escola Prática de Formação e Tecnologias Informáticas	Adaúfe
	Controlconsul - consultoria, Serv. e Repres., Lda	Braga (São Vicente)
	Compenditur - Estudos e Formação em Hotelaria e Turismo,Unipessoal, Lda	Adaúfe
	ECFBJ- Escolas de Condução e Formação Bom Jesus	União das freguesias de Lomar e Arcos
	IDT Consulting	União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães
	Keypeople - Consultoria e Formação, Lda	Braga (São Vítor)
	PROCESS ADVICE	Braga (São Vítor)
	Associação Portuguesa de Cabeleireiros e Estética de Braga	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	Casa do Professor	Braga (São Vítor)
	Escola de Condução A Minhota, Lda	União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
	CONDE TRIGO, LDA.	Braga (São Vicente)
	SCHUMAL - ENGENHARIA E SERVIÇOS LDA	Braga (São Vicente)
	We Form, Lda.	União das freguesias de Nogueiró e Tenões
	WISE 4M	Braga (São Vicente)
	Sónia Monteiro Escola Profissional de Cabeleireiro e Estética	União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)

Fonte: Catálogo Nacional de Qualificações (2017)

III.2.9. ENSINO SUPERIOR

O sistema educativo português encontra-se regulado pela Lei de Bases do Sistema Educativo e é desenvolvido em três níveis: ensino básico, secundário e superior.

Em Portugal, o ensino superior organiza-se num sistema binário que integra o ensino universitário e o ensino politécnico e é ministrado em instituições públicas e privadas.

O ensino universitário inclui as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico.

Ainda que não constitua finalidade da Carta Educativa analisar o ensino superior, atendendo à existência de oferta a este nível no território concelhio, proceder-se-á a uma breve abordagem.

No concelho de Braga, o ingresso no ensino superior é facultado por duas universidades, uma pública, a Universidade do Minho (Pólo de Gualtar e demais Organismos/Unidades na cidade), e uma privada, a Universidade Católica.

A **Universidade do Minho**, localizada na freguesia de Gualtar, apresenta uma grande diversidade de cursos, nas mais variadas vertentes, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. A oferta educativa desta universidade estrutura-se, fundamentalmente, em torno de licenciaturas, mestrados integrados, mestrados e doutoramento.

As licenciaturas comportam 180 ou 240 ECTS, correspondendo a 3 ou 4 anos de duração. Os mestrados integrados correspondem a 300 ou 360 ECTS, durando 5 ou 6 anos. Os mestrados comportam entre 90 e 120 ECTS, variando entre um ano e meio e dois anos, podendo excecionalmente ter 60 ECTS (1 ano). Os doutoramentos comportam entre 180 e 240 ECTS, variando a sua duração entre 3 e 4 anos. Em termos de regime de frequência, todos estes ciclos de estudos oferecem a possibilidade de serem frequentados em regime de tempo parcial.

A Universidade do Minho disponibiliza, ainda, uma grande variedade de cursos não associados à obtenção de um grau, designadamente cursos de formação especializada (formação ao nível do 2º ciclo) e cursos de estudos avançados (formação ao nível do 3º ciclo). Disponibiliza também diversos cursos livres e, ainda, um Curso de Preparação para a Frequência do Ensino Superior (maiores de 23 anos).

A **Universidade Católica**, situada na freguesia de Braga (São Vicente), apresenta uma oferta menos vasta, mais voltada para a vertente das Ciências Socias, Filosofia e Teologia. Em termos de oferta, esta estrutura-se também, essencialmente, em torno de licenciaturas, mestrados integrados, mestrados e doutoramento. Esta universidade disponibiliza, ainda, oferta ao nível da formação contínua de professores.

III.3. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos, quer se tratem de docentes, quer de não docentes, constituem uma base fundamental no desenvolvimento e no sucesso das organizações escolares, cabendo-lhe um papel fundamental na concretização das políticas educativas. Tendo em conta este princípio, procede-se, no atual capítulo, à análise evolutiva do número de docentes e não docentes na rede escolar pública e privada do concelho de Braga.

Ao nível da rede escolar pública, considerando o âmbito de intervenção da Carta Educativa, proceder-se-á a uma análise mais pormenorizada, em função dos dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas e pela escola não agrupada (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian).

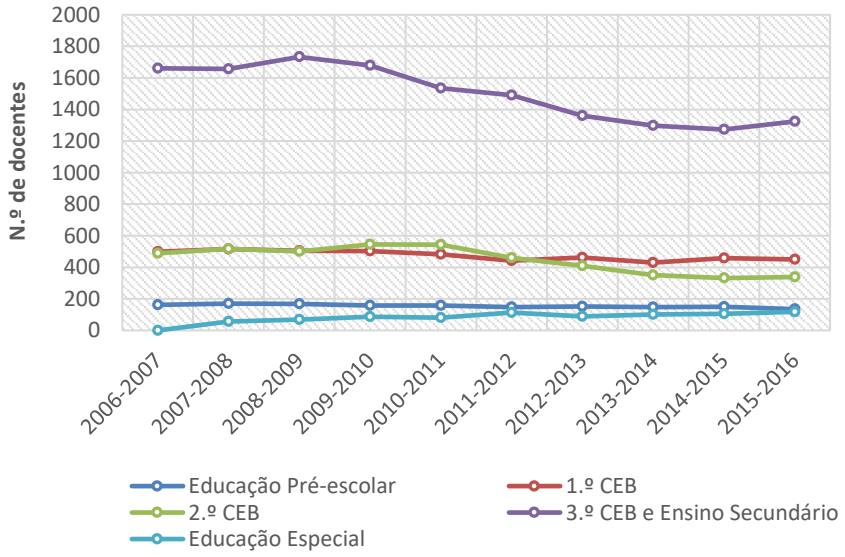
Quanto à rede privada, a análise é mais restrita, dado que não se dispõe de dados referentes à maioria das escolas desta natureza.

III.3.1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

Primeiramente, procede-se a uma análise da evolução da população docente entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, segundo a natureza dos estabelecimentos escolares (pública ou privada) e os diferentes ciclos de docência, relativamente ao território concelhio.

No que subjaz à rede pública, conforme é possível observar pela análise do Gráfico III.1, há uma tendência de decréscimo do número total de docentes no período em análise, facto a que não será alheia a quebra generalizada do número de alunos nos diferentes níveis de educação e ensino. Com efeito, na globalidade dos diferentes ciclos de docência, constata-se a perda de um total de 441 docentes entre os anos letivos 2006-2007 (2809 docentes) e 2015-2016 (2368 docentes).

Gráfico III.1 | Evolução do número de docentes na rede pública por nível de instrução lecionado



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

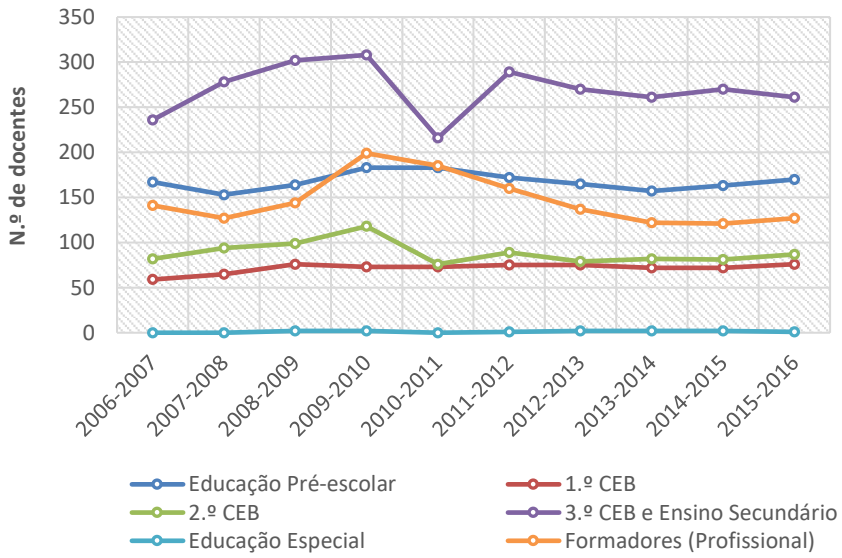
Apenas o número de docentes especificamente vocacionados para a educação / ensino especial regista um aumento no período considerado, acompanhando, assim, a tendência de acréscimo do número de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do concelho.

A maior quebra no número de docentes é verificada no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, traduzida pela perda de um total de 336 docentes entre os anos letivos 2006-2007 (1661 docentes) e 2015-2016 (1325 docentes). Não obstante a quebra registada, estes níveis apresentam, simultaneamente, o maior número total de docentes, que estará associado não só ao número de alunos com frequência nos mesmos, como às exigências pedagógicas associadas aos mesmos, nomeadamente o número de disciplinas que integram. Note-se que à quebra registada não será também alheia a reconfiguração dos agrupamentos escolares, com a inclusão das escolas secundárias, que terá ocorrido no período de implementação da Carta Educativa de 1.ª geração.

Também significativa é a diminuição do número de docentes no 2.º ciclo do ensino básico, traduzida na perda de 149 docentes entre os anos letivos 2006-2007 (488 docentes) e 2015-2016 (339 docentes). Quanto à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico, são contabilizadas decréscimos de 27 e 47 docentes, respetivamente.

No que concerne à rede escolar privada, constata-se uma tendência inversa à verificada na rede pública, traduzida por um generalizado aumento do número de docentes, ainda que este não seja muito pronunciado (Gráfico III.2).

Gráfico III.2 | Evolução do número de docentes na rede privada por nível de instrução lecionado



Fonte: Regiões em Números 2015-2016, Volume I - Norte (DGEEC, 2017)

Em termos gerais, nos diferentes ciclos de docência, contabiliza-se um acréscimo de 37 docentes. Como exceção a esta tendência, refere-se o número de formadores nas escolas profissionais, o qual regista uma perda de 14 recursos humanos entre os anos letivos 2006-2007 (141 formadores) e 2015-2016 (127 formadores).

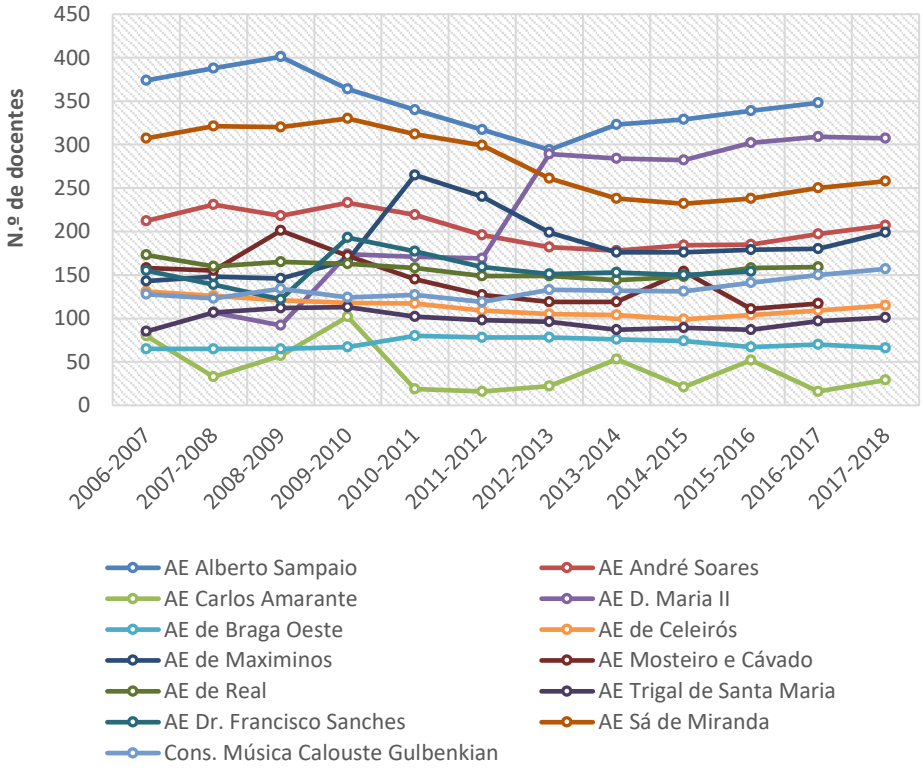
Em contrapartida, o maior acréscimo do número de docentes regista-se no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, num total de 25 docentes entre os anos letivos 2006-2007 (236 docentes) e 2015-2016 (261 docentes). Segue-se o 1.º ciclo do ensino básico, onde é aferido um aumento de 17 docentes no

período analisado. O 2.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar contabilizam, por sua vez, aumentos de cinco e três docentes, respetivamente.

Considerando os princípios e objetivos primordiais inerentes à Carta Educativa, importa incidir uma análise mais pormenorizada sobre a evolução do número de docentes na rede escolar pública do concelho de Braga. Com efeito, após uma análise mais geral, à escala municipal, procede-se nos pontos seguintes à análise da evolução do número de docentes na rede pública, por Agrupamento de Escolas e escola não agrupada (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian). Esta análise incide, sempre que disponíveis, nos dados referentes ao período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018.

A evolução geral do número de docentes na rede pública concelhia, por agrupamento de escolas e escola não agrupada, encontra-se representada no Gráfico III.3. Não obstante, nos pontos que se seguem é abordada e caracterizada individualmente a evolução do corpo docente em cada uma das supracitadas unidades orgânicas.

Gráfico III.3 | | Evolução do número de docentes na rede pública, por agrupamento de escolas e escola não agrupada

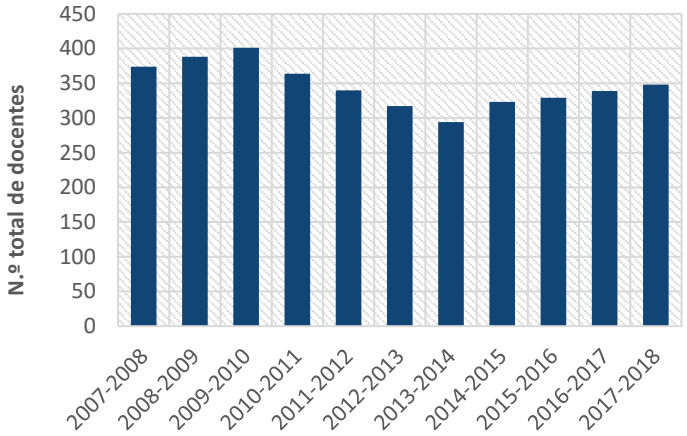


Fonte: Município de Braga (2018)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

No que se refere à evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, conforme é possível observar pela análise do Gráfico III.4, regista-se uma tendência, ainda que não muito acentuada, de decréscimo do número total de docentes, na globalidade do período compreendido entre os anos letivos 2007-2008 e 2017-2018.

Gráfico III.4 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio



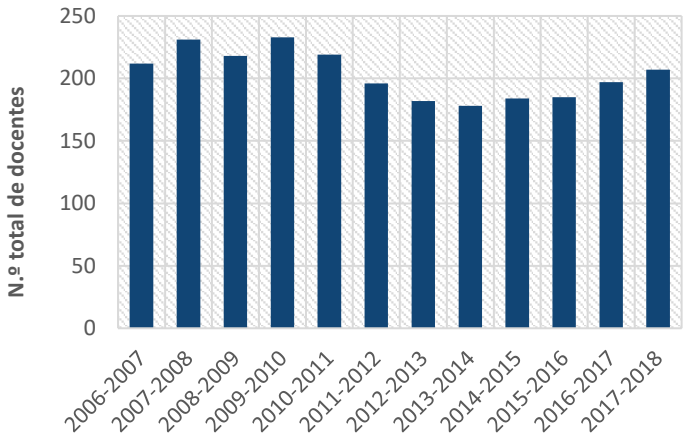
Fonte: Município de Braga (2018)

Não obstante, até ao ano letivo 2009-2010 contabiliza-se um acréscimo no número total de docentes nas escolas do agrupamento, seguindo-se um considerável decréscimo até ao ano letivo 2013-2014, ano em que é registado o menor número (294 docentes). Desde então, tem-se assistido a um novo incremento, aferindo-se um total de 348 docentes no ano letivo 2017-2018.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

O número de docentes no Agrupamento de Escolas André Soares sofreu ligeiras oscilações no período entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, conforme representado no Gráfico III.5.

Gráfico III.5 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas André Soares



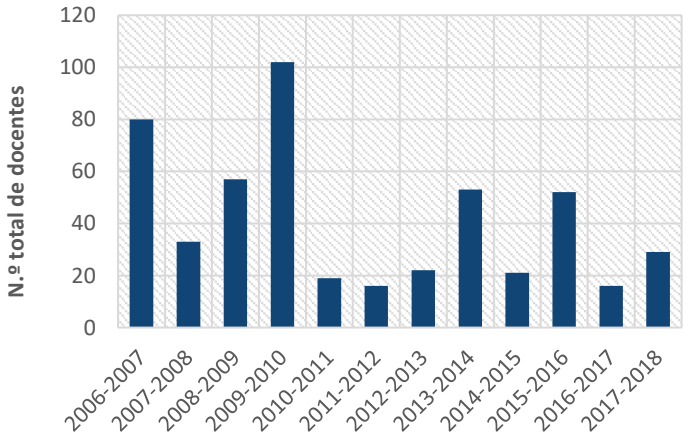
Fonte: Município de Braga (2018)

Em termos de tendências, de destacar a quebra verificada entre os anos letivos 2009-2010 (233 docentes) e 2013-2014 (178 docentes), a que se seguiu uma tendência crescente até ao ano letivo 2017-2018. No último ano em análise contabilizam-se um total de 207 docentes, menos cinco do que os aferidos em 2006-2007.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

Relativamente ao Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, a informação disponibilizada aparenta estar incompleta, pelo que não permite uma análise detalhada e fundamentada do ponto de vista evolutivo (Gráfico III.6).

Gráfico III.6 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante

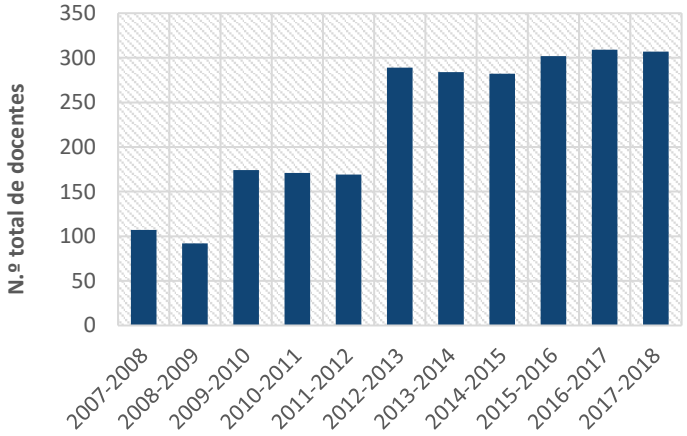


Fonte: Município de Braga (2018)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

No Agrupamento de Escolas D. Maria II, o número total de docentes em exercício de funções tem permanecido relativamente constante a partir do ano letivo 2012-2013, assinalando-se pequenas oscilações inter-anuais (Gráfico III.7).

Gráfico III.7 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas D. Maria II



Fonte: Município de Braga (2018)

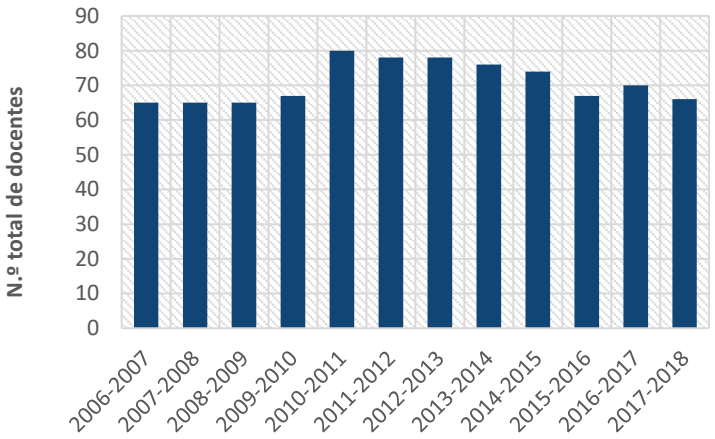
Importa salvaguardar que a discrepância verificada na transição entre os anos letivos 2011-2012 e 2012-2013 se justifica pela coincidência temporal com a integração da Escola Secundária D. Maria II no agrupamento. Assim, nos anos letivos precedentes, o número total de docentes não contempla os referentes à Escola Secundária.

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 307 docentes nas escolas do agrupamento, menos dois do que os registados no ano anterior.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

Conforme evidenciado no Gráfico III.8, o Agrupamento de Escolas Braga Oeste não apresenta uma tendência muito marcada em termos de evolução do corpo docente.

Gráfico III.8 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Braga Oeste



Fonte: Município de Braga (2018)

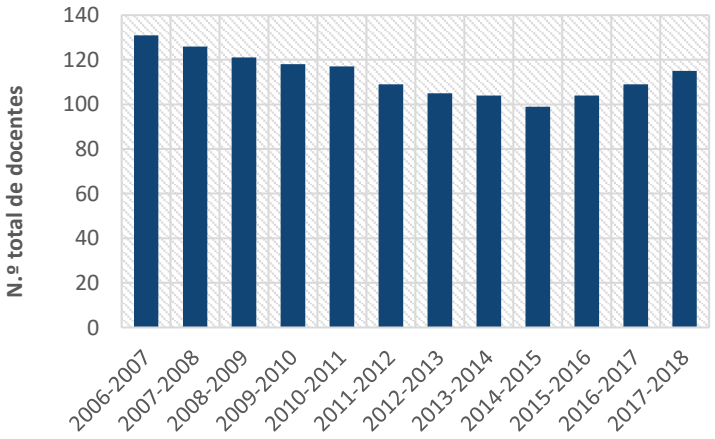
Em termos gerais, o número total de docentes tem-se mantido aproximadamente constante, com oscilações inter-anuais pouco significativas, com a exceção no ano letivo 2010-2011, no qual se assistiu a um acréscimo de 13 recursos humanos face ao ano letivo anterior.

No ano letivo 2017-2018, o corpo docente do agrupamento é composto por um total de 66 docentes, mais um do que os contabilizados no ano letivo 2006-2007.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

No Agrupamento de Escolas de Celeirós, a evolução do número total de docentes entre os anos letivos 2006-2007 denota uma tendência geral de decréscimo, ainda que atenuada por um crescimento nos últimos anos letivos em análise (Gráfico III.9).

Gráfico III.9 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Celeirós



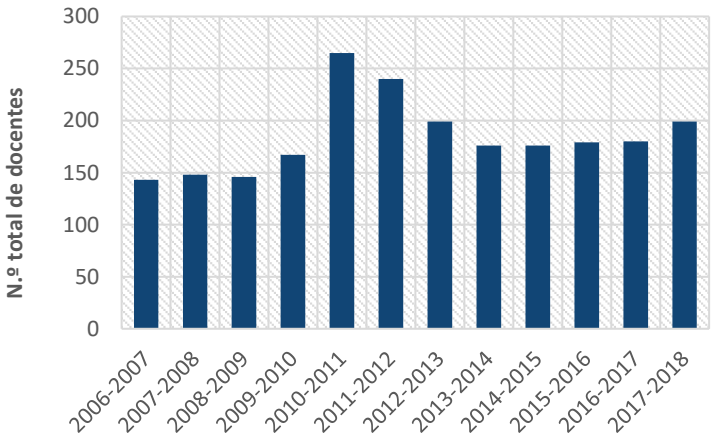
Fonte: Município de Braga (2018)

De facto, quando observadas as variações inter-anuais, é possível constatar uma contínua quebra no número de docentes, a partir do ano letivo 2006-2017 até ao ano letivo 2014-2015, ano em que se contabilizam 99 docentes, menos 32 comparativamente com os existentes em 2006-2007. Desde então, assiste-se a uma inversão na tendência evolutiva, traduzida pelo progressivo aumento do número de docentes a exercer funções nos estabelecimentos de educação e ensino do agrupamento. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 registam-se 115 docentes, menos 16 do que os observados em 2006-2007 e mais 16 do que os contabilizados no ano letivo 2014-2015.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

A tendência evolutiva do número total de docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos encontra-se representada no Gráfico III.10.

Gráfico III.10 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos



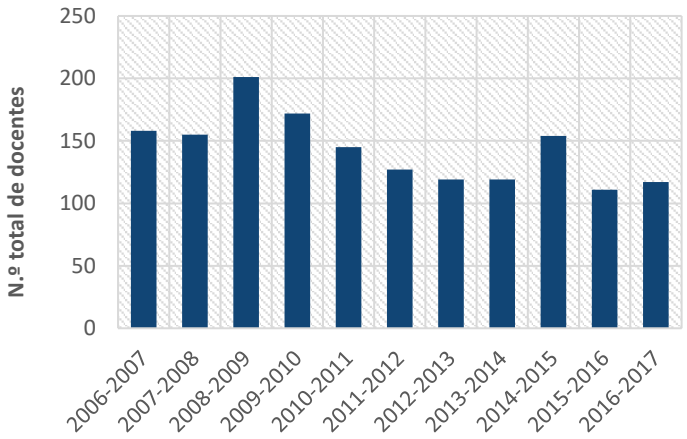
Fonte: Município de Braga (2018)

Conforme é possível constatar, até ao ano letivo 2010-2011 assiste-se a um incremento do número de docentes a exercer funções nas escolas do agrupamento, contabilizando-se um total de 265 docentes nesse ano. Nos três anos letivos subsequentes registam-se quebras consecutivas, seguindo-se uma tendência de relativa estabilização até ao ano letivo 2016-2017. No último ano em análise, contabilizam-se 199 docentes, traduzindo um acréscimo de 56 recursos humanos face a 2006-2007.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

A análise da evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado, entre os anos letivos 2006-2007 e 2016-2017 evidencia uma tendência de quebra, registando-se uma diminuição de 41 docentes no ano 2016-2017 relativamente ao primeiro ano letivo em análise (2006-2007) (Gráfico III.11).

Gráfico III.11 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado



Fonte: Município de Braga (2018)

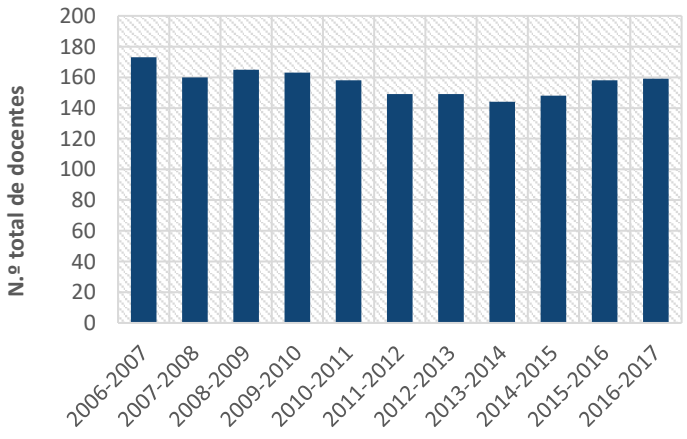
Não obstante a tendência geral, há a registar algumas oscilações significativas, destacando-se o acréscimo de 46 docentes entre os anos letivos 2007-2008 e 2008-2009 e o aumento de 35 docentes no ano letivo 2014-2015 relativamente ao precedente.

No ano letivo 2016-2017 o número de docentes a exercer funções nas escolas do agrupamento ascende aos 117, valor que é ligeiramente superior ao verificado no ano anterior (2015-2016).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

No Agrupamento de Escolas de Real, quando analisado o número total de docentes no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2016-2017 constata-se a inexistência de uma tendência evolutiva muito marcada. Efetivamente, o número total tem-se mantido aproximadamente constante, com oscilações inter-anuais pouco significativas, conforme evidenciado no Gráfico III.12.

Gráfico III.12 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Real



Fonte: Município de Braga (2018)

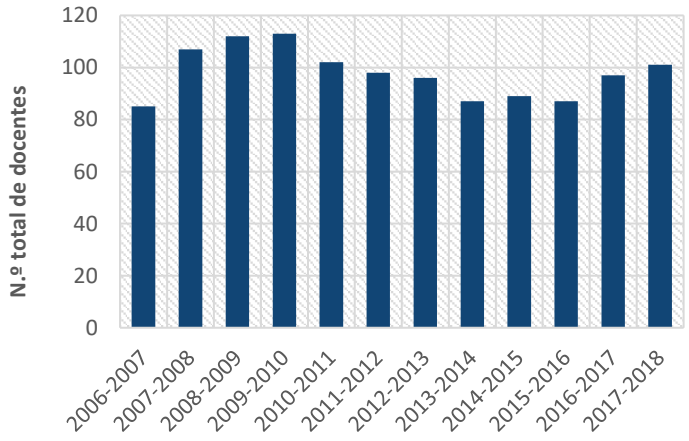
No ano letivo 2016-2017 contabilizam-se um total de 159 docentes a exercer funções nos diferentes estabelecimentos escolares do agrupamento, número que é ligeiramente inferior ao registado no primeiro ano em análise (173 docentes).

Em termos globais, o menor número de docentes verifica-se no ano letivo 2013-2014 (144 docentes) e o maior no ano letivo 2006-2007 (173 docentes).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

No período entre os anos letivo 2006-2007 e 2017-2018, o número total de docentes a exercer funções nos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria apresenta variações significativas (Gráfico III.13).

Gráfico III.13 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria



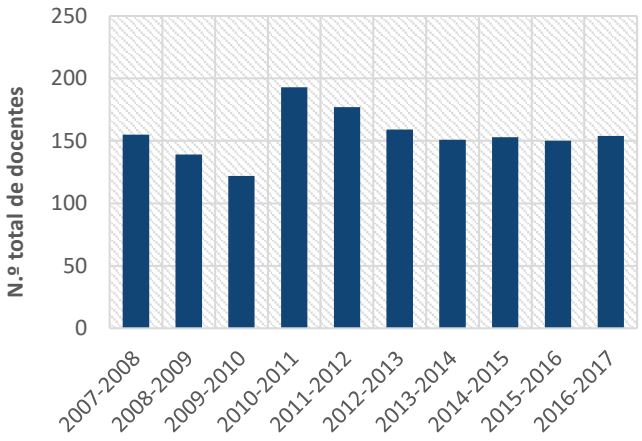
Fonte: Município de Braga (2018)

Analisando as variações inter-anuais, é possível aferir um aumento expressivo do número de docentes entre 2006-2007 e 2009-2010, traduzido por um acréscimo de 28 recursos humanos. A partir desse ano, assiste-se a uma contínua quebra no número de docentes, tendo vindo a mesma a ser contrariada nos últimos dois anos analisados. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 101 docentes no agrupamento, mais 16 do que os aferidos no primeiro ano em estudo.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

A análise do Gráfico III.14, referente à evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, evidencia que as maiores oscilações correspondem ao período entre os anos letivos 2007-2008 e 1212-2013, assistindo-se, desde então, a uma tendência de relativa estabilização da população docente.

Gráfico III.14 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches



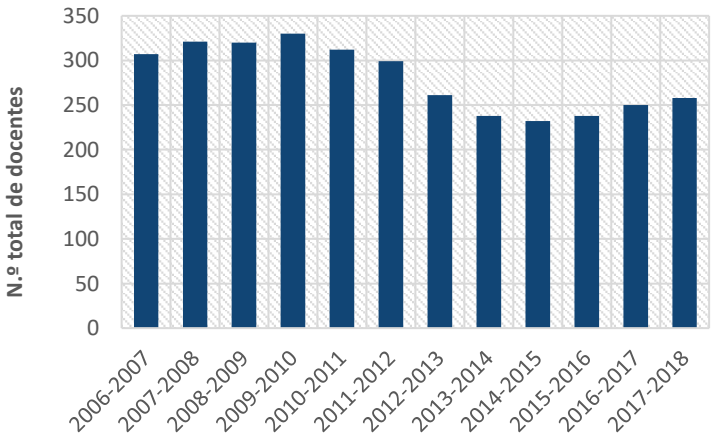
Fonte: Município de Braga (2018)

No ano letivo 2007-2008 contabilizam-se um total de 155 docentes, valor que regista uma quebra nos dois anos subsequentes, observando-se o menor número de docentes no ano letivo 2009-2010 (122 docentes). A esta quebra sucede um aumento substancial, conduzindo à existência de 193 docentes no ano letivo 2010-2011, ano em que se registou o número mais significativo. Segue-se novo decréscimo até ao ano 2012-2013, a partir do qual a população docente se tem mantido relativamente constante.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

Observando a evolução do número total de docentes no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, exposta no Gráfico III.15, é possível aferir a existência de uma tendência geral de decréscimo, ainda que pautada por algumas oscilações.

Gráfico III.15 | Evolução do número de docentes no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda



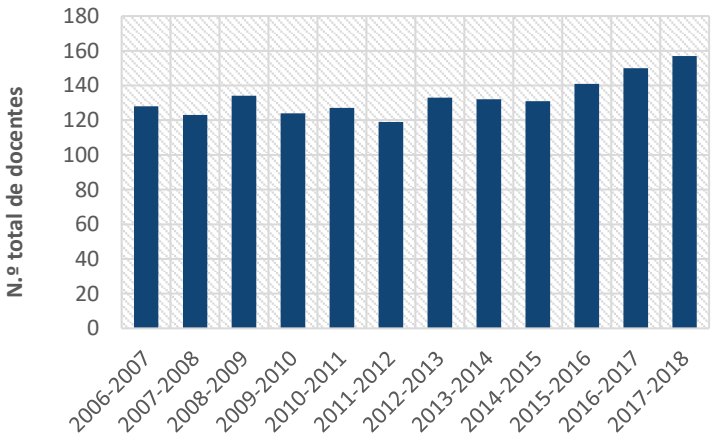
Fonte: Município de Braga (2018)

De facto, inicialmente regista-se um aumento da população docente, passando dos 307 docentes contabilizados no ano letivo 2006-2007 para os 330 docentes registados no ano letivo 2009-2010, a que se segue um progressivo e acentuado decréscimo até ao ano letivo 2014-2015, onde se contabilizam 232 docentes. Desde então, verifica-se um novo incremento da população docente, com o número total a fixar-se, no ano letivo 2017-2018, nos 258 docentes.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian tem vindo a assistir-se a uma tendência geral de acréscimo do número total de docentes entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, ainda que pautada por ligeiras oscilações inter-anuais (Gráfico III.16).

Gráfico III.16 | Evolução do número de docentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



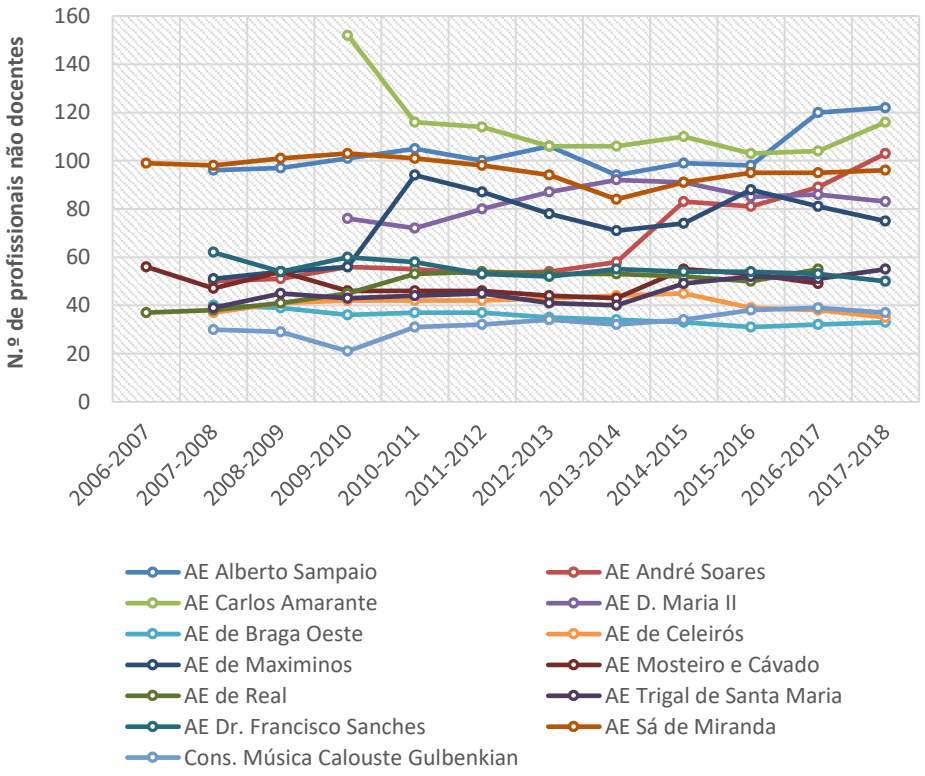
Fonte: Município de Braga (2018)

A tendência crescente é particularmente expressiva nos últimos três anos letivos, período durante o qual se registou um acréscimo total de 29 docentes. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 o corpo docente perfaz um total de 157 recursos humanos, mais 29 face ao ano letivo 2006-2007.

III.3.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO DOCENTE

A evolução do número de profissionais não docentes na rede escolar pública do concelho de Braga encontra-se representada no Gráfico III.17, para os diferentes Agrupamentos de Escolas, bem como para a escola não agrupada (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian). Esta análise incide no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, sempre que os dados disponibilizados se reportem à totalidade do período em causa. Deste modo, em determinados casos, a análise poderá incidir sobre períodos temporais ligeiramente mais curtos.

Gráfico III.17 | Evolução do n.º de profissionais não docentes na rede pública



Fonte: Município de Braga (2018)

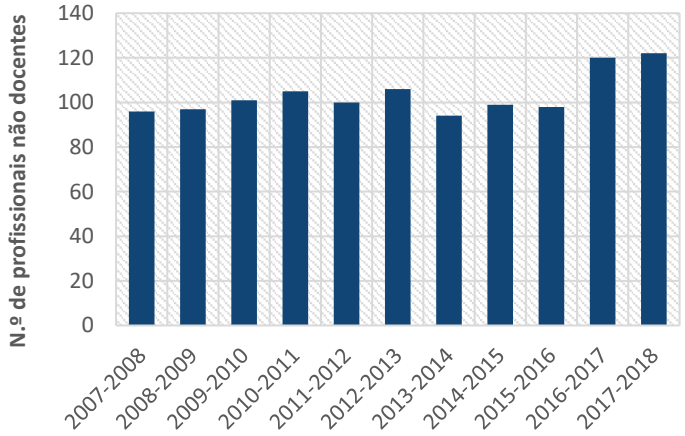
Tal como é possível observar pela análise do gráfico anterior, não há uma tendência evolutiva clara e transversal a todos os Agrupamentos de Escola e à escola não agrupada. Não obstante, a nível concelhio, pode denotar-se uma tendência geral de aumento do número total de recursos humanos não docentes a exercer funções das escolas da rede pública. Tal acréscimo é particularmente expressivo a partir do ano letivo 2013-2014. Nesse ano contabilizavam-se um total de 806 profissionais não docentes nos estabelecimentos escolares públicos do Município, tendo este valor vindo a aumentar nos anos subsequentes, de tal modo que no ano letivo 2017-2018 o corpo não docente é constituído por um total de 926 recursos humanos.

Tendo sido analisada a evolução da população não docente para a totalidade da rede escolar pública de Braga, procede-se, nos pontos seguintes, a uma abordagem individualizada e detalhada para cada um dos Agrupamentos de Escolas, bem como para a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

Analisando a evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, representada no Gráfico III.18, entre os anos letivos 2007-2008 e 2017-2018, é possível constatar uma tendência geral de crescimento.

Gráfico III.18 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio



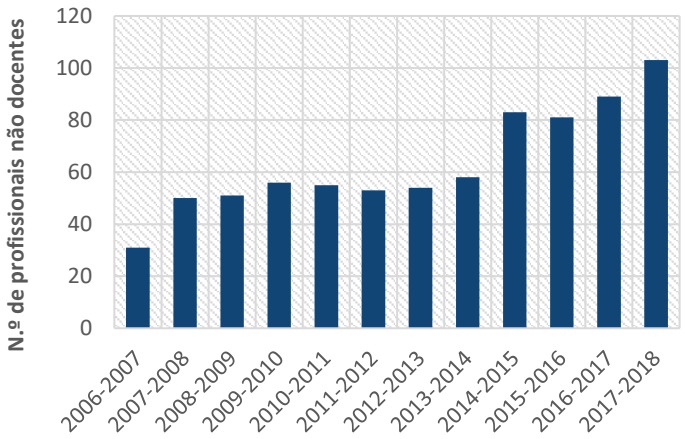
Fonte: Município de Braga (2018)

Efetivamente, os dados evidenciam um aumento do número da população não docente, particularmente nos anos letivos 2016-2017 e 2017-2018, anos em que se registam um total de 120 e 122 profissionais, respetivamente. Nos anos anteriores, verifica-se uma tendência de relativa estabilização do número total de profissionais não docentes, pautada por pequenas variações inter-anuais. Com efeito, entre os anos 2007-2008 e 2015-2016, o número total oscilou entre 94, registados no ano letivo 2013-2014, e os 106 profissionais não docentes, contabilizados no ano 2012-2013. A maior quebra registou-se, portanto, entre os anos 2012-2013 e 2013-2014 (menos 12 recursos humanos), enquanto o acréscimo mais significativo sucedeu entre os anos letivos 2015-2016 e 2016-2017 (mais 22 recursos humanos).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

No Agrupamento de Escolas André Soares, a evolução do número de profissionais não docentes entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018 traduz, claramente, uma tendência crescente (Gráfico III.19). O acréscimo mais expressivo ocorre na transição entre os anos letivos 2013-2014 e 2014-2015, com um aumento de 25 recursos humanos. Nos anos subsequentes a tendência geral continua a ser de aumento.

Gráfico III.19 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas André Soares



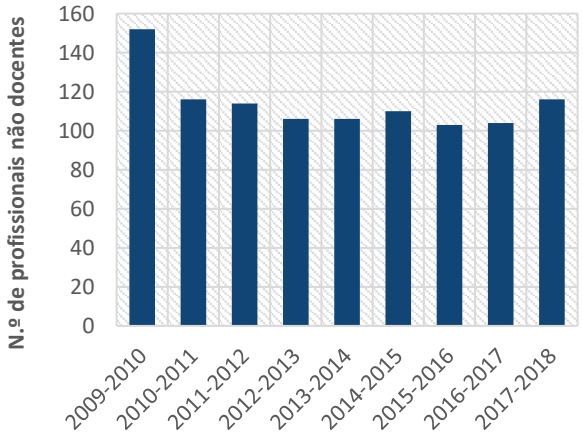
Fonte: Município de Braga (2018)

No ano letivo 2017-2018 o corpo não docente do agrupamento perfaz um total de 103 profissionais, mais 14 do que os registados no ano anterior e mais 72 do que os aferidos no primeiro ano letivo em análise (2006-2007).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

No que subjaz à evolução da população não docente no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, a análise incide sobre o período entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 (Gráfico III.20).

Gráfico III.20 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante



Fonte: BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

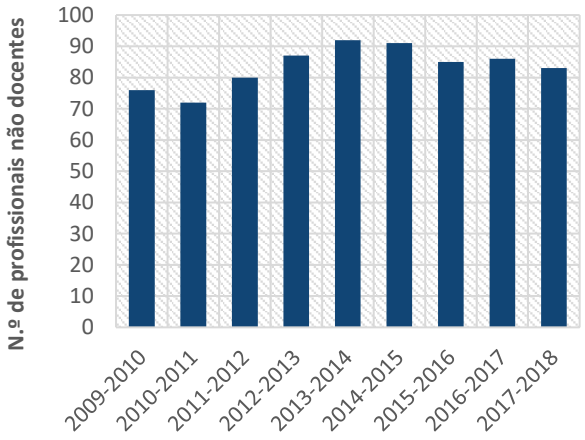
Com a exceção da transição entre os dois primeiros anos em análise, pautada por uma quebra significativa do número de não docentes (36 recursos humanos), no restante espaço temporal observam-se ligeiras

oscilações inter-anuais, não se identificando uma tendência evolutiva muito marcada. Nesse período, a variação mais significativa ocorre na transição entre os anos letivos 2016-2017 e 2017-2018, traduzida por um acréscimo de 12 recursos humanos. Com efeito, no último ano em estudo, o corpo não docente é constituído por um total de 116 recursos humanos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

A análise da evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas D. Maria II, por constrangimentos associados à disponibilidade de dados, incide também sobre o período entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 (Gráfico III.21).

Gráfico III.21 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas D. Maria II



Fonte: BIME – Plataforma de Informação EDU, Ministério da Educação (2018)

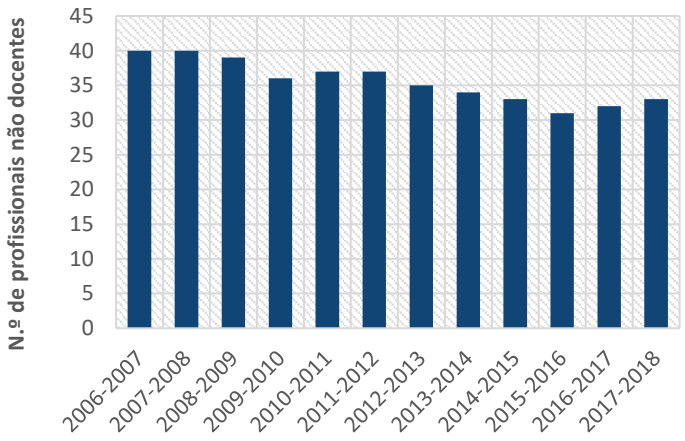
No intervalo em estudo o número de pessoal não docente em exercício de funções nas escolas do agrupamento tem permanecido relativamente constante, não se registando variações muito significativas. Não obstante, é possível identificar uma ligeira tendência de acréscimo da dimensão do corpo não docente do agrupamento até ao ano letivo 2013-2014, seguindo-se um ténue decréscimo nos anos subsequentes. Neste contexto, note-se que o maior número foi registado no ano letivo 2013-2014 (92 recursos humanos) e o menor no ano letivo 2010-2011 (72 recursos humanos).

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se 83 não docentes, mais sete do que os aferidos no primeiro ano letivo analisado.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

No período entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018 o Agrupamento de Escolas Braga Oeste assiste a uma ligeira quebra no número total de profissionais não docentes, conforme evidenciado no Gráfico III.22.

Gráfico III.22 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Braga Oeste



Fonte: Município de Braga (2018)

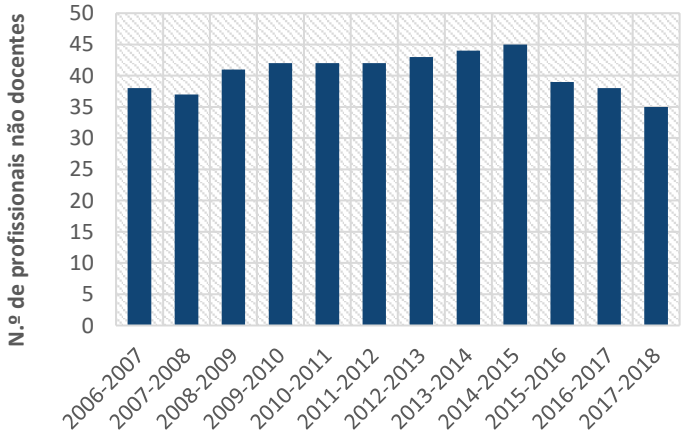
Não obstante a tendência geral observada, as variações inter-anuais são pouco expressivas, aferindo-se uma quebra máxima de três recursos humanos, na transição entre os anos letivos 2008-2009 e 2009-2010.

No ano letivo 2017-2018 do corpo não docente do agrupamento fazem parte 33 profissionais, menos sete do que os contabilizados em 2006-2007.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

A evolução do número de profissionais não docentes em exercício de funções no Agrupamento de Escolas de Celeirós traduz uma tendência de relativa estabilização, na medida em que não se observam variações inter-anuais significativas no que respeita ao número total de recursos humanos (Gráfico III.23).

Gráfico III.23 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Celeirós



Fonte: Município de Braga (2018)

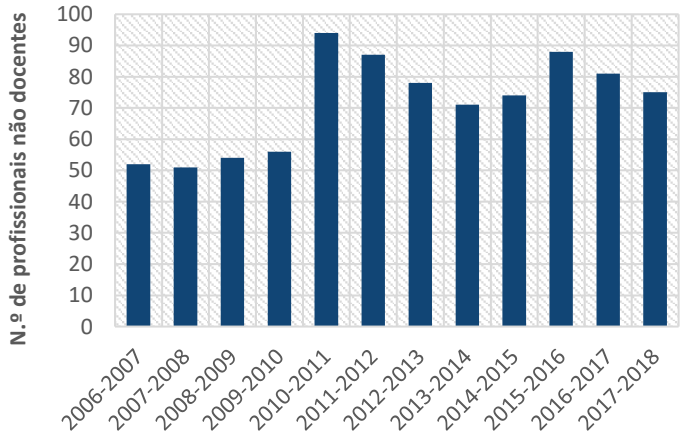
Efetivamente, no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, o número total de profissionais não docentes varia entre os 35 contabilizados em 2017-2018, que corresponde ao menor número registado, e os 45 profissionais registados em 2014-2015, correspondente ao maior número observado. Em termos de variações inter-anuais, a mais significativa ocorre na transição entre os anos letivos 2015-2015 e 2015-2016, traduzida pela perda de seis profissionais não docentes. A variação positiva mais significativa, por sua vez, é registada entre os anos letivos 2007-2008 e 2008-2009, com o acréscimo de quatro recursos humanos.

A análise comparativa entre o número de profissionais não docentes registados no ano letivo 2017-2018 e no ano letivo 2006-2007 (primeiro ano em análise) evidencia uma ligeira quebra, traduzida pela perda de três recursos humanos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

O Gráfico III.24 representa a evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos.

Gráfico III.24 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Maximinos



Fonte: Município de Braga (2018)

Observando o panorama geral, em termos evolutivos, denota-se uma acentuada discrepância no número total de profissionais não docentes na transição entre os anos letivo 2009-2010 e 2010-2011. Esta variação significativa decorre da fusão, nesse mesmo ano, entre a Escola Secundária de Maximinos e o antigo Agrupamento de Escolas Oeste da Colina. Desde então, constata-se uma quebra continuada do corpo não docente até 2013-2014, seguindo-se um acréscimo até 2015-2019 e, por fim, um novo decréscimo até ao ano letivo 2017-2018.

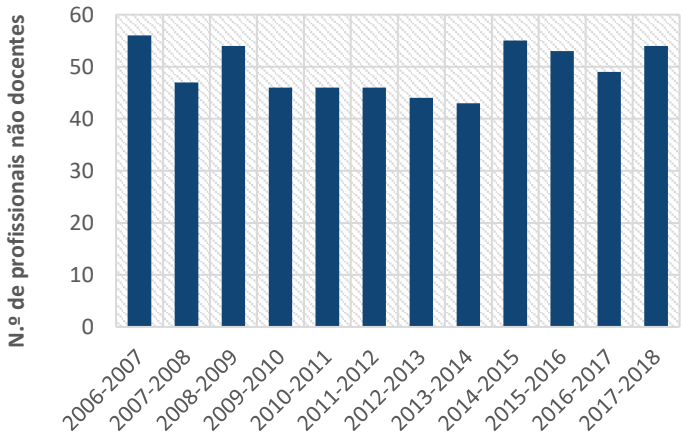
Face ao exposto, é possível afirmar que o número total de profissionais não docentes tem sofrido oscilações significativas nos últimos anos.

No último ano letivo em análise (2017-2018) o corpo não docente do agrupamento é constituído por um total de 75 recursos humanos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

No Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado, a evolução do número de profissionais não docentes entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018 não apresenta uma tendência muito clara ou marcada, evidenciando sucessivos acréscimos e decréscimos inter-anuais (Gráfico III.25).

Gráfico III.25 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado



Fonte: Município de Braga (2018)

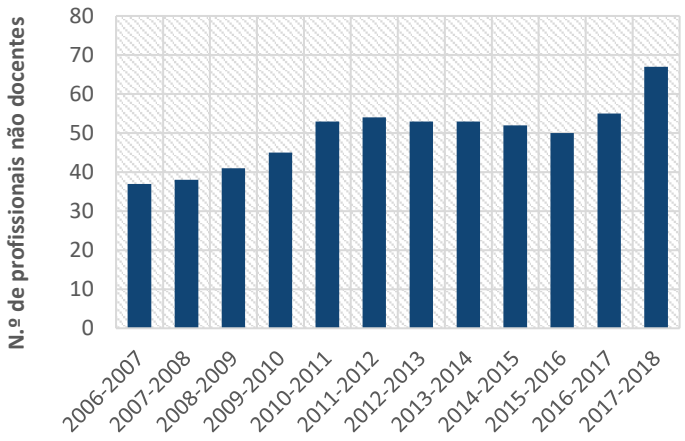
No início do período em análise, entre os anos letivos 2006-2007 e 2007-2008 há uma quebra assinalável no número total de profissionais não docentes, contabilizando-se a perda de nove recursos humanos. Sucedem-se um aumento e uma nova quebra nos dois anos letivos subsequentes, seguindo-se uma tendência de relativa estabilização até ao ano 2013-2014. Na transição para o ano letivo 2014-2015 regista-se um acréscimo substancial do número de profissionais não docentes (mais 12), registando-se pequenas quebras nos dois anos letivos seguintes.

No último ano letivo em análise (2017-2018), contabilizam-se um total de 54 recursos humanos não docentes, traduzindo uma perda de dois profissionais relativamente ao primeiro ano em análise (2006-2007), no qual se registavam 56 profissionais.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

O Gráfico III.26 representa a evolução do número de população não docente nos estabelecimentos escolares que constituem o Agrupamento de Escolas de Real, sendo possível aferir uma tendência geral de acréscimo do total de recursos humanos, no período considerado.

Gráfico III.26 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas de Real



Fonte: Município de Braga (2018)

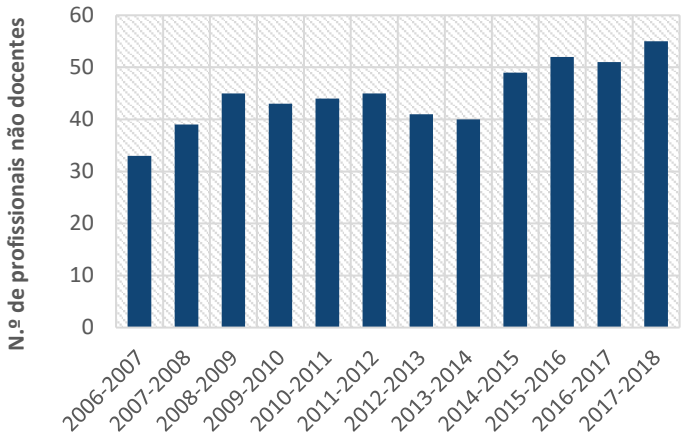
Efetivamente, a variação inter-anual dos recursos humanos denota um aumento significativo e continuado do número de recursos humanos não docentes entre os anos letivos 2006-2007 e 2011-2012, passando de um total de 37 recursos humanos para 54. Nos anos subsequentes, observa-se uma relativa estabilização, pautada por pequenas variações inter-anuais. Nos anos letivos 2016-2017 e 2017-2018 volta a assistir-se um acréscimo acentuado da dimensão do corpo não docente.

No último ano letivo em análise contabilizam-se 67 profissionais não docentes nas escolas do agrupamento, número que traduz um acréscimo substancial relativamente ao primeiro ano em análise (37 recursos humanos em 2006-2007).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

A evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria encontra-se expressa no Gráfico III.27. Em termos gerais, identifica-se uma propensão para a evolução crescente do número destes recursos humanos, particularmente após o ano letivo 2013-2014. Desde esse ano assistiu-se a um acréscimo total de 15 profissionais não docentes nos estabelecimentos de educação e ensino do agrupamento.

Gráfico III.27 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria



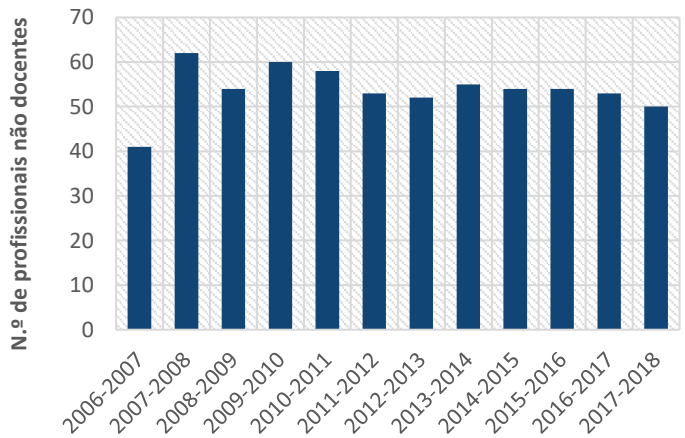
Fonte: Município de Braga (2018)

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 55 profissionais não docentes, o que traduz uma variação positiva de 22 profissionais face ao primeiro ano letivo analisado (2006-2007).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

No Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches a evolução do número total de profissionais não docentes não apresenta uma tendência muito marcada no período entre 2006-2007 e 2017-2018 (Gráfico III.28). Como exceções, referem-se apenas os quatro primeiros anos letivos em estudo, nos quais se assistiu a variações intra-anuais mais significativas, particularmente na transição entre os anos letivos 2006-2007 e 2007-2008 (acréscimo de 21 recursos humanos).

Gráfico III.28 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches



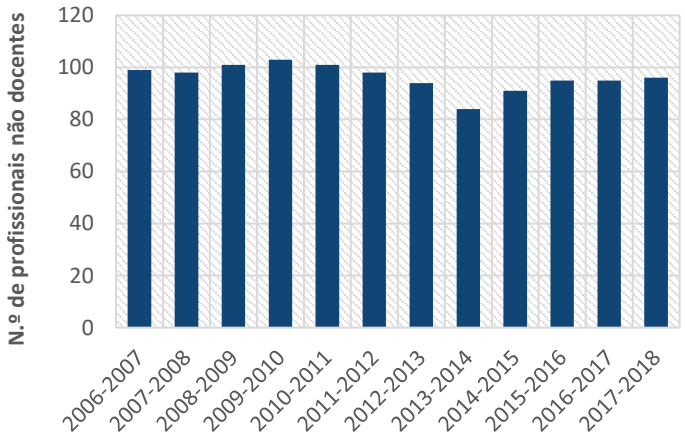
Fonte: Município de Braga (2018)

A partir do ano letivo 2010-2011 a dimensão do corpo não docente do agrupamento tem permanecido relativamente constante, assistindo-se a ligeiras oscilações. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 o corpo não docente conta com um total de 50 profissionais não docentes.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

No Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, a evolução da população não docente não apresenta uma tendência muito marcada, caraterizando-se por sucessivas oscilações no período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2017-2018, conforme representado no Gráfico III.29.

Gráfico III.29 | Evolução do número de profissionais não docentes no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda



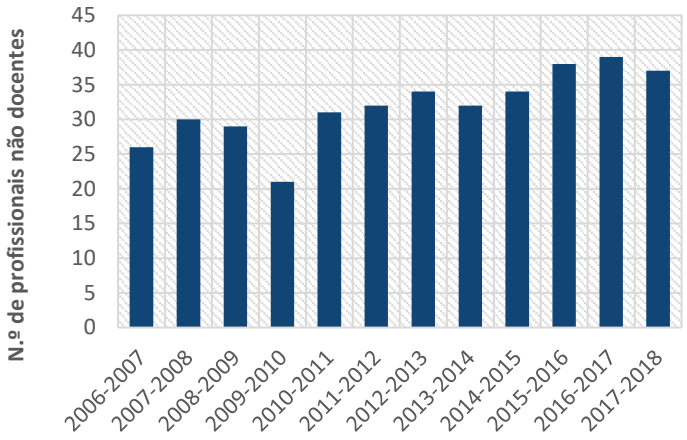
Fonte: Município de Braga (2018)

Em termos gerais, há a destacar a variação significativa no número total de recursos humanos não docentes entre os anos letivos 2012-2013 e 2013-2014, traduzida pela quebra de 10 profissionais, à qual se segue um aumento de sete recursos humanos, na transição para o ano letivo subsequente. Em termos globais, quando comparado o último ano letivo em análise (2017-2018) com o primeiro (2006-2007) constata-se uma perda de quatro profissionais não docentes.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Analisando a evolução do número de profissionais não docentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, expressa no Gráfico III.30, é possível aferir uma tendência global de crescimento do corpo não docente.

Gráfico III.30 | Evolução do número de profissionais não docentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Município de Braga (2018)

Importa referir que não se assinalam variações muito significativas na transição entre os diferentes anos letivos do período em análise, com a exceção do ano letivo 2009-2010. Nesse ano contabilizavam-se 21 profissionais não docentes, representando uma quebra de oito recursos face ao ano letivo anterior. No ano letivo seguinte, porém, a dimensão do corpo não docente da escola volta a aumentar, contabilizando-se mais dez profissionais do que em 2009-2010.

O número total de profissionais não docentes na escola não agrupada perfaz os 37, o que se traduz num acréscimo de 11 recursos humanos relativamente ao primeiro ano em análise (2006-2007).

III.4. CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS - RECURSOS FÍSICOS (TIPO E QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES, INFRAESTRUTURAS BÁSICAS, ESPAÇOS EXTERIORES E DE APOIO)

A caracterização dos equipamentos escolares possibilita o diagnóstico das principais potencialidades e fragilidades que cada equipamento apresenta. Com efeito, a análise realizada neste ponto é passível de fundamentar as opções ao nível das propostas de requalificação e reordenamento da rede escolar do concelho de Braga.

Face ao exposto, e tendo já sido realizado um diagnóstico em termos de caraterização dos recursos humanos, a caracterização dos equipamentos educativos incide sobre um conjunto de recursos físicos, tais como as infraestruturas existentes, as taxas de ocupação dos espaços escolares, a segurança dos estabelecimentos, os equipamentos existentes, o serviço de prolongamento de horário, a possibilidade de ampliação dos edifícios escolares e o estado de conservação geral dos equipamentos e edifícios.

A análise dos parâmetros anteriormente elencados sustenta-se nas respostas aos inquéritos aplicados a todos os estabelecimentos escolares da rede pública. Relativamente a estes inquéritos, de referir que foram aplicados duas diferentes tipologias:

- **Inquérito de sistematização física**: para resposta por cada estabelecimento escolar, independentemente dos níveis escolares ministrados no mesmo. Incide sobre os aspetos físicos da escola, nomeadamente em parâmetros como a segurança do meio envolvente, segurança do edifício escolar, dimensionamento e caraterização geral das instalações, intervenções realizadas na escola, caraterísticas do recinto escolar e do recreio, estado geral de conservação, condições básicas e perspetiva / cenários de alargamento.
- **Inquérito por nível escolar**: a responder por cada estabelecimento escolar, para cada um dos níveis escolares ministrados no mesmo. Para o efeito foram desenvolvidos quatro subtipos de inquérito destinados respetivamente à educação pré-escolar, ao 1.º ciclo do ensino básico, aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário. Estes seguem uma estrutura geral comum, divergindo apenas em algumas questões específicas vocacionadas para cada um dos níveis em causa. Incidem sobre aspetos como as atividades de animação e de apoio à família (AAAF), a componente de apoio à família (CAF), as atividades de enriquecimento curricular (AEC), os recursos físicos especificamente afetos a cada nível escolar (instalações e equipamentos informáticos), as acessibilidades, a ação social escolar, a educação especial, o projeto educativo, a participação dos pais e encarregados de educação, os serviços de psicologia e orientação e o processo de autoavaliação da escola.

Salvaguarda-se a possibilidade de existência de algum grau de subjetividade inerente às respostas aos inquéritos, na medida em que sendo respondidos por um representante de cada estabelecimento escolar, traduzem, em certa medida, as perceções individuais desse representante, nomeadamente no que se refere a questões de índole predominantemente qualitativa.

Note-se, ainda, no que se refere ao inquérito de sistematização física, que por parte de algumas escolas foram respondidos dois inquéritos. Tal sucedeu em escolas onde são lecionados os níveis da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em regime de associação, mas funcionando em edifícios distintos e, portanto, com características, valências e potenciais necessidades também distintas. Nestes casos, e sempre que a situação o justificasse, optou-se por duas respostas individualizadas ao inquérito em causa.

Para além da informação decorrente das respostas aos inquéritos anteriormente descritos, foram ainda considerados outros elementos disponibilizados pelo Município (e.g. número de salas por estabelecimento escolar, número de alunos com frequência nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino e volumes referentes à Carta Educativa de 1.ª geração).

III.4.1. INFRAESTRUTURAS EXISTENTES

As infraestruturas existentes nos estabelecimentos de ensino, designadamente no que respeita à tipologia e qualidade das instalações e dos espaços exteriores e de apoio, para além de contribuírem para a maior ou menor segurança dos alunos, contribuem, também, para o seu sucesso escolar, garantindo o conforto

e bem-estar quer dos alunos, quer dos professores e restante comunidade escolar. As infraestruturas constituem efetivamente um fator de qualidade de uma escola.

Tal como explanado anteriormente, existem no concelho de Braga um total de 114 estabelecimentos escolares públicos, dos quais apenas o Conservatório Música Calouste Gulbenkian corresponde a uma escola não agrupada. Relativamente às escolas agrupadas, de forma a possibilitar uma melhor sistematização dos dados, a análise do número de infraestruturas existentes em cada escola é realizada em função do Agrupamento de Escolas no qual se encontra integrada. Importa mencionar que no que respeita ao Agrupamento de Escolas Braga Oeste apenas foram considerados, para efeitos de caraterização, os estabelecimentos escolares localizados em território concelhio.

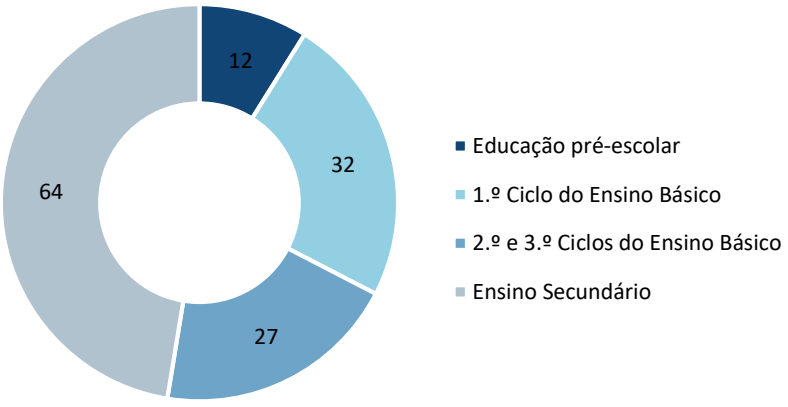
Pretende-se, assim, proporcionar uma caraterização das particularidades de cada estabelecimento escolar, em termos estruturais, e permitir uma visão de conjunto, relativamente a cada Agrupamento de Escolas. Esta caraterização, por sua vez, fundamentará a identificação e priorização das intervenções necessárias ao nível da qualificação do parque escolar em matéria de condições físicas e infraestruturais.

Quanto à tipologia de infraestruturas sob as quais a presente análise incide, de referir a análise do número de salas de aula por nível de instrução lecionado, assim como da existência de salas de trabalhos manuais, laboratórios / salas de ciência, bar, área de refeição (refeitório ou cantina), biblioteca, sala polivalente, sala de audiovisuais, sala de informática, sala de convívio e sala de professores.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

No Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio contabilizam-se um total de 135 salas de aula. Destas, 12 destinam-se à educação pré-escolar, 32 ao 1.º ciclo do ensino básico, 27 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e 64 ao ensino secundário (partilhadas com o 3.º ciclo do ensino básico) (Gráfico III.31).

Gráfico III.31 | Número de salas de aula no AE Alberto Sampaio, por nível de instrução



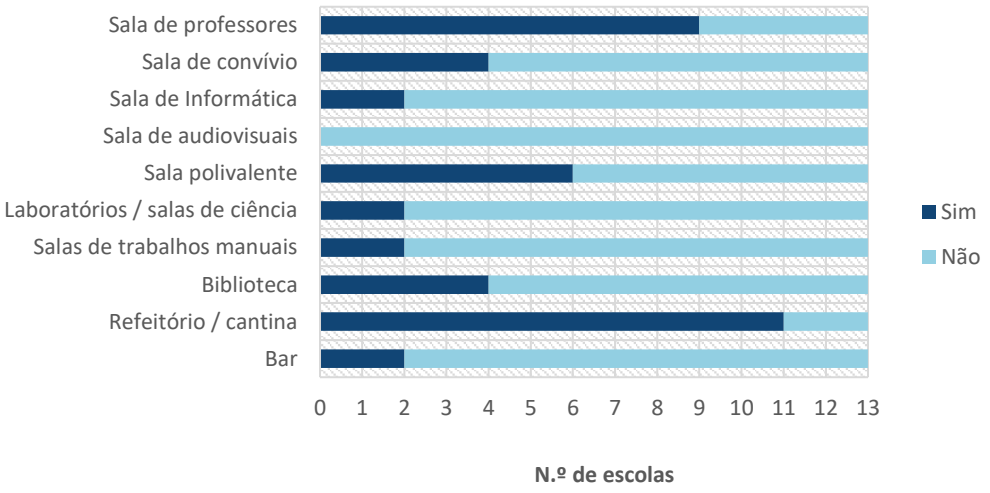
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que se refere à educação pré-escolar, o maior número de salas é registado no JI do Monte, com três salas de atividades, seguindo-se a EB de Esporões, o JI de Lomar e o JI de Carvalho, com duas salas de

atividades. Para o 1.º ciclo do ensino básico, o maior número de salas é observado na EB n.º 1 da Nogueira, com um total de 12 salas, a que se seguem a EB de Lomar, que dispõe de seis salas de aula. Quanto aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, as salas de aula existentes localizam-se nas EB da Nogueira e à ES Alberto Sampaio.

Ainda em termos de infraestruturas existentes, refira-se que a maioria das escolas do agrupamento dispõe de sala de professores e de refeitório / cantina (Gráfico III.32). Em contrapartida, apenas seis possuem sala polivalente, quatro dispõem de biblioteca (EB n.º1 de Nogueira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio), quatro de sala de convívio (EB de Morreira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) e dois de sala de informática (EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio).

Gráfico III.32 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

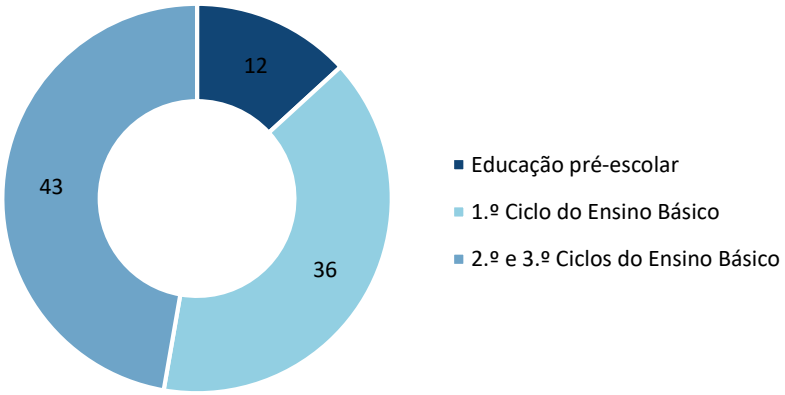
Para além da sala de informática, as duas escolas que asseguram os níveis de instrução mais elevados (EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) são também as únicas que possuem bar e laboratórios / salas de ciência.

Por outro lado, duas escolas possuem salas de trabalhos manuais (EB de Morreira e EB de Nogueira) e nenhuma dispõe de sala de audiovisuais.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

Nos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas André Soares existem um total de 91 salas de aulas, distribuídas pela educação pré-escolar (12 salas), 1.º ciclo do ensino básico (36 salas) e 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (43 salas).

Gráfico III.33 | Número de salas de aula no AE André Soares, por nível de instrução

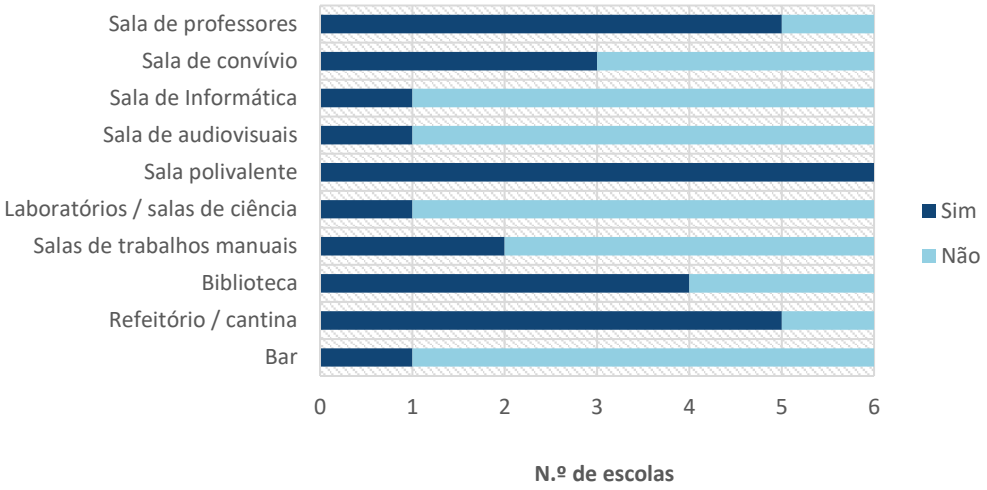


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente à educação pré-escolar, as três escolas que asseguram este nível de educação (EB de São Lázaro, EB do Fujacal e EB da Ponte Pedrinha) apresentam o mesmo número de salas de atividades (quatro). Para o 1.º ciclo do ensino básico, a escola que possui o maior número de salas corresponde à EB de São Lázaro, com um total de doze salas de aula. As salas destinadas aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, por sua vez, correspondem à escola sede do agrupamento (EB André Soares).

As respostas aos inquéritos de sistematização física aplicados aos estabelecimentos escolares do agrupamento permitem constatar que a maioria possui sala polivalente, sala de professores, refeitório / cantina e biblioteca (Gráfico III.34). Por outro lado, são três as escolas que dispõem de sala de convívio (EB de São Lázaro, EB de Ponte Pedrinha e EB André Soares) e duas as que usufruem de salas de trabalhos manuais (EB de São Lázaro e EB André Soares).

Gráfico III.34 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE André Soares



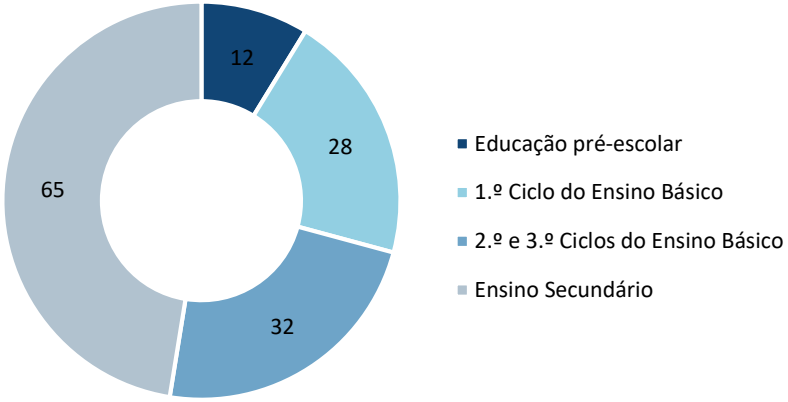
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que se refere às restantes tipologias de infraestruturas em análise (sala de informática, sala de audiovisuais, laboratórios / salas de ciência e bar), somente o estabelecimento escolar que assegura os níveis de instrução mais elevados no agrupamento, nomeadamente a EB André Soares, dispõe de tais recursos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

Conforme se apresenta no Gráfico III.35, os estabelecimentos escolares que integram o AE Escolas Carlos Amarante contemplam um total de 137 salas de aula, das quais 12 dedicadas à educação pré-escolar, 28 ao 1.ª ciclo do ensino básico, 32 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e 65 ao ensino secundário (partilhadas com o 3.ª ciclo do ensino básico).

Gráfico III.35 | Número de salas de aula no AE Carlos Amarante, por nível de instrução

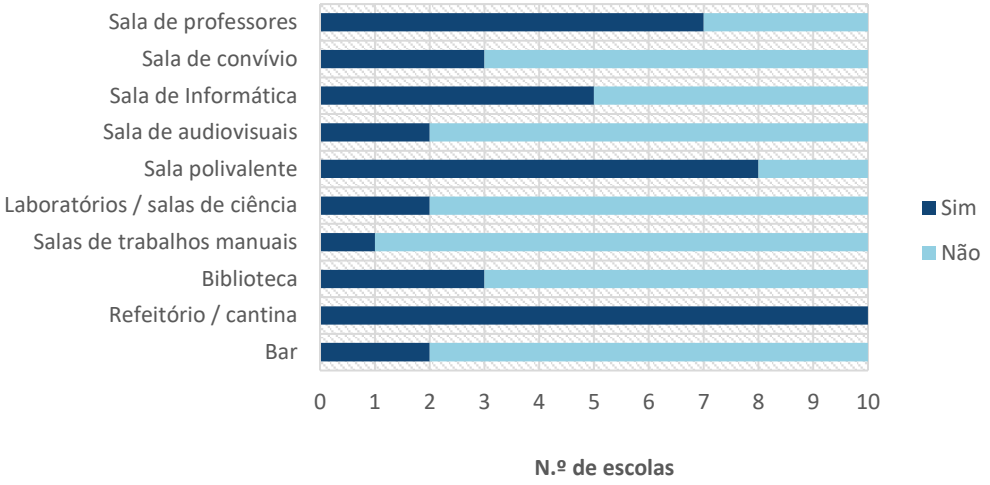


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que se refere à educação pré-escolar, o maior número de salas é registado no JI de Gualtar, que dispõe de três salas de atividades. Quanto ao 1.º ciclo do ensino básico, o maior número de salas é observado na EB n.º 1 de Gualtar, com um total de 10 salas, a que se segue a EB de Este São Pedro, que possui seis salas de aula. As salas destinadas aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, por sua vez, são as referentes às EB de Gualtar e ES Carlos Amarante, respetivamente.

Analisando as infraestruturas existentes nas escolas do agrupamento, é possível aferir que todos os estabelecimentos dispõem de área de refeições (refeitório ou cantina), enquanto apenas dois dispõe de bar, nomeadamente os que asseguram os níveis de instrução mais elevados (EB de Gualtar e ES Carlos Amarante) (Gráfico III.36).

Gráfico III.36 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

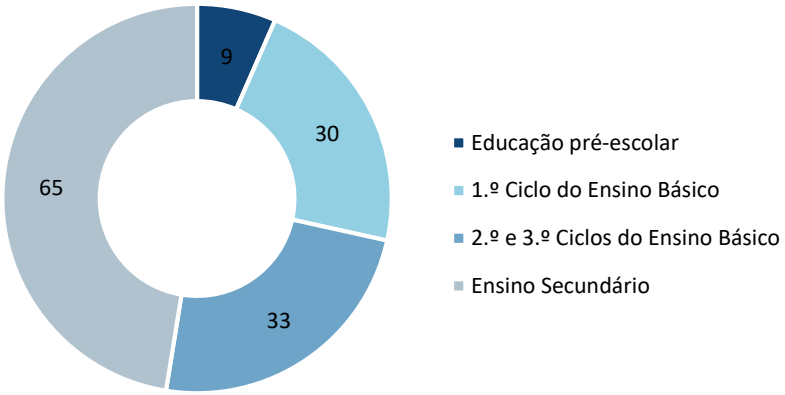
São apenas três as escolas do agrupamento que dispõem de biblioteca, nomeadamente a EB Este S. Mamede, a EB de Gualtar e a ES Carlos Amarante. Por outro lado, a maioria os estabelecimentos escolares possui sala polivalente (oito) e sala de professores (sete) e metade dispõe de sala de informática (cinco).

Quanto às restantes tipologias de infraestruturas em análise, apenas uma escola dispõe de salas de trabalhos manuais (EB de Gualtar), duas possuem laboratórios / salas de ciência e salas de audiovisuais (EB de Gualtar e ES Carlos Amarante) e três dispõem de sala de convívio (EB de Espinho, EB de Gualtar e ES Carlos Amarante).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

O Agrupamento de Escolas D. Maria II, no conjunto dos estabelecimentos escolares que o integram, dispõe de um total de 137 salas de aula, das quais nove se encontram vocacionadas para a educação pré-escolar, 30 para o 1.º ciclo do ensino básico, 33 para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e 65 para o ensino secundário (Gráfico III.37).

Gráfico III.37 | Número de salas de aula no AE D. Maria II, por nível de instrução



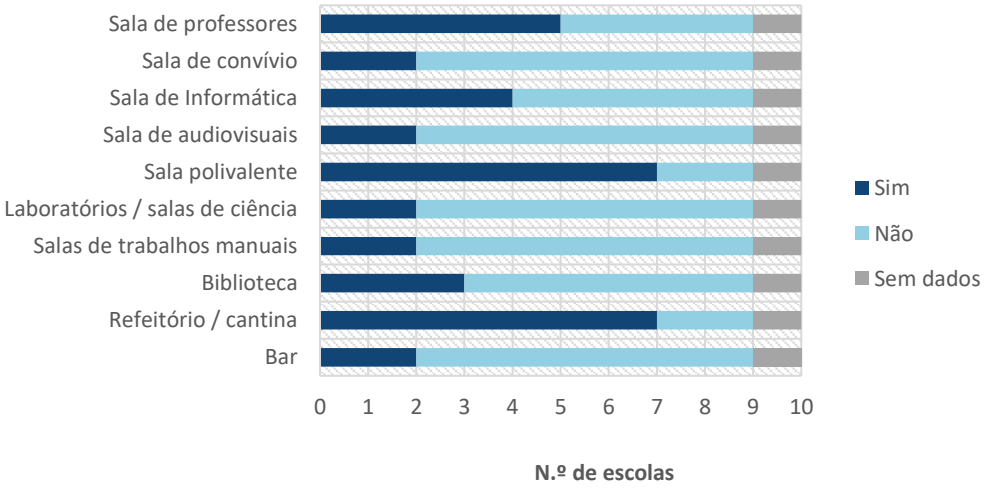
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

O maior número de salas dedicadas à educação pré-escolar verifica-se no JI de Bracara Augusta, com três salas de atividades, ao qual se seguem o JI de Lamaçães e a EB n.º 2 de Lamaçães, ambos com duas salas de atividades. No 1.º ciclo do ensino básico, por sua vez, o maior número de salas de aula verifica-se na EB do Bairro Económico e na EB n.º 2 de Lamaçães, ambas com oito salas dedicadas a este nível de instrução.

O número de salas destinadas aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário correspondem às existentes na EB de Lamaçães e na ES D. Maria II, respetivamente.

No que se refere à sistematização física dos estabelecimentos escolares deste agrupamento, não se dispõe da totalidade das respostas aos inquéritos, pelo que a presente análise incidirá sobre nove dos dez equipamentos que o compõem, com a exceção do JI de Lamaçães (Gráfico III.38).

Gráfico III.38 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



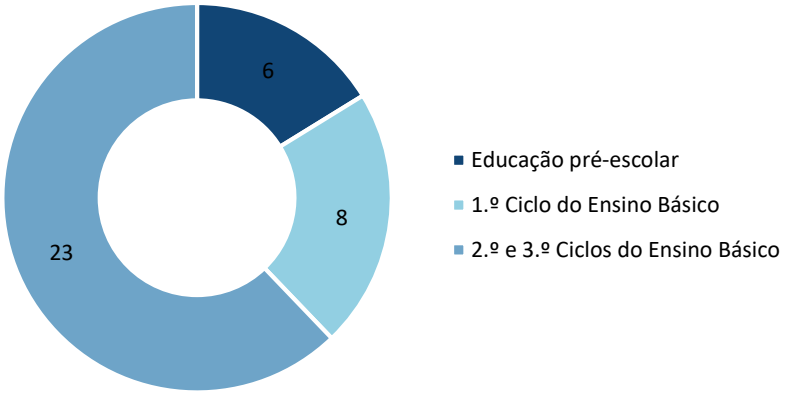
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que subjaz às nove escolas suprarreferidas, note-se que a maioria dispõe de refeitório / cantina, sala polivalente e sala de professores. Por outro lado, são quatro os estabelecimentos escolares que possuem sala de informática (EB n.º 2 de Lamações, EB de São João do Souto, EB de Lamações e ES D. Maria II) e três os que dispõe de biblioteca (EB n.º 2 de Lamações, EB de Lamações e ES D. Maria II). As duas escolas que asseguram os níveis de instrução mais elevados e, portanto, às quais estão associadas acrescidas exigências em termos curriculares, correspondem às únicas que possuem também sala de convívio, sala de audiovisuais, laboratórios / salas de ciência, salas de trabalhos manuais e bar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

Os estabelecimentos de educação e ensino que integram o Agrupamento de Escolas Braga Oeste, no seu conjunto, dispõem de um total de 37 salas de aula, das quais seis se destinam à educação pré-escolar, oito ao 1.º ciclo do ensino básico e 23 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (Gráfico III.39).

Gráfico III.39 | Número de salas de aula no AE Braga Oeste, por nível de instrução

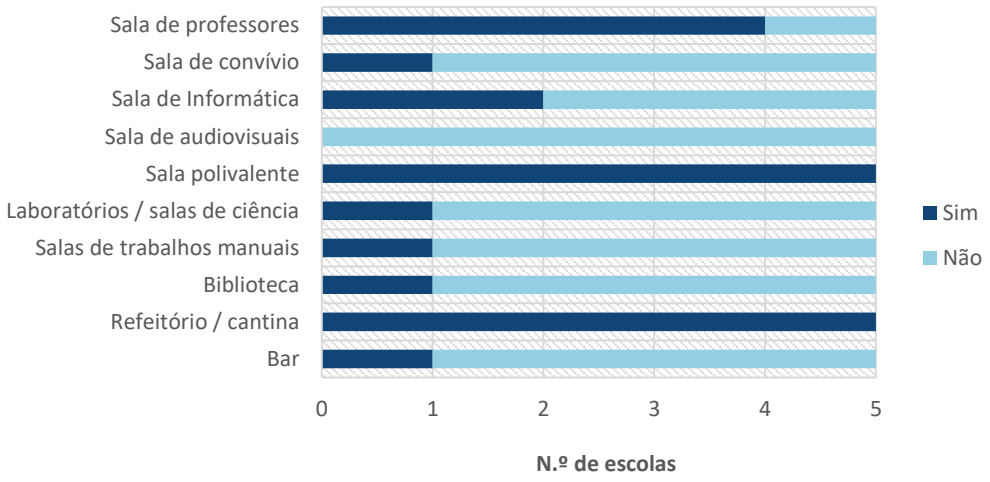


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que concerne à educação pré-escolar, é o JI de Cabreiros que apresenta o maior número de salas (quatro), a que se segue a EB de Sequeira (duas). Para o 1.º ciclo do ensino básico, ambas as escolas localizadas em território concelhio que asseguram este nível (EB de Cabreiros e EB de Sequeira) possuem quatro salas de aula. Quanto aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, são assegurados pela EB Braga de Oeste, que dispõe de 23 salas de aula.

Quanto às infraestruturas existentes, todas as escolas do agrupamento dispõem de refeitório / cantina e de sala polivalente e apenas o edifício do 1.º CEB da EB de Sequeira não possui sala de professores (Gráfico III.40).

Gráfico III.40 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



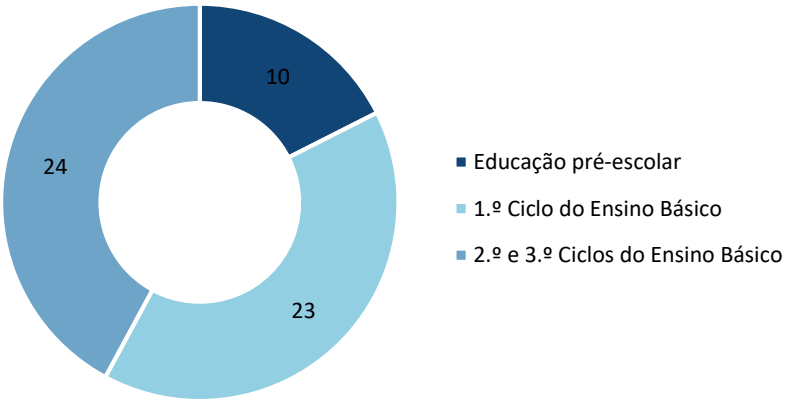
Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, apenas a EB de Cabreiros e a EB de Braga Oeste dispõem de sala de informática e somente a escola sede do agrupamento possui bar, biblioteca, salas de trabalhos manuais, laboratórios / salas de ciência e sala de convívio. Refira-se, ainda, que nenhum dos estabelecimentos escolares dispõe de sala de audiovisuais.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

O Agrupamento de Escolas de Celeirós contempla 10 salas destinadas à educação pré-escolar, 23 salas para o 1.º ciclo do ensino básico e 24 salas designadas para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (Gráfico III.41). Por conseguinte, as escolas do agrupamento localizadas em território concelhio dispõem de um total de 57 salas de aula.

Gráfico III.41 | Número de salas de aula no AE de Celeirós, por nível de instrução

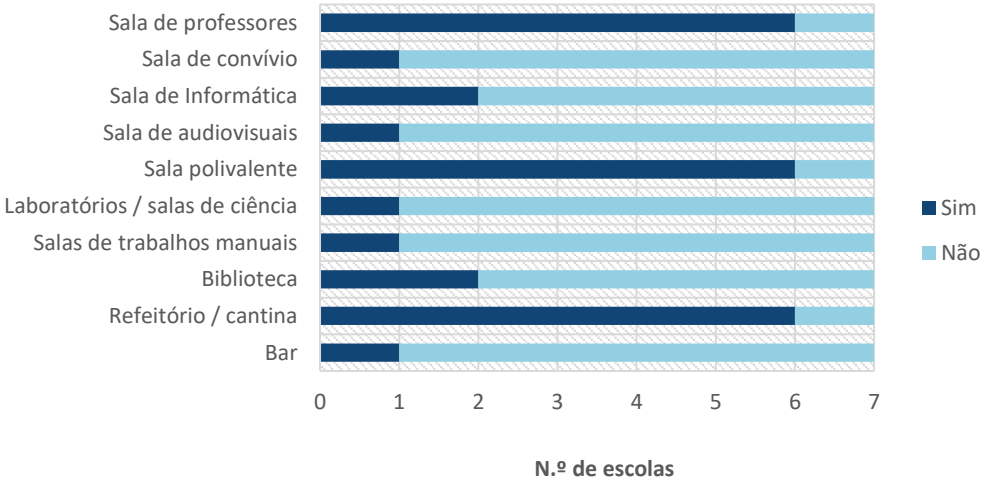


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Analisando a distribuição do número de salas pelos diferentes estabelecimentos escolares é possível aferir que são as EB de Garapôa, EB da Cruz, EB de Figueiredo e o JI de Lamas que dispõem de uma maior número de salas destinadas à educação pré-escolar (duas salas), enquanto a EB da Cruz apresenta o maior número de salas para o 1.º ciclo do ensino básico (sete salas). Quanto aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, é na EB de Celeirós que se contabilizam as 24 salas de aula que asseguram este nível de ensino.

Em termos de infraestruturas existentes nos diferentes estabelecimentos escolares que compõem o agrupamento, conforme representado no Gráfico III.42, a maioria das escolas dispõe de uma área de refeições (refeitório / cantina), sala polivalente e sala de professores, excetuando a EB de Guisande. Por outro lado, são apenas dois os estabelecimentos escolares que possuem biblioteca (EB de Figueiredo e EB de Celeirós) e também dois os que dispõem de sala de informática (EB da Cruz e BE de Celeirós).

Gráfico III.42 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto às restantes tipologias de infraestruturas em análise, somente a EB da Cruz possui sala de audiovisuais e somente a EB de Celeirós dispõe de bar, salas de trabalhos manuais, laboratórios / salas de ciência e sala de convívio.

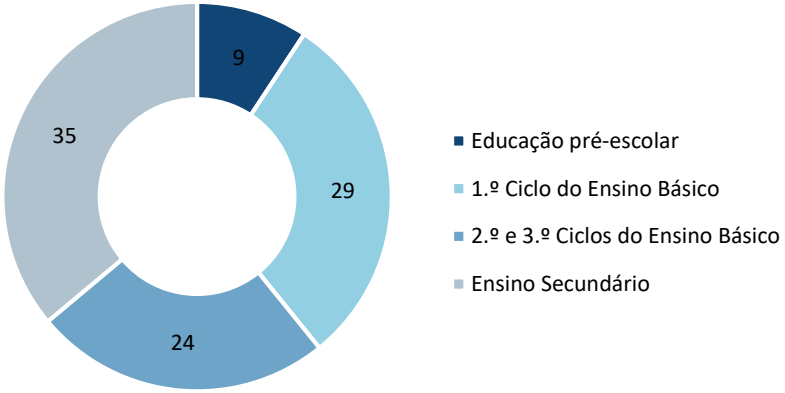
Tal como observado relativamente a outros agrupamentos de escolas, são os estabelecimentos com oferta ao nível dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que tendem a apresentar uma maior variedade de infraestruturas, facto que estrará associado não só ao maior número de alunos que frequentam estas escolas, como também às exigências e necessidades pedagógicas requeridas pelos referidos níveis de ensino.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

Os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Maximinos contabilizam um total de 97 salas de aula, distribuídas do seguinte modo: nove para a educação pré-escolar; 29 para o 1.º

ciclo do ensino básico; 24 para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; e 35 para o ensino secundário (Gráfico III.43).

Gráfico III.43 | Número de salas de aula no AE de Maximinos, por nível de instrução

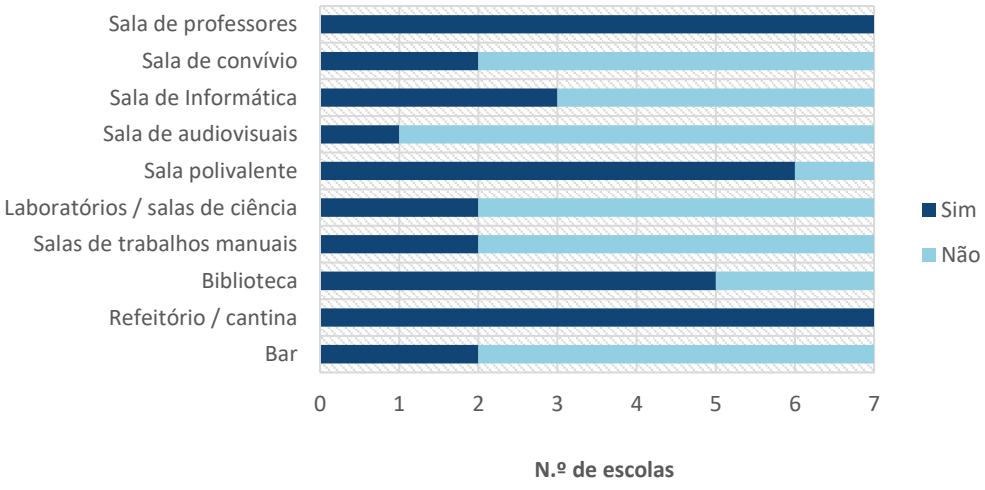


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente à educação pré-escolar, é na EB da Estrada que se assinala o maior número de salas de atividades (três), enquanto no 1.º ciclo do ensino básico é a EB da Gandra que assume essa posição, possuindo oito salas destinadas a este nível de ensino. Quanto ao número de salas de aula destinadas aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, correspondem às existentes nas EB Frei Caetano Brandão e na ES de Maximinos, respetivamente.

A análise das tipologias de infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares deste agrupamento permite observar que a existência de um espaço de refeições (refeitório / cantina) representa uma caraterística comum a todas as escolas, assim como a existência de uma sala de professores. Também frequente é a existência de uma sala polivalente (seis escolas) e de uma biblioteca (cinco escolas).

Gráfico III.44 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

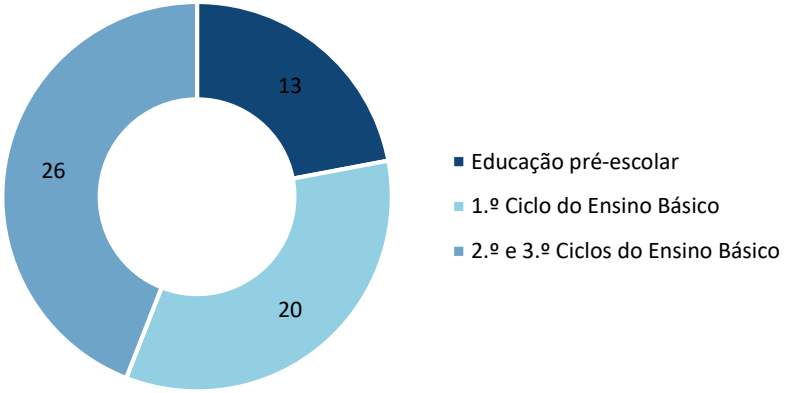
A sala de informática é um recurso existente em três escolas do agrupamento, designadamente na EB da Gandra, na EB Frei Caetano Brandão e na ES de Maximinos.

Como infraestruturas menos comuns referem-se os bares, as salas de trabalhos manuais, os laboratórios / salas de ciência e as salas de convívio, existentes em apenas duas escolas (EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos) e a sala de audiovisuais, existente apenas na ES de Maximinos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

Analisando o número de salas dos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado é possível contabilizar um total de 59 salas de aulas, distribuídas pela educação pré-escolar (13 salas), 1.º ciclo do ensino básico (20 salas) e 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (26 salas) (Gráfico III.45).

Gráfico III.45 | Número de salas de aula no AE Mosteiro e Cávado, por nível de instrução

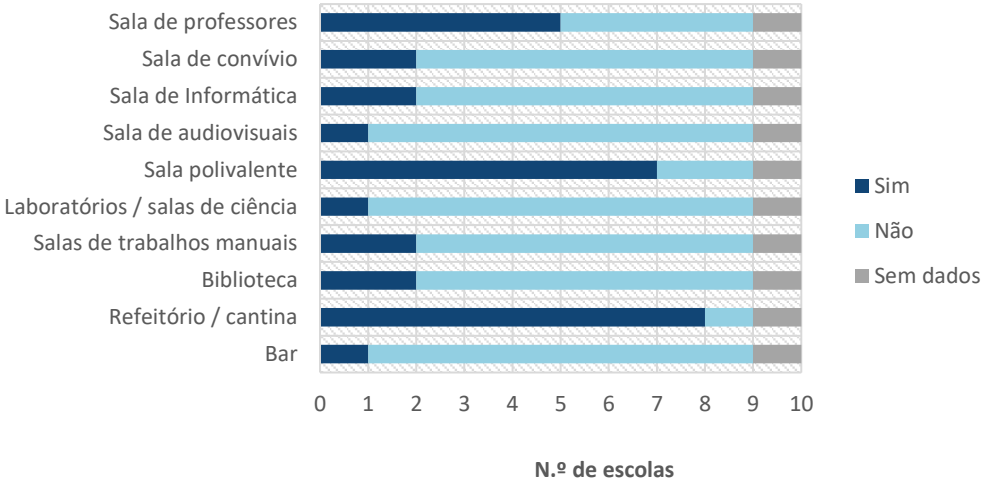


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente à educação pré-escolar, são a EB de Merelim S. Paio e o JI de Padim da Graça que apresentam o maior número de salas de atividades (três), enquanto o JI de Ruães dispõe apenas de uma sala de atividades. No 1.º ciclo do ensino básico, todas as escolas possuem o mesmo número de salas de aula (quatro). Os dois ciclos seguintes são assegurados neste agrupamento pela EB de Mosteiro e Cávado que dispõe de 26 salas de aula.

Observando o Gráfico III.46 é possível observar que dos nove estabelecimentos para os quais se dispõe de informação, a maioria dispõe de refeitório / cantina (oito escolas), sala polivalente (sete escolas), e sala de professores (cinco escolas).

Gráfico III.46 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

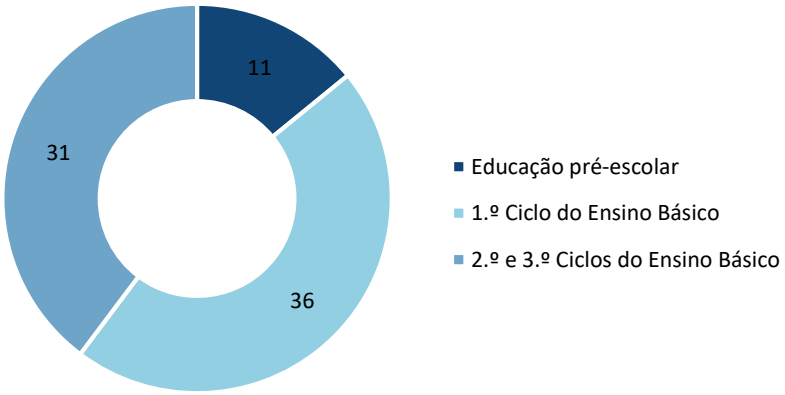
Por outro lado, são duas as escolas onde existem salas de trabalhos manuais (EB de Padim da Graça e EB Mosteiro e Cávado), sala de convívio (EB de Panoias e EB Mosteiro e Cávado), biblioteca (EB Merelim S. Paio e EB Mosteiro e Cávado) e sala de informática (EB Merelim S. Paio e EB Mosteiro e Cávado).

À semelhança do verificado relativamente aos restantes agrupamentos de escolas, é a escola que ministra os níveis de instrução mais elevado, nomeadamente a EB Mosteiro e Cávado, que dispõe de uma maior dotação infraestrutural, sendo a única escola do agrupamento que dispõe de sala de audiovisuais, laboratórios / salas de ciências e bar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

O Agrupamento de Escolas de Real agrega um total de 78 salas de aulas, das quais 11 se destinam à educação pré-escolar, 36 ao 1.º ciclo do ensino básico e 31 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (Gráfico III.47).

Gráfico III.47 | Número de salas de aula no AE de Real, por nível de instrução

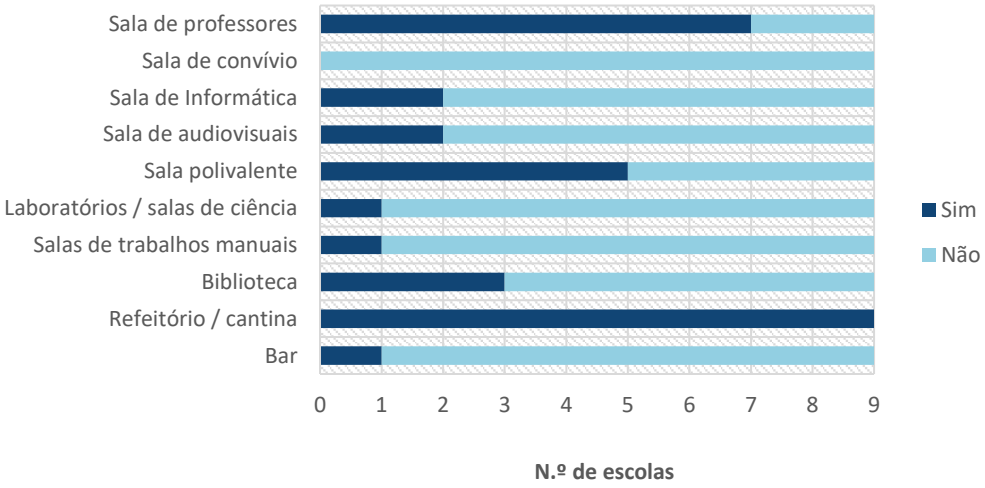


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que se refere à educação pré-escolar, três das escolas dispõem de três salas de atividades (JI da Quinta das Hortas, EB de S. Frutuoso e JI de Frossos), enquanto a restante escola possui duas salas (JI de Parada de Tibães). No 1.º ciclo do ensino básico, por sua vez, o maior número de salas de aula é registado na EB de S. Frutuoso (12 salas) e o menor na EB de Frossos (quatro salas). As 31 salas de aula destinadas aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico correspondem às existentes na EB de Real.

Neste agrupamento, conforme se evidencia no Gráfico III.48, todas as escolas possuem refeitório / cantina e a maioria dispõe também de sala de professores (sete escolas) e sala polivalente (cinco escolas).

Gráfico III.48 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

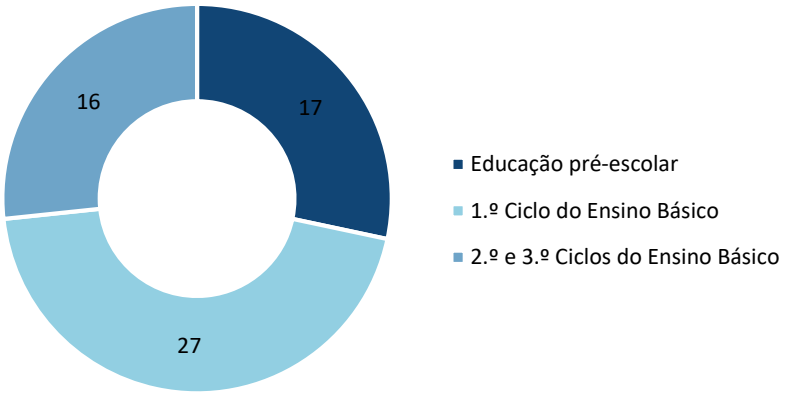
Por outro lado, são três as escolas que dispõem de biblioteca (EB da Sé, EB de S. Frutuoso e EB de Real) e duas as que possuem sala de informática e sala de audiovisuais (EB de S. Frutuoso e EB de Real).

Também neste agrupamento, é a escola que assegura o 2.º e 3.º ciclos de ensino básico (EB de Real) que está dotada com um maior número e variedade infraestrutural, sendo a única que dispõe de laboratórios / salas de ciência, salas de trabalhos manuais e bar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

Os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria dispõe de uma total de 60 salas de aulas. Estas salas encontram-se distribuídas pelos diferentes níveis de instrução assegurados pelo agrupamento, do seguinte modo: 17 salas para a educação pré-escolar; 27 salas para o 1.º ciclo do ensino básico; e 16 salas para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Gráfico III.49 | Número de salas de aula no AE Trigal de Santa Maria, por nível de instrução

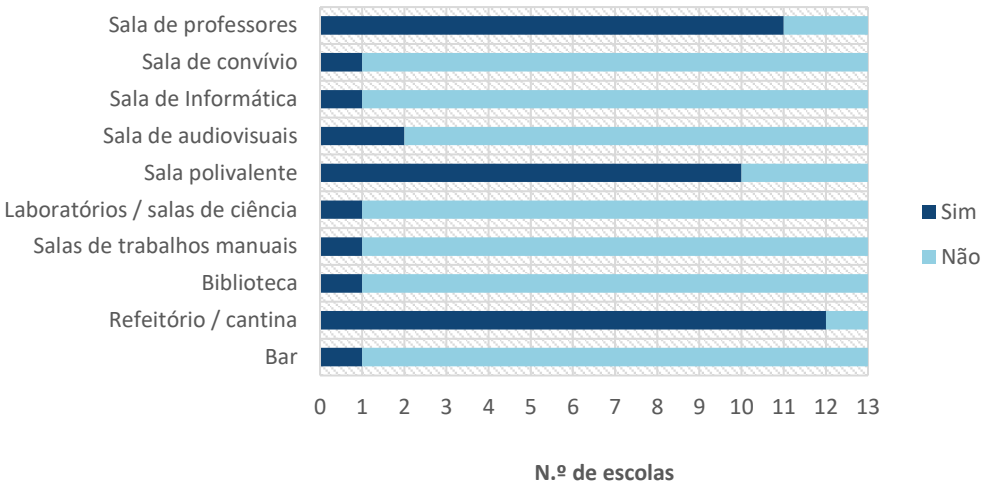


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto à educação pré-escolar, a escola que possui o maior número de salas de atividades é a EB da Cunha, com quatro salas, enquanto o menor número de salas é observado nas EB de Vimeiro, EB da Estação e EB de Arentim, que possuem apenas 1 sala de atividades. No que se refere ao 1.º ciclo do ensino básico, é na EB de Aveleda que se regista o maior número de salas de atividade (cinco), sendo os menores números contabilizados nas EB de Vimeiro e EB de Arentim, ambas como três salas de aulas. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, as 16 salas de aula existentes correspondem à EB Trigal de Santa Maria.

Ainda ao nível infraestrutural, a generalidade das escolas dispõem de refeitório / cantina, sala de professores e sala polivalente (Gráfico III.50). Neste contexto, refira-se que somente a EB de Aveleda não possui refeitório / cantina, as EB de Estação e de Cunha não dispõem de sala de professores e as EB de Vimeiro, de Arentim e de Tebosa (edifício do 1.º CEB) não possuem sala polivalente.

Gráfico III.50 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



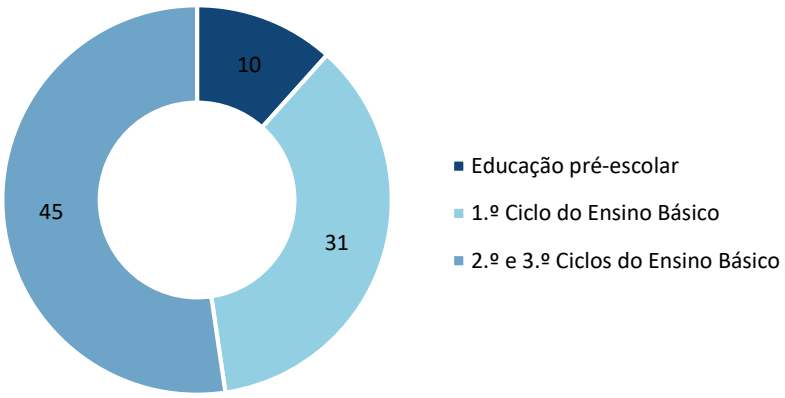
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

É na EB de Trigal de Santa Maria que se constata a existência de um maior nível de infraestruturação, pelo que esta é a única escola do agrupamento que usufrui de sala de convívio, sala de informática, laboratórios / salas de ciência, salas de trabalhos manuais, biblioteca e bar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, no conjunto de estabelecimentos escolares que o integram, contempla um total de 86 salas de aulas, das quais 10 se destinam à educação pré-escolar, 31 ao 1.º ciclo do ensino básico e 45 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (Gráfico III.51).

Gráfico III.51 | Número de salas de aula no AE Dr. Francisco Sanches, por nível de instrução



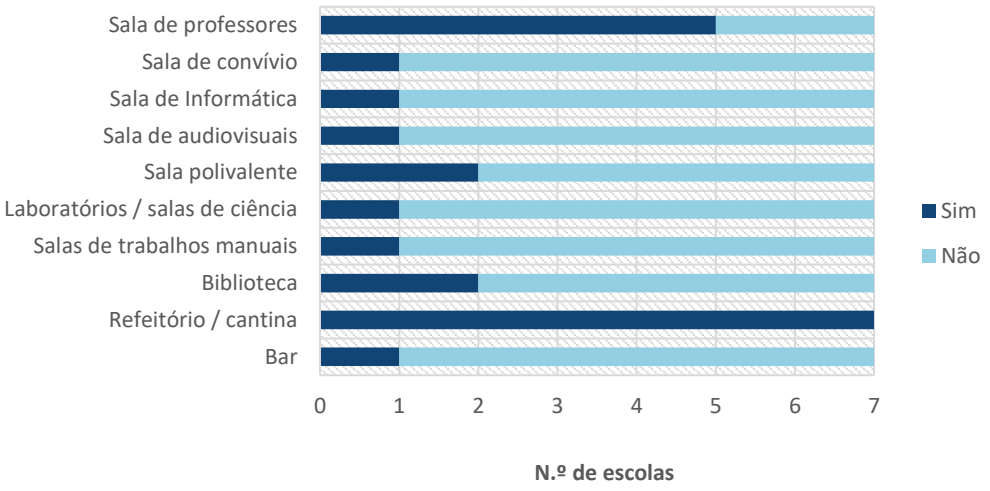
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Analisando a distribuição das salas de atividades referentes à educação pré-escolar, verifica-se que são a EB das Enguardas e o JI da Quinta das Fontes que apresentam o maior número de salas (três), seguindo-

se as EB da Quinta da Veiga e a EB do Bairro da Alegria, ambas com duas salas de atividades. Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, o maior número de salas de aula é observado na EB da Quinta da Veiga (nove) e o menor na EB do Bairro da Misericórdia (quatro). A EB Dr. Francisco Sanches assegura os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico neste agrupamento, dispondo, para o efeito, de um total de 45 salas de aula.

Conforme é possível constatar pela análise do Gráfico III.52, todas as escolas do agrupamento contam com a existência de refeitório / cantina e a maioria dispõe de sala de professores (cinco das sete escolas). Acresce referir que são dois os estabelecimentos escolares que dispõem de sala polivalente (EB do Bairro da Alegria e EB Dr. Francisco Sanches), bem como os que possuem biblioteca (EB de Quinta da Veiga e EB Dr. Francisco Sanches).

Gráfico III.52 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



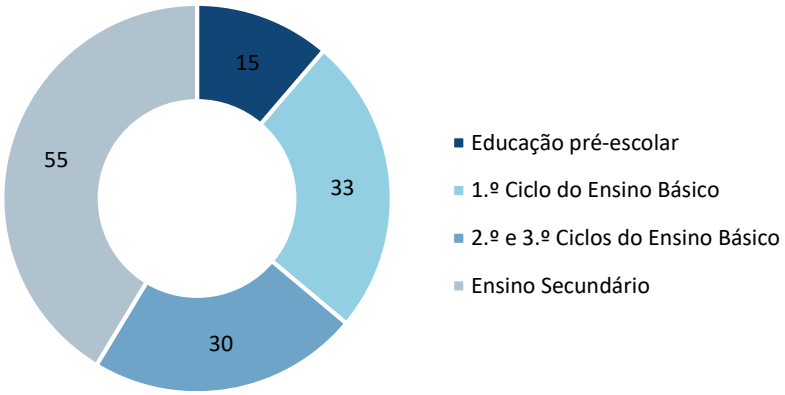
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A EB Dr. Francisco Sanches, enquanto escola que ministra os níveis escolares mais elevados ao nível do agrupamento (2.º e 3.º CEB), encontra-se dotada de um maior número de infraestruturas, sendo a única que dispõe de salas de trabalhos manuais, laboratórios / salas de ciência, sala de convívio, sala de informática, sala de audiovisuais e bar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

O Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, no conjunto dos estabelecimentos de educação e ensino que o integram, dispõe de um total de 133 salas de aula, as quais se encontram distribuídas do seguinte modo: 15 para a educação pré-escolar; 33 para o 1.º ciclo do ensino básico; 30 para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; 55 para o ensino secundário (partilhadas com o 3.º ciclo do ensino básico).

Gráfico III.53 | Número de salas de aula no AE Sá de Miranda, por nível de instrução

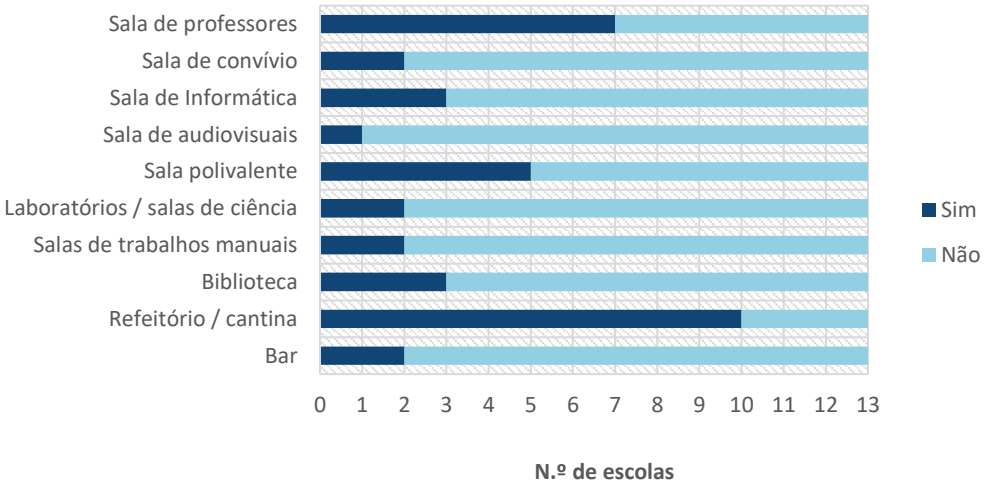


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente à educação pré-escolar, a maioria das escolas que asseguram este nível de instrução dispõem de duas salas de atividades, com a exceção do JI de Pomares que possuem apenas uma sala de atividades. No 1.º ciclo do ensino básico, por sua vez, o maior número de salas de aula é observado na EB de Dume, com 8 salas de aula. Para este ciclo, o menor número de salas de aula corresponde à EB de Coucinheiro, com apenas duas salas, seguindo-se a EB da Pousada, com apenas três salas. Quanto aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, as salas afetas a estes níveis de instrução correspondem às existentes na EB de Palmeira e na ES Sá de Miranda.

Ainda em termos infraestruturais, importa referir que a maioria das escolas do agrupamento dispõem de refeitório / cantina, com exceção da EB de Crespos, da EB de Coucinheiro e da EB de Presa. Para além disso, sete das escolas possuem sala de professores e cinco possuem sala polivalente.

Gráfico III.54 | Infraestruturas existentes nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



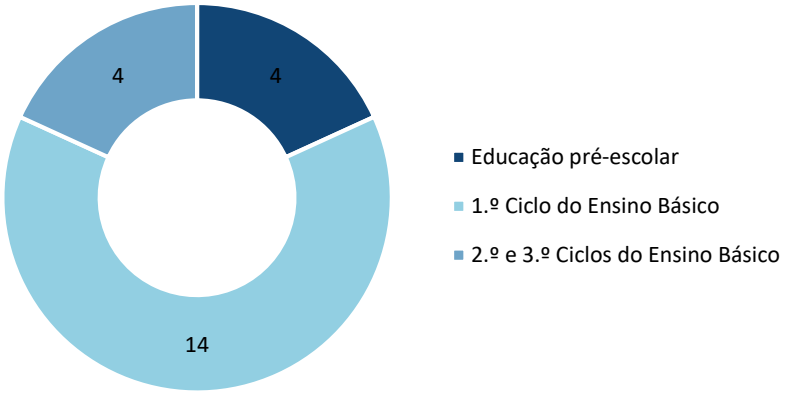
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A biblioteca e a sala de informática são infraestruturas menos comuns, estando apenas presentes em três dos estabelecimentos escolares em análise. Também a sala de convívio, os laboratórios / salas de ciência, as salas de trabalhos manuais e o bar são recursos pouco frequentes, existindo apenas nas duas escolas que ministram os níveis de ensino mais elevados, designadamente na EB de Palmeira e na ES Sá de Miranda. Ainda menos comum é a existência de sala de audiovisuais, recurso somente existente na ES Sá de Miranda.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

No que se refere à Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, que integra igualmente a rede escolar pública do município de Braga, esta dispõe de um total de 22 salas de aula, das quais quatro se destinam ao 1.º ciclo do ensino básico, 14 aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e quatro ao ensino secundário (Gráfico III.55).

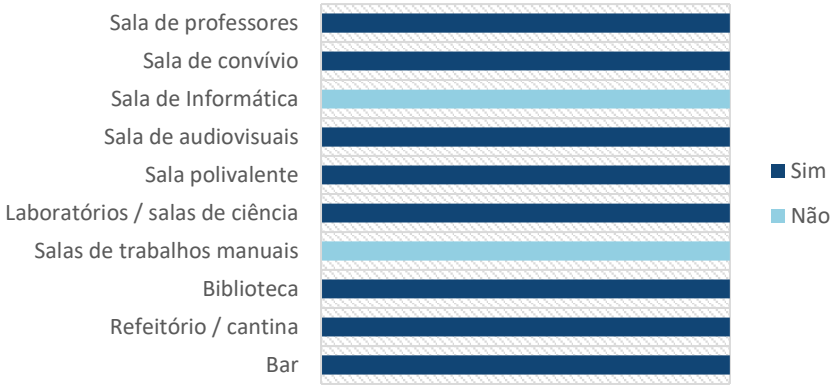
Gráfico III.55 | Número de salas de aula no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, por nível de instrução



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente às infraestruturas existentes nesta escola, conforme apresentado no Gráfico III.56, importa referir que esta dispõe de bar, espaço de refeições (refeitório / cantina), biblioteca, laboratório / sala de ciências, sala polivalente, sala de audiovisuais, sala de convívio e sala de professores. Face ao exposto, das tipologias de infraestruturas em análise, a escola apenas não possui sala de trabalhos manuais e sala de informática.

Gráfico III.56 | Infraestruturas existentes no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

III.4.2. TAXAS DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DOS ESPAÇOS

A capacidade de resposta das salas de aula relativamente ao número de alunos que frequentam os estabelecimentos escolares decorre do ajustamento entre as caraterísticas da população residente e a capacidade de acolhimento de cada escola, cumprindo aquilo que são os critérios mínimos de constituição das turmas.

De acordo com o Despacho Normativo nº 7-B/2015 (II Série), de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 1-H/2016 (II Série), de 14 de abril de 2016, e pelo Despacho Normativo n.º 1-B/2017 (II Série), de 17 de abril de 2017, a constituição das turmas deverá respeitar as seguintes regras ou critérios gerais:

- **Educação pré-escolar**: as turmas são constituídas por um número mínimo de 20 crianças e um máximo de 25 crianças.
- **1.º ciclo do ensino básico**: as turmas são constituídas por 26 alunos.
- **2.º e 3.º ciclos do ensino básico**: as turmas são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.
- **Ensino secundário**: as turmas são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um número máximo de 30 alunos.

O mesmo documento legal prevê exceções aos limites apresentados anteriormente nos casos em que as turmas integrem crianças com necessidades educativas especiais de caráter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique. Nestas circunstâncias, os limites passam a ser de 20 alunos para as turmas dos diferentes níveis de educação e ensino.

Ainda ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, a legislação vigente prevê ainda que as turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de dois anos

de escolaridade, sejam constituídas por 18 alunos e nos estabelecimentos de ensino com mais de um lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, sejam constituídas por 22 alunos.

Outra exceção refere-se às escolas integradas em territórios educativos de intervenção prioritária, onde as turmas do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por 24 alunos e as turmas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (5.º e 7.º anos) são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos. Quanto ao ensino secundário, nos cursos científico-humanísticos e nos cursos do ensino artístico especializado, nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, o número máximo é de 28 alunos. Nos cursos profissionais, as turmas são constituídas por um número mínimo de 22 alunos e um máximo de 28 alunos, exceto nos Cursos Profissionais de Música, de Interpretação e Animação Circenses e de Intérprete de Dança Contemporânea, da Área de Educação e Formação de Artes do Espetáculo, em que o limite mínimo é de 14.

A taxa de ocupação/saturação traduz a relação entre a capacidade do edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno. Há excesso de lotação dos equipamentos quando a taxa de ocupação/ saturação dos espaços regista valores iguais ou superiores a 100%.

Com o propósito de determinar esta taxa, recorreu-se à relação entre o número máximo de alunos por turma (considerando os limites normativos gerais) e o total de salas existentes em cada estabelecimento escolar, para obter a capacidade máxima instalada (capacidade total). Subsequentemente, com base na capacidade máxima instalada e no número total de alunos que frequentam os estabelecimentos escolares no ano letivo 2017-2018, procedeu-se ao cálculo da taxa de ocupação/saturação referente a cada estabelecimento escolar do concelho de Braga (Quadro III.40).

Para efeitos de cálculo, foi considerado o número total de salas de aula existentes em cada estabelecimento escolar, independentemente de se encontrarem ou não em funcionamento no ano letivo em causa, uma vez que o seu funcionamento estará dependente do número de frequências anual em cada estabelecimento e ciclo escolar. Assumiu-se que cada sala de aula terá capacidade para acolher o número máximo de alunos estabelecido legalmente para os níveis de instrução respetivos.

Quadro III.40 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares da rede pública do concelho de Braga

AE	Escola	Nº de salas	Capacidade total	Alunos (2017/2018)	Taxa de ocupação
AE Alberto Sampaio	EB n.º 1 Nogueira	13	337	261	77%
	JI Lomar	2	50	25	50%
	EB Lomar	6	156	129	83%
	JI Monte	3	75	54	72%
	EB Fraião	5	129	117	91%
	JI Carvalho	2	50	17	34%
	EB Trandeiras	2	52	21	40%
	EB Arcos	4	103	88	85%
	EB Morreira	2	52	14	27%
	EB Esporões	5	128	82	64%

AE	Escola	Nº de salas	Capacidade total	Alunos (2017/2018)	Taxa de ocupação
	EB Nogueira	27	810	640	79%
	ES Alberto Sampaio	64	1920	1662	87%
	TOTAL AE	135	3862	3110	81%
AE André Soares	EB São Lázaro	16	412	352	85%
	EB Carandá	8	208	197	95%
	EB Fujacal	12	308	188	61%
	EB Ponte Pedrinha	12	308	194	63%
	EB André Soares	43	1290	1261	98%
	TOTAL AE	91	2526	2192	87%
AE Carlos Amarante	EB Espinho	3	77	46	60%
	EB Sobreposta	6	154	68	44%
	EB Este S. Mamede	6	154	136	88%
	JI Este São Pedro	2	50	25	50%
	EB Este São Pedro	6	156	84	54%
	EB nº 1 Gualtar	10	260	213	82%
	JI Gualtar	3	75	70	93%
	EB Pedralva	4	102	32	31%
	EB Gualtar	32	960	646	67%
	ES Carlos Amarante	65	1950	1936	99%
	TOTAL AE	137	3938	3256	83%
AE D. Maria II	EB Bairro Económico	8	208	97	47%
	EB Santa Tecla	4	104	73	70%
	EB nº 2 Lamações	10	258	197	76%
	EB Nogueiró	5	129	117	91%
	EB Tenões	3	77	70	91%
	JI Bracara Augusta	3	75	44	59%
	EB S. João Souto	4	104	91	88%
	JI Lamações	2	50	45	90%
	EB de Lamações	33	990	754	76%
	ES D. Maria II	65	1950	1394	71%
	TOTAL AE	137	3945	2882	73%
AE Braga Oeste	EB Cabreiros	4	104	73	70%
	JI Cabreiros	4	100	45	45%
	EB Sequeira	6	154	92	60%
	EB Braga Oeste	23	690	440	64%
	TOTAL AE	37	1048	650	62%
AE de Celeirós	EB Garapôa	6	150	88	59%
	EB Cruz	9	225	131	58%
	EB Figueiredo	8	200	119	60%
	EB Escudeiros	5	125	61	49%

AE	Escola	Nº de salas	Capacidade total	Alunos (2017/2018)	Taxa de ocupação
	EB Guisande	3	75	34	45%
	JI Lamas	2	50	21	42%
	EB Celeirós	24	720	454	63%
TOTAL AE		57	1545	908	59%
AE de Maximinos	EB Estrada	8	205	146	71%
	EB Gandra	8	208	93	45%
	EB Maximinos	8	206	123	60%
	EB Naia	8	206	125	61%
	EB Gondizalves	6	154	87	56%
	EB Frei Caetano Brandão	24	720	456	63%
	ES Maximinos	35	1050	398	38%
TOTAL AE		97	2749	1428	52%
AE Mosteiro e Cávado	EB Merelim S. Paio	7	179	120	67%
	EB Merelim S. Pedro	6	154	101	66%
	JI Panoias	2	50	20	40%
	JI Ruães	1	25	15	60%
	EB Carrascal	4	104	78	75%
	JI Mire Tibães	2	50	30	60%
	JI Padim Graça	3	75	26	35%
	EB Padim Graça	4	104	69	66%
	EB Panoias	4	104	33	32%
	EB Mosteiro e Cávado	26	780	457	59%
TOTAL AE		59	1625	949	58%
AE de Real	JI Parada Tibães	2	50	12	24%
	JI Quinta Hortas	3	75	20	27%
	EB nº 1 Real	6	156	146	94%
	EB Frossos	4	104	69	66%
	EB Parretas	6	156	81	52%
	EB Sé	8	208	216	104%
	EB S. Frutuoso	15	387	234	60%
	JI Frossos	3	75	32	43%
	EB de Real	31	930	787	85%
TOTAL AE		78	2141	1597	75%
AE Trigal de Santa Maria	EB Aveleda	7	180	82	46%
	JI Vilaça E. Muros	2	50	9	18%
	EB Vimieiro	4	103	19	18%
	EB Fradelos	6	150	77	51%
	EB Estação	5	129	87	67%
	JI Igreja	2	50	8	16%
	EB Arentim	4	103	50	49%

AE	Escola	Nº de salas	Capacidade total	Alunos (2017/2018)	Taxa de ocupação
	EB Cunha	4	100	8	8%
	EB Ruílhe	4	104	72	69%
	EB Tebosa	6	154	83	54%
	EB Trigal Santa Maria	16	480	383	80%
TOTAL AE		60	1603	878	55%
AE Dr. Francisco Sanches	**EB Enguardas**	9	231	140	61%
	EB Quinta Veiga	11	284	225	79%
	EB Bairro Alegria	8	206	161	78%
	EB S. Vítor	6	156	143	92%
	EB Bairro da Misericórdia	4	104	66	63%
	JI Quinta das Fontes	3	75	24	32%
	EB Dr. Francisco Sanches	45	1350	843	62%
TOTAL AE		86	2406	1602	67%
AE Sá de Miranda	**EB Crespos**	6	154	43	28%
	EB Coucinheiro	4	102	36	35%
	EB Bracara Augusta	6	154	112	73%
	EB Pousada	5	128	54	42%
	EB Ortigueira	4	104	70	67%
	EB Dume	10	258	115	45%
	EB Presa	6	154	45	29%
	EB Eira Velha	4	104	75	72%
	JI Adaúfe	2	50	23	46%
	JI Pomares	1	25	26	104%
	EB Palmeira	30	900	575	64%
	ES Sá Miranda	55	1650	1086	66%
TOTAL AE		133	3783	2260	60%
Conservatório Música Calouste Gulbenkian		22	644	641	100%
TOTAL REDE PÚBLICA		1129	31842	22353	70%

Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Note-se que nos estabelecimentos que ministram mais do que um nível escolar, o número de salas atribuído a cada nível será, em determinados casos, variável, dependendo do respetivo número de turmas em cada ano letivo.

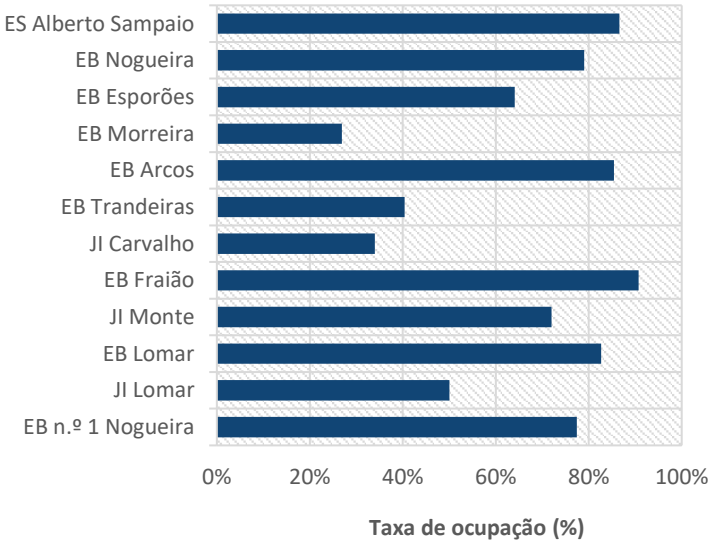
De seguida procede-se à análise e sistematização das taxas de ocupação determinadas para os estabelecimentos escolares do território concelhio, por Agrupamento de Escolas do concelho de Braga. Note-se que relativamente ao Agrupamento de Escolas Braga Oeste apenas foram considerados, para efeitos de caraterização, os estabelecimentos escolares localizados no concelho de Braga.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

A análise das taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares que integram o Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, apresentadas no Gráfico III.57, permite constatar a inexistência de qualquer situação de saturação ou sobrelotação dos espaços escolares, não se verificando taxas iguais ou superiores a 100%. De facto, as taxas de ocupação aferidas situam-se entre os 27%, verificados na EB da Morreira, e os 91% registados na EB de Fraião.

Relativamente a estas taxas importa salvaguardar que na determinação da capacidade máxima estimada para cada estabelecimento escolar é admitido um erro por excesso, por desconsideração da ocorrência de turmas em regime especial e turmas em escolas integradas em territórios educativos de intervenção prioritária, para as quais está estabelecido legalmente um menor número máximo de alunos.

Gráfico III.57 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



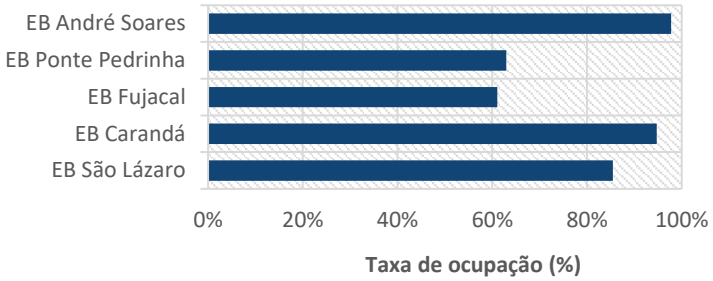
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos médios globais, no ano letivo 2017-2018, estima-se uma taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio de cerca de 81%, para os diferentes níveis de educação e ensino.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

Analisando as taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares do Agrupamento de Escolas André Soares (Gráfico III.58), é possível aferir, mais uma vez, a inexistência de situações de saturação ou sobrelotação dos espaços. As taxas de ocupação variam entre os 61% apurados para a EB de Fujacal e os 98% estimados para a EB André Soares.

Gráfico III.58 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares



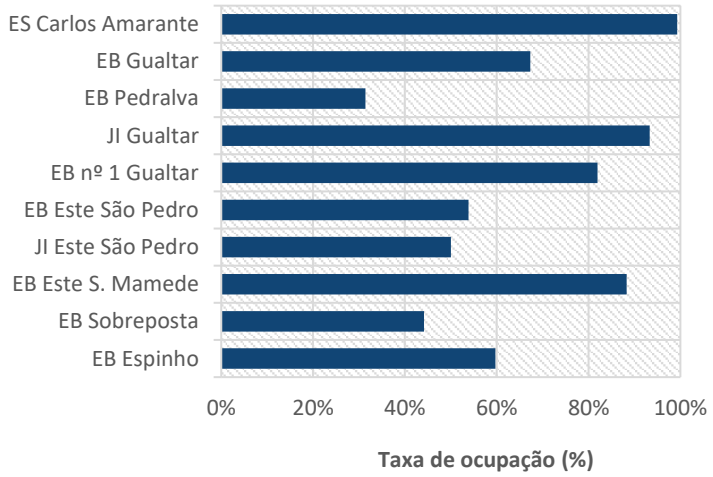
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A taxa média global de ocupação determinada para o AE André Soares, no ano letivo 2017-2018, corresponde a 87%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

Nos estabelecimentos escolares que integram o AE Carlos Amarante as taxas de ocupação variam entre os 31% registados na EB de Pedralva e os 99% registados na ES Carlos Amarante (Gráfico III.59).

Gráfico III.59 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

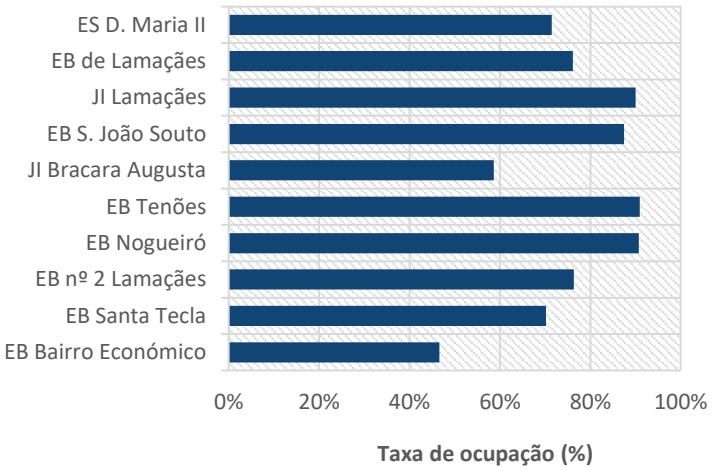
As taxas estimadas para os diferentes estabelecimentos escolares afiguram-se, assim, bastante díspares e heterogéneas, registando-se uma situação de saturação do espaço escolar e, simultaneamente, situações de subaproveitamento dos espaços, assinalando-se taxas de ocupação iguais ou inferiores a 50% em três escolas (EB de Pedralva, EB de Sobreposta e JI de Este São Pedro).

Em termos globais, a taxa de ocupação média registada neste agrupamento de escolas é de 83%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

Analisando as taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II é possível aferir uma predisposição para taxas superiores a 60%, com a exceção da EB do Bairro Económico e do JI de Bracara Augusta, onde são registadas taxas de ocupação de 47% e 59%, respetivamente (Gráfico III.60). Neste agrupamento de escolas, a maior taxa de ocupação dos espaços escolares verifica-se na EB de Nogueiró e na EB de Tenões, ambas com 91%.

Gráfico III.60 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



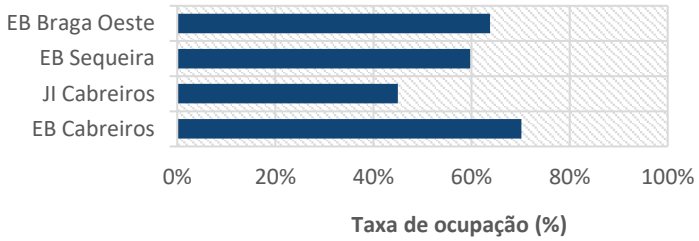
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos médios globais, este agrupamento de escolas regista uma taxa de ocupação de cerca de 73%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

No que ao AE Braga Oeste diz respeito, a análise recai apenas sobre os estabelecimentos escolares localizados no concelho de Braga, nomeadamente a EB de Braga Oeste, a EB de Sequeira, a EB de Cabreiros e o JI de Cabreiros. Analisando as taxas de ocupação destas escolas, apresentadas no Gráfico III.61, observa-se uma tendência de ocupação bastante díspar, com as taxas as variarem entre os 45% registados no JI de Cabreiros e os 70% verificados na EB de Cabreiros. Há, de um modo geral, uma tendência para o subaproveitamento dos espaços escolares.

Gráfico III.61 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



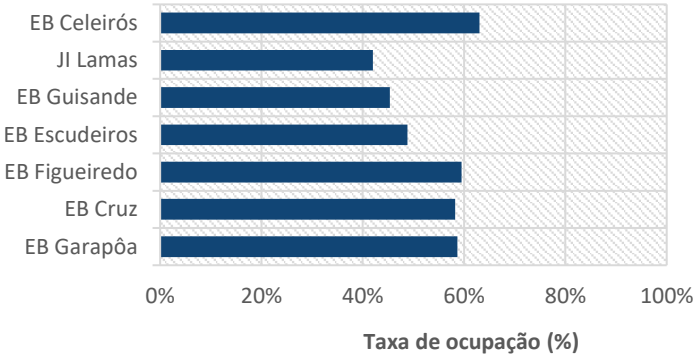
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A taxa média de ocupação estimada para este agrupamento de escolas, no que às escolas localizadas no concelho se refere, é de 62%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

Nos estabelecimentos de educação e ensino do AE de Celeirós observa-se uma tendência generalizada para o subaproveitamento dos espaços escolares, na medida em que todas as escolas analisadas apresentam taxas de ocupação inferiores a 65% (Gráfico III.62). As maiores taxas referem-se à EB de Celeirós e a EB de Figueiredo, onde se registam taxas de ocupação de 63% e 58%, respetivamente.

Gráfico III.62 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

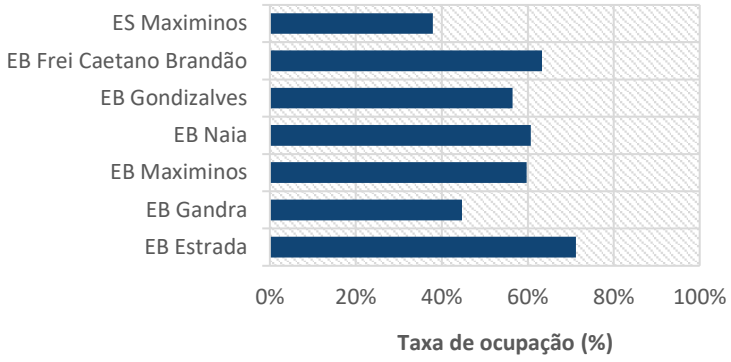
Em contrapartida, as taxas de ocupação mais reduzidas observam-se no JI de Lamas (42%), na EB de Guisande (44%) e na EB de Escudeiros (47%).

Em termos médios globais, para os diferentes níveis de instrução, o agrupamento de escolas regista, no ano letivo 2017-2018, uma taxa de ocupação de 58%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

As taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos encontram-se expressas no Gráfico III.63, a partir do qual é possível constatar a inexistência de qualquer situação de saturação ou sobrelotação dos espaços escolares. De facto, as taxas de ocupação estimadas variam entre os 38% verificados na ES de Maximinos e os 71% observados na EB da Estrada.

Gráfico III.63 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

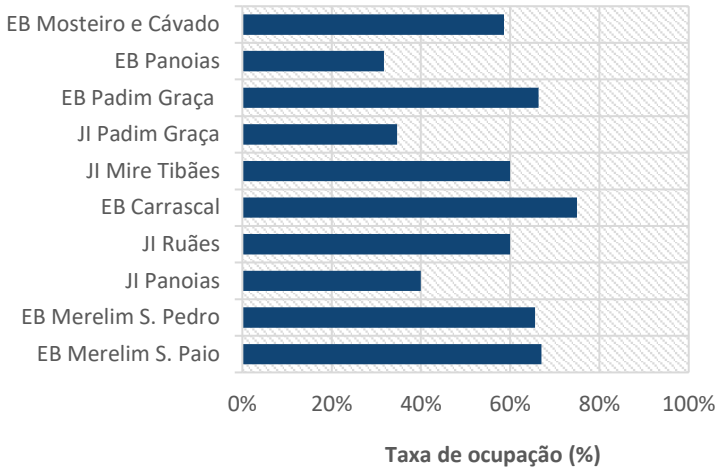
A taxa de ocupação média aferida para este agrupamento de escolas, no ano letivo 2017-2018, corresponde a 52%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

O AE Mosteiro e Cávado regista taxas de ocupação bastante heterogéneas entre os diferentes equipamentos escolares que o integram (Gráfico III.64). Efetivamente, a discrepância entre as taxas de ocupação é significativa, com o menor valor percentual a registar-se na EB de Panoias, com uma taxa de 32%, e o maior valor a observar-se na EB de Carrascal, onde se estima uma ocupação de 75%.

Face ao exposto, importa destacar, por um lado, a inexistência de qualquer situação de saturação ou sobrelotação dos equipamentos escolares e, por outro lado, a existência de três situações de evidente subaproveitamento do espaço escolar, traduzidas por taxas de ocupação inferiores a 50%.

Gráfico III.64 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



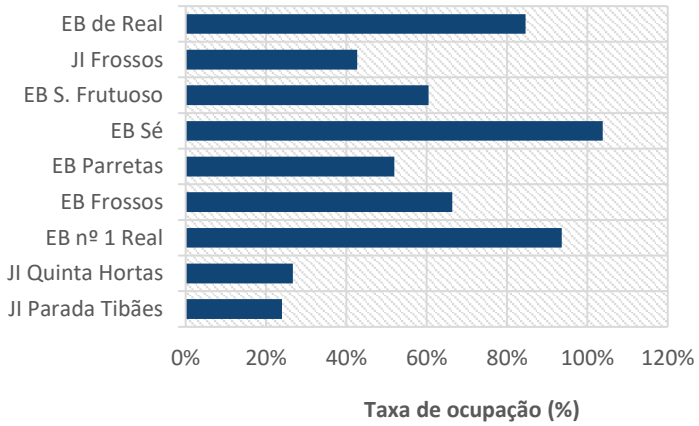
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em média, a taxa de ocupação aferida para o agrupamento de escolas, no ano letivo 2017-2018, é de 58%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

No AE de Real a discrepância entre as taxas de ocupação registadas nos vários estabelecimentos escolares que o integram é particularmente expressiva (Gráfico III.65). Com efeito, três equipamentos registam taxas de ocupação inferiores a 50%, designadamente o JI de Parada de Tibães (24%), o JI da Quinta das Hortas (27%) e o JI de Frossos (43%), enquanto uma escola apresenta uma taxa superior a 100%, nomeadamente a EB da Sé (104%).

Gráfico III.65 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

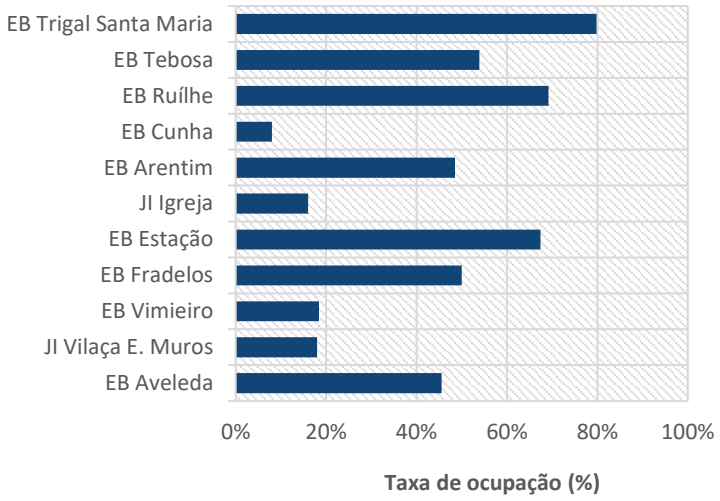
Observa-se, portanto, uma situação de sobrelotação dos espaços escolares, assim como uma situação próxima da saturação, nomeadamente a EB n.º 1 de Real, com uma ocupação estimada de 94%. Em contrapartida, as escolas da tipologia JI encontram-se em situação de evidente subaproveitamento das respetivas instalações.

A ponderação das taxas de ocupação dos diferentes estabelecimentos escolares do agrupamento de escolas permite estimar uma ocupação média, no ano letivo 2017-2018, de cerca de 75%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

As taxas de ocupação verificadas nos estabelecimentos de educação e ensino do AE de Trigal Santa Maria evidenciam uma marcada tendência de subaproveitamento das instalações, conforme se evidencia no Gráfico III.66.

Gráfico III.66 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE de Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Dos 11 estabelecimentos escolares que compõem o agrupamento, quatro registam taxas de ocupação inferiores a 20%, nomeadamente a EB de Cunha (8%), o JI de Igreja (16%), o JI de Vilaça Entre Muros (18%) e a EB de Vimieiro (18%). Também com reduzidas taxas de ocupação, referem-se a EB de Aveleda (46%), a EB de Arentim (49%) e a EB de Fradelos (50%), todas com valores percentuais próximos dos 50%.

As taxas de ocupação mais expressivas observam-se na EB de Trigal Santa Maria (80%), EB de Ruílhe (69%) e na EB da Estação (67%).

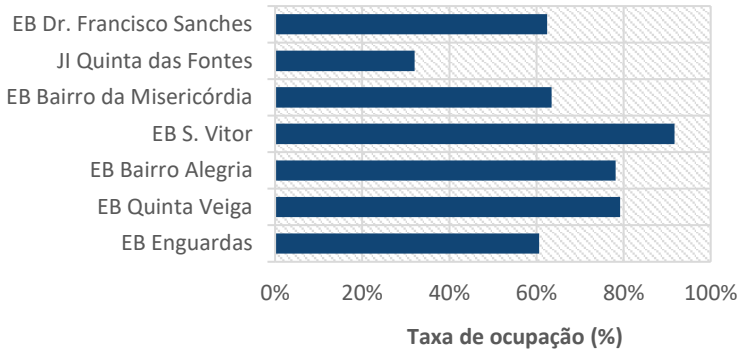
Em termos médios globais, a taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares deste agrupamento, no ano letivo 2017-2018, fixa-se nos 55%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

No que respeita ao AE Dr. Francisco Sanches, apresentam-se no Gráfico III.67 as taxas de ocupação determinadas para os diferentes estabelecimentos escolares. Tal como é possível aferir pela análise do referido gráfico, não se regista qualquer situação de saturação ou sobrelotação das instalações, uma vez que não foram estimadas ocupações iguais ou superiores a 100%.

Os valores percentuais de ocupação destas escolas apresenta uma variação entre os 32% estimados para o JI da Quinta das Fontes e os 92% calculados para a EB de S. Vítor. Apenas para três escolas se verificam taxas de ocupação superiores a 75%, encontrando-se nestas circunstâncias, para além da EB de S. Vítor (92%), a EB da Quinta da Veiga (79%) e a EB do Bairro da Alegria (78%).

Gráfico III.67 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



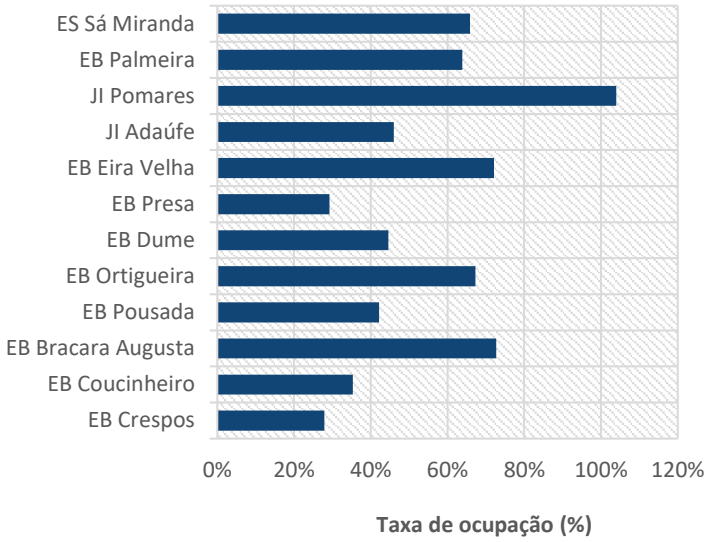
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A ponderação das taxas de ocupação dos diferentes estabelecimentos escolares que integram o agrupamento de escolas em análise permite estimar uma taxa global de ocupação, no ano letivo 2018-2019, de 67%.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

O AE Sá de Miranda evidencia uma tendência bastante heterogénea em termos de ocupação dos estabelecimentos escolares que o integram (Gráfico III.68).

Gráfico III.68 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

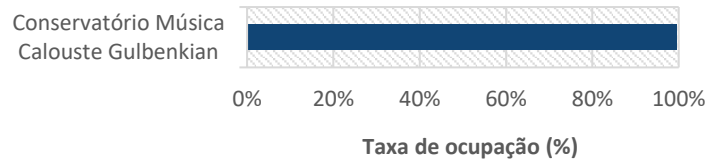
Conforme é possível observar pela análise do gráfico anterior, observam-se seis situações de ocupação das instalações escolares inferior a 50%, designadamente na EB de Crespos (28%), na EB da Presa (29%), na EB de Coucinheiro (35%), na EB da Pousada (42%), na EB de Dume (45%) e no JI de Adaúfe (46%). Em contrapartida, o JI de Pomares apresenta uma situação de sobrelotação das instalações escolares, estando a única sala existente ocupada por uma turma com 26 crianças.

Em termos médios globais, a taxa de ocupação verificada nas escolas deste agrupamento é de 60%.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Ainda ao nível da análise das taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares da rede pública municipal, importa considerar o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, cujo valor percentual se situa, para o ano letivo 2017-2018, nos 100% (Gráfico II.13). Esta taxa decorre da ponderação da relação entre a capacidade instalada e o número de frequências em cada um dos níveis escolares assegurados pela escola, nomeadamente desde o 1.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

Gráfico III.69 | Taxa de ocupação do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em suma, os dados analisados para os diferentes agrupamentos de escolas e para a escola não agrupada que constituem a rede escolar pública de Braga evidenciam a existência de um número significativo de escolas em situação de subaproveitamento das respetivas instalações. Esta tendência encontra-se, naturalmente, fortemente relacionada com a dinâmica populacional e educativa que tem vindo a caraterizar o território nos últimos anos, nomeadamente com a generalizada quebra da população em idade escolar.

III.4.3. SEGURANÇA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Os problemas relacionados com a segurança, tanto do recinto escolar como do espaço envolvente, constituem uma preocupação transversal a toda a comunidade educativa. De facto, a qualidade da educação passa também pela funcionalidade, estética, conforto, higiene e segurança das escolas, como espaços de aprendizagem individual e de formação nos valores da cidadania (Ministério da Educação, 2003).

A segurança afigura-se assim como variável de grande importância no âmbito do instrumento de planeamento que a Carta Educativa representa. A segurança é aqui entendida como a capacidade que as escolas têm, fundamentalmente do ponto de vista material e das normas e dos procedimentos adotados, de salvaguardar a integridade global (física e psíquica) dos seus utilizadores face a múltiplos fatores de risco existentes.

Face ao exposto, com o intuito de proceder à análise da segurança dos espaços escolares será avaliada não só a adequação das condições de segurança dos edifícios, como também do espaço público envolvente (proximidade de 200 metros). Para o efeito, são considerados uma série de parâmetros, nomeadamente a existência de iluminação (interior e exterior), sistema de alarme, saídas de emergência, plano de evacuação, passagem aérea ou subterrânea e guarda-noturno.

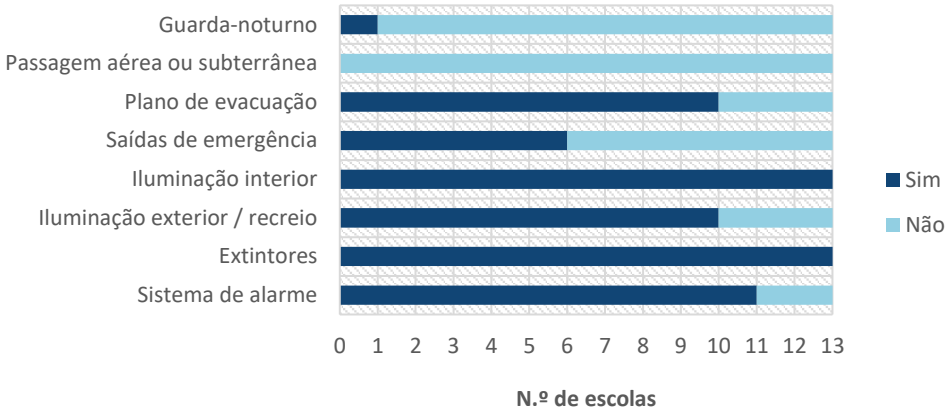
Relativamente ao meio envolvente, a análise incide sobre a existência de ruas com passeios, iluminação, passadeiras simples, passadeiras com semáforos, lombas/bandas sonoras de redução da velocidade, saída de escola com resguardo/grade de proteção, sinalização vertical, sinalização horizontal, linhas férreas, cruzamentos perigosos não protegidos, linhas de alta tensão sobre o recinto escolar e/ou outras situações perigosas/locais não protegidos.

Importa explanar que as condições supramencionadas foram avaliadas para todos os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho de Braga, procedendo-se seguidamente à análise dos resultados, por Agrupamento de Escola existente. Com efeito, no que se refere ao Agrupamento de Escolas Braga Oeste, apenas foram considerados, para efeitos de caraterização, os estabelecimentos escolares localizados no concelho de Braga.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

Analisando as condições de segurança nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio (Gráfico III.70), é possível aferir que todas as escolas possuem iluminação interior e extintores e a maioria dispõe de sistema de alarme (excetuando o JI de Lomar e a EB de Lomar). Por outro lado, são três os estabelecimentos escolares que não possuem iluminação exterior / recreio (JI de Lomar, EB de Trandeiras e edifício do 1.º CEB da EB de Esporões) e também três os que não apresentam plano de evacuação (EB de Fraião, JI de Carvalho e EB de Arcos).

Gráfico III.70 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio

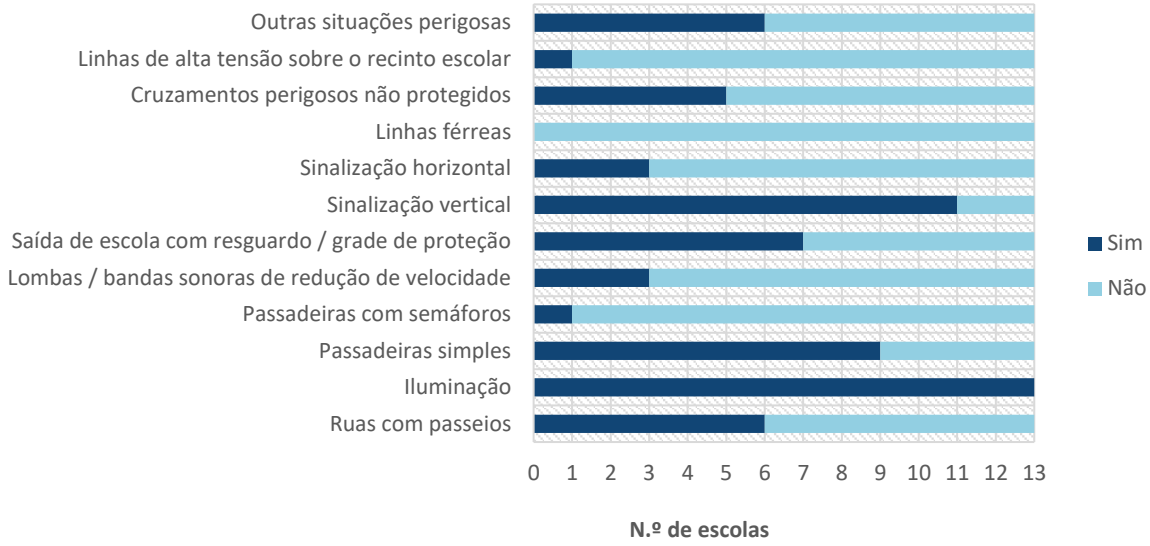


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

As saídas de emergência e o guarda-noturno são elementos de segurança menos comuns no agrupamento, sendo que apenas seis edifícios escolares dispõem do primeiro (EB de Arcos, EB de Morreira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) e apenas o edifício do JI de Esporões dispõe de guarda-noturno.

No que subjaz à segurança do espaço envolvente, o único elemento de segurança comum a todos os estabelecimentos escolares corresponde à iluminação, seguindo-se, em termos de representatividade, a sinalização vertical, as passadeiras simples e a existência de resguardo / grade de proteção na saída da escola.

Gráfico III.71 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, foi assinalada a existência de ruas com passeios na área envolvente a seis escolas (EB n.º1 de Nogueira, EB de Lomar, JI de Monte, EB de Morreira, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio), sinalização horizontal na envolvente a três edifícios escolares (JI de Monte, edifício do JI de Esporões e ES Alberto Sampaio) e lombas / bandas sonoras de redução de velocidade também na envolvente a três escolas (EB n.º1 de Nogueira, JI de Monte e EB de Arcos).

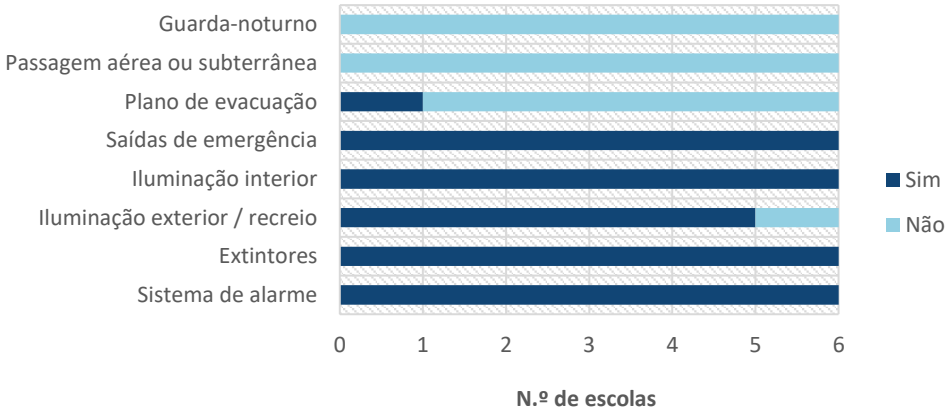
Relativamente à existência de situações de conflito, potencialmente perigosas, no meio envolvente, refere-se a existência de linhas de alta tensão sobre o recinto escolar da EB de Arcos, bem como a existência de cruzamentos perigosos não protegidos nas imediações das EB de Lomar, EB de Arcos, EB de Esporões e ES Alberto Sampaio. Note-se, ainda, a identificação de outras situações potencialmente perigosas na envolvente a seis estabelecimentos escolares, nomeadamente: EB de Lomar (Estrada Nacional coincidente com a saída da escola), EB de Fraião (escadas no espaço de recreio e cerca do parque infantil), JI de Carvalho (depósito de gás subterrâneo e botijas de gás para o complexo desportivo), EB de Trandeiras (árvores de grande porte no espaço de recreio), EB de Esporões (rua paralela à escola e terrenos para habitação sem proteção) e EB de Nogueira (estado de conservação da escada de acesso ao parque de estacionamento inferior).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

No AE André Soares, a análise da informação referente às condições de segurança nos estabelecimentos escolares permite constatar que a existência de elementos como saídas de emergência, iluminação interior, extintores e sistema de alarme, são comuns a todos os edifícios escolares em análise (Gráfico III.72). Por outro lado, apenas na EB do Carandá é identificada a ausência de iluminação exterior e

somente a EB André Soares dispõe de plano de evacuação (carece de aprovação pela entidade competente).

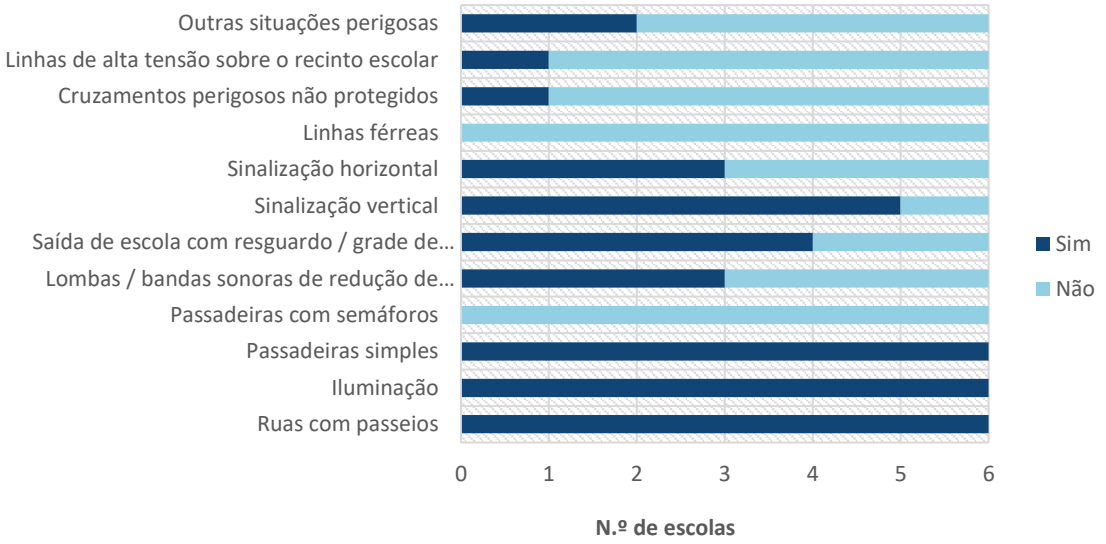
Gráfico III.72 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A nível do espaço envolvente aos edifícios escolares, a presença de ruas com passeios, iluminação e passadeiras simples são os elementos de segurança mais frequentes, sendo comuns a todas as escolas (Gráfico III.73). Também frequente é a existência de sinalização vertical e de resguardo / grade de proteção na saída da escola, na medida em que apenas um edifício escolar não dispõe do primeiro (JI de Ponte Pedrinha) e dois não possuem o segundo (JI de Ponte Pedrinha e EB André Soares).

Gráfico III.73 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

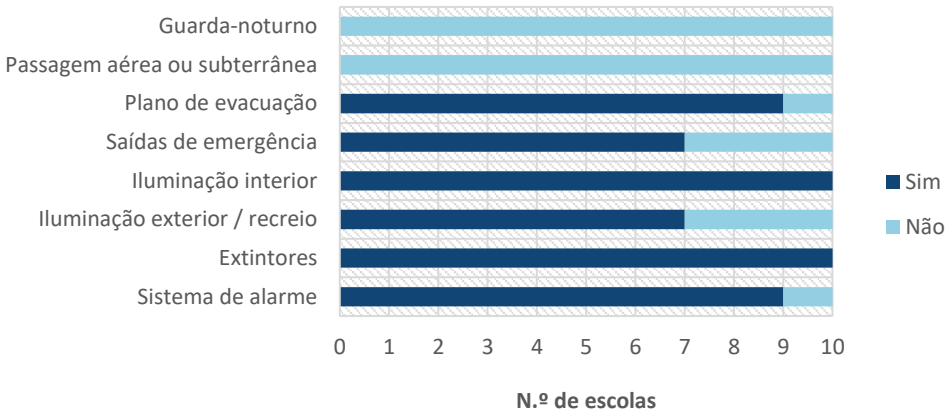
Metade das escolas dispõem de sinalização horizontal e lombas / bandas sonoras de redução de velocidade no espaço envolvente ao recinto escolar e nenhuma apresenta passadeiras com semáforos.

Em termos de potenciais situações de conflito, note-se que a EB do Carandá assinala a existência de linhas de alta tensão sobre o recinto escolar e a EB André Soares a existência de cruzamentos perigosos não protegidos. Ambas as escolas apontam ainda outras potenciais situações perigosas, como sejam o acesso fácil de pessoas estranhas à escola através do campo de jogos (EB do Carandá) e a falta de resguardo à saída da escola (EB André Soares).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

A análise da segurança nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante permite constar que todos os edifícios dispõem de iluminação interior e extintores e apenas um não dispõe de sistema de alarme e plano de evacuação, designadamente o JI de Este São Pedro (Gráfico III.74).

Gráfico III.74 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante

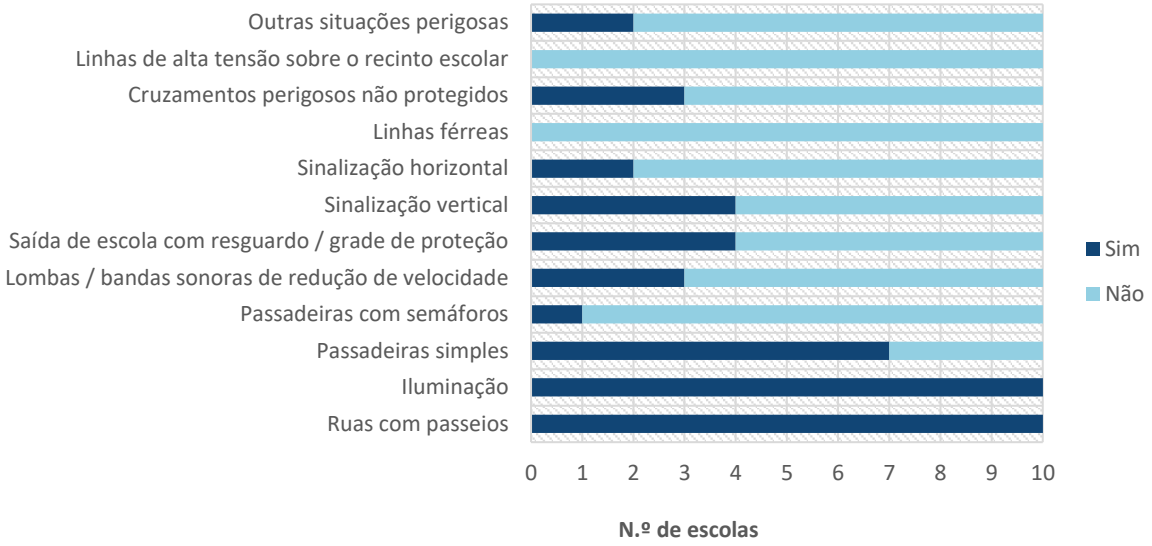


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, nenhum dos dez edifícios dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea e três não apresentam saídas de emergência, assinalando-se nestas circunstâncias o JI de Este São Pedro, a EB n.º1 de Gualtar e a EB de Gualtar. Em termos de iluminação exterior / recreio, são também três os estabelecimentos escolares que não dispõem deste elemento de segurança, a saber: JI de Este São Pedro; JI de Gualtar; e EB n.º1 de Gualtar.

Relativamente à segurança do espaço envolvente, os dados apresentados no Gráfico III.75 evidenciam a existência de duas caraterísticas transversais a todas as escolas, designadamente a presença de iluminação e de ruas com passeiros. Em termos de representatividade, segue-se a existência de passadeiras simples, comum ao espaço envolvente a sete das escolas do agrupamento, excetuando-se o JI de Este São Pedro, a EB de Espinho e a EB de Sobreposta.

Gráfico III.75 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

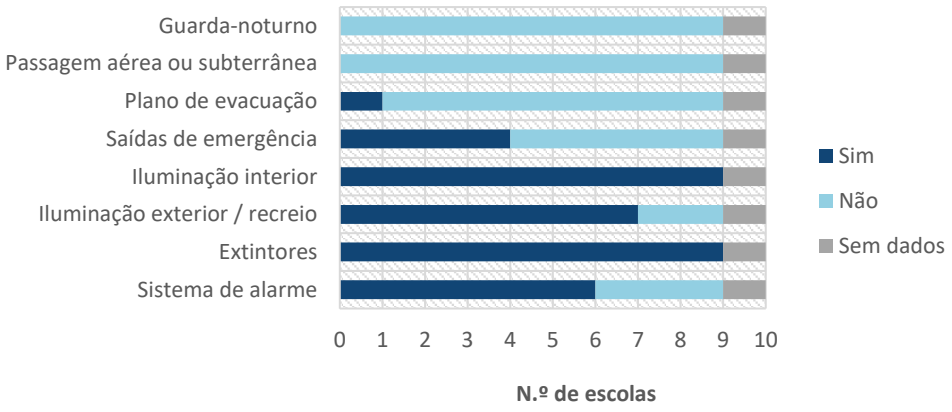
São quatro as escolas que indicam a existência de sinalização vertical no meio envolvente (EB de Este S. Mamede, EB nº 1 Gualtar, EB Gualtar e ES Carlos Amarante), bem como de resguardo / grade de proteção na saída da escola (EB de Espinho, EB de Sobreposta, EB de Este S. Mamede e EB de Gualtar). Como elementos de segurança menos comuns referem-se as lombas / bandas sonoras de redução de velocidade (existentes na envolvente a três escolas), a sinalização horizontal (existente na envolvente a duas escolas) e as passadeiras com semáforos (apenas existente na envolvente à EB n.º1 de Gualtar).

Relativamente à existência de situações de conflito, potencialmente perigosas, no meio envolvente, refere-se a existência de cruzamentos perigosos não protegidos na envolvente das EB de São Mamede, EB de Pedralva e ES Carlos Amarante. É ainda de assinalar a existência de curvas acentuadas, com reduzida visibilidade, na proximidade da EB de Este São Pedro e do JI de Gualtar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

No AE D. Maria II, informação disponibilizada apenas sustenta a análise das condições de segurança em nove dos dez estabelecimentos escolares, excetuando o JI de Lamações (Gráfico III.77). Por conseguinte, refira-se que todas as escolas dispõem de iluminação interior e extintores. Do mesmo modo, a ausência de passagem aérea ou subterrânea e de guarda-noturno são igualmente caraterísticas transversais a ambos os estabelecimentos escolares.

Gráfico III.76 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II

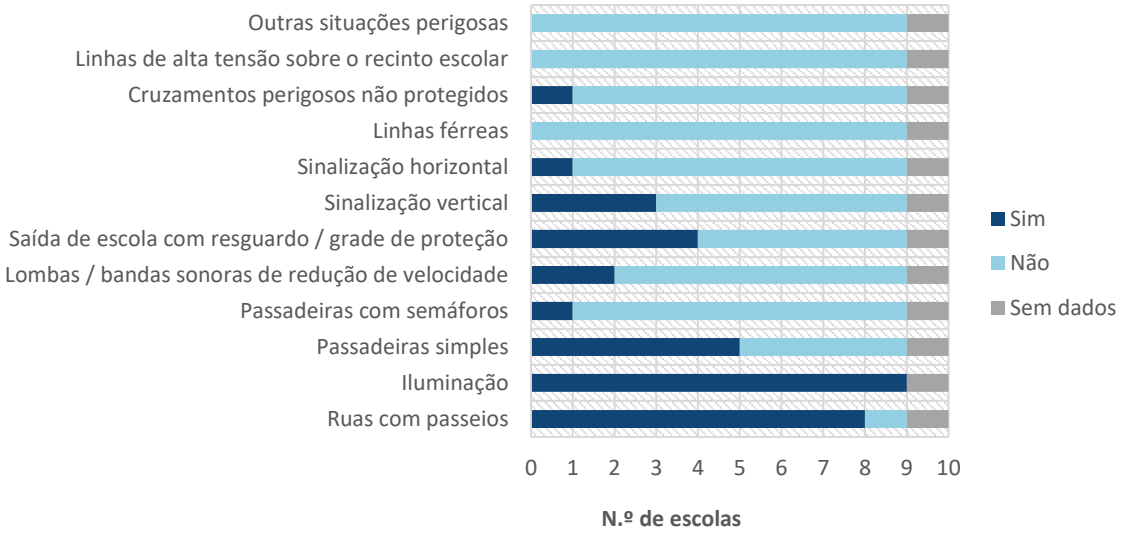


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são dois os estabelecimentos escolares do agrupamento que não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Santa Tecla e JI de Bracara Augusta) e três os que não dispõem de sistema de alarme (EB de Nogueiró, EB de Tenões e EB de São João do Souto). Refira-se, ainda, que apenas quatro escolas apresentam saídas de emergência (EB de Santa Tecla, EB nº 2 Lamações, EB de Lamações e ES D. Maria II) e somente a ES D. Maria II possui plano de evacuação.

Quanto às características do meio envolvente, as nove escolas apontam a existência de iluminação e apenas a EB de Tenões indica a inexistência de ruas com passeios. A maioria dispõe também de passadeiras simples (EB de Nogueiró, JI de Bracara Augusta, EB de São João do Souto, EB de Lamações e ES D. Maria II) e quatro apresentam resguardo / grade de proteção na saída da escola (EB do Bairro Económico, EB de Nogueiró, EB de Tenões e JI de Bracara Augusta) (Gráfico III.77).

Gráfico III.77 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



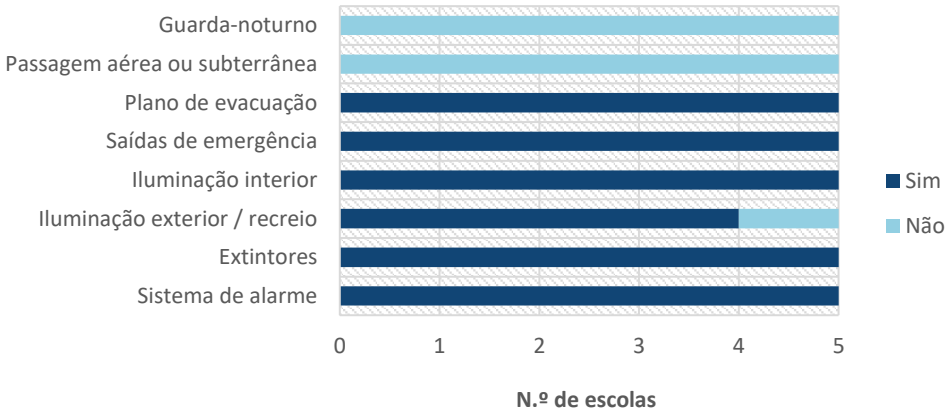
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de potenciais situações de conflito, de mencionar somente a existência de cruzamentos potencialmente perigosos (não protegidos) na envolvente à ES D. Maria II.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

A análise dos dados referentes à segurança dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste evidencia que o sistema de alarme, os extintores, a iluminação interior, as saídas de emergência e o plano de evacuação são itens comuns a todas as escolas (Gráfico III.78). Em contrapartida, o JI de Cabreiros regista a inexistência de iluminação exterior (do espaço de recreio). Por outro lado, nenhuma das escolas dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

Gráfico III.78 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de segurança do espaço envolvente, há três itens de segurança transversais a todas as escolas do agrupamento, nomeadamente a existência de ruas com passeios, iluminação e passadeiras simples (Gráfico III.79). Igualmente comum a todos os estabelecimentos escolares, é a inexistência de passadeiras com semáforos.

Gráfico III.79 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste

Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

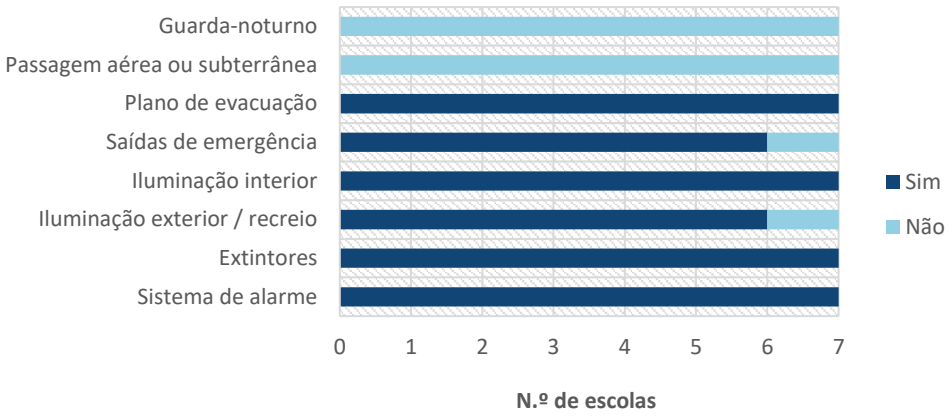
É apenas um o equipamento escolar que assinala a inexistência de sinalização vertical (EB de Braga Oeste), enquanto a EB de Sequeira assinala a inexistência de lombas / bandas sonoras de redução de velocidade (edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB). Por outro lado, apenas dois assinalam a existência de sinalização horizontal (EB de Cabreiros e JI de Cabreiros) e de saída da escola com resguardo / grade de proteção (JI de Cabreiros e edifício do 1.º CEB da EB de Sequeira).

Quanto a potenciais situações de conflito no espaço envolvente às escolas, não há a registar a existência de linhas férreas, cruzamentos perigosos não protegidos ou linhas de alta tensão sobre o recinto escolar. Apenas o JI de Cabreiros identifica como potencial situação de conflito o facto da entrada principal da escola se situar junto de uma estrada municipal.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

No que se refere aos elementos de segurança existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós, de referir que todas as escolas dispõem de plano de evacuação, extintores e sistema de alarme (Gráfico III.80). Também comum a todos os estabelecimentos do agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea. Relativamente aos restantes elementos, há a mencionar a inexistência de iluminação exterior / recreio na EB de Garapôa e a inexistência de saídas de emergência na EB de Figueiredo.

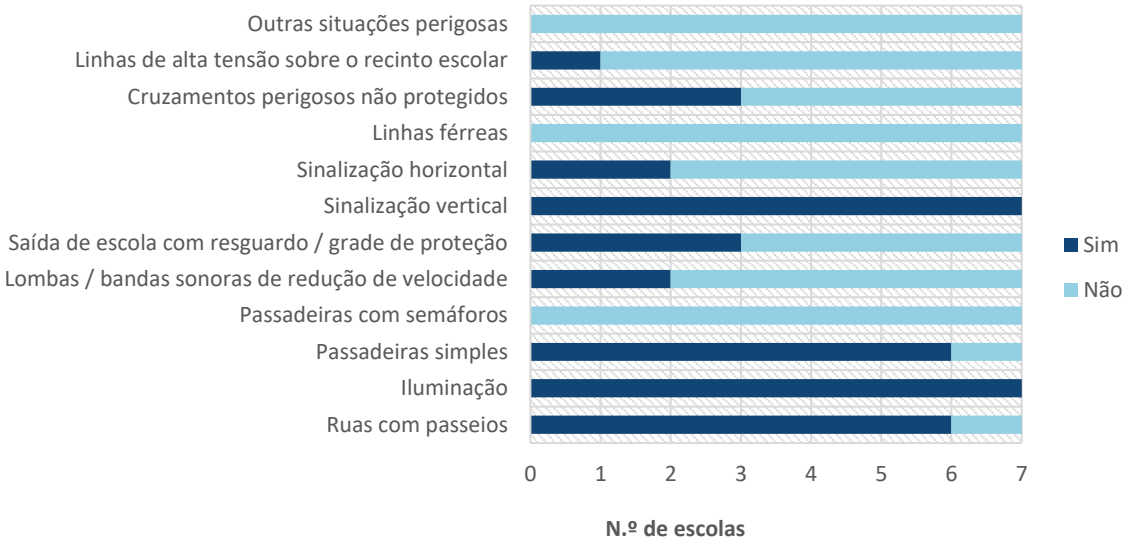
Gráfico III.80 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto à segurança do meio envolvente, conforme representado no Gráfico III.81, para todas as escolas é indicada a existência de iluminação e sinalização vertical. Também frequente é a existência de ruas com passeios e de passadeiras simples, embora o espaço envolvente à EB de Escudeiros não disponha de tais elementos.

Gráfico III.81 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são apenas três as escolas que apresentam saída da escola com resguardo / grade de proteção (EB da Cruz, EB de Figueiredo e EB de Escudeiros) e somente duas as que dispõem de sinalização horizontal (EB da Cruz e EB de Guisande) e lombas / bandas sonoras de redução de velocidade (EB da Cruz e EB de Escudeiros) no espaço envolvente.

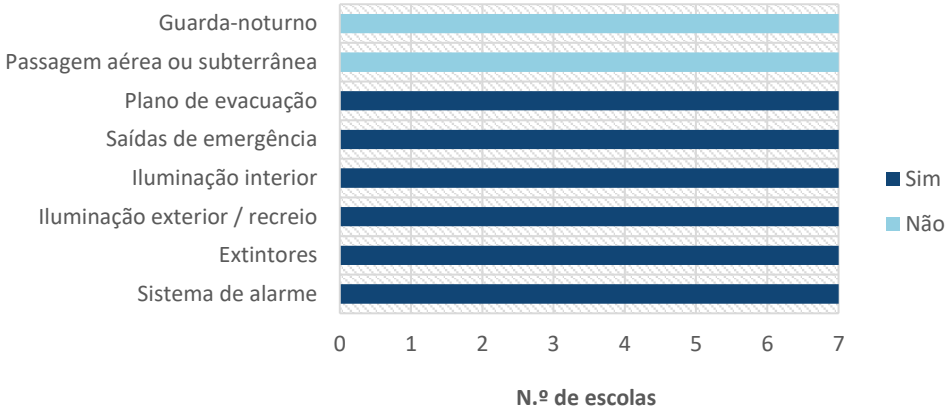
Refira-se, ainda, a inexistência de passadeiras com semáforos na envolvente a qualquer uma das escolas deste agrupamento.

Relativamente à existência de situações de conflito, verifica-se a existência de cruzamentos perigosos não protegidos na proximidade das EB de Figueiredo e EB de Celeirós e do JI de Lamas, assim como a existência de linhas de alta tensão sobre o recinto escolar do JI de Lamas.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

Analisando a segurança dos estabelecimentos escolares que integram o AE de Maximinos, representada no Gráfico III.82, é possível aferir que todos dispõem de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação. Igualmente transversal a todas as escolas deste agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea.

Gráfico III.82 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que à segurança do meio envolvente diz respeito, todas as escolas assinalam a existência de sinalização vertical e ruas com passeios na sua proximidade, mas nenhuma indica a existência de passadeiras com semáforos (Gráfico III.83). Também frequente é a existência de iluminação e lombas / bandas sonoras de redução de velocidade, que apenas estão ausentes, respetivamente, nas áreas envolventes à EB da Gandra e à EB da Estrada.

Relativamente aos restantes elementos de segurança do meio envolvente, contabilizam-se duas situações de inexistência de passadeiras simples (EB da Gandra e EB de Gondizalves), quatro de resguardo / grade de proteção na saída da escola (EB da Estrada, EB da Naia, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos) e cinco se sinalização horizontal (EB da Estrada, EB da Gandra, EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves).

Gráfico III.83 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Maximinos

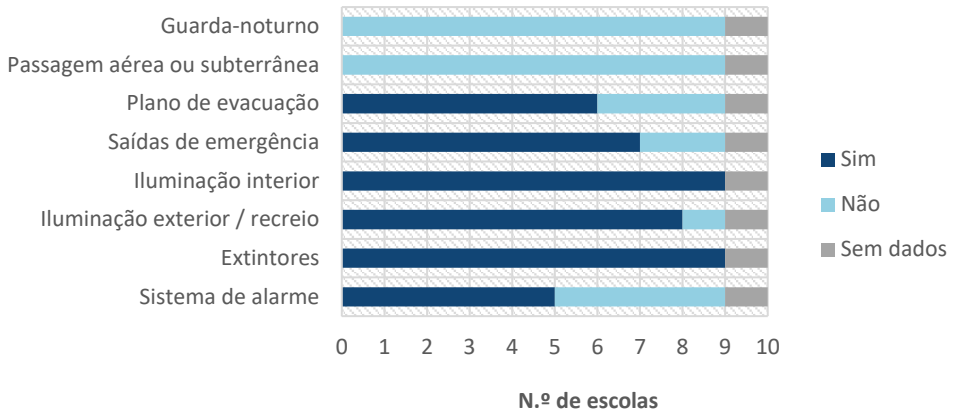
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto à existência de situações de conflito passíveis de condicionar as condições de segurança do espaço envolvente aos estabelecimentos escolares, há a referir a existência de cruzamentos perigosos não protegidos e de linhas de alta tensão sobre o recinto escolar das EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos. Para além destas situações, assinala-se a presença de fibrocimento nas coberturas da EB Frei Caetano Brandão e a existência de cabos elétricos soltos num poste junto à EB da Gandra.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

Para o AE Mosteiro e Cávado, a informação disponibilizada sustenta a análise das condições de segurança em nove dos dez estabelecimentos escolares, excetuando a EB de Merelim S. Pedro. Todas as escolas analisadas dispõem de mecanismos de segurança como extintores e iluminação interior (Gráfico III.84). Para além disso, a maioria destes estabelecimentos possui também iluminação exterior / recreio, saídas de emergência e plano de evacuação. Quanto ao sistema de alarme, são quatro as escolas que não dispõem deste equipamentos de segurança, nomeadamente o JI de Panóias, a EB de Carrascal, o JI de Mire de Tibães e o JI de Padim da Graça.

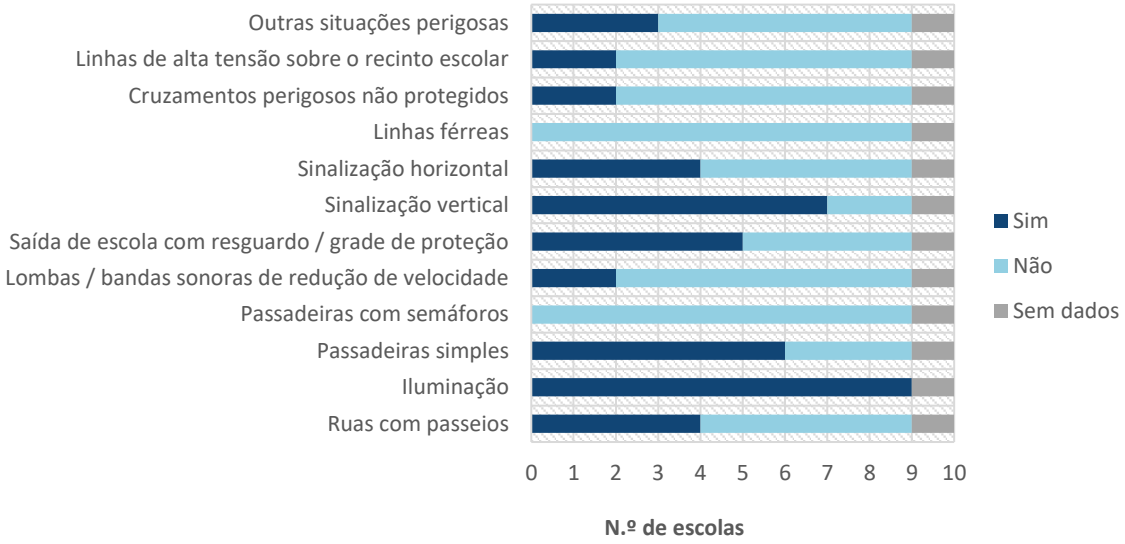
Gráfico III.84 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que subjaz ao espaço envolvente às escolas do agrupamento, conforme evidenciado no Gráfico III.85, a existência de iluminação constitui uma característica transversal a todas as escolas, beneficiando a maioria também da existência de sinalização vertical (sete escolas), passadeiras simples (seis escolas) e saída da escola com resguardo / grade de proteção (cinco escolas).

Gráfico III.85 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Note-se também que apenas na envolvente a quatro escolas existem ruas com passeios (EB de Carrascal, Ji de Mire de Tibães, EB de Panóias e EB de Mosteiro e Cávado) e sinalização horizontal (EB de Ruães, JI de Padim da Graça, EB de Padim da Graça e EB de Mosteiro e Cávado).

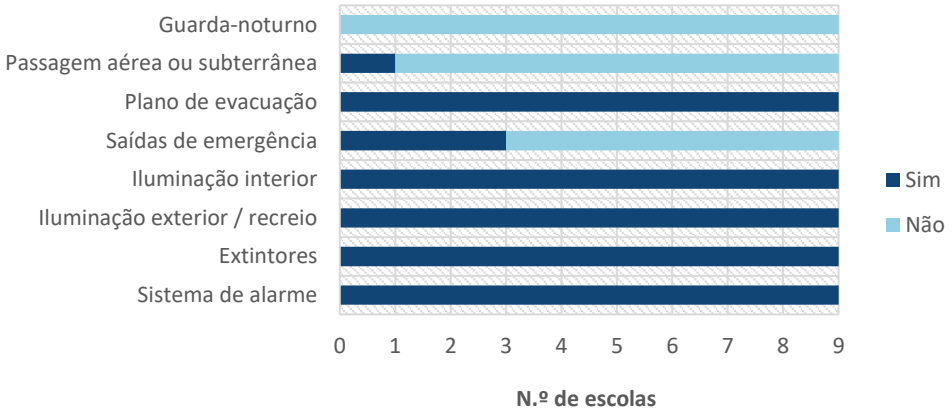
Quanto a potenciais situações de conflito no espaço envolvente, para dois estabelecimentos escolares foi identificada a existência de cruzamentos perigosos não protegidos (JI de Padim da Graça e EB de Padim da Graça) e linhas de alta tensão sobre o recinto escolar (EB de Merelim S. Paio e EB de Panoias).

Foram ainda identificadas outras situações perigosas na envolvente a três dos estabelecimentos escolares, nomeadamente da EB de Merelim S. Paio (débil proteção e isolamento do espaço de recreio em relação à habitação vizinha), do JI de Padim da Graça (inserção no parque industrial) e da EB de Padim da Graça (localização junto a estrada nacional com tráfego intenso e fraca visibilidade e ausência de sinalização de proximidade de escola / lombas de redução de velocidade).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

No AE de Real, a análise da segurança dos estabelecimentos escolares, patenteada no Gráfico III.86, evidencia que todas as escolas deste agrupamento dispõem de sistema de alarme, extintores, iluminação exterior / recreio, iluminação interior e plano de evacuação. Igualmente comum às nove escolas é a ausência de guarda-noturno.

Gráfico III.86 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE de Real

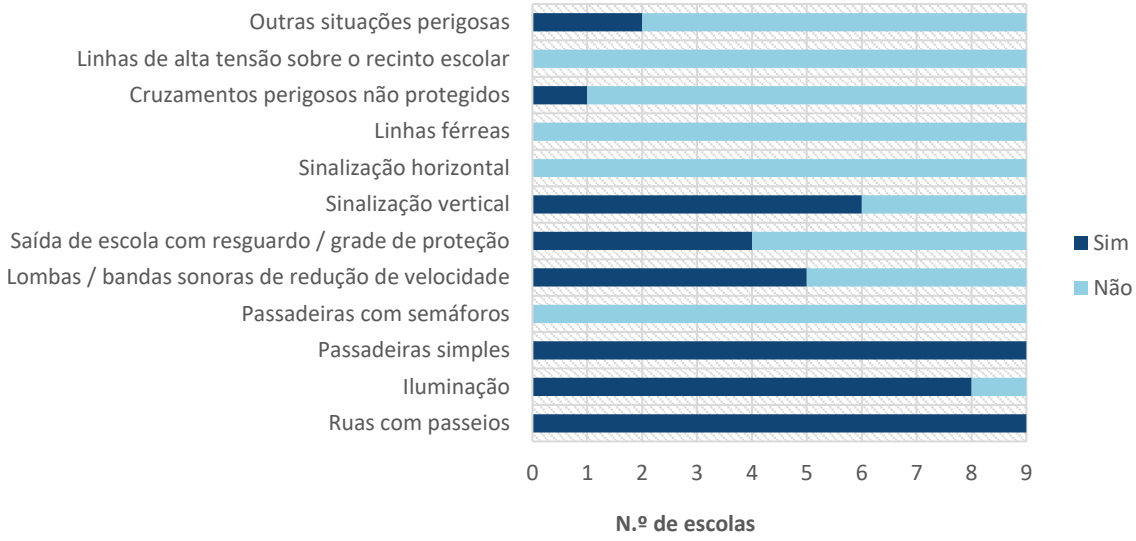


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são três as escolas para as quais é identificada a existência de saídas de emergência, nomeadamente para o JI de Quinta das Hortas, a EB de Frossos e a EB de Real. A passagem aérea ou subterrânea, por sua vez, apenas existe na EB n.º 1 de Real.

Em termos de segurança do meio envolvente, há apenas duas características que estão presentes em todas a escolas do agrupamento, designadamente a existência de ruas com passeios e de passadeiras simples. Ainda de acordo com as respostas aos inquéritos, o meio envolvente ao JI de Quinta das Hortas não dispõe de iluminação (Gráfico III.87).

Gráfico III.87 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

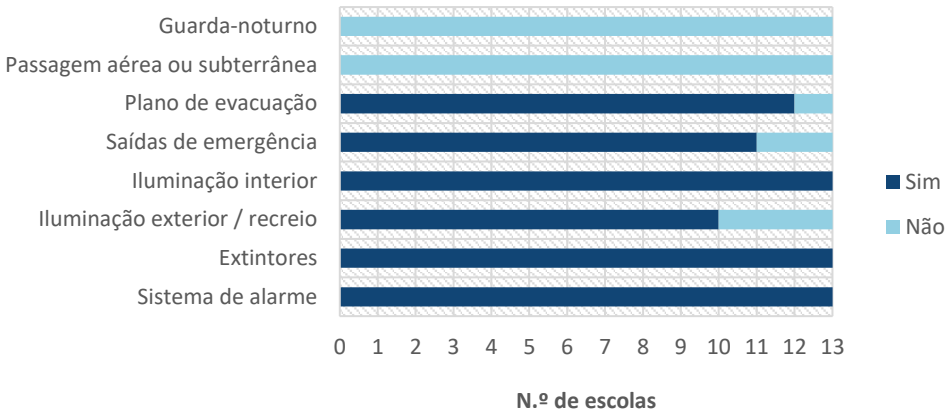
Relativamente aos restantes parâmetros de segurança analisados, note-se que são três os equipamentos escolares que assinalam a ausência de sinalização vertical no meio envolvente (JI de Parada de Tibães, JI de Quinta das Hortas e EB das Parretas), enquanto quatro não dispõem de lombas /bandas sonoras de redução e velocidade (JI de Parada de Tibães, JI de Quinta das Hortas, EB n.º 1 de Real e EB das Parretas) e cinco de resguardo / grade de proteção na saída da escola (JI de Quinta das Hortas, EB n.º 1 de Real, EN de Frossos, EB de S. Frutuoso e JI de Frossos).

Complementarmente ao anteriormente descrito, e no que respeita a potenciais situações de conflito, importa mencionar a existência de cruzamentos perigosos não protegidos na área envolvente ao JI de Parada de Tibães. Para além disso, constituem ainda potenciais situações perigosas, a localização do JI de Parada de Tibães junto a uma curva de fraca visibilidade e a existência de antenas de operadoras de telecomunicações na proximidade da EB de Real.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

Todos os estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria dispõem de equipamentos e mecanismos de segurança como sistema de alarme, extintores e iluminação interior (Gráfico III.88). Em contrapartida, três estabelecimentos escolares não possuem iluminação exterior / recreio (edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos, EB de Cunha e EB de Ruílhe), dois não apresentam saídas de emergência (JI de Vilaça Entre Muros e EB de Trigal Santa Maria) e um não dispõe de plano de evacuação (edifício de educação pré-escolar da EB de Tebosa).

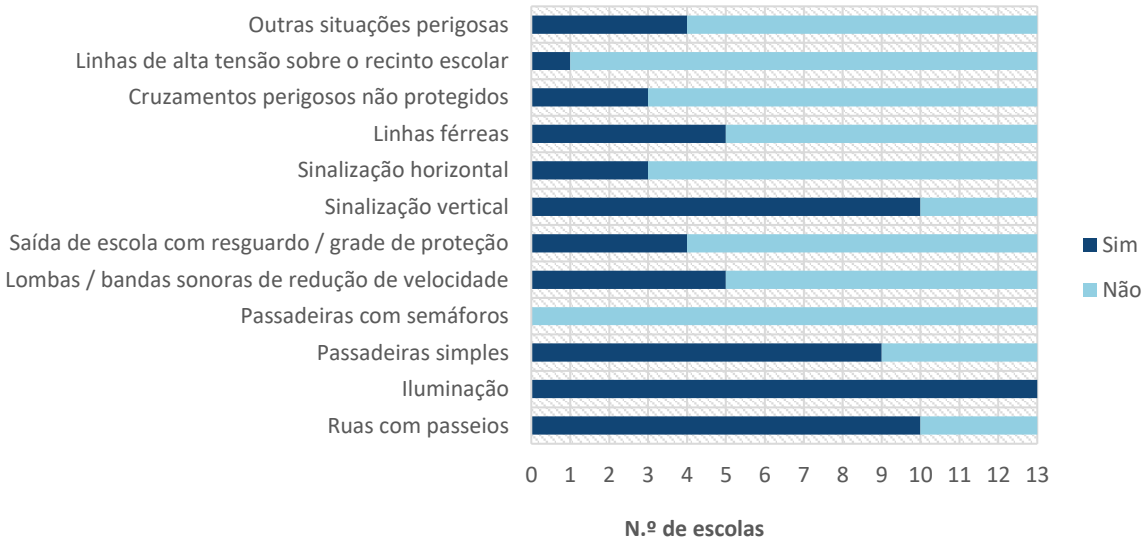
Gráfico III.88 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A análise das características do meio envolvente às escolas denota a existência de características bastante diferenciadas (Gráfico III.89). As únicas características comuns aos vários estabelecimentos escolares referem-se à existência de iluminação, por um lado, e à ausência de passadeiras com semáforos, por outro lado. Também representativa da realidade do agrupamento, é a presença de ruas com passeios, sinalização vertical e passadeiras simples, na medida em que constituem elementos de segurança presentes no meio envolvente da maioria dos recintos escolares.

Gráfico III.89 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto aos restantes elementos analisados, as lombas / bandas sonoras de redução de velocidade existem na envolvente de cinco estabelecimentos escolares (edifícios do 1.º CEB e da educação pré-

escolar da EB de Fradelos, EB de Estação, EB de Ruílhe e edifício do 1.º CEB da EB de Tebosa) e a sinalização horizontal está presente no meio envolvente a três estabelecimentos escolares (edifícios do 1.ª CEB e da educação pré-escolar da EB de Fradelos e EB de Estação).

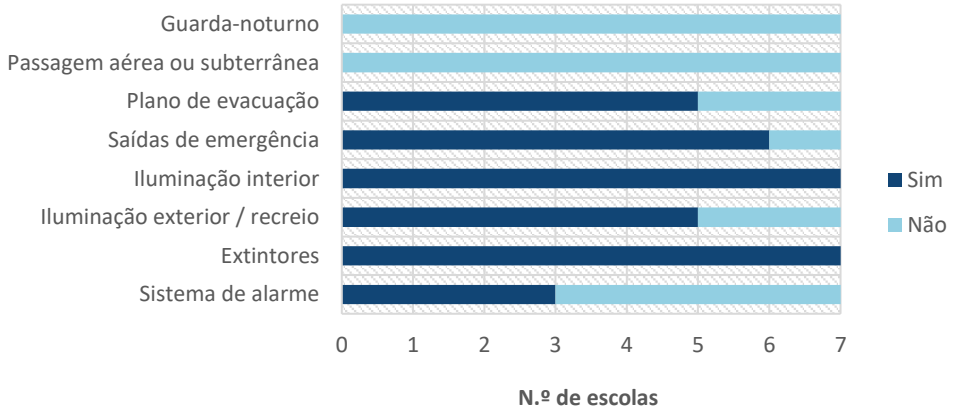
Por fim, no que concerne a eventuais situações de conflito, refira-se a existência de linhas férreas na envolvente a cinco edifícios escolares (edifícios do 1.ª CEB e da educação pré-escolar da EB de Fradelos, EB de Estação, EB de Ruilhe e EB Trigal de Santa Maria), de cruzamento perigosos não protegidos na proximidade de três escolas (EB de Aveleda, EB de Estação e EB de Cunha) e de linhas de alta tensão sobre o recinto escolar da EB de Vimieiro.

Para além das potenciais situações de risco supracitadas, foram ainda identificados outros potenciais focos de perigo, como sejam as características da via de acesso à EB de Aveleda (rua estreita, sem passeio e com circulação de veículos em ambos os sentidos), o significativo movimento de pessoas e veículos junto da EB de Vimeiro e a localização da entrada principal da EB de Ruilhe junto de uma curva de fraca visibilidade (via estreita e com tráfego intenso). Ainda neste contexto, relativamente à EB de Arentim, foi identificada como situação potencialmente perigosa a existência de campos agrícolas limítrofes ao recinto escolar, sem avisos de utilização de produtos químicos (pesticidas e herbicidas).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

A análise das condições de segurança das escolas do AE Dr. Francisco Sanches, sistematizada no Gráfico III.90, permite constatar que os sete estabelecimentos escolares dispõem de extintores e iluminação interior. Por outro lado, somente a EB do Bairro da Alegria não possui saídas de emergência, enquanto o JI da Quinta das Fontes e a EB do Bairro da Alegria não apresentam plano de evacuação e as EB de Enguardas e a EB do Bairro da Misericórdia não dispõem de iluminação exterior / recreio.

Gráfico III.90 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches

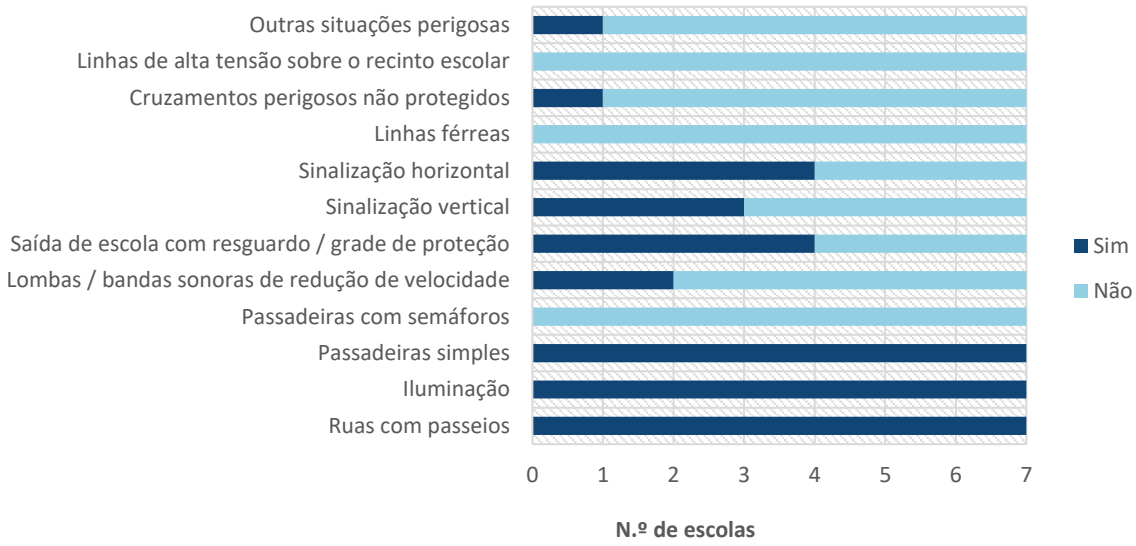


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto ao sistema de alarme, são três as escolas do agrupamento apresentam este equipamento de segurança, nomeadamente a EB do Bairro Alegria, a EB do Bairro da Misericórdia e a EB Dr. Francisco Sanches.

No que subjaz ao meio envolvente aos estabelecimentos escolares, a existência de ruas com passeios, de iluminação e de passadeiras simples constituem características comuns às sete escolas (Gráfico III.91). Em sentido oposto, note-se que não foi assinalada a presença de passadeiras com semáforos na proximidade a qualquer um dos estabelecimentos escolares. Menos frequente é a existência de sinalização horizontal (quatro escolas), resguardo / grade de proteção da saída da escola (quatro escolas) e sinalização vertical (três escolas). As lombas / bandas sonoras de redução de velocidade, por sua vez, apenas estão presentes na EB de S. Vítor e na EB do Bairro da Misericórdia.

Gráfico III.91 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

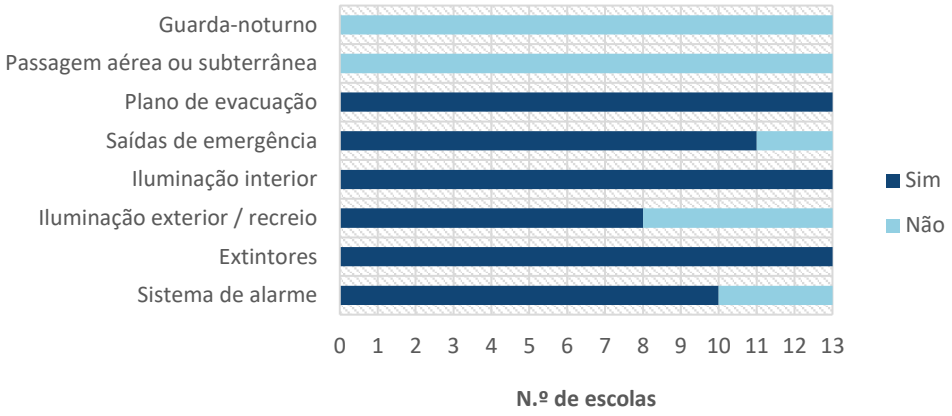
As únicas potenciais situações de conflito correspondem à existência de cruzamentos perigosos não protegidos, bem como de construções degradadas não habitadas e de terrenos baldios em estado de abandono nas imediações da EB Dr. Francisco Sanches.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

No que se refere à análise da segurança nos estabelecimentos de AE Sá de Miranda, importa dar nota de que, relativamente à EB de Dume, uma vez que as valências da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico funcionam em edifícios distintos, a análise incide de forma individualizada sobre cada um destes dois edifícios.

Atendendo aos dados apresentados no Gráfico III.36, é possível observar que todos os edifícios dispõem de elementos de segurança como extintores, iluminação interior e plano de evacuação (Gráfico III.92). Outra característica comum a todas as escolas desde agrupamento é a inexistência de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

Gráfico III.92 | Segurança dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda

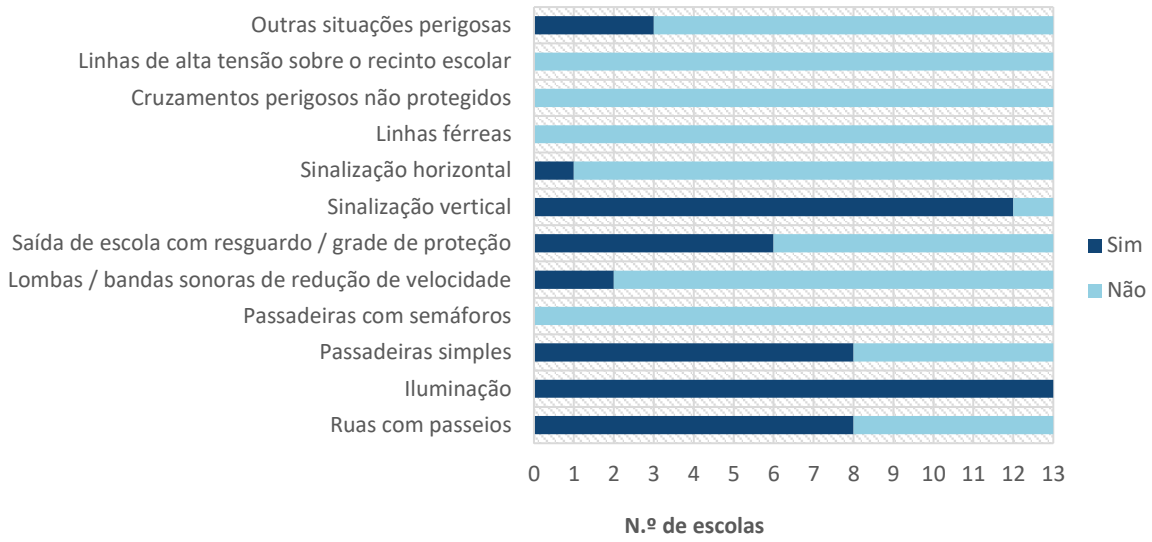


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, dois estabelecimentos não dispõem de saídas de emergência (EB de Pousada e EB de Palmeira), três não apresentam sistema de alarme (EB de Coucinheiro, EB de Presa e JI de Adaúfe) e cinco não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe).

Quanto à segurança do meio envolvente, apenas a iluminação é uma característica comum à área adjacente a todos os estabelecimentos escolares (Gráfico III.93). A sinalização vertical constitui um elemento também bastante frequente, não existindo apenas no meio envolvente à EB de Palmeira.

Gráfico III.93 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) aos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

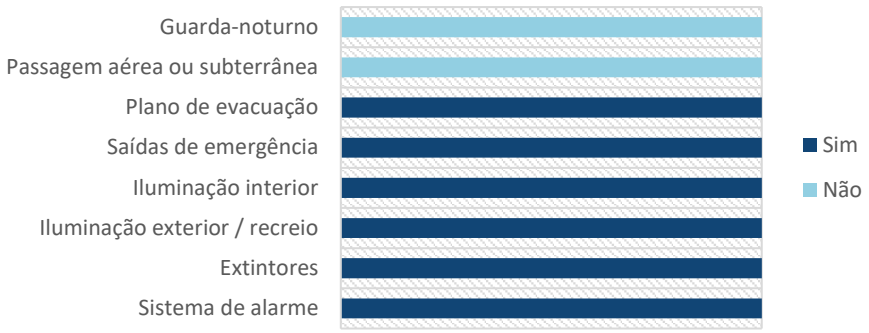
No que respeita aos restantes elementos de segurança, são cinco as escolas para as quais é indicada a inexistência de passadeiras simples na área imediatamente envolvente (EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Pousada, EB de Ortigueira e JI Pomares), número equivalente às que assinalam a inexistência de ruas com passeios (EB de Coucinheiro, EB de Pousada, EB de Ortigueira, EB de Presa e JI de Adaúfe). Por outro lado, são apenas duas as escolas que indicam a existência de lombas / bandas sonoras de redução de velocidade (EB de Coucinheiro e EB de Palmeira) e uma a que assinala a existência de sinalização horizontal (edifício do 1.º CEB da EB de Dume).

Por fim, ao nível de eventuais situações de conflito / perigo na área envolvente, há a referir a existência de problemas estruturais num dos muros interiores do recinto da EB de Presa e a frequente disposição desordenada de lixo na área adjacente à EB de Bracara Augusta, associada à existência de dois contentores de metal para colocação de resíduos domésticos.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

No que se refere ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, tal como é possível constatar pela análise do Gráfico III.94, dos elementos de segurança em análise, a escola dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação.

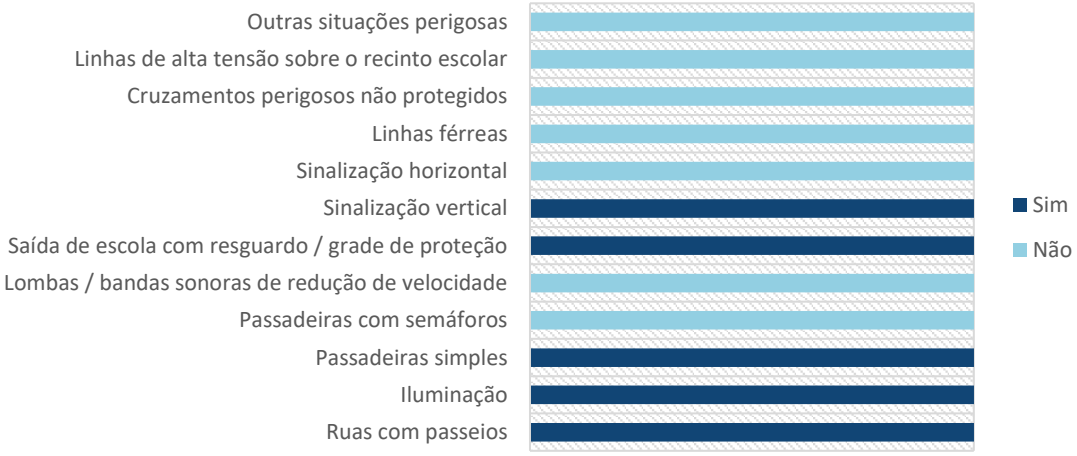
Gráfico III.94 | Segurança do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que concerne aos parâmetros de segurança do meio envolvente em análise, os espaços adjacentes ao recinto escolar apresentam ruas com passeios, iluminação, passadeiras simples e sinalização vertical, existindo também resguardo / grade de proteção na saída da escola (Gráfico III.95). Deste modo, há a registar a inexistência de passadeiras com semáforos, sinalização horizontal e lombas / bandas sonoras de redução de velocidade.

Gráfico III.95 | Segurança do meio envolvente (±200 metros) ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Importa mencionar que não se identifica qualquer situação de conflito no meio envolvente próximo, passível de representar perigo para a comunidade escolar.

III.4.4. EQUIPAMENTOS EXISTENTES

O número e variedade de equipamentos existentes nos estabelecimentos de educação e ensino são fatores relevante para efeitos de análise no âmbito da Carta Educativa do Município de Braga, passível de contribuir para o sucesso escolar dos alunos e para a garantia do seu conforto e bem-estar. Note-se que é expectável uma relação de proporcionalidade direta entre o número e a variedade de equipamentos escolares existentes em determinada escola e as exigências e necessidades requeridas pelos níveis escolares ministrados na mesma.

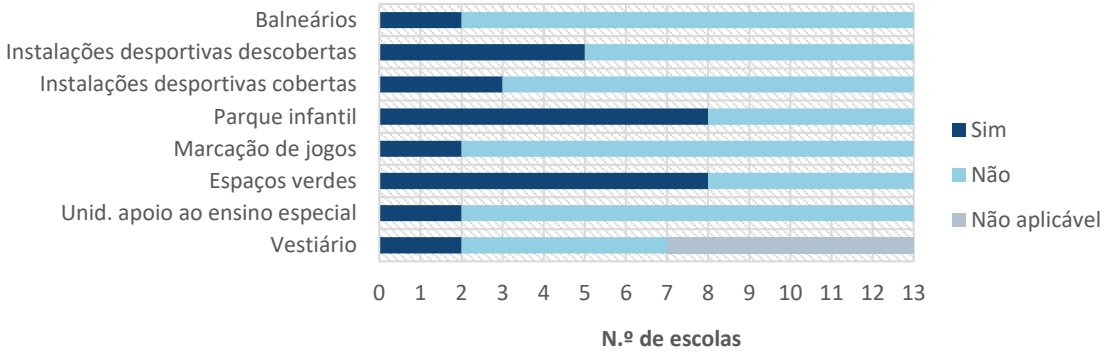
Com o propósito de analisar os equipamentos existentes nos estabelecimentos de educação e ensino concelhios, atendeu-se à existência de vestiário para crianças (no caso dos JI), unidade especializada de apoio à educação / ensino especial, espaços verdes, marcação de jogos lúdicos no pavimento, parque infantil, instalações desportivas (cobertas e descobertas) e balneários. A análise incidiu também sobre a existência de equipamento informático e respetivo grau de adequação às necessidades atuais da comunidade escolar. Foi ainda tida em consideração a existência de condições básicas, tais como aquecimento nas salas de atividade / aula e instalações sanitárias exclusivas para alunos, para adultos e adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Tal como explanado relativamente aos restantes parâmetros em análise, também a análise ao nível dos equipamentos existentes foi sistematizada em função dos diferentes Agrupamentos de Escolas existentes. Para o Agrupamento de Escolas Braga Oeste, apenas foram considerados, para efeitos de caraterização, os estabelecimentos escolares localizados no concelho de Braga.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

No AE Alberto Sampaio, analisando os equipamentos escolares existentes, é possível aferir que, do total de sete escolas que asseguram a educação pré-escolar, são duas as que possuem vestiário, nomeadamente o JI de Monte e o JI de Carvalho (Gráfico III.96). Por outro lado, são também duas as escolas que dispõem de uma unidade especializada de apoio à educação / ensino especial, nomeadamente o JI de Carvalho e a ES Alberto Sampaio.

Gráfico III.96 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

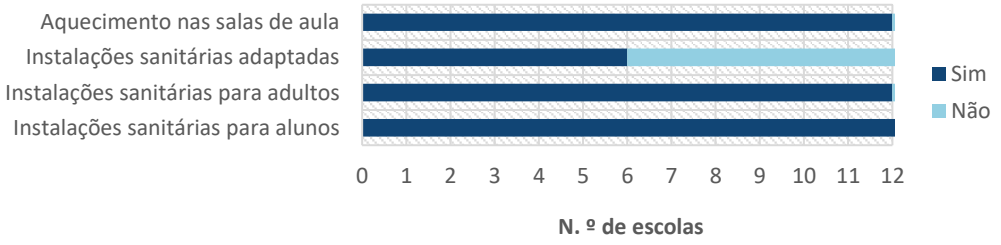
No que respeita ao espaço exterior, a maioria das escolas dispõem de parque infantil e de espaços verdes. Assim, são oito as escolas que apresentam espaços verdes (EB n.º 1 de Nogueira, JI de Lomar, JI de Monte, EB de Fraião, EB de Morreira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) e são também oito as que possuem parque infantil (EB n.º 1 de Nogueira, JI de Lomar, JI de Monte, EB de Fraião, JI de Carvalho, EB de Arcos, EB de Morreira e EB de Esporões). Em contrapartida, apenas a EB n.º1 da Nogueira e a EB de Fraião apresentam marcação de jogos.

Em cinco das escolas do agrupamento existem instalações desportivas descobertas, designadamente nas EB n.º1 da Nogueira, EB de Arcos, EB de Morreira, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio. Estas três últimas dispõem também de instalações desportivas cobertas. A EB de Nogueira e a ES Alberto Sampaio, enquanto escolas que asseguram os níveis de instrução mais elevados, incluindo a vertente desportiva, possuem também balneários de apoio à atividade desportiva.

O equipamento informático constitui um recurso transversal a todos os estabelecimentos escolares do agrupamento, ainda que estejam distribuídos de forma bastante variada, nomeadamente em função dos níveis de instrução ministrados. Não obstante, os recursos existentes foram classificados pela generalidade das escolas como sendo desadequados face às necessidades, com a exceção da EB de Nogueira.

Em termos de condições básicas, conforme se evidencia no Gráfico III.97, importa observar que todas as escolas dispõem de instalações sanitárias específicas para adultos e para alunos e apenas metade possui de instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Por outro lado, todas as escolas dispõem de equipamento para aquecimento nas salas de aula.

Gráfico III.97 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio

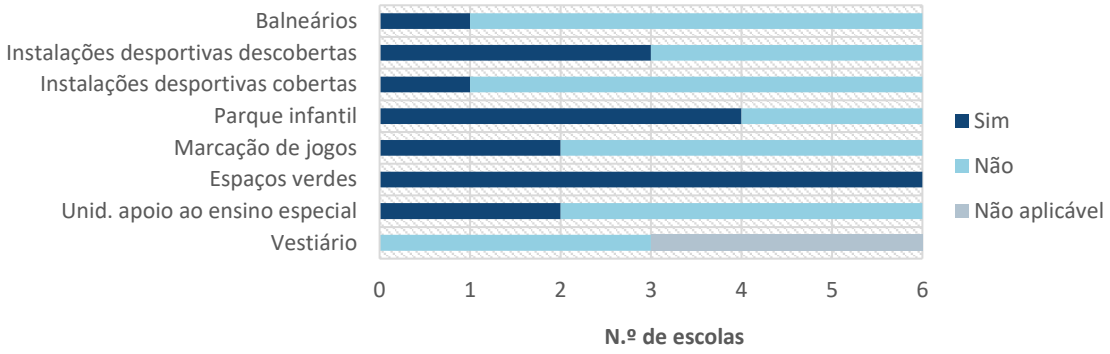


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

No AE André Soares, são duas as escolas que beneficiam da existência de centros de apoio à aprendizagem, nomeadamente a EB de São Lázaro e a EB André Soares. Por outro lado, nenhuma das três escolas que asseguram a educação pré-escolar possui vestiário (Gráfico III.98).

Gráfico III.98 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

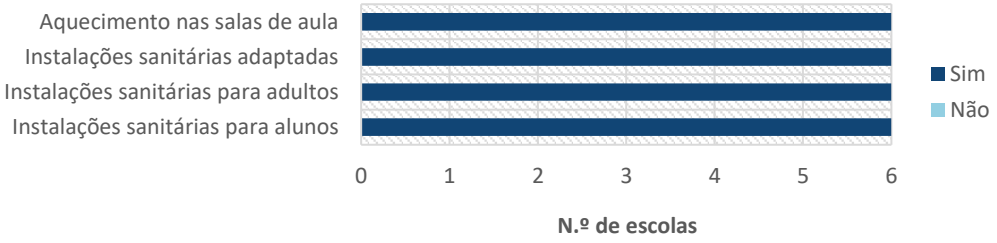
Em termos de espaço exterior, todas as escolas assinalam a existência de espaços verdes, quatro apontam a existência de parque infantil (EB de São Lázaro, EB de Fujacal e edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha) e duas apresentam marcação de jogos no pavimento (EB de São Lázaro e edifício do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha).

Para suporte à componente desportiva, note-se que três escolas possuem instalações desportivas descobertas (EB de São Lázaro, EB de Carandá e EB André Soares) e apenas a EB André Soares possui instalações desportivas cobertas e balneários.

Refira-se também que todas as escolas do agrupamento dispõem de equipamento informático, no entanto, a maioria avalia os mesmos como sendo desadequados face às atuais necessidades.

O Gráfico III.99 sistematiza a análise das condições básicas nas escolas do agrupamento, sendo possível observar que todas dispõem de instalações sanitárias específicas para alunos e para adultos, bem como instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Em termos de conforto térmico dos edifícios, todas as escolas dispõem de aquecimento nas salas de aula.

Gráfico III.99 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE André Soares

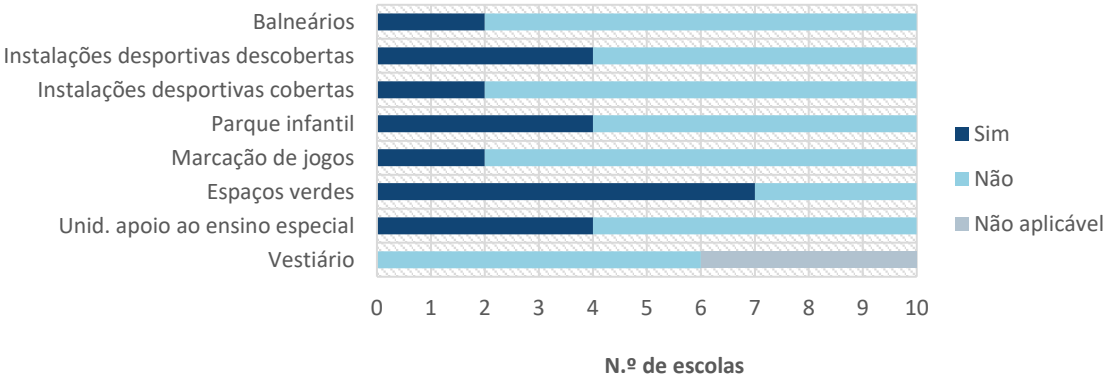


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

A análise dos equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante, expressa no Gráfico III.100, permite observar que nenhuma das seis escolas com oferta ao nível da educação pré-escolar dispõe de vestiário.

Gráfico III.100 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são quatro as escolas que dispõem de uma unidade especializada de apoio à educação / ensino especial, referindo-se nestas circunstâncias a EB de Este São Pedro, a EB n.º 1 de Gualtar, a EB de Gualtar e a ES Carlos Amarante.

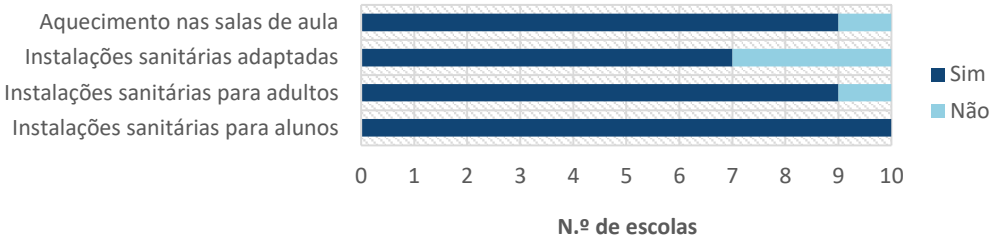
Relativamente ao espaço exterior, são quatro as escolas que possuem parque infantil (EB de Espinho, EB de Este São Pedro, EB n.º 1 de Gualtar e JI de Gualtar) e duas as que apresentam marcação de jogos lúdicos no pavimento (EB de Espinho e EB de Pedralva). Por outro lado, são três as escolas onde não existem espaços verdes no recinto escolar, nomeadamente a EB de Sobreposta, o JI de Gualtar e a EB de Pedralva.

No que à componente desportiva diz respeito, quatro escolas dispõem de instalações desportivas descobertas (EB de Espinho, EB de Este S. Mamede, EB de Este São Pedro e ES Carlos Amarante). Estas instalações referem-se, fundamentalmente, a campos de futebol e, no caso da ES Carlos Amarante, a uma pista de atletismo, um campo de voleibol e um polidesportivo. Duas das escolas deste agrupamento dispõem também de instalações desportivas cobertas, nomeadamente a EB de Gualtar e a ES Carlos Amarante, onde é assinalada a existência de um ginásio, no primeiro caso, e de um ginásio e um pavilhão desportivo, no segundo caso. Nestas duas escolas existem balneários para apoio à atividade desportiva.

Em termos de equipamentos informáticos, todas as escolas dispõe de computadores, em número variável, consoante quer os níveis de instrução lecionados, quer o número de alunos. Todavia, em cerca de metade dos estabelecimentos escolares, principalmente ao níveis da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, os recursos existentes são considerados desadequados face às atuais necessidades.

No que às condições básicas diz respeito, acresce referir que uma escola não dispõe de instalações sanitárias para adultos (EB Este São Pedro) e três não possuem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida (EB de Sobreposta, JI de Este São Pedro e JI de Gualtar) (Gráfico III.101).

Gráfico III.101 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



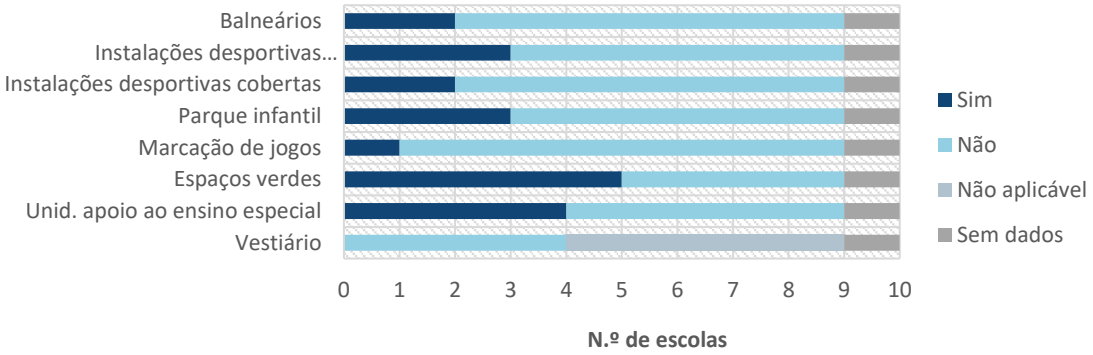
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, importa referir que a ES Carlos Amarante corresponde ao único estabelecimento escolar do agrupamento que não dispõe de aquecimento nas salas de aula.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

No AE D. Maria II, são quatro as escolas que possuem centro de apoio à aprendizagem (JI de Bracara Augusta, EB do Bairro Económico, EB de Lamações e ES D. Maria II). Por outro lado, nenhuma das escolas que asseguram a educação pré-escolar possui vestiário (Gráfico III.102).

Gráfico III.102 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

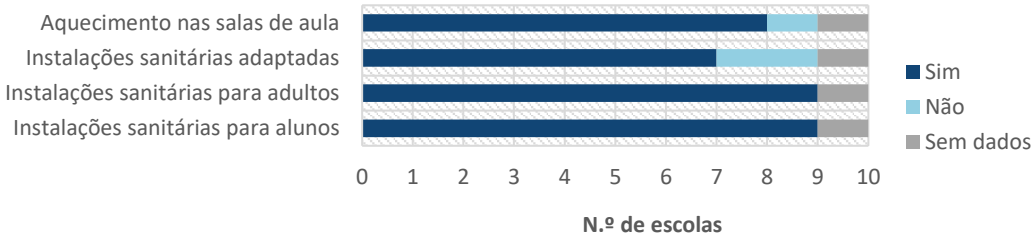
Relativamente ao espaço exterior, são cinco as escolas que possuem espaços verdes (EB do Bairro Económico, EB nº 2 Lamações, EB de Tenões, EB de Lamações e ES D. Maria II), três as que dispõem de parque infantil (EB nº 2 de Lamações, EB de Tenões e JI de Bracara Augusta) e somente a EB do Bairro Económico apresenta marcação de jogos no pavimento.

Em termos de instalações desportivas, três estabelecimentos escolares dispõem de instalações desportivas descobertas (EB nº 2 de Lamações, EB de Lamações e ES D. Maria II) e dois possuem instalações cobertas e balneários (EB de Lamações e ES D. Maria II).

O equipamento informático, por sua vez, constitui um recurso transversal aos vários estabelecimentos escolares do agrupamento, ainda que distribuídos heterogeneamente, em função das exigências e necessidades inerentes aos níveis de instrução lecionados e do número de frequências. Note-se, no entanto, que cerca de metade das escolas consideram que os recursos existentes se encontram desajustados face às atuais necessidades.

A análise das condições básicas nos estabelecimentos escolares do agrupamento evidencia que os nove dispõem de instalações sanitárias exclusivas para alunos e professores e dois não possuem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente a EB de Nogueiró e o JI de Bracara Augusta (Gráfico III.103)

Gráfico III.103 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II

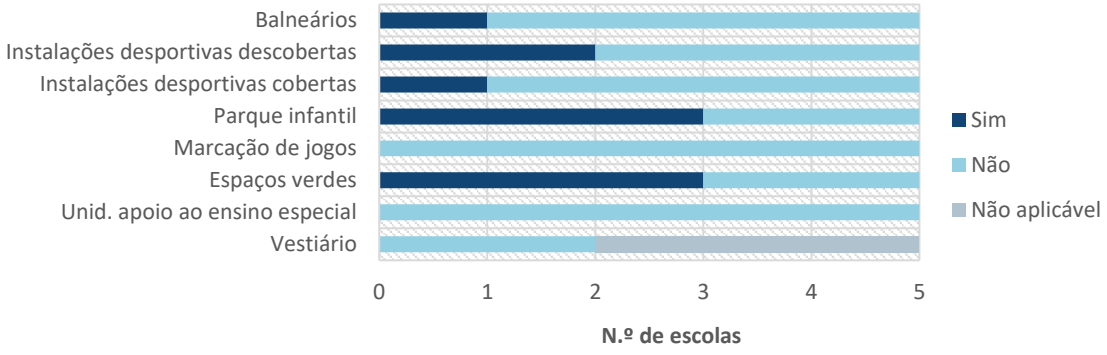


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

A análise dos dados apresentados no Gráfico III.104 permite constatar que nenhum estabelecimento escolar do agrupamento dispõe de centros de apoio à aprendizagem e as duas escolas com oferta da educação pré-escolar não possuem vestiário.

Gráfico III.104 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



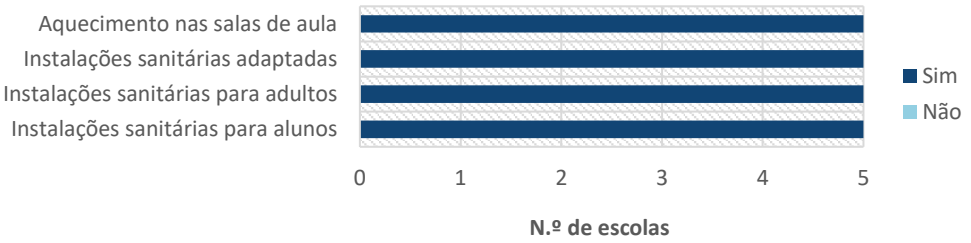
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de espaço exterior, nenhuma das escolas assinala a existência de marcação de jogos no pavimento e duas indicam a inexistência de espaços verdes (EB de Cabreiros e JI de Cabreiros) e de parque infantil (EB de Cabreiros e EB de Braga Oeste).

Ao nível do equipamento desportivo, apenas a EB de Cabreiros e o JI de Cabreiros assinalam a existência de instalações desportivas descobertas, enquanto apenas a escola sede do agrupamento dispõe de instalações cobertas e de balneários.

Quanto às condições básicas, em todas as escolas do agrupamento existem instalações sanitárias para alunos, instalações sanitárias para adultos, instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, bem como sistema de aquecimento nas salas de aula (Gráfico III.105).

Gráfico III.105 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste

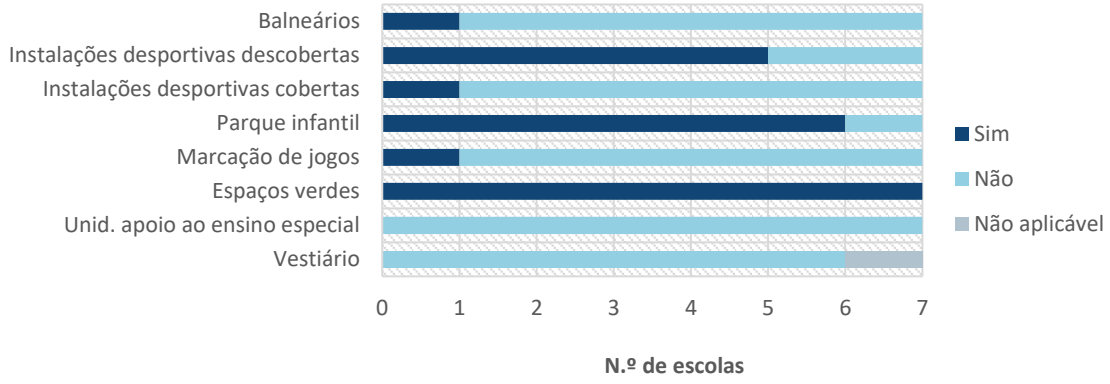


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

Conforme é possível aferir pela análise do Gráfico III.106, os sete estabelecimentos escolares do Agrupamento de Escolas de Celeirós não dispõem de unidade especializada de apoio à educação / ensino especial. Por outro lado, as seis escolas que asseguram a educação pré-escolar não dispõem também de vestiário.

Gráfico III.106 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

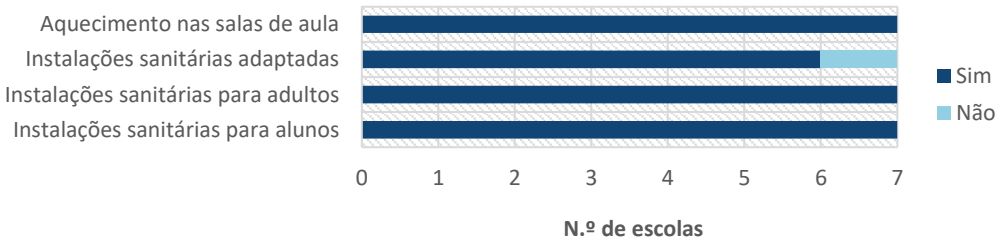
Ao nível do espaço exterior, todas as escolas assinalam a existência de espaços verdes, e as sete que lecionam a educação pré-escolar dispõem de parque infantil (EB da Garapôa, EB da Cruz, EB de Figueiredo, EB de Escudeiros, EB de Guisande e JI de Lamas). Em contrapartida, apenas a EB da Cruz indica a existência de marcação de jogos lúdicos no pavimento.

No que concerne à vertente desportiva, são cinco os estabelecimentos escolares onde existem instalações desportivas descobertas, excetuando-se a EB de Guisande e o JI de Lamas. As instalações existentes correspondem a campos de jogos / futebol. Por outro lado, apenas a EB de Celeirós dispõe de instalações desportivas cobertas, designadamente um ginásio, bem como de balneários de apoio à atividade desportiva.

Relativamente ao equipamento informático, todas as escolas dispõem de computadores, ainda que a maioria considere que os recursos existentes não são adequados às atuais necessidades. Importa referir que o número de computadores existentes é bastante variável, estando naturalmente dependente dos níveis de educação e ensino ministrados em cada escola e do potencial número de utilizadores. Com efeito, no ano letivo 2016-2017, o maior número de computadores é contabilizado na EB de Celeirós (169 computadores) e o menor no JI de Lamas (um computador).

A observação dos dados referentes às condições básicas existentes nas escolas deste agrupamento permite constatar que todas dispõem de aquecimento nas salas de aula, instalações sanitárias exclusivas para alunos e instalações sanitárias para adultos (Gráfico III.107). Por outro lado, há uma escola em que não existem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, encontrando-se nestas circunstâncias o JI de Lamas.

Gráfico III.107 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós

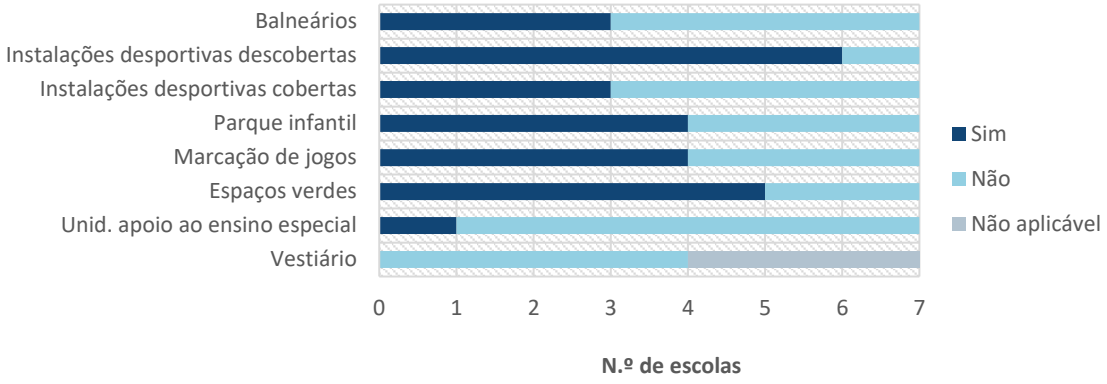


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

No Agrupamento de Escolas de Maximinos, a análise dos equipamentos existentes nos diferentes estabelecimentos escolares evidencia que nenhuma das quatro escolas que assegura a educação pré-escolar possui vestiário (Gráfico III.108). Por outro lado, apenas a ES de Maximinos dispõe de uma unidade especializada de apoio à educação / ensino especial.

Gráfico III.108 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

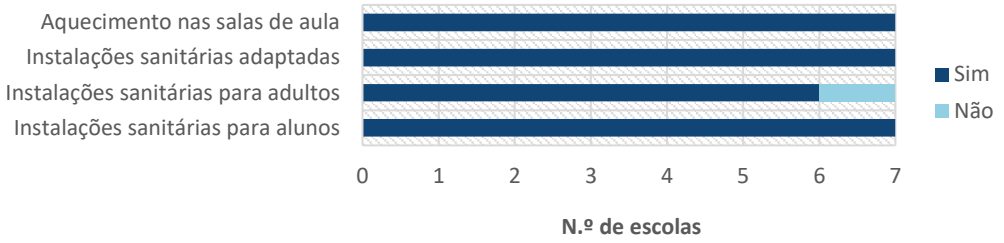
Ao nível do espaço exterior, são duas as escolas que não possuem espaços verdes no recinto escolar (EB de Gandra e EB de Maximinos) e três as que não dispõem de marcação de jogos lúdicos no pavimento (EB de Estrada, EB da Naia e EB Frei Caetano Brandão). Relativamente à existência de parque infantil, apenas as escolas que não lecionam a educação pré-escolar não dispõem deste equipamento (EB de Gandra, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

Em termos de equipamento desportivo, todos os estabelecimentos escolares do agrupamento apresentam instalações desportivas descobertas, nomeadamente um campo de jogos, com a exceção da EB de Gandra, que não dispõe deste tipo de instalações. As instalações desportivas cobertas são menos frequentes, existindo apenas na EB de Gandra, EB de Gondizalves e ES de Maximinos. Nas duas primeiras escolas o equipamento existente trata-se de um polivalente e na escola secundária corresponde a um ginásio. Para o apoio à atividade desportiva, são três as escolas que dispõem de balneários (EB de Maximinos, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

No que se refere ao equipamento informático, todas as escolas do agrupamento dispõem de computadores, com ligação à Internet, para os diferentes níveis de instrução. Não obstante, estes meios são considerados desadequados às atuais necessidades, dado o estado de desatualização dos equipamentos.

Tal como evidenciado no Gráfico III.109, todos os estabelecimentos escolares deste agrupamento possuem instalações sanitárias exclusivas para alunos e instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, verificando-se, contudo, a inexistência de instalações sanitárias para adultos na EB de Gandra (Gráfico III.109).

Gráfico III.109 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



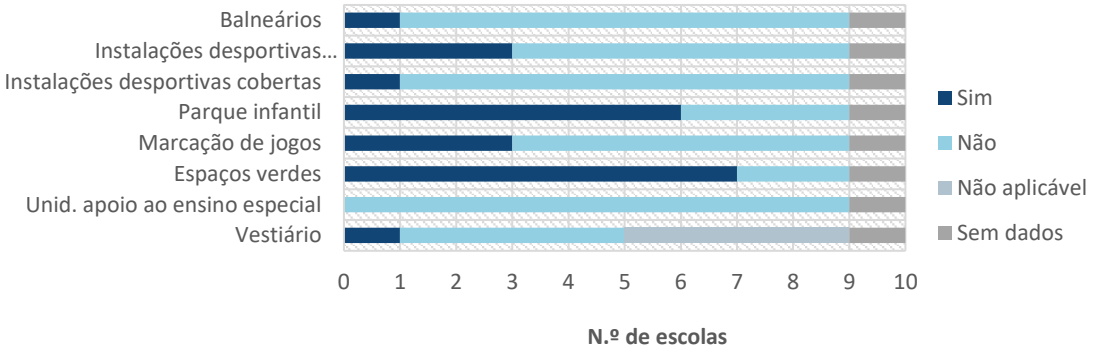
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ainda a este nível, refira-se que todas as escolas dispõem de aquecimento nas salas de aula.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

Analisando os equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado (Gráfico III.110), é possível observar que do total de escolas que asseguram a educação pré-escolar, apenas a EB de Ruães possui vestiário. Por outro lado, nenhum dos estabelecimentos dispõe de centro de apoio à aprendizagem.

Gráfico III.110 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

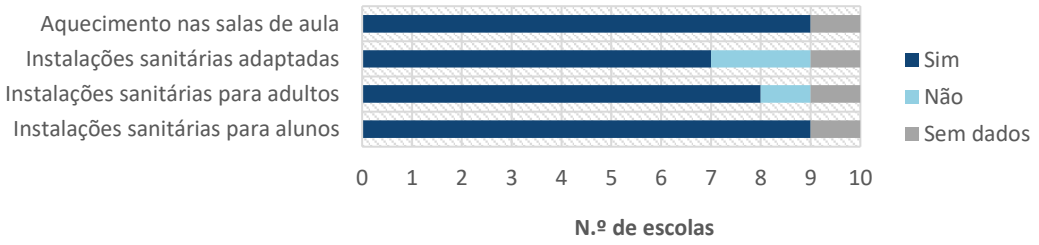
No que respeita ao espaço exterior, a maioria dos recintos escolares possuem espaços verdes e parque infantil, enquanto a marcação de jogos no pavimento apenas existe em três escolas, nomeadamente na EB de Merelim S. Paio, na EB de Panoias e na EB de Mosteiro e Cávado.

Relativamente aos equipamentos desportivos, são três as escolas beneficiam da existência de instalações desportivas descobertas, nomeadamente campos de jogos. Em contrapartida, apenas a EB de Mosteiro e Cávado apresenta instalações desportivas cobertas e balneários.

A existência de equipamento informático é transversal aos vários estabelecimentos escolares, ainda que em quantidades diferenciadas. Contudo, para a maioria das escolas considera os recursos existentes como desajustados às necessidades atuais da comunidade educativa.

Ao nível das condições básicas, atentando ao Gráfico III.111 é possível observar que todas as escolas analisadas possuem instalações sanitárias para alunos e somente a EB de Panoias não possui instalações sanitárias específicas para adultos. O JI de Panoias e o JI de Mire de Tibães, por sua vez, não dispõem de instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Gráfico III.111 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



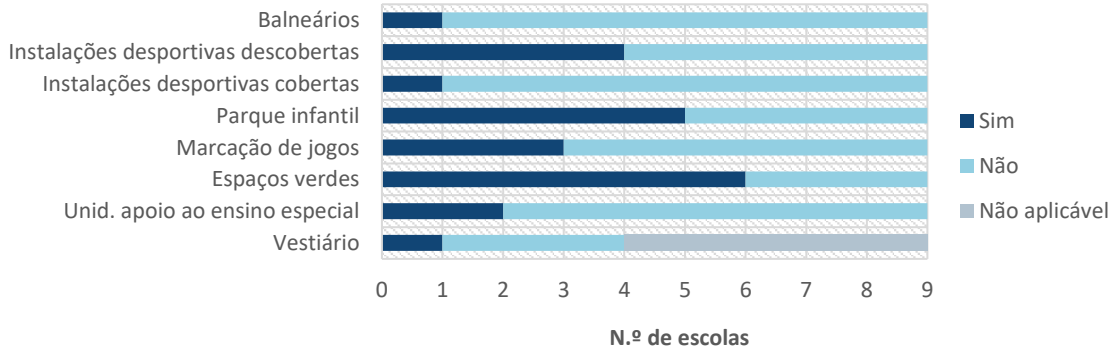
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, note-se que todos os estabelecimentos escolares do agrupamento beneficiam da existência de equipamento para aquecimento das salas de aula.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

No AE de Real, dos quatro estabelecimentos escolares que asseguram a educação pré-escolar, apenas o JI de Frossos detém vestiário. Por outro lado, são dois os centros de apoio à aprendizagem existentes no agrupamento, designadamente na EB das Parretas e na EB de Real (Gráfico III.112).

Gráfico III.112 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE de Real



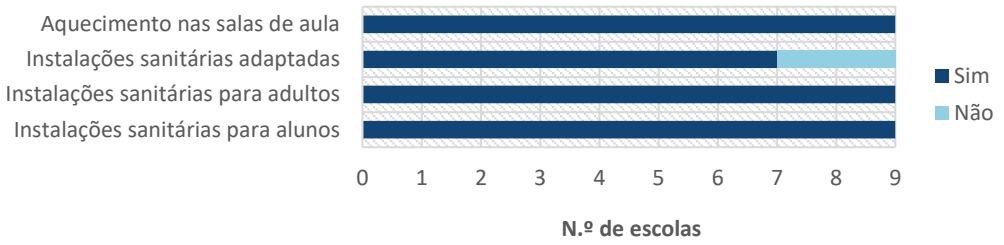
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível do espaço exterior dos diferentes estabelecimentos escolares, mais de metade dispõe de espaços verdes (sete em nove escolas) e de parque infantil (cinco em nove escolas). Por outro lado, são apenas três os recintos que apresentam marcação de jogos no pavimento, nomeadamente no JI de Parada de Tibães, na EB n.º 1 de Real e na EB de Real.

Observando os equipamentos desportivos existentes, é possível observar que quatro escolas dispõem de instalações desportivas descobertas (EB de Frossos, EB das Parretas, EB de S. Frutuoso e EB de Real) e apenas uma possui instalações cobertas e balneários (EB de Real).

Em termos de condições básicas dos estabelecimentos em análise, importa referir que todos dispõem de instalações sanitárias individualizadas para alunos e adultos e dois não possuem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida (EB de Frossos e JI de Frossos). Acresce ainda mencionar que todas as escolas dispõem de aquecimento nas salas de aula (Gráfico III.113).

Gráfico III.113 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE de Real

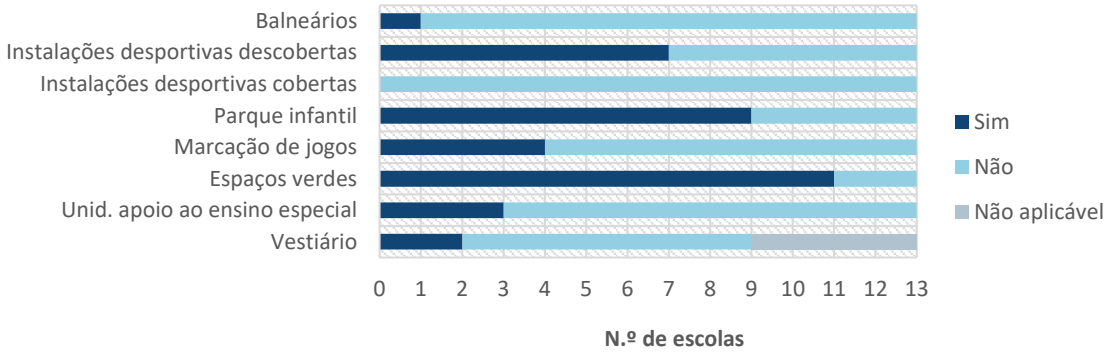


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

Analisando os equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria (Gráfico III.114), é possível constatar que dos nove estabelecimentos escolares que asseguram a educação pré-escolar, somente dois contam com a existência de vestiário. Por outro lado, são três as escolas que dispõem de centro de apoio à aprendizagem, nomeadamente a EB de Arentim, a EB de Cunha e a EB Trigal de Santa Maria.

Gráfico III.114 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

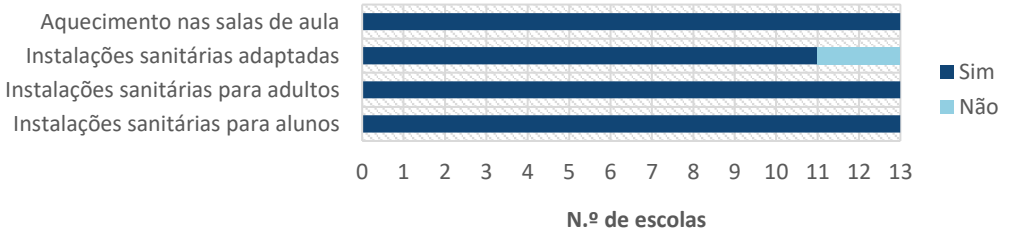
Ao nível do espaço exterior, na maioria dos recintos escolares existem espaços verdes e parque infantil, enquanto quatro escolas contam também com marcação de jogos no pavimento (EB de Aveleda, EB de Vimieiro, edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos e EB Trigal de Santa Maria).

Quanto à vertente desportiva, são sete as escolas que contam com a existência de instalações desportivas descobertas (EB de Aveleda, EB de Vimieiro, EB de Fradelos, EB de Estação, EB de Arentim, EB de Tebosa e EB de Trigal de Santa Maria), as quais correspondem, fundamentalmente, a campos de jogos. Em contrapartida, nenhum destes estabelecimentos dispõe de instalações desportivas cobertas e somente a EB Trigal de Santa Maria possui balneários de apoio à atividade desportiva.

O equipamento informático, mais concretamente os computadores, constitui um recurso transversal a todos os estabelecimentos escolares do agrupamento, ainda que distribuídos de forma heterogénea, em função das exigências e necessidades pedagógicas inerentes aos níveis de instrução assegurados. Não obstante, em cerca de metade das escolas em análise, os recursos existentes são considerados desajustados face às necessidades atuais.

Por fim, no que respeita às condições básicas, conforme evidenciado no Gráfico III.115, todos os estabelecimentos escolares dispõem de instalações sanitárias exclusivas para alunos e para adultos e apenas o JI de Igreja e a EB de Cunha não possuem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Igualmente comum a todas as escolas do agrupamento é a existência de aquecimento das salas de aula.

Gráfico III.115 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



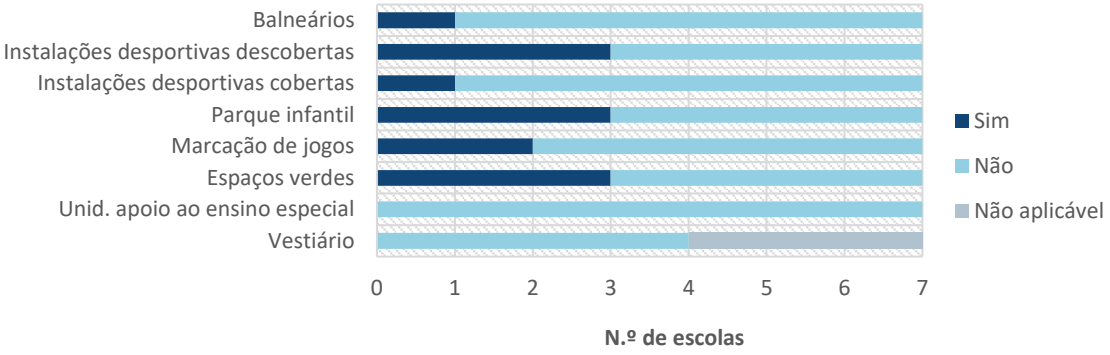
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

No AE Dr. Francisco Sanches não se regista a existência quer de centros de apoio à aprendizagem, quer de vestiários nas escolas que garantem a educação pré-escolar (Gráfico III.116).

No que subjaz ao espaço exterior, são três os estabelecimentos escolares que indicam a existência de espaços verdes (EB do Bairro da Alegria, EB do Bairro da Misericórdia e EB Dr. Francisco Sanches), sendo igualmente três os que apontam a existência de parque infantil (EB da Quinta de Veiga, EB do Bairro da Alegria e JI da Quinta das Fontes). Por outro lado, a EB do Bairro Alegria e a EB S. Vítor são as duas escolas que apresentam marcação de jogos no recinto escolar.

Gráfico III.116 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



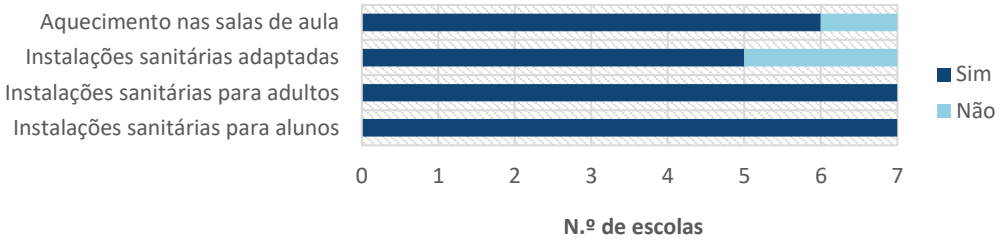
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que à valência desportiva diz respeito, são três as escolas que possuem instalações desportivas descobertas (EB do Bairro Alegria, EB de S. Vítor e EB Dr. Francisco Sanches) e uma a que dispõe de instalações cobertas (EB Dr. Francisco Sanches). A EB Dr. Francisco Sanches representa também a única escola do agrupamento que está dotada com balneários.

Tal como observado relativamente à generalidade dos agrupamentos de escolas, também no AE Dr. Francisco Sanches, o equipamento informático é um recurso comum a todas as escolas. Não obstante, para todos os estabelecimentos escolares, os recursos existentes foram avaliados nos inquéritos como sendo não adequados às atuais necessidades.

Finalmente, o Gráfico III.117 permite constatar que todas as escolas do agrupamento estão equipadas com instalações sanitárias exclusivas para alunos e adultos, enquanto a EB de S. Vítor e o JI da Quinta das Fontes correspondem às duas escolas que não estão apetrechadas com instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Note-se, ainda, a inexistência de aquecimento nas salas de aula da EB Dr. Francisco Sanches.

Gráfico III.117 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches

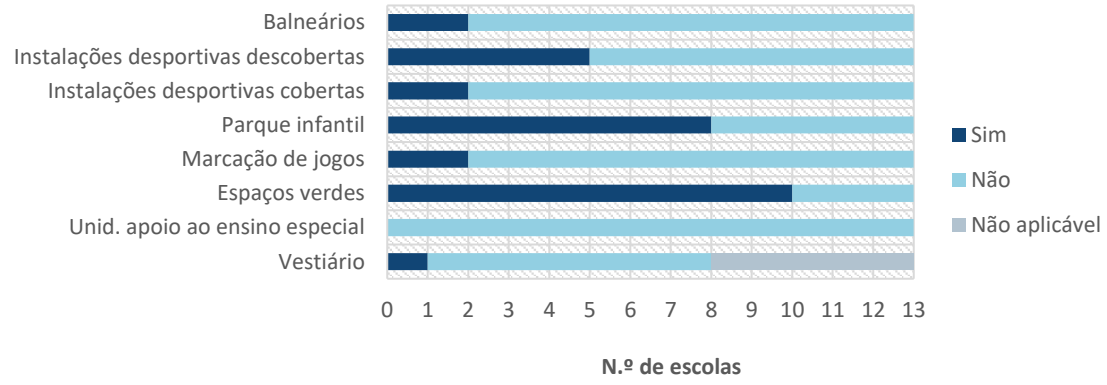


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

Conforme evidenciado no Gráfico III.118, não se regista a existência de uma unidade especializada de apoio à educação / ensino especial em qualquer dos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda. Por outro lado, das oito escolas com oferta ao nível da educação pré-escolar, somente o JI de Pomares dispõe de vestiário.

Gráfico III.118 | Equipamentos existentes nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível do espaço exterior, a maioria das escolas apresenta espaços verdes no recinto escolar, com exceção da EB de Crespos, EB de Presa e EB de Dume (edifício destinado ao 1.º ciclo do ensino básico). Ainda neste contexto, são duas as escolas que apresentam marcação de jogos lúdicos no pavimento (EB de Bracara Augusta e EB de Eira Velha), enquanto todas as escolas com oferta ao nível da educação pré-escolar dispõem de parque infantil.

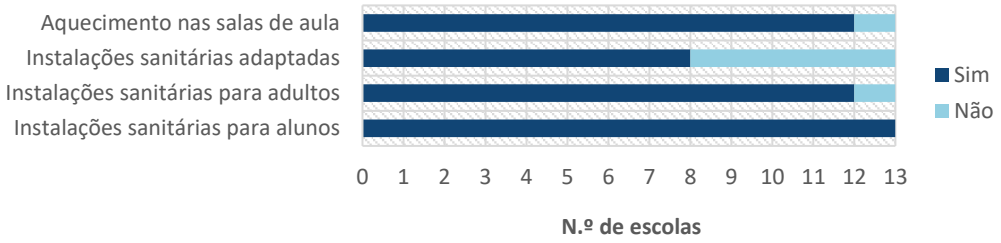
No que concerne à atividade desportiva, cinco escolas dispõem de instalações desportivas descobertas (EB Bracara Augusta, EB de Pousada, edifício do 1.º CEB da EB de Dume, EB de Palmeira e ES Sá de Miranda), que correspondem a campos de jogos / futebol. Menos frequentes são as instalações desportivas cobertas, existentes apenas nas escolas com oferta ao nível dos 2.º e 3.º ciclos do ensino

básico e do ensino secundário (EB de Palmeira e ES São de Miranda). Estas duas escolas dispõem também de balneários de apoio à atividade desportiva.

Em termos de equipamento informático, todos os estabelecimentos de educação e ensino dispõem de computadores para os diferentes níveis de instrução. Todavia, para a maioria das escolas, os recursos existentes são considerados desadequados às reais necessidades, sendo alegada a carência de renovação do parque escolar, generalização do acesso à Internet e aumento do número de computadores para utilização pelos alunos.

Analisando a existência de um conjunto de condições básicas nos estabelecimentos escolares do agrupamento, observa-se que todos dispõem de instalações sanitárias exclusivas para alunos, um não possui instalações sanitárias para adultos (edifício do 1.º CEB da EB de Dume) e cinco não apresentam instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade condicionada (EB de Crespos, edifício da pré-escolar da EB de Dume, EB de Presa, JI de Adaúfe e JI de Pomares) (Gráfico III.119).

Gráfico III.119 | Condições básicas nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



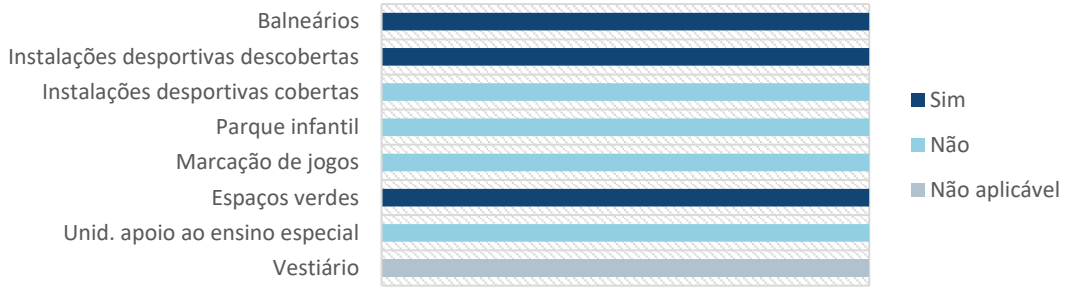
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, importa mencionar que a EB da Pousada não se encontra equipada com sistema de aquecimento nas respetivas salas de aula.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Observando os dados referentes aos equipamentos existentes na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, apresentados no Gráfico III.120, é possível aferir que a escola dispõe de instalações desportivas descobertas, nomeadamente um campo de jogos, bem como de balneário para apoio à atividade desportiva. Não possuindo instalações desportivas cobertas, a escola utiliza outros equipamentos desportivos complementares fora do recinto escolar, designadamente o Pavilhão do Hóquei de Braga.

Gráfico III.120 | Equipamentos existentes no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



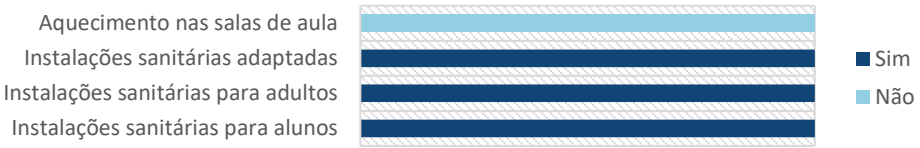
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível do espaço exterior, o recinto escolar dispõe de espaços verdes, não possuindo marcação de jogos no pavimento, nem parque infantil, dado não comtemplar oferta para a educação pré-escolar. Note-se, ainda, que a escola não dispõe de um centro de apoio à aprendizagem.

Relativamente ao equipamento informático, a escola dispõe de computadores para utilização pelos alunos dos diferentes níveis de instrução ministrados, bem como de acesso à Internet.

A Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian encontra-se, em termos de condições básicas, equipada com instalações sanitárias exclusivas para alunos, para adultos e adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida (Gráfico III.121). A escola não dispõe, contudo, de aquecimento nas salas de aula.

Gráfico III.121 | Condições básicas no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

III.4.5. PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

O prolongamento de horário insere-se numa lógica "escola a tempo inteiro", tratando-se de um serviço que funciona como uma resposta social fundamental para as crianças e respetivas famílias, possibilitando uma maior adequação dos tempos de permanência na escola às atuais necessidades das famílias e, em simultâneo, permitindo que os períodos extra escolares sejam também eles enriquecedores e favorecedores de um desenvolvimento integral das crianças. Assim, nesse período serão desenvolvidas atividades diversas que podem ser asseguradas pelos próprios educadores ou por educadores/animadores contratados para este fim.

Com efeito, torna-se evidente que a análise da resposta das escolas do concelho de Braga face ao prolongamento do horário escolar é de grande relevância no âmbito da revisão da Carta Educativa, de forma a aferir e avaliar a concretização dos princípios supramencionados.

A resposta educativa em análise insere-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família, assente em três grandes vertentes:

- **Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF)**: atividades destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades;
- **Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico (AEC)**: atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidem, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação;
- **Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF)**: atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

No ano letivo 2016-2017 todos os Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga, assim como a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian são promotoras deste tipo de atividades.

Com vista a uma análise mais pormenorizada acerca das respostas proporcionadas por cada estabelecimento escolar, procede-se de seguida à apresentação dos principais resultados decorrentes da aplicação dos inquéritos, sistematizados por Agrupamento de Escolas. Entre as variáveis analisadas, referem-se a existência do serviço de prolongamento de horário, as atividades no âmbito das AAAF, CAF e AEC, o número de alunos que usufruem destas atividades, os promotores e os locais, custos e recursos afetos à sua realização.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

Todas as escolas que ministram a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico no Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio asseguram o serviço de prolongamento de horário, assegurando Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), da Componente de Apoio à Família (CAF) e de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

No que respeita à educação pré-escolar, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são asseguradas por educadores / monitores especializados contratados para esse efeito, com os respetivos custos a serem assumidos pela autarquia, pelos encarregados de educação e pelas juntas de freguesia. Como tipologias de atividades asseguradas referem-se a educação musical, a educação física, a dança, o inglês e o yoga. O número de crianças que usufrui deste serviço no ano letivo 2016-2017 perfaz um total de 131 crianças, oscilando entre as 11 contabilizadas na EB de Esporões e as 25 no JI do Monte.

Quanto ao 1.º ciclo do ensino básico, a Componente de Apoio à Família (CAF) é garantida pelas juntas de freguesia. O número de alunos que beneficia destas atividades perfaz, no ano letivo 2016-2017, um total de 509 crianças, variando entre os 14 contabilizados na EB de Morreira e os 179 aferidos na EB n.º 1 da Nogueira.

Ainda no 1.º ciclo do ensino básico, a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) é também generalizada, abarcando atividades o inglês prático, atividade físico desportiva e artes performativas. Os recursos afetos à promoção de tais atividades correspondem a professores / monitores especializados contratados para o efeito, sendo os respetivos custos assegurados pelo agrupamento de escolas. O número de crianças que participa nestas atividades no ano letivo 2016-2017 é de 629, apresentando uma oscilação entre os 14 alunos na EB de Morreira e os 236 na EB n.º1 de Nogueira.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

No Agrupamento de Escolas André Soares, todos os estabelecimentos escolares com oferta da educação pré-escolar asseguram o prolongamento de horário, mediante Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) asseguradas pela autarquia e pelos encarregados de educação. Entre as tipologias de atividades disponibilizadas às crianças é referida a expressão motora, garantida por educadores / monitores especializados contratados para esse fim. No total, em 2016-2017, participam nestas atividades 117 crianças, cuja distribuição oscila entre as 11 na EB do Fujacal e as 56 na EB de São Lázaro.

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, todos os quatro estabelecimentos que asseguram este nível de instrução disponibilizam atividades no âmbito da CAF, sendo o mesmo da responsabilidade da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Neste mesmo nível de instrução, todas as escolas garantem a oferta de AEC nas áreas da expressão musical, expressão dramática e expressão motora / atividade física e desportiva, contando, para o efeito, com recursos especializados contratados especificamente para esse fim e com professores que lecionam as matérias curriculares. No ano letivo 2016-2017, o número de alunos que beneficia deste serviço ronda as 550 crianças.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

No Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, a análise dos dados decorrentes dos inquéritos aplicados às escolas permite constatar que o prolongamento de horário é um serviço assegurado pela generalidade dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Na educação pré-escolar, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são asseguradas por educadores / monitores especializados contratados para esse efeito, sendo os custos assegurados pela autarquia e pelos encarregados de educação. Entre os tipos de atividades desenvolvidas, referem-se a música, o inglês, a dança criativa, o yoga, a ginástica e a natação. Quanto ao número de crianças da educação pré-escolar que usufruem deste serviço, contabiliza-se um total de 171 crianças na globalidade

das escolas, com a sua distribuição a variar entre as seis crianças na EB de Pedralva e as 67 crianças no JI de Gualtar.

No 1.º ciclo do ensino básico, a Componente de Apoio à Família (CAF) é igualmente assegurada em todos os estabelecimentos escolares do agrupamento, sendo assegurada por alguém contratado, pelas juntas de freguesia e por IPSS. O número de crianças que beneficia destas atividades perfaz as 277, oscilando entre as oito crianças na EB de Pedralva e as 130 na EB n.º 1 de Gualtar.

Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular, a oferta proporcionada pelas escolas contempla atividades de música, expressão físico-motora e expressão plástica. Os recursos afetos à promoção de tais atividades correspondem quer aos professores que ministram as matérias curriculares, quer a professores / monitores especializados contratados para esse fim, sendo os custos assegurados pela autarquia, pelo Ministério da Educação e pelas escolas. O número de crianças que participa nestas atividades é de 460 no ano letivo 2016-2017, variando entre as 28 crianças na EB de Pedralva e as 200 na EB n.º 1 de Gualtar.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

Também do Agrupamento de Escolas D. Maria II o prolongamento de horário constitui um serviço generalizado, sendo assegurado na totalidade das escolas que ministram a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), na educação pré-escolar, são asseguradas por educadores que ministram as atividades educativas, sendo os respetivos custos assegurados pelos encarregados de educação e pela autarquia. As atividades desenvolvidas incluem passeios e atividades diversas de natureza lúdica.

A Componente de Apoio à Família (CAF), no 1.º ciclo do ensino básico, é da responsabilidade da Associação de Pais, da empresa municipal BragaHabit e da Associação Social Cultural Recreativa e Desportiva de Nogueiró (ASCREDNO). Nas atividades asseguradas participam, no ano letivo 2016-2017, um total de 447 crianças.

No que respeita às AEC, estas atividades são garantidas por técnicos especializados contatados para o efeito e inclui atividades como música, expressões, ciências experimentais e inglês. No total, no ano letivo 2016-2017, são cerca de 556 as crianças que usufruem destas atividades, variando entre as 48 crianças na EB de Tenões e as 152 na EB n.º 2 de Lamaçães.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

Todos os estabelecimento escolares que garantem a educação pré-escolar e/ou o 1.º ciclo do ensino básico no Agrupamento de Escolas de Braga Oeste asseguram, no ano letivo 2016-2017, o serviço de

prolongamento de horário, mediante o desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), da Componente de Apoio à Família (CAF) e de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Na educação pré-escolar, 54 crianças beneficiam das AAAF (25 no JI de Cabreiros e 29 na EB de Sequeira), de entre as quais são referidas atividades como a educação musical, expressão plástica, atividades lúdicas (jogos) e culinária. Tratam-se de atividades da responsabilidade de educadores / monitores especializados contratados, cujos custos são suportados pelos encarregados de educação.

As atividades no âmbito da CAF, no 1.º ciclo do ensino básico, são asseguradas por alguém contratado para o efeito. Nestas atividades participam, no ano letivo 2016-2017, um total de 110 crianças (56 alunos na EB de Cabreiros e 54 na EB de Sequeira).

As AEC, por sua vez, abarcam o inglês, a atividade física e desportiva, as expressões artísticas e a oficina da ciência. Tais atividades são asseguradas por recursos especializados contratados para esse fim sendo os respetivos custos assegurados pelo Ministério da Educação. No ano letivo supracitado, contabilizam-se 137 crianças que usufruem destas atividades, 82 das quais na EB de Cabreiros e as restantes 55 na EB de Sequeira.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

No Agrupamento de Escolas de Celeirós, todas as escolas que ministram a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico asseguram o serviço de prolongamento de horário, mediante o desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), da Componente de Apoio à Família (CAF) e de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Ao nível da educação pré-escolar, as AAAF são ministradas por educadores / monitores especializados contratados para esse efeito, sendo os custos assegurados pela autarquia, pelas juntas de freguesia e pelos encarregados de educação. Entre as atividades desenvolvidas referem-se a ginástica, a dança e o yoga. No ano letivo 2016-2017 são 110 as crianças que beneficiam desta medida, número que varia entre as dez crianças na EB de Guisande e as 27 crianças na EB da Cruz.

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, a CAF é assegurada em todas as escolas do agrupamento, sendo promovida por monitores contratados pelas juntas de freguesia. São cerca de 188 as crianças que beneficiam das atividades enquadradas nesta componente, com o número de participantes a oscilar entre os 14 registados nas EB de Escudeiros e EB de Guisande e os 65 contabilizados na EB de Figueiredo.

No que respeita às AEC, a oferta das escolas contempla atividades como inglês, expressão dramática, ciências experimentais, atividade física e desportiva, expressão físico-motora, orientadas por professoras que ministram as matérias curriculares e por monitores especializados contratados para esse fim. Os custos destas atividades são assumidos pela autarquia e pelas escolas. Em termos de participação, no ano letivo 2016-2017, o número de alunos ascende aos 331, variando entre as 24 crianças na EB de Guisande e as 102 na EB da Cruz.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são asseguradas no Agrupamento de Escolas de Maximinos por todas as escolas que lecionam a educação pré-escolar. Estas atividades (e.g. música e passeios) são orientadas por educadores / monitores especializados contratados para o efeito, sendo promovidas pelas juntas de freguesia e pelo Centro Social de Cultural de Ferreiros, no caso na EB de Estrada. Quanto aos custos, estes são assegurados pelas juntas de freguesia e pelos encarregados de educação.

No 1.º ciclo do ensino básico, a CAF é assegurada por educadores / monitores contratados pelas juntas de freguesia e, nos casos da EB de Maximinos e da EB da Naia, pela BragaHabit (Empresa Municipal de Habitação de Braga). No total, são 215 as crianças que beneficiam destas atividades, número que varia entre as 20 crianças na EB de Maximinos e na EB da Naia e as 61 crianças na EB de Estrada.

As AEC, que integram igualmente a oferta das escolas do 1.º ciclo do ensino básico no agrupamento, são orientadas por técnicos especialmente contratados para o efeito, sendo os respetivos custos assegurados pelo Ministério da Educação. As tipologias de atividades desenvolvidas compreendem expressão plástica, expressão musical, atividade física e desportiva e ciências experimentais. O número de alunos abrangidos por estas atividades no ano letivo 2016-2017 ascende aos 408, variando entre os 52 contabilizados na EB de Gondizalves e os 100 alunos na EB de Maximinos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

No Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado, o prolongamento de horário é assegurado em todas as escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, através da oferta de atividades no âmbito da AAAF, na educação pré-escolar, e das CAF e AEC, no 1.º ciclo do ensino básico.

Na educação pré-escolar, as atividades realizadas são da responsabilidade de educadores / monitores contratados especificamente para esta finalidade, sendo os respetivos custos assegurados pela autarquia, pelos encarregados de educação e pela associação de pais. No total, no ano letivo 2016-2017, 156 crianças beneficiam deste serviço, número que varia entre as 13 crianças na EB de Ruães e as 42 na EB Merelim S. Paio.

Quanto ao 1.º ciclo do ensino básico, as atividades no âmbito da CAF são asseguradas por recursos contratados pelas juntas de freguesias, contando com um total de 184 crianças, cuja distribuição pelas quatro escolas do 1.º ciclo do ensino básico varia entre os 33 alunos na EB de Panoias e os 59 na EB de Padim da Graça.

Também no 1.º ciclo do ensino básico, as AEC são asseguradas por professores / monitores especializados, bem como por professores que ministram as matérias curriculares, sendo os respetivos custos assumidos pelos encarregados de educação, pelo agrupamento de escolas e pela autarquia. Entre as atividades realizadas, referem-se a atividade físico-motora, as artes plásticas, o inglês, as ciências experimentais, a

patinagem, a música e a dança. Nestas atividades participa, no ano letivo 2016-2017 cerca de 261 crianças (85 na EB de Merelim S. Paio, 77 na EB do Carrascal, 66 na EB de Padim da Graça e 33 na EB de Panoias).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

Todos os estabelecimentos escolares do Agrupamento de Escolas de Real que garantem a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico asseguram o serviço de prolongamento de horário.

Ao nível da educação pré-escolar, as AAAF são proporcionadas por educadores / monitores especializados contratados para o efeito, custeados pela autarquia, abarcando atividades como a música, a dança, a expressão motora, a expressão plástica e o inglês. Nestas atividades, no ano letivo 2016-2017, participam um total de 122 crianças (13 no JI de Parada de Tibães, 16 no JI de Quinta das Hortas, 60 na EB de S. Frutuoso e 33 no JI de Frossos).

No 1.º ciclo do ensino básico, a CAF é da responsabilidade das juntas de freguesia e da BragaHabit. No ano letivo suprarreferido, estas atividades contam com a participação de um total de 263 alunos. Quanto às AEC, estas atividades são asseguradas por recursos especializados contratados para o efeito, registando uma participação de cerca de 378 alunos. Estas atividades são de tipologia diversa, englobando expressão motora, expressão plástica, expressão artística, ciências experimentais, mesa lúdica, música e dança.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

À semelhança do verificado na generalidade dos agrupamentos de escolas do concelho de Braga, também no Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria, todas as escolas com oferta da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico garantem o serviço de prolongamento de horário.

As AAAF desenvolvidas nas escolas compreendem dança (criativa), ginástica, natação, expressão motora, passeios, visitas a museus, atividades de biblioteca, cinema, colónia balnear e são orientadas por monitores contratados, funcionários das juntas de freguesia e da IPSS ADICA (Associação de Defesa do Idoso e Crianças de Arentim), no caso da EB de Arentim. Os custos destas atividades são assegurados pelos encarregados de educação, pela autarquia, pelas juntas de freguesia e pela Associação de Pais da Escola da Estação. No ano letivo 2016-2017 são cerca de 111 as crianças que beneficiam destas atividades, variando entre as cinco crianças no JI de Vilaça Entre Muros e na EB de Estação e as 26 crianças na EB de Tebosa.

As atividades no âmbito da CAF, no 1.º ciclo do ensino básico, são asseguradas por alguém contratado pelas juntas de freguesia, por Instituições Particulares de Solidariedade Social e pela Associação de Pais da Escola da Estação. As IPSS referem-se à ADICA, no caso da EB de Arentim, e, no caso da EB de Ruílhe, ao Centro Social Padre David e à Casa do Povo de Tadim. São cerca de 247 as crianças que participam nestas atividades, observando-se o menor número na EB de Vimeiro (nove) e o maior na EB de Ruílhe (64).

No que se refere às AEC ministradas nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, estas são orientadas quer por professores do agrupamento, quer por pessoal contratado para este fim, sendo os custos destas atividades assegurados pelas escolas / agrupamento e pela autarquia. Entre as atividades desenvolvidas, referem-se a expressão musical, a expressão plástica, a expressão motora, a atividade física e desportiva e a dança. O número de alunos abrangidos por estas atividades no ano letivo 2016-2017 ascende aos 306, variando entre os nove contabilizados na EB de Vimeiro e os 67 na EB de Ruílhe.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

No Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, o serviço de prolongamento de horário é também garantido por todos os estabelecimento escolares com oferta da educação pré-escolar e/ou do 1.º ciclo do ensino básico.

Relativamente à educação pré-escolar, as AAAF são ministradas por recursos especializados contratados para o efeito, custeados pelos encarregados de educação e pela autarquia. Os alunos beneficiam de atividades no âmbito das expressões (motora, dramática, plástica e musical), culinária, jardinagem, passeios e outras atividades lúdicas diversificadas. No ano letivo 2016-2017, estas atividades contam com uma participação de 84 alunos (15 na EB das Enguardas, 30 na EB da Quinta da Veiga, 19 na EB do Bairro da Alegria e 20 no JI da Quinta das Fontes).

No 1.º ciclo do ensino básico, a CAF é assegurada pela autarquia, pela BragaHabit e pelas juntas de freguesia. No ano letivo em causa, as atividades são participadas por um total de 562 alunos (80 na EB das Enguardas, 196 na EB da Quinta da Veiga, 90 na EB do Bairro da Alegria, 130 na EB de S. Vítor e 66 na EB do Bairro da Misericórdia).

No mesmo nível de instrução, as AEC contam com uma participação de 569 crianças, variando entre os 66 alunos na EB do Bairro da Misericórdia e os 170 na EB da Quinta da Veiga. Entre as atividades desenvolvidas, referem-se a aprendizagem do inglês e as atividades lúdicas e desportivas diversificadas (pintar, saltar, cantar, fazer de conta, construir a brincar, jogos matemáticos). Tais atividades são ministradas por recursos contratados para o efeito e pelos professores das matérias curriculares, sendo os custos associados assumidos pelo Ministério da Educação.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

Tal como constatado na generalidade dos agrupamentos, também no Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, todas as escolas com oferta da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico garantem o serviço de prolongamento de horário.

No que subjaz à educação pré-escolar, as AAAF são da responsabilidade de educadores / monitores especializados contratados para o efeito, sendo os respetivos custos assumidos pelos encarregados de educação e pela autarquia. Entre as tipologias de atividades realizadas, são referidas a expressão musical

(música, dança / zumba), a expressão motora, o inglês e o teatro. Tais atividades contam com a participação, no ano letivo 2016-2017, de um total de 177 crianças.

Ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, quer as atividades realizadas no âmbito da CAF, quer as AEC são asseguradas por recursos contratados e pelos professores que ministram as matérias curriculares, custeados pelo agrupamento de escolas. As CAF contam, no supracitado ano letivo, com a participação de um total de 229 alunos, enquanto nas AEC este número ascende aos 416 alunos. A oferta abarca as seguintes tipologias: atividade físico-desportiva, educação musical, iniciação à programação e ciências experimentais.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, não havendo oferta ao nível da educação pré-escolar, a análise incide no 1.º ciclo do ensino básico. Neste nível de instrução, a escola não contempla a oferta de atividades no âmbito da CAF, estando a oferta direcionada para as AEC.

No ano letivo 2016-2017 são 200 as crianças que usufruem das AEC, mediante a participação em atividades como o inglês e a expressão físico-motora. Tais atividades não realizadas nas instalações da escola por professores que ministram as matérias curriculares.

III.4.6. POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS

A análise da possibilidade de ampliação ou construção de instalações é fundamental ao nível do diagnóstico e caraterização da situação atual dos estabelecimentos de educação e ensino do território concelhio, sendo um fator condicionante das propostas de requalificação do parque escolar.

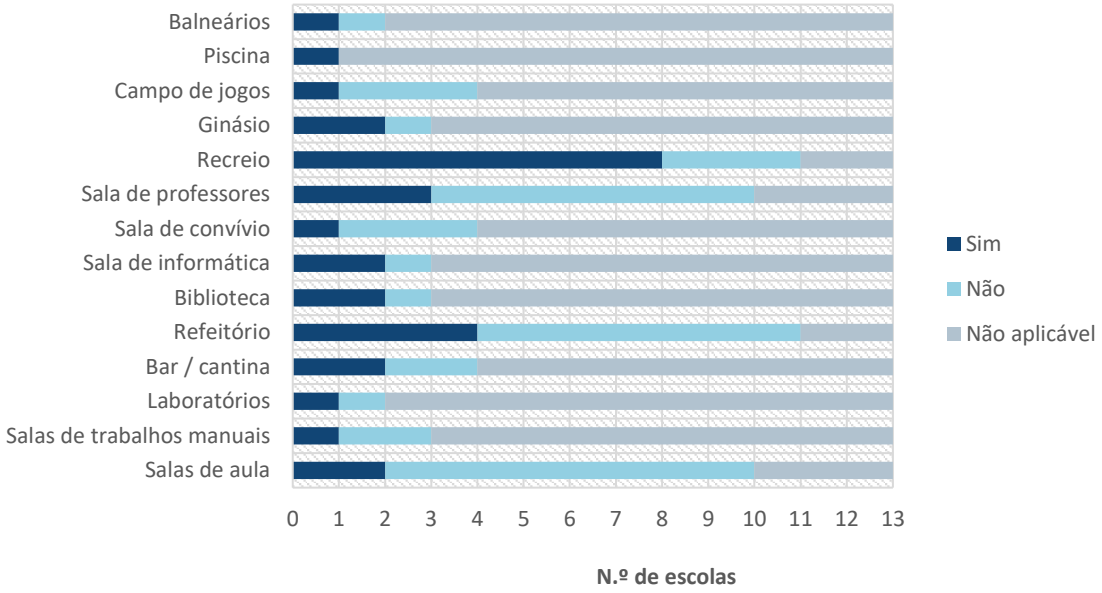
Com vista à avaliação da possibilidade/pertinência de alargamento ou construção de instalações face à atual procura, perfil de utilização e dinâmica do parque escolar, foram consideradas as necessidades diagnosticadas através das respostas dadas aos inquéritos pelos diferentes estabelecimentos escolares. Entre os aspetos analisados referem-se a aferição de necessidades de alargamento e de construção de salas de aula, salas de trabalhos manuais, laboratórios / salas de ciência, bar / cantina, refeitório, biblioteca, sala de informática, sala de convívio dos alunos, sala de professores, recreio, ginásio, campos de jogos / pistas, piscina e balneários. Em complemento, foi ainda questionada a existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento/alargamento das instalações existentes.

Tal como se procedeu relativamente aos restantes parâmetros analisados, também os resultados da análise da possibilidade de ampliação de edifícios se encontra sistematizada por Agrupamento de Escolas. Para o Agrupamento de Escolas Braga Oeste, apenas foram considerados, para efeitos de caraterização, os estabelecimentos escolares localizados no concelho de Braga.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

Relativamente aos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio, foram identificadas quer necessidades de alargamento, quer de construção de instalações, conforme se evidencia nos Gráfico III.149 e Gráfico III.150.

Gráfico III.122 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio

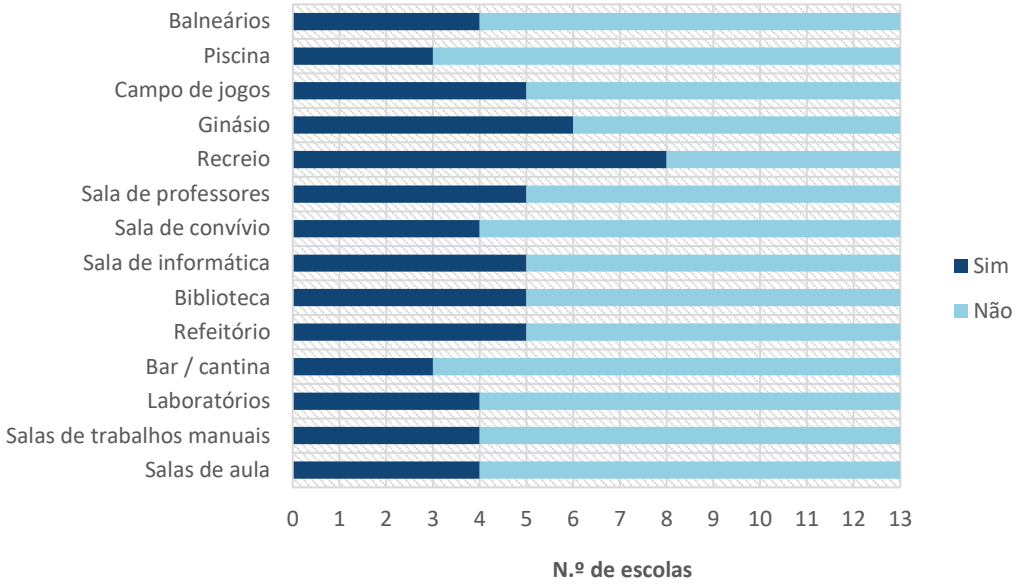


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No total, dos treze edifícios escolares em análise, são dez os que indicam a necessidade de alargamento de instalações. Destes, importa destacar que a maioria (oito) aponta a necessidade de alargamento do espaço de recreio, enquanto quatro identificam uma necessidade de ampliação do refeitório (EB n.º 1 Nogueira, JI Lomar, EB Lomar e EB Fraião) e três da sala de professores (EB n.º 1 Nogueira, JI Lomar e EB Lomar).

Igualmente significativo é o número de edifícios escolares para os quais é manifestada a necessidade de construção de instalações, o qual perfaz um total de dez (Gráfico III.150). Constituem exceções a EB de Morreira, a EB de Nogueira e a ES Alberto Sampaio.

Gráfico III.123 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio

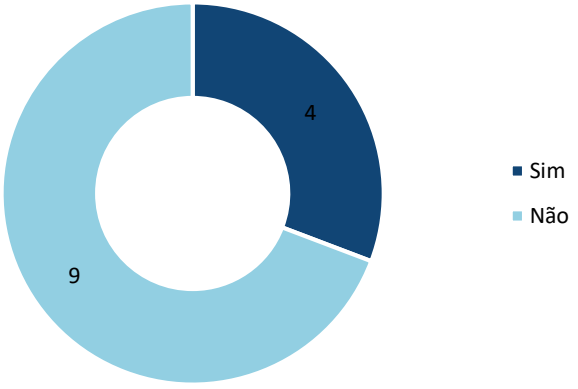


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Mais uma vez, merece destaque o espaço de recreio, na medida em que oito estabelecimentos aprontaram a necessidade de construção de tal espaço. Também significativo e o número de escolas que assinalaram a necessidade de construção de instalações desportivas, particularmente ginásio (seis escolas) e campo de jogos (cinco escolas). Por outro lado, foram cinco as escolas que identificaram necessidades de construção de espaços como refeitório, biblioteca, sala de informática e sala de professores.

Considerando as necessidades identificadas, importa analisar a existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento/alargamento das instalações existentes (Gráfico III.151).

Gráfico III.124 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



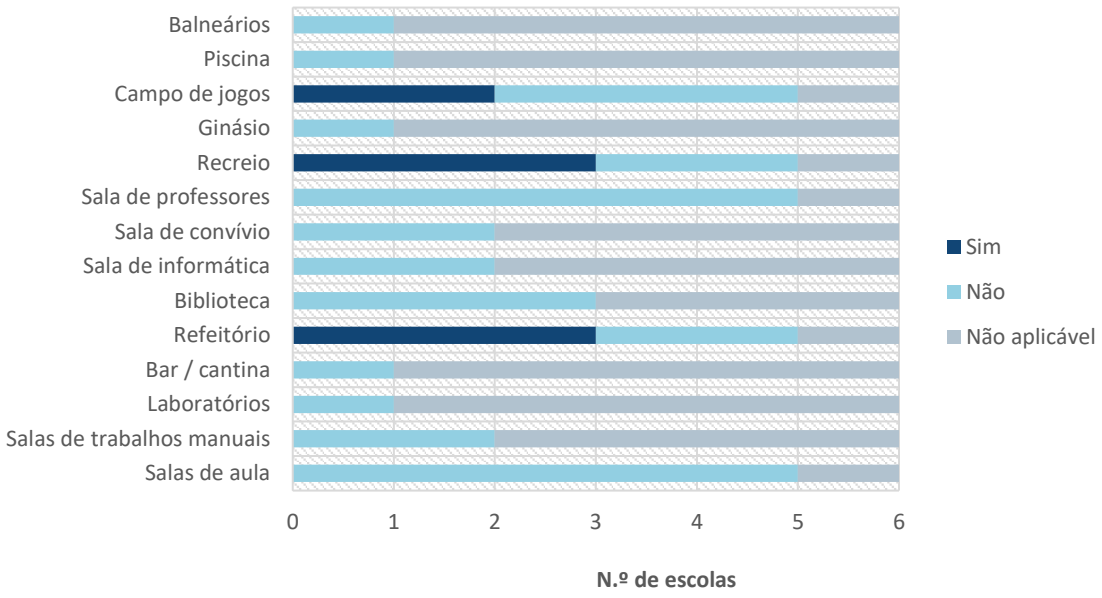
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A este nível note-se que são quatros os estabelecimentos escolares para os quais é indicada a existência de projetos, nomeadamente a EB n.º 1 Nogueira (reconstrução do edifício escolar), EB de Lomar (reestruturação do espaço exterior), EB de Arcos (cobertura da área de recreio) e EB de Esporões (centro escolar).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

No AE André Soares as necessidades de alargamento de instalações prendem-se, fundamentalmente com a área de refeitório, de recreio e de campo de jogos (Gráfico III.125). Neste contexto, refira-se que são três os edifícios escolares que indicam a necessidade de alargamento do refeitório e do recreio (EB de Carandá e edifícios do pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha). Para a EB de Ponte Pedrinha é igualmente apontada a necessidade de alargamento do campo de jogos.

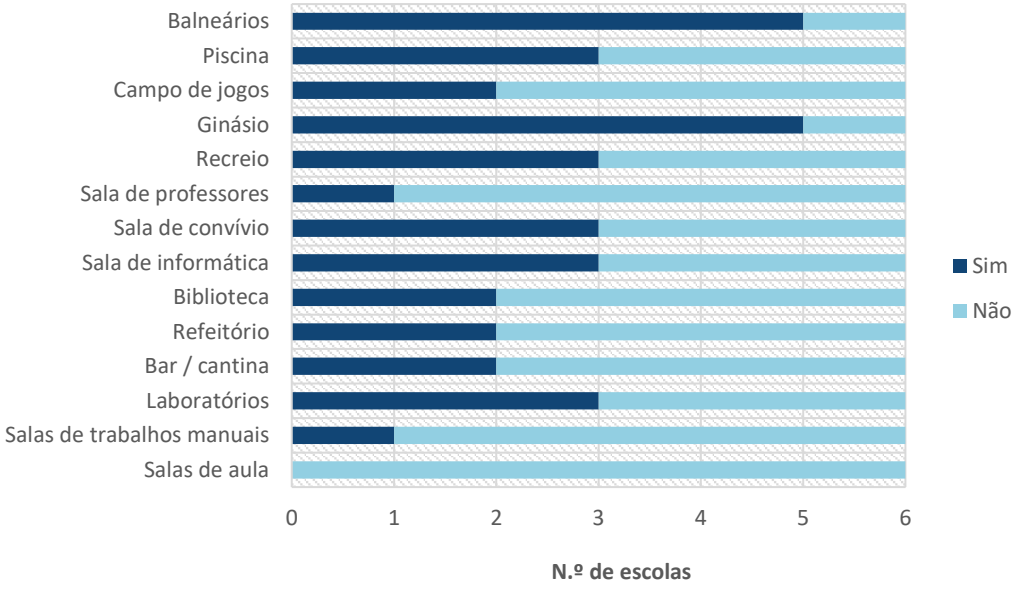
Gráfico III.125 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

As necessidades de construção de instalações tornam-se particularmente evidentes para os estabelecimentos escolares do agrupamento, quando analisado o Gráfico III.126. Efetivamente, apenas a EB de São Lázaro e a EB André Soares não identificaram qualquer necessidade de construção.

Gráfico III.126 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares

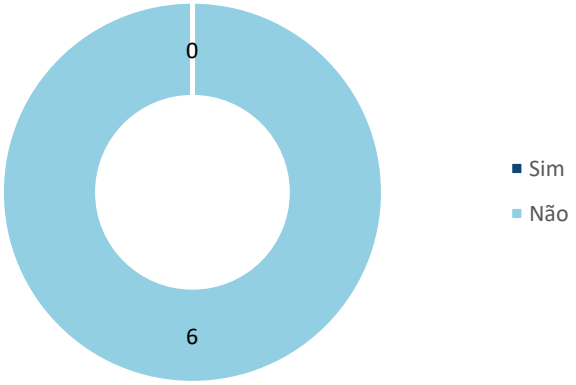


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Entre as necessidades de construção apontadas, destaque para as associadas às instalações desportivas, nomeadamente ginásio e balneários (EB de São Lázaro, EB de Carandá, EB de Fujacal e edifícios da educação pré-escolar e do 1-º CEB da EB de Ponte Pedrinha). Também significativo é o número de estabelecimentos escolares que indicou a necessidade de construção de laboratórios / salas de ciência, sala de informática, sala de convívio, recreio e piscina.

Não obstante as necessidades identificadas, à data dos inquéritos, não se verificava a existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nas escolas do agrupamento (Gráfico III.127).

Gráfico III.127 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE André Soares

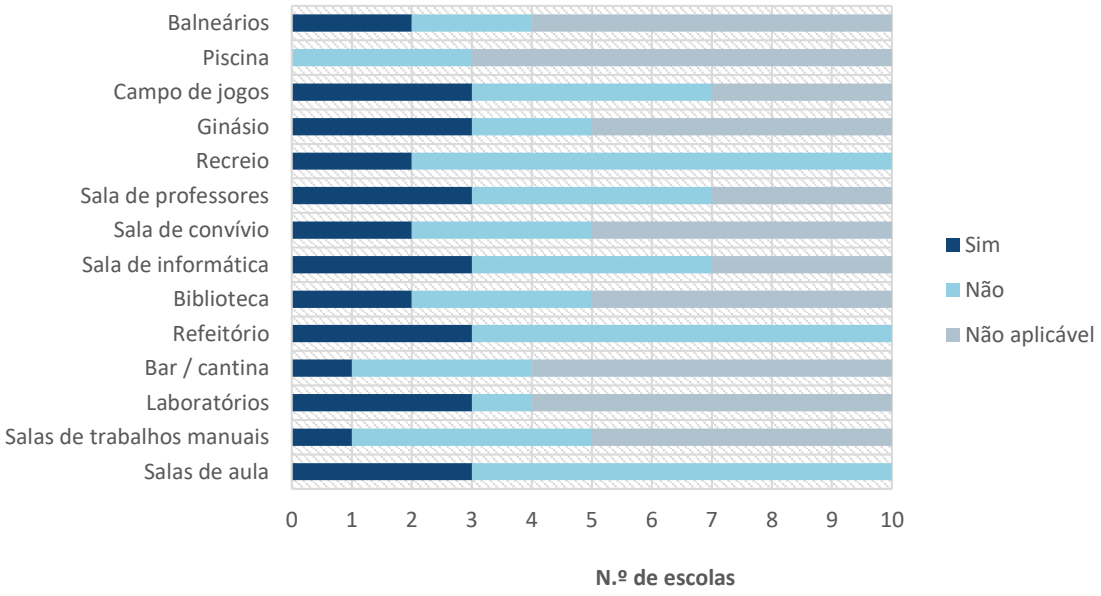


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

No que se refere aos estabelecimentos de educação e ensino que integram o AE Carlos Amarante, foram identificadas necessidades quer de alargamento, quer de construção de instalações. Com efeito, são cinco as escolas que indicam a existência de necessidades de alargamento de instalações (EB de Sobreposta, EB de Este S. Mamede, EB n.º de Gualtar, JI de Gualtar e EB de Gualtar). Em termos de números totais, são três as escolas que indicam a necessidade de alargamento das salas de aula, número equivalente às que expressam a necessidade de alargamento dos laboratórios / salas de ciência, do refeitório, da sala de informática, da sala dos professores, do ginásio e do campo de jogos (Gráfico III.128). Por outro lado, são duas as escolas que indicam necessidades de ampliação da biblioteca, da sala de convívio, dos balneários e do recreio. Por fim, uma escola indica a necessidade de alargamento das salas de trabalhos manuais e do bar / cantina, nomeadamente a EB n.º 1 de Gualtar.

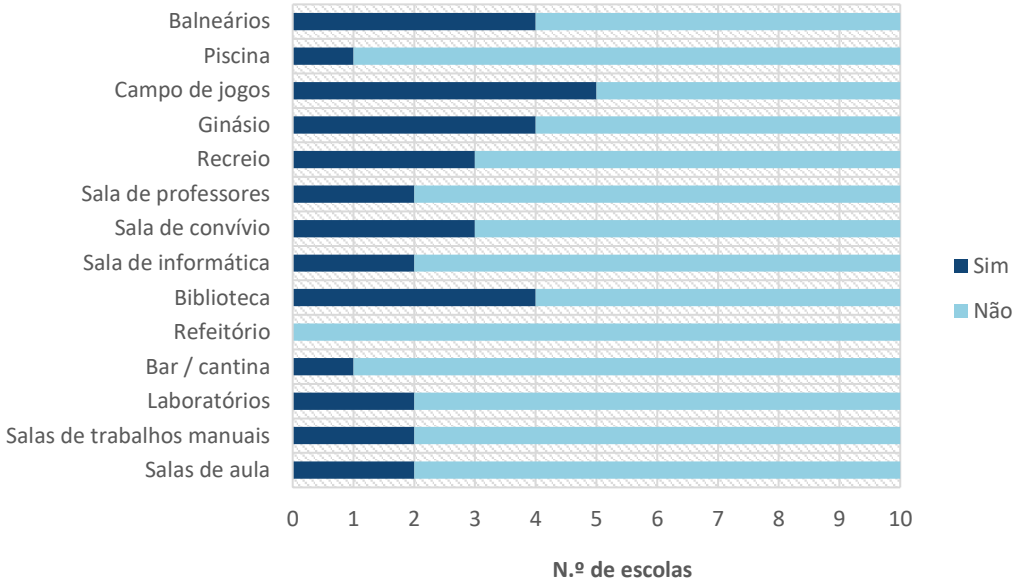
Gráfico III.128 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são sete os estabelecimentos escolares que manifestam necessidades de construção de instalações (EB de Espinho, EB de Este S. Mamede, JI de Este São Pedro, EB de Este São Pedro, EB n.º 1 de Gualtar, JI de Gualtar e EB de Gualtar) (Gráfico III.129).

Gráfico III.129 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante

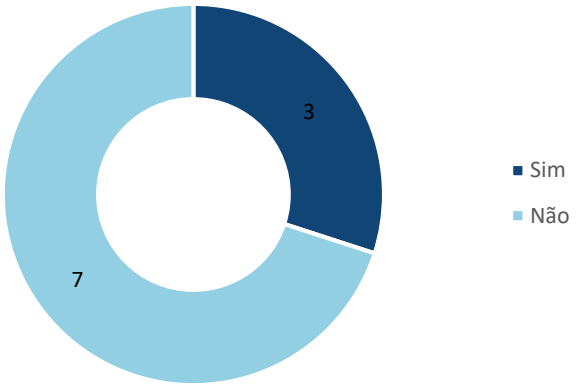


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Conforme é possível observar, dos sete estabelecimentos que manifestam a necessidade de construção de instalações, cinco assinalam a necessidade de construção de um campo de jogos (EB Este S. Mamede, JI Este São Pedro, EB Este São Pedro, EB nº 1 Gualtar e EB Gualtar), enquanto quatro escolas apontam a construção de uma biblioteca (EB Espinho, JI Este São Pedro, EB Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar), de um ginásio (EB Espinho, JI Este São Pedro, EB nº 1 Gualtar e JI Gualtar) e de balneários (EB Espinho, JI Este São Pedro, EB Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar).

Por fim, no que respeita à existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento/alargamento das instalações existentes, são três os estabelecimentos escolares que indicam a existência deste tipo de projetos, nomeadamente a EB Este São Pedro, a EB nº 1 Gualtar e o JI Gualtar (Gráfico III.130).

Gráfico III.130 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

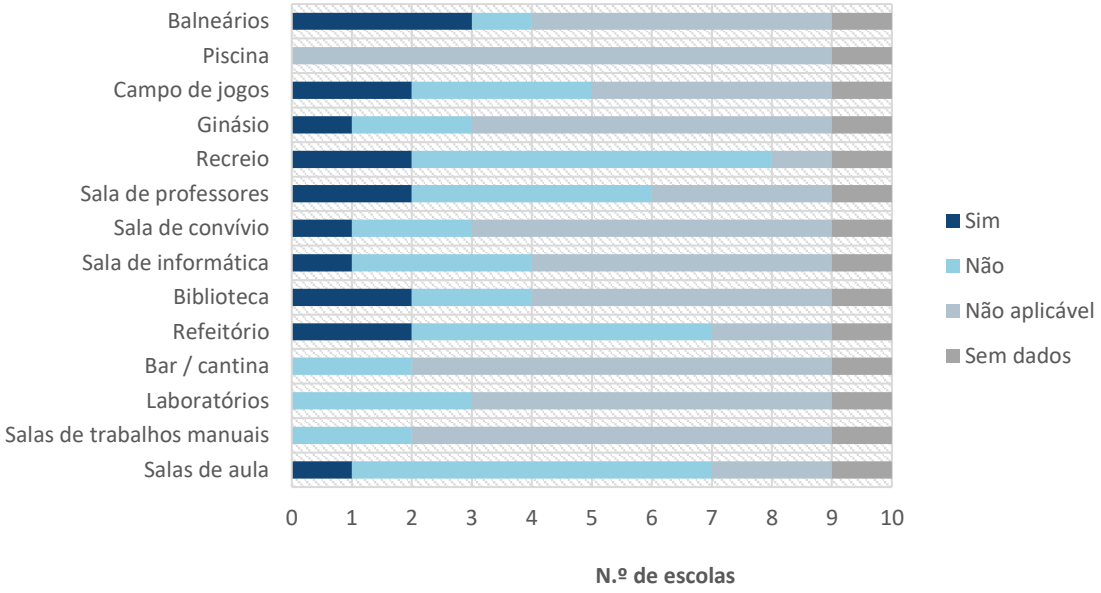
Para a EB Este São Pedro, é referida a aprovação de um projeto para arranjo do espaço exterior, bem como a existência de uma projeto em fase de apreciação para intervenção no interior do estabelecimento escolar. Na EB nº 1 Gualtar, por sua vez, o projeto existente incide em obras de requalificação / ampliação, enquanto no JI de Gualtar tem em vista a intervenção no espaço exterior (construção de muro e de um espaço exterior coberto).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

De entre os estabelecimentos escolares que integram o AE D. Maria II, apenas dois não manifestam a necessidade de alargamento de qualquer tipo de instalações, nomeadamente a EB do Bairro Económico e o JI de Bracara Augusta (Gráfico III.131).

No que respeita às restantes escolas do agrupamento, destaca-se a EB de Tenões, uma vez que reportou um maior número de necessidades de alargamento de instalações, nomeadamente no que se refere ao espaço de refeitório, biblioteca, sala de informática, sala de convívio, sala de professores, recreio e instalações desportivas. Por outro lado, importa mencionar que a ES D. Maria II indicou a necessidade de alargamento das salas de aula.

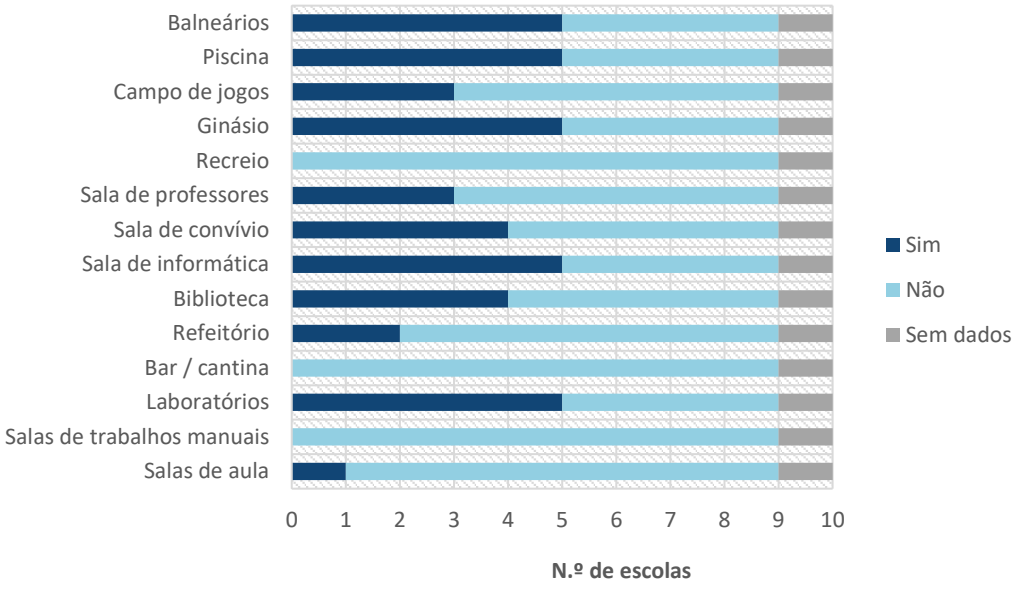
Gráfico III.131 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Complementarmente às necessidades de alargamento dos edifícios escolares, e em estreita relação com as mesmas, foram também identificadas um conjunto de necessidades de construção, encontrando-se as mesmas representadas no Gráfico III.132.

Gráfico III.132 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



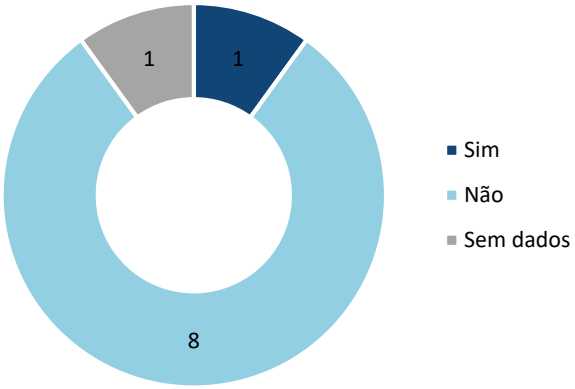
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Conforme é possível constatar pela análise do gráfico anterior, o maior número de necessidades de construção indicadas pelas escolas incide em instalações como os laboratórios / salas de ciência, sala de informática, ginásio, piscina e balneários, sendo cada uma destas necessidades comuns a cinco escolas do agrupamento. Espaços como a biblioteca e a sala de convívio são também necessidades com alguma representatividade, tendo sido apontados por quatro das nove escolas analisadas.

Mais uma vez, foi a ES D. Maria II que reportou a necessidade de construção de salas de aula.

Quanto à existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações existentes, apenas a EB de Santa Tecla indica a existência de um projeto, o qual terá como objeto a implantação de uma cobertura, a intervenção em casa de banho junto do refeitório e a colocação de uma pala na entrada do refeitório (Gráfico III.133).

Gráfico III.133 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II

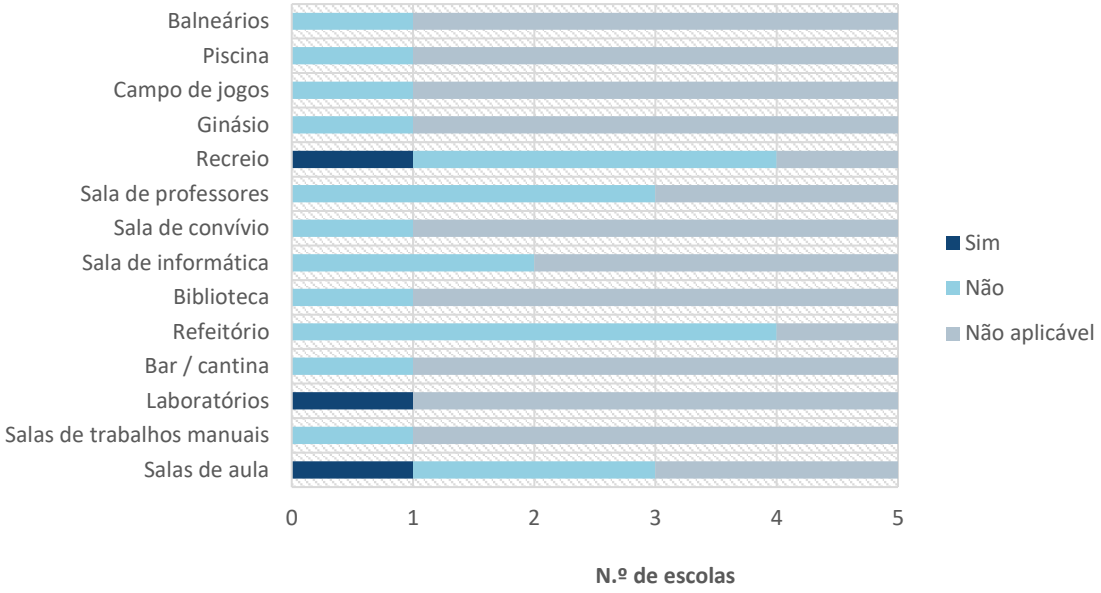


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

Relativamente às escolas que integram o AE Braga Oeste foram identificadas necessidades pontuais de alargamento e de construção de instalações, conforme evidenciado no Gráfico III.134 e no Gráfico III.135. Com efeito, são duas as escolas que indicam a necessidade de alargamento das instalações existentes, referindo-se nestas circunstâncias a EB de Cabreiros (espaço de recreio) e a EB Braga de Oeste (salas de aula e laboratórios) (Gráfico III.134).

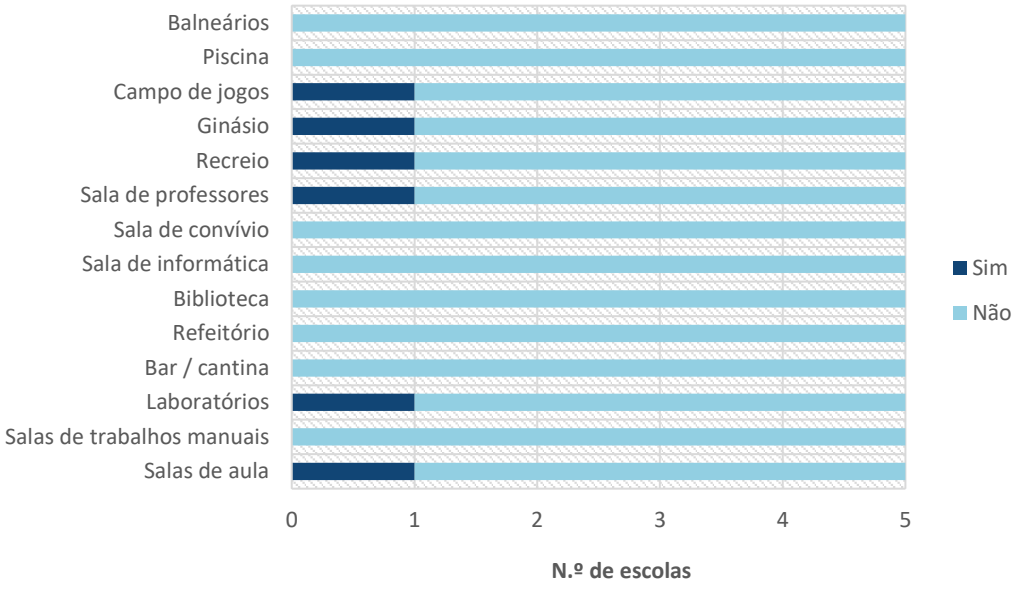
Gráfico III.134 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por outro lado, são três as escolas que identificam necessidades de construção de instalações, designadamente a EB de Cabreiros (recreio, ginásio e campo de jogos), o edifício do 1.º CEB da EB de Sequeira (sala de professores) e a EB de Braga Oeste (salas de aula e laboratórios) (Gráfico III.135).

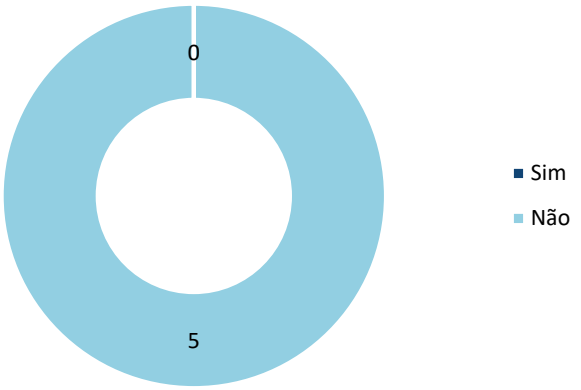
Gráfico III.135 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, tal como é possível constatar pela análise do Gráfico III.136, nenhum dos estabelecimentos escolares do agrupamento assinala a existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações existentes.

Gráfico III.136 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste

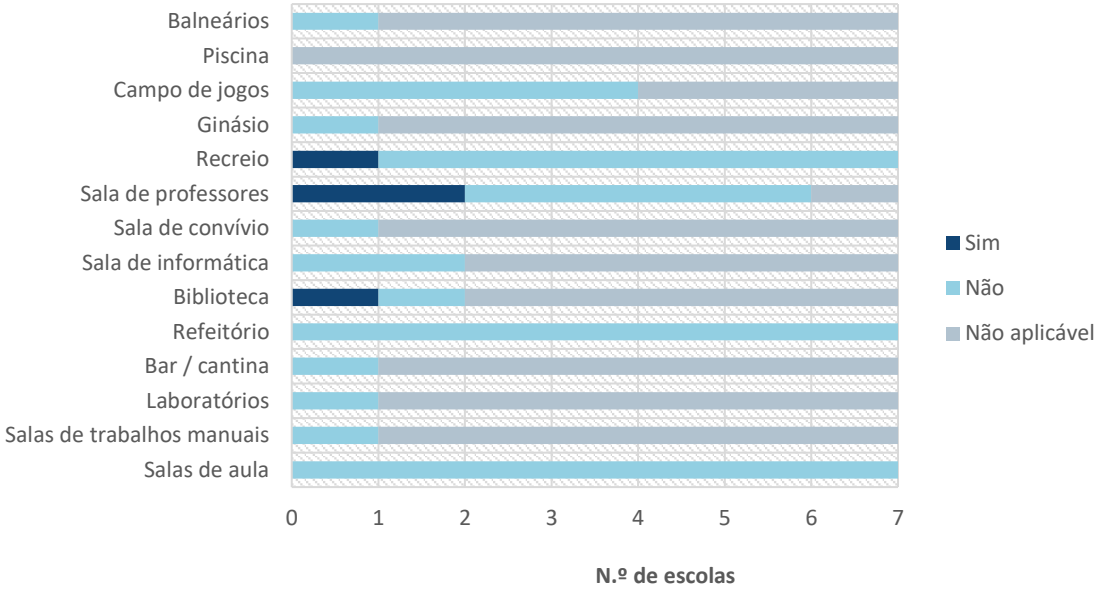


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

No AE de Celeirós, três estabelecimentos escolares indicam a existência de necessidades de alargamento de instalações (EB de Garapôa, EB de Cruz e EB de Celeirós). Deste modo, a EB de Garapôa e a EB de Figueiredo apontam a necessidade de alargamento da sala de professores. A EB de Garapôa indica ainda a necessidade de alargamento do recreio, enquanto a EB de Celeirós expressa a necessidade de alargamento da biblioteca (Gráfico III.137).

Gráfico III.137 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós

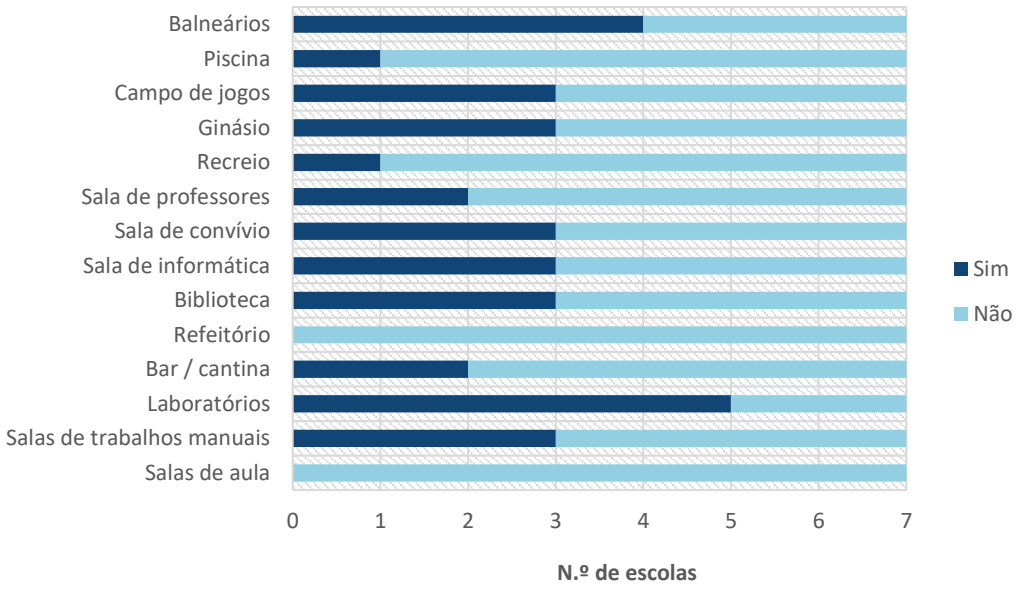


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No total, são cinco os estabelecimentos escolares que indicam a existência de necessidades de construção de instalações, nomeadamente a EB de Garapôa, a EB de Cruz, a EB de Figueiredo, a EB de Escudeiros e a EB de Guisande. De entre estas escolas, é na EB de Guisande, na EB de Figueiredo e na EB de Escudeiros que é identificado o maior número de necessidades de construção de instalações.

De um modo global, a maioria das escolas manifesta a necessidade de construção de salas de laboratório e de balneários (Gráfico III.138). Para além disso, três escolas (EB de Figueiredo, EB de Escudeiros e EB de Guisande) indicam a necessidade de construção de salas de trabalhos manuais, biblioteca, sala de informática, sala de convívio, ginásio e campo de jogos.

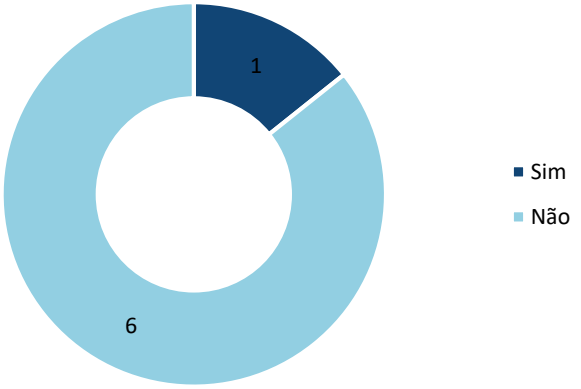
Gráfico III.138 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Não obstante as necessidades identificadas, a EB de Guisande indica a existência de um projeto aprovado ou em fase de apreciação destinado à cobertura do espaço de recreio (Gráfico III.139).

Gráfico III.139 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



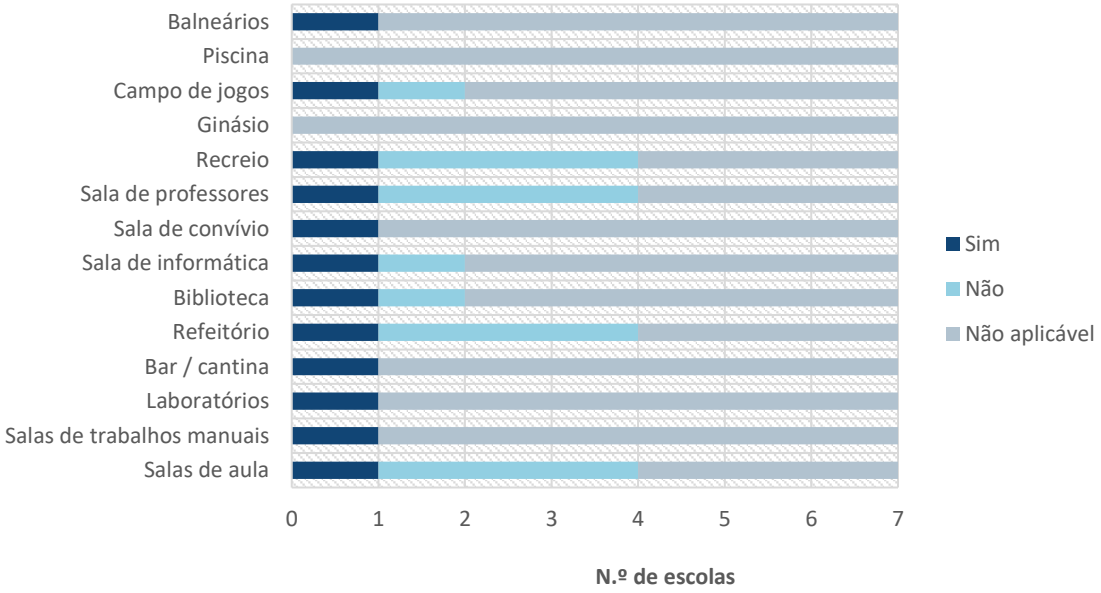
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

De entre os estabelecimentos escolares que integram o AE de Maximinos, apenas a EB Frei Caetano Brandão indica necessidades de alargamento de instalações, nomeadamente das salas de aula e das salas de trabalhos manuais, dos laboratórios, do bar / cantina, do refeitório, da biblioteca, da sala de

informática, da sala de convívio, da sala de professores, do campo de jogos e dos balneários (Gráfico III.140).

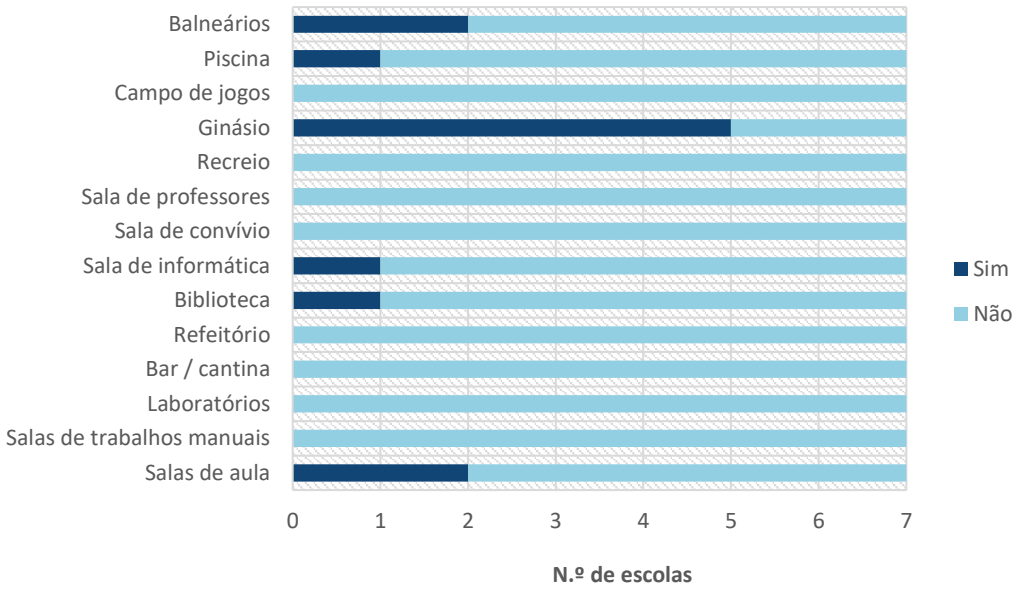
Gráfico III.140 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em contrapartida, são seis as escolas que expressam necessidades pontuais de construção de instalações (EB de Estrada, EB de Gandra, EB de Maximinos, EB da Naia, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos). Neste sentido, note-se que a maioria das escolas indica a necessidade de construção de um ginásio (Gráfico III.141), enquanto duas apontam a necessidade de construção de balneários (EB de Estrada e ES de Maximinos) e de salas de aula (EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

Gráfico III.141 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos

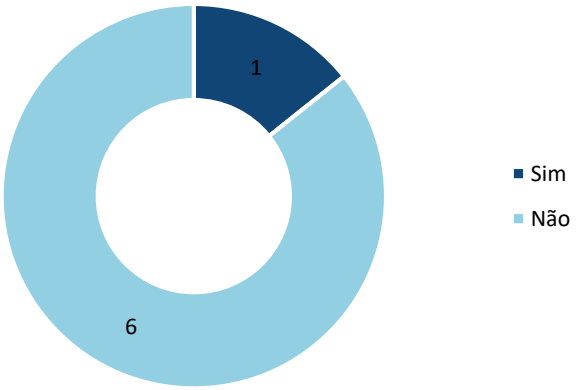


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente às restantes escolas, a EB da Gandra indica a necessidade de construção de uma biblioteca e de uma sala de informática e a EB Frei Caetano Brandão a de uma piscina.

Neste contexto, refira-se ainda a existência de um projeto aprovado (ou em fase de apreciação) destinado à requalificação das instalações da ES de Maximinos (Gráfico III.142).

Gráfico III.142 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos

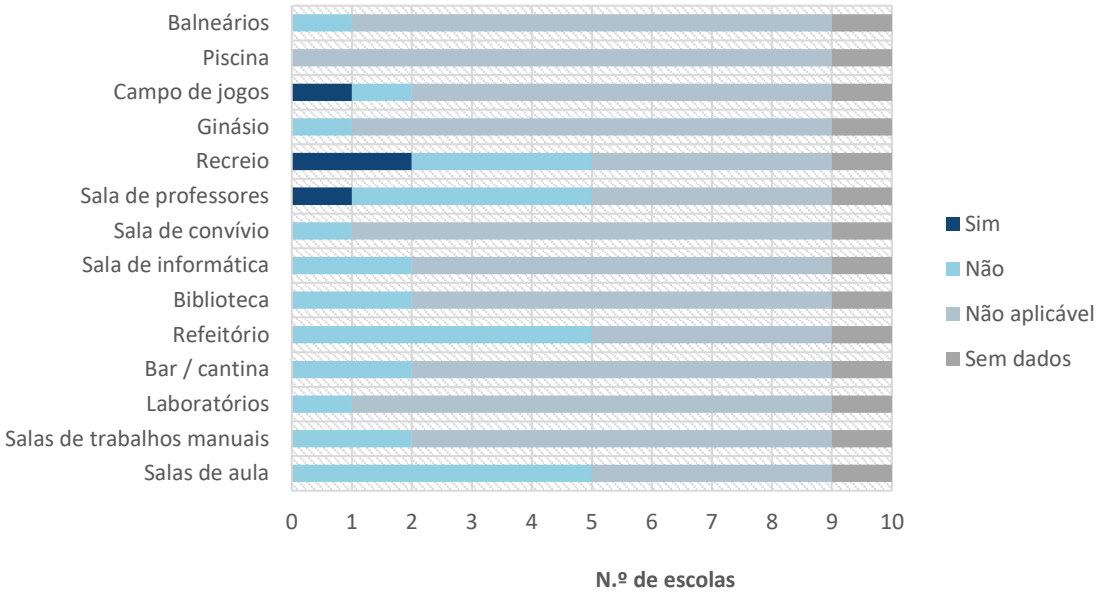


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

Decorrente da análise das respostas aos inquéritos por parte do AE Mosteiro e Cávado, e conforme representado no Gráfico III.128, é possível afirmar que a grande maioria dos estabelecimentos escolares não apresenta necessidades de alargamento de instalações. As únicas exceções recaem sobre a EB de Merelim S. Paio que identifica a necessidade de alargamento do recreio e do campo de jogos, a EB de Ruães que aponta o alargamento da sala de professores e o JI de Padim da Graça que indica também a necessidade de ampliação da área de recreio.

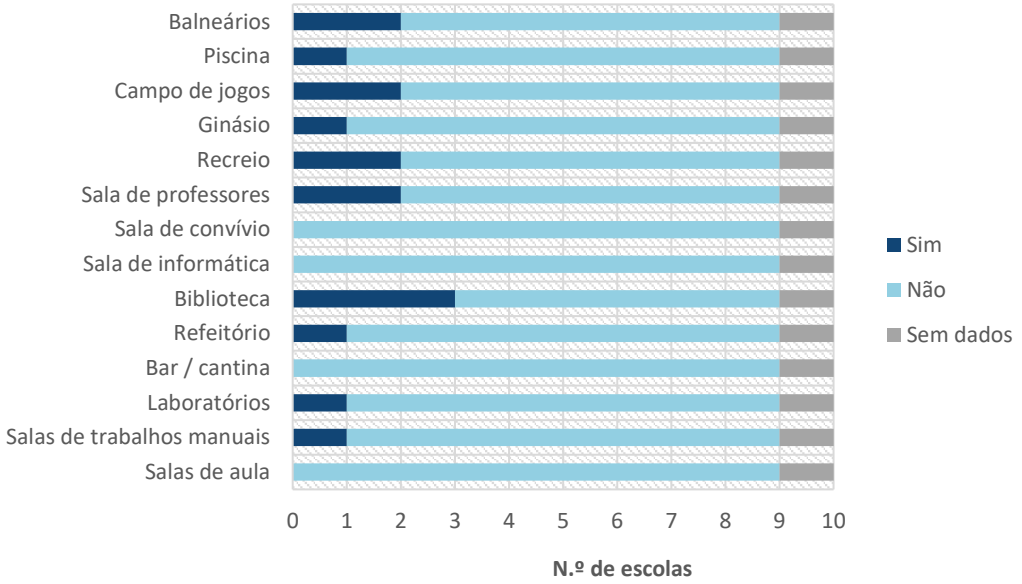
Gráfico III.143 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível das necessidades de construção, o panorama é um pouco distinto, na medida em que há um maior reporte de necessidades por parte das escolas (Gráfico III.129). De facto, são identificadas necessidades diferenciadas por parte de seis escolas, sendo a construção de uma biblioteca a mais representativa (EB de Carrascal, JI de Mire Tibães e EB de Padim Graça). Também comuns são as necessidades de construção de sala de professores, recreio, campo de jogos e balneários.

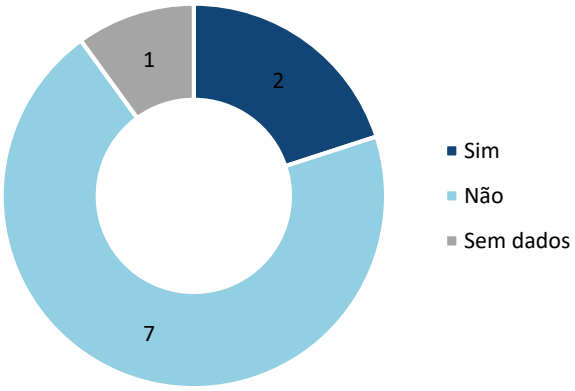
Gráfico III.144 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Complementarmente à identificação de necessidades de alargamento ou construção, procedeu-se também à análise da existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nas escolas do agrupamento (Gráfico III.130). Com efeito, foi possível aferir a existência de projetos para a EB de Carrascal e para a EB de Padim da Graça. O primeiro tem em vista a construção de um recreio coberto, a abertura de janelas na caixilharia existente, a abertura de uma porta no refeitório para o exterior e a abertura de um passa-pratos no refeitório. O segundo, por sua vez, visa a construção de instalações desportivas cobertas.

Gráfico III.145 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado

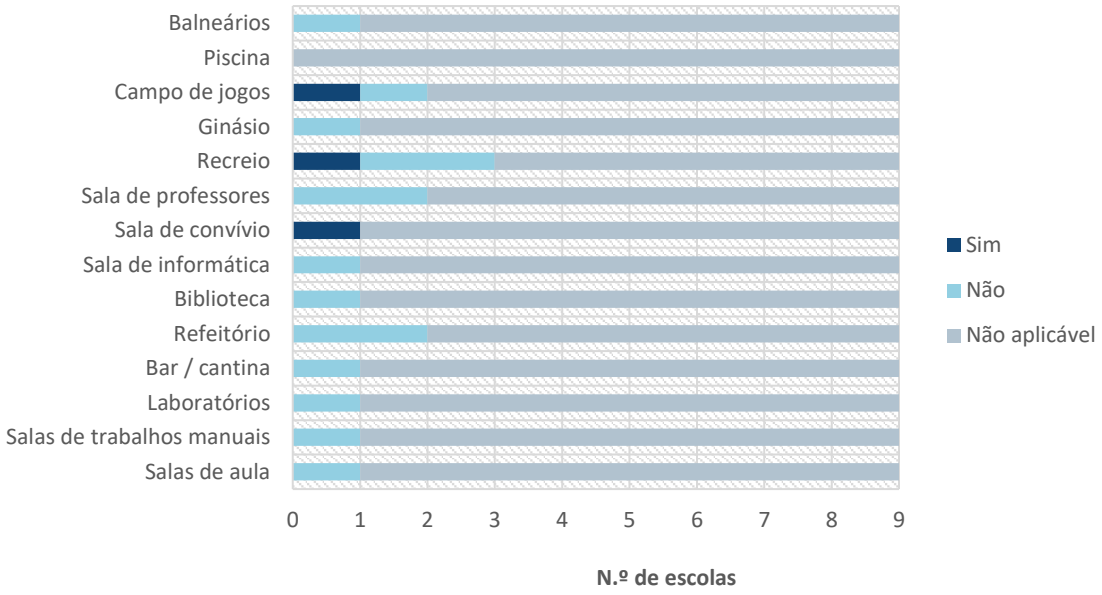


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

Relativamente aos estabelecimentos escolares do AE de Real, foram identificadas necessidades pontuais quer de alargamento dos espaços existentes, quer de construção de instalações. Neste contexto, refira-se que foram três as escolas que identificaram necessidades de alargamento, nomeadamente o JI de Quinta das Hortas (área de recreio), a EB da Sé (campo de jogos) e a EB de Real (sala de convívio) (Gráfico III.146).

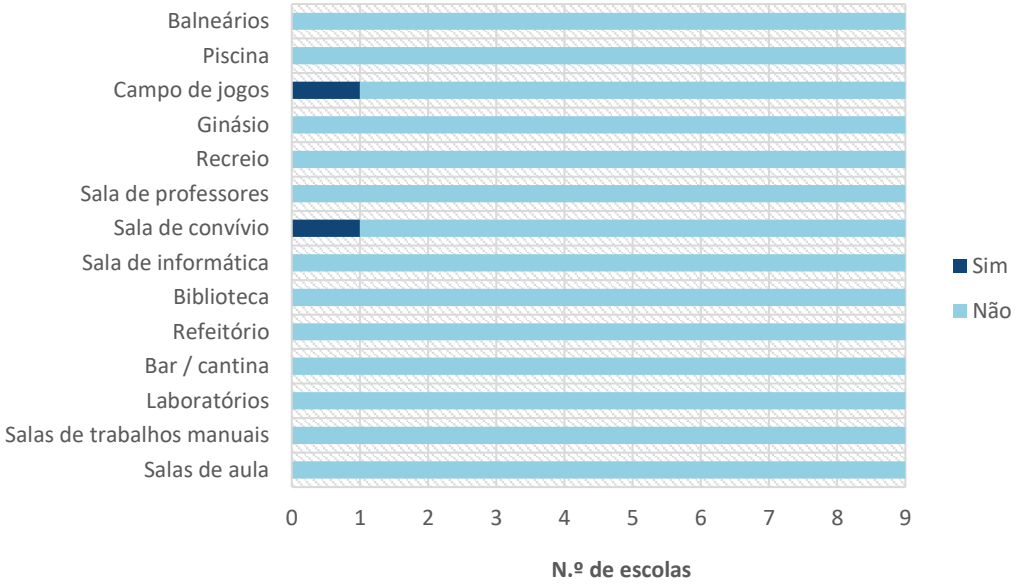
Gráfico III.146 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que subjaz às necessidades de construção, reiterando as necessidades de alargamento já identificadas, menciona-se apenas a construção de uma sala de convívio na EB de Real e a construção de um campo de jogos na EB da Sé (Gráfico III.147).

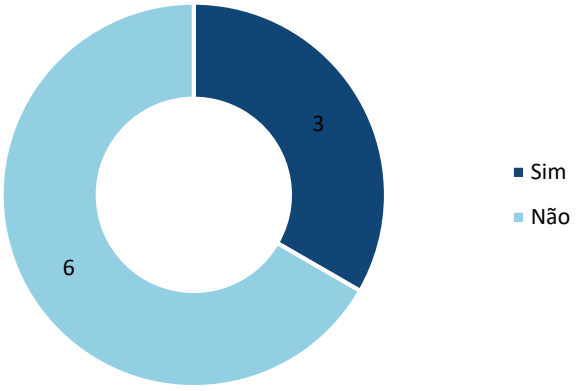
Gráfico III.147 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Neste agrupamento, conforme evidenciado no (Gráfico III.148), à data dos inquéritos foi possível aferir a existência de três projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações, referindo-se os mesmos à EB das Parretas (intervenção ao nível da cobertura da escola e arranjo de espaços interiores danificados devido a infiltrações), à EB da Sé (arranjo dos espaços exteriores) e à EB de Real (criação de espaço exterior para os alunos com a construção de uma parede de vidro).

Gráfico III.148 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE de Real

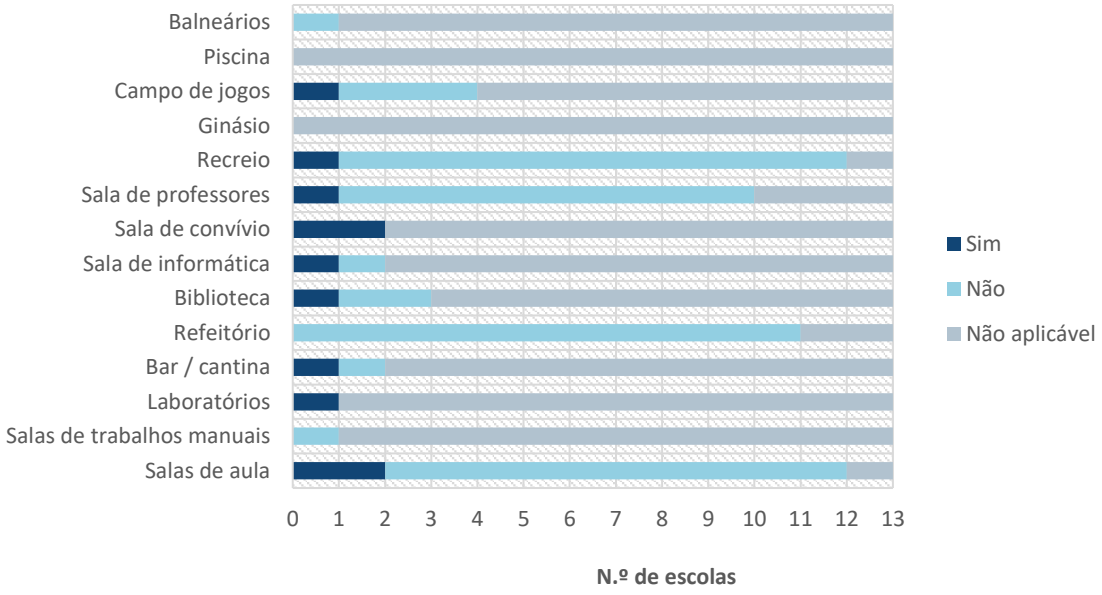


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

De entre os estabelecimentos escolares que integram o AE Trigal de Santa Maria, conforme representado no Gráfico III.149, são quatro os que identificam necessidades de alargamento de instalações, nomeadamente a EB de Vimieiro (biblioteca, sala de informática, sala de convívio e recreio), a EB de Estação (campo de jogos), o JI de Igreja (sala de professores) e a EB Trigal de Santa Maria (laboratórios, bar / cantina e sala de convívio).

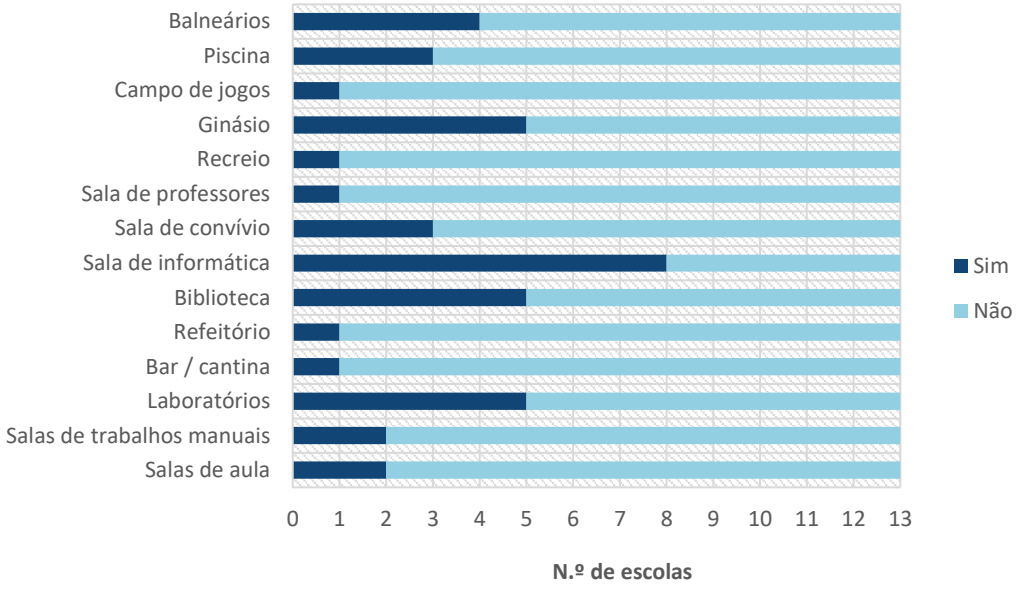
Gráfico III.149 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente às necessidades de construção apontadas pelas escolas, o panorama geral é ligeiramente distinto, na medida em que apenas cinco edifícios escolares não apontam qualquer necessidade de construção de instalações (JI de Vilaça Entre Muros, JI de Igreja, EB de Arentim e edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Tebosa). Conforme evidenciado no Gráfico III.150, as necessidades mais representativas referem-se à construção de uma sala de informática (oito escolas), seguindo-se os laboratórios / salas de ciência, a biblioteca e o ginásio (cinco escolas).

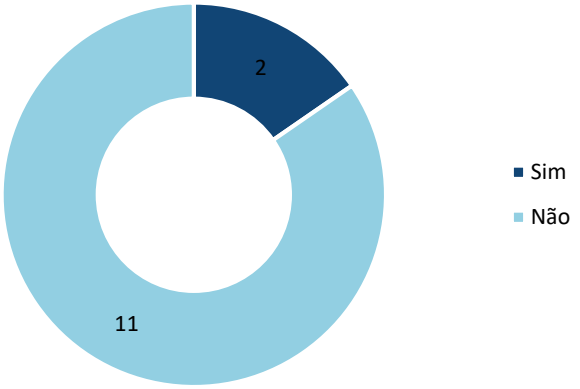
Gráfico III.150 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, tendo por base o exposto no Gráfico III.151, importa aludir à existência de dois projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações em dois estabelecimentos escolares, designadamente na EB de Vimieiro (parque infantil) e na EB de Tebosa (colocação de nova vedação e de um portão no recinto escolar).

Gráfico III.151 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria

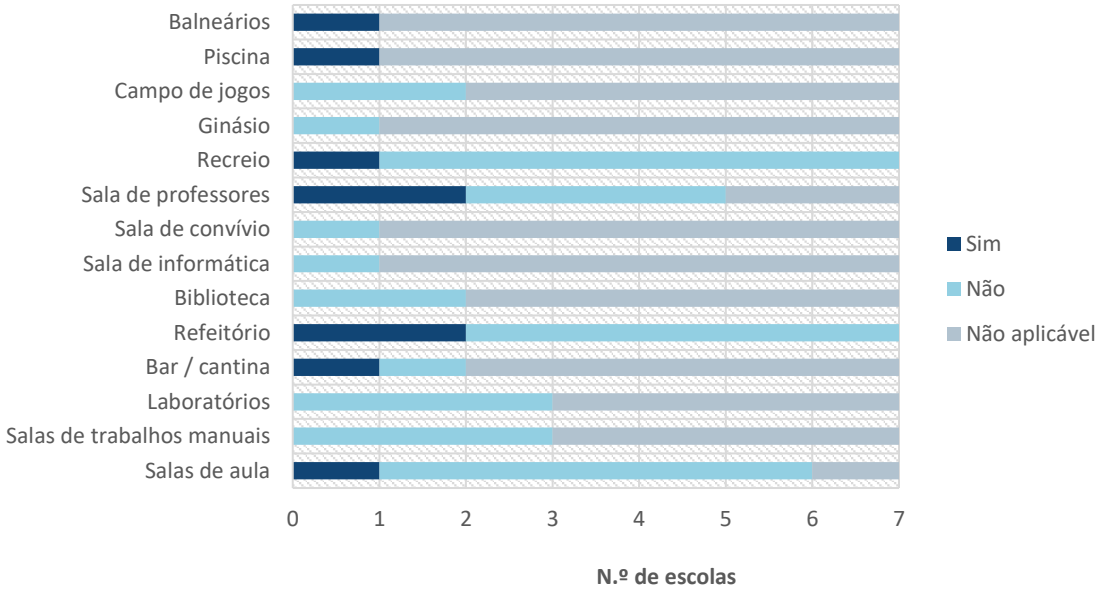


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

No que se refere aos estabelecimentos de educação e ensino que integram o AE Dr. Francisco Sanches, foram identificadas necessidades quer de alargamento, quer de construção de instalações. Quanto às necessidades de alargamento, estas são mais pontuais, incidindo maioritariamente no refeitório (EB do Bairro da Alegria e EB de S. Vítor) e na sala de professores (EB das Enguardas e EB de S. Vítor) (Gráfico III.152).

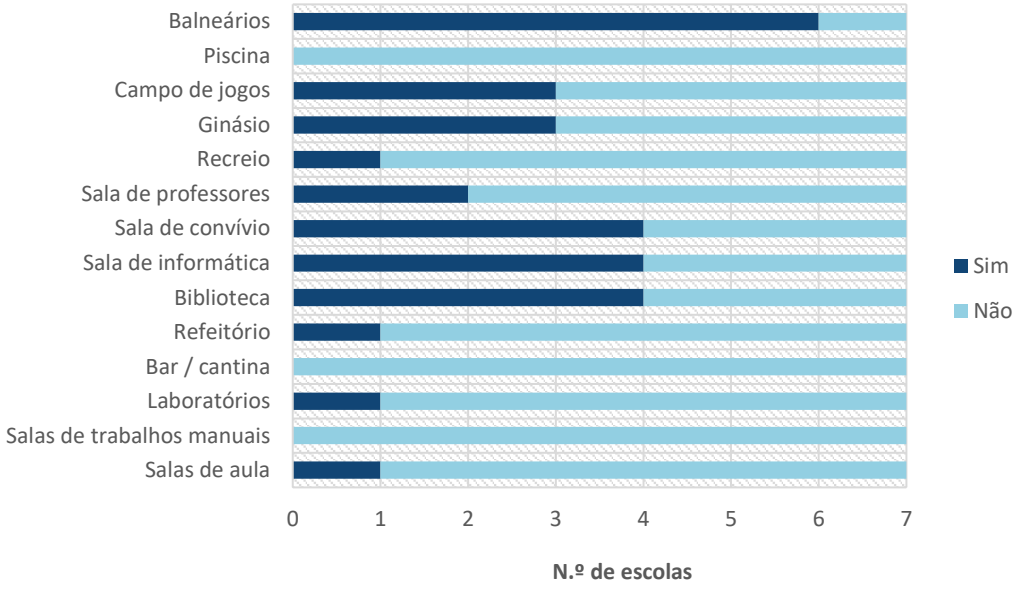
Gráfico III.152 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Para além das necessidades de alargamento anteriormente apresentadas, foram apontadas necessidades de construção de instalações por parte de todas as escolas do agrupamento. As necessidades mais comuns relacionam-se com instalações de cariz desportivo, como sejam balneários (EB das Enguardas, EB de Quinta da Veiga, EB do Bairro da Alegria, EB de S. Vítor, EB do Bairro da Misericórdia e EB Dr. Francisco Sanches), ginásios (EB de Quinta da Veiga, EB do Bairro da Alegria e EB do Bairro da Misericórdia) e campos de jogos (EB das Enguardas, EB de Quinta da Veiga e JI de Quinta das Fontes). Também representativas são as necessidades associadas à construção de bibliotecas, salas de informática e salas de convívio (Gráfico III.153).

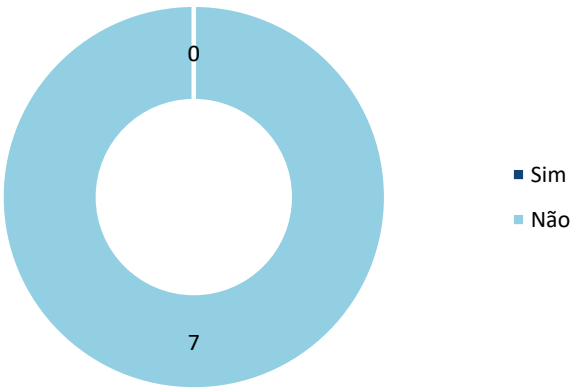
Gráfico III.153 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Não obstante as necessidades apontadas pelas escolas do agrupamento, à data dos inquéritos não se registava a existência de qualquer projeto aprovado ou em fase de apreciação destinado ao melhoramento / alargamento de instalações (Gráfico III.154).

Gráfico III.154 |Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches

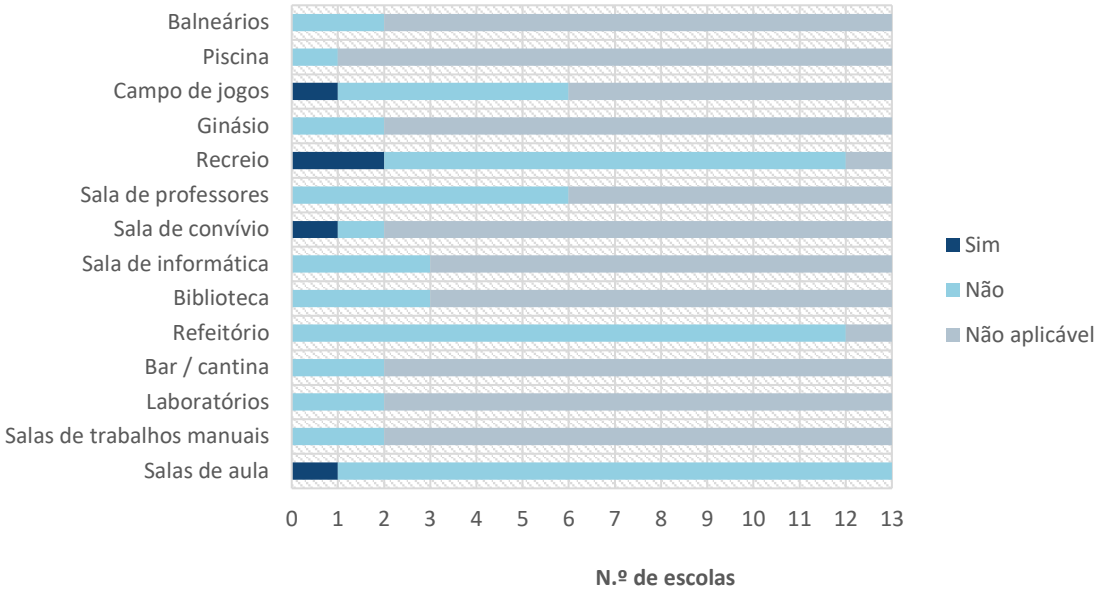


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

No Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, são duas as escolas que indicam a existência de necessidades de alargamento de instalações, sendo que na EB de Ortigueira é identificada a necessidade de alargamento das salas de aula, do espaço de recreio e do campo de jogos e na EB de Palmeira é apontada a necessidade de ampliação da sala de convívio e do espaço de recreio (Gráfico III.155).

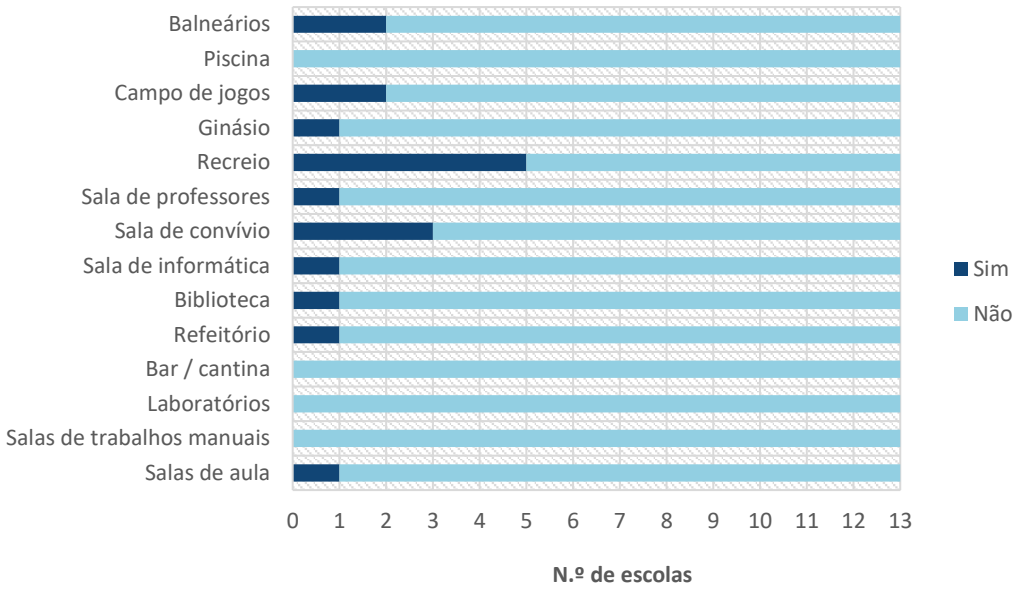
Gráfico III.155 | Necessidades de alargamento de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente à construção de instalações, são seis as escolas do agrupamento que indicam necessidades deste tipo, designadamente a EB de Crespos, a EB de Coucinheiro, a EB de Pousada, a EB de Ortigueira, a EB de Dume (edifício destinado ao 1.º CEB) e a EB de Palmeira. A necessidade de construção mais frequente relaciona-se com o espaço de recreio, com cinco escolas a assinalarem esta carência (Gráfico III.156), que na maioria dos casos decorre na inexistência de um espaço coberto.

Gráfico III.156 | Necessidades de construção de instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda

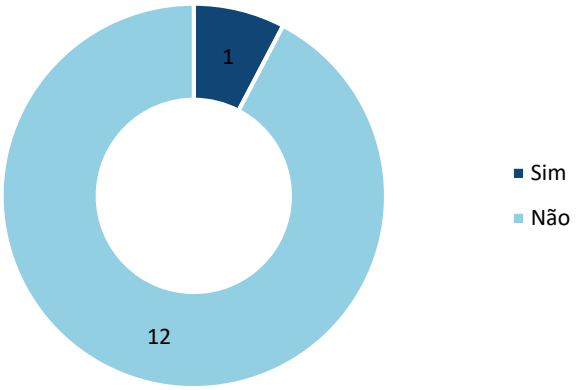


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Note-se, ainda, que três escolas assinalam a necessidade de construção de uma sala de convívio (EB de Crespos, EB de Ortigueira e EB de Palmeira), enquanto duas indicam a necessidade de construção de um campo de jogos e de balneários (EB de Crespos e EB de Ortigueira).

Neste agrupamento, há uma escola que indica a existência de um projeto aprovado (ou em fase de apreciação) destinado à cobertura da zona de entrada do estabelecimento escolar e à intervenção das casas de banho, referindo-se nestas circunstâncias a EB Bracara Augusta (Gráfico III.157).

Gráfico III.157 | Existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das instalações nos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda

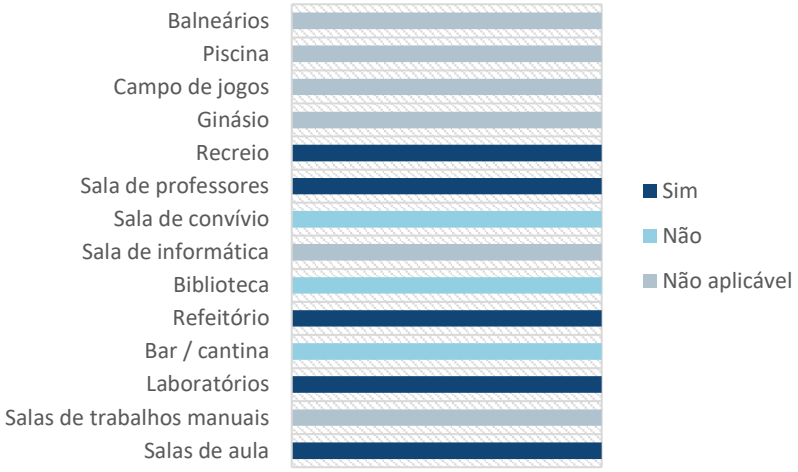


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

Na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian é identificada a necessidade de alargamento das salas de aula, dos laboratórios, do refeitório, da sala de professores e do espaço de recreio, conforme evidenciado no Gráfico III.158.

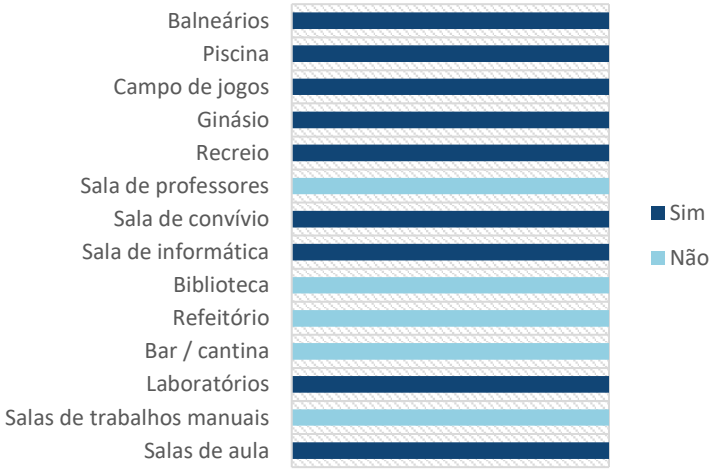
Gráfico III.158 | Necessidades de alargamento de instalações no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Esta escola aponta ainda necessidades de construção de salas de aula, laboratórios, sala de informática e sala de convívio. Em termos de instalações desportivas e espaço exterior, é identificada a necessidade de construção de um ginásio, campo de jogos, piscina, balneários e espaço de recreio (Gráfico III.159).

Gráfico III.159 | Necessidades de construção de instalações no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Por fim, importa referir que, aquando da aplicação dos inquéritos, este estabelecimento escolar não registava a existência de projetos aprovados ou em fase de apreciação destinados ao melhoramento / alargamento das respetivas instalações.

III.4.7. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estado de conservação dos equipamentos e instalações escolares reveste-se de particular relevância no âmbito da revisão da Carta Educativa do Município, uma vez que condiciona a segurança e integridade física dos alunos, professores e restante comunidade escolar, assim como o respetivo conforto e bem-estar.

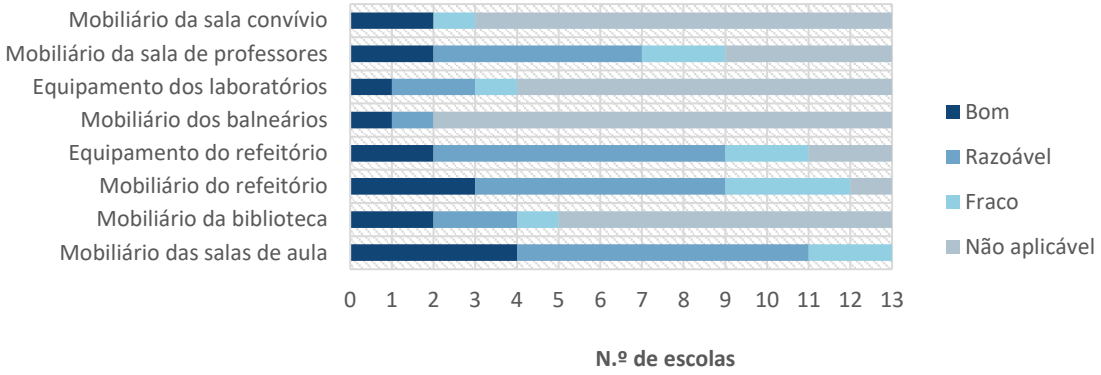
Efetivamente, o estado de conservação da escola tem implicações diretas na propiciação de condições funcionais adequadas para o desenvolvimento dos processos educativos e a concretização de uma prática de "escola a tempo inteiro".

Relativamente a este parâmetro, foi analisado, em particular, o estado de conservação das salas de aula, biblioteca, equipamento e mobiliário do refeitório, balneários, laboratórios, sala dos professores e sala de convívio. Em complemento, procurou-se ainda aferir acerca do estado de conservação geral da escola, bem como das respetivas necessidades de reparação interior e exterior. Os resultados desta análise encontram-se sistematizados nos pontos seguintes, para cada agrupamento de escolas do concelho de Braga e para a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBERTO SAMPAIO

Analisando o estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Alberto Sampaio (Gráfico III.160), denota-se que o estado de conservação prevalecente é o razoável, especialmente ao nível do mobiliário das salas de aula, do mobiliário e equipamento do refeitório e do mobiliário da sala de professores. O fraco estado de conservação tem também algum peso no panorama do agrupamento, sobretudo no que se refere ao mobiliário do refeitório (três escolas), equipamento do refeitório (duas escolas), mobiliário das salas de aula (duas escolas) e mobiliário da sala de professores (duas escolas).

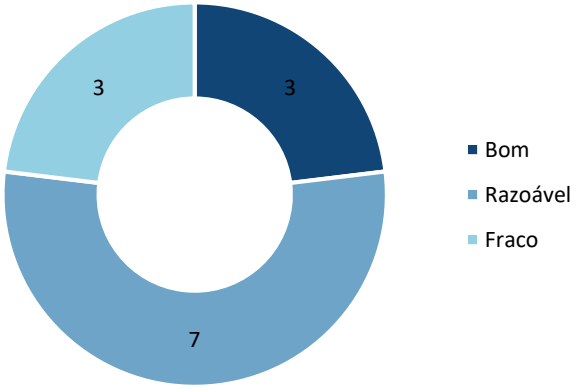
Gráfico III.160 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Alberto Sampaio



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de avaliação global do estado de conservação das escolas do agrupamento, de acordo com os resultados dos inquéritos, três escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB n.º 1 de Nogueira, JI de Lomar e EB de Lomar), sete evidenciam um estado razoável (JI de Monte, EB de Fraião, JI de Carvalho, EB de Arcos, edifícios da pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Esporões e EB de Nogueira) e três apresentam um bom estado (EB de Trandeiras, EB de Morreira e ES Alberto Sampaio) (Gráfico III.161).

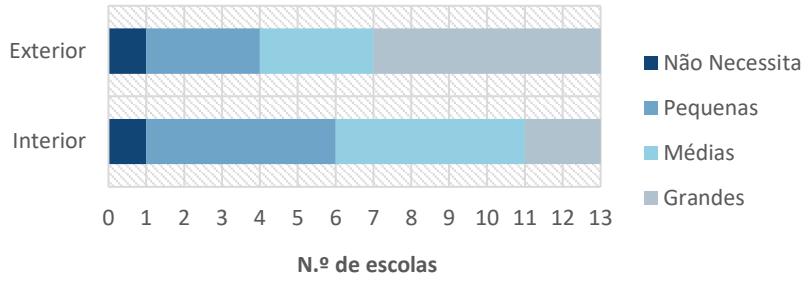
Gráfico III.161 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Atendendo ao estado de conservação dos estabelecimentos escolares, foram avaliadas as respetivas necessidades de reparação, conforme representado no Gráfico III.162. Tal como é possível observar, ao nível do exterior dos edifícios escolares prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (seis dos 13 edifícios em análise), sendo que apenas o edifício do 1.º CEB da EB de Esporões considera não serem necessárias reparações. Relativamente ao interior, cinco escolas indicam pequenas necessidades (JI de Monte, JI de Carvalho, EB de Trandeiras, EB de Morreira e ES Alberto Sampaio) e também cinco apontam médias necessidades (JI Lomar, EB de Fraião, EB de Arcos, edifício da educação pré-escolar da EB de Esporões e EB de Nogueira).

Gráfico III.162 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Alberto Sampaio

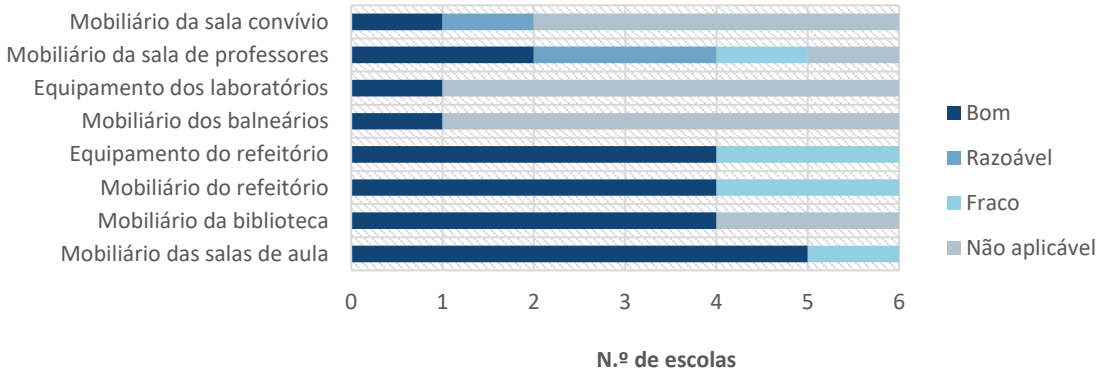


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANDRÉ SOARES

Nas escolas que integram o AE André Soares, o equipamento escolar apresenta, predominantemente, um estado de conservação favorável. Como exceções, destacam-se os edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha, para os quais foi apontado o fraco estado de conservação do mobiliário das salas de aula e da sala de professores e do mobiliário e equipamento do refeitório (Gráfico III.163).

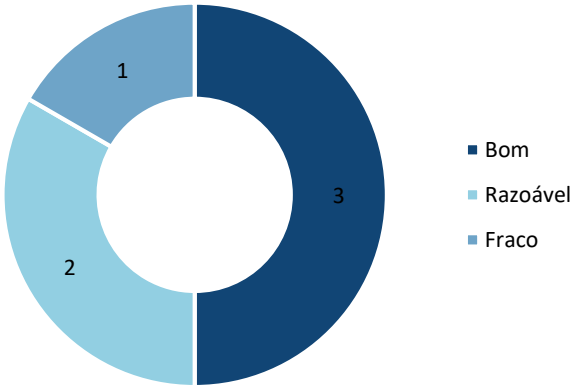
Gráfico III.163 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de estado geral de conservação dos edifícios escolares (Gráfico III.164) três apresentam um bom estado (EB de São Lázaro, EB do Fujacal e EB André Soares), dois um estado razoável (EB Carandá e edifício da pré-escolar da EB de Ponte Pedrinha) e um apresenta um fraco estado de conservação (EB de Ponte Pedrinha).

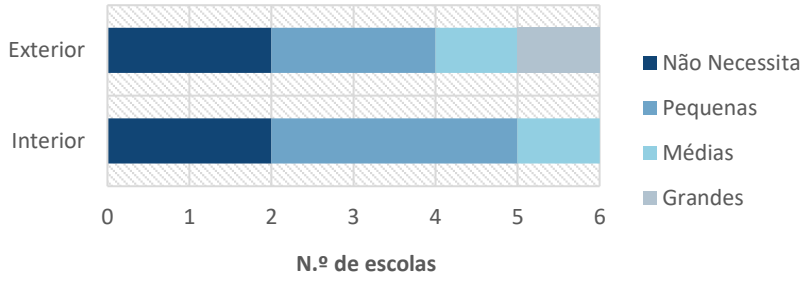
Gráfico III.164 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Decorrente dos estados de conservação anteriormente referenciados, foram identificadas necessidades de reparação interior e exterior dos estabelecimentos escolares do agrupamento (Gráfico III.165). Relativamente ao interior dos edifícios escolares, a maioria das escolas apresenta pequenas necessidades de reparação (EB do Carandá, edifício do JI de Ponte Pedrinha e EB André Soares), enquanto duas indicam não necessitar de reparações (EB de São Lázaro e EB do Fujacal) e uma aponta médias necessidades (edifício do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha). Para o exterior dos edifícios escolares, as necessidades foram classificadas de modo idêntico, com exceção da EB do Carandá que, neste caso, apresenta grandes necessidades de reparação.

Gráfico III.165 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE André Soares



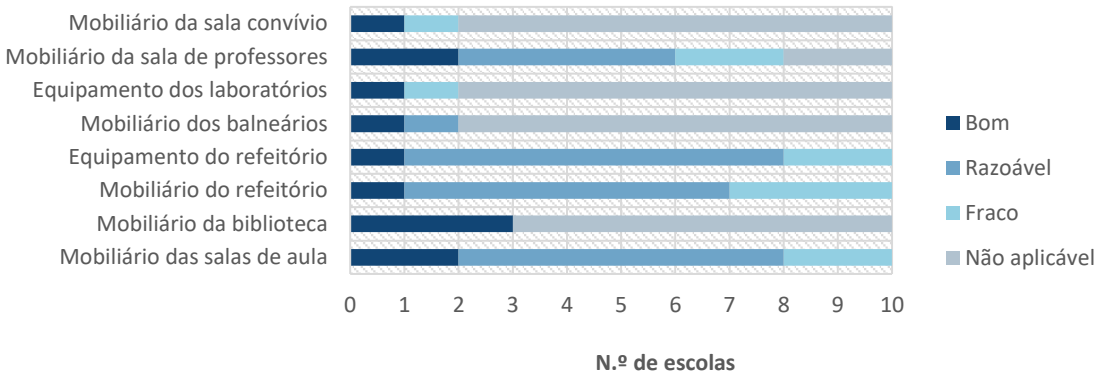
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CARLOS AMARANTE

Analisando o estado geral de conservação do equipamento escolar no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, é possível aferir que a maioria das escolas indica um estado razoável de conservação, particularmente no que respeita ao mobiliário das salas de aula (seis escolas), ao mobiliário e

equipamento do refeitório (seis e sete escolas, respetivamente) e ao mobiliário da sala de professores (quatro escolas) (Gráfico III.166).

Gráfico III.166 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Carlos Amarante

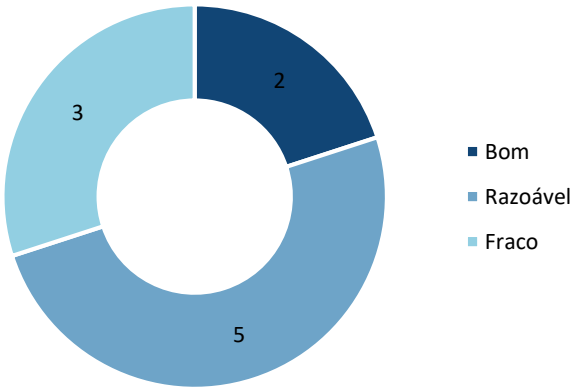


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Os dados apontam ainda um fraco estado de conservação do mobiliário de sala de aula em duas escolas (EB de Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar), do mobiliário do refeitório em três escolas (EB de Espinho, JI de Este São Pedro e EB de Este São Pedro), do equipamento do refeitório em duas escolas (JI de Este São Pedro e EB de Este São Pedro) e do mobiliário da sala dos professores também em duas escolas (EB de Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar). A EB de Espinho aponta ainda um fraco estado de conservação do mobiliário da sala de convívio e a EB de Gualtar identifica um fraco estado de conservação dos laboratórios. Quanto ao equipamento existente nas restantes escolas do agrupamento, o seu estado de conservação é considerado bom.

Em termos de avaliação global do estado de conservação das escolas do agrupamento, segundo os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um bom estado geral de conservação (EB Pedralva e ES Carlos Amarante), cinco evidenciam um razoável estado de conservação (EB de Espinho, EB de Sobreposta, EB de Este S. Mamede, JI de Gualtar e EB de Gualtar) e as restantes três apresentam um fraco estado de conservação (JI de Este São Pedro, EB de Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar).

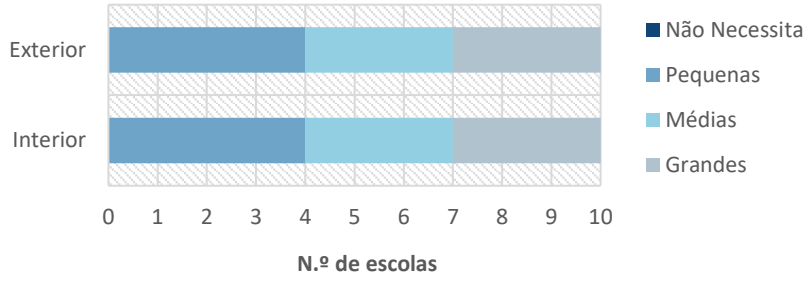
Gráfico III.167 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em consonância com o estado de conservação, foram identificadas necessidades de reparação dos edifícios escolares (interior e exterior) pelas diferentes escolas, sendo que quatro escolas apontaram a necessidade de pequenas reparações a nível interior e exterior (EB de Este S. Mamede, JI de Este São Pedro, EB de Pedralva e ES Carlos Amarante), enquanto três indicaram médias reparações (EB de Espinho, EB de Sobreposta e JI de Gualtar) e três assinalaram grandes reparações (EB de Este São Pedro, EB nº 1 Gualtar e EB de Gualtar), conforme representado no Gráfico III.168.

Gráfico III.168 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Carlos Amarante

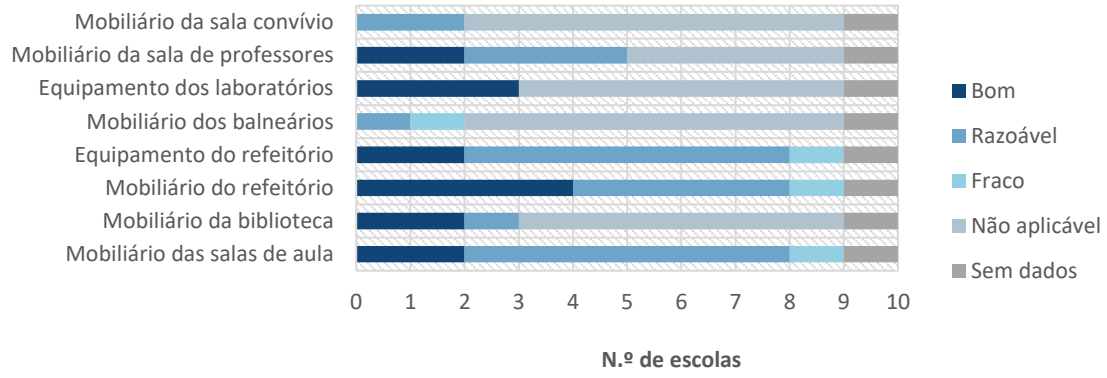


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II

No Agrupamento de Escolas D. Maria II, a sistematização da análise do estado de conservação do equipamento escolar para os nove equipamentos de educação e ensino para os quais se dispõe de informação encontra-se representada no Gráfico III.169.

Gráfico III.169 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE D. Maria II



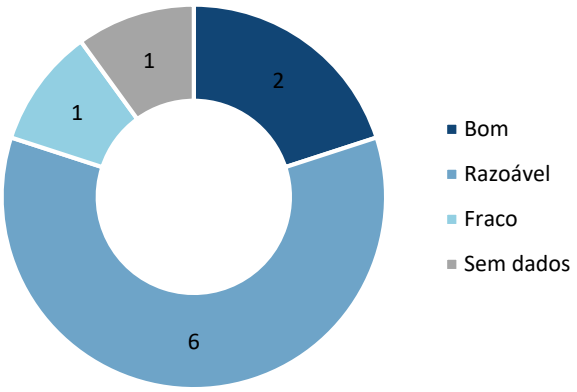
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Conforme é possível observar, grande parte do equipamento escolar existente encontra-se num bom ou razoável estado de conservação, sendo que apenas a EB de São João do Souto e a ES D. Maria II indicam um fraco estado de conservação relativamente a equipamento específico. Assim, note-se que a EB de São João do Souto aponta um fraco estado de conservação do mobiliário das salas de aula e do mobiliário e

equipamento do refeitório. A ES D. Maria II, por sua vez, indica um fraco estado de conservação para o mobiliário dos balneários.

Os inquéritos aplicados às escolas incidiram ainda sobre a avaliação do estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares, tendo sido possível aferir que a maioria das escolas foram classificadas como apresentando um razoável estado de conservação (EB do Bairro Económico, EB de Santa Tecla, EB nº 2 de Lamações, EB de Nogueiró, EB de Tenões e JI de Bracara Augusta), que para dois estabelecimentos escolares apontado um bom estado (EB de Lamações e ES D. Maria II) e que para a EB S. João do Souto foi indicado um fraco estado geral de conservação (Gráfico III.170).

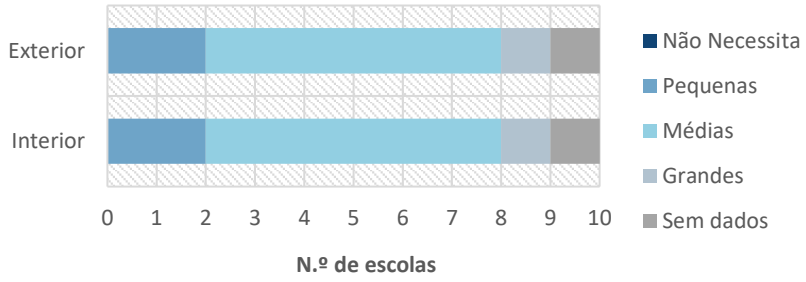
Gráfico III.170 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Tendo em conta o estado de conservação indicado para cada um dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II, e em relação intrínseca com o mesmo, foram também quantificadas as respetivas necessidades de reparação (Gráfico III.171).

Gráfico III.171 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE D. Maria II



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

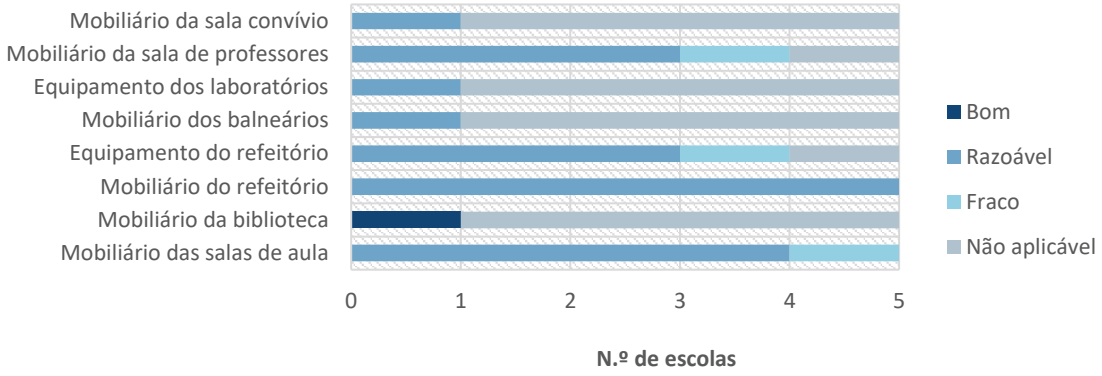
Conforme evidenciado anteriormente, a maioria dos estabelecimentos escolares do agrupamento manifestam médias necessidades de reparação, quer ao nível do interior, quer do exterior dos edifícios. Ainda assim, duas escolas apontam pequenas necessidades de reparação (interior e exterior), nomeadamente o JI de Bracara Augusta e a ES D. Maria II. Por outro lado, a EB de São João do Souto indica

grandes necessidades de reparação interior e a EB de Santa Tecla identifica a mesma magnitude de necessidades relativamente ao exterior.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAGA OESTE

Analisando o estado geral de conservação do equipamento escolar nas escolas do agrupamento, é possível aferir que a maioria aponta um estado razoável, especialmente ao nível do mobiliário das salas de aula, da sala de professores e do refeitório, que correspondem aos equipamentos mais comuns à generalidade destas escolas (Gráfico III.172).

Gráfico III.172 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Braga Oeste

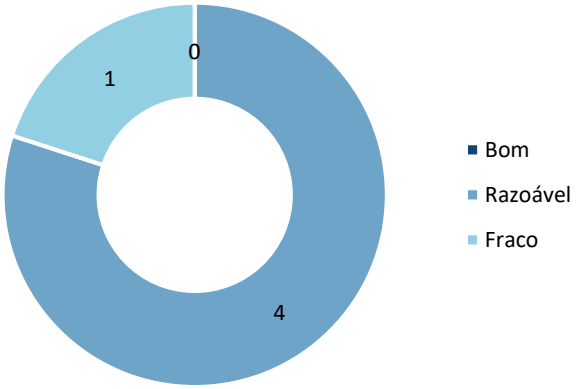


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A única escola do agrupamento que dispõe de biblioteca (EB de Braga Oeste) indica um bom estado de conservação do respetivo mobiliário. Em contrapartida, esta escola aponta um fraco estado de conservação do equipamento do refeitório, enquanto o edifício da educação pré-escolar da EB de Sequeira indica um fraco estado de conservação das salas de atividades e da sala de professores.

O tratamento dos dados decorrentes das respostas aos inquéritos indica ainda um fraco estado geral de conservação para um dos estabelecimentos escolares deste agrupamento (JI de Cabreiros), enquanto para os restantes é aferido um estado razoável (Gráfico III.173).

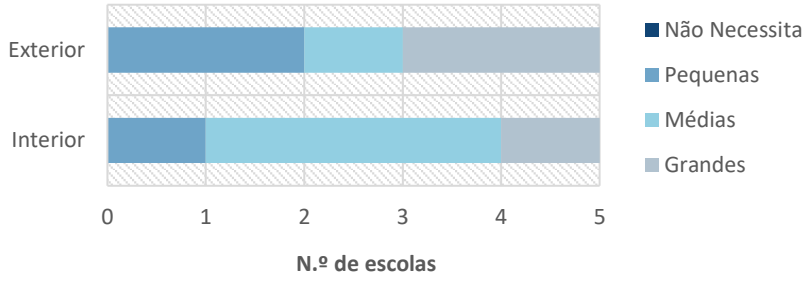
Gráfico III.173 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Na sequência das conclusões anteriormente apresentadas, foram identificadas necessidades de reparação quer ao nível do interior, quer do exterior dos estabelecimentos escolares (Gráfico III.174).

Gráfico III.174 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Braga Oeste



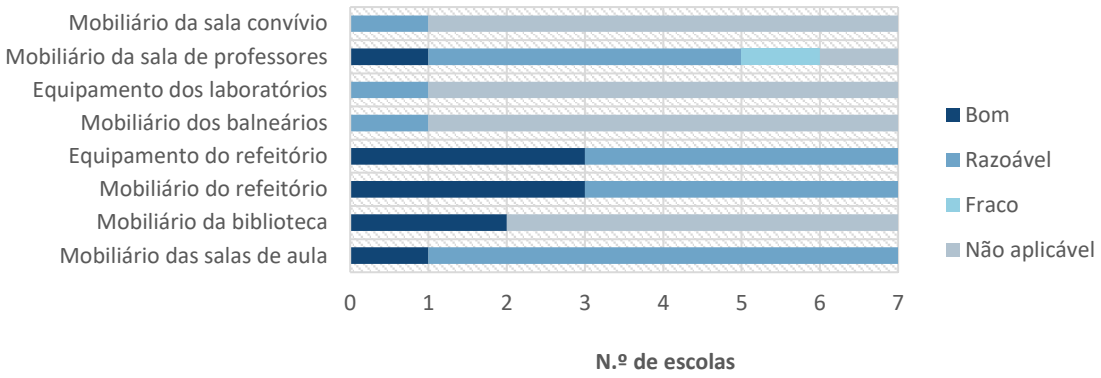
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

A nível interior, um estabelecimento escolar aponta pequenas necessidades de reparação (EB de Cabreiros), três indicam médias necessidades (edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste) e um evidencia grande necessidades (JI de Cabreiros). Quanto ao exterior, duas escolas identificam pequenas necessidades de reparação (edifício da educação pré-escolar da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste), uma indica médias necessidades (edifício do 1.ºCEB da EB de Sequeira) e duas apontam grandes necessidades (EB de Cabreiros e JI de Cabreiros).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS

No Agrupamento de Escolas de Celeirós, a maioria das escolas aponta um razoável estado geral de conservação do equipamento existente, particularmente ao nível do mobiliário das salas de aula, mobiliário e equipamento do refeitório e mobiliário da sala de professores (Gráfico III.175).

Gráfico III.175 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Celeirós

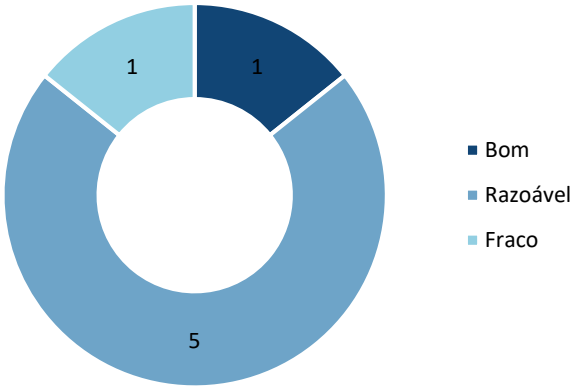


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Também de referir é a representatividade dos estabelecimentos escolares que indicam um bom estado de conservação do mobiliário da biblioteca (duas escolas), do mobiliário e equipamento do refeitório (três escolas) e do mobiliário das salas de aula (uma escola) e da sala dos professores (uma escola). Em contrapartida, apenas uma escola assinala um fraco estado de conservação do mobiliário da sala de professores (EB de Figueiredo).

No que concerne ao estado geral de conservação, os dados decorrentes dos inquéritos indicam um bom estado de conservação para uma das escolas em análise (EB de Escudeiros), um razoável estado de conservação para cinco escolas (EB de Garapôa, EB de Cruz, EB de Guisande, JI de Lamas e EB de Celeirós) e um fraco estado de conservação para uma escola (EB de Figueiredo) (Gráfico III.176).

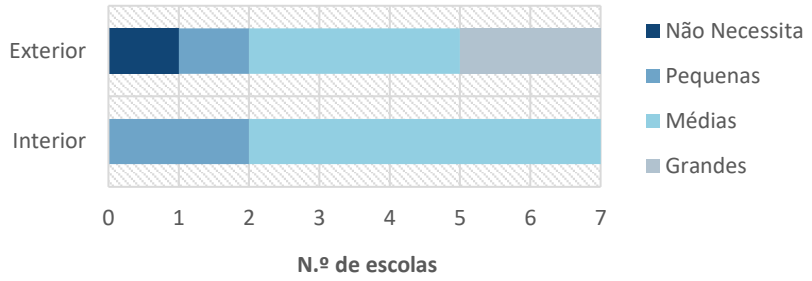
Gráfico III.176 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em linha com o anteriormente exposto, foram identificadas necessidades de reparação (interior e exterior) das escolas do agrupamento, conforme apresentado no Gráfico III.177.

Gráfico III.177 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Celeirós



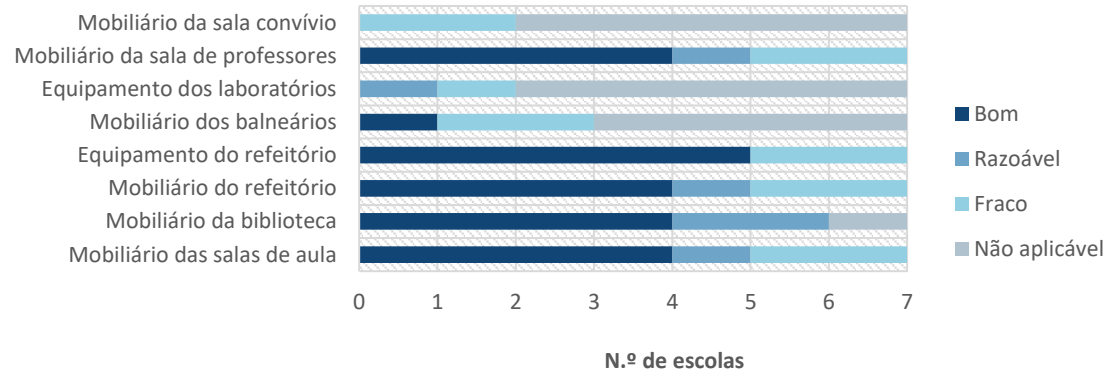
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível do interior dos edifícios escolares, duas escolas evidenciam a necessidade de pequenas reparações (EB de Garapôa e EB de Guisande), enquanto cinco assinalam médias reparações (EB de Cruz, EB de Figueiredo, EB de Escudeiros, JI de Lamas e EB de Celeirós). Quanto ao exterior, foram assinaladas grandes necessidades de reparação para duas escolas (EB de Figueiredo e JI de Lamas), médias para três escolas (EB de Cruz, EB de Guisande e EB de Celeirós) e pequenas para uma escola (EB de Garapôa). Há ainda a mencionar a EB de Escudeiros para a qual não foi identificada qualquer necessidade de reparação exterior.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MAXIMINOS

A análise dos dados referentes ao estado de conservação do equipamento escolar no AE de Maximinos evidenciam que a maioria das escolas assinala um bom estado de conservação, especialmente no que respeita ao mobiliário das salas de aula, da biblioteca, do refeitório e da sala de professores (Gráfico III.178).

Gráfico III.178 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Maximinos

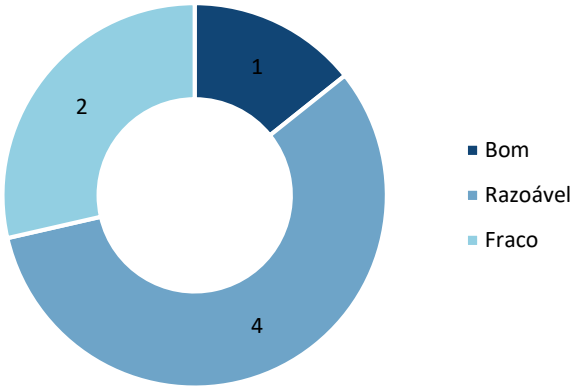


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Destacam-se, contudo, duas escolas, para as quais o estado geral de conservação dos equipamentos foi considerado maioritariamente fraco, designadamente a EB Frei Caetano Brandão e a ES de Maximinos.

Tendo em conta o exposto, duas escolas indicam um fraco estado de conservação (EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos), quatro assinalam um razoável estado de conservação (EB de Estrada, EB da Gandra, EB de Maximinos e EB da Naia) e uma escola aponta um bom estado de conservação (EB de Gondizalves) (Gráfico III.179).

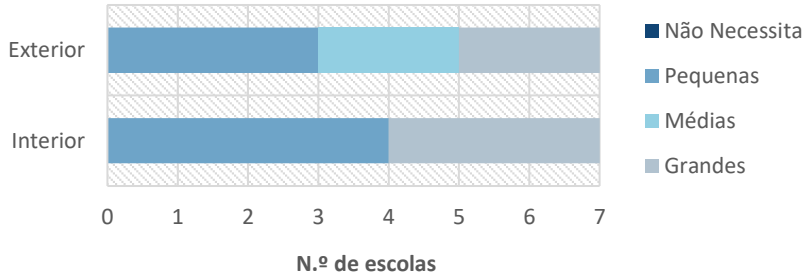
Gráfico III.179 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Tal como é possível observar pela análise do Gráfico III.180, as necessidades de reparação do interior dos estabelecimentos escolares são classificadas como pequenas para quatro escolas (EB de Estrada, EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves) e grandes para três escolas (EB da Gandra, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

Gráfico III.180 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Maximinos



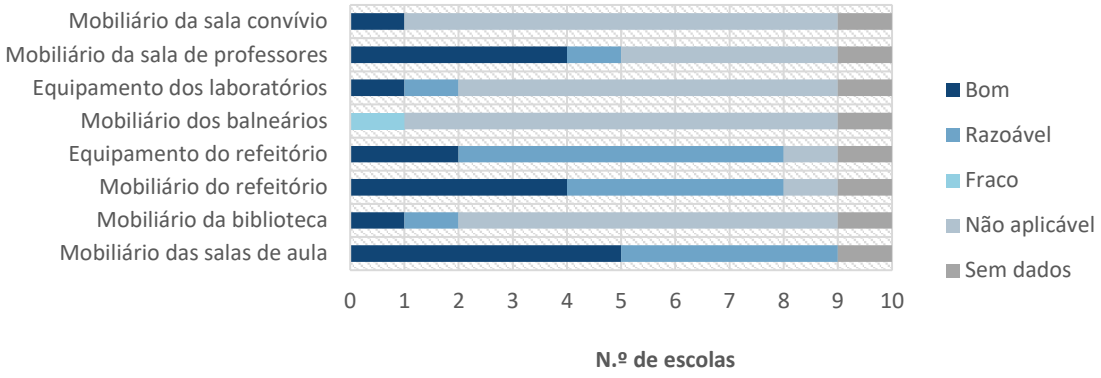
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Ao nível exterior, há grandes necessidades de reparação em duas escolas (EB da Gandra e ES de Maximinos), médias também em duas escolas (EB de Estrada e EB Frei Caetano Brandão) e pequenas em três escolas (EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOSTEIRO E CÁVADO

O Gráfico III.181 sistematiza a análise do estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Mosteiro e Cávado, relativamente às nove escolas para as quais se dispõe de informação. Conforme é possível observar, os estados de conservação predominantes são o bom e o razoável, sendo apenas apontado um fraco estado de conservação para o mobiliário dos balneários da EB Mosteiro e Cávado.

Gráfico III.181 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Mosteiro e Cávado

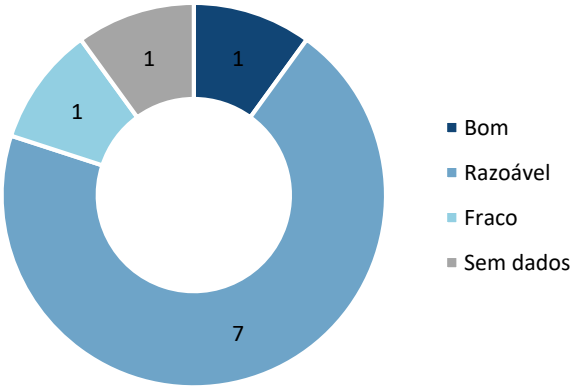


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Neste âmbito, destaque-se o bom estado de conservação do mobiliário das salas de aula em cinco das nove escolas observadas, bem como do mobiliário do refeitório e da sala de professores, em quatro estabelecimentos escolares.

No que subjaz ao estado global de conservação das escolas deste agrupamento, predomina claramente o estado razoável, sendo este indicado para um total de sete escolas (EB de Merelim S. Paio, JI de Panoias, EB de Ruães, EB de Carrascal, JI de Mire de Tibães, EB de Panoias e EB de Mosteiro e Cávado). Em contrapartida, para a EB de Padim Graça é indicado um bom estado e para o JI de Padim Graça um fraco estado de conservação geral (Gráfico III.182).

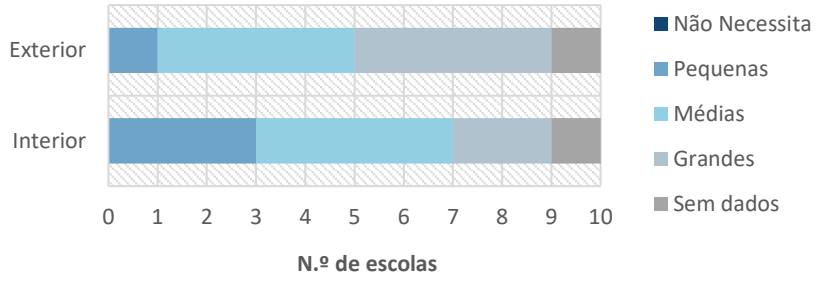
Gráfico III.182 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Na sequência das conclusões anteriormente apresentadas, foram identificadas necessidades de reparação quer ao nível do interior, quer do exterior dos estabelecimentos escolares (Gráfico III.183). Com efeito, note-se que, relativamente ao exterior, prevalecem as médias e grandes necessidades de reparação, pelo que somente o JI de Panoias indica pequenas necessidades. Para o interior, o panorama é mais heterogéneo, com quatro escolas a identificar médias necessidades de reparação (EB de Merelim S. Paio, EB de Ruães, EB de Carrascal e EB de Panoias), três a apontar pequenas necessidades (JI de Panoias, EB de Padim Graça e EB de Mosteiro e Cávado) e duas a indicar grandes necessidades (JI de Mire Tibães e JI de Padim Graça).

Gráfico III.183 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Mosteiro e Cávado

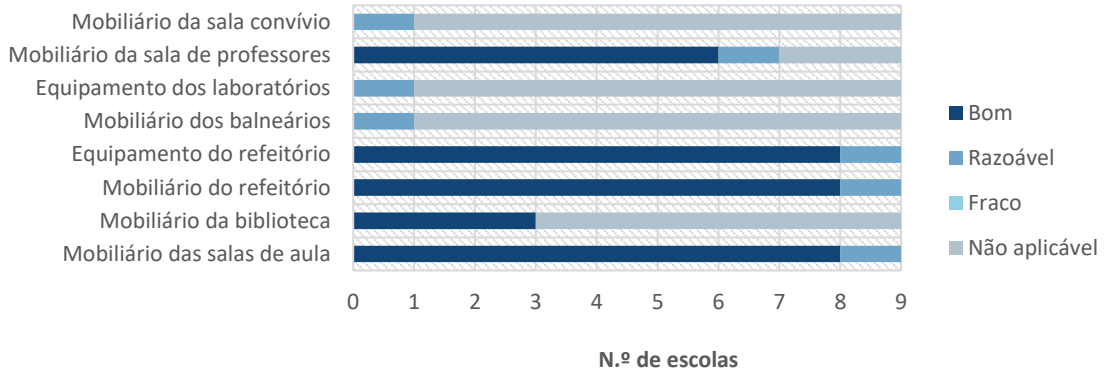


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL

No AE de Real, considerando as respostas aos inquéritos aplicados aos estabelecimentos escolares, bem como a sistematização exposta no Gráfico III.184, é possível constatar uma prevalência do bom estado de conservação do equipamento, identificando-se apenas exceções no JI de Quinta das Hortas (equipamento do refeitório) e na EB de Real (equipamento dos laboratórios e mobiliário das salas de aula, do refeitório, dos balneários, da sala de professores e da sala de convívio).

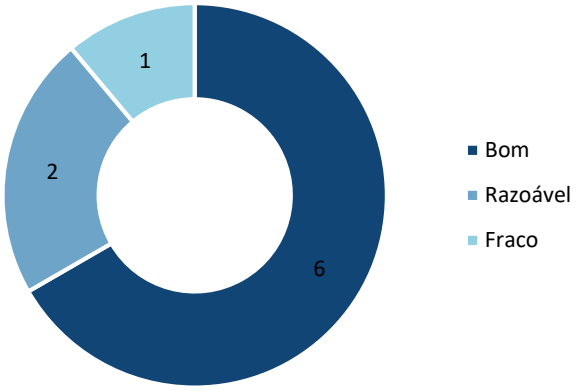
Gráfico III.184 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Complementarmente ao anteriormente exposto, em termos de estado geral de conservação (Gráfico III.185), seis escolas apresentam um bom estado de conservação (JI de Quinta Hortas, EB nº 1 de Real, EB de Frossos, EB de S. Frutuoso, JI de Frossos e EB de Real), duas evidenciam um estado razoável (JI de Parada Tibães e EB da Sé) e uma indica um fraco estado geral de conservação (EB das Parretas).

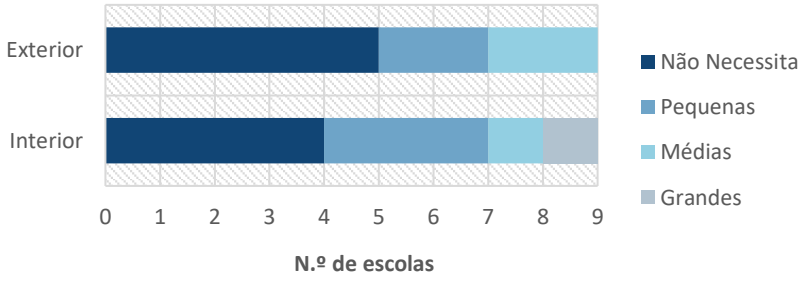
Gráfico III.185 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE de Real



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em linha com o estado geral de conservação das escolas, foram identificadas necessidades de reparação exterior e interior (Gráfico III.186). Neste contexto, as seis escolas para as quais foi indicado um bom estado geral de conservação coincidem com as que não apresentam necessidades de reparação ou que, por outro lado, apresentam pequenas necessidades.

Gráfico III.186 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE de Real



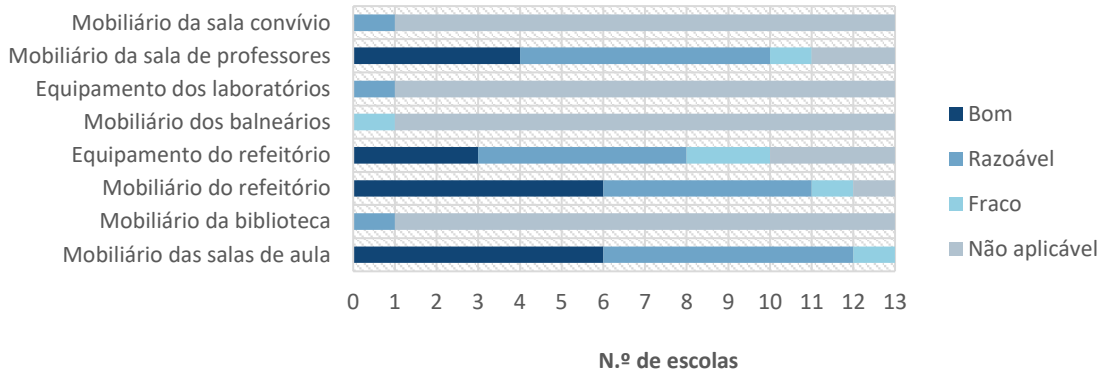
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto às restantes escolas do agrupamento, o JI de Parada de Tibães apresenta médias necessidades de reparação do interior e exterior, a EB de Parretas apresenta grandes necessidades de reparação do interior e a EB da Sé apresenta pequenas necessidades de reparação do interior e médias do exterior.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TRIGAL DE SANTA MARIA

No Gráfico III.187 encontra-se sistematizada a análise do estado geral de conservação do equipamento escolar nas escolas do AE Trigal de Santa Maria. Conforme é possível aferir, o equipamento existente encontra-se, predominantemente, em bom ou razoável estado de conservação. Existem, no entanto, duas escolas que indicam um fraco estado de conservação para alguns dos equipamentos em análise. Nestas circunstâncias refere-se a EB de Ruilhe (equipamento do refeitório e mobiliário da sala de professores) e a EB de Trigal de Santa Maria (mobiliário das salas de aula, mobiliário e equipamento do refeitório e mobiliário dos balneários.

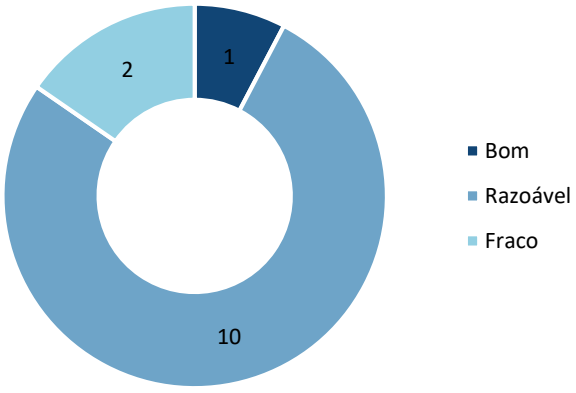
Gráfico III.187 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

No que se refere ao estado global de conservação das escolas deste agrupamento, predomina claramente o estado razoável, sendo este indicado para um total de dez edifícios escolares. Em contrapartida, para a EB de Arentim é indicado um bom estado e para a EB de Ruilhe e o edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos é atribuído um fraco estado de conservação geral (Gráfico III.188).

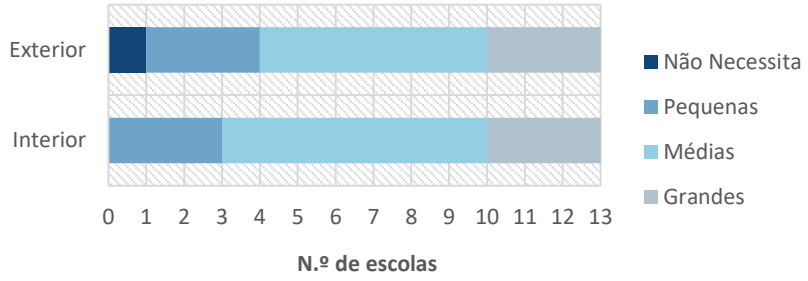
Gráfico III.188 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Partindo do anteriormente exposto, as escolas procederam à avaliação das necessidades de reparação quer ao nível do interior, quer o exterior (Gráfico III.189). Por conseguinte, relativamente ao exterior dos edifícios, são seis os estabelecimentos que apontaram médias necessidades de reparação, enquanto três indicaram grandes necessidades e três apontaram pequenas necessidades. Ao nível do interior, o panorama é semelhante, sendo que sete edifícios indicaram médias necessidades de reparação, três apontaram pequenas necessidades e os restantes três identificaram grandes necessidades de reparação.

Gráfico III.189 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Trigal de Santa Maria

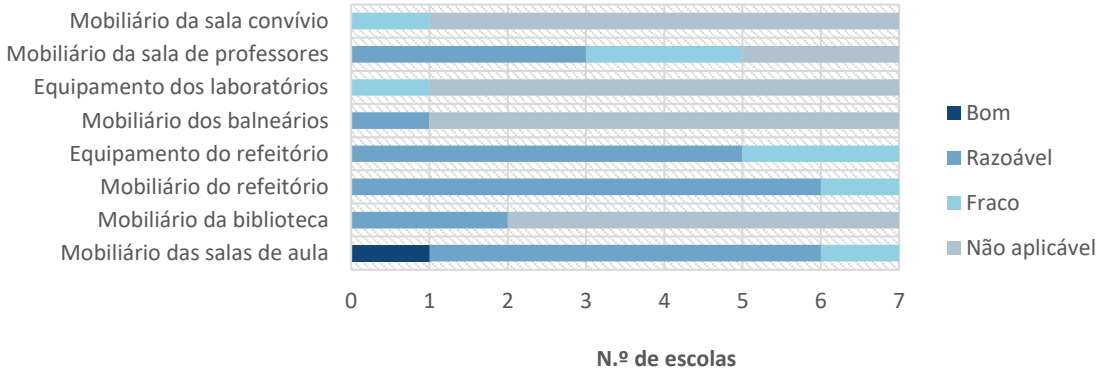


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Analisando o estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Dr. Francisco Sanches (Gráfico III.190), denota-se que o estado de conservação prevalecente é o razoável, particularmente no que se refere ao mobiliário das salas de aula e ao mobiliário e equipamento do refeitório. Não obstante, o fraco estado de conservação do equipamento assume particular expressividade na EB Dr. Francisco Sanches, tendo este nível sido atribuído ao mobiliário das salas de aula, da sala de professores e da sala de convívio, ao equipamento dos laboratórios e ao equipamento e mobiliário do refeitório.

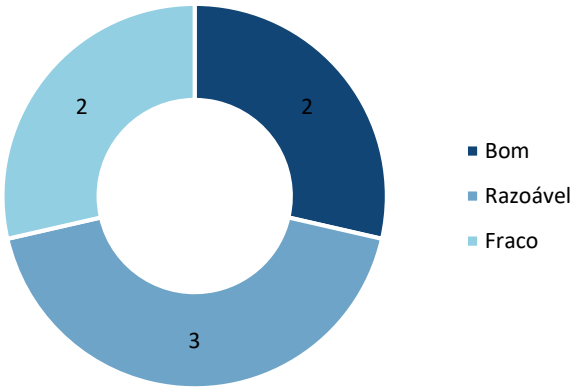
Gráfico III.190 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Dr. Francisco Sanches



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de avaliação global do estado de conservação das escolas do agrupamento, de acordo com os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB das Enguardas e EB de Quinta Veiga), três evidenciam um estado razoável (EB do Bairro Alegria, JI da Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches) e duas apresentam um bom estado (EB de S. Vítor e EB do Bairro da Misericórdia) (Gráfico III.191).

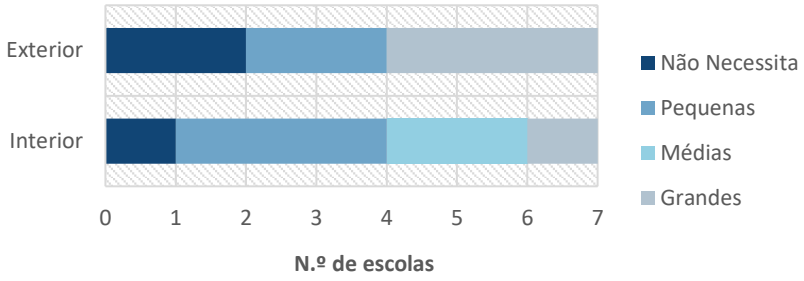
Gráfico III.191 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Atendendo ao estado de conservação dos estabelecimentos escolares, foram avaliadas as respetivas necessidades de reparação, conforme representado no Gráfico III.192. Tal como é possível observar, ao nível do exterior dos edifícios escolares prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (três das setes escolas em análise), havendo ainda dois estabelecimentos escolares que indicam pequenas necessidades e dois que apontam não serem necessárias reparações.

Gráfico III.192 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Dr. Francisco Sanches



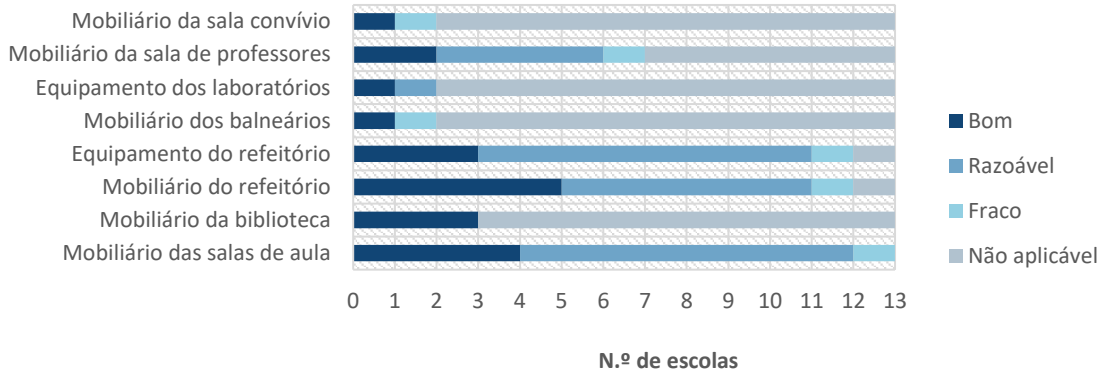
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente ao interior, três escolas indicam pequenas necessidades (EB do Bairro da Misericórdia, JI de Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches), duas indicam médias necessidades (EB de Quinta Veiga e EB do Bairro Alegria) e um aponta grandes necessidades (EB das Enguardas). Para a EB S. Vítor, por sua vez, não são identificadas necessidades de reparação interior.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DE MIRANDA

A maioria dos estabelecimentos escolares que integram o Agrupamento de Escolas Sá de Miranda indica um razoável estado geral de conservação do equipamento escolar, particularmente no que se refere ao equipamento mais frequente, nomeadamente ao mobiliário das salas de aula e ao mobiliário e equipamento do refeitório (Gráfico III.193).

Gráfico III.193 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no AE Sá de Miranda

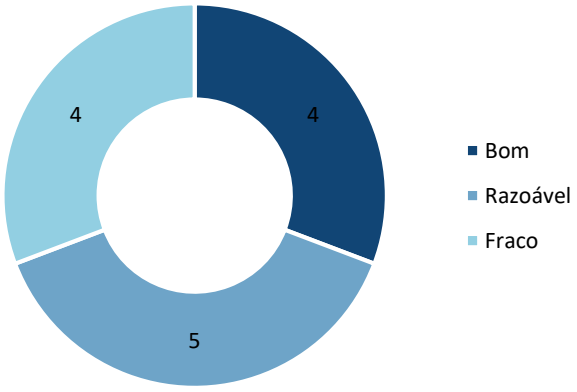


Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Há também um número considerável de escolas que assinala um bom estado de conservação do equipamento escolar, enquanto a EB de Palmeira aponta um fraco estado de conservação para a maioria dos equipamentos em análise.

Quando analisado o estado geral de conservação das escolas deste agrupamento (Gráfico III.194), é possível aferir que, segundo os resultados dos inquéritos, quatro apresentam um bom estado geral de conservação (EB de Bracara Augusta, EB de Pousada, JI de Pomares e ES Sá de Miranda), cinco caraterizam-se por um razoável estado de conservação (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe) e quatro apresentam um fraco estado de conservação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa e EB de Palmeira).

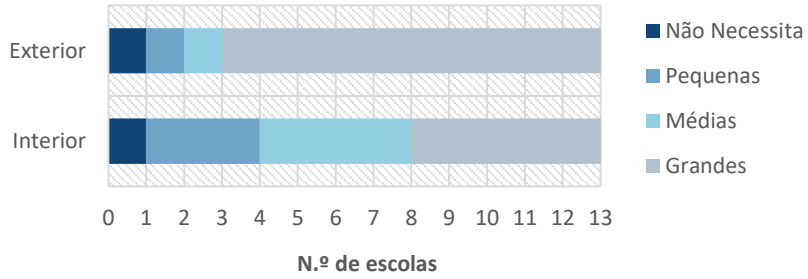
Gráfico III.194 | Estado geral de conservação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Em termos de necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares, de um modo geral, há uma maior necessidade de intervenção do exterior dos edifícios (Gráfico III.195). Com efeito, dez escolas indicam grandes necessidades de intervenção exterior (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Ortigueira, ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa, EB de Eira Velha, JI de Adaúfe e JI de Pomares). Quanto às restantes, a EB de Palmeira indica médias necessidades de intervenção, a ES Sá de Miranda aponta pequenas necessidades e a EB de Pousada não identifica necessidades de reparação exterior.

Gráfico III.195 | Necessidades de reparação dos estabelecimentos escolares do AE Sá de Miranda



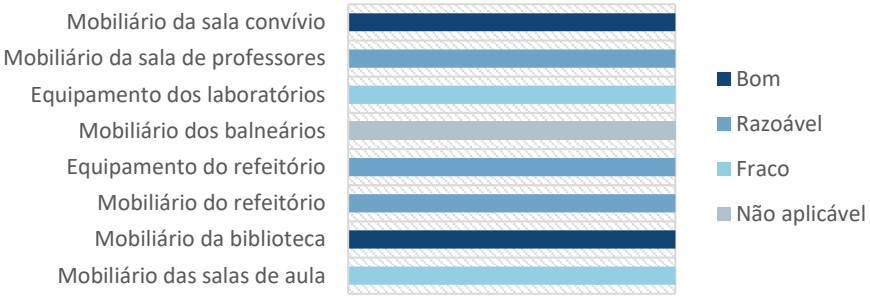
Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Quanto ao interior dos edifícios escolares, cinco escolas manifestam grandes necessidades de reparação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB da Presa, JI de Adaúfe e EB de Palmeira), quatro indicam médias necessidades (EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Eira Velha e JI de Pomares) e três apontam pequenas necessidades (EB de Crespos, EB de Ortigueira e ES Sá de Miranda). Importa ainda referir que a EB de Pousada não identifica qualquer necessidade de reparação interior.

ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN

A análise do estado geral de conservação da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, patente no Gráfico III.196, evidencia um bom estado de conservação do mobiliário da biblioteca e da sala de convívio, um razoável estado de conservação do mobiliário e equipamento do refeitório e do mobiliário da sala de professores e um fraco estado de conservação do mobiliário das salas de aula e do equipamento dos laboratórios.

Gráfico III.196 | Estado geral de conservação do equipamento escolar no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian



Fonte: Inquéritos, Município de Braga (2017)

Relativamente ao estado geral de conservação da escola, o mesmo é classificado como razoável, sendo identificadas grandes necessidades de reparação no exterior do edifício e médias necessidades de reparação do interior.

III.5. OUTROS EQUIPAMENTOS DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO ENSINO NO CONCELHO

A existência de equipamentos afigura-se determinante para o grau de qualidade de vida num determinado território. De facto, um território servido de equipamentos exerce uma maior atratividade para as populações.

Para além dos equipamentos escolares, propriamente ditos, a população do concelho de Braga frui de um conjunto de equipamentos capazes de proporcionar apoio ao nível de atividades de educação e ensino, nomeadamente equipamentos desportivos, culturais e de lazer. Para além do apoio à educação e ensino, estes equipamentos proporcionam à população o acesso a um conjunto de valências, promovendo o seu bem-estar.

A inventariação deste tipo de equipamentos revela-se, assim, de grande interesse no âmbito da revisão da Carta Educativa para o município de Braga, pelo que nos pontos seguintes é realizada uma breve abordagem aos equipamentos existentes no território, por tipologia (desportivos, culturais ou de lazer).

III.5.1. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Reconhecendo o desporto como meio privilegiado para a adoção de hábitos de vida saudáveis, individuais e coletivos, o Município de Braga aposta na promoção das condições físicas e na criação de oportunidades,

de modo a incentivar a sua prática regular, procurando contribuir para o bem-estar físico e emocional da população.

De facto, o desporto tem um papel extremamente relevante na sociedade atual e o acesso à prática desportiva constitui um direito, contribuindo fortemente para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para além da importância ao nível da saúde e bem-estar, a prática desportiva assume também um papel de relevância na dimensão cívica, dado que permite aos jovens um contacto direto com elementos da cultura desportiva essenciais para lá das fronteiras do desporto e da escola, nomeadamente a aprendizagem das regras da cooperação e da competição saudável, dos valores da responsabilidade e do espírito de equipa, do esforço para atingir metas desejadas ou da importância de cumprimento de objetivos individuais e coletivos.

Um equipamento desportivo, em termos concetuais, compreende um ou mais recintos desportivos, os anexos funcionais e todas as instalações de apoio à atividade desenvolvida (e.g. sede, sala de apoio, secretaria, bar, etc.).

O concelho de Braga apresenta uma oferta de equipamentos desportivos bastantes diversificada conferindo aos cidadãos um vasto leque de escolhas e de oportunidades mediante a sua modalidade preferida.

Relativamente à tipologia das instalações desportivas existentes no concelho, há a mencionar as seguintes:

- **Grandes campos de jogos** – instalações desportivas descobertas, que se destinam a prática de futebol (futebol 7 /11), Hóquei em Campo e Râguebi.
- **Pequenos campos de jogos** – instalações desportivas descobertas, que se destacam pela sua polivalência e que se destinam à prática de: Futebol; Basquetebol; Andebol; Badminton; Boxe; Esgrima; Ginástica; Halterofilismo; Hóquei em Patins; Judo; Lutas Amadoras; Patinagens; Ténis; Ténis de Mesa; Voleibol; Etc.
- **Salas de desporto** – instalações desportivas cobertas, que se caraterizam pela sua polivalência e que se destinam à prática de: Futebol; Basquetebol; Futsal; Andebol; Badminton; Boxe; Esgrima; Ginástica; Halterofilismo; Hóquei em Patins; Judo; Lutas Amadoras; Patinagens; Ténis; Ténis de Mesa; Voleibol; Etc.
- **Pavilhões multiusos desportivos** – instalações desportivas permanentes, especiais para espetáculos desportivos, concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas e onde se conjugam fatores como a capacidade para receber público e a existência de condições para albergar os meios de comunicação social, a capacidade de ser utilizado em competições e eventos com altos níveis de prestação e deter os recursos materiais e tecnológicos destinados a apoiar a realização e difusão pública de eventos desportivos.
- **Pistas de atletismo** – instalações desportivas do tipo "ovalóide" circunscritas por pistas que se destinam à prática do atletismo.
- **Parques *fitness*** – instalações ao ar livre caraterizadas pela existência de equipamentos para realização de trabalho de força.

- **Piscinas cobertas** – instalações desportivas com forma retangulares ou outras configurações, cobertas que se destinam à prática da natação.
- **Piscinas descobertas** – instalações desportivas retangulares ou com outras configurações descobertas que se destinam à prática da natação e lazer em período balnear.
- **Especiais** – outras instalações desportivas que não pertencem aos tipos anteriormente mencionados (e.g. aeródromos, autódromos, kartódromos, pistas de ciclismo, campos de Golf, hipódromos; carreiras de tiro; campos de tiro com arco; circuitos de manutenção).

As tipologias anteriormente expostas, por sua vez, agrupam-se em quatro tipologias de infraestruturas desportivas, de âmbito mais alargado e que atendem especificamente à natureza e vocação das instalações, a saber:

- **Instalações desportivas de base recreativa** – destinadas a atividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo;
- **Instalações desportivas de base formativa** – concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo, cujas características funcionais, construtivas e de polivalência são ajustadas aos requisitos decorrentes das regras desportivas que enquadram as modalidades desportivas a que se destinam;
- **Instalações desportivas especializadas** – instalações permanentes concebidas e organizadas para a prática de atividades desportivas monodisciplinares, em resultado da sua específica adaptação para a correspondente modalidade ou pela existência de condições naturais do local, e vocacionadas para a formação e o treino da respetiva disciplina;
- **Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo** – instalações permanentes, concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas

O território concelhio dispõe de um total de 872 infraestruturas desportivas de diferentes tipologias (Quadro III.41).

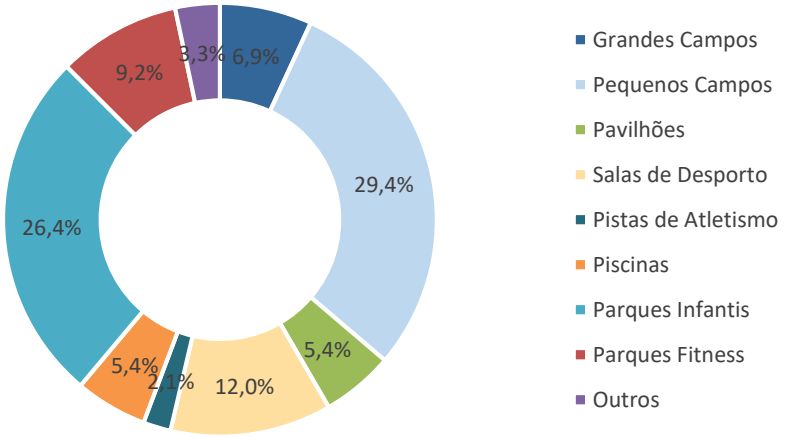
Quadro III.41 | Equipamentos desportivos do concelho de Braga

Tipo de instalação desportiva	N.º
Grandes Campos	60
Pequenos Campos	256
Pavilhões	47
Salas de Desporto	105
Pistas de Atletismo	18
Piscinas	47
Parques Infantis	230
Parques Fitness	80
Outros	29
Total	872

Fonte: Carta Desportiva do Município de Braga; Município de Braga (2014).

No que se refere à distribuição percentual dos equipamentos desportivos existentes por tipologia de instalação, é possível aferir que as mais representativas são os pequenos campos e os parques infantis, com 29% e 26% do seu total (Gráfico III.197).

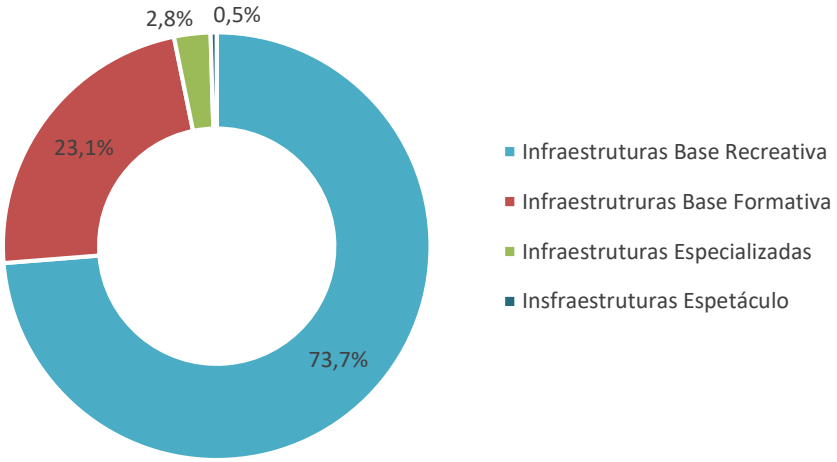
Gráfico III.197 | Distribuição percentual dos equipamentos desportivos do concelho de Braga por tipologia de instalação



Fonte: Carta Desportiva do Município de Braga; Município de Braga (2014).

Quanto à distribuição percentual por tipologia de infraestrutura, a observação do Gráfico III.198 permite constatar que a tipologia predominante é a de base recreativa, com um total de 74% de infraestruturas, seguindo-se a de base formativa, com uma representatividade de 23%.

Gráfico III.198 | Distribuição percentual dos equipamentos desportivos do concelho de Braga por tipologia de infraestrutura



Fonte: Carta Desportiva do Município de Braga; Município de Braga (2014).

Segundo a Carta Desportiva do Município de Braga, a maioria das infraestruturas são de âmbito público (72%) com percentagens relativamente próximas de propriedade ao nível do Município, Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia e outras entidades.

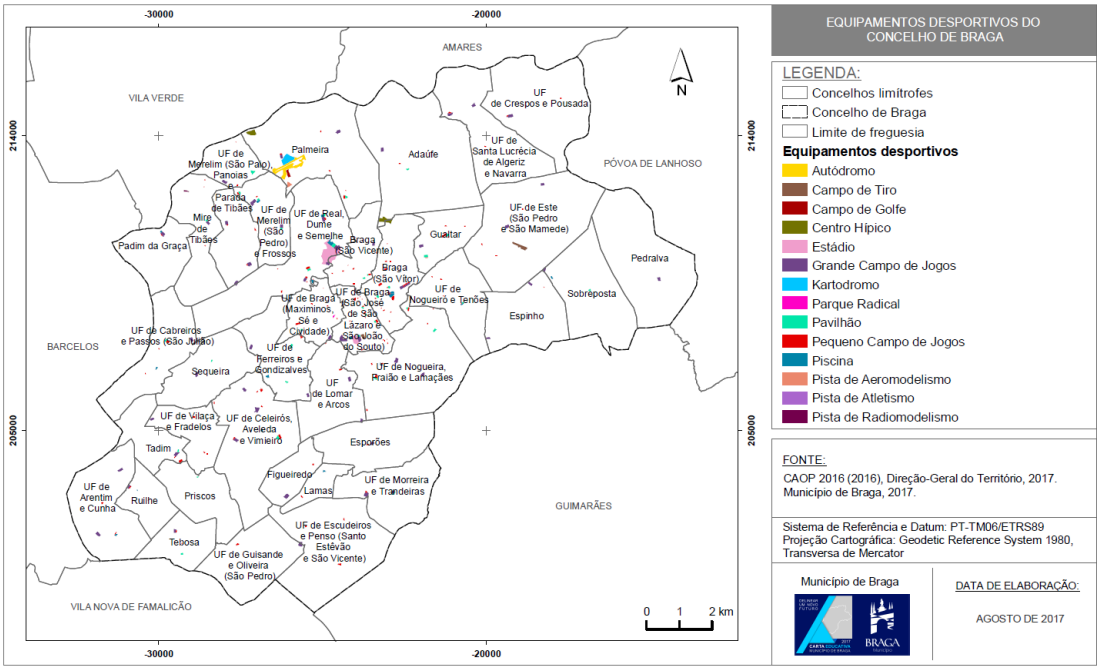
O estado de conservação das infraestruturas desportivas existentes varia essencialmente entre muito bom (47%) e regular (44%).

No que concerne a acessibilidades, 80% das infraestruturas são acessíveis a indivíduos portadores de deficiência motora.

De referir, ainda, que a proporção de infraestruturas ao ar livre (78%) é significativamente mais expressiva comparativamente com as infraestruturas cobertas e encerradas (22%).

Em termos de distribuição geográfica, é no centro do território concelhio que se observa uma maior concentração deste tipo de equipamentos, diminuindo o número à medida que nos deslocamos para as zonas de periferia (Mapa III.15).

Mapa III.15 | Rede de equipamentos desportivos do concelho de Braga



III.5.2. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A cultura tem vindo a assumir um papel de crescente relevância nas cidades e sociedade atuais, havendo a consciência de que uma sociedade com uma maior consciência e prática cultural será uma sociedade cada vez mais desenvolvida.

Os equipamentos culturais existentes no território concelhio contribuem diariamente para proporcionar a todos o acesso à cultura e incutir nos mais jovens o gosto pelo conhecimento e pela fruição cultural, nos seus diferentes modos.

Os equipamentos de cultura correspondem a um conjunto de edificações ou espaços onde se desenvolve uma variedade de eventos culturais, religiosos, arquitetónicos e arqueológicos, sendo o testemunho histórico de cada sociedade. O concelho de Braga dispõe de um variado número destes equipamentos, uns tutelados pela Câmara Municipal, outros pelo Estado e, ainda, outros de propriedade particular, mas que se encontram à disposição do público em geral (Município de Braga, 2015).

No concelho contabilizam-se um total de 22 equipamentos culturais de diferentes tipologias (Quadro III.42).

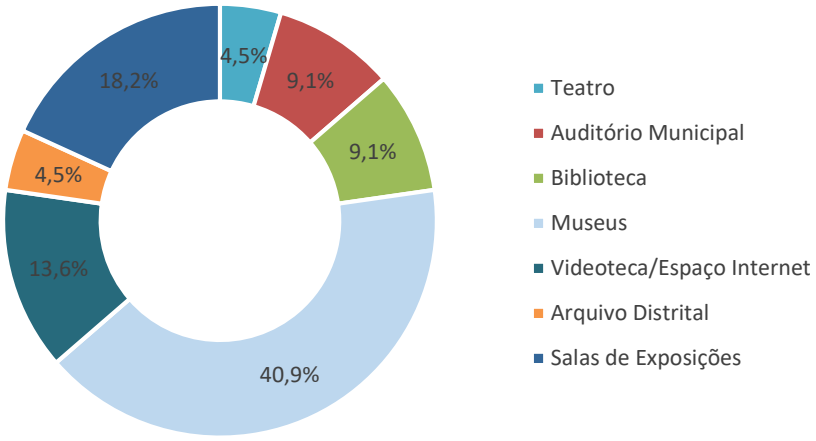
Quadro III.42 | Equipamentos culturais do concelho de Braga

Tipo de equipamento cultural	N.º
Teatro	1
Auditório Municipal	2
Biblioteca	2
Museus	9
Videoteca/Espaço Internet	3
Arquivo Distrital	1
Salas de Exposições	4
Total	22

Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015).

Tal como é possível constatar pela análise do Gráfico III.199, em termos de distribuição percentual dos equipamentos culturais por tipologia, os museus assumem uma maior representatividade, representando quase metade dos equipamentos existentes.

Gráfico III.199 | Distribuição percentual dos equipamentos culturais do concelho de Braga por tipologia



Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015).

TEATRO

O equipamento cultural mais importante e carismático da cidade é o Theatro Circo localizado na freguesia de São João do Souto. Este equipamento consiste na única sala de espetáculo pública do concelho, oferecendo um vasto programa nas áreas da música, teatro e dança. Atualmente, o Theatro Circo é constituído por uma sala principal com capacidade para 899 lugares, um auditório com 236 lugares e uma sala de ensaios.

AUDITÓRIO MUNICIPAL

O território concelhio apresenta dois auditórios municipais: o "Auditório do Parque de Exposições" e o "Auditório Municipal Galécia". O primeiro é de maior dimensão, dispondo de 1204 lugares sentados (892 na plateia e 312 em bancada) estando preparado para receber congressos e espetáculos musicais O segundo, localizado na freguesia de Maximinos, apresenta capacidade para 152 lugares na plateia, estando preparado para receber espetáculos, conferências, congressos e peças de teatro.

BIBLIOTECA E ARQUIVO DISTRITAL

As duas bibliotecas do concelho correspondem à Biblioteca Pública de Braga / Arquivo Distrital (instalados no edifício do antigo Paço Arquiepiscopal) e à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

A Biblioteca Pública de Braga localiza-se em São João do Souto, encontrando-se integrada na Universidade do Minho. O Arquivo Distrital de Braga encontra-se localizado no mesmo edifício da Biblioteca Pública.

A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva está localizada na freguesia de Cividade, constituindo-se como uma biblioteca pública que resultou do investimento da Câmara Municipal de Braga em coordenação com a Universidade do Minho. Esta biblioteca possui igualmente uma sala de exposições e um auditório com capacidade para 160 lugares. O projeto deste equipamento foi concedido de forma não só a preservar, como também a expor os vestígios arqueológicos que foram encontrados no local aquando da construção do imóvel.

Importa ainda referir que muitas freguesias dispõem também de pequenas bibliotecas e/ou espaços de leitura, que também se constituem como importantes polos dinamizadores de cultura.

MUSEU

Tal como mencionado anteriormente, os museus correspondem à tipologia de equipamentos culturais com maior representatividade no concelho, contabilizando-se um total de nove museus. A grande diversidade existente enriquece a diversificação da oferta cultural. Os museus existentes são os que a seguir se apresentam:

- **Museu da Imagem**

Localizado na freguesia da Sé, o Museu da Imagem foi criado em 1999, apresentando um arquivo diversificado de documentos fotográficos que retratam a evolução histórica da cidade de Braga. Neste

local encontram-se depositados os dois mais importantes arquivos fotográficos da cidade: o arquivo da "Foto Aliança" e o arquivo da "Casa Pelicano". Refira-se, ainda, que este equipamento apresenta a possibilidade de realização de exposições fotográficas temporárias.

- **Museu do Mosteiro de São Martinho de Tibães**

O Museu do Mosteiro de São Martinho de Tibães, localizado na freguesia de Mire de Tibães, remonta ao século XI e procura reunir todo o espólio de arte desde a pintura, escultura, obras literárias e arte sacra. Este monumento foi adquirido pelo Estado, em 1986, tendo sido alvo de um profundo projeto de reabilitação, entre os anos de 1994 e 2009.

- **Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa**

Inicialmente designado de Museu de História da Arte e Arqueologia, foi criado em 1918. Nos anos 80 adquiriu a nomenclatura atual, em homenagem ao Arcebispo Bracarense D. Diogo de Sousa. Localizado na freguesia da Cividade, o Museu encontra-se aberto ao público desde 2007, estando vocacionado para a divulgação e exposição de espólio arqueológico compreendido desde o Paleolítico e a Idade Média. Efetua o estudo dos vestígios da presença do império romano na cidade (Bracara Augusta). Este museu integra a rede Portuguesa de Museus e está afeto à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN).

- **Termas Romanas do Alto da Cividade**

Localizadas na Cividades, datam dos séculos I e III depois de Cristo. Estas ruínas são o testemunho das antigas das termas públicas, em resultado da presença romana no concelho. As Termas Romanas estão classificadas como Monumento Nacional desde 1986.

- **Museu dos Biscainhos**

O Museu dos Biscainhos localiza-se na freguesia da Sé, apresentando um espólio maioritariamente constituído por obras de arte decorativas e de pintura e escultura que procuram representar a sociedade nobre portuguesa do século XVII e XVIII. A Casa dos Biscainhos, que acolhe o museu, está classificada como Imóvel de Interesse Público, desde 1949. Encontra-se afeto à DRCN, correspondendo a um importante exemplar da arquitetura civil barroca e possuindo um dos jardins mais representativos da época em Portugal.

- **Museu Nogueira da Silva**

Foi criado em 1975, resultante de um legado deixado à Universidade do Minho, pelo comendador António Nogueira da Silva. Localiza-se em São Lázaro e apresenta um conjunto de obras em diversos domínios entre os quais se destacam a pintura, a escultura, e o mobiliário dos séculos XVI, XVII e XVIII. Para além disso, possui também um espaço destinado à realização de exposições temporárias designado Galeria da Universidade, assim como uma Fototeca que conserva vários arquivos fotográficos.

- **Museu Pio XII**

Pertencente à Arquidiocese de Braga, este museu foi fundado em 1957, inicialmente como Museu de Arqueologia. Localizado na freguesia da Cividade, constitui um museu de arqueologia e de arte sacra, apresentando inúmeras obras em domínios da escultura, pintura, ourivesaria. Este equipamento integra três núcleos museológicos distintos: a Torre Medieval, a Galeria Medina e o Museu Pio XII.

- **Tesouro Museu da Sé Catedral**

Foi inaugurado em 1930, encontrando-se localizado na Sé e instalado na antiga Casa do Cabido. Este museu reúne um importante conjunto de obras de arte sacra. Além da exposição permanente, a visita ao tesouro-Museu da Sé de Braga inclui a visita às capelas e coro alto, às torres e à Sé.

- **Museu Galeria Mário Sequeira**

O Museu Galeria Mário Sequeira, situado em Parada de Tibães, foi inaugurado em 1994. Este espaço encontra-se vocacionado para a apresentação de exposições de arte contemporânea, possuindo dois espaços distintos para exposição.

VIDEOTECA/ESPAÇO INTERNET

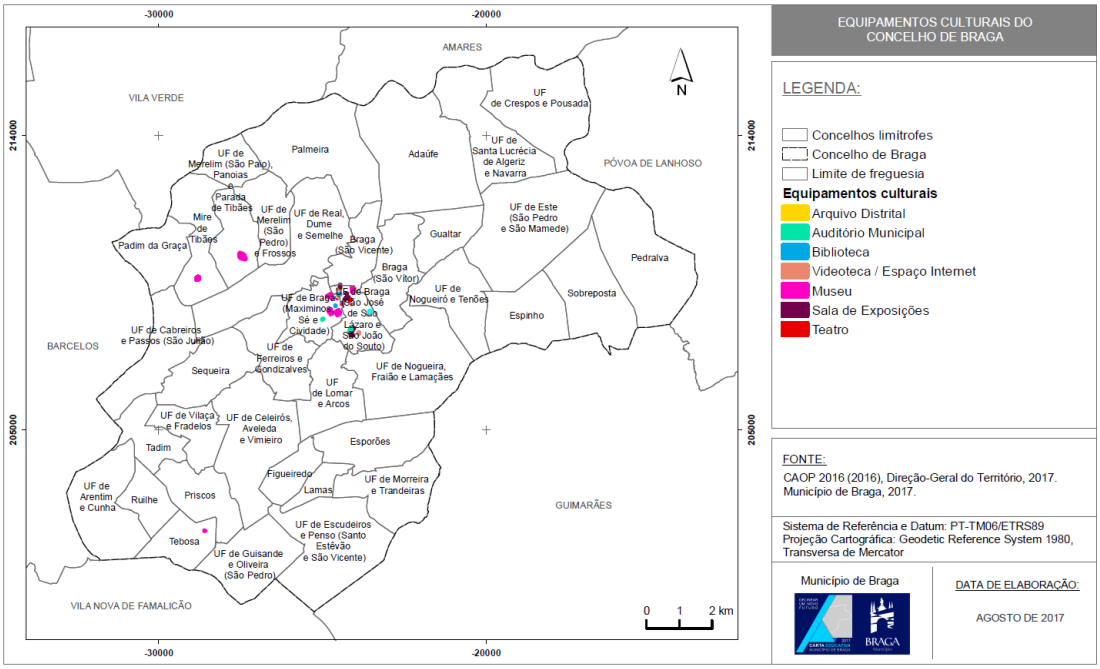
Com o propósito da promoção e divulgação do acesso à internet no território concelhio, a Câmara Municipal criou uma Videoteca Municipal e dois "Espaços Internet". A Videoteca Municipal localiza-se em São Lázaro e os "Espaços Internet" situam-se em São Lázaro e São João do Souto, respetivamente.

SALAS DE EXPOSIÇÕES

O concelho dispõe de quatro salas de exposição temporária, vocacionadas para a apresentação ao público de obras de pintura, escultura ou fotografia, a saber: a Casa dos Coimbras, a Torre de Menagem, a Casa dos Crivos e o Palácio de Exposições Grande Nave. Este último, para além do tipo de exposições mencionadas, promove a realização de eventos económicos, culturais e provas desportivas, consistindo num pavilhão multiusos.

A distribuição espacial dos equipamentos culturais do concelho de Braga evidencia que a grande maioria destes espaços concentram-se nas freguesias do núcleo central da cidade (São Lázaro, Cividade, São João do Souto, Sé e Maximinos) (Mapa III.16). A localização da rede de equipamentos apresenta assim uma relação de interdependência com os locais com maior proporção de residentes. Não obstante, e no sentido de contrariar a info-exclusão e promover o acesso generalizado ao conhecimento, à cultura e à informação, começam a estar disponíveis nas diferentes freguesias espaços onde é possível aceder gratuitamente à internet.

Mapa III.16 | Rede de equipamentos culturais do concelho de Braga



III.5.3. EQUIPAMENTOS DE LAZER

Os equipamentos de lazer afiguram-se fundamentais para o desenvolvimento da convivência urbana e das relações sociais entre indivíduos e consequente aumento da qualidade de vida. Estes espaços são pontos de encontros entre os indivíduos, privilegiando o contacto com o ambiente natural, e disponibilizando locais saudáveis para ocupar os tempos livres. Simultaneamente, tendem a desempenhar um papel estruturante do espaço urbano, permitindo uma relação harmoniosa entre espaço natural e construído, sendo fundamentais para o equilíbrio ecológico e ambiental (Município de Braga, 2015).

No conjunto dos equipamentos de recreio e lazer incluem-se os parques infantis e os circuitos de manutenção, de âmbito local, e infraestruturas como a quinta pedagógica, a praia fluvial, o parque público e o parque de lazer e merendas, de âmbito mais concelhio. Entre as diferentes tipologias de equipamentos de recreio e lazer existentes, o concelho de Braga regista a existência de um total de 123 equipamentos (Quadro III.43).

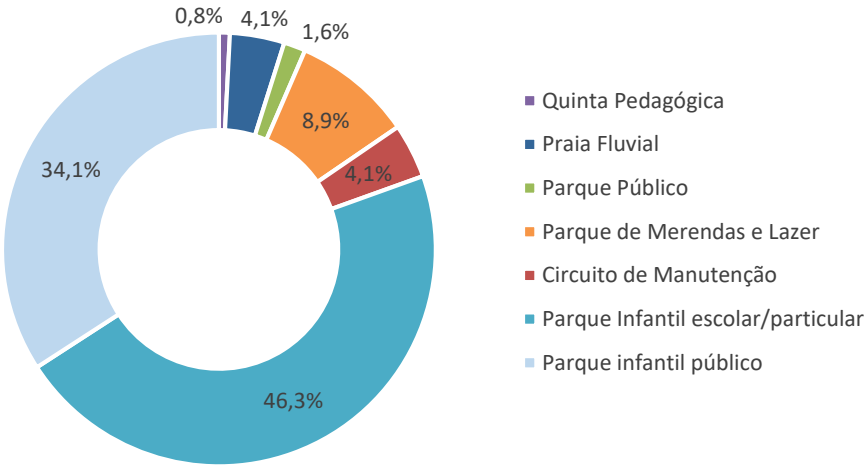
Quadro III.43 | Equipamentos de recreio e lazer do concelho de Braga

Tipo de equipamento de recreio e lazer	N.º
Quinta Pedagógica	1
Praia Fluvial	5
Parque Público	2
Parque de Merendas e Lazer	11
Circuito de Manutenção	5
Parque Infantil escolar/particular	57
Parque infantil público	42
Total	123

Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015) (adaptado).

Analisando a distribuição percentual dos equipamentos de recreio e lazer pelas diferentes tipologias existentes, é possível aferir que a maior representatividade recai sobre os parques infantis que no seu conjunto, entre os de natureza escolar/particular e os públicos, perfazem cerca de 80% do total dos equipamentos (Gráfico III.200).

Gráfico III.200 | Distribuição percentual dos equipamentos de recreio e lazer do concelho de Braga por tipologia



Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015) (adaptado).

QUINTA PEDAGÓGICA

O território concelhio dispõe de uma Quinta Pedagógica, localizada em Real e que foi instalada numa antiga quinta rural. Para além de constituir um equipamento de recreio e lazer, este é também um espaço pedagógico.

Com efeito, assume como objetivos a divulgação, no meio infantil e juvenil e na comunidade educativa do 1.º ciclo, da vida rural do Minho permitindo um contacto com a terra e com os animais típicos de tal ambiente (Município de Braga, 2015).

Este espaço encontra-se aberto ao público em geral aos fins-de-semana e feriados, constituindo um espaço de lazer e de recreio para os cidadãos, contemplando valências como parque de merendas, confeção alimentar e laboratório de experiencias ambientais.

PRAIA FLUVIAL

No concelho existem cinco praias fluviais, nomeadamente de Merelim São Paio, Adaúfe, Navarra, Cavalinho de Crespos e, ainda, a área de lazer da Ponte do Bico. Estas praias fluviais têm em comum o curso de água que aproveitam, designadamente o rio Cávado.

PARQUE PÚBLICO

Os parques públicos são áreas de dimensão significativa acessíveis ao público e que possuem um conjunto de espécies arbóreas diversificadas. São espaços adaptados para os usos de recreio como passeio e atividade desportiva, constituindo elementos fundamentais para o aumento da qualidade ambiental, reduzindo os ruídos e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar.

São locais importantes para a convivência entre os indivíduos de diferentes gerações, assumindo-se como um ponto de encontro e de vivência social.

No território concelhio existem dois parques públicos de dimensão significativa, um localizado no centro urbano (Parque Urbano São João da Ponte) e outro que se encontra fora do núcleo urbano, na área do Santuário do Bom Jesus (Parque da Mata do Bom Jesus). Estes espaços, pela sua dimensão, apresentam uma área de influência mais abrangente, atraindo indivíduos de todas as freguesias do concelho, e de concelhos vizinhos (Município de Braga, 2015).

PARQUE DE MERENDAS E LAZER

Para além dos parques públicos anteriormente referidos, o concelho conta ainda com um total de dez parques de merendas ou de lazer, que apesar de uma dimensão menos expressiva, assumem também um papel relevante no concelho, nomeadamente a nível social. Estes espaços apresentam uma relevância importante para a vivência social e de identificação cultural de cada freguesia.

CIRCUITO DE MANUTENÇÃO E PARQUE INFANTIL

O concelho dispõe ainda de um conjunto de circuitos de manutenção e parques infantis distribuídos geograficamente pelo território.

III.6. ACESSIBILIDADES E REDE DE TRANSPORTES MUNICIPAL

Neste capítulo procede-se a uma abordagem sucinta à rede viária municipal, assim como às acessibilidades em termos de rede de transportes públicos de passageiros e ao tempo de deslocação entre as principais localidades e a sede do concelho de Braga.

De forma a melhor caraterizar a acessibilidade e os fluxos populacionais no território concelhio, são ainda analisados os movimentos inter e intraconcelhios, particularmente os respeitantes à população residente empregada ou estudante.

III.6.1. REDE VIÁRIA

A rede viária constitui um dos elementos estruturantes de um território. De facto, como infraestruturas de suporte à circulação de pessoas, bens e serviços, representam um fator determinante para o desenvolvimento social, económico e cultural da população das áreas que servem. A sua importância é também de grande relevo no universo educativo de Braga, pelo que é fulcral a sua abordagem no âmbito da revisão da Carta Educativa, de forma a disponibilizar uma leitura breve e simplificada acerca da rede viária que atravessa o concelho de Braga.

REDE RODOVIÁRIA

A rede rodoviária nacional é constituída por dois tipos de redes, nomeadamente a Rede Fundamental que integra todos os Itinerários Principais (IP), e pela Rede Complementar, composta pelos Itinerários Complementares (IC), Estradas Nacionais (EN) e Estradas Regionais (ER).

As vias integradas na Estrutura Viária Fundamental e Complementar garantem as acessibilidades, a mobilidade à escala nacional e a aproximação e ligação com as regiões circundantes. São vias que se distinguem das restantes devido à sua forte capacidade de escoamento de trânsito e ao maior grau de acessibilidade que lhes está associado, constituindo eixos de ligação com o exterior.

A constituição da rede rodoviária nacional com incidência no concelho de Braga é apresentada no Quadro III.44.

Quadro III.44 | Rede rodoviária nacional que incide do concelho de Braga

Hierarquia		Designação
Rede Nacional	Rede Nacional Fundamental	IP1 (A3); IP9 (A11)
	Rede Nacional Complementar	IC14; (A11)
	Rede Nacional	EN14; EN101; EN103; EN201
	Rede Regional	EN205; EN205-4

Hierarquia		Designação
	Rede Desclassificada	Troço da EN-101; Troço da EN-103; EN103-2; EN103-3; EN205-4; EN309; EN585
	Variantes[17]	Circular Sul; Circular Norte; Variante à EN101/201

Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015).

A rede rodoviária municipal do concelho de Braga é constituída pelas Estradas Municipais (EM), pelos Caminhos Municipais (CM), (que englobam os caminhos municipais e os caminhos vicinais), pelas Variantes Municipais (a Avenida do Estádio, Variante de Real, Variante Sul, Variante da Encosta, a Variante do Fojo e a Via do Alto da Vela). Esta rede integra também a rede de acessibilidade interna que assegura todas as funções urbanas e fluxos locais de estacionamento e acesso às áreas habitacionais.

No Quadro III.45, encontram-se identificadas as vias que constituem a rede rodoviária municipal do concelho de Braga.

Quadro III.45 | Rede rodoviária municipal do concelho de Braga

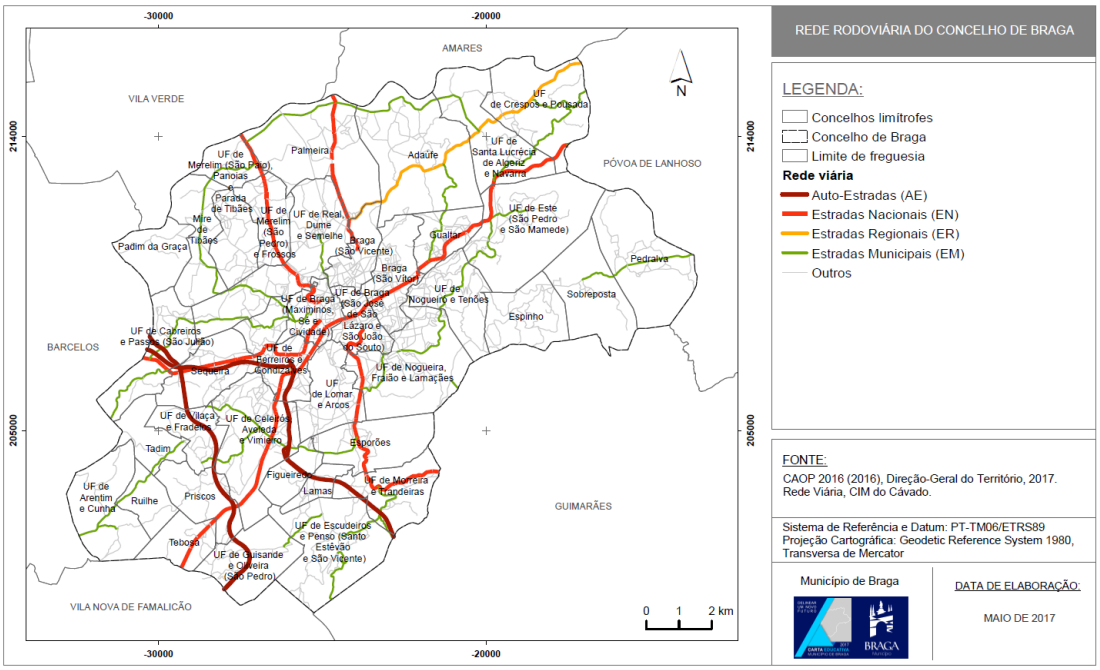
Hierarquia		Designação
Rede Municipal	**Estradas Municipais**	EM561; EM562; EM562-1; EM563; EM564; EM565;EM569; EM569-1; EM584; EM584-1; EM-587; EM588; EM588-1; EM589; EM590; EM591; EM591-1; EM594; EM-597; EM627; EM628
	Caminhos Municipais	CM1084; CM1221; CM127-1; CM1277; CM1277-2; CM1278; CM1278-1; CM1278-2; CM1278-3; CM1279; CM1280; CM1281; CM1281-1; CM1282; CM1282-1; CM1282-2; CM1283; CM1283-1; CM1283-2; CM-1284; CM1285; CM1286; CM1286-1; CM1286-2; CM1287; CM1288; CM1289; CM1289-1; CM1290; CM1291; CM1292; CM1293; CM1294; CM1295; CM1296; CM1296-3; CM1297; CM1298; CM1299; CM1299-1; CM1300; CM1301; CM1302; CM1302-1; CM1303; CM1303-1; CM1303-2; CM1304; CM1305; CM1306; CM1307; CM1308; CM1308-1; CM1309; CM1310; CM1311; CM1312; CM1313; CM1313-1; CM1314; CM1314-1; CM1315; CM1316; CM1316-1; CM1317; CM1318; CM1319; CM1319-1; CM-1320; CM1321; CM1321-1; CM1322; CM1322-1; CM1323; CM1324; CM1325; CM1325-1; CM1325-2; CM1326; CM1326-1; CM1327; CM1328; CM1329; CM1330; CM1331; CM1332; CM1333; CM1333-1; CM1333-2; CM1334; CM1335; CM1336; CM1336-1; CM1337; CM1338; CM1338-2; CM1339; CM1340; CM1340-1; CM1341; CM1341-1; CM1343; CM1343-1; CM1343-2; CM1344; CM1345; CM1346; CM1347; CM1348; CM1349; CM1489
	Variantes Municipais	Variante Sul, Variante do Fojo, Variante de Real; Avenida do Estádio; Via do Alto da Vela; Variante da Encosta
	Estradas Municipalizadas	Troços da EN14; EN103; EN 201: EN101; EN-585

Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015).

A rede rodoviária do concelho de Braga encontra-se representada espacialmente no Mapa III.17.

[17] Variantes ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 222/98 de 17 de julho.

Mapa III.17 | Rede rodoviária do concelho de Braga



REDE FERROVIÁRIA

O território concelhio está também ligado à rede ferroviária nacional, através do ramal de Braga (Quadro III.46), que apresenta cerca de 15,5 km de extensão. Este ramal corresponde a um troço ferroviário que estabelece a ligação entre Nine e Braga, permitindo a ligação entre Braga e Porto (em conjunto com a Linha do Minho).

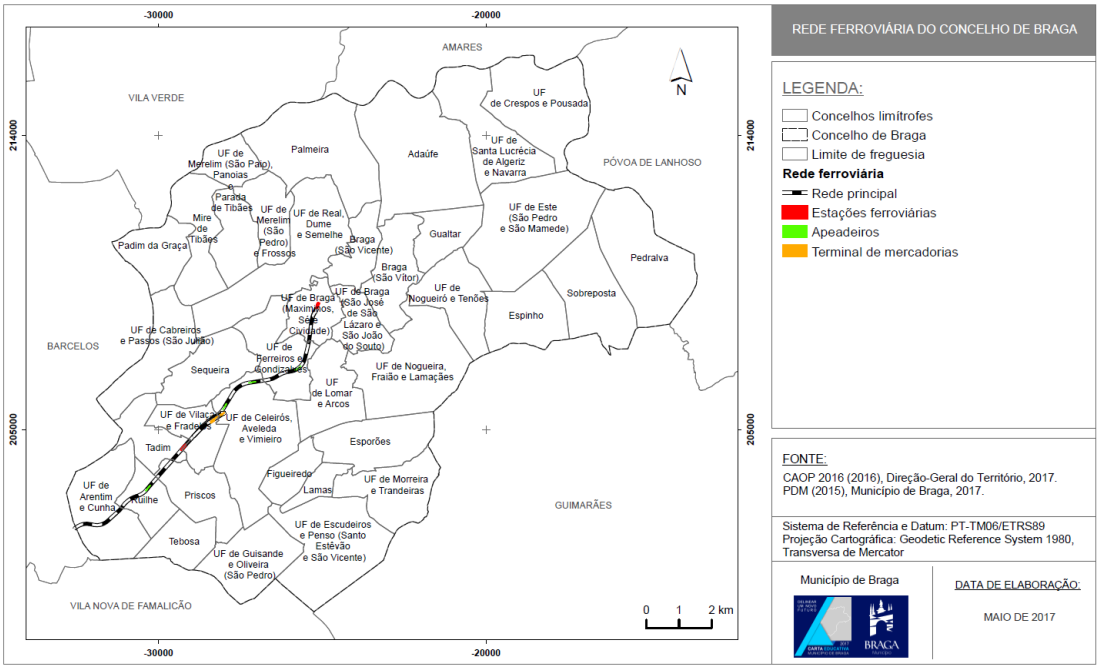
Quadro III.46: Quadro resumo das características do ramal de Braga

Ramal de Braga	
Extensão (km)	15,5
Tipologia das vias	Via dupla
Gabaritos	PTb+(CPB+)
Cargas máximas	D4
Regimes de exploração	Cantonamento automático puro (RCAP)
Sistemas controlo velocidade	Tipo Ericab
Comunicações solo-comboio	RSC c/tr, dados
Linhas eletrificadas	25.5000 V

Fonte: Diretório da Rede 2018; Infraestruturas de Portugal, I.P. (2016).

No concelho de Braga, para além da estação principal (Braga), existem ainda duas estações (Tadim e Arentim), e quatro apeadeiros (Ferreiros, Aveleda, Ruílhe e Mazagão), tal como se representa espacialmente no Mapa III.18.

Mapa III.18 | Rede ferroviária do concelho de Braga



III.6.2. ACESSIBILIDADES

Em termos de acessibilidades, importa atender e analisar a rede de transportes públicos de passageiros, assim como proceder a uma breve abordagem aos tempos de deslocação (centralidades). Estes indicadores permitem aferir sobre das dinâmicas e fluxos populacionais concelhios, assim como acerca as possibilidades dos residentes em termos de acessibilidades.

III.6.2.1. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS

Os transportes coletivos representam um papel fulcral no planeamento e ordenamento do território, pois a existência de uma rede de transportes sustentável, eficaz e capaz de servir as necessidades da população residente e da população que se desloca ao concelho para os mais diversos fins (trabalhar, estudar, ou outro) é primordial para garantir uma melhoria da qualidade de vida no que diz respeito à equidade da mobilidade populacional.

No que se refere à rede de oferta de transportes coletivos no território concelhio, esta é diversificada em termos modais (ferroviário e rodoviário), de serviços (longo curso, regionais e urbanos) durante a semana

e fim-de-semana. De referir que os serviços urbanos asseguram a cobertura da totalidade do concelho. À escala supramunicipal a oferta de transporte coletivo rodoviário é diversificada, destacando-se, pela sua dimensão, o operador Transdev (Município de Braga, 2015).

Apesar da oferta de transporte coletivo corresponder adequadamente à procura e de existir um grande número de passageiros cativos, a falta de articulação física e bilhética dos modos, a qualidade dos serviços e paragens e o tempo médio de viagem em transporte coletivo tornam este modo de transporte menos competitivo face ao transporte individual.

Ainda ao nível do transporte público de passageiros, uma mais efetiva articulação entre os modos rodoviário e ferroviário afigura-se de relevo, no sentido de garantir a respetiva intermodalidade (Município de Braga, 2015).

MODO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

No território concelhio, o transporte rodoviário é dividido entre o operador público – Transportes Urbanos de Braga (TUB), que ainda só opera dentro do concelho, e outros operadores privados que asseguram as ligações aos concelhos limítrofes. Do sistema de transporte público faz ainda parte o serviço de táxi (Município de Braga, 2015).

Em termos de transportes urbanos, os TUB operam no território concelhio disponibilizando 73 linhas regulares e um total de 1816 paragens, perfazendo cerca de 300 km de rede que servem todas as freguesias do concelho[18]. A estas linhas acrescem ainda outras que servem escolas e fábricas.

A rede de transportes urbanos é, essencialmente, radial e converge no centro da cidade. Dado que, tal como já se referiu, esta rede serve todas as freguesias do concelho, revestem-se de particular importância as linhas diametrais, que permitem reduzir a necessidade de transbordos no centro da cidade e como tal são mais atrativas e mais cómodas para a população.

De acordo com o Relatório de Revisão do PDM de Braga (2015), os maiores polos geradores de mobilidade no concelho são a Estação dos Caminhos-de-ferro, a Estação Rodoviária, o Hospital, a Universidade do Minho e o próprio Centro Histórico, os quais têm vindo a registar uma procura crescente.

No que concerne aos transportes extra-urbanos, as ligações aos concelhos limítrofes são asseguradas, tal como já se referiu, por operadores privados. Estes operadores garantem, inclusivamente, a ligação direta ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Numa ótica de complementaridade e organização dos serviços disponibilizados, a harmonização entre os diferentes operadores, particularmente no que respeita à relação dos TUB com outros operadores de transportes coletivos, revela-se fundamental.

[18] Informação disponível no sítio Internet dos TUB (http://www.tub.pt)

MODO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

O concelho de Braga está ligada à rede ferroviária nacional dispondo de ligações diárias ao Porto e a Lisboa. O transporte coletivo ferroviário, nas situações que não contemplam transbordos, apresenta tempos de viagem bastante competitivos. Em contrapartida, os tempos de viagem são bastante penalizados nas situações que carecem de transbordos, como são ocaso das ligações Braga-Barcelos e Guimarães-Braga (Município de Braga, 2015).

Este modo de transporte, segundo o Relatório de Revisão do PDM de Braga (2015), beneficiaria da devida articulação intermodal com os restantes modos de transporte, nomeadamente o rodoviário, o pedonal e o ciclável. Deste modo, seria garantida uma abordagem holística do transporte público, aumentando o universo de utilizadores e permitindo fazer face ao transporte individual. Para além disso, a população beneficiaria da relação de complementaridade entre a rapidez e comodidade do transporte ferroviário e a capilaridade do transporte rodoviário.

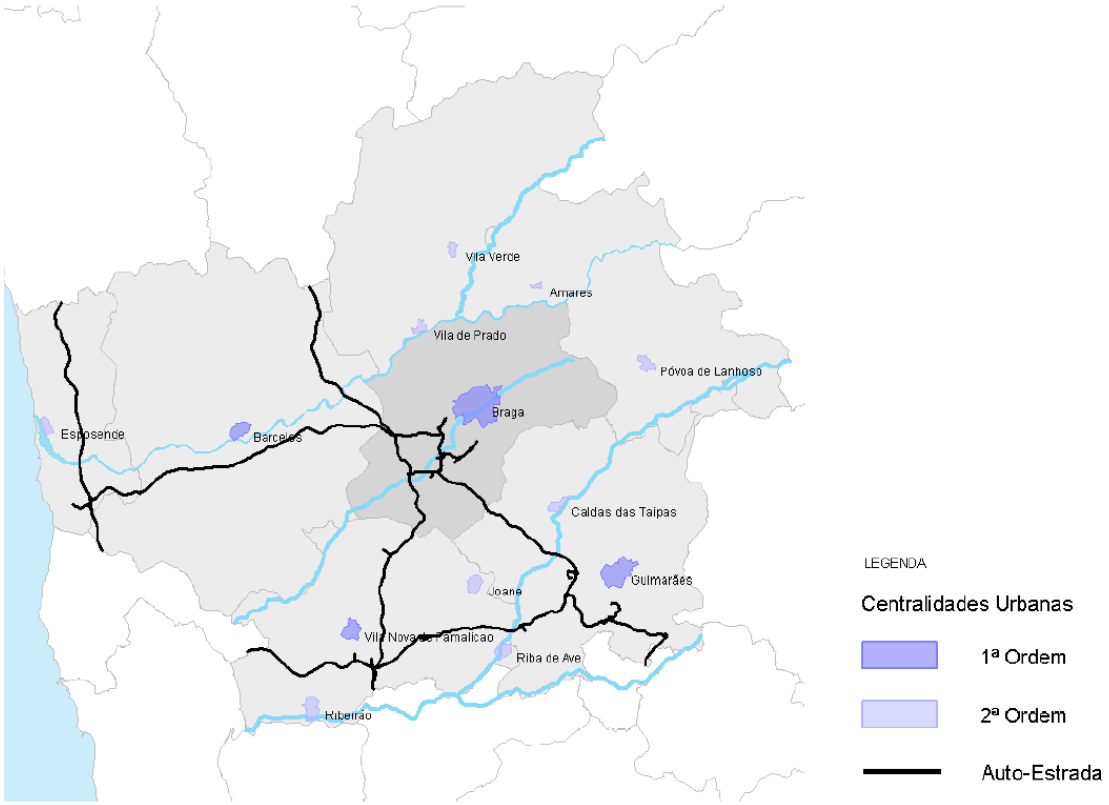
III.6.2.2. TEMPOS DE DESLOCAÇÃO – CENTRALIDADES

A análise das acessibilidades, mais concretamente da centralidade e dos tempos de deslocação entre as principais localidades e a sede do concelho de Braga constitui um aspeto relevante a considerar no âmbito da revisão da Carta Educativa de Braga.

Para além de desempenhar um papel fundamental no sistema urbano, em termos de organização, conexão e coesão territorial, a acessibilidade tem implicações diretas no tempo de deslocação entre as residências e os locais de trabalho e estudo da população, sendo determinante para a organização da rede escolar municipal.

No que concerne às centralidades urbanas, em termos de enquadramento regional, o concelho de Braga destaca-se quer pela dimensão quer pelo modelo centrípeto que o define (Município de Braga, 2015). Efetivamente, no território concelhio os principais assentamentos urbanos surgem em continuidade com o seu centro nevrálgico, ao contrário de outros espaços territoriais que são polarizados por vários centros de 2ª ordem (Figura III.1).

Figura III.1 | Enquadramento regional do concelho de Braga e respetivas centralidades urbanas



Fonte: Relatório de Revisão do PDM de Braga; Município de Braga (2015).

O concelho de Braga assume-se, assim, como um espaço privilegiado em termos de centralidade e, portanto, como polo aglutinador da região. Para tal contribuem um conjunto de elementos polarizadores a uma escala supramunicipal, de entre os quais se destacam os equipamentos de educação, particularmente os de ensino superior e investigação.

Relativamente aos tempos de deslocação, optou-se por incidir a análise sob os movimentos intraconcelhios, nomeadamente entre as principais localidades e o centro do concelho. A análise realizada neste ponto visa constituir um referencial e proporcionar uma perceção global da ordem de grandeza da duração de tais movimentos, pelo que não consiste num estudo exaustivo.

Para se proceder à análise suprarreferida, efetuou-se um levantamento do tempo necessário, com recurso ao automóvel, para aceder ao centro do concelho, tendo como ponto de partida as principais localidades. Este procedimento foi realizado através da aplicação *ViaMichelin* (*versão 16.1*, de março de 2016). A opção pelo automóvel como meio de transporte de referência justifica-se pelo facto de este ser a mais representativo ao nível dos movimentos pendulares da população residente empregada e estudante.

No que respeita aos valores determinados, importa referir que estes não preveem congestionamentos de trânsito e pressupõem o cumprimento dos limites de velocidades impostos pela Lei, servindo assim de referência.

Quadro III.47 | Distância e tempo de deslocação aproximada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga

Localidade	Distância (km)	Tempo de deslocação (min)
Adaúfe	6,0	16
Arcos	5,0	14
Arentim	12,6	26
Aveleda	7,9	18
Braga (Maximinos)	3,3	12
Braga (São José de São Lázaro)	1,6	7
Braga (São Vicente)	1,3	7
Braga (São Vítor)	3,5	9
Cabreiros	9,2	20
Celeirós	8,5	16
Crespos	11,3	23
Cunha	14,2	29
Dume	4,7	11
Escudeiros	10,9	24
Espinho	9,1	21
Esporões	6,4	17
Este (São Mamede)	6,9	16
Este (São Pedro)	5,8	15
Ferreiros	3,5	12
Figueiredo	7,8	20
Fradelos	9,8	21
Fraião	3,3	12
Frossos	6,3	13
Gondizalves	5,9	14
Gualtar	4,7	14
Guisande	10,5	23
Lamaçães	4,1	14
Lamas	8,5	20
Lomar	4,2	15
Merelim (São Paio)	9,3	18
Merelim (São Pedro)	7,1	15
Mire de Tibães	6,4	18
Morreira	8,6	20
Navarra	9,6	24
Nogueira	3,9	15

Localidade	Distância (km)	Tempo de deslocação (min)
Nogueiró	5,4	15
Oliveira (São Pedro)	13,1	21
Padim da Graça	7,3	20
Palmeira	7,0	14
Panoias	5,6	17
Parada de Tibães	5,4	16
Passos (São Julião)	8,9	18
Pedralva	12,9	25
Penso (Santo Estêvão)	9,0	21
Penso (São Vicente)	9,5	21
Pousada	12,3	25
Priscos	12,3	20
Real	2,8	11
Ruilhe	12,3	26
Santa Lucrécia de Algeriz	10,3	21
Semelhe	5,0	16
Sequeira	7,0	16
Sobreposta	11,3	23
Tadim	10,1	22
Tebosa	13,0	21
Tenões	4,6	13
Trandeiras	7,3	19
Vilaça	8,8	19
Vimieiro	11,7	20

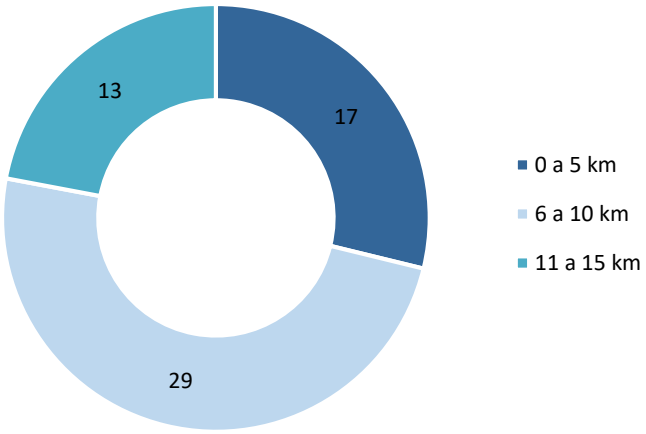
Fonte: *ViaMichelin* (*versão 16.1*, de março de 2016)

No que respeita às distâncias (km) a partir do acesso pela rede viária ao centro de Braga, é possível verificar que a localidade mais distante é Cunha, situada a cerca de 14 km, seguindo-se Arentim, Pedralva, Tebosa e Oliveira (São Pedro), a aproximadamente 13 km. Em termos de tempos de deslocação, é também a localidade de Cunha que apresenta o maior tempo de deslocação ao centro de Braga, estimando-se que o percurso tenha uma duração de cerca de 29 minutos. A esta localidade, seguem-se Arentim e Ruilhe com tempos de deslocação de cerca de 26 minutos.

De forma a possibilitar uma melhor perceção das escalas de distância e tempo em causa e da respetiva representatividade, estabeleceram-se três classes de distância (0 a 5 km, 6 a 10 km e 11 a 15 km) e cinco classes para os tempos de deslocação (0 a 10 minutos, 11 a 15 minutos, 16 a 20 minutos, 21 a 25 minutos e 26 a 30 minutos).

Relativamente à distância, a classe entre os 6 km e os 10 km é a mais representativa, enquadrando um total de 29 localidades. Segue-se a classe até aos 5 km, que abarca 17 localidades, e, por fim, a classe entre os 11 e os 15 km, que representa 13 localidades do concelho (Gráfico III.201).

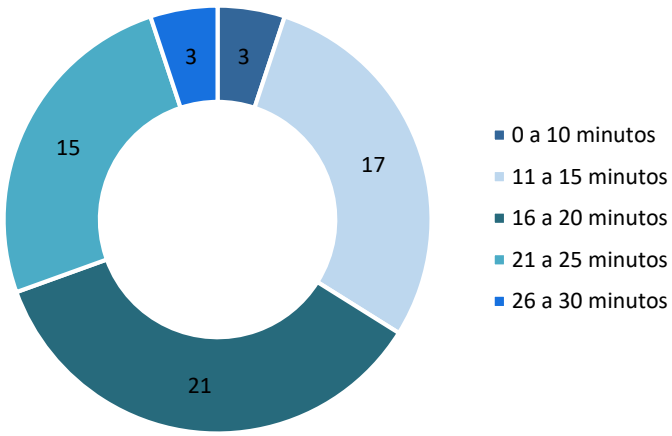
Gráfico III.201 | Distância aproximada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga



Fonte: *ViaMichelin* (*versão 16.1*, de março de 2016)

Quanto ao tempo de deslocação ao centro do concelho, a classe dos 16 aos 20 minutos é a que adquire maior representatividade, enquadrando um total de 21 localidades. Seguem-se a classe dos 11 aos 15 minutos, com 17 localidades e a classe dos 21 aos 25 minutos, que abarca 15 localidades (Gráfico III.202).

Gráfico III.202 | Tempo de deslocação estimada entre as principais localidades e o centro do concelho de Braga



Fonte: *ViaMichelin* (*versão 16.1*, de março de 2016)

As classes de menor duração (0 a 10 minutos) e de maior duração (26 a 30 minutos) são, por sua vez, as menos representativas, enquadrando apenas 3 localidades cada uma.

III.6.3. MOBILIDADE INTER E INTRACONCELHIA

A análise da mobilidade e dos movimentos inter e intraconcelhios permite perceber o modo como os residentes no concelho de Braga se deslocam dentro e fora do território concelhio, quais as freguesias que se tornam recetoras dos maiores fluxos populacionais, funcionando como polos atrativos, e, ainda, quais os transportes pelos quais optam nos movimento pendulares e os respetivos tempos de deslocação. Uma análise exaustiva daria origem a um estudo de mobilidade, o que não é objetivo da Carta Educativa.

Para o efeito, recorreu-se aos indicadores estatísticos disponibilizados pelo INE, referentes ao XV Recenseamento Geral da População e Habitação (ano de 2011), designadamente no que se refere às seguintes variáveis:

- População residente empregada ou estudante, segundo o local de trabalho ou estudo (informação desagregada à escala da freguesia);
- População residente empregada ou estudante, segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo (informação desagregada à escala da freguesia);
- População residente empregada ou estudante, segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo (informação desagregada à escala da freguesia).

A primeira variável, concernente ao local de trabalho ou estudo, a sua análise permite-nos aferir qual o volume de residentes que trabalham ou estudam na mesma freguesia em que residem, que se deslocam para outra freguesia do município para efeitos de trabalho ou estudo (deslocações intraconcelhias) ou que, pelos mesmos motivos, se deslocam para outro concelho (deslocações interconcelhias) ou para o estrangeiro.

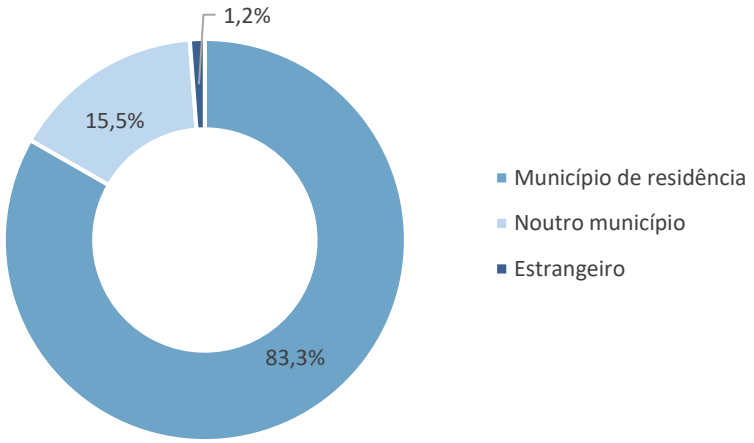
Em 2011, a população ativa no concelho de Braga representava mais de metade da população residente (52,02%), o equivalente, em termos absolutos, a 94411 residentes. Destes, 81971 residentes (86,82%) encontram-se empregados e os restantes 1244 (13,18%) enfrentam uma situação de desemprego.

Quanto à população estudante, no mesmo ano, esta representa 24,03% da população residente, o correspondente, em termos absolutos, a 39463 indivíduos.

No seu conjunto, a população residente empregada e a população estudante representam quase três quartos (73,96%) do total da população residente no território concelhio.

Analisando o local de trabalho ou estudo da população residente empregada ou estudante, é possível constatar que as deslocações intraconcelhias são predominantes (Gráfico III.203). Com efeito, a população residente empregada ou estudante no concelho (83,3%) é expressivamente superior à que exerce estas atividades noutro município (15,5%) ou no estrangeiro (1,2%).

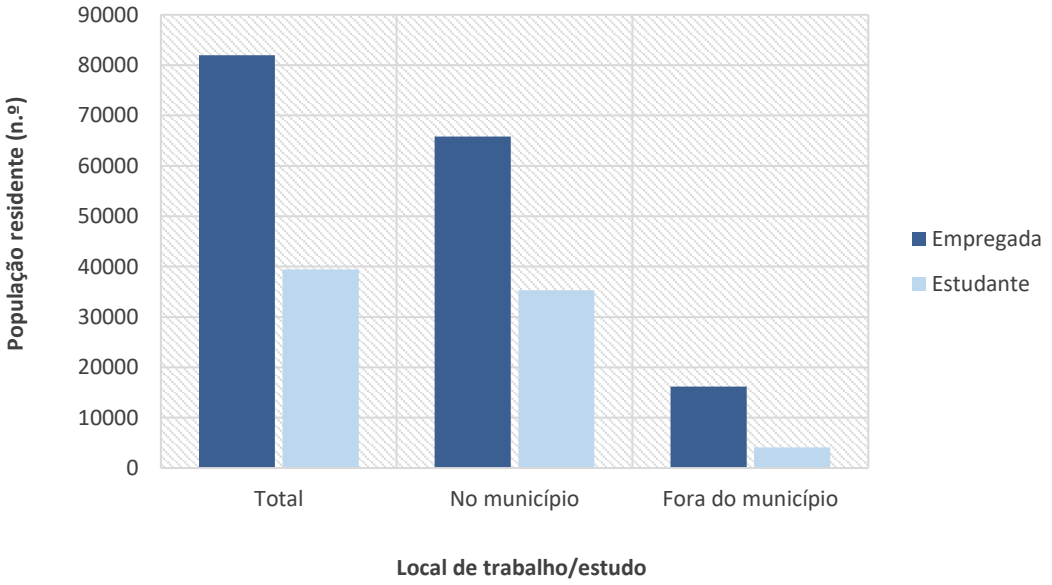
Gráfico III.203 | População residente empregada ou estudante no concelho de Braga, por local de trabalho ou estudo (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Quando analisada individualmente a população empregada e estudante, verifica-se que a realidade apresentada anteriormente é transversal à população empregada e estudante, uma vez que os locais de trabalho ou estudo se localizam, preferencialmente, no município (Gráfico III.204).

Gráfico III.204 | População residente empregada ou estudante no concelho de Braga, por local de trabalho ou estudo (dentro ou fora do município) (2011)



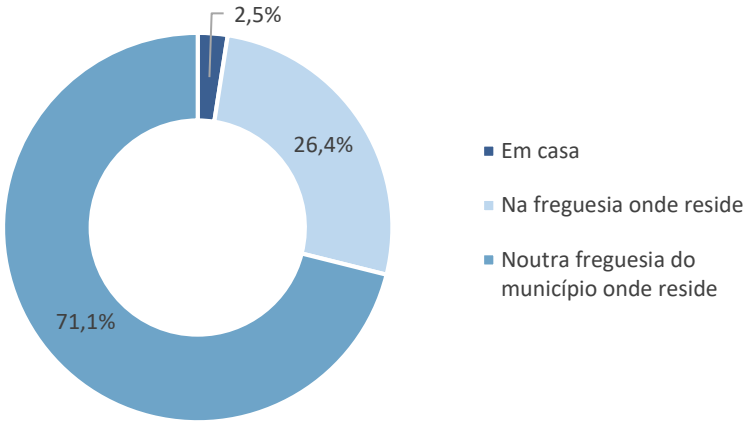
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Em termos de população empregada, do total de 81971 residentes nesta condição, 80,3% exerce a sua atividade profissional no município, enquanto os restantes 19,7% se desloca para fora do município pelo mesmo motivo. Relativamente à população estudante, a significância percentual dos que exercem esta

atividade no município é ainda mais expressiva, com 89,5% a estudar no município e apenas 10,5% a estudar fora do município.

Quanto aos residentes empregados ou estudantes no concelho de Braga, a maior proporção trabalha ou estuda noutra freguesia, mais concretamente 71,1% (71905 indivíduos), seguindo-se os que estudam ou trabalham na freguesia onde residem, com um valor percentual de 26,4% (26723 indivíduos). A população residente cujo local de exercício de atividade profissional é a própria casa é a menos representativa, dado que apenas 2,5% do total de empregados ou estudantes residentes no município se encontram nessas circunstâncias, o equivalente, em termos absolutos, a 2497 residentes (Gráfico III.205).

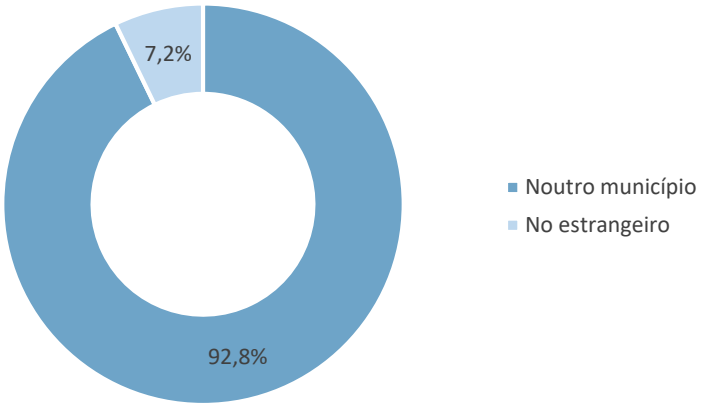
Gráfico III.205 | População residente empregada ou estudante concelho de Braga, cujo local de trabalho ou estudo é no município (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

No que respeita à população residente no concelho de Braga empregada ou estudante fora do município, no ano de 2011, cerca de 92,8% (18850 indivíduos) fazem-no noutro município e os restantes 7,2% (1459 indivíduos) trabalha ou estuda no estrangeiro (Gráfico III.206).

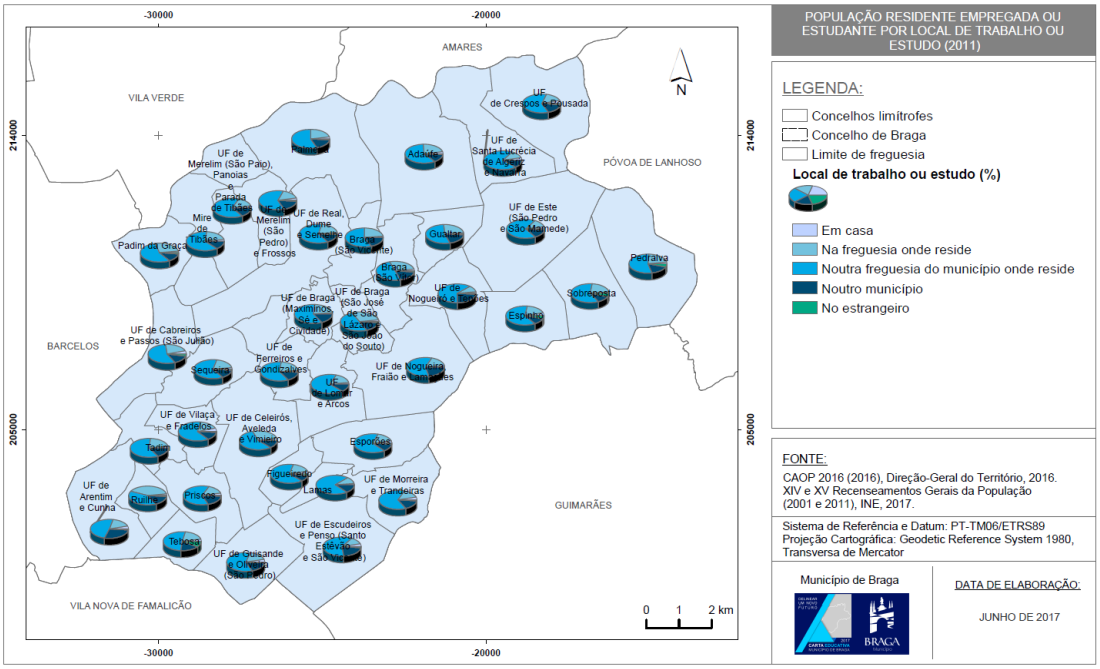
Gráfico III.206 | População residente empregada ou estudante concelho de Braga, cujo local de trabalho ou estudo é fora do município (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

A distribuição da população residente empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo (dentro ou fora do município), em função da freguesia de residência, encontra-se evidenciada no Mapa III.19 e no Quadro III.48

Mapa III.19 | População residente empregada ou estudante por local de trabalho ou estudo (2011)



Quadro III.48 | População residente no concelho de Braga, empregada ou estudante (n.º e %), segundo o local de trabalho ou estudo (2011)

Freguesia	Local de trabalho ou estudo									
	Em casa		Na freguesia onde reside		Noutra freguesia do município		Noutro município		No estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Adaúfe	63	2,69	548	23,36	1439	61,34	272	11,59	24	1,02
Braga (São Vicente)	130	1,46	2061	23,14	5188	58,26	1456	16,35	70	0,79
Braga (São Vítor)	409	2,04	5945	29,61	10007	49,85	3451	17,19	263	1,31
Espinho	28	3,49	150	18,70	517	64,46	74	9,23	33	4,11
Esporões	32	2,84	183	16,22	778	68,97	121	10,73	14	1,24
Figueiredo	26	3,18	140	17,14	564	69,03	69	8,45	18	2,20
Gualtar	58	1,57	916	24,78	2030	54,92	654	17,69	38	1,03
Lamas	9	1,52	54	9,14	454	76,82	69	11,68	5	0,85
Mire de Tibães	38	2,39	334	21,01	1029	64,72	180	11,32	9	0,57
Padim da Graça	19	1,92	280	28,31	558	56,42	117	11,83	15	1,52
Palmeira	86	2,35	829	22,64	2101	57,39	596	16,28	49	1,34
Pedralva	13	1,91	151	22,14	381	55,87	109	15,98	28	4,11
Priscos	23	2,65	125	14,40	565	65,09	146	16,82	9	1,04
Ruílhe	15	2,09	305	42,42	289	40,19	102	14,19	8	1,11
Sequeira	21	1,98	197	18,60	693	65,44	133	12,56	15	1,42
Sobreposta	13	1,45	190	21,21	556	62,05	96	10,71	41	4,58
Tadim	15	1,95	166	21,59	469	60,99	112	14,56	7	0,91
Tebosa	20	2,71	137	18,59	383	51,97	141	19,13	56	7,60
União das freguesias de Arentim e Cunha	36	3,57	173	17,16	489	48,51	298	29,56	12	1,19

Freguesia	Local de trabalho ou estudo									
	Em casa		Na freguesia onde reside		Noutra freguesia do município		Noutro município		No estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	144	1,57	2006	21,84	5568	60,63	1390	15,14	75	0,82
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	178	2,11	2672	31,70	4211	49,96	1247	14,80	120	1,42
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	54	3,99	312	23,06	774	57,21	176	13,01	37	2,73
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	104	2,31	1311	29,14	2556	56,81	484	10,76	44	0,98
União das freguesias de Crespos e Pousada	33	3,90	132	15,60	536	63,36	132	15,60	13	1,54
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	41	3,45	127	10,70	744	62,68	257	21,65	18	1,52
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	64	2,50	305	11,91	1838	71,77	319	12,46	35	1,37
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	82	1,30	1361	21,57	3943	62,49	854	13,53	70	1,11
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	24	3,38	117	16,46	447	62,87	115	16,17	8	1,13
União das freguesias de Lomar e Arcos	88	1,87	741	15,72	3345	70,94	510	10,82	31	0,66
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	91	2,51	534	14,75	2484	68,62	481	13,29	30	0,83
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	73	2,82	414	16,02	1642	63,52	422	16,32	34	1,32
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	31	3,35	131	14,15	618	66,74	134	14,47	12	1,30
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	152	1,58	1547	16,12	5819	60,63	2002	20,86	77	0,80
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	68	1,82	325	8,72	2422	64,95	873	23,41	41	1,10
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	150	1,85	1551	19,14	5253	64,84	1065	13,14	83	1,02
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	22	3,20	75	10,90	515	74,85	71	10,32	5	0,73
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	44	4,17	178	16,86	700	66,29	122	11,55	12	1,14
Concelho de Braga	2497	2,06	26723	22,01	71905	59,21	18850	15,52	1459	1,20

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Os dados apresentados demonstram que em quase todas as freguesias do concelho, a população residente trabalha ou estuda noutra freguesia do município é a mais representativa, com os valores percentuais a oscilarem entre os 40,19% e os 76,82%. A única exceção recai sobre a freguesia de Ruílhe, onde 40,19% da população residente empregada ou estudante fá-lo noutra freguesia do município e 42,42% desempenha as suas atividades na própria freguesia. Com os valores percentuais mais significativos, destaque para as freguesias de Lamas (76,82%), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (74,85), União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (71,77%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (70,94%), onde mais de 70% da população residente trabalho ou estuda noutra freguesia do concelho de Braga.

Quanto à população residente que trabalha ou estuda na freguesia onde reside, os valores percentuais mais expressivos observam-se nas freguesias de Ruílhe (42,42%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (31,70%), São Vítor (29,61%) e União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (29,14%). Em contrapartida, a menor proporção de indivíduos a estudar ou trabalhar na freguesia de residência é registado na União das freguesias de Nogueiró e Tenões (8,72%), a que se segue Lamas (9,14%), ambos com valores percentuais abaixo dos 10%.

No que respeita à população residente no município de Braga que trabalha ou estuda noutro município, esta assume proporções mais significativas na União das freguesias de Arentim e Cunha (29,56%), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (23,41%), União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (21,65%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (20,86%). Pelo contrário, são as freguesias de Figueiredo (8,45%) e Espinho (9,23%) que observam os menores valores percentuais.

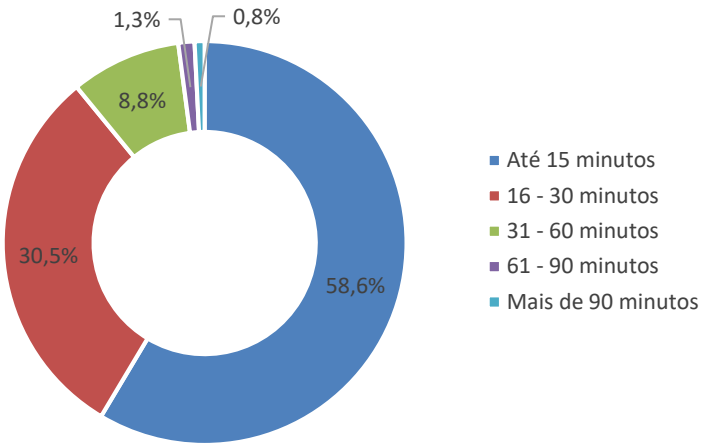
A população residente empregada ou estudante em casa apresenta uma expressividade bastante limitada, com os valores percentuais a não ultrapassarem os 4,17% contabilizados na União das freguesias de Vilaça e Fradelos.

Por fim, também a população cujo local de trabalho ou estudo é no estrangeiro assume, grosso modo, pouca representatividade em qualquer uma das freguesias do concelho de Braga. Com efeito, o maior valor percentual é registado na freguesia de Tebosa, onde 7,60% dos residentes empregados ou estudantes se enquadram nesta condição. Nas restantes freguesias, a proporção fica sempre aquém dos 5%.

Ainda no que subjaz à população residente empregada ou estudante, importa analisar os tempos despendidos, em média, nas deslocações entre o local de residência e o local e trabalho ou estudo (segunda variável).

Tal como é possível constatar pela análise do Gráfico III.207 o escalão de duração dos movimentos pendulares mais representativo a nível concelhio corresponde às deslocações com duração até 15 minutos, o qual enquadra mais de metade da população empregada ou estudante (58,6%, o equivalente a 66893 indivíduos).

Gráfico III.207 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (2011)

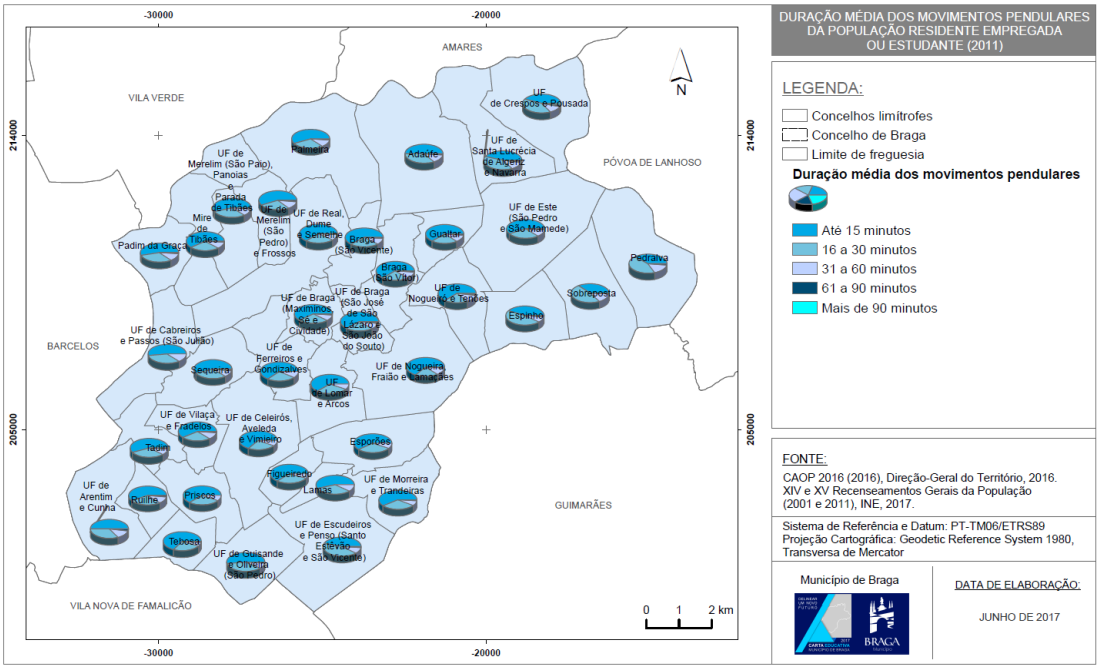


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

O valor percentual da população residente vai diminuindo à medida que aumenta o escalão de duração da deslocação. Deste modo, 30,5% da população residente empregada ou estudante (34828 indivíduos) despende entre 16 a 30 minutos na deslocação para o local de trabalho ou estudo, 8,84% (10092 indivíduos) emprega entre 31 a 60 minutos, 1,30% (1479 indivíduos) desloca-se durante 61 a 90 minutos e os restantes 0,80% (913 indivíduos) despendem mais de 90 minutos nos movimentos pendulares.

Numa análise ao nível da freguesia, é possível aferir que, à exceção de Espinho, Pedralva e Sobreposta, em todas as restantes freguesias a proporção de residentes empregados ou estudantes com deslocações com duração até 15 minutos é a mais representativa. Os valores percentuais mais elevados são observados em Tebosa (64,87%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (62,89%) e União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (62,73%) (Mapa III.20 e Quadro III.49).

Mapa III.20 | Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante, de acordo com a freguesia de residência (2011)



Mais uma vez se torna evidente uma menor preponderância das deslocações pendulares com duração superior a 30 minutos, constatando-se que à medida que aumenta o escalão de duração dos movimentos pendulares, diminui significativamente a percentagem de população residente empregada ou estudante enquadrada em tais classes. Com efeito, a classe de duração mais longa (superior a 90 minutos) apresenta valores inferiores a 2% nas 37 freguesias do concelho de Braga.

Quadro III.49 | Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante, de acordo com a freguesia de residência (2011)

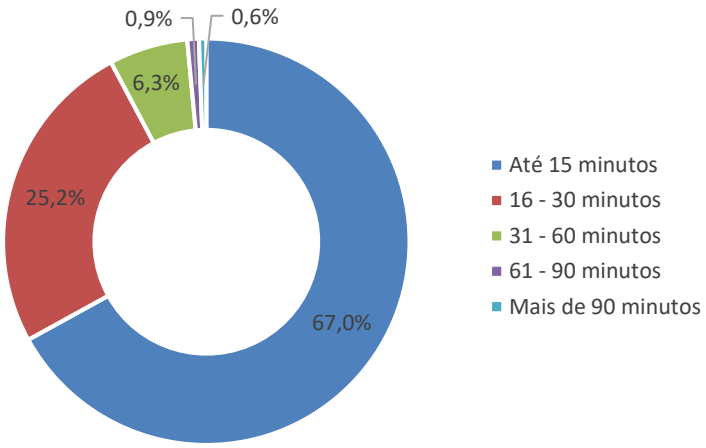
Freguesia	Duração dos movimentos pendulares									
	Até 15 minutos		16 - 30 minutos		31 - 60 minutos		61 - 90 minutos		Mais de 90 minutos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Adaúfe	1098	49,62	805	36,38	261	11,79	31	1,40	18	0,81
Braga (São Vicente)	5033	59,63	2531	29,99	703	8,33	110	1,30	63	0,75
Braga (São Vítor)	11363	60,53	5294	28,20	1682	8,96	296	1,58	139	0,74
Espinho	311	43,25	337	46,87	53	7,37	11	1,53	7	0,97
Esporões	617	58,10	358	33,71	71	6,69	8	0,75	8	0,75
Figueiredo	457	60,37	248	32,76	42	5,55	4	0,53	6	0,79
Gualtar	2087	60,28	956	27,61	339	9,79	51	1,47	29	0,84
Lamas	309	54,31	205	36,03	51	8,96	1	0,18	3	0,53
Mire de Tibães	878	58,46	466	31,03	133	8,85	17	1,13	8	0,53
Padim da Graça	496	52,82	323	34,40	101	10,76	10	1,06	9	0,96
Palmeira	1896	55,41	1103	32,23	340	9,94	52	1,52	31	0,91
Pedralva	246	39,49	269	43,18	96	15,41	10	1,61	2	0,32
Priscos	487	59,83	260	31,94	56	6,88	8	0,98	3	0,37
Ruílhe	387	56,33	218	31,73	64	9,32	12	1,75	6	0,87
Sequeira	552	55,42	335	33,63	87	8,73	12	1,20	10	1,00
Sobreposta	316	38,07	392	47,23	108	13,01	9	1,08	5	0,60
Tadim	406	55,24	254	34,56	59	8,03	9	1,22	7	0,95
Tebosa	421	64,87	187	28,81	33	5,08	8	1,23	0	0,00
União das freguesias de Arentim e Cunha	463	49,62	326	34,94	114	12,22	24	2,57	6	0,64

Freguesia	Duração dos movimentos pendulares									
	Até 15 minutos		16 - 30 minutos		31 - 60 minutos		61 - 90 minutos		Mais de 90 minutos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	5086	58,62	2713	31,27	682	7,86	119	1,37	76	0,88
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	4715	60,06	2298	29,27	658	8,38	93	1,18	87	1,11
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	635	51,38	448	36,25	139	11,25	8	0,65	6	0,49
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	2679	62,73	1231	28,82	304	7,12	32	0,75	25	0,59
União das freguesias de Crespos e Pousada	344	44,39	316	40,77	85	10,97	17	2,19	13	1,68
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	501	45,55	491	44,64	89	8,09	13	1,18	6	0,55
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1344	55,86	780	32,42	227	9,43	34	1,41	21	0,87
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	3659	60,77	1760	29,23	493	8,19	57	0,95	52	0,86
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	345	51,42	262	39,05	51	7,60	8	1,19	5	0,75
União das freguesias de Lomar e Arcos	2690	59,91	1436	31,98	298	6,64	42	0,94	24	0,53
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1862	54,18	1169	34,01	332	9,66	46	1,34	28	0,81
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1347	55,68	749	30,96	258	10,67	44	1,82	21	0,87
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	499	57,75	292	33,80	56	6,48	9	1,04	8	0,93
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	5702	62,89	2276	25,10	900	9,93	112	1,24	76	0,84
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	2129	61,06	893	25,61	372	10,67	53	1,52	40	1,15
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	4668	60,79	2287	29,78	589	7,67	84	1,09	51	0,66
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	297	45,48	263	40,28	75	11,49	10	1,53	8	1,23
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	568	58,14	297	30,40	91	9,31	15	1,54	6	0,61
Concelho de Braga	66893	58,57	34828	30,50	10092	8,84	1479	1,30	913	0,80

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Isolando os dados estatísticos referentes apenas à população residente estudante, é possível aferir valores percentuais próximos dos analisados anteriormente. Com efeito, a classe de duração dos movimentos pendulares com maior representatividade ao nível da população estudante é a mais curta (até 15 minutos). Segue-se o escalão entre os 16 e os 30 minutos, com 25,2% da população estudante, a classe dos 31 aos 60 minutos, com 6,3% dos residentes estudantes, a classe dos 61 aos 90 minutos, que enquadra 0,9% e, por último, o escalão de duração mais longo (mais de 90 minutos), com 0,6% da população estudante (Gráfico III.208).

Gráfico III.208 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente estudante (2011)

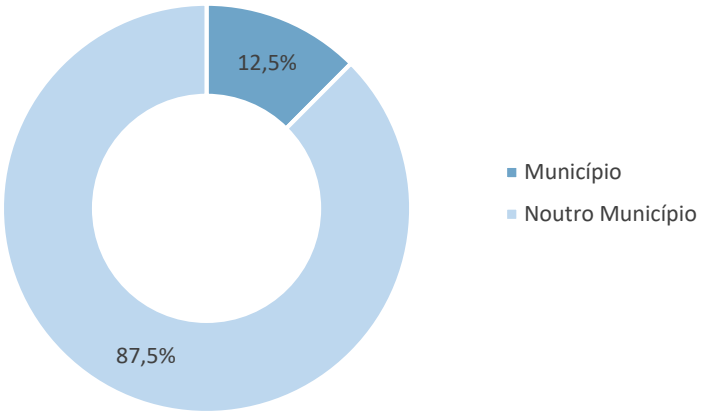


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Relativamente aos dois escalões de duração mais longa, ou seja, para as deslocações pendulares com mais de 60 minutos de duração, importa perceber qual a proporção referente a movimentos intraconcelhios e interconcelhios, em função do local de estudo da população residente.

Tal como é possível constatar pela análise do Gráfico III.209, a maior proporção de estudantes cujos movimentos pendulares tem uma duração superior a 60 minutos estuda noutro município, contabilizando-se um total de 498 estudantes nesta situação, o equivalente a um valor percentual de 87,5%. Quanto aos restantes 12,5% referem-se a estudantes que estudam no território concelhio, num total de 71 residentes.

Gráfico III.209 | Movimentos pendulares com duração superior a 90 minutos, por local de estudo da população residente (2011)

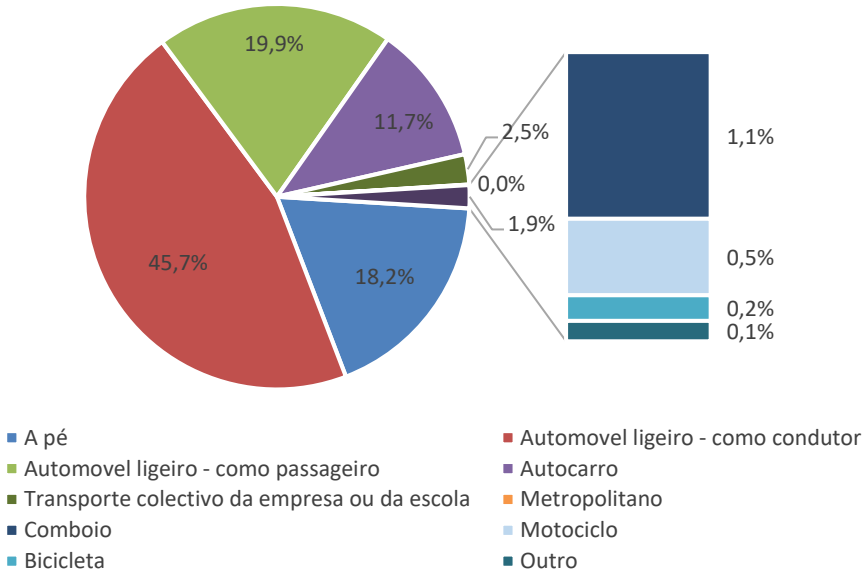


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Ainda no que concerne à questão da mobilidade, a terceira variável em análise incide no principal meio de transporte utilizado nas deslocações pendulares da população residente empregada ou estudante.

No concelho de Braga, o meio de transporte mais utilizado nos movimento pendulares é o automóvel ligeiro, quer seja no papel de condutor (45,7%), quer como passageiro (19,9%). Este meio de transporte representa, a nível municipal, cerca de 65,58% da população residente empregada ou estudante (Gráfico III.210).

Gráfico III.210 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente no concelho de Braga (2011)



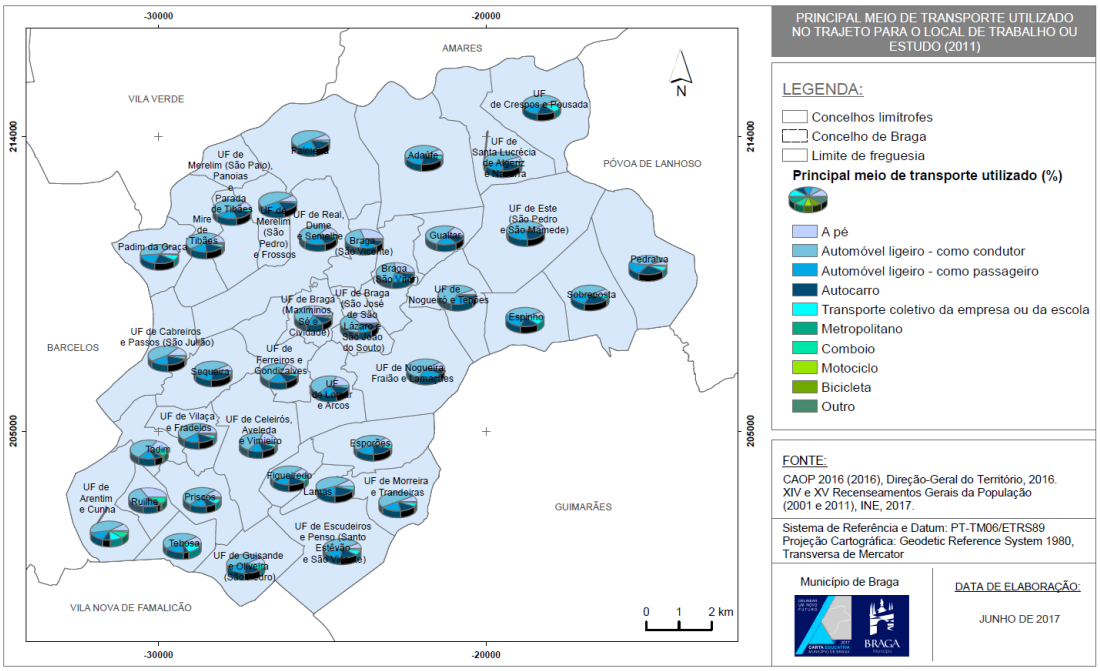
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

As deslocações pedonais, por sua vez, correspondem ao terceiro meio de transporte mais utilizado no território concelhio, abarcando 18,20% da população residente. Segue-se a utilização do autocarro, que corresponde ao meio de transporte mais utilizado por cerca de 11,70% dos residentes.

Os restantes meios de transporte analisados, tais como o transporte coletivo da empresa ou da escola, o metropolitano, o comboio, o motociclo e a bicicleta possuem uma representatividade limitada em termos concelhio, com valores percentuais inferiores a 3,00%. A utilização destes meios de transporte, no seu conjunto, fica aquém dos 5% da população residente empregada ou estudante.

Quando analisado o principal meio de transporte utilizado pela população residente empregada ou estudante nas freguesias do concelho de Braga, constata-se que, à semelhança do observado ao nível concelhio, o automóvel ligeiro (como condutor) predomina como principal meio de transporte em todas as freguesias. Este meio de transporte assume particular expressividade nas freguesias de União das freguesias de Nogueiró e Tenões (60,22%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (58,42%), Gualtar (51,36%) e Priscos (50,98%), onde mais de metade dos residentes empregados ou estudantes utilizam este meio de transporte enquanto condutores nas suas deslocações casa – local de trabalho ou estudo (Mapa III.21 e Quadro III.50). A utilização do automóvel enquanto passageiro, ainda que menos expressiva, é também bastante significativa, com os valores percentuais a oscilarem entre os 24,43% observados na União das freguesias de Nogueiró e Tenões e os 14,58% verificados na União das freguesias de Arentim e Cunha.

Mapa III.21 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, segundo a freguesia de residência (2011)



Quadro III.50 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, segundo a freguesia de residência (2011)

Freguesia	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares															
	A pé		Automóvel (condutor)		Automóvel (passageiro)		Autocarro		Transporte coletivo		Comboio		Motociclo ou Bicicleta		Outro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Adaúfe	169	7,64	1010	45,64	401	18,12	490	22,14	91	4,11	11	0,50	37	1,67	4	0,18
Braga (São Vicente)	2486	29,45	3350	39,69	1661	19,68	685	8,12	133	1,58	86	1,02	30	0,36	9	0,11
Braga (São Vítor)	4711	25,09	8438	44,95	3740	19,92	1351	7,20	258	1,37	159	0,85	87	0,46	30	0,16
Espinho	50	6,95	293	40,75	154	21,42	140	19,47	75	10,43	3	0,42	3	0,42	1	0,14
Esporões	111	10,45	484	45,57	201	18,93	209	19,68	44	4,14	2	0,19	9	0,85	2	0,19
Figueiredo	82	10,83	344	45,44	135	17,83	132	17,44	52	6,87	3	0,40	9	1,19	0	0,00
Gualtar	473	13,66	1778	51,36	749	21,63	373	10,77	41	1,18	20	0,58	16	0,46	12	0,35
Lamas	52	9,14	257	45,17	112	19,68	118	20,74	24	4,22	2	0,35	4	0,70	0	0,00
Mire de Tibães	166	11,05	706	47,00	262	17,44	265	17,64	52	3,46	11	0,73	35	2,33	5	0,33
Padim da Graça	116	12,35	363	38,66	163	17,36	204	21,73	69	7,35	5	0,53	15	1,60	4	0,43
Palmeira	262	7,66	1747	51,05	724	21,16	555	16,22	88	2,57	19	0,56	19	0,56	8	0,23
Pedralva	35	5,62	259	41,57	104	16,69	170	27,29	39	6,26	4	0,64	11	1,77	1	0,16
Priscos	84	10,32	415	50,98	149	18,30	85	10,44	57	7,00	11	1,35	13	1,60	0	0,00
Ruílhe	230	33,48	248	36,10	108	15,72	26	3,78	11	1,60	61	8,88	3	0,44	0	0,00
Sequeira	76	7,63	463	46,49	181	18,17	221	22,19	32	3,21	8	0,80	13	1,31	2	0,20
Sobreposta	61	7,35	354	42,65	151	18,19	211	25,42	49	5,90	1	0,12	1	0,12	2	0,24
Tadim	118	16,05	342	46,53	135	18,37	62	8,44	12	1,63	60	8,16	6	0,82	0	0,00
Tebosa	57	8,78	310	47,77	125	19,26	40	6,16	99	15,25	5	0,77	12	1,85	1	0,15
União das freguesias de Arentim e Cunha	86	9,22	403	43,19	136	14,58	82	8,79	124	13,29	83	8,90	17	1,82	2	0,21

Freguesia	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares															
	A pé		Automóvel (condutor)		Automóvel (passageiro)		Autocarro		Transporte coletivo		Comboio		Motociclo ou Bicicleta		Outro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	2580	29,74	3211	37,01	1585	18,27	931	10,73	146	1,68	160	1,84	45	0,52	18	0,21
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	2848	36,28	2930	37,32	1148	14,62	669	8,52	118	1,50	99	1,26	30	0,38	9	0,11
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	154	12,46	552	44,66	220	17,80	243	19,66	41	3,32	4	0,32	14	1,13	8	0,65
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	812	19,01	1885	44,13	712	16,67	580	13,58	154	3,61	64	1,50	54	1,26	10	0,23
União das freguesias de Crespos e Pousada	42	5,42	360	46,45	132	17,03	153	19,74	71	9,16	6	0,77	10	1,29	1	0,13
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	74	6,73	531	48,27	191	17,36	199	18,09	72	6,55	5	0,45	26	2,36	2	0,18
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	134	5,57	1166	48,46	533	22,15	476	19,78	67	2,78	15	0,62	13	0,54	2	0,08
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	992	16,48	2800	46,50	1171	19,45	793	13,17	166	2,76	63	1,05	27	0,45	9	0,15
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	56	8,35	297	44,26	133	19,82	117	17,44	60	8,94	3	0,45	5	0,75	0	0,00
União das freguesias de Lomar e Arcos	766	17,06	2002	44,59	910	20,27	653	14,54	107	2,38	23	0,51	24	0,53	5	0,11
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	365	10,62	1589	46,23	751	21,85	545	15,86	110	3,20	28	0,81	42	1,22	7	0,20
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	205	8,47	1162	48,04	587	24,27	372	15,38	46	1,90	20	0,83	21	0,87	6	0,25
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	66	7,64	429	49,65	177	20,49	134	15,51	42	4,86	3	0,35	11	1,27	2	0,23
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães	804	8,87	5296	58,42	2203	24,30	531	5,86	91	1,00	92	1,01	29	0,32	20	0,22
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	240	6,88	2100	60,22	852	24,43	205	5,88	27	0,77	37	1,06	21	0,60	5	0,14
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1048	13,65	3527	45,93	1749	22,78	1057	13,76	165	2,15	83	1,08	40	0,52	10	0,13
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	41	6,28	316	48,39	128	19,60	128	19,60	26	3,98	3	0,46	8	1,23	3	0,46
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	139	14,23	443	45,34	164	16,79	159	16,27	36	3,68	13	1,33	21	2,15	2	0,20
Concelho de Braga	20791	18,20	52160	45,67	22737	19,91	13364	11,70	2895	2,53	1275	1,12	781	0,68	202	0,18

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2017).

Quanto ao autocarro, este representa um meio de transporte com considerável significância, cuja utilização varia entre os 27,29% contabilizados em Pedralva e os 3,78% registados na freguesia de Ruílhe. Para além da freguesia de Pedralva, destaque ainda para a utilização deste meio de transporte em Sobreposta (25,42%), Sequeira (22,19%), Padim da Graça (21,73%) e Lamas (20,74%), onde mais de 20,00% da população residente empregada ou estudante recorre ao autocarro para as suas deslocações quotidianas.

As deslocações pedonais, por sua vez, são mais expressivas na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (36,28%), Ruílhe (33,48%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (29,74%), São Vicente (29,45%) e São Vítor (25,09%), onde mais de um quarto da população se desloca a pé no percurso entre a residência e o local de trabalho ou estudo. Em oposição, é na União das freguesias de Crespos e Pousada (5,42%), União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (5,57%) e Pedralva (5,62%) que este meio de transporte é menos representativo.

O transporte coletivo da empresa ou da escola tem uma utilização mais limitada, verificando-se os maiores valores percentuais nas freguesias de Tebosa (15,25%), União das freguesias de Arentim e Cunha (13,29%) e Espinho (10,43%). Nas restantes freguesias, a representatividade deste meio de transporte é inferior a 10,00%.

No que se refere aos outros meios de transporte, como o metropolitano, o comboio, o motociclo e a bicicleta, a percentagem de utilizadores é, em regra, residual, quando comparada com os restantes meios em estudo. Não obstante, destaque-se a utilização do comboio na União das freguesias de Arentim e Cunha (8,90%), Ruílhe (8,88%) e Tadim (8,16%), dado que nas restantes freguesias a sua utilização é inferior a 2,00%. A utilização dos restantes meios de transporte, por sua vez, fica aquém dos 3,00% nas 37 freguesias do concelho de Braga.

III.7. SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

A síntese do diagnóstico pretende proporcionar uma sistematização de referenciais da dinâmica demográfica, socioeconómica e educativa do concelho de Braga, consideradas de grande relevância para a definição da estratégia educativa local e, consequentemente, para a elaboração das propostas de requalificação e reordenamento da rede escolar.

Com efeito, no presente capítulo será estabelecida uma síntese dos principais fatores (oportunidades, ameaças, forças de mudança e tendências) decorrentes do diagnóstico socioeducativo, com particular incidência na dinâmica evolutiva da oferta e da procura ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário e do ensino profissionalizante, numa perspetiva quantitativa e qualitativa. Esta síntese organizar-se-á em torno de três temáticas principais: contexto demográfico, contexto educativo e sistema de ensino.

À sistematização dos principais fatores, seguir-se-á a definição de uma matriz SWOT. A definição da matriz SWOT e subsequente re(definição) estratégica terá por base, para além do diagnóstico realizado nos capítulos anteriores, a aplicação de ferramentas de planeamento educativo estratégico, bem como os contributos decorrentes da participação dos diversos agentes envolvidos nas sessões de *focus group* realizadas.

III.7.1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Em termos de dinâmica demográfica, o concelho de Braga regista um créscimo população no último período intercensitário, traduzido por uma variação positiva de 10,54%, o equivalente a um acréscimo de 17302 habitantes. Ao nível das freguesias a tendência é heterógena, ainda que a maioria apresente um aumento do número de efetivos, com destaque para a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,04%), Gualtar (38,85%) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,97%). Em oposição, são as freguesias de Ruílhe (-12,56%), Espinho (-11,47%) e Sequeira (-10,79%) que assinalam as maiores quebras em termos percentuais.

À data dos censos de 2011, distinguem-se as freguesias de São Vítor (16,33%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (8,03%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7,88%), São Vicente (7,29%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães (7,19%), por, em termos comparativos, apresentarem o maior número de residentes. Estas cinco freguesias agregam, no seu conjunto, quase metade da população residente no concelho de Braga (46,73%).

O território concelhio apresenta, à data dos censos de 2011, uma densidade populacional de 989,6 habitantes por km^2, valor expressivamente superior às unidades territoriais onde este se encontra inserido. Ao nível das freguesias, são as freguesias de São Vítor (7258,5 habitantes por km^2), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5881,1 habitantes por km^2), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (5676,9 habitantes por km^2) e São Vicente (5189,7 habitantes por km^2) que apresentam as maiores densidades populacionais. Em oposição, as freguesias de Pedralva (137,6 habitantes por km^2), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (159,9 habitantes por km^2) e União das freguesias de Crespos e Pousada (183,6 habitantes por km^2) são as que registam o menor número de residentes por unidade de área.

Para além de registar a maior densidade populacional comparativamente com as unidades territoriais onde se encontra inserido, o concelho de Braga regista também o maior incremento do número de habitantes por km^2 no período intercensitário, assistindo a uma variação positiva de 10,41%.

Em termos de distribuição etária da população residente, regista-se uma preponderância do grupo etário dos 25 aos 64 anos (população adulta), o qual representa mais de metade do total de residentes (58,31%). Os grupos etários mais jovens (dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos) apresentam também um peso significativo no panorama demográfico geral (28,52%), ainda que tenham registado um decréscimo entre

os anos de 2001 e 2011 (-3,47% e -17,06%, respetivamente). A população idosa, ainda que menos representativa a nível geral, regista o acréscimo mais expressivo no período intercensitário (34,51%).

No último ano censitário registam-se no território concelhio 30617 crianças e jovens em idade escolar (3-17 anos), o equivalente a 16,87% da população residente total. Este valor é, em termos percentuais, superior ao observado na NUT II – Norte (15,85%) e NUT I – Continente (15,17%), mas ligeiramente inferior ao constatado na NUT III – Cávado (17,26%).

Quanto à distribuição da população em idade escolar por freguesia, destacam-se as freguesias de União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (21,65%), Lamas (20,55%) e Sequeira (19,98%), onde a população escolar assume maior representatividade no panorama demográfico geral. No sentido oposto, refere-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (13,75%) e Adaúfe (13,99%), onde esta faixa etária é menos representativa.

Em 2011, do total de 30617 crianças e jovens em idade escolar no concelho, contabilizam-se 5590 crianças com idade para frequência da educação pré-escolar (3-5 anos), 7957 crianças com idade para frequência do 1.º ciclo do ensino básico (10-11 anos), 4319 crianças em idade de frequência do 2.º ciclo do ensino básico (10-11 anos), 6428 jovens em idade de frequência do 3.º ciclo do ensino básico (12-14 anos) e 6323 jovens em idade de frequência do ensino secundário.

No que concerne à taxa de natalidade, no último ano censitário, o concelho de Braga regista uma taxa de natalidade de 10,0‰, assinalando um decréscimo de -3,0‰ face ao ano censitário anterior. Esta taxa é, todavia, superior às verificadas nas unidades territoriais onde se encontra inserido, nomeadamente à registada na NUT III – Cávado (9,3‰), NUT II – Norte (8,5‰) e NUT I – Continente (9,1‰).

Quanto à taxa de mortalidade, o território concelhio regista, no ano censitário de 2011, um valor de 5,9‰, o que representa um decréscimo de -0,8‰ face ao ano censitário precedente. Esta taxa é significativa inferior às verificadas nas unidades territoriais em que se insere, designadamente na NUT III – Cávado (7,0‰), NUT II – Norte (8,6‰) e NUT I – Continente (9,8‰). Ao nível das freguesias que compõem o concelho, a tendência não é uniforme, observando-se uma variação negativa desta taxa em 21 freguesias, uma variação positiva em 15 freguesias e uma variação nula em uma freguesia.

Em termos de índice de juventude do território, observa-se uma significativa quebra no período intercensitário (-48,8%). Ainda assim, este índice é, em 2011, substancialmente superior ao verificado nas NUT III – Cávado (114,9%), NUT II – Norte (88,2%) e NUT I – Continente (76,6%). O índice de envelhecimento, por sua vez, evidencia um acréscimo entre 2001 (57,8%) e 2011 (80,5%), sendo este incremento inferior ao verificado nas NUT III – Cávado (26,3%), NUT II – Norte (33,5%) e NUT I – Continente (26,0%).

No último ano censitário, a população ativa no concelho representava 52,02% do total da população residente, o equivalente a 94411 indivíduos. Destes, 81971 residentes encontravam-se empregados e os restantes 12440 enfrentavam uma situação de desemprego. No que se refere à distribuição da população desempregada por grupo etário, é nas faixas etárias mais jovens (até aos 30 anos) que se constata uma maior dificuldade de integração do mercado de trabalho.

No que concerne à população empregada, 69,4% exerce atividade no setor terciário, 30,0% no setor secundário e apenas 0,6% no setor primário. Em termos de distribuição por atividade económica, à data dos censos de 2011, é o setor das *"indústrias transformadoras"* que emprega uma maior proporção da população (19,16%), seguindo-se os setores do "*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*" (18,96%), da "*educação*" (12,74%), da "*construção*" (9,31%) e das "*atividades de saúde humana e apoio social*" (7,83%). Os grupos de profissões predominantes são os "*especialistas das actividades intelectuais e científicas*" (19,97%) e os "*trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores*" (18,06%), aos quais se seguem os "*trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*" (17,11%), os "*trabalhadores não qualificados*" (12,05%) e os "técnicos e profissões de nível intermédio" (11,08%).

O tecido empresarial local é dominado por empresas respeitantes ao "*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*" (4231 empresas), assumindo também significativa representatividade as empresas das "*atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*" (2392 empresas) e das "*atividades administrativas e dos serviços de apoio*" (2025 empresas).

Quanto à população estudante, no mesmo ano, esta representa 24,03% da população residente, o correspondente, em termos absolutos, a 39463 indivíduos. No seu conjunto, a população residente empregada e a população estudante representam quase três quartos (73,96%) do total da população residente no território concelhio.

No que se refere ao local de trabalho/estudo da população residente empregada/estudante, as deslocações intraconcelhias predominam sob as deslocações interconcelhias, uma vez que 80,3% da população residente empregada e 89,5% da população residente estudante exercem a respetiva atividade no município. Do total de residentes empregados ou estudantes que residem e trabalham ou estudam em Braga, 71,1% fá-lo noutra freguesia do município, 26,4% trabalha ou estuda na freguesia onde reside e 2,5% executa a respetiva atividade em casa. Relativamente à população residente empregada/estudante fora do município de Braga, 92,8% fá-lo noutro município e os restantes 7,2% executa a respetiva atividade no estrangeiro.

O escalão de duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante mais representativo é o de até 15 minutos, abarcando mais de metade destes residentes (58,6%). Á medida que amenta o escalão de duração das deslocações, vai diminuindo a relevância percentual da população enquadrada pelo mesmo.

No que diz respeito aos movimentos pendulares da população escolar, em particular, a tendência é semelhante, com 67,0% dos estudantes a despenderem até 15 minutos nestas deslocações, 25,5% a consumirem entre 16 a 30 minutos, 6,3% a necessitarem de 31 a 60 minutos, 0,9% a despenderem entre 61 a 90 minutos e 0,6% a consumirem mais de 90 minutos neste tipo de movimentos.

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente é, à data dos censos de 2011, o automóvel ligeiro, quer seja no papel de condutor (45,7%), quer como passageiro (19,9%). Este meio de transporte representa, a nível municipal, cerca de 65,58% da população residente empregada ou estudante. Seguem-se as deslocações pedonais (18,20%) e o recurso ao autocarro (11,70%). A utilização dos restantes meios de transporte (e.g. transporte coletivo da empresa ou da escola,

metropolitano, comboio, motociclo e bicicleta), no seu conjunto, fica aquém dos 5% da população residente empregada ou estudante.

III.7.2. CONTEXTO EDUCATIVO

No ponto de vista do quadro educativo geral do concelho de Braga, a taxa de analfabetismo decresceu no último período intercensitário 2001-2011 (-2,4%). Ainda que, quando comparado com as unidades territoriais em que se encontra inserido, o território concelhio tenha apresentado o menor decréscimo, no ano de 2011 a respetiva taxa é claramente inferior às observadas nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%).

Relativamente aos níveis de instrução da população, comparativamente com o contexto regional e nacional, é no concelho de Braga que se verifica uma menor preponderância dos níveis de instrução mais baixos. Embora o 1.º ciclo do ensino básico seja o nível de instrução mais representativo, o concelho regista as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo, contabilizando 16,10% da população residente nestas circunstâncias, valor que transcende largamente os observados nas NUT III – Cávado (10,75%), NUT II – Norte (10,17%) e NUT I – Continente (11,93%). Cenário idêntico é o observado relativamente ao ensino secundário e ao 3.º ciclo do ensino básico, com uma maior proporção da população residente no concelho a apresentar estes níveis de instrução completos.

A taxa real de pré-escolarização registada no concelho é, para o ano letivo 2015-2016, de 97,7%, valor que é substancialmente superior ao registado nas NUT I – Continente (88,4%), NUT II – Norte (94,0%) e NUT III – Cávado (95,2).

No ensino básico, a taxa bruta de escolarização supera os 100% durante todo o período compreendido entre os anos letivos de 2006-2007 e 2015-2016, evidenciando que "teoricamente" toda a população residente enquadrada no grupo etário entre os 6 e os 14 anos se encontrava a frequentar o sistema de ensino. No ano letivo 2015-2016, a taxa bruta de escolarização no território concelhio é de 114,3%, superando os valores registados nas NUT I – Continente (109,3%), NUT II – Norte (109,3%,) e NUT III – Cávado (105,3%).

Quanto ao ensino secundário, que compreenderá os indivíduos dos 15 aos 17 anos, a taxa bruta de escolarização supera também os 100%, indiciando que "teoricamente" toda a população residente enquadrada no grupo etário correspondente é escolarizada. O valor registado no concelho no ano letivo 2015-2016 é de 146,3%, sendo significativamente superior ao aferido nas NUT I – Continente (115,0%), NUT II – Norte (112,0%) e NUT III – Cávado (113,0%).

No período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, comparativamente com a realidade regional e nacional, é no concelho de Braga que se registam sempre os valores mais reduzidos da taxa de retenção e desistência no ensino básico. Em 2015-2016, a taxa observada é de 3,5%, face aos 6,4% registados na NUT I – Continente, aos 5,4% auferidos pela NUT II – Norte e aos 3,8% assinalados na NUT III – Cávado. Quando analisada esta taxa nos diferentes ciclos, constata-se que o município apresenta

a menor taxa de retenção no 1.º ciclo (1,8%), seguindo-se a NUT III – Cávado (2,0%), a NUT II – Norte (2,8%) e, por fim, a NUT I – Continente (3,6%). No 2.º ciclo do ensino básico, a taxa é de 3,2%, sendo equivalente à registada na NUT III – Cávado, mas inferior às auferidas nas NUT II – Norte (4,9%) e na NUT I – Continente (6,7%). Por fim, o 3.º ciclo é o que mais contribui para a taxa global de retenção e desistência do ensino básico, registando-se 5,6% dos alunos retidos em 2015-2016, valor que é mais uma vez significativamente inferior ao observado nas NUT III – Cávado (6,3%), a NUT II – Norte (8,9%) e, por fim, a NUT I – Continente (9,8%).

No ensino secundário, as taxas de retenção e desistência são substancialmente superiores às do ensino básico, tendo sido apurada para o concelho uma taxa de 13,9%. Esta taxa é apenas inferior à verificada na NUT I – Continente (15,5%), superando as contabilizadas nas NUT III – Cávado (6,3%) e NUT II – Norte (13,3%).

No que se refere às taxas de abandono escolar no ensino básico, o município regista um ligeiro decréscimo entre os anos de 2001 (1,4%) e 2011 (1,3%), sendo que a taxa em 2011 é inferior à registada quer no contexto regional, quer no contexto nacional. No mesmo ano censitário, a NUT III – Cávado apresenta uma taxa de 1,4%, a NUT II observa uma taxa de 1,5% e na NUT I – Continente é aferido um valor percentual de 1,7%.

Quanto às taxas de conclusão/transição escolar no ensino secundário, assistiu-se, de um modo geral, a um incremento desta taxa entre os anos letivos 2006-2007 (74,0%) e 2015-2016 (86,1%) no concelho de Braga. A taxa registada em 2015-2016 regista um valor superior ao registado na NUT I – Continente (84,5%), mas que fica aquém do apresentado pelas NUT III – Cávado (87,4%) e NUT II – Norte (86,7%).

Nos cursos gerais / científico-humanísticos, a referida taxa situa-se nos 84,8%, superando as registadas nas NUT II – Norte (84,5%) e na NUT I – Continente (82,1%). A taxa de conclusão/transição escolar referente aos cursos tecnológicos / profissionais, por sua vez, fixa-se nos 89,0%, valor que apenas supera o observado na NUT I – Continente (88,8%).

Os resultados escolares nas provas de aferição e exames nacionais constituem indicadores de monitorização que permitem aferir o grau de alcance das metas nacionais. No 1.º ciclo do ensino básico, no ano de 2015, a percentagem de alunos no concelho de Braga com classificação positiva na prova final de Língua Portuguesa ronda os 91,0%, valor superior ao observado a nível nacional (85,9%), mas que se encontra aquém da meta nacional (95,3%) estabelecida para o mesmo ano. Relativamente à prova final de Matemática, a percentagem de alunos com classificação positiva é significativamente superior no concelho de Braga (80,1%), comparativamente com o panorama nacional (69,7%), mas a disparidade face à meta nacional definida (92,4%) é ainda mais acentuada.

Quanto às provas finais do 2.º ciclo do ensino básico, a percentagem de alunos com classificação positiva é também superior no concelho de Braga, para as provas de ambas as disciplinas (língua portuguesa e matemática). A taxa de classificações positivas é de 84,9% na prova de língua portuguesa e de 62,2% na prova de matemática, ficando significativamente aquém das metas nacionais estabelecidas para o mesmo ano (92,0% para a prova de língua portuguesa e 80,1% par a prova de matemática).

Os resultados das provas finais do 9.º ano no ano letivo 2016-2017, quer para língua portuguesa (81,0%), quer para matemática (66,1%), superam largamente os observados a nível nacional, para além de superarem significativamente as metas nacionais estabelecidas para 2015.

Por fim, no que respeita aos exames nacionais do ensino secundário, o concelho de Braga apresenta valores percentuais de classificações positivas superiores aos do contexto nacional, com 50,4% dos alunos a obterem classificação positiva a Matemática A e 62,6% a Português, no ano letivo 2016-2017. Não obstante, os resultados ficam aquém da meta nacional estabelecida para o ano de 2015.

III.7.3. SISTEMA DE ENSINO

No que se refere ao sistema de ensino local, o território concelhio encontra-se organizado num total de 12 Agrupamentos de Escolas, sendo a rede escolar pública ainda constituída por uma escola não agrupada, designadamente o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

Os estabelecimentos que integram a rede escolar pública do concelho abrangem os diferentes níveis escolares, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, contemplando vertentes como o ensino artístico e o ensino profissional.

No presente capítulo proceder-se-á à sistematização dos aspetos mais relevantes do diagnóstico ao nível do parque escolar e das dinâmicas escolares do município de Braga. Para o efeito, será realizada uma síntese, sob a forma de análise quantitativa e qualitativa.

III.7.3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

A análise quantitativa incide nas principais conclusões referentes quer à oferta educativa (pública e privada), quer à procura (existente e potencial).

OFERTA (PÚBLICA E PRIVADA)

Relativamente à oferta escolar existente no concelho de Braga, salientam-se as seguintes caraterísticas, por nível de instrução correspondente:

- **Educação pré-escolar**

No concelho de Braga existem um total de 101 estabelecimentos escolares com oferta ao nível da educação pré-escolar, dos quais 64 são de natureza pública e 37 são privados.

Relativamente à rede pública, este nível de instrução é ministrado em regime de associação com o 1.º ciclo do ensino básico em 43 escolas e nas restantes 21 escolas é lecionado em regime isolado.

Em termos quantitativos, em 36 das 37 freguesias que constituem o concelho de Braga existe pelo menos um estabelecimento escolar público com oferta da educação pré-escolar. A única exceção refere-se à freguesia de Ruílhe.

Quanto à rede privada, a educação pré-escolar é assegurada por 37 estabelecimentos escolares, distribuídos por um total de 14 freguesias. Destas escolas, 26 ministram este nível de instrução em regime isolado, enquanto nas restantes a educação pré-escolar é lecionada em regime de associação com outros níveis.

No que subjaz à capacidade instalada nos estabelecimentos de educação que integram a rede escolar pública do concelho, contabilizam-se um total de 136 salas de atividades destinadas à educação pré-escolar, distribuídas do seguinte modo: 12 no AE Alberto Sampaio, 12 no AE André Soares, 12 no AE Carlos Amarante, nove do AE D. Maria II, seis no AE Braga Oeste, 10 no AE de Celeirós, nove no AE de Maximinos, 13 no AE Mosteiro e Cávado, 11 no AE de Real, 17 no AE Trigal de Santa Maria, 10 no AE Dr. Francisco Sanches e 15 no AE Sá de Miranda.

- **1.º ciclo do ensino básico**

O 1.º ciclo do ensino básico é assegurado no concelho de Braga por um total de 75 estabelecimentos escolares, dos quais 65 são públicos e 10 são de natureza privada.

No que respeita à rede pública, as 65 escolas em funcionamento encontram-se distribuídas por um total de 35 freguesias. Destas escolas, 42 garantem o 1.º ciclo do ensino básico em regime de associação com a educação pré-escolar, enquanto nas restantes 23 escolas é apenas lecionado este nível de instrução.

A rede privada contabiliza, por sua vez, um total de 10 escolas com oferta do 1.º ciclo do ensino básico, as quais se encontram distribuídas por seis freguesias, a saber: Braga (São Vicente), Braga (São Victor), Gualtar, Sequeira, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe. Nestas escolas o 1.º ciclo do ensino básico é lecionado em regime de associação com outros níveis de instrução.

A análise da capacidade instalada na rede pública do 1.º ciclo do ensino básico apontou a existência de um total de 337 salas de aula, com a seguinte distribuição: 32 no AE Alberto Sampaio, 36 no AE André Soares, 28 no AE Carlos Amarante, 30 do AE D. Maria II, oito no AE Braga Oeste, 23 no AE de Celeirós, 29 no AE de Maximinos, 20 no AE Mosteiro e Cávado, 36 no AE de Real, 27 no AE Trigal de Santa Maria, 31 no AE Dr. Francisco Sanches, 33 no AE Sá de Miranda e quatro na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

- **2.º e 3.º ciclos do ensino básico**

No concelho de Braga, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são ministrados num total de 25 estabelecimentos de ensino (17 públicos e oito privados).

Quanto à rede pública, são 12 as escolas que garantem o 2.º ciclo e 17 as que lecionam o 3.º ciclo do ensino básico. Estas escolas encontram-se distribuídas por um total de 12 freguesias, designadamente: Braga (São Vicente), Braga (São Vítor), Gualtar, Palmeira, Tadim, União das freguesias de Braga

(Maximinos, Sé e Cividade), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe.

As escolas da rede privada, por sua vez, abarcam distintos níveis de instrução e distribuem-se geograficamente por seis freguesias: Braga (São Vicente), Braga (São Vítor), Gualtar, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe e Ruílhe.

Quanto à capacidade instalada na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, refere-se a existência de um total de 368 salas de aula, com a seguinte distribuição: 27 no AE Alberto Sampaio, 43 no AE André Soares, 32 no AE Carlos Amarante, 33 do AE D. Maria II, 23 no AE Braga Oeste, 24 no AE de Celeirós, 24 no AE de Maximinos, 26 no AE Mosteiro e Cávado, 31 no AE de Real, 16 no AE Trigal de Santa Maria, 45 no AE Dr. Francisco Sanches, 30 no AE Sá de Miranda e 14 na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Note-se que a este valor estará associado um ligeiro desfasamento, por defeito, dado existirem escolas que asseguram o 3.º ciclo do ensino básico em associação com o ensino secundário, sendo as respetivas salas partilhadas entre ambos os níveis. Não estando, nestes casos, definido o número de salas atribuídas a cada nível, por uma questão de representatividade, optou-se por associar este número ao ensino secundário, para efeitos de estimativa da capacidade instalada.

- **Ensino secundário**

No concelho de Braga o ensino secundário regular é ministrado em 10 escolas (cinco públicas e cinco privadas).

As escolas da rede pública com oferta ao nível do ensino secundário localizam-se em quatro freguesias, designadamente em Braga (São Vítor), São Vicente, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), sendo que esta última concentra duas escolas com este tipo de oferta. Nestas escolas, o ensino secundário não é lecionado de forma exclusiva, existindo também oferta do 3.º ciclo do ensino básico.

No que subjaz à rede privada, as cinco escolas distribuem-se também por quatro freguesias, a saber: São Vicente, Gualtar, Ruílhe e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe. Também nestes estabelecimentos de ensino, o ensino secundário é ministrado em associação com outros níveis de instrução.

A análise da capacidade instalada na rede pública do ensino secundário evidencia a existência de um total de 288 salas de aula, com a seguinte distribuição: 64 no AE Alberto Sampaio, 65 no AE Carlos Amarante, 65 do AE D. Maria II, 35 no AE de Maximinos, 55 no AE Sá de Miranda e quatro na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Em coerência com o anteriormente referido, note-se que este número contabiliza o número total de salas existentes nas escolas secundárias, uma parte das quais são partilhadas com o 3.º ciclo do ensino básico.

Quanto ao ensino profissional, no território concelhio existem dez escolas que asseguram a via profissionalizante, cinco dos quais integram a rede pública e cinco a rede privada.

As escolas da rede pública com este tipo de oferta são a Escola Secundária Alberto Sampaio e a Escola Secundária D. Maria II, situadas na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), a Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga (São Vítor), a Escola Secundária de Maximinos, situada em União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e a Escola Secundária Sá de Miranda, em Braga (São Vicente). Nestas escolas, o ensino profissional não é lecionado de forma exclusiva.

Relativamente à rede privada, de referir que a Escola Europeia de Ensino Profissional, situada em União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), a Esprominho - Escola Profissional do Minho, em Braga (São Vicente), o Externato "Infante D. Henrique", em Ruílhe e as Escolas Profissionais de Braga e Profitecla, localizadas em União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto). Destas escolas, apenas o Externato "Infante D. Henrique" agrega a oferta do ensino profissionalizante juntamente com outros níveis e/ou modalidades de ensino.

PROCURA (EXISTENTE E POTENCIAL)

Ao nível da procura dos estabelecimentos de educação e ensino do município, procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico, por nível de instrução:

- **Educação pré-escolar**

A educação pré-escolar constitui a primeira fase na integração das crianças no âmbito do sistema educativo, correspondendo a um nível de educação universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade.

No período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, o número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho de Braga evidencia uma tendência claramente decrescente. Com efeito, ano letivo 2009-2010 frequentavam a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho cerca de 2561 crianças, número que apresentou contínuas quebras nos anos subsequentes, de tal modo que em 2017-2018 o número total de alunos neste nível de instrução perfaz os 1859.

A tendência de quebra do número de alunos na educação pré-escolar é, em termos gerais, transversal aos diferentes agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II, onde se regista um ligeiro incremento. Em contrapartida, é no AE Mosteiro e Cávado que se assiste à maior quebra do número de alunos, contabilizando-se 156 frequências ano letivo 2017-2018, menos 140 do que as registadas em 2006-2007 (296 frequências).

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 1859 crianças a frequentar a educação pré-escolar na rede pública, distribuídas do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 183 alunos; AE André Soares – 154 alunos; AE Carlos Amarante – 195 alunos; AE D. Maria II – 189 alunos; AE Braga Oeste – 75 alunos; AE de Celeirós – 142 alunos; AE de Maximinos – 126 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 156 alunos; AE de Real –

137 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 136 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 163 alunos; e AE Sá de Miranda – 203 alunos.

Nas escolas da rede privada, a evolução registada entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 é, em termos globais, também de decréscimo, ainda que menos expressivo, assistindo-se a uma perda de 37 alunos. Com efeito, em 2015-2016 contabilizam-se um total de 3110 crianças a frequentar a educação pré-escolar na rede privada.

- **1.º ciclo do ensino básico**

No 1.º ciclo do ensino básico, a tendência evolutiva observada no período compreendido entre os anos letivos 2007-2008 e 2017-2018 é expressamente de redução do número total de frequências na rede pública. Neste intervalo, o número total de alunos neste ciclo passou de 7840 registados no ano letivo 2007-2008 para os 5889 observados no ano letivo 2017-2018, traduzindo uma quebra total de 1951 alunos. Esta tendência de decréscimo é transversal aos doze agrupamentos de escolas. A Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, por sua vez, assiste a um ligeiro incremento (+ 48 alunos).

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 5889 crianças a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede pública, distribuídas do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 625 alunos; AE André Soares – 777 alunos; AE Carlos Amarante – 479 alunos; AE D. Maria II – 545 alunos; AE Braga Oeste – 135 alunos; AE de Celeirós – 312 alunos; AE de Maximinos – 448 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 336 alunos; AE de Real – 673 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 359 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 596 alunos; AE Sá de Miranda – 396 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 208 alunos.

Na rede privada, contrariamente ao observado na generalidade dos estabelecimentos da rede pública, assiste-se a um incremento no número total de frequências entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, aferindo-se um acréscimo total de 272 alunos. No ano letivo 2015-2016 registam-se 1638 alunos no 1.º ciclo do ensino básico da rede privada.

- **2.º e 3.º ciclos do ensino básico**

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga, a evolução do número total de alunos entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 evidencia uma marcada tendência de quebra. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 registam-se um total de 8808 alunos em ambos os níveis de instrução, menos 1468 do que os registados em 2009-2010.

A tendência decrescente não é, contudo, transversal às várias unidades orgânicas da rede escolar pública. As quebras mais expressivas são observadas no AE Dr. Francisco Sanches (- 647 alunos), no AE de Maximinos (- 420 alunos), no AE Mosteiro e Cávado (- 267 alunos), no AE Braga Oeste (- 218 alunos) e no AE de Celeirós (- 207 alunos). Pelo contrário, o AE Carlos Amarante e o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian evidenciam acréscimos significativos, embora em ambos os casos se venha a assistir a uma inversão desta tendência nos últimos anos letivos.

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 808 alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga, repartidos do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 838 alunos; AE André Soares – 1261 alunos; AE Carlos Amarante – 870 alunos; AE D. Maria II – 896 alunos; AE Braga Oeste – 440 alunos; AE de Celeirós – 454 alunos; AE de Maximinos – 643 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 457 alunos; AE de Real – 787 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 383 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 843 alunos; AE Sá de Miranda – 683 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 298 alunos.

No que subjaz à rede privada, entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, não se observa uma tendência evolutiva muito marcada, na medida em que se registam sucessivos acréscimos e decréscimos do número total de alunos. Todavia, a partir de 2013-2014 a tendência é de contínuo acréscimo do total de frequências nestes níveis do ensino básico.

- **Ensino secundário**

A análise da evolução do número de alunos no ensino secundário da rede pública do concelho denota também uma tendência decrescente, de tal modo que em 2017-2018 o número total de frequências perfaz as 5797, menos 836 do que as registadas em 2009-2010.

A tendência de quebra é comum à generalidade dos agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II. Neste agrupamento assiste-se a uma diminuição do número de frequências até ao ano letivo 2012-2013, a que se segue uma tendência crescente até 2017-2018. Por outro lado, também a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian regista um aumento progressivo do número de alunos no período em análise.

No ano letivo 2017-2018 a rede escolar pública do ensino secundário é frequentada por um total de 5797 alunos, distribuídos da seguinte forma: AE Alberto Sampaio – 1464 alunos; AE Carlos Amarante – 1712 alunos; AE D. Maria II – 1252 alunos; AE de Maximinos – 211 alunos; AE Sá de Miranda – 1023 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 135 alunos.

No que respeita, em particular, ao ensino secundário profissional ministrado nas escolas da rede escolar pública, a tendência é também de decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018. A quebra é particularmente evidente a partir do ano letivo 2012-2013, tendo-se assistido, desde então, a uma perda total de 390 frequências. Tal tendência evolutiva é comum à generalidade das unidades orgânicas, excetuando o AE D. Maria II que regista um aumento progressivo do número de alunos nesta modalidade, a partir do ano letivo 2010-2011. Em contrapartida o AE de Maximinos regista um decréscimo contínuo e acentuado do número de frequências.

Com efeito, no ano letivo 2017-2018, a rede escolar pública concelhia regista um total de 933 alunos no ensino profissionalizante, com a seguinte distribuição: AE Alberto Sampaio – 316 alunos; AE Carlos Amarante – 158 alunos; AE D. Maria II – 259 alunos; AE de Maximinos – 25 alunos; e AE Sá de Miranda – 175 alunos.

Na rede escolar privada assiste-se, de um modo geral, a um aumento do número de frequências no ensino secundário, ainda que pautado por algumas oscilações inter-anuais. No ano letivo 2006-2007 o número

de alunos na rede privada perfazia os 2111 alunos, enquanto em 2015-2016 se contabilizavam 2754 frequências.

Quanto ao ensino secundário profissional, assiste-se também a uma tendência evolutiva crescente da procura dos estabelecimentos escolares da rede privada. No ano letivo 2015-2016, o número total de alunos perfaz os 1372, valor que traduz uma ligeira quebra comparativamente com o ano letivo anterior (- 29 alunos), mas simultaneamente um acréscimo de 649 frequências face às registadas no ano letivo 2006-2007.

III.7.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

A análise qualitativa incide nas principais conclusões em termos de qualidade e segurança dos equipamentos escolares, as quais decorrem da análise e sistematização das respostas aos inquéritos aplicados aos diferentes estabelecimentos de educação e ensino públicos do território concelhio. Assim, note-se que a classificação do estado de conservação dos edifícios escolares corresponde à apresentada pelos representantes de cada um dos estabelecimentos escolares, na respetiva ficha de sistematização física (inquérito).

QUALIDADE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

No que concerne à qualidade dos edifícios escolares da rede pública do concelho de Braga, salientam-se os seguintes aspetos, por unidade orgânica:

- **Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio**

Três escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB n.º 1 de Nogueira, JI de Lomar e EB de Lomar), sete evidenciam um estado razoável (JI de Monte, EB de Fraião, JI de Carvalho, EB de Arcos, EB de Esporões e EB de Nogueira) e três apresentam um bom estado (EB de Trandeiras, EB de Morreira e ES Alberto Sampaio).

Em termos de necessidades de reparação dos edifícios escolares, ao nível do exterior prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (seis dos 13 edifícios em análise), sendo que apenas o edifício do 1.º CEB da EB de Esporões considera não serem necessárias reparações.

Relativamente ao interior, cinco escolas indicam pequenas necessidades (JI de Monte, JI de Carvalho, EB de Trandeiras, EB de Morreira e ES Alberto Sampaio) e também cinco apontam médias necessidades (JI Lomar, EB de Fraião, EB de Arcos, edifício da educação pré-escolar da EB de Esporões e EB de Nogueira).

- **Agrupamento de Escolas André Soares**

Em termos de estado geral de conservação dos edifícios escolares, três apresentam um bom estado (EB de São Lázaro, EB do Fujacal e EB André Soares), dois um estado razoável (EB Carandá e edifício da

educação pré-escolar da EB de Ponte Pedrinha) e um apresentam um fraco estado de conservação (EB de Ponte Pedrinha).

Relativamente ao interior dos edifícios escolares, a maioria das escolas apresentam pequenas necessidades de reparação (EB do Carandá, edifício do JI de Ponte Pedrinha e EB André Soares), enquanto duas indicam não necessitar de reparações (EB de São Lázaro e EB do Fujacal) e uma aponta médias necessidades (edifício do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha). Para o exterior dos edifícios escolares, as necessidades foram classificadas de modo idêntico, com exceção da EB do Carandá que, neste caso, apresenta grandes necessidades de reparação.

- **Agrupamento de Escolas Carlos Amarante**

Segundo os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um bom estado geral de conservação (EB Pedralva e ES Carlos Amarante), cinco evidenciam um razoável estado de conservação (EB de Espinho, EB de Sobreposta, EB de Este S. Mamede, JI de Gualtar e EB de Gualtar) e as restantes três apresentam um fraco estado de conservação (JI de Este São Pedro, EB de Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar).

Em termos de necessidades de reparação dos edifícios escolares (interior e exterior), quatro escolas apontaram a necessidade de pequenas reparações a nível interior e exterior (EB de Este S. Mamede, JI de Este São Pedro, EB de Pedralva e ES Carlos Amarante), enquanto três indicaram médias reparações (EB de Espinho, EB de Sobreposta e JI de Gualtar) e três assinalaram grandes reparações (EB de Este São Pedro, EB nº 1 Gualtar e EB de Gualtar).

- **Agrupamento de Escolas D. Maria II**

A maioria das escolas foram classificadas como apresentando um razoável estado de conservação (EB do Bairro Económico, EB de Santa Tecla, EB nº 2 de Lamaçães, EB de Nogueiró, EB de Tenões e JI de Bracara Augusta), enquanto para dois estabelecimentos escolares foi apontado um bom estado (EB de Lamaçães e ES D. Maria II) e que para a EB S. João do Souto foi indicado um fraco estado geral de conservação.

No que se refere às necessidades de reparação, a generalidade dos estabelecimentos escolares do agrupamento manifestam médias necessidades de reparação, quer ao nível do interior, quer do exterior dos edifícios. Ainda assim, duas escolas apontam pequenas necessidades de reparação (interior e exterior), nomeadamente o JI de Bracara Augusta e a ES D. Maria II. Por outro lado, a EB de São João do Souto indica grandes necessidades de reparação interior e a EB de Santa Tecla identifica a mesma magnitude de necessidades relativamente ao exterior.

- **Agrupamento de Escolas Braga Oeste**

De acordo com as repostas aos inquéritos, o JI de Cabreiros apresenta um fraco estado geral de conservação, enquanto os restantes auferem um estado razoável.

A nível interior, um estabelecimento escolar aponta pequenas necessidades de reparação (EB de Cabreiros), três indicam médias necessidades (edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste) e um evidencia grande necessidades (JI de Cabreiros). Quanto ao exterior,

duas escolas identificam pequenas necessidades de reparação (edifício da educação pré-escolar da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste), uma indica médias necessidades (edifício do 1.ºCEB da EB de Sequeira) e duas apontam grandes necessidades (EB de Cabreiros e JI de Cabreiros).

- **Agrupamento de Escolas de Celeirós**

No que concerne ao estado geral de conservação, os dados indicam um bom estado de conservação para uma das escolas em análise (EB de Escudeiros), um razoável estado de conservação para cinco escolas (EB de Garapôa, EB de Cruz, EB de Guisande, JI de Lamas e EB de Celeirós) e um fraco estado de conservação para uma escola (EB de Figueiredo).

Ao nível do interior dos edifícios escolares, duas escolas evidenciam a necessidade de pequenas reparações (EB de Garapôa e EB de Guisande), enquanto cinco assinalam médias reparações (EB de Cruz, EB de Figueiredo, EB de Escudeiros, JI de Lamas e EB de Celeirós).

Quanto ao exterior, foram assinaladas grandes necessidades de reparação para duas escolas (EB de Figueiredo e JI de Lamas), médias para três escolas (EB de Cruz, EB de Guisande e EB de Celeirós) e pequenas para uma escola (EB de Garapôa). Para a EB de Escudeiros não foi identificada qualquer necessidade de reparação exterior.

- **Agrupamento de Escolas de Maximinos**

Neste agrupamento, duas escolas indicam um fraco estado de conservação (EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos), quatro assinalam um razoável estado de conservação (EB de Estrada, EB da Gandra, EB de Maximinos e EB da Naia) e uma escola aponta um bom estado de conservação (EB de Gondizalves).

As necessidades de reparação do interior dos estabelecimentos escolares são classificadas como pequenas para quatro escolas (EB de Estrada, EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves) e grandes para três escolas (EB da Gandra, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

Ao nível exterior, há grandes necessidades de reparação em duas escolas (EB da Gandra e ES de Maximinos), médias também em duas escolas (EB de Estrada e EB Frei Caetano Brandão) e pequenas em três escolas (EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves).

- **Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado**

Ao nível do estado global de conservação das escolas, predomina o estado razoável, sendo este indicado para um total de sete escolas (EB de Merelim S. Paio, JI de Panoias, EB de Ruães, EB de Carrascal, JI de Mire de Tibães, EB de Panoias e EB de Mosteiro e Cávado). Em contrapartida, para a EB de Padim Graça é indicado um bom estado e para o JI de Padim Graça um fraco estado de conservação geral.

Relativamente ao exterior, prevalecem as médias e grandes necessidades de reparação, pelo que somente o JI de Panoias indica pequenas necessidades. Para o interior, o panorama é mais heterogéneo, com quatro escolas a identificar médias necessidades de reparação (EB de Merelim S. Paio, EB de Ruães, EB de Carrascal e EB de Panoias), três a apontar pequenas necessidades (JI de Panoias, EB de Padim Graça e EB de Mosteiro e Cávado) e duas a indicar grandes necessidades (JI de Mire Tibães e JI de Padim Graça).

- **Agrupamento de Escolas de Real**

Em termos de estado geral de conservação, seis escolas apresentam um bom estado de conservação (JI de Quinta Hortas, EB nº 1 de Real, EB de Frossos, EB de S. Frutuoso, JI de Frossos e EB de Real), duas evidenciam um estado razoável (JI de Parada Tibães e EB da Sé) e uma indica um fraco estado geral de conservação (EB das Parretas).

Quanto às necessidades de reparação exterior e interior identificadas, as seis escolas para as quais foi indicado um bom estado geral de conservação coincidem com as que não apresentam necessidades de reparação ou que apresentam pequenas necessidades. Quanto às restantes escolas do agrupamento, o JI de Parada de Tibães apresenta médias necessidades de reparação do interior e exterior, a EB de Parretas apresenta grandes necessidades de reparação do interior e a EB da Sé apresenta pequenas necessidades de reparação do interior e médias do exterior.

- **Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria**

No que se refere ao estado global de conservação das escolas, predomina claramente o estado razoável, sendo este indicado para um total de dez edifícios escolares. Em contrapartida, para a EB de Arentim é indicado um bom estado e para a EB de Ruilhe e o edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos é atribuído um fraco estado de conservação geral.

Relativamente ao exterior dos edifícios, são seis os estabelecimentos que apontaram médias necessidades de reparação, enquanto três indicaram grandes necessidades e três apontaram pequenas necessidades. Ao nível do interior, o panorama é semelhante, sendo que sete edifícios indicaram médias necessidades de reparação, três apontaram pequenas necessidades e os restantes três identificaram grandes necessidades de reparação.

- **Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches**

De acordo com os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB das Enguardas e EB de Quinta Veiga), três evidenciam um estado razoável (EB do Bairro Alegria, JI da Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches) e duas apresentam um bom estado (EB de S. Vítor e EB do Bairro da Misericórdia).

Em termos de necessidades de reparação, ao nível do exterior dos edifícios escolares prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (três das setes escolas em análise), havendo ainda dois estabelecimentos escolares que indicam pequenas necessidades e dois que apontam não serem necessárias reparações.

Relativamente ao interior, três escolas indicam pequenas necessidades (EB do Bairro da Misericórdia, JI de Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches), duas indicam médias necessidades (EB de Quinta Veiga e EB do Bairro Alegria) e um aponta grandes necessidades (EB das Enguardas). Para a EB S. Vítor, por sua vez, não são identificadas necessidades de reparação interior.

- **Agrupamento de Escolas Sá de Miranda**

Quatro escolas apresentam um bom estado geral de conservação geral (EB de Bracara Augusta, EB de Pousada, JI de Pomares e ES Sá de Miranda), cinco caraterizam-se por um razoável estado (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe) e quatro apresentam um fraco estado de conservação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa e EB de Palmeira).

Em termos de necessidades de reparação, de um modo geral, há uma maior necessidade de intervenção do exterior dos edifícios, sendo dez as escolas que indicam grandes necessidades de intervenção exterior (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Ortigueira, ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa, EB de Eira Velha, JI de Adaúfe e JI de Pomares). Quanto às restantes, a EB de Palmeira indica médias necessidades de intervenção, a ES Sá de Miranda aponta pequenas necessidades e a EB de Pousada não identifica necessidades de reparação.

Quanto ao interior, cinco escolas manifestam grandes necessidades de reparação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB da Presa, JI de Adaúfe e EB de Palmeira), quatro indicam médias necessidades (EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Eira Velha e JI de Pomares) e três apontam pequenas necessidades (EB de Crespos, EB de Ortigueira e ES Sá de Miranda). Importa ainda referir que a EB de Pousada não identifica qualquer necessidade de reparação interior.

- **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**

O estado geral de conservação da escola é classificado como razoável, sendo identificadas grandes necessidades de reparação no exterior do edifício e médias necessidades de reparação do interior.

SEGURANÇA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

No que subjaz à segurança dos edifícios escolares da rede pública do concelho de Braga, destacam-se os seguintes aspetos, por unidade orgânica:

- **Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio**

Todas as escolas possuem iluminação interior e extintores e a maioria dispõe de sistema de alarme (excetuando o JI de Lomar e a EB de Lomar). Por outro lado, são três os estabelecimentos escolares que não possuem iluminação exterior / recreio (JI de Lomar, EB de Trandeiras e edifício do 1.º CEB da EB de Esporões) e também três os que não apresentam plano de evacuação (EB de Fraião, JI de Carvalho e EB de Arcos).

As saídas de emergência e o guarda-noturno são elementos de segurança menos comuns no agrupamento, sendo que apenas seis edifícios escolares dispõem do primeiro (EB de Arcos, EB de Morreira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) e apenas o edifício do JI de Esporões dispõe do segundo.

- **Agrupamento de Escolas André Soares**

A existência de elementos como saídas de emergência, iluminação interior, extintores e sistema de alarme, são comuns a todos os edifícios escolares. Por outro lado, apenas na EB do Carandá é identificada a ausência de iluminação exterior e somente a EB André Soares dispõe de plano de evacuação (carece de aprovação da entidade competente).

- **Agrupamento de Escolas Carlos Amarante**

Todos os edifícios dispõem de iluminação interior e extintores e apenas um não dispõe de sistema de alarme e plano de evacuação, designadamente o JI de Este São Pedro.

Por outro lado, nenhum dos dez edifícios dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea e três não apresentam saídas de emergência, assinalando-se nestas circunstâncias o JI de Este São Pedro, a EB n.º1 de Gualtar e a EB de Gualtar. Em termos de iluminação exterior / recreio, são também três os estabelecimentos escolares que não dispõem deste elemento de segurança, a saber: JI de Este São Pedro; JI de Gualtar; e EB n.º1 de Gualtar.

- **Agrupamento de Escolas D. Maria II**

Todas as escolas dispõem de iluminação interior e extintores. Do mesmo modo, a ausência de passagem aérea ou subterrânea e de guarda-noturno são igualmente caraterísticas transversais a ambos os estabelecimentos escolares.

Por outro lado, são dois os estabelecimentos escolares do agrupamento que não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Santa Tecla e JI de Bracara Augusta) e três os que não dispõem de sistema de alarme (EB de Nogueiró, EB de Tenões e EB de São João do Souto). Refira-se, ainda, que apenas quatro escolas apresentam saídas de emergência (EB de Santa Tecla, EB nº 2 Lamações, EB de Lamações e ES D. Maria II) e somente a ES D. Maria II possui plano de evacuação.

- **Agrupamento de Escolas Braga Oeste**

O sistema de alarme, os extintores, a iluminação interior, as saídas de emergência e o plano de evacuação são mecanismos de segurança comuns a todas as escolas. Em contrapartida, o JI de Cabreiros regista a inexistência de iluminação exterior (do espaço de recreio). Por outro lado, nenhuma das escolas dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

- **Agrupamento de Escolas de Celeirós**

Todas as escolas dispõem de plano de evacuação, extintores e sistema de alarme. Também comum a todos os estabelecimentos do agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea.

Relativamente aos restantes elementos, há a mencionar a inexistência de iluminação exterior / recreio na EB de Garapôa e a inexistência de saídas de emergência na EB de Figueiredo.

- **Agrupamento de Escolas de Maximinos**

A generalidade dos estabelecimentos escolares dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação. Igualmente transversal a todas as escolas deste agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea.

- **Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado**

Todas as escolas dispõem de mecanismos de segurança como extintores e iluminação interior. Para além disso, a maioria destes estabelecimentos possui também iluminação exterior / recreio, saídas de emergência e plano de evacuação.

Quanto ao sistema de alarme, são quatro as escolas que não dispõem deste equipamentos de segurança, nomeadamente o JI de Panóias, a EB de Carrascal, o JI de Mire de Tibães e o JI de Padim da Graça.

- **Agrupamento de Escolas de Real**

A generalidade das escolas deste agrupamento dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação exterior / recreio, iluminação interior e plano de evacuação. Igualmente comum às nove escolas é a ausência de guarda-noturno.

Por outro lado, são três as escolas para as quais é identificada a existência de saídas de emergência, nomeadamente para o JI de Quinta das Hortas, a EB de Frossos e a EB de Real. A passagem aérea ou subterrânea, por sua vez, apenas existe na EB n.º 1 de Real.

- **Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria**

A existência de mecanismos de segurança como sistema de alarme, extintores e iluminação interior é comum a todos os estabelecimentos escolares. Em contrapartida, três edifícios não possuem iluminação exterior / recreio (edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos, EB de Cunha e EB de Ruílhe), dois não apresentam saídas de emergência (JI de Vilaça Entre Muros e EB de Trigal Santa Maria) e um não dispõe de plano de evacuação (edifício de educação pré-escolar da EB de Tebosa).

- **Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches**

Todas as escolas dispõem de extintores e iluminação interior. Por outro lado, somente a EB do Bairro da Alegria não possui saídas de emergência, enquanto o JI da Quinta das Fontes e a EB do Bairro da Alegria não apresentam plano de evacuação e as EB de Enguardas e a EB do Bairro da Misericórdia não dispõem de iluminação exterior / recreio.

Quanto ao sistema de alarme, são três as escolas do agrupamento apresentam este equipamento de segurança, nomeadamente a EB do Bairro Alegria, a EB do Bairro da Misericórdia e a EB Dr. Francisco Sanches.

- **Agrupamento de Escolas Sá de Miranda**

Todos os edifícios dispõem de elementos de segurança como extintores, iluminação interior e plano de evacuação. Outra característica comum a todas as escolas desde agrupamento é a inexistência de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

Por outro lado, dois estabelecimentos não dispõem de saídas de emergência (EB de Pousada e EB de Palmeira), três não apresentam sistema de alarme (EB de Coucinheiro, EB de Presa e JI de Adaúfe) e cinco não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe).

- **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**

Em termos de mecanismos de segurança do edifício da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, este dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação.

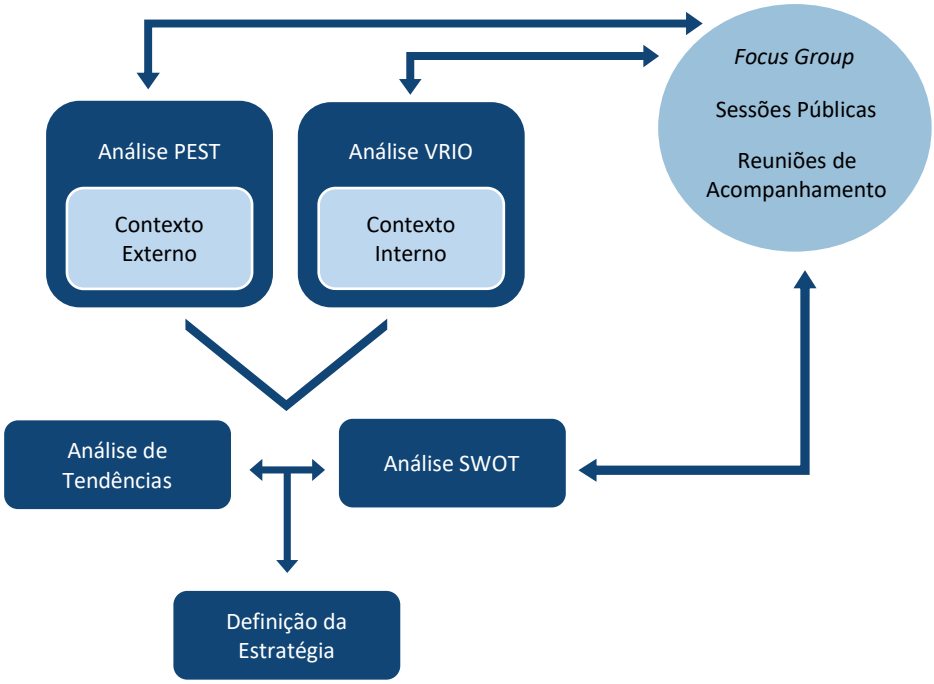
III.7.4. MATRIZ SWOT E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A definição da estratégia educativa sustenta-se, do ponto de vista metodológico, no diagnóstico realizado, quer o decorrente da recolha de tratamento de um conjunto holístico de dados relativos ao território municipal e respetivas dinâmicas populacional e escolar, quer a resultante da aplicação de ferramentas de diagnóstico (*e.g.* inquéritos aplicadas aos estabelecimentos de educação e ensino), quer a consequente da dinamização de iniciativas de participação e auscultação pública junto de agentes (*stakeholders*) relevantes do território (*e.g*. sessões públicas e sessões de *focus group*).

No sentido de assegurar uma correta e mais profícua re(definição) da estratégia educativa municipal, recorreu-se à aplicação de ferramentas e metodologias especificamente vocacionadas para o planeamento estratégico territorial, tais como as análises PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica) e VRIO (Valor, Raridade, Inimitabilidade e Organização), subjacentes à análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e de tendências. Na análise PEST são considerados fatores de contexto externo e na análise VRIO fatores de contexto interno, pelo que o recurso a estes métodos, entendidos como complementares, constitui um importante auxiliar aquando do desenvolvimento da análise SWOT (contexto interno e externo) e da análise de tendências.

A aplicação destas ferramentas, para efeitos de sistematização dos principais fatores do diagnóstico e subsequente planeamento estratégico / re(definição) da estratégia educativa municipal foi então complementada e alimentada pela recolha de um conjunto pormenorizado de dados e pelos contributos decorrentes das iniciativas de participação e auscultação dos agentes do território (Figura III.2).

Figura III.2 | Ferramentas e metodologias subjacentes ao diagnóstico



Entre as iniciativas de participação e auscultação dos agentes do território, destacam-se as sessões de *focus group* realizadas no âmbito do processo de atualização da Carta Educativa, as quais assumiram como principal objetivo a sustentação de "*um diagnóstico devidamente abrangente e que considere as diferentes perspetivas dos principais agentes relevantes ao nível do planeamento educativo do concelho de Braga*". Em termos específicos, estas sessões tinham ainda associados os seguintes objetivos e *outputs* esperados:

- Recolha de contributos para a atualização do diagnóstico;
- Brainstorming de fatores relevantes a considerar no diagnóstico;
- Identificação e priorização de fatores;
- Identificação de oportunidades e ameaças;
- Identificação de forças de mudança e tendências;
- Priorização de tendências em termos de relevância e impacto.

Note-se que a preparação e dinamização das sessões foi conduzida no sentido de dar resposta aos objetivos e outputs esperados, e simultaneamente, promovendo a partilha e discussão entre os principais agentes locais e regionais envolvidos no sistema educativo, sobre as questões fundamentais a considerar na Carta Educativa de Braga.

Entre os agentes envolvidos nas oito sessões realizadas, para além da Câmara Municipal de Braga (equipa de educação e outras equipas), referem-se os profissionais de educação e ensino (Agrupamentos de Escolas, Escolas não Agrupadas, Escolas Profissionais, Escolas Privadas e IPSS com ofertas educativas), os

agentes locais / parceiros sociais, a Comissão da Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, num total de 96 participantes.

Como resultado da participação dos diversos intervenientes nas sessões foi possível identificar um conjunto de fatores primordiais de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências (Quadro III.51).

Quadro III.51 | Fatores de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências identificadas através das sessões de *Focus Group*

Fatores de diagnóstico

- População e demografia
- Fluxos trabalho-casa das famílias
- Parque escolar
- Dinâmica escolar
- Transportes
- Recursos humanos

Oportunidades

- Reflexão e emergência de um novo conceito de escola e de aluno (âmbito internacional e nacional)
- Maior sensibilização para o papel das atividades não letivas na formação das crianças e jovens
- Presença no território de agentes e instituições de I&D
- Equipamentos e outros recursos municipais disponíveis

Ameaças

- Evolução demográfica desfavorável
- Concorrência de escolas fora do concelho, mas próximas das freguesias limítrofes
- Ausência de motivação generalizada dos intervenientes do sistema educativo
- Reformas nacionais na educação

Fatores de mudança

- Demografia
- Necessidades das famílias
- Conceito de escola e de educação
- Reconhecimento da importância da aprendizagem não letiva
- Perfil dos alunos
- Tecnologias

Tendências

- Diminuição do número de alunos
- Centralização da procura nas freguesias mais 'centrais'
- Multiculturalidade do contexto concelhio
- Maior exigência por parte das famílias

Tal como apresentado anteriormente, a diminuição do número de alunos, a centralização da procura, a multiculturalidade do contexto local e o maior grau de exigência por parte das famílias, foram apontadas como as principais tendências a que a Carta Educativa deve estar atenta, não tanto em sede de processo de revisão e elaboração do documento de suporte, mas enquanto processo de partilha e reflexão,

reforçando assim a necessidade de este ser um processo continuado no tempo, e dotado de mecanismos e ferramentas que permitam a correta aferição das alterações de contexto.

Não obstante os resultados decorrentes dos contributos dos agentes do território, na sequência do diagnóstico realizado, e tendo por base os respetivos resultados, importa proceder ao desenvolvimento de um exercício de reformulação da matriz SWOT definida na CE de 1.ª geração, à luz das dinâmicas de evolução educativa. Com efeito, num primeiro momento, a reformulação centra-se apenas nos aspetos negativos que respeitam à rede educativa do concelho, procurando aferir-se, para a globalidade das fragilidades identificadas em seda da Carta Educativa de 1.ª geração, a evolução e as eventuais melhorias das condições de partida (Quadro III.52).

Quadro III.52 | Situação atual das fragilidades identificadas na CE de 1.ª geração

Fragilidades	Situação atual
◦ Um parque escolar, ao nível do EB1, muito antigo com grandes entraves arquitetónicos e espaciais que dificultam/inviabilizam as intervenções para corrigir as falhas;	◦ No âmbito da implementação das propostas preconizadas na CE de 1.ª geração, foram encerrados um número significativo de estabelecimentos escolares, decisão justificada quer pela perda do número de alunos, quer pela impossibilidade, do ponto de vista estrutural, de se procederem a obras de requalificação. Não obstante, permanecem atualmente algumas fragilidades infraestruturais na rede escolar no 1.º CEB, que se pretendem colmatar com as propostas a enquadrar na atualização da Carta Educativa de Braga.
◦ Uma vasta rede de escolas a funcionar, mas que necessitariam de obras de remodelação, ampliação e/ou requalificação urgentes;	◦ No contexto da implementação das propostas preconizadas na CE de 1.ª geração, foi intervencionado um número significativo de escolas da rede escolar pública. Todavia, permanecem algumas carências infraestruturais em algumas escolas, nomeadamente casos em que o número de salas no 1.º CEB é inferior ao número de anos de escolaridade deste ciclo (quatro), resultando em situações de turmas mistas, com alunos de diferentes anos de escolaridade.
◦ Escolas do 1º ciclo do ensino básico da cidade sobrelotadas e com poucas condições para pôr em prática as atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário;	◦ Continua a verificar-se uma tendência de centralização da procura da rede escolar municipal, em certa medida associada aos fluxos casa-trabalho das famílias. Ainda que as escolas da cidade tendam a apresentar taxas de ocupação significativamente superior, quando comparadas com a das escolas das freguesias mais periféricas, observam-se situações próximas da saturação dos espaços escolares, mas muito pontualmente se registam atualmente situações de sobrelotação. Quanto às atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário, este serviço é atualmente assegurado pela generalidade das escolas do 1.º CEB.
◦ Disparidades entre vários pontos do concelho a nível de quantidade e qualidade de equipamentos, e espaços de apoio educativo;	◦ Atualmente, as disparidades entre os vários pontos do concelho a nível da quantidade e qualidade de equipamentos e espaços de apoio educativo não são tão marcadas, ainda que persistam algumas assimetrias a este nível, sendo estas decorrentes, em certa medida, de alguma heterogeneidade nas condições físicas estruturais oferecidas pelas diferentes escolas do concelho.

Fragilidades	Situação atual
◦ Escolas da cidade sobrelotadas em quase todos os níveis de ensino;	◦ A dinâmica escolar sofreu uma marcada alteração nos últimos anos, traduzida pela perda acentuada e generalizada do número de alunos. Com efeito, e apesar da permanência da tendência de centralização da procura da rede escolar, o fenómeno de sobrelotação das escolas da cidade já não assume os contornos gravosos de outrora. De facto, apesar de se registarem taxas de ocupação superiores nas escolas da cidade, com situações próximas da saturação, muito pontualmente se observam atualmente situações de sobrelotação dos espaços escolares. Importa, no entanto, desenvolver esforços no sentido de contrariar as assimetrias em termos de procura e das condições físicas e estruturais das escolas.
◦ Reduzido número de escolas profissionais e reduzida capacidade dessas mesmas escolas;	◦ A oferta do ensino profissional no concelho de Braga aumentou no período de vigência da Carta Educativa de 1.ª geração. Para além de assegurado pelas quatro Escolas Profissionais existentes (Escola Europeia de Ensino Profissional, Escola Profissional de Braga, Escola Profissional Profitecla e Esprominho - Escola Profissional do Minho, esta vertente de ensino é também assegurada pelas escolas da rede pública que ministram o ensino secundário regular, nomeadamente a ES Alberto Sampaio, ES Carlos Amarante, ES D. Maria II, ES de Maximinos e ES Sá de Miranda. Para além disso, na rede privada, esta vertente é ainda assegurada pelo Externato "Infante D. Henrique". ◦ Atualmente a fragilidade não residirá propriamente no número de escolas ou respetiva capacidade, mas na necessidade de diversificação, articulação e adequação da oferta do ensino profissionalizante às necessidades das entidades empregadoras e também das famílias.
◦ Pouca divulgação, por parte dos centros de formação e das escolas profissionais da sua oferta formativa, junto da população geral;	◦ De um modo geral, atualmente, a informação acerca da oferta formativa das escolas que ministram o ensino profissional chegará mais facilmente junto da população, mediante a diversificação dos canais de comunicação e divulgação. A informação encontra-se, em geral, disponível nas páginas web das Escolas Profissionais / Agrupamentos de Escola, para além de serem promovidas ações de divulgação antes do período de matrículas. ◦ O facto da oferta formativa dos cursos profissionais se encontrar prevista para os diferentes estabelecimentos escolares e por ciclos de formação possibilita um planeamento e divulgação atempada, ainda que o facto de a oferta depender da decisão da ANQEP acarrete alguns constrangimentos em termos da possibilidade de articulação e diversificação da oferta entre as diferentes escolas.
◦ Uma taxa de insucesso escolar com algum peso, já que a rondar os 5%;	◦ A taxa de retenção (insucesso) e desistência escolar evidencia um assinalável decréscimo no período entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 quer no contexto local, quer regional e nacional. Não obstante, é no concelho de Braga que se registam sempre as taxas inferiores, comparativamente com as unidades territoriais em que se encontra inserido. ◦ Esta taxa apresenta, em termos evolutivos, uma variação entre os 8,1% referentes ao ano letivo 2006-2007 e os 3,5% correspondentes ao ano 2015-2016.
◦ Níveis de abandono escolar que, apesar de serem baixos (valor médio 0,4%), são preocupantes uma vez que acontecem no ensino básico obrigatório;	◦ Embora no espaço intercensitário 2001-2011 se tenha vindo a assistir ao decréscimo do abandono escolar no ensino básico, o valor de 2011 continua a evidenciar-se, especialmente se interpretado à luz da obrigatoriedade de estudos de 12 anos.

Fragilidades	Situação atual
◦ Valores elevados de saída antecipada (21%) e de saída precoce (41%) do sistema educativo, motivados em grande parte pelo insucesso escolar registado;	◦ A taxa de retenção (insucesso) e desistência escolar evidencia um assinalável decréscimo no período entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 quer no contexto local, quer regional e nacional. Não obstante, é no concelho de Braga que se registam sempre as taxas inferiores, comparativamente com as unidades territoriais em que se encontra inserido.
◦ Mobilidade muito acentuada do corpo docente, o que dificulta a continuidade dos projetos curriculares;	◦ Em termos globais, observa-se uma tendência de aumento do número de docentes do quadro da Escola e/ou do Agrupamentos entre 2006-2007 e 2017-2018, indiciando um atenuação em termos de mobilidade do corpo docente, com perspetivas positivas em termos de oportunidade de continuidade dos projetos curriculares; ◦ A problemática da mobilidade dos recursos humanos assume maior expressividade atualmente ao nível dos profissionais não docentes, bem como dos recursos especializados afetos às atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família.
◦ Uma população com um nível de escolaridade muito baixo, possuindo a maior parte apenas o 1.º ou 2.º ciclos do ensino básico, e mantendo-se uma taxa de analfabetismo preocupante.	◦ A taxa de analfabetismo no concelho de Braga decresceu significativamente no período intercensitário. Em 2011, a taxa de analfabetismo era de 3,35%, valor percentual substancialmente inferior ao verificado nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%). Por outro lado, quando comparado com as unidades territoriais onde se encontra inserido, é no concelho de Braga que se verifica uma menor preponderância dos níveis de instrução mais baixos e as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo (16,10%). O concelho regista um nível de instrução superior ao regional e ao nacional, ainda que a população sem nenhum nível de instrução completo ou cujo nível mais elevado completo corresponde ao 1.º ciclo do ensino básico se afigure ainda significativa.

Fonte: Carta Educativa de Braga, Município de Braga (2016).

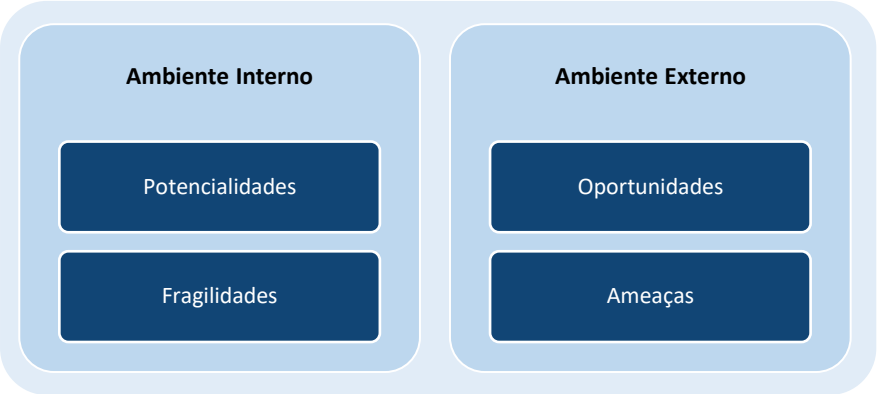
Depois de analisadas do ponto de vista comparativo / evolutivo as fragilidades identificadas aquando da elaboração da Carta Educativa de 1.ª geração, face à atual realidade do território concelhio, importa proceder à reformulação da análise SWOT à luz das atuais dinâmicas populacional e escolar do município. Com efeito, são desenvolvidas duas análises individualizadas, uma correspondendo a uma matriz de cariz genérico (Quadro III.53) e uma outra consistindo numa matriz especificamente incidente no sistema de educação e ensino e dinâmicas diretamente relacionadas (Quadro III.54).

Note-se que a análise SWOT é uma ferramenta analítica que visa a sistematização de uma base coerente e estruturada de um conjunto de realidades organizadas sob a forma de "oportunidades e ameaças", "potencialidades e fragilidades", sendo frequentemente utilizada na realização de diagnósticos e na avaliação de potenciais. A sigla SWOT deriva do inglês e representa as iniciais das palavras *Strenghts* (potencialidades), *Weaknesses* (fragilidades), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Conforme representado na Figura III.3, este tipo de análise combina duas escalas de análise essenciais:

- A **componente endógena do desenvolvimento** (ambiente interno), traduzida em potencialidades (valores próprios positivos do território que contribuem para sua distinção) que deverão ser fomentadas, e fragilidades (valores próprios negativos que determinam a degradação do território) que deverão ser minimizadas.

- O **contexto territorial externo** (ambiente externo), que se divide entre oportunidades (fatores externos que poderão potenciar as características próprias do território) que deverão ser aproveitadas, e ameaças (fatores externos que poderão contribuir para a desagregação e a degradação da integridade e dos valores existentes) que deverão ser contrariadas.

Figura III.3 | Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT



Quadro III.53 | Matriz SWOT – Genérico

Ambiente Interno	
Potencialidades	**Fragilidades**
◦ Níveis de qualificação de população residente e ativa superiores à média regional e nacional; ◦ Saldo natural positivo, com o número de nascimentos a superar o número de óbitos; ◦ Taxa de natalidade superior à verificada a nível regional e nacional; ◦ Taxa de mortalidade inferior à verificada a nível regional e nacional; ◦ Tendência para o aumento populacional, representativa do caráter polarizador do concelho; ◦ Preponderância da população jovem relativamente à população idosa, com um índice de envelhecimento inferior ao regional e nacional; ◦ Forte visibilidade e capacidade atrativa da cidade de Braga em matéria de oferta de serviços, eventos e oferta cultural; ◦ Forte dinâmica de práticas artísticas e criativas de base urbana e participação de segmentos jovens da população nessa dinamização; ◦ Elevado potencial turístico, nomeadamente pela relevância do património religioso; ◦ Diversidade arquitetónica e arqueológica; ◦ Centro histórico relativamente bem conservado e dotado de boas infraestruturas; ◦ Setor terciário preponderante na cidade; ◦ Predomínio das deslocações intraconcelhias sobre as deslocações interconcelhias nos movimentos pendulares; ◦ Boa taxa de cobertura da rede de transportes públicos da TUB e respetiva articulação com a rede de equipamentos; ◦ Boa taxa de cobertura de equipamentos, infraestruturas e rede viária; ◦ Elevada concentração de equipamentos, instituições e empresas; ◦ Aumento do parque habitacional (alojamentos) concelhio; ◦ Posição geoestratégica do concelho de Braga, como ponto central de núcleos turísticos (Guimarães, Gerês, praias), possibilitando a atração de uma maior quantidade de indivíduos.	◦ Decréscimo do setor primário e estagnação do setor secundário, com a retração da competitividade, desenvolvimento e investimento no concelho; ◦ Tendência para o aumento do desemprego no período intercensitário; ◦ Dificuldade acrescida de integração das classes etárias mais jovens (até aos 30 anos) no mercado de trabalho; ◦ Diminuição da taxa de natalidade, provocando a redução das classes etárias mais jovens; ◦ Tendência para o envelhecimento populacional, traduzido pelo aumento da população idosa; ◦ Necessidade de migração de algumas famílias para outras freguesias por falta de recursos para investir na freguesia de origem; ◦ Estado de abandono de alguns equipamentos, nomeadamente educativos; ◦ Défice de estacionamento de apoio a equipamentos, designadamente educativos); ◦ Défice de espaços verdes de apoio residencial; ◦ Dispersão de equipamentos em relação aos espaços centrais dos aglomerados mais periféricos; ◦ Perfil de intensidade tecnológica inferior ao da Região evidenciando ainda fraco impacto territorial do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho, com predomínio dos fatores de competitividade “recursos naturais” e “mão-de-obra”; ◦ Incipiente estádio de cooperação entre municípios para a conceção e implementação de projetos e estratégias intermunicipais; ◦ Subaproveitamento da rede de equipamentos municipais e das respetivas áreas de influência; ◦ Forte prevalência do automóvel ligeiro como meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares da população residente; ◦ Existência de pontos críticos e de congestionamento de tráfego junto a alguns equipamentos, nomeadamente escolas.

Ambiente Externo	
Oportunidades	**Ameaças**
◦ Posicionamento geoestratégico do Concelho no Norte de Portugal; ◦ Posicionamento estratégico favorável para promover a mediação nas políticas sectoriais de âmbito intermunicipal; ◦ Ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho; ◦ Presença no território de agentes e instituições de I&D, nomeadamente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias, com potencial de crescimento orgânico e de atração de empresas ao território; ◦ Aumento da cooperação, transferência e circulação de conhecimento entre Instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e o setor empresarial; ◦ Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da Quadrilátero e CIM Cávado; ◦ Incremento da coordenação entre políticas sectoriais e territoriais, envolvendo os níveis de decisão locais e centrais; ◦ Eventos relacionados com a Semana Santa conferem uma atração nacional e ibérica, bem como os eventos relacionados com a Braga Romana; ◦ Crescente aposta nacional e regional do setor do turismo. ◦ Rede de equipamentos existentes em bom estado de conservação e disponíveis para usufruto da população; ◦ Possibilidade de reconversão de alguns equipamentos inativos; ◦ Potencial de aposta e afirmação de uma estrutura intermodal de circulação; ◦ Atual Quadro de Apoio Comunitário 2014-2020.	◦ Evolução demográfica desfavorável, com a intensificação do envelhecimento populacional quer em termos regionais, quer nacionais; ◦ Concentração da população no centro da cidade e fenómenos de desertificação nas freguesias mais periféricas; ◦ Vulnerabilidade a efeitos locais das alterações climáticas; ◦ Desequilíbrios de dotação de equipamentos com eventuais repercussões na coesão territorial; ◦ Crise económica a nível nacional e internacional e consequente falta de investimento público e privado; ◦ Tendência para níveis de qualificação do emprego inferiores aos da população residente, com a absorção pelo emprego a ficar aquém da melhoria observada das qualificações; ◦ Tendência de emigração de recursos humanos habilitados para o estrangeiro e para outros concelhos; ◦ Proximidade ao grande polo de atração representado pela cidade do Porto.

Quadro III.54 | Matriz SWOT – Sistema de Educação e Ensino

Ambiente Interno	
Potencialidades	**Fragilidades**
◦ Níveis de qualificação de população superiores à média regional e nacional; ◦ Taxa de analfabetismo significativamente inferior à regional e nacional; ◦ Existência de uma rede escolar municipal que assegura os diferentes níveis, da educação pré-escolar ao ensino superior; ◦ Existência de uma rede de escolas com oferta da vertente do ensino profissionalizante; ◦ Existência de uma escola da rede pública com oferta do ensino artístico, nomeadamente a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian; ◦ Existência de estabelecimentos de ensino superior de relevância internacional; ◦ Presença no território de agentes e instituições de I&D, nomeadamente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias ◦ Articulação da sequencialidade pedagógica entre os diferentes níveis ministrados, mediante a existência de um conjunto de agrupamentos de escolas; ◦ Generalização dos serviços de prolongamento de horário e atividades no âmbito das componentes de apoio à família; ◦ Apreciável progressão das taxas de pré-escolarização e de escolarização; ◦ Evolução favorável da taxa de retenção e desistência, com valores inferiores aos verificados no contexto regional e nacional; ◦ Decréscimo das taxas de abandono escolar no ensino básico no período intercensitário; ◦ Investimento contínuo na melhoria das infraestruturas escolares e nas condições promotoras de sucesso educativo; ◦ Envolvimento por parte do município em atividades e projetos de apoio social e à educação; ◦ Boa taxa de cobertura da rede de transportes públicos da TUB e respetiva articulação com a rede de equipamentos escolares; ◦ Existência de uma vasta rede de equipamentos de apoio à educação e ensino no território concelhio (equipamentos desportivos, culturais e de lazer).	◦ Quebra generalizada do número de alunos nos vários níveis de educação e ensino, particularmente na rede escolar pública; ◦ Existência de turmas mistas, com mais do que um ano de escolaridade; ◦ Permanência de algumas assimetrias territoriais ao nível da quantidade e qualidade de equipamentos e espaços destinados a atividades de prolongamento de horário e da componente de apoio à família; ◦ Heterogeneidade nas condições físicas estruturais oferecidas pelas escolas do concelho, subsistindo algumas necessidades de requalificação dos espaços escolares, dotação com espaços adequados à prática desportiva, melhoria dos mecanismo de eficiência energética e de climatização; ◦ Parque informático das escolas em estado generalizado de desatualização; ◦ Subsistência de situações de escolas que não dispõem de cobertura por rede *wireless*; ◦ Tendência para a centralização da procura dos estabelecimentos escolares, por influência de fatores diversos como a oferta de emprego, os movimentos pendulares dos pais, e a rede de creches, conduzindo a uma acrescida quebra do número de frequências nas escolas das freguesias mais periféricas; ◦ Existência de situações de subaproveitamento dos espaços escolares, principalmente nas freguesias mais periféricas; ◦ Assimetrias na gestão de contratos de concessão de prestação de serviços de fornecimento de refeições entre as diferentes escolas e agrupamentos; ◦ Ausência de respostas para os alunos com deficiência, após o término dos seus estudos; ◦ Reduzido número de Unidades de Apoio Especializado face às necessidades, encontrando-se as unidades existentes no limiar da capacidade e com carência de recursos humanos; ◦ Insuficiente oferta de transporte para os alunos com multideficiência; ◦ Elevada mobilidade e carência de qualificação adequada do pessoal não docente; ◦ Formação insuficiente e/ou inadequada dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais.

Ambiente Externo	
Oportunidades	**Ameaças**
◦ Reflexão e emergência de um novo conceito de escola (espaço multivivências) e de aluno, no âmbito internacional e nacional; ◦ Aumento de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades, e consequente aumento da multiculturalidade no meio escolar; ◦ Maior sensibilização para o papel das atividades não letivas na formação das crianças e jovens; ◦ Aposta europeia e nacional na qualificação de jovens e adultos; ◦ Tendência para que as camadas mais jovens atinjam níveis de escolarização mais elevados; ◦ Crescimento da escolarização em virtude do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos; ◦ Estabelecimento da universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos quatro anos de idade; ◦ Estímulo ao desenvolvimento de projetos integrados de combate ao abandono e ao insucesso escolar; ◦ Valorização do ensino profissionalizante como uma via alternativa a privilegiar pelo poder central; ◦ Replicação, alargamento e fomento de projetos conjuntos entre escolas, estabelecimentos de ensino superior e empresas do território; ◦ Vasta área de influência de alguns estabelecimentos de ensino municipais, com ofertas de excelência e/ou diferenciadas; ◦ Estabelecimento de sinergias com um conjunto de parceiros sociais relevantes (e.g. ciência, ambiente, I&D, cultura, desporto, saúde, cidadania, voluntariado, etc); ◦ Articulação da Carta Educativa e do Projeto Educativo Municipal como instrumentos estratégicos agregadores e orientadores da política e da ação educativa municipal; ◦ Existência de uma vasta rede de equipamentos e outros recursos municipais, passíveis de articulação da respetiva utilização para o apoio às atividades escolares; ◦ Desenvolvimento de um sistema de certificação concelhio focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas (certificação da qualidade do ensino).	◦ Evolução demográfica desfavorável, traduzida pela perda de efetivos em idade escolar; ◦ Absorção de alunos pelas escolas de outros concelhos, nomeadamente nas freguesias limítrofes; ◦ Ausência de motivação generalizada dos intervenientes do sistema educativo; ◦ Recorrentes reformas nacionais na educação (*e.g.* política de organização do sistema educativo); ◦ Tendência de agravamento da dificuldade de integração das classes etárias mais jovens (até aos 30 anos) no mercado de trabalho; ◦ Relação de dependência da oferta formativa do ensino profissionalizante do concelho relativamente à seleção e decisão da ANQEP; ◦ Carência de articulação e cooperação entre as várias entidades de formação, ao nível da oferta formativa, conduzindo à criação de percursos idênticos, à saturação do mercado de trabalho e ao subsequente défice na absorção dos formandos; ◦ Carência de cooperação intermunicipal em termos de programas e políticas educativas; ◦ Crise económica/financeira nacional com repercussões nos financiamentos para a qualificação e modernização do parque escolar.

III.7.5. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA EDUCATIVA

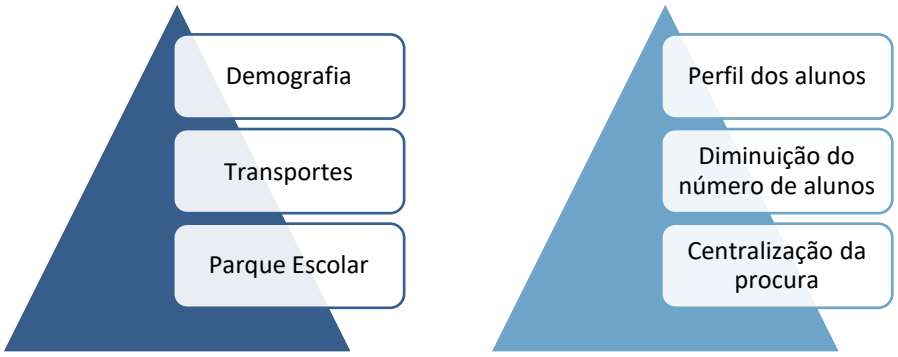
A re(definição) da estratégia educativa municipal tem como principal propósito proporcionar ao Município o apoio à decisão estratégica de uma forma fundamentada, assente numa gestão eficaz dos recursos educativos, assim como promover uma intervenção municipal mais eficaz e eficiente sobre os desvios ou fragilidades detetadas no contexto escolar. Este propósito é consonante como o compromisso assumido pela autarquia para a promoção de um ensino de qualidade, do sucesso dos alunos e da melhoria da vida dos cidadãos.

Definir a estratégia educativa municipal implica definir formas de atuação que promovam o envolvimento e o comprometimento de todos, numa ação coesa, colaborativa e integradora, passível de colmatar as fragilidades e valorizar as potencialidades anteriormente identificadas.

Como em qualquer processo de planeamento estratégico, a definição da estratégia educativa da Braga sustenta-se, do ponto de vista metodológico, no diagnóstico realizado, dentro do qual assumem particular relevância das iniciativas de participação e auscultação pública, na medida em que permitiram ter uma perceção de conjunto e reunir um grupo alargado de agentes do território com ligação privilegiada à temática em apreço. As principais conclusões e resultados do diagnóstico encontram-se sistematizadas e materializadas sob a forma de matrizes SWOT, conforme apresentado no ponto anterior, que representam um elemento fundamental de suporte à definição da estratégia educativa.

Partindo dos principais fatores de diagnóstico e das principais tendências identificadas do decurso do trabalho de diagnóstico e de realização das sessões de *focus group*, importa proceder ao estabelecimento de níveis de priorização, mediante a ponderação dos vários contributos dos intervenientes e a respetiva sistematização e agrupamento pelos fatores de diagnóstico e tendências apresentados no ponto anterior. Com efeito, face à ênfase e aos níveis de repetição associados a cada um dos fatores e tendências identificados, podem considerar-se os seguintes níveis de priorização apresentados na Figura III.4.

Figura III.4 | Níveis de priorização dos fatores de diagnóstico e das tendências identificadas



Esta priorização evidência a existência de três fatores de diagnóstico primordiais, nomeadamente o parque escolar, os transportes e a demografia. Complementarmente, são três as tendências que deverão estar no cerne da definição da estratégia educativa municipal, nomeadamente a centralização da procura, a diminuição do número de alunos e a alteração do perfil dos alunos (e do conceito de escola).

Os contributos decorrentes das sessões de *focus group* realizadas no âmbito dos trabalhos de atualização da Carta Educativa de Braga, para além da identificação e priorização de fatores de diagnóstico e de tendências, permitiram ainda a identificação das principais questões subjacentes aos comentários dos diferentes participantes. Estas questões foram devidamente analisadas, ponderadas e agrupadas de acordo com a sua natureza material ou imaterial, estrutural ou conjuntural. Esta *clusterização* dos resultados providenciou uma análise mais sistemática e crítica das questões, facilitando a identificação de alternativas de resposta que poderão ou não vir a integrar a Carta Educativa, consoante o seu âmbito extravase ou não o âmbito deste instrumento de planeamento.

Ainda que relativamente ambígua e subjetiva, a classificação efetuada atendeu à natureza intrínseca das questões, procurando, nos casos em que a mesma questão poderia ser duplamente classificada (como simultaneamente material e imaterial, ou estrutural e conjuntural, dependendo da perspetiva de análise e do contexto considerado), atribuir a classificação mais preponderante ou que melhor se considera traduzir a intenção dos participantes nas sessões. O produto desta análise é apresentado no Quadro III.55, onde consta, para além da identificação dos comentários e das questões a responder (contributos das sessões de *focus group*), a respetiva proposta de priorização, em função dos resultados e conclusões decorrentes do diagnóstico socioeducativo (contexto demográfico, contexto educativo e sistema de ensino local).

A supracitada matriz constituirá uma ferramenta fundamental à definição da estratégia educativa local, nomeadamente no que respeita às suas linhas estratégias (objetivos), bem como à sustentação das propostas específicas de programação da Carta Educativa, numa fase posterior dos trabalhos.

Quadro III.55 | Matriz de sistematização das questões subjacentes aos comentários/contributos decorrentes das sessões de *focus group* e respetiva priorização em função dos resultados do diagnóstico socioeducativo

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de elaborar planos municipais com uma visão/ estratégia de longo prazo que possa minimizar os impactos das alterações introduzidas pelo Ministério da Educação.	Visão estratégica de longo prazo. Articulação entre Estratégias Locais.	++	Aos planos municipais subjaz uma visão estratégica de médio / longo prazo. No entanto, atendendo à volatilidade da realidade socioeconómica, importa destacar que é na monitorização da respetiva implementação que reside a oportunidade de identificação atempada de eventuais alterações (normativas ou de realidade local), passível de sustentar a adoção de medidas e ações adaptativas.
Articulação entre a Carta Educativa e o Projeto Educativo Municipal.	Articulação entre políticas e projetos municipais.	++	Sendo a Carta Educativa um instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos, de acordo com ofertas educativas e formativas existentes e por satisfazer no concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, e o Plano Estratégico Educativo Municipal um instrumento vinculativo das políticas educativas municipais, ambos deverão estar compatibilizados naquilo que são as estratégias, linhas orientadoras e metas preconizadas.
A Carta Educativa como documento prático e operacional e processo contínuo e participado.	Monitorização da Carta Educativa. Participação dos agentes locais.	++	A Carta Educativa deverá, desde a sua génese, procurar reunir os principais agentes educativos locais numa ação colaborativa, coesa e integradora, em prol de uma estratégia educativa comum, em que toda a comunidade educativa se reveja. Aquando da implementação, é fundamental que seja assegurada uma monitorização contínua dos principais indicadores de dinâmica escolar e de sucesso educativo, permitindo a identificação atempada de eventuais alterações evolutivas e a adoção de medidas de reajuste.
Necessidade de atualização da Carta Educativa em vigor.	Atualização da Carta Educativa.	++	A Carta Educativa de 1.ª geração encontra-se desajustada à realidade atual do concelho de Braga. A dinâmica da evolução nos últimos anos, quer ao nível demográfico e socioeconómico, quer ao nível da própria política do sistema educativo e do desenvolvimento local, impõe necessidades de ajustamento deste instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa à conjuntura e mudanças ocorridas.
Oportunidade de realização de levantamento socioeconómico e demográfico do concelho.	Retrato Social, Económico e Demográfico concelhio atualizado.	+	O diagnóstico da atual realidade socioeconómica e demográfica do concelho representa um aspeto significante ao estabelecimento da situação de referência, permitindo aferir acerca das oportunidades e ameaças que se colocam ao território, nomeadamente em termos educativos.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de monitorização da Carta Educativa com vista à possibilidade de adaptação às alterações de contexto que possam influenciar as ações e/ou objetivos previstos na Carta.	Monitorização da Carta Educativa.	++	A monitorização da Carta Educativa é um processo indispensável para a gestão do sistema educativo do concelho, permitindo conhecer a realidade educativo-social na sua evolução e proceder aos ajustamentos que a cada momento se revelem necessários.
Conselho Municipal de Educação com desempenho positivo mas com necessidade de maior intervenção.	Operacionalidade do Conselho Municipal de Educação. Participação ativa na gestão da Estratégia da Carta Educativa.	+	No sentido da Carta Educativa representar, efetivamente, um processo participado, contínuo e comum a toda a comunidade escolar, bem como maximizar os respetivos resultados e benefícios, é imprescindível que o modelo de governança deste instrumento seja melhorado e adequado à realidade local. É fundamental garantir que todos os agentes educativos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados na tomada de decisão.
Existência de articulação e projetos conjuntos (embora em situações relativamente pontuais) entre as escolas e a Universidade do Minho, assim como entre as escolas e as empresas do concelho. Possibilidade/ necessidade de replicação e maior abrangência.	Articulação entre agentes.	+	O estabelecimento de sinergias, a capitalização de resultados, a articulação e o trabalho em rede são aspetos importantes na garantia da qualidade educativa e do sucesso educativo no concelho. De modo a possibilitar a replicação e a maximização de projetos e ações bem-sucedidas, é fulcral garantir que todos os agentes educativos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados na tomada de decisão.
Desenvolvimento de sistema de certificação concelhio focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas.	Valorização da inovação, articulação e pertinência dos projetos educativos escolares para a afirmação da Carta Educativa e para a maior qualidade do sistema educativo do concelho.	+	O sistema de certificação, focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas, poderá representar um instrumento orientador, passível de garantir a homogeneidade em termos de parâmetros e indicadores de qualidade do sucesso educativo e formativo da rede escolar local, constituindo-se como um mecanismo para a identificação de boas práticas e oportunidades de melhoria. Poderá ainda ser relevante na operacionalização do processo de monitorização da Carta Educativa de Braga.
Carta Educativa deve traduzir as especificidades do concelho, deve afirmar-se como um processo estratégico e estruturante.	Carta Educativa como documento estratégico, estruturante e tradutor das especificidades do concelho. Diferenciação da Estratégia para a Educação.	++	A estratégia educativa local, preconizada na Carta Educativa, deverá procurar atender e responder às especificidades do concelho, substanciadas numa visão estratégica unificadora, em prol da equidade no acesso à educação, da construção de uma escola inclusiva, da integração e cooperação entre toda a comunidade educativa, do apoio ao aluno, ao educador e ao encarregado de educação e da criação de uma consciência e pertença à comunidade.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Oportunidade para a dinamização de agenda articulada.	Articulação entre agentes. Sinergia de esforços. Organização, eficiência e eficácia dos eventos realizados.	++	Há uma oportunidade de dinamização de uma agenda articulada de eventos com as escolas, tendo em conta que grande parte destes eventos são promovidos ou copromovidos pelo município de Braga. A existência de uma agenda articulada entre os vários agentes educativos possibilita o desenvolvimento de projetos educativos mais abrangentes, enraizados na cultura e nos atores locais e mais direcionados para os objetivos da estratégia educativa do concelho. Na dinamização desta agenda articulada deverão ser considerados os fatores críticos associados à participação da comunidade escolar, tal como a garantia da acessibilidade (transporte).
Criação de plataforma de divulgação de eventos (agenda articulada) promovidos pela CMB.	Comunicação e divulgação. Articulação entre agentes.	++	Identificada a necessidade e oportunidade de dinamização de uma agenda articulada de eventos de índole educativa, importa criar os adequados mecanismos de informação, divulgação e partilha, de modo a garantir a efetiva articulação entre os vários agentes educativos.
Melhorar as condições físicas de algumas escolas, nomeadamente aquelas que não têm recreios cobertos, espaços apropriados para a prática desportiva e saneamento, bem como melhorar os mecanismos de eficiência energética e climatização.	Qualificar o parque escolar em matéria de condições físicas e infraestruturais.	++	Alguns estabelecimentos escolares reportaram necessidades de intervenção ao nível infraestrutural, apontando condições físicas deficitárias, quer ao nível da qualidade geral dos edifícios escolares, quer no espaço exterior ou até mesmo dos mecanismos de segurança.
Atualizar o parque informático e dotar todas as escolas de rede *wireless*.	Qualificar o parque escolar em matéria de equipamento informático.	+	Grande parte das escolas indicaram um desajuste dos recursos existentes, no que ao parque informático diz respeito, face às necessidades atuais.
Reforçar o material didático para alunos com necessidades educativas especiais.	Qualificar o parque escolar em matéria de materiais pedagógicos específicos.	+	A evolução do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, evidencia uma tendência expressiva de acréscimo, particularmente a partir do ano letivo 2011-2012. Neste contexto, torna-se fundamental assegurar os recursos necessários à adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem destes alunos.
Tendência para a centralização da procura, por influência de fatores diversos como a oferta de emprego, os movimentos pendulares dos pais, e a rede de creches.	Ampla cobertura geográfica e gestão eficiente de recursos.	++	Observa-se uma maior procura dos estabelecimentos escolares nas freguesias do núcleo central da cidade, associada a uma maior oferta quer em termos de equipamentos escolares, quer de equipamentos de apoio à educação e ensino (desportivos, culturais e de lazer).

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Assimetrias na gestão de contratos de concessão de prestação de serviços de fornecimento de refeições entre as diferentes escolas e agrupamentos.	Estratégia municipal orientadora para a homogeneidade / equivalência de políticas, procedimentos, ações e recursos.	+	Quase todo o serviço de refeições nas escolas se encontra subconcessionado (e.g. BragaHabit, IPSS), não havendo homogeneidade em termos de procedimentos e gestão de prestação de serviços entre os vários agrupamentos de escolas.
O encerramento de escolas, se necessário, deve acautelar as necessidades das famílias, pressupondo a apresentação atempada de alternativas viáveis, eficazmente divulgadas e comunicadas.	Resposta às necessidades reais das famílias. Gestão eficiente de recursos. Comunicação e divulgação.	++	A Carta Educativa é, por definição, um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos de um concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do seu desenvolvimento demográfico e socioeconómico. Com efeito, recai sobre este instrumento a finalidade de orientar a expansão do sistema educativo e de tomar decisões de reordenamento da rede, nomeadamente a de encerramento de escolas que não se encontrem ajustadas às necessidades educativas atuais do território. Perante opções de encerramento, é fundamental que seja garantida a identificação, comunicação e gestão atempada de alternativas viáveis para os alunos e suas famílias.
Pensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado aos atuais perfis de alunos, pais e professores.	Repensar o conceito de escola.	++	No atual contexto socioeducativo, há uma necessidade incontornável de repensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado ao atual perfil das crianças e jovens, bem como às necessidades mais prementes das famílias. Há uma carência de fomentar a componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, promovendo uma atitude crítica, esclarecida e democrática.
Afetação de espaços municipais não diretamente ligados às escolas para a realização de atividades letivas (desporto) e/ou complementares.	Gestão de recursos municipais.	+	A oportunidade de afetação de espaços municipais não diretamente ligados às escolas para a realização de atividades letivas (desporto) e/ou complementares prende-se com a operacionalização e dinamização de uma agenda articulada de eventos com as escolas. Observa-se a possibilidade de serem rentabilizados os recursos físicos existentes para a promoção da participação da comunidade escolar em atividades enquadradas na estratégia educativa do município.
Abertura de espaços escolares em períodos não letivos, com oferta de atividades de lazer e de aprendizagem não formal.	Gestão de recursos municipais.	+	Em articulação e sinergia com as orientações do Ministério da Educação relativas ao funcionamento dos refeitórios escolares durante as férias escolares da época de Natal e Páscoa a partir do ano letivo 2018-2019, há uma oportunidade de rentabilização e aproveitamento dos espaços escolares do concelho em períodos não letivos, com oferta de atividades de lazer e de aprendizagem não formal. Note-se que a autarquia assegura já o serviço de refeições nas interrupções letivas aos alunos carenciados, pelo que a disponibilização de acesso aos espaços para a realização de atividades de caráter lúdico e educativo poderá ser uma medida complementar.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Decréscimo do número de alunos, com tendência a acentuar-se/ manter-se em algumas freguesias mais periféricas do concelho.	Antecipação e gestão das tendências demográficas. Conhecimento e comunicação. Gestão de equipamentos e recursos.	++	A evolução do número de alunos a frequentar os diferentes níveis e valências escolares é de expressivo declínio nos últimos anos, particularmente no que se refere à rede escolar pública do concelho.
Aumento de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades, e consequente aumento da multiculturalidade dos contextos escolares e dos desafios à gestão dessa multiculturalidade.	Gestão da multiculturalidade nas escolas.	++	Em contexto de aumento do número de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades impõe uma necessidade de esforço adicional ao nível da gestão da multiculturalidade nas escolas, a fim de promover a inclusão. Por outro lado, representa um desafio acrescido para o sistema de educação e ensino local, atendendo aos desfasamentos curriculares observados nos países de origem comparativamente com a realidade nacional.
Ausência de respostas para os alunos com deficiência, após o término dos seus estudos. Referência a iniciativas pontuais de articulação com empresas locais, bem-sucedidas.	Oferta educativa/ resposta para segmentos com necessidades específicas. Articulação entre agentes.	+	A evolução crescente do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, verificada nos últimos anos, impõe uma necessidade acrescida de se anteverem respostas para estes alunos, após o cumprimento do respetivo percurso educativo.
Existência de poucas Unidades de Apoio Especializado (face às necessidades), com a consequente dispersão dos alunos pelas diferentes escolas. As UAE existentes carecem de recursos humanos e estão no limiar da sua capacidade.	Oferta educativa/ resposta para segmentos com necessidades específicas. Articulação com as Políticas Nacionais.	++	A evolução crescente do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, verificada nos últimos anos, impõe também uma necessidade de reforço das respostas educativas adaptadas às especificidades e carências destes alunos.
Existência de turmas mistas.	Supressão da existência de turmas mistas.	++	No ano letivo 2017-2018 permanecem em funcionamento turmas mistas em alguns estabelecimentos escolares da rede pública local. Note-se que existem escolas que asseguram o 1.º ciclo do ensino básico e que não dispõem de quatro salas de aula (uma sala por ano de escolaridade).
Transição entre o ensino pré-escolar e o ensino básico deverá contemplar uma abordagem mais experiencial.	Extensão do Plano curricular e compatibilização com vertente mais experiencial. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	-	As questões associadas à extensão e especificidades do plano curricular recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, a autarquia e os agentes educativos do concelho, reconhecendo e deparando-se com estes desafios, poderão contribuir para a supressão desta lacuna, nomeadamente mediante o desenvolvimento de atividades mais experienciais direcionadas para os níveis escolares em causa (agenda articulada de eventos educativos).

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessária maior valorização na educação de adultos e na consolidação de uma relação de cooperação entre entidades locais, no sentido de desenvolver percursos alternativos para os alunos com maiores dificuldades de integração nos currículos regulares.	Articulação de Agentes.	+-	Observa-se um decréscimo da oferta e procura das respostas no âmbito da educação e formação nos últimos anos. Não obstante, assiste-se a uma diversificação das tipologias de resposta no âmbito da promoção do sucesso educativo e formativo (alternativas ao currículo regular).
Diminuição generalizada do número de alunos considerada como elemento de motivação para o desenvolvimento de uma oferta educativa de qualidade.	Qualidade da oferta educativa.	++	A promoção da qualidade da oferta educativa assume-se como um aspeto-chave, particularmente no que se refere à rede escolar pública do concelho, onde se assiste a uma quebra generalizada e contínua do número de frequências nos últimos anos.
A avaliação da adequação da rede de transportes às necessidades das famílias, não sendo unânime, aponta para a reanálise e avaliação da rede, no sentido de providenciar respostas mais adequadas e uma mais eficiente gestão de recursos.	Gestão eficiente de recursos.	+-	O transporte escolar é assegurado pelos Transportes Urbanos de Braga (TUB) que praticam uma oferta superior à exigida por Lei. A classificação dos serviços atuais, sob o ponto de vista da qualidade, não reúne consenso da comunidade escolar. Poderá haver lugar a uma realização de necessidades, nomeadamente considerando a atual dinâmica de procura dos diferentes estabelecimentos escolares.
Oferta de transporte de alunos com multideficiência considerado insuficiente face às necessidades.	Gestão de Recursos. Articulação com agentes locais.	+	Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, o transporte adaptado deverá ser alvo de especial atenção. Atualmente, a autarquia assegura já o transporte a alunos com mobilidade reduzida, cujo percurso casa-escola apresenta uma distância igual ou superior a 3,5 km.
Existência de pontos críticos e de congestionamento de tráfego junto a algumas escolas nos momentos de entrada e saída de alunos. Sugerida a criação de espaços específicos para a paragem de viaturas para a entrada e saída de alunos.	Gestão de recursos. Sensibilização e educação cívica. Gestão de tráfego e mobilidade.	-	As questões associadas ao tráfego recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, pode caber à autarquia o desempenho de um papel impulsor neste âmbito, atendendo às suas atribuições e competências.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Sensibilização para a utilização de transportes públicos.	Políticas Sustentáveis.	-	No concelho de Braga, o meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares é o automóvel ligeiro, quer seja no papel de condutor, quer como passageiro, ultrapassando largamente o recurso aos transportes públicos. A sensibilização para a utilização de transportes públicos poderá ter implicações positivas quer em termos de redução da intensidade de tráfego juntos às escolas, quer de melhoria da qualidade do ambiente urbano. Estas questões recaem, contudo, num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, pode caber à autarquia o desempenho de um papel impulsor neste âmbito, atendendo às suas atribuições e competências.
Dificuldade de acesso a transportes para a realização de atividades entre escolas.	Programação e gestão de recursos. Articulação entre agentes.	+	As condições de acesso a transporte para a realização de atividades entre escolas apresenta uma relação de interdependência com a existência de uma agenda de eventos devidamente articulada e planeada. A dinamização de tal agenda permitiria o planeamento e garantia devidamente atempada dos recursos necessários à dinamização dos eventos, nomeadamente em termos de acessibilidade, para todos os que nele manifestassem interesse.
Insuficiência de pessoal não docente nas escolas e necessidade de pessoal com qualificações mais adequadas.	Formação dos recursos humanos. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	+	Observa-se uma tendência global de aumento do número de profissionais não docentes a exercer atividade na rede escolar pública do concelho de Braga, nos últimos anos letivos, ainda que a mesma não seja transversal às várias unidades orgânicas. A dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 272-A/2017, sendo fixada de acordo com um conjunto de critérios. Um destes critérios refere-se à existência de unidades de ensino estruturado / especializado no âmbito da educação especial. Acontece que parte das escolas do concelho não dispõem destas unidades, mas são frequentadas por alunos com NEE, alguns dos quais altamente dependentes e com carência de acompanhamento especializado. É apontado, portanto, um desajuste entre o número de pessoal não docente e as reais necessidades das escolas.
Formação insuficiente e/ou inadequada dos técnicos responsáveis pelos alunos com necessidades educativas especiais.	Formação dos recursos humanos. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	++	Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, com necessidades de resposta diferenciadas, é fundamental assegurar a formação adequada dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento destes alunos.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessária revisão do processo de contratação do pessoal não docente / criação de um ambiente mais familiar.	Articulação com as Políticas Nacionais de Educação. Formação e requisitos de contratação dos recursos humanos.	+	Relativamente ao pessoal não docente, recai sobre a responsabilidade da autarquia a contratação dos recursos das categorias de Assistente Técnico e Assistente Operacional, encontrando-se os restantes sob a alçada e responsabilidade do Ministério da Educação. No âmbito das competências e atribuições legais do município, importa promover a vinculação do pessoal não docente às escolas, a fim de contribuir para a criação de um ambiente mais familiar, de proximidade e mais favorável ao desenvolvimento de competências de cidadania por parte dos alunos.
Criação de equipas multidisciplinares com presença nas escolas.	Criação de equipas multidisciplinares. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	+	Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, com necessidades de resposta diferenciadas, a criação de equipas multidisciplinares com presença nas escolas representará uma verdadeira mais-valia, nomeadamente aumentando a adequação e eficiência da intervenção precoce (pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico).
Reavaliação da afetação de verbas municipais, canalizando parte da verba destinada ao apoio na compra de material escolar para outras prioridades (CAF, AEC).	Gestão de recursos locais. Orçamento Participativo Escolar.	+-	No concelho de Braga, a autarquia disponibiliza gratuitamente os manuais escolares (português, matemática, estudo do meio e inglês) a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Identifica-se a oportunidade de parte da verba destinada à aquisição destes manuais poder ser canalisada para a aquisição de materiais e recursos para outras prioridades (e.g. AAAF, CAF e AEC), considerando que parte das famílias beneficiárias não se encontram abrangidas pelos escalões A ou B (escalões 1 ou 2 do abono de família).
Constrangimentos na adaptação da oferta formativa de ensino profissional decorrente da seleção da ANQEP.	Articulação entre agentes locais e regionais. Estratégia intermunicipal.	+	A rede de oferta é proposta pela ANQEP no âmbito da Comunidade Intermunicipal, cabendo aos Municípios associados acordar entre si a distribuição dos cursos / ofertas formativas. A margem de alteração face ao estabelecido pela ANQEP é muito curta, o que acarreta constrangimentos em termos de afetação de recursos e diversificação de oferta no concelho. Uma maior sinergia e cooperação entre os agentes locais e regionais poderá a este nível representar uma mais-valia, na medida em que permitirá uma maior articulação e complementaridade da oferta de ensino profissionalizante no território.
Necessidade de reforço da relação entre o IEFP e os restantes agentes locais.	Articulação entre agentes locais e regionais.	+	Considerando que o IEFP assume um papel fundamental em termos de educação e formação de jovens e adultos, o seu envolvimento e articulação com as outras instituições do concelho com oferta de ensino profissional é um aspeto de grande relevância. O papel do Município, enquanto agente facilitador, poderá passar por promover uma maior relação de colaboração e sinergia entre o IEFP e os restantes agentes locais.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de uma afetação de recursos e de oferta de ensino profissional mais adequada às necessidades das famílias e também dos empregadores.	Articulação entre agentes locais e regionais. Conhecimento e comunicação.	++	Identificando-se uma maior dificuldade das faixas etárias mais jovens integrarem o mercado de trabalho (maior taxa de desemprego jovem), é importante promover a adequação da oferta do ensino profissionalizante às necessidades dos empregadores e ao tecido económico local.
Desejável maior participação do ensino particular no Conselho Municipal de Educação.	Governança e operacionalidade do Conselho Municipal de Educação. Participação ativa na gestão da Estratégia da Carta Educativa.	+	A rede escolar privada assume um papel muito relevante no sistema educativo do concelho de Braga, pelo que é reconhecida a importância da sua maior participação e representação na instância de coordenação e consulta nesta temática, isto é, no Conselho Municipal de Educação. Assumindo que o Conselho Municipal de Educação assume por objetivo "*a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo*", importa que o mesmo reúna os principais agentes educativos do concelho, para que todos os interessados sejam devidamente considerados na tomada de decisão.
Maior colaboração entre instituições de ensino particular e instituições de ensino público.	Articulação entre agentes locais.	+	A colaboração entre instituições de ensino públicas e privadas é de extrema relevância para a qualidade e o sucesso educativo no território concelhio, particularmente no que respeita ao ensino profissionalizante e à valência da educação e formação, onde a rede privada assume um papel preponderante.
Desempenho insatisfatório ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular. Sugestão de integração de elementos identitários da cultura local.	Articulação entre agentes locais. Gestão de recursos locais. Formação e requisitos de contratação dos recursos humanos.	++	No ano letivo 2017-2018, todas as unidades orgânicas da rede escolar pública do concelho de Braga são entidades promotoras das AEC. Sendo um serviço proporcionado numa lógica de escola a tempo inteiro, não há atualmente consenso relativamente à qualidade das atividades desenvolvidas, nomeadamente em termos de desempenho, de ligação à identidade e cultura local e de efetivo enriquecimento curricular dos alunos. Por outro lado, o desempenho, resultados e articulação entre tais atividades poderá estar a ser colocada em causa por uma elevada rotatividade dos recursos humanos afetos à sua dinamização.
Realização de estudo de avaliação do desempenho das AEC.	Conhecimento e monitorização.	+	Não havendo consenso da comunidade educativa relativamente à qualidade das AEC desenvolvidas, nomeadamente em termos de desempenho, de ligação à identidade e cultura local e de efetivo enriquecimento curricular dos alunos, revela-se oportuno um estudo de diagnóstico que fundamente e evidencie os tipos de atividades desenvolvidas, as principais fragilidades e/ou potencialidades e os respetivos resultados.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Não adequação dos currículos, constante atualização e elevada extensão dos mesmos.	Extensão do Plano curricular. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	-	As questões associadas à extensão e especificidades do planto curricular recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Com efeito, o papel da autarquia e dos agentes educativos do concelho poderá aqui passar pela identificação e caraterização objetiva de necessidades e a sensibilização junto de entidades competentes.
Existência de projetos escolares de interesse, mas cuja replicação e regularidade são dificultadas pela desmotivação crescente de docentes, alunos e pais.	Articulação entre agentes locais. Participação da comunidade escolar.	-	O estabelecimento de sinergias, a capitalização de resultados, a articulação e o trabalho em rede são aspetos importantes na garantia da qualidade educativa e do sucesso educativo no concelho. De modo a possibilitar a replicação e a maximização de projetos e ações bem-sucedidas, bem como promover uma maior motivação da comunidade escolar, é fulcral garantir que todos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados nos processos de tomada de decisão.
Falta de motivação generalizada por parte de professores, funcionários e alunos.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+-	No sentido de promover uma maior motivação por parte de professores, funcionários e alunos, é fundamental garantir que todos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados nos processos de tomada de decisão. Há, portanto, a este nível, uma oportunidade de repensar o modelo de governança da estratégia educativa do município.
Necessário o fomento da componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, entre outras competências.	Repensar o conceito de escola.	+	Há uma carência de fomento da componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, promovendo uma atitude crítica, esclarecida e democrática. Afigura-se uma questão particularmente relevante se atendermos ao contexto de aumento da multiculturalidade da comunidade educativa e do número de alunos com NEE, numa perspetiva de promoção de uma escola mais inclusiva.
Reduzido envolvimento dos pais e famílias.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+-	As associações de pais e encarregados de educação apresentam atualmente um papel muito relevante no sistema educativo local, assumindo inclusivamente o papel de promotores de atividades de apoio à família. Não obstante, a participação dos mesmos poderá ser promovida e alargada mediante a adoção de um modelo de governança que permita que todos os principais interessados estejam devidamente informados e possam ser considerados nos processos de tomada de decisão.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Câmara Municipal como agente facilitador.	Estratégia municipal.	++	A Câmara Municipal tem vindo a assumir um conjunto crescente de atribuições e competências na área da Educação, nomeadamente em termos de planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos. Cabe-lhe, portanto, um papel fundamental na promoção e operacionalização de medidas de desenvolvimento da educação no concelho como aspeto determinante na qualificação e competitividade futura do concelho – estratégia educativa. Considerando as suas atribuições e competências legais, a autarquia é identificada como o agente facilitador por excelência em matéria de melhoria de qualidade do sistema educativo e da realidade da educação no concelho, promovendo uma maior proximidade entre os restantes agentes de educação.
Importante papel das associações de pais, que deverão ter uma intervenção mais ativa.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+-	As associações de pais e encarregados de educação apresentam atualmente um papel muito relevante no sistema educativo local, assumindo inclusivamente o papel de promotores de atividades de apoio à família. Não obstante, a participação dos mesmos poderá ser promovida e alargada mediante a adoção de um modelo de governança que permita que todos os principais interessados estejam devidamente informados e possam ser considerados nos processos de tomada de decisão.

LEGENDA:

	Questão imaterial conjuntural	--	Baixa relevância
	Questão imaterial estrutural	+-	Média relevância
	Questão material conjuntural	+	Elevada relevância
	Questão material estrutural	++	Extrema relevância

DESAFIOS DA ESCOLA DO FUTURO

As questões classificadas como estruturais constituem, no âmbito da re(definição) estratégia educativa para o concelho de Braga, desafios da escola do futuro. Estas questões assumem um papel fundamental na delineação da estratégia e na identificação dos respetivos objetivos, dado que se coadunam com as principais preocupações e desafios futuros nesta área, devendo estar, portanto, no cerne da estratégia educativa municipal.

Partindo das questões identificadas a partir dos contributos dos vários agentes do território, e tendo por base as premissas anteriormente explanadas, assumimos então um conjunto de 15 desafios da escola do futuro, designadamente:

- Articulação entre projetos e políticas nacionais e municipais;
- Monitorização sistemática da Carta Educativa, com o envolvimento e participação da comunidade escolar e dos agentes locais;
- Participação ativa do Conselho Municipal de Educação na gestão da estratégia da Carta Educativa;
- Articulação entre os agentes do território e sinergia de esforços em prol de uma maior organização, eficiência e eficácia da agenda de eventos municipais;
- Articulação entre os agentes locais e regionais na oferta formativa do ensino profissionalizante;
- Valorização da inovação, articulação e pertinência dos projetos educativos, mediante a certificação da qualidade do sistema educativo do concelho;
- Carta Educativa como documento estratégico, estruturante e tradutor das especificidades do concelho;
- Delineação de uma estratégia municipal orientadora para a homogeneidade / equivalência de políticas e procedimentos escolares;
- Comunicação atempada das intervenções de reordenamento da rede escolar, dando resposta às reais necessidades das famílias;
- Gestão eficiente dos recursos municipais e educativos;
- Criação de equipas multidisciplinares e garantia da formação adequada dos recursos humanos;
- Repensar o conceito de escola, como espaço inclusivo, humanista e de multivivências, mais adequado ao atual perfil e necessidades da comunidade escolar;
- Extensão do Plano curricular e compatibilização com a vertente mais experiencial;
- Garantia da qualidade da oferta educativa;
- Promoção de políticas sustentáveis junto da comunidade escolar.

VISÃO ESTRATÉGICA

Os 15 desafios da escola do futuro identificados anteriormente consubstanciam-se e concorrem para o alcance da **visão estratégica** para o território concelhio, no que à educação diz respetivo, nomeadamente:

"Uma Educação para Todos"

Esta visão estratégica comunga do compromisso assumido pelo município em prol da equidade no acesso à educação, da construção de uma escola inclusiva, da integração e cooperação entre toda a comunidade educativa, do apoio ao aluno, ao educador e ao encarregado de educação e da criação de uma consciência e pertença à comunidade. Estas premissas estão igualmente subjacentes aos princípios contidos na Carta das Cidades Educadoras, rede que é integrada pelo município de Braga desde 2000, confluindo para o desígnio da educação representar o eixo transversal a todas as políticas locais.

Por outro lado, esta visão é também reflexo da consciência por parte do Município do papel fundamental da educação na construção de uma sociedade coesa, inclusiva e participativa e, com efeito, da atenção redobrada que é dada a esta área de atuação. Efetivamente, é convicção do município de que é pela educação que as crianças e jovens adquirem as competências pessoais e sociais que permitem o seu desenvolvimento pleno, enquanto pessoas e cidadãos. A educação possibilita que cada criança e jovem se exprima, afirme e desenvolva a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade.

Considerando o exposto, o Município procura desenvolver a sua atuação de forma transversal e coordenada, interagindo e integrando os vários agentes educadores, de modo a tornar Braga não só o espaço, mas sobretudo a oportunidade para que a Educação aconteça ao longo da vida dos bracarenses. É também por isso, e por assumir a visão de "uma educação para todos" que a autarquia tem pautado o processo de atualização da Carta Educativa por uma metodologia colaborativa e aberta à participação de todos.

Esta visão estratégica representa, assim, a grande meta orientadora das propostas de intervenção que vierem a ser contempladas na Carta Educativa.

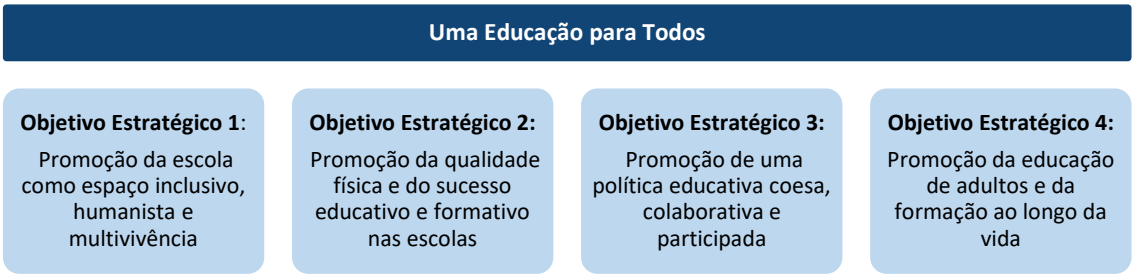
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A concretização da visão estratégica assumida para a Educação implica uma desagregação em componentes mais operativas, mediante a definição de objetivos estratégicos que permitam a ligação entre a ideia / visão e a sua materialização em ações / propostas concretas de intervenção. Deste modo, os objetivos estratégicos constituem a primeira forma de estabelecer as prioridades de desenvolvimento conducentes à visão estratégica.

Os objetivos estratégicos decorrem das prioridades e desafios da escola do futuro identificados, bem como da visão estratégica e da perceção da importância de fomentar uma comunidade escolar mais inclusiva, colaborativa e dinâmica, de respeitar a diferença, promover a cooperação local e regional e

promover a exigência e o sucesso no processo educativo e a eficácia e eficiência na gestão dos recursos. A consideração de tais premissas permitiu o estabelecimento de quatro objetivos estratégicos, os quais se encontram esquematicamente representado na figura seguinte (Figura III.5).

Figura III.5 | Visão e objetivos estratégicos subjacentes à estratégia educativa para o Município de Braga



OE 1: PROMOÇÃO DA ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO, HUMANISTA E MULTIVIVÊNCIA

Identifica-se uma necessidade incontornável de repensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado ao atual perfil das crianças e jovens, bem como às necessidades mais prementes das famílias.

Ainda neste contexto, há também uma carência de fomentar a componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização. Perspetiva-se, assim, a promoção de uma educação para a cidadania, comprometida com uma atitude crítica, esclarecida e democrática.

Este objetivo estratégico tem ainda subjacente o intuito de garantir uma escola inclusiva que promova a equidade de oportunidades e o sucesso educativo de todos, procurando assegurar a resposta mais adequada aos alunos que dela carecem. A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e, portanto, uma palavra de ordem dos nossos dias. Com efeito, a escola, para além de proporcionar aos alunos um espaço comum e de partilha, deverá proporcionar-lhes também oportunidades adequadas às suas necessidades. Este princípio assume particular relevância no atual contexto de multiculturalidade da comunidade escolar e de um número crescente de alunos com necessidades educativas especiais e com carência de respostas especializadas.

A escola inclusiva implica mudanças relativamente à atitude com que a perspetivamos, que pode determinar o sucesso ou o insucesso dos alunos; à prática pedagógica que a comunidade escolar desenvolve, que deve ter implícita a cooperação ou, no mínimo, a colaboração entre todos os atores que intervêm no seu espaço; à organização e à gestão da escola que, frequentemente, quando as situações são mais complexas tem de implementar projetos, tantas vezes parecerias com outras instituições, de modo a garantir uma resposta a mais adequada possível aos alunos que carecem dela (Silva, 2011).

A educação inclusiva emerge como um constructo multidimensional que engloba não só um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação do aluno, mas também uma multiplicidade de estratégias, atividades, recursos, projetos e processos adequados às necessidades de todos e de cada uma das crianças e alunos. Estes pressupostos visam tornar realidade os direitos universais para a qualidade,

uma educação potenciadora do desenvolvimento integral do potencial de cada aluno e ainda, procura permitir que todos combatam a discriminação e celebrem a pluralidade (IGEC, 2016).

Para além do já referido, e ainda a este nível, importa promover o estreitamento de relações de cooperação com entidades locais e regionais, mediante o estabelecimento de protocolos e recurso a PIEF (Programas Integrados de Educação e Formação), proporcionando percursos alternativos a alunos com difícil integração no currículo regular.

No âmbito da promoção da escola como espaço inclusivo, humanista e multivivência, a formação contínua de professores e a adequada formação do pessoal não docente assumem-se como fatores facilitadores da inclusão, pelo que a sua relevância não deverá ser descurada.

- **OE 2: PROMOÇÃO DA QUALIDADE FÍSICA E DO SUCESSO EDUCATIVO E FORMATIVO NAS ESCOLAS**

Este objetivo estratégico incide não só na melhoria da qualidade física dos equipamentos escolares do território concelhio, como também na promoção do sucesso educativo e formativo nas escolas.

Uma primeira dimensão diz então respeito ao propósito de um mais eficiente e adequado ordenamento da rede escolar face às atuais necessidades, esbatendo as disparidades e promovendo a equidade de acesso ao sistema de educação e ensino municipal. Acresce ainda assegurar um adequado nível de infraestruturação e dotar todos os estabelecimentos escolares das condições básicas e de recursos e equipamentos adequados às necessidades, procurando ainda garantir as necessárias atualizações recorrentes dos equipamentos, nomeadamente do parque informático.

Associada a esta dimensão e numa relação de completa sinergia e complementaridade com a mesma, há a referir o intuito de melhorar a qualidade do sistema educativo e formativo, procurando garantir o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho. Note-se que o sucesso educativo e formativo não deverá ser encarado, no contexto do atual objetivo estratégico, no sentido restrito aplicado aos resultados escolares, mas num sentido mais abrangente e ambicioso que considera o ajustamento dos percursos educativos aos perfis dos alunos, disponibilizando percursos alternativos, passíveis de integrar e responder adequadamente à diferença e evitar o abandono escolar precoce, antes do término da escolaridade obrigatória.

Efetivamente, o sucesso educativo e formativo das escolas é mais do que a obtenção de taxas satisfatórias de aprovação e transição, devendo ser visto de uma forma mais holística, que traduza a reunião da comunidade educativa em prol de objetivos comuns, mediante o reforço de laços de colaboração e participação quer com os agentes educativos do território, quer com as famílias e encarregados de educação.

- **OE 3: PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA COESA, COLABORATIVA E PARTICIPADA**

A promoção de uma política educativa coesa, colaborativa e participada, para além de consistir num dos quatro objetivos estratégicos, representa um fator determinante para a consecução da visão estratégica

e dos restantes objetivos estratégicos. De facto, é essencial a consolidação de uma cultura de colaboração entre os agentes do território, numa perspetiva de trabalho conjunto, integrador e concertado, assente na corresponsabilização e na garantia de melhores condições, na rentabilização de recursos e na delineação de um caminho a seguir para colmatar as necessidades identificadas e/ou alcançar novos objetivos e desafios.

O estreitamento de relações de colaboração e o estímulo a uma cultura de cooperação entre os agentes mais relevantes do território em termos educativos é fortemente propiciador da articulação de projetos, atividades e programas (e.g. agenda educativa, atividades de enriquecimento curricular e de apoio às famílias), da replicação de projetos bem-sucedidos, de uma rotina de partilha de informação e divulgação planeada e de um processo de monitorização contínuo, que permita identificar objetivamente necessidades e implementar, em tempo oportuno, as necessárias medidas corretivas e/ou adaptativas para lhes fazer face.

Este eixo pressupõe também a colaboração em torno de uma mais eficiente, partilhada e eficaz gestão de recursos municipais, quer físicos, quer humanos, particularmente no que se refere ao transporte escolar e à rentabilização da vasta rede de equipamentos existentes no território (culturais, desportivos e de lazer) para benefício das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio às famílias.

Importa, sobretudo, proporcionar novas valências, espaços e dinâmicas que potenciem a relação entre os diferentes agentes educativos, a autarquia, a comunidade e o território. Assume-se, assim, como desígnio, promover a aproximação dos agentes do território relacionados com a educação, nomeadamente os Agrupamentos de Escolas, as escolas não agrupadas da rede pública e privada, a autarquia, as Juntas de Freguesia, os parceiros sociais e a comunidade em geral.

- **OE 4: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E DA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA**

A educação e a formação são parte de um mesmo processo de aquisição e renovação de conhecimentos na sociedade atual, caraterizada por céleres alterações tecnológicas e por uma longa permanência dos cidadãos no mercado de trabalho (Quoniam et al., 2010). As exigências decorrentes desta dicotomia fazem da aquisição de conhecimentos e da formação ao longo da vida um importante fator de competitividade, de desenvolvimento e de inovação, nas mais diversas áreas de atividade, pelo que é fulcral garantir que aqueles adultos cujas competências e qualificações não correspondem plenamente às exigências atuais do mercado de trabalho e da sociedade conseguem obter pleno acesso às oportunidades de aprendizagem.

Considerando o exposto, pretende-se assegurar um sistema de educação e ensino que incentive a aprendizagem e a formação ao longo da vida e que consubstancie uma resposta integrada às necessidades formativas de todos os cidadãos, independentemente da faixa etária e nível de instrução.

Subjacente a este objetivo estratégico está a convicção de que a educação deverá ser um processo holístico, contínuo e transversal à vida dos cidadãos, não devendo ser descurada após a conclusão da escolaridade obrigatória (12.º no de escolaridade). Sobre este objetivo recaem intenções de redução do abandono escolar, desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, desenvolvimento de

competências-chave, certificação de competências, elevação do nível de qualificação da população adulta e reforço da empregabilidade. Têm, portanto, enquadramento no presente objetivo estratégico, a melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.

O sistema de educação e formação de Braga carece, atualmente, de uma abordagem mais pragmática a esta componente de ensino, associada ao estreitamento de relações de cooperação com entidades locais e regionais.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Educativa corresponde a um instrumento de planeamento estratégico que tem como objetivo o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e formativo de acordo com as especificidades territoriais e a dimensão prospetiva subjacente. Deste modo, objetiva a adequação da rede escolar às perspetivas de desenvolvimento do território concelhio, atendendo a cenários de evolução demográfica e socioeconómica, assim como às necessidades e/ou aspirações da população. Assume-se, assim, fundamentalmente, como um processo em constante reorientação face à natural evolução local e/ou nacional.

Face ao exposto, facilmente se depreende que este instrumento se reveste de particular importância, atendendo a que a sua concretização estará associada a um impacto efetivo na qualidade de vida (presente e futura) da população do concelho de Braga.

O processo de revisão / atualização da Carta Educativa de Braga visa promover o acompanhamento e atualização das dinâmicas ocorridas no Sistema Educativo e a sua adequação à realidade, de modo a apoiar a conceção de estratégias da política educativa para o município e a própria implementação, materializada sob a forma de ações e intervenções concretas no território.

Neste contexto, o atual documento procede à atualização do diagnóstico socioeducativo do Município de Braga, assim como à identificação e caraterização da rede municipal atual. Complementarmente, e com base nos resultados e conclusões obtidas, foram formuladas linhas estratégicas, as quais se pretende que venham a sustentar a definição de um conjunto de princípios, objetivos e de sugestões para a revisão da Carta Educativa do Município de Braga, que respondam de forma consistente, atual e realista aos desafios e necessidades do desenvolvimento educativo presentes no concelho numa perspetiva de coesão e sustentabilidade socioeconómica e territorial. Com efeito, o diagnóstico realizado e as respetivas conclusões constituem a base sob a qual será possível desenvolver a próxima fase de trabalhos.

A fase seguinte dos trabalhos consistirá na calibração da programação da Carta Educativa de 1ª geração, através de uma avaliação da execução das medidas preconizadas para cada eixo de intervenção, tendo como ponto de referência o exercício comparativo de análise dos objetivos inicialmente definidos e concretizados. Com base nesta avaliação e em todo o diagnóstico realizado, proceder-se-á à delineação das propostas de reordenamento/requalificação da rede escolar municipal.

V. BIBLIOGRAFIA

Agencia Estatal de Meteorología e Instituto de Meteorologia de Portugal (2011), "Atlas Climático Ibérico", edição da Agencia Estatal de Meteorología - Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino e do Instituto de Meteorologia de Portugal, ISBN: 978-84-7837-079-5.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC (2017), "Regiões em números 2015/2016 Volume I – Norte", Lisboa, ISBN: 978-972-614-652-0.

Inspeção-Geral da Educação e Ciência (2016), "A Escola Inclusiva: Desafios – Melhorar a Capacitação das Lideranças e Sensibilizar os Encarregados de Educação para a Educação Especial", ISBN: 978-972-8429-95-9.

Ministério da Educação (2011), "Programa Educação 2015", Lisboa.

Ministério da Educação e da Ciência, "Monitorização da Carta Educativa – Manual para Elaboração", Lisboa.

Município de Braga (2006), "Carta Educativa do concelho de Braga 2006", Parte I – Síntese do Diagnóstico do Sistema Educativo, pp. 121.

Município de Braga (2006), "Carta Educativa do concelho de Braga 2006", Parte II – Estratégias para a Proposta de Reordenamento do Sistema Educativo, pp. 188.

Município de Braga (2014), "Carta Desportiva do Município de Braga", Gabinete de Apoio ao Desporto, Pelouro do Desporto, Juventude, Saúde e Bem-Estar e Associativismo, pp. 167.

Município de Braga (2015), "Relatório de Revisão do PDM de Braga", Vereação de Planeamento, Ordenamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana, maio de 2015, pp. 1013.

Quoniam, Luc; Maia, Rui Leandro; Camelo, Cláudia; Trigo, Miguel (2010), "Educação e formação ao longo da vida: progressão na carreira e certificação de competências", Actas do 1º Encontro de Educação Corporativa Brasil/Europa, pp. 153-164.

Silva, Maria Odete Emygdio (2011), "Educação Inclusiva – um novo paradigma de Escola", Revista Lusófona de Educação, n.º 19, pp. 119-134.

ANEXOS

ANEXO I – LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- **Ação social escolar**

Despacho n.º 2109/2015, de 27 de fevereiro, Diário da República n.º 41, série II. Revoga o Programa de Português para o ensino básico em vigor desde 2009.

Despacho n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, Diário da República n.º 179, série II, parte C. Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos, destinadas às crianças da educação pré -escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário e do ensino recorrente noturno que frequentam escolas públicas, escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação.

Portaria n.º 1316/2009, de 21 de outubro, Diário da República n.º 204, série I. Regulamenta a prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, Diário da República n.º158, série II. Regula as condições de aplicação, a partir do ano letivo de 2009-2010, das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, em diversas modalidades.

Portaria n.º 982-A/2009, de 03 de setembro, Diário da República n.º 170, série I. Primeira alteração à Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, que define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp».

Despacho n.º 13483/2009, de 09 de junho, Diário da República n.º 111, série II. Contrato-programa a celebrar entre o Estado e os municípios aderentes para implementação do título de transporte designado passe 4_18@escola.tp.

Despacho n.º 11749/2009, de 15 de maio, Diário da República n.º 94, série II. Passe escolar – municípios.

Despacho n.º 10221/2009, de 17 de abril, Diário da República n.º75, série II. Título de transporte designado por "passe 4_18@escola.tp".

Despacho n.º 10150/2009, de 16 de abril, Diário da República n.º74, série II. Aprova novas medidas de apoio social e altera o despacho n.º 20 956/2008, de 24 de Julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação a partir do ano letivo de 2008-2009.

Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, Diário da república n.º 42, série I. Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar.

Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, Diário da República n.º 23, série I. Define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18scola.tp».

Despacho n.º 20956/2008, de 11 de agosto, Diário da República n.º 154, série II. Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação a partir do ano letivo 2008/2009.

Despacho n.º 145/2008, de 03 de janeiro, Diário da República n.º 2, série II. Cria o escalão especial do ensino secundário, que define o valor de capitação até ao qual o aluno deve ser enquadrado no escalão especial de apoio ao programa de acesso aos computadores pessoais e à banda larga e no escalão de aceso à bolsa de mérito do ensino escolar.

Portaria n.º 984/2007, de 27 de agosto. Diário da república n.º 164, série I. Fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecido no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

- **Alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República n.º113, série I. Define os critérios de reordenamento da rede escolar, nomeadamente a adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos.

Lei n.º 65/2015, de 03 de julho, Diário da República n.º 128, série I. Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos de idade e procede à primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

- **Alargamento da rede de educação pré-escolar**

Despacho n.º 11476/2010, de 14 de julho, Diário da República n.º 135, série II. Apoio financeiro ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar.

Despacho n.º 21771/2009, de 29 de setembro, Diário da República n.º 189, série II. Fixa o apoio financeiro a atribuir aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2009/2010.

Despacho n.º 13503/2009, de 09 de junho, Diário da República n.º 111, série II. Expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar para o ano letivo de 2008-2009 – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Despacho n.º 9620/2009, 07 de abril, Diário da República n.º 68, série II. Programa de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar.

Despacho n.º 23403/2008, de 16 de setembro, Diário da República n.º 179, série II. Cria uma linha de apoio financeiro para o alargamento da rede de educação pré-escolar.

- **Avaliação e autonomia das escolas**

Despacho Normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, Diário da República n.º 100/2014, série II. Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo 2014-2015.

Despacho n.º 4463/2011, de 11 de março, Diário da República n.º 50, série II. Definição de procedimentos e clarificação do papel dos agentes envolvidos nas agregações de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Despacho n.º 4150/2011, de 04 de março, Diário da República n.º 45, série II. Cria, sob a coordenação da Inspecção-Geral da Educação, um grupo de trabalho com a missão de apresentar uma proposta de modelo para o novo ciclo do Programa de Avaliação Externa das Escolas.

Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, Diário da República n.º 222, série I. Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República n.º113, série I. Define os critérios de reordenamento da rede escolar.

Parecer n.º 3/2010, de 09 de junho, Diário da República n.º 111, série II. Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre avaliação externa das escolas (2007-2009).

Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, Diário da República n.º 177, série I. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e prevê a existência de postos de trabalho com a categoria de encarregado operacional da carreira de assistente operacional nos mapas de pessoal dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República n.º 79, série I. Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- **Desporto escolar**

Despacho n.º 6916/2011, de 04 de maio, Diário da República n.º 86, série II. Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o programa de desporto escolar e define a regulamentação dos grupos-equipa com atividade externa.

Decreto-Lei n.º 272/2009, de 01 de outubro, Diário da República n.º 191, série I. Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior.

Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de janeiro, Diário da República n.º 5, série I-A. Aprova a revisão curricular do ensino secundário.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, Diário da República n.º 15, série I-A. Aprova a reorganização curricular do ensino básico.

Portaria n.º 206/99, de 25 de março, Diário da República n.º 71, série I-B. Altera a Portaria n.º 999/98 de 27 de novembro, clarificando as entidades a quem ficam afetos os pavilhões desportivos escolares construídos no âmbito do Programa Desporto Escolar 2000.

Portaria n.º 999/98, de 27 de novembro, Diário da República n.º 275, série I-B. Transfere para as direções regionais de educação a propriedade e posse dos pavilhões desportivos escolares construídos no âmbito do Programa Desporto Escolar 2000.

Decreto-Lei n.º 164/96, de 5 de setembro, Diário da República n.º 206, série I-A. Adequa as Leis Orgânicas do Instituto do Desporto e do Ministério da Educação ao estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 296-A/95 de 17 de Novembro (Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional).

Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de agosto, Diário da República n.º 185, série I-A. Altera o Decreto-Lei n.º 125/95 de 31 de Maio (regulamenta as medidas de apoio à prática desportiva de alta competição).

Portaria n.º 947/95, de 1 de agosto, Diário da República n.º 176, série I-B. Define os critérios técnicos para a qualificação como praticante desportivo de alta competição e praticante integrado no percurso de alta competição.

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de maio, Diário da República n.º 126, série I-A. Regulamenta as medidas de apoio à prática desportiva de alta competição.

Decreto-Lei n.º 334/91, de 6 de setembro, Diário da República n.º 205, série I-A. Altera o Decreto-Lei n.º 277/88 de 5 de Agosto (reforma a gestão do parque desportivo escolar).

Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro, Diário da República n.º 47, série I-A. Aprova o regime jurídico da Educação Física e do desporto escolar.

Decreto-Lei n.º 153-A/90, de 16 de maio, Diário da República n.º 112, série I. Estabelece normas sobre requisição de infraestruturas desportivas.

Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro, Diário da República n.º 11, série I. Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Portaria n.º 406/87, de 14 de maio, Diário da República n.º 110, série I. Cria facilidades escolares para atletas-estudantes.

- **Educação especial**

Despacho n.º 7158/2011, de 11 de maio, Diário da República n.º 91, série II. Determina o calendário das escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos a partir do ano letivo de 2011-2012 e a carga horária a atribuir à disciplina de Português Língua Segunda (PL2) para alunos surdos.

Portaria n.º 98/2011, de 9 de março, Diário da República n.º 48, série I. Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividade no âmbito da educação especial e revoga a Portaria n.º 776/99, de 30 de agosto.

Portaria n.º 1388/2009, de 12 de novembro, Diário da República n.º 220, série I. Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos, para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial.

Portaria n.º 1324/2009, de 21 de outubro, Diário da República n.º 204, série I. Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial.

Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, Diário da República n.º 91, série I. Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7 de março, Diário da República n.º 41, série I. Retifica o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Despacho n.º 3064/2008, de 07 de fevereiro, Diário da República n.º 27, série II. Determina a possibilidade de continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente nas instituições de ensino especial frequentadas.

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, Diário da República n.º 4, série I. Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de setembro, Diário da República n.º 183, série I. Aprova o primeiro plano de ação para a integração das pessoas com deficiências ou incapacidade, para os anos 2006 a 2009 (PAIPDI).

Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, Diário da República n.º 22, série I-A. Criação do grupo de recrutamento de Educação Especial.

- **Educação para a saúde**

Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, Diário da República n.º 69, série I. Regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro, Diário da República n.º 179, série I. Aprova o Regulamento do Regime de Fruta Escolar - RFE.

Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, Diário da República n.º 151, série I. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Despacho n.º 2506/2007, de 20 de fevereiro, Diário da República n.º 36, série II. Adoção de medidas que visam a promoção da saúde da população escolar e nomeação em cada agrupamento escola do coordenador de educação para a saúde.

Despacho n.º 25995/2005, de 16 de dezembro, Diário da República n.º 240, série II. Princípios orientadores do modelo para a promoção da saúde em meio escolar.

Despacho n.º 19737/2005, de 13 de setembro, Diário da República n.º 176, série II. Criação do Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde.

- **Enriquecimento escolar**

Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho, Diário da República n.º 137, série II. Homologa as orientações curriculares para a educação pré - escolar, referenciais comuns para a orientação do trabalho educativo dos educadores de infância.

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto de 2015, Diário da República n.º 164, série II. Aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, Diário da República n.º 171, série I. Estabelece o regime de contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública.

Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de maio, Diário da República n.º 100, série II. Regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro no âmbito do programa das atividades de enriquecimento curricular.

Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de junho, Diário da República n.º 115, série II. Definição das orientações relativas às atividades de enriquecimento curricular.

- **Elaboração da carta educativa**

Lei n.º 41/2003, de 22 agosto, Diário da República n.º 237, série I. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Diário da República n.º 237, série I. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

- **Ensino artístico**

Portaria n.º 36/2011, de 13 de janeiro, Diário da República n.º 9, série I. Clarifica o nível de qualificação decorrente da conclusão com aproveitamento e da certificação dos cursos básicos criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho.

Despacho n.º 12522/2010, de 3 de agosto, Diário da República n.º 149, série II. Ensino especializado da música - limita o apoio financeiro a conceder no ano letivo de 2010-2011, pelo Ministério da Educação, à frequência dos cursos de iniciação e dos cursos básico e secundário em regime articulado, integrado e supletivo.

Portaria n.º 264/2010, de 10 de maio, Diário da República n.º 90, série I. Aplica as normas de avaliação definidas pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, aos alunos que concluam os cursos básicos do ensino artístico especializado nas áreas da música e da dança, a partir do ano letivo de 2009-2010.

Despacho n.º 7307/2010, de 27 de abril, Diário da República n.º 81, série II. Cria no âmbito do Ministério da Educação um grupo de trabalho incumbido de proceder à elaboração de um estudo, visando a adaptação e o alargamento do Projecto Orquestra Geração a outras escolas ou agrupamentos de escolas portuguesas.

Declaração de Retificação n.º 59/2009, de 7 de agosto, Diário da República n.º 152, série I. Retifica a Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, do Ministério da Educação, que cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudo.

Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, Diário da República n.º 121, série I. Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudo.

Portaria n.º 648/2009, de 9 de junho, Diário da República n.º 111, série I. Terceira alteração à Portaria n.º 550-B/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, no domínio das artes visuais e dos audiovisuais.

Portaria n.º 551/2009, de 26 de maio, Diário da República n.º 101, série I. Cria lugares nos quadros de vários estabelecimentos de ensino público do ensino artístico especializados da música e da dança.

Decreto-Lei n.º 69/2009, 20 de março, Diário da República n.º 56, série I. Estabelece o regime de integração nos quadros de escola dos docentes dos estabelecimentos públicos do ensino artístico

especializado da música e da dança com pelo menos 10 anos consecutivos de exercício efetivo de funções em regime de contrato.

Portaria n.º 617/2008, de 11 de julho, Diário da República n.º 133, série I. Adita vários cursos ao elenco de cursos reconhecidos como habilitação para a docência nos grupos e subgrupos do ensino vocacional da música.

Despacho n.º 18041/2008, de 4 de julho, Diário da República n.º 128, série II. Regula a matrícula nos cursos de música, em regime supletivo em escolas dos ensinos básico e secundário públicas, particulares e cooperativas.

Despacho n.º 17932/2008, de 3 de julho, Diário da República n.º 128, série II. Regula o apoio financeiro no âmbito do ensino especializado da música.

Portaria n.º 414/2008, de 9 de junho, Diário da República n.º 110, série I. Altera a Portaria n.º 550-B/2004, de 21 de maio, alterada pela Portaria n.º 780/2006, de 9 de agosto, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação no domínio das artes visuais e dos audiovisuais e determina a aplicação do disposto nos n.º 3.2, 20.6 e 20.7 do regulamento dos Exames do Ensino Secundário, aprovado pelo despacho normativo n.º 19/2008, de 19 de março, aos cursos artísticos.

Despacho n.º 13020/2008, de 8 de maio, Diário da República n.º 89, série II. Dispensa da realização da profissionalização em serviço mediante determinadas condições.

Decreto-Lei n.º 4/2008, de 7 de janeiro, Diário da República n.º 89, série II. Introduz alterações nos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, excluindo o ensino recorrente de adultos, e suspende a revisão curricular do ensino secundário aprovada pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, nas componentes de formação científica e técnico-artística, relativamente aos cursos artísticos especializados de dança, música e teatro.

- **Escola a tempo inteiro**

Despacho n.º 12591/2006, de 16 de junho, Diário da República n.º 115, série II. Estabelece as normas a observar quanto às atividades de apoio à família e de enriquecimento curricular.

- **Estatística para a educação**

Decreto Regulamentar n.º 13/2012, de 20 de janeiro, Diário da República n.º 15, série I. – cria a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, do Ministério da Educação e Ciência (DGEEC/MEC, que é o órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para a produção de estatísticas oficiais da educação.

- **Exames e provas de aferição**

Despacho n.º 6025/2011, de 6 de abril, Diário da República n.º 68, série II. Alteração do despacho n.º 18060/2010, de 3 de dezembro de 2010.

Despacho normativo n.º 7/2011, de 5 de abril, Diário da República n.º 67, série II. Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames, o Regulamento dos Exames do Ensino Básico e o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário, aprovados pelo despacho normativo n.º 19/2008, de 19 de março, com a redação conferida pelos despachos normativos n.º 10/2009, de 19 de fevereiro, 7/2010, de 16 de março, e 4/2011, de 24 de fevereiro.

Portaria n.º 380/2010, de 24 de junho, Diário da República n.º 121, série I. Garante aos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente a possibilidade de realizarem provas de avaliação de equivalência à frequência de várias disciplinas nos precisos termos resultantes do disposto na Portaria n.º 56/2010, de 21 de janeiro.

Despacho normativo n.º 9/2010, de 1 de abril, Diário da República n.º 64, série II. Alteração ao n.º 49 do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos Normativos n.º 18/2006, de 14 de março, 5/2007, de 10 de janeiro, e 6/2010, de 19 de fevereiro.

Despacho normativo n.º 7/2010, de 16 de março, Diário da República n.º 52, série II. Regulamento do júri nacional de exames e regulamento dos exames do ensino básico e secundário.

Despacho normativo n.º 10/2009, de 19 de fevereiro, Diário da República n.º 35, série II. Regulamentos do júri nacional de exames e dos exames dos ensinos básico e secundário. Altera o Despacho Normativo n.º 19/2008, de 19 de março.

Despacho n.º 2285/2009, de 16 de janeiro, Diário da República n.º 11, série II. Estabelece o regime de exame do nível de iniciação das disciplinas de Inglês e Francês do ensino secundário.

Despacho Normativo n.º 19/2008, de 19 de março, Diário da República n.º 56, série II. Regulamento do júri nacional de exames, regulamento dos exames do ensino básico e regulamento dos exames do ensino secundário.

Portaria n.º 1322/2007, de 4 de outubro, Diário da República n.º 192, série I. Altera a Portaria n.º 550-D/2004 que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação.

Despacho n.º 17 180/2007, de 3 de agosto, Diário da República n.º 149, série II. Determina o modo de cálculo da classificação final nas disciplinas em que os alunos do ensino básico recorrente realizem exame nacional.

Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de julho, Diário da República n.º 143, série I. Aprova a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, estabelecendo novas matrizes para os currículos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.

Despacho Normativo n.º 14/2007, de 8 de março, Diário da República n.º 48, série II. Aprova o regulamento dos exames dos ensinos básico e secundário.

Despacho n.º 2351/2007, de 14 de fevereiro, Diário da República n.º 32, série II. Determina a aplicação anual das provas de aferição ao universo dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de fevereiro, Diário da República n.º 26, série I-A. Alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão do currículo e da avaliação das aprendizagens de nível secundário de educação.

Despacho Normativo n.º 4/2006, de 27 de janeiro, Diário da República n.º 20, série I-B. Regulamenta as condições de avaliação dos cursos tecnológicos.

- **Lei de bases do sistema educativo**

Portaria n.º 756/2007, de 2 de julho, Diário da República n.º 125, série I. Revoga a Portaria n.º 18/1991, de 9 de janeiro, que regulamenta o n.º 3 do artigo 6 da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Diário da República n.º166, série I-A. Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do ensino superior.

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, Diário da República n.º 217, Série I-A. Primeira alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Diário da República n.º 237, série I. Lei de Bases do Sistema Educativo.

- **Medidas de combate ao insucesso escolar**

Despacho n.º 100/2010, de 5 de janeiro, Diário da República n.º 2, série II. É criada a Comissão de Acompanhamento do Programa Mais Sucesso Escolar.

Portaria n.º 835/2009, de 31 de julho, Diário da República n.º 147, série I. Cria a Escola Móvel, na dependência orgânica da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro, Diário da República n.º 5, série I-B. Regulamento para a constituição, funcionamento e avaliação de turmas com percursos curriculares alternativo.

Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro, Diário da República n.º 215, série I-B. Implantação dos planos de recuperação, acompanhamento e desenvolvimento.

- **Modernização dos estabelecimentos de ensino secundário**

Despacho n.º 5904/2011, de 5 de abril, Diário da República n.º 67, série II. Aprova a lista de escolas que integram a fase 4 do Programa de Modernização de Escolas Destinadas ao Ensino Secundário, constantes do anexo I, na sequência do processo de seleção concertado entre as direções regionais de Educação e a Parque Escolar, E. P. E.

Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril, Diário da República n.º 65, série I. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, que criou a Parque Escolar, E. P. E., e aprovou os respetivos estatutos.

Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, Diário da República n.º 37, série I. Cria a Parque Escolar, E. P. E., e aprova os respetivos estatutos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2007, de 3 de janeiro, Diário da República n.º 2, série I. Aprovação do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário.

- **Novas Oportunidades**

Portaria n.º 236/2011, de 15 de junho, Diário da República n.º 114, série I. Regula o processo de acreditação dos avaliadores externos e da atividade por estes desenvolvida no âmbito dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidos pelos centros novas oportunidades.

Portaria n.º 199/2011, de 19 de maio, Diário da República n.º 97, série I. Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Despacho n.º 978/2011, de 12 de janeiro, Diário da República n.º 178, série II. Caracterização dos níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificação (QNQ).

Portaria n.º 1100/2010, de 22 de outubro, Diário da República n.º 206, série I. Aprova o programa de formação em competências básicas em cursos de educação e formação de adultos ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico.

Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de outubro, Diário da República n.º 192, série I. Primeira alteração à Portaria n.º 49/2007, de 8 de janeiro, que define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.

Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, Diário da República n.º 173, série I. Regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro.

Portaria n.º 612/2010, de 3 de agosto, Diário da República n.º 149, série I. Aprova os modelos de certificados e diplomas obtidos no âmbito dos processos de qualificação de adultos e estabelece que a emissão daqueles certificados e diplomas deve ser realizada através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa.

Portaria n.º 537/2010, de 19 de julho, Diário da República n.º 138, série I. Cria o Selo de Empresa Qualificante e aprova o Regulamento de Candidatura à Atribuição do Selo de Empresa Qualificante, o Regulamento do Modelo de Logótipo de Identificação de Empresa ou Entidade a Quem Foi Atribuído o Selo de Empresa Qualificante, a matriz de avaliação de candidaturas à atribuição do Selo de Empresa Qualificante e o modelo de diploma de atribuição do Selo de Empresa Qualificante.

Portaria n.º 475/2010, de 8 de julho, Diário da República n.º 131, série I. Aprova o modelo da caderneta individual de competências e regula o respetivo conteúdo e o processo de registo no regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 396/2007 de 31 de dezembro.

Despacho n.º 3447/2010, de 24 de fevereiro, Diário da República n.º 38, série II. Regulamenta a atribuição de certificação aos formandos que frequentaram, sem terem concluído, os cursos de educação e formação de adultos.

Despacho n.º 23038/2009, de 20 de outubro, Diário da República n.º 203, série II. Revê o enquadramento das ofertas de educação e formação para os jovens integrados em centros educativos (revoga o despacho conjunto n.º 998/2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 2003).

Despacho n.º 21028/2009, de 18 de setembro, Diário da República n.º 182, série II. Reconhecimento das ações de formação contínua em educação e formação de adultos, realizadas por coordenadores e formadores dos Centros Novas Oportunidades, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente.

Despacho n.º 20650/2009, de 14 de setembro, Diário da República n.º 178, série II. Cria grupo de trabalho com o objetivo de apresentar um diagnóstico das necessidades de formação de dupla certificação.

Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, Diário da República n.º 141, série I. Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

Portaria n.º 781/2009, de 23 de julho, Diário da República n.º 141, série I. Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Despacho n.º 15889/2009, de 13 de julho, Diário da República n.º 133, série II. Aprova o regulamento das Comissões Técnicas dos Centros Novas Oportunidades.

Despacho n.º 15642/2008, de 5 de junho, Diário da República n.º 98, série I. Modelos de diplomas e certificação de conclusão do nível secundário de educação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro.

Despacho n.º 14753/2008, de 28 de maio, Diário da República n.º 102, série II. Descongelamento - Centro Novas Oportunidades.

Despacho n.º 14310/2008, de 23 de maio, Diário da República n.º 99, série II. Define as orientações para o funcionamento dos centros novas oportunidades nos estabelecimentos públicos de ensino.

Portaria n.º 370/2008, de 21 de maio, Diário da República n.º 98, série I. Regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades.

Portaria n.º 230/2008, de 7 de março, Diário da República n.º 48, série I. Define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e revoga a Portaria n.º 817/2007, de 27 de julho.

Despacho n.º 6260/2008, de 5 de março, Diário da República n.º 46, série II. É aprovado o regulamento de exames a nível de escola para a conclusão e certificação do nível secundário de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro.

Despacho normativo n.º 1/2008, de 8 de janeiro, Diário da República n.º 5, série II. Regulamenta a concessão de equivalências entre disciplinas e áreas de formação integradas em planos de estudo de cursos de nível secundário de educação e disciplinas e áreas e formação do ensino secundário recorrente por módulos capitalizáveis.

Despacho n.º 29 176/2007, de 3 de janeiro, Diário da República n.º 246, série II. Regula o acesso de pessoas com deficiência ou incapacidade ao processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) e as ofertas de educação e formação de adultos.

Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro, Diário da República n.º 208, série I. Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos.

Portaria n.º 817/2007, de 27 de julho, Diário da República n.º 144, série I. Novo regime jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos.

Despacho n.º 11 203/2007, de 8 de junho, Diário da República n.º 110, série II. Definição das orientações aplicáveis aos Centros Novas Oportunidades e às entidades formadoras dos Cursos de Educação e Formação de Adultos.

Despacho n.º 7794/2007, de 27 de abril, Diário da República n.º 82, série II. Aplicação das orientações sobre a rede nacional do Centro Novas Oportunidades do Sistema Nacional RVCC às escolas e aos agrupamentos de escolas.

Portaria n.º 86/2007, de 12 de janeiro, Diário da República n.º 9, série I. Alargamento do processo de RVCC ao nível secundário.

Despacho n.º 26 401/2006, de 29 de dezembro, Diário da República n.º 249, série II. Cursos de Educação e Formação de Adultos.

- **Plano Nacional de Leitura**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho, Diário da República n.º 133, série I. Aprova o Plano Nacional de Leitura e cria a respetiva comissão.

Despacho Conjunto n.º 1081/2005, de 22 de dezembro, Diário da República n.º 244, série II. Cria a equipa de coordenação do Plano Nacional de Leitura.

- **Plano tecnológico de educação**

Despacho n.º 11100/2010, de 6 de julho, Diário da República n.º 129, série II. Formação competências TIC.

Portaria n.º 224/2010, de 20 de abril, Diário da República n.º 76, série I. Altera o anexo i à Portaria n.º 731/2009, de 7 de Julho, que cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC (tecnologias de informação e comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 731/2009, de 8 de julho, Diário da República n.º 129, série I. Cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC (tecnologias de informação e comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.

Despacho n.º 27545/2008, de 28 de outubro, Diário da República n.º 209, série I. Aprova o Regulamento do Programa de Estágios TIC.

Resolução do Conselho de Ministros nº. 51/2008, de 19 de março, Diário da República n.º 56, série I. Visa permitir que os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário possam, durante o corrente ano lectivo, aderir ao programa e.escola, criando-se ainda um regime especificamente dirigido a beneficiários da iniciativa com necessidades educativas especiais de carácter permanente, garantindo-lhes o acesso a computadores adaptados, sem quaisquer encargos adicionais.

Despacho n.º 143/2008, de 3 de janeiro, Diário da República n.º 2, série II. Aprova o modelo orgânico e operacional relativo à execução, no âmbito do Ministério da Educação, do Plano Tecnológico da Educação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18 de setembro, Diário da República n.º 180, série I. Aprova o Plano Tecnológico da Educação.

- **Reordenamento escolar**

Recomendação n.º 4/2011, de 26 de abril, Diário da República n.º80, série II. Recomendação sobre reordenamento da rede escolar: a dimensão das escolas e a constituição de agrupamentos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República n.º113, série I. Define os critérios de reordenamento da rede escolar.

Despacho n.º 14759/2008, de 28 de maio, Diário da República n.º 102/2008, série II. Cria a equipa de projeto para o reordenamento e requalificação da rede escolar.

Portaria n.º 127-A/2007, de 25 de janeiro, Diário da República n.º 18, série I. Estabelece o ajustamento anual da rede escolar com a consequente criação, extinção e transformação de escolas.

- **Outros diplomas**

Despacho Normativo nº 7-B/2015 (II Série), de 7 de maio, Diário da República n.º 75, série II. Estabelece nova redação do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio de 2015, Diário da República n.º 88, Série II, alterado pelo Despacho Normativo n.º 1 -H/2016, de 14 de abril de 2016, Diário da República n.º 73, Série II. Definição de um conjunto de normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas.

Resolução da Assembleia da República n.º141/2015, de 27 de novembro, Diário da República n.º 141/2015, série I. Recomenda a divulgação e o estudo da Constituição da República Portuguesa na escolaridade obrigatória.

Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto, Diário da República n.º 155, série I. Define as regras aplicáveis à oferta dos cursos científicos-humanísticos de nível secundário de educação, com base nos pressupostos e nas matrizes curriculares contidos no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, Diário da República n.º 171, série I. Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, Diário da República n.º 129, série I. Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro, Diário da República n.º 204, série I. Segunda alteração à Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, que define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

Decreto-lei n.º 299/2007 de 22 de agosto, Diário da República n.º 161, série I. Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino não superior públicos.

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Diária da República n.º 34/97, série I. Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar - consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar.

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, Diário da República n.º 299/84, série I, alterado pelo Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei 186/2008, de 19 de setembro, Decreto-Lei n.º 29/A-2011, de 1 de março, e pelo Decreto-Lei n.º176/2012, de 2 de agosto. Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.